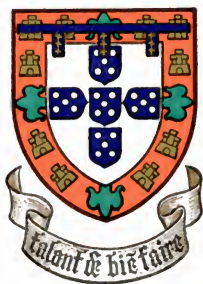


Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME X

(1449-1451)



COIMBRA

1969

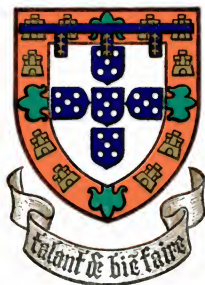
MONUMENTA
HENRICINA

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenario da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME X

(1449-1451)



COIMBRA

1969

DIRECÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ANOTAÇÃO CRÍTICA

DE

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DENIS, O. F. M.

cesserat. Et qua genuit Jo-
hannem qui post eum regnavit.
Et Eleonorem que fuit regi-
na navarre. Obijt autem En-
ricus et podragne infirmita-
te apud sanctum dionisium de-
calciata. Depingitur Enricus
in veste pacifica. qd licet belli
cosus fuit non tñ cum arabi-
bus pugnauit. Depinguntur
in margine Joanna regina vxo-
r eius et infra eam duo filij Jo-
hannes rex et Eleonor regina
navarre. **C**oncurrentia. Co-
currerunt cum Enricus et
prope tempora eius in sede
apostolica Gregorius unce-
simus uatic gallicus. Post
obitum cuiusdam cardinalis
qui tunc in curia romana
erat decima die ab obitu ei-
e elegerunt Bartholomeu ar-
chiepiscopus Barcen qui sibi urba-
ni secundi nomen constituit. Ss
non longe ab hxc cardinales
romani elegerunt apud lina-
gamia se transferentes elege-
runt Robertum cardinales
gerdensen in papam qui vo-
catus e Clemens septimus
asserentes primam electionem ee
nullam eo quod per uolentias
facta fuit. Nam romani tñ
inculserunt timore quod qua-
cum periculum moris Bar-
tholomeu in papam elegerit.
marinum salma fuit hxc quod
durauit per quadraginta an-
nos quousq in consilio cons-
tanti quod fuit celebratum
tempore Johannis regis leani-
di cunctum est. adfuerunt
aut Clemens hispania pater
portugalam et galia. In folio
vero imperij romani Carolus



quartus Joannis regis bohe-
mie filius imperauit annis
triginta et quatuor. Anno qui-
to huius regni Enrica obiit
Joannis rex francoz et success-
sit ei Carolus quintus qui
regnavit in francia annis de-
cem et sex. iste fuit tricesimus
nonus rex francoz. Sed in se-
de burgenli tempore huius
Enrica Dñicus epus iste fu-
it oriundus de arropuelo vil-
lago onienhis monasterij.

Eleonor huius no-
minis primus filius
Enrica. Lepit reg-
nare anno dñi mil-
lesimo trecentesimo septuage-
simo nono regni hispanie no-
ningetesimo quinquagesimo



AO LEITOR

Os 256 textos insertos neste décimo volume de Monumenta Henricina reportam-se, na quase totalidade, aos anos de 1449 e 1450. Se deste último se conserva o respectivo livro de registo régio, o n.º 34, com 217 grandes fólios permamináceos, o mesmo não sucede com o livro do ano de 1449, do qual apenas restam escassos cadernos, dispersos por volumes vários da chancelaria afonsina, como já em 1904 observou Anselmo Braamcamp Freire (1).

Aquele autor localizou apenas três cadernos do referido ano nos livros 20, 34 e 37 da dita chancelaria. A investigação empreendida para o presente volume revelou-nos existirem diplomas régios de 1449 pelo menos nos livros 8, 11, 12, 15, 20, 34, 35 e 37 da chancelaria de D. Afonso V. Respigámos os demais textos em várias outras fontes, nos mesmos indicadas, especialmente nos livros da denominada *Leitura Nova do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (2).

O ano de 1449 assume particular relevância na historiografia portuguesa do século XV; pois em 20 de Maio se decidiu, em Alfarrobeira, o ambiente de guerra civil em que, mais ou menos intensamente, se debatera o país desde o falecimento de el-rei D. Duarte, em 1438, por implicações advindas dos demais reinos peninsulares, cujas desavenças vieram a ecoar entre nós. El-rei D. João I deixara o país em boa harmonia com as vizinhas monarquias, na qual prosseguiu D. Duarte (3). Porém, nos dez anos da sua regência, o infante D. Pedro integrara-se deliberadamente nos desentendimentos havidos por Castela com Aragão e Navarra.

(1) *A Chancellaria de D. Afonso V*, p. 481.

(2) Sobre esta pode ver-se DIAS DINIS, *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*.

(3) Cfr. os DOCS. 9, 13, 15, 22, 33, 34, 35, 37, 38, 42, 43 e 63 do vol. 4 de *Monumenta Henricina*, nomeadamente o n.º 35, carta do infante D. Pedro de Portugal, de 22 de Agosto de 1432, a confirmar o Tratado de Paz e Amizade celebrado em Torres Novas a 11 de Agosto anterior com os reis de Aragão e de Navarra e os irmãos destes, os infantes D. Pedro e D. Henrique. De resto, como se prova largamente no aduzido volume desta colectânea documental, em 1432 o duque de Coimbra, seu pai e irmãos foram medianeiros valiosos nas dissensões havidas entre os infantes de Aragão e el-rei D. João II de Castela.

Mais. Aliando-se ao hábil e astuto D. Álvaro de Luna, então o verdadeiro chefe político do reino castelhano, o duque de Coimbra entrara em guerra com todos os filhos do falecido Fernando I de Aragão: com o sucessor deste, D. Afonso V, o Magnânimo, com D. João, rei de Navarra, com os infantes D. Pedro e D. Henrique de Aragão e com sua própria cunhada, a viúva rainha D. Leonor de Portugal, que, no país, foi a primeira vítima. Outra veio a sê-lo o próprio infante D. Pedro, em Alfarrobeira, como aliás também o foi D. Álvaro de Luna, seu aliado, em Castela.

Ainda depois de haver abandonado a regência do reino, o duque de Coimbra manteve íntimos laços com Álvaro de Luna, com quem conferenciou em Ledesma, na vizinha província de Salamanca (4). E os coevos cronistas castelhanos vieram a lamentar, significativamente, a morte do ex-aliado português: — «E de aquesta muerte deste ynfante don Pedro ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla, por quanto era mucho cosa suya, e avia dado fauor contra sus contrarios, e creya tener por su causa gran parte en el rreyno de Portugal» (5). Em contrapartida, a também coeva Crónica de Don Álvaro de Luna nem sequer alude ao apoio e auxílio pelo ex-regente português dispensados àquele país e, sobretudo, à personagem ali historiada!

(4) «E esto así fecho, el Rey (de Castela) se partió para la villa de Valladolid, e mandó a don Alvaro de Luna que de allí se fuese a Ledesma, para se ver con el ynfante don Pedro de Portugal; el qual estava buelto con su sobrino el rrey de Portugal, e le avia mandado salir de su rreyno, por muchas siniestras ynformaciones que dél le fueron fechas. E aqueste ynfante don Pedro era mucho seruldor del Rey de Castilla, e por esto enviaua a don Alvaro de Luna para que se consolase e platicase con él cerca de su rreparo» (*Crónica del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete*, cap. 366, p. 504). O moderno historiador LUIS SUAREZ FERNANDEZ comenta assim aquele encontro, pelo lado de Castela: — «Don Alvaro se embarcó en una nueva aventura acudiendo a entrevistarse con él (o infante D. Pedro de Portugal) en Ledesma (agosto o septiembre de 1448). Colocándose junto al infante portugués, el condestable de Castilla se asociaba a una causa vencida, y ganaba para él, la poderosa enemistad del único reino peninsular en que podía haber encontrado apoyo» (*História de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 16, p. 197).

(5) *Crónica del Halconero* cit., cap. 378, ps. 530-31. Quase os mesmos termos na *Crónica de Don Juan II*, año 1449, cap. 8, p. 067.

Neste volume de Monumenta Henricina assistimos à violenta reacção do deposto regente do reino contra el-rei seu sobrinho, sempre esperado aquele no apoio de Castela (6), onde Alvaro de Luna andava, porém, demasiado atarefado e preocupado com a própria sobrevivência política para poder dar-lho (7). Contudo, o duque de Coimbra assumiu uma série de atitudes hostis contra seu rei e senhor, imperdoáveis na época, documentadas pelos cronistas portugueses e, em parte, também pelos arquivos municipais do Porto e de Évora, as quais necessariamente concitaram contra o infante D. Pedro a opinião régia e de boa soma de fidalgos e nobres do país (8); porque é de sublinhar tê-los havido de ambos os lados e não apenas da banda de el-rei D. Afonso V.

Reduzido, praticamente, o ex-regente do reino às suas forças ducais e obrigados, por vezes, a juntarem-se-lhe os habitantes de suas terras (9), ele confiou sua cidade ducal a Lopo de Azevedo, aliás pessoa do conselho régio, mas maculada já por outros desserviços ao monarca seu senhor, o qual ficou em Coimbra, a roldar e a velar a povoação e a prender e a maltratar os súbditos régios que ordeiramente transitavam pelos caminhos públicos (10).

E o infante D. Pedro abalou dali, em armas, contra el-rei seu sobrinho, a 4 ou 5 de Maio de 1449, auxiliado por seu filho D. Jaime (11); pois o mais velho, o condestável D. Pedro, parece se incumbira ou fora encarregado pelo pai de agitar contra el-rei o Alentejo, onde demoravam

(6) Cfr. os DOCS. 42 e 43 do presente volume e PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 108.

(7) Sobre o particular pode ver-se a *História de España* e tomo cita., ps. 197 e ss.

(8) Cfr. os DOCS. 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 53, 66 e 86.

(9) Cfr. o nosso DOC. 192 e os aduzidos por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 76-78.

(10) DOC. 53.

(11) No relato da marcha do infante D. Pedro contra el-rei seguimos a narrativa de PINA (o nosso DOC. 48), à falta de outra, anterior. No cronista «a hñ domjngo, que eram cinco dias de mayo». Ou está all errado o dia do mês ou o da semana; pois em 1449 o dia 5 de Maio ocorreu a uma segunda-feira (Cfr., por exemplo, A. CAPPELLI, *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo*, 2.ª ed., Milano, 1952, p. 80).

as terras do seu Mestrado de Avis. Esperançado estava porventura o Mestre em receber auxílio do castelhano Mestre da Ordem Militar de Alcântara, junto do qual ele veio a refugiar-se, receoso do conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, pelo monarca mandado, como fronteiro-mor, à vila de Fronteira (12).

Partiu, pois, D. Pedro de Coimbra com uns 6.000 homens, pernoitou na comenda da Ega, da Ordem de Cristo, e, pela Batalha e Alcobaca, chegou a Rio Maior. Ali, desaconselhado embora dos seus de prosseguir contra el-rei, que se achava em Santarém, mas confiado, porventura, na população da capital e ainda na possível intervenção em seu favor de sua filha a rainha e do infante D. Henrique, marchou sobre Lisboa. Avançou assim para Alcoentre, onde houve o primeiro recontro com gentes de el-rei e também algumas dezenas de baixas. Deteve ainda vários servidores régios, depois degolados e enforcados, nomeadamente D. Pedro de Castro, fidalgo do infante D. Henrique, ali morto às mãos do próprio D. Pedro e de seus sequazes.

Também ali — prossegue Pina — «a mais da gente do ffante, veendo tamanha crueza, julgaramna por craro rrompimento contra elrrey e, temendo a pena da culpa em que, por isso, emcorriam, pungidos da lealdade que nom podiam emcobrir [...], muyta gente, especialmente de pee, logo aquella nocte, fogiram do arraial e, per serras e veredas, como melhor podiam, se tornaram a suas casas», a pesar da fala que lhes dirigiu, em contrário, o Dr. Alvaro Afonso (13).

Entretanto, havia el-rei segurado a cidade de Lisboa, por mar e por terra, e abalou de Santarém contra D. Pedro com uns 30.000 homens, no cômputo de Pina. O que sabido pelo duque de Coimbra na Castanheira, com mostra de avançar sobre Lisboa, se alojou além de Alverca, «em hũu rribeiro que se diz Alferroubeira», onde acampou, por lhe haverem afirmado não dever contar com a irada população da capital. E a 20 de Maio se deu o recontro das tropas de el-rei com a minguada coluna do duque de Coimbra, em que este logo perdeu a vida, aos 57 anos de idade,

(12) Cfr. os DOCS, 50, 57 e 205 e ainda PINA, *Crónica citada*, cap. 108.

(13) *Crónica cit.*, cap. 118, em nossas ps. 63-65.

«nos peitos ferido dhũa seeta, que lhe atrauessou o coraçam». Ali ficou também prostrado seu fiel servidor o conde de Abranches, D. Alvaro Vasques de Almada. E, entre mortos, feridos ou presos — relata o cronista — «nom escapou algũu» dos do arraial do infante. Abandonado o cadáver deste durante três dias no campo da batalha, sem o menor respeito e deferência para com o ilustre morto, o transportaram depois, em uma escada, à igreja de Alverca, onde foi sepultado.

El-rei D. Afonso V enviou memorando ao soberano de Castela e ao duque de Borgonha sobre a regência, insurreição e morte do infante seu tio, ou seja às duas cortes em que o desaparecimento trágico do duque de Coimbra podia haver ecoado mais intensa e mais desagradavelmente. Na primeira, como já sublinhámos, «ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla» e, decerto, não menos D. Álvaro de Luna, politicamente arrasado na queda do seu ex-aliado de Portugal; em Borgonha, acusou o facto o cronista Olivier de la Marche, por ser a duquesa D. Isabel irmã do falecido D. Pedro (14). E, pelos fins de 1449, enviou aquela a Portugal o jurista beneditino e acérrimo político Jean Jouffroy, deão de Saint-Vivents-sous-Vergy, mais tarde bispo de Arras e cardeal de Alby, conselheiro e embaixador de Filipe o Bom, a estranhar a D. Afonso V o sucedido, a pedir indulgência para a família e sequazes do duque de Coimbra e ainda o corpo deste, a fim de a duquesa lhe dar sepultura condigna.

Jean Jouffroy leu assim em Évora, a 6 e 13 de Dezembro de 1449 e a 12 e 16 de Janeiro de 1450, perante el-rei e demais dólitos, quatro longos discursos, peçados de erudição escriturística, histórica e jurídica, semeados de exclamações panegíricas e patéticas; mas, pronunciados em latim, segundo cremos, não devem ter produzido maior impressão no ánimo do jóvem monarca e dos demais ouvintes (15). De facto, o resultado foi até contraproducente: — «E, porque na primeira denegaçam que elrey fez aa sepultura do ffante, o dicto embaixador rrequereo que lhe mandasse dar seus ossos, pera os levar a Borgonha, onde a duquesa,

(14) *Mémoires*, liv. 1, cap. 20, a propósito da chegada do infante D. Jaime à corte de Borgonha, narrativa extratada no *Quadro elementar*, t. 3, ps. 84-88, em nota.

(15) Sobre estes discursos e seu autor cfr. a nota das nossas ps. 228-29.

sua irmã, lhe daria sepultura honrada e merecida, rrecooso elrrey de os furtarem da igreja dAluerca, onde devassamente jaziam, os mandou tirar e leuar ao castello dAbrantes, cuja guarda e segurança encomendou a Lopo dAlmcida, que despois foy primeiro conde dAbrantes» (16).

Após o inêxito da embaixada de Jean Jouffroy a Portugal, a duquesa de Borgonha protestou junto do papa Nicolau V contra a maneira como fora tratado o cadáver de seu irmão D. Pedro e solicitou-lhe providências contra os que o ocultavam, pois ela desejava dar-lhe sepultura honrosa. Anuiu o sumo pontífice e, pelas letras Querelam dilecte, de 21 de Maio de 1450, fulminou penas canónicas contra os ocultantes dos restos mortais do ex-duque de Coimbra (17); porém, sem resultado, pelo que veio o papa a revogar aquelas letras pelas Romani pontificis, de 1 de Janeiro de 1452 (18). O cadáver do infante mantinha-se, porquanto, em Abrantes e apenas em 1455 o trasladaram, com exéquias solenes, para o seu túmulo da Batalha (19).

Falecido assim o infante D. Pedro, el-rei D. Afonso V não proveu o ducado de Coimbra, apesar do que se lê em contrário na História Genealógica de D. António Caetano de Sousa (20). Como já sublinhou Braamcamp Freire, o 2.º duque de Coimbra veio a ser apenas D. Jorge, filho bastardo de D. João II, a partir de 25 de Maio de 1500 (21). Também boa parte dos bens e rendimentos do falecido 1.º duque coimbrão foi doada pelo soberano a indivíduos vários. Editamos aqui alguns desses diplomas, relativos a D. Fernão Coutinho, fidalgo da casa régia, a D. Sancho de Noronha, primo de el-rei, a Duarte Borges, seu guarda-roupa, e ao

(16) PINA, Crónica citada, cap. 129.

(17) DOC. 166.

(18) AV., Regestum Vaticanum, vol. 404, fl. 213 v. Em cópia autêntica no ANTT. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa), Bulas, maço 8, n.º 13. Sumariadas no Quadro elementar, t. 10, ps. 40-41, editá-las-emos no próximo volume, segundo a lição do Vaticano.

(19) PINA, Crónica citada, cap. 137.

(20) Ao enumerar o autor os filhos do ex-regente D. Pedro: — «O Senhor D. João, Duque de Coimbra, Regente de Chipre» (História Genealógica da Casa Real Portuguesa, 2.ª ed., t. 2, p. 45. Expressão idêntica se pode ver também na p. 50).

(21) Brasões da Sala de Sintra, liv. 3, p. 357.

bispo de Coimbra D. Luís Coutinho, do conselho régio, sublinhado na dádiva a este ser ela feita em compensação das coisas que lhe tomara e roubara o falecido D. Pedro (22). E veio a ser tal a repartição régia dos bens e rendimentos do duque de Coimbra, que, quando el-rei, em 23 de Setembro de 1461, deliberou entregar ao homónimo filho daquele e primo seu as terras que restavam do vencido de Alfarrobeira, apurou serem apenas as seguintes: a vila de Penela, os reguengos de Campores e do Rabaçal, Vila Nova de Anços, Buarcos, Montemor-o-Velho e Ténégui (23).

A pedido da rainha D. Isabel, sua esposa, el-rei D. Afonso V perdoara, em 2 de Janeiro de 1449, aos servidores e adeptos do infante D. Pedro, seu sogro, incriminados em inquirições por eles terem obrado ou falado, durante a regência do reino, contra o serviço régio e da falecida D. Leonor, sua mãe; mas desse perdão excluiu então o monarca Vicente Egas, João Carreiro, João Lourenço Farinha e Diogo Gonçalves, que degradou para Ceuta enquanto aprouvesse ao soberano (24). Desde 1439 haviam sido eles, porquanto, em Lisboa, os adeptos principais e mais influentes do duque de Coimbra (25). Os três primeiros, cumprido o degredo, achavam-se já em suas casas a 15 de Maio de 1450, data em que Diogo Gonçalves, que não o cumprira e agravara a sua situação juntando-se a D. Pedro em Alfarrobeira, foi indultado (26).

El-rei confiscou os bens aos sequeiros do duque de Coimbra em Alfarrobeira e do seu homónimo filho, o condestável, que se manteve em Castela, respeitadas contudo os direitos das respectivas esposas e filhos e obrigados os donatários aos débitos em que tais bens se achassem onerados (27). Privou-os também, e a seus filhos até o quarto grau, dos

(22) Cfr. os DOCS. 54, 59, 61 e 86.

(23) ANTT., *Gaveta 3, maço 7, n.º 12*. O passo em a nota da nossa p. 87.

(24) DOC. 1.

(25) Mais Pedro de Serpa, burguês abastado e influente de Lisboa, no ano de 1450 talvez já falecido. Sobre eles cfr. as nossas notas das ps. 86-87 e 110 do nosso vol. 7.

(26) DOC. 164.

(27) DOC. 57. Repare-se na seguinte observação deste diploma régio: — «os bens de todos os asobreditos foram confiscados e aplicados aa coroa dos nossos

benefícios, ofícios, dignidades, isenções e demais honras, privilégios e liberdades, a menos que, em cada caso, o monarca declarasse o contrário, e aplicada a respectiva carta patente a todas as terras do país, ainda às privilegiadas (28). Alguns perdões outorgou o monarca, nomeadamente a moradores das terras do duque de Coimbra, pelo mesmo competidos a acompanharem-no na batalha de Alfarrobeira (29).

No aspecto da política internacional na época, sob o governo efectivo de el-rei D. Afonso V, documentam-se, no presente volume, os factos seguintes: a isenção do soberano em relação às desavenças das demais monarquias peninsulares, mantendo, entretanto, as boas relações com as mesmas herdadas do pai e do avô, ou seja com os reinos de Aragão e de Navarra, sem desagradar ao de Castela, como, entre outros factos, o demonstra o da admissão condicionada no reino de D. Rodrigo Afonso Pimentel, 2.º conde de Benavente (30); a confirmação ao mesmo D. Afonso V pelo rei aragonês da vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, anos antes doada pelo referido monarca à rainha D. Leonor de Portugal e a seus herdeiros (31); o apreço que el-rei de Aragão manifestava pelos portugueses exilados e a confiança com que se dirigia ao de Portugal, e vice-versa, em embaixadas, e a solicitar-lhe a readmissão no país de pessoal dele excluído pelo infante D. Pedro, de ex-servidores da falecida rainha D. Leonor e seus (32); as boas relações do rei português com Frederico III, imperador da Alemanha, matrimoniado com a infanta D. Leonor, irmã do nosso monarca, com aprazimento deute e em que

regnos per esse meesmo fecto, ssem pera ello sseer neçessarja outra sentença». Efectivamente, tratava-se de alta traição prevista pelas Ordenações Afonsinas e pelas mesmas punida e, por tal motivo, não encontramos diploma régio geral sobre o assunto e apenas cartas individuais de confiscação de bens, ao doá-los o monarca a outrem. Vejam-se também os DOCS. 114 e 148.

(28) DOC. 85. Nomeadamente da rainha, dos infantes, ordens militares e religiosas, mosteiros, igrejas, fidalgos, etc.

(29) DOC. 192 e demais aduzidos por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 76-78, em notas.

(30) DOCS. 5, 8, 52, 75, 129, 187, 190, 197, 203 e 256.

(31) DOCS. 224 a 227.

(32) DOCS. 4, 40, 44, 52, 190 e 233.

mediaram sempre os bons serviços do soberano aragonês (33); as explicações dadas por morte do duque de Coimbra, ao rei de Castela e ao duque de Borgonha sobre a regência, insurreição e falecimento daquele (34), posto não houvesse D. Afonso V de Portugal atendido a duquesa, na embaixada que lhe mandou, como nas letras pontifícias pela mesma impetradas, pois deixara D. Pedro túmulo próprio na Batalha (35); enfim, as boas relações do soberano português com a Senhoria de Génova, a possibilitar-lhe tratar com ela do reembolso por D. Álvaro de Castro do que outrora fora roubado por corsários genoveses a D. Fernando de Castro, seu pai (36).

O infante D. Henrique desempenhou sempre o papel de mediano entre o infante D. Pedro e a rainha D. Leonor assim como também entre aquele e o duque de Bragança, durante as dissensões internas da regência do reino (37). Tomada, porém, pelo duque de Coimbra a atitude que assumiu contra el-rei D. Afonso V, marchando contra este em pé de guerra, o Navegador cumpriu, simplesmente e lealmente, o seu dever, até sob pena de, possivelmente, vir a haver duas vítimas de sangue régio em vez de uma, pelo crime de alta traição, rigorosamente previsto pelas leis do país. Por isso, o infante D. Henrique e seus servidores e súbditos uniram-se a el-rei em Alfarrobeira (38).

Objecta-se, às vezes, ainda hoje, como aliás já se fez na própria época destes acontecimentos, «que o jffante podera dar uida a seu irmão, se

(33) DOCS. 122, 123, 211, 212 e 247. Podem ver-se também os documentos das ps. 331-35 do nosso vol. 9.

(34) DOC. 49.

(35) DOC. 166 e respectiva nota.

(36) DOCS. 103, 111 e 119.

(37) Podem ver-se RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, sobretudo os capítulos 4, 12, 15, 39, 43, 48, 61, 63, 75, 90, 92 e 93, o DOC. 96 do nosso vol. 6 e o DOC. 208 do vol. 9.

(38) Cfr. GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 43, *Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 5 e 11, e BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 71 e ss.

teuera boa uoomtade de o fazer» (39). O coevo cronista Zurara transmitiu-nos, porém, a resposta do próprio infante D. Henrique: — «sse fora comtra outra algũa pessoa, que elle trabalhara em ello como por ssi meesmo, mas, comtra seu rrey e senhor achou que o nom podia fazer sem quebramtar sua lealdade, o que elle dizia que nom faria, nom tam soamente por seu jrmãao, mas por mill filhos, ajmda que os teuera, nem ajmda por saluaçom de ssy meesmo, posto que por sua deffemssom se podesse saluar (40).

Como aliás era habitual quando mudava o chefe da nação (41), el-rei D. Afonso V, a partir de Janeiro de 1449 confirmou ao Navegador os diplomas régios e da regência do reino outorgados ao mesmo anteriormente, a saber: a feira de Viseu (42); os privilégios da Ordem de Cristo (43); a dízima nova da pesca do mar de Monte Gordo (44); privilégio a 10 pastores seus de ovelhas no couto de Alcobaça (45); privilégio a 13 marinheiros do infante em Lisboa e Porto, a mestre de nau sua e ainda a 4 marinheiros do mesmo em Lagos (46); o exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino (47); a doação do quinto das coisas tomadas pelos barcos armados pelo infante (48); privilégio a 18 homens da sua pesca de atuns e corvinas no Algarve (49); a licença de mandar sepultar seus criados no mosteiro da Batalha (50); o privilégio de dar de sesmaria terras suas e da Ordem de Cristo (51); a licença de escambar suas terras de Reigada e Perciro e casas de Lisboa com bens da referida Ordem (52);

(39) ZURARA, Crónica da tomada de Ceuta, cap. 43.

(40) *Ibidem*.

(41) Cfr. a nota da nossa p. 21.

(42) DOC. 2.

(43) DOC. 7.

(44) DOC. 14.

(45) DOC. 16.

(46) DOCS. 17 e 93.

(47) DOC. 18.

(48) DOC. 19.

(49) DOC. 20.

(50) DOC. 22.

(51) DOC. 24.

(52) DOC. 26.

a doação do arquipélago da Madeira (53); os seus canais e estacadas do Ródão (54); a carta eduardina de regulamentação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino (55); privilégio a 30 homens da quinta de Alpriate (56); convenção e composição do infante com D. Duarte de Meneses (57); a dispensa de os moradores do arquipélago da Madeira e demais ilhas do infante pagarem dizima e portagem do que de lá trouxessem ao reino (58); contrato sobre o casamento de D. Duarte de Meneses (59); a doação do paul de Boquilobo a D. Álvaro de Castro (60); carta eduardina sobre as suas terras de Gufar e Penalva (61); a nomeação pelo infante de Heitor Homem para vedor-mor das obras dos castelos, vilas e lugares da comarca da Beira (62); a vila de Gouveia (63); dote de casamento (64); e tença por dívida (65).

O mesmo soberano doou ao infante D. Henrique: os direitos das mercadorias vindas ao país das terras sitas entre os cabos Cantim e Bojador, menos a sisa (66); duas casas nas tercenas régias de Lisboa (67); os bens de Nuno Fernandes (68); as ilhas Berlengas e o Baleal (69); e o exclusivo da pesca e venda de coral por 5 anos (70). D. Afonso V autorizou o Navegador a povoar as sete ilhas dos Açores, onde ele já mandara

-
- (53) DOC. 27.
 - (54) DOC. 28.
 - (55) DOC. 29.
 - (56) DOC. 30.
 - (57) DOC. 65.
 - (58) DOC. 68.
 - (59) DOC. 81.
 - (60) DOC. 83.
 - (61) DOC. 156.
 - (62) DOC. 189.
 - (63) DOC. 98.
 - (64) DOC. 168.
 - (65) DOC. 249.
 - (66) DOC. 6.
 - (67) DOC. 13.
 - (68) DOC. 92.
 - (69) DOC. 96.
 - (70) DOC. 112.

lançar ovelhas (71); mandou transcrever-lhe dos registos da chancelaria régia, por ao infante se haverem danificado os originais, a carta de el-rei D. Duarte da concessão do quinto das presas tomadas por seus navios e fustas e a relativa ao exclusivo da pesca do atum no Algarve (72); reconstituiu-lhe a carta joanina de doação da Covilhã (73); dispensou os moradores do seu lugar de Alpalhão e, por 5 anos, também os moradores da sua terra de Besteiros de terem cavalos e armas (74); o monarca encarregou-o de administrar e governar a Ordem Militar de Avis (75) e privilegiou os moradores de Montalvão, Alpalhão e Arez, a seu pedido (76).

Referenciadas também, no presente volume, terras várias do infante D. Henrique, entre elas Olho Marinho, no termo de Óbidos (77), Aldeia e Pinhanços (78) e S. Pedro do Sul (79). Documentadas: a doação pelo infante de capitania na Ilha Terceira, Açores, a Jácome de Bruges, seu servidor, e de outra, na Madeira, a João Gonçalves Zarco (80); a reforma dos Estatutos da Ordem de Cristo, promovida pelo infante D. Henrique (81); actos do infante como regedor e governador da Ordem de Avis (82); a permuta pelo mesmo de comendas e priorados da Ordem de Cristo com el-rei (83); o projecto de o infante seguir para Marrocos, como governador de Ceuta, pela exoneração, a seu pedido, de D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos (84); enfim, súplicas do infante ao papa

-
- (71) DOC. 21.
 - (72) DOCS. 23 e 25.
 - (73) DOC. 97.
 - (74) DOCS. 100 e 200.
 - (75) DOC. 50.
 - (76) DOC. 74.
 - (77) DOC. 38.
 - (78) DOC. 77.
 - (79) DOC. 178.
 - (80) DOCS. 134 e 237.
 - (81) DOC. 84.
 - (82) DOCS. 64, 73 e 131.
 - (83) DOC. 72.
 - (84) DOCS. 182, 199, 232 e 250

Nicolau V em beneficio de Fr. Afonso Velho, seu confessor, pregador e embaixador (85).

No aspecto ultramarino, D. Afonso V manteve o infante D. Henrique na posse das ilhas adjacentes bem como na tarefa dos descobrimentos marítimos, se bem que, desde o início do seu governo efectivo do reino, «sempre se os fechos daquellas partes trautarom mais per traustos e aueenças de mercadarya, que per fortelleza nem trabalho das armas» (86). Julgamos que, atenta a concorrência de Castela (87),urgia assegurar os territórios da costa ocidental africana a nosso país, através da exploração e ocupação comerciais e montagem de feitorias. Quanto a Ceuta, o Navegador parece haver pensado em intensificar ali a luta contra os muçulmanos, tomando ele próprio o governo daquela praça africana, pela desistência do conde de Arraiolos, seu governador (88); porém, supomos que D. Henrique não chegou a seguir para lá, entregue por el-rei o governo da praça ao conde de Odemira (89). E, em 20 de Novembro de 1450, D. Afonso V parece contrariar até o desenvolvimento da campanha marroquina, ao revogar a lei eduardina de 1431 de comutação de penas do país para Ceuta, e ao declarar «ora nom he neçessario la envjar majs gente da que hordenada» (90).

No presente volume continua a contribuir-se, documentalmente, para a biografia dos servidores do infante D. Henrique, ou seja, pelo menos: dos fidalgos Fernando Alvares Cabral, Fradique de Castro, Heitor Homem, João de Almeida, João de Sousa, Lisuarte, Martim Correia, Pedro de Tavares e Rodrigo Afonso de Melo; dos cavaleiros Diogo da Cunha, Diogo Gil Moniz, Diogo Gonçalves Peixoto, Galiote Leitão, João de Albuquerque, João Alvares da Cunha, João Fernandes Viles, João Gonçalves

(85) DOCS. 213 e 232.

(86) Cfr. ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 96, ao fim.

(87) Cfr. a nota da nossa p. 11 e o cap. 93 da *Crónica* retrocitada.

(88) Vejam-se os documentos da nota 84.

(89) Em 30 de Maio de 1451 (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 69, — publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 21).

(90) Cfr. o nosso DOC. 240.

Zarco, Rui Gomes da Silva e Rui Valente; dos escudeiros Afonso de Viles, Aires Gonçalves, Alvaro Eanes, Alvaro Fernandes, Alvaro da Guarda, Alvaro Rodrigues, Diogo Afonso Bocarro, Diogo Alvares, Diogo Alvares Serrão, Diogo Fernandes, Diogo Pereira, Fernão Barbosa, Fernão Gonçalves, Fernão de Sequeira, Gil Fernandes Viles, Gonçalo Pacheco, João Afonso, João Aranha, João do Campo, João Gomes, João Gonçalves, João Lourenço, dois João Martins, João Serrão, João de Sousa, João Teixeira, João Viles, Leonel Gil, Lopo da Moita, Luís Alvares, Luís Lourenço, Martim Vasques, Mem Gonçalves, Mem da Montanha, Nuno Martins, Pedro Eanes, Pedro Gonçalves Cordeiro, Pedro do Rego, Rodrigo Eanes, Rui Gomes Cerveira, Socio Vaz de Pina, Vasco Jorge e Vasco Lopes; dos besteiros Afonso Eanes, Afonso Gíães, Alvaro Eanes, Alvaro Gonçalves, Alvaro Pais, Estêvão Eanes, Fernando Martins, João Afonso, João Esteves, João Galego, João Gonçalves, João Vasques, Lopo Gonçalves, Luís Afonso, Martim Gonçalves e Vasco Esteves; dos criados Alvaro Afonso e Vasco Anes Cabeça de Ferro; dos pilotos Estêvão Eanes, o Moço, João Farinha e Martim Vicente; do mestre de nau do infante, Diogo de Pinheiro; do armador das suas pescarias, João Dias; dos camareiros Gonçalo Rodrigues de Sousa e Manuel Pessanha; do físico Mestre Moussem; do cirurgião Mestre Guedelha; do porteiro-mor Pero Vasques; do almoxarife Alvaro Pais; e dos confessores Dr. Fr. Pedro e Fr. Afonso Velho.

•

Entre os diplomas pontifícios que inserimos no presente volume, figuram os Injunctum nobis e Dum ad preclara, respectivamente de 28 de Abril e de 10 de Dezembro de 1450, respeitantes sobretudo à ilha da Madeira. Infere-se dos mesmos: primeiro, que já em 28 de Abril do dito ano os franciscanos portugueses haviam fundado secretamente casas nas ilhas da Madeira e de Santa Maria dos Açores, portanto sem a precisa licença do sumo pontífice, efectuando assim a ocupação religiosa dos dois arquipélagos atlânticos, porventura a fim de os garantirem à coroa portuguesa perante Nicolau V, o árbitro político da época, e decerto

convidados ou ao menos autorizados pelo infante D. Henrique, seu donatário; pois as letras pontificias a reconhecerem a Portugal os descobrimentos e conquistas, as Romanus pontifex, datam apenas de 8 de Janeiro de 1455 (91); segundo, em 10 de Dezembro de 1450 revela-se a aspiração dos franciscanos andaluzes das Canárias de anexarem a este arquipélago o da Madeira e de fundarem casa na ilha, alegando ser ela rica em cereais e noutros víveres de que necessitavam.

Aduziram os franciscanos portugueses o facto de as ilhas da Madeira e Santa Maria dos Açores pertencerem à diocese de Lisboa, — o que julgamos nunca haver sucedido (92); observaram os missionários castelhanos dever considerar-se a Madeira integrada na sua Vigairaria do arquipélago canariense, segundo o costume da Ordem Franciscana, — o que aliás não se prova. Assim se reatou, pois, no plano religioso, talvez com visos de segunda intenção política, a velha dissensão entre Castela e Portugal, a propósito agora da ilha da Madeira e Canárias. Parece até que tal problema se agitava já desde o ano de 1448, por parte dos ditos religiosos castelhanos (93). E é possível que tivesse sido, por isso, intencional a carta henriquina de 25 de Março daquele ano, a conceder à Universidade a pensão anual e perpétua de 10 marcos de prata sobre os rendimentos da ilha da Madeira para manutenção da cadeira de prima de teologia (94). De sublinhar ainda o facto de, em fins de 1450, se poder afirmar que abundava já em víveres a dita ilha: — *in frumento et*

(91) DOCS. 157 e 246. As letras Romanus pontifex publicadas por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, ps. 503 e ss., all errado, porém, o ano, 1454 por 1455, que é a data precisa.

(92) Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 3, parte 1, ps. 41 e ss. e 71 e ss., e D. CHARLES-MARTIAL DE WITTE, O. S. B., *Les bulles d'érection de la Province Ecclésiastique de Funchal*, Funchal, 1964, separata do Arquivo Histórico da Madeira.

(93) Cfr. o DOC. 177 do nosso vol. 9.

(94) Cfr. o DOC. 176 do volume retrocitado. Para mais, o infante D. Henrique obtivera do cavaleiro micer Maciote, temporariamente, a ilha de Lançarote, nas Canárias (Cfr. o DOC. 174 do mesmo volume).

O sempre bem documentado cronista franciscano Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, que, no século XVII, teve oportunidade de beber as suas afirmações nos

alijs, ad humanam vitam sustentandam, habundans fore dinoscitur» (95). Começada a povoar pelo infante D. Henrique por 1420, anos havia que ali se avituilhavam as caravelas portuguesas que demandavam a costa ocidental africana (96).

Finalmente, permita-se-nos chamar a atenção do leitor para os documentos 165, 220 e 221 do presente volume, sobre as relações, neste mesmo ano de 1450, das cúrias pontifícia e aragonesa com a Etiópia e as dificuldades que havia nos ditos contactos. Dadas as boas e constantes relações entre as cortes portuguesa e aragonesa na época, julgamos que aqueles movimentos entre o oriente e o ocidente não devem ter sido desconhecidos do infante D. Henrique, uma vez que ele desejava de haver sabedoria «das Indyas e de terra de Preste Joham, se seer podesse» (97).

DIAS DINIS

arquivos da Ordem no país, diz haverem-se achado presentes dois franciscanos no descobrimento da Madeira, onde celebraram missa, e terem voltado para lá religiosos da mesma Ordem com os primeiros donatários. Natural é que eles hajam seguido com os primeiros povoadores do arquipélago, na década de 1420 a 1430, antes da criação das capitânias (Cfr. a Ordenação joanina das ps. 150-51 do vol. 3 de *Monumenta Henricina e Crónica... de Guiné*, cap. 83). De início, segundo aquele autor, franciscanos de diversas zonas da Península ali teriam vivido como anacoretas e apenas «pelos annos de 1430» eles fundaram o seu primeiro convento na ilha (*Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, parte 2.^a, Lisboa, 1866, liv. 12, cap. 12, ps. 670 e ss.). Também lá penetraram os franciscanos andaluzes das Canárias, os quais el-rei D. Afonso V mandou retirar para Portugal em 1459 e reuniu no convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas, em Lisboa, então fundado (Cfr. Fr. FERNANDO DA SOLEDADE, *Historia Serafica*, t. 3, Lisboa, 1705, liv. 1, cap. 27, ps. 123-26). Denominada a Madeira «Portugal Novo» em meados do século XV, sua feracidade, a benignidade do clima e sua privilegiada situação no Atlântico atraíam já então ali nacionais e estrangeiros. Podem ver-se também: P. FERDINANDUS FELIX LOPES, O. F. M., *Missiones Lusitanae in Africa, II — Insulae Canariae, Madeira et Acores*, em *Historia Missionum Ordinis Fratrum Minorum. II — Africa*, Romae, 1967, ps. 29-32 e a bibliografia pelo autor citada.

(95) No DOC. 246 do presente volume.

(96) Cfr. o DOC. 175 do nosso vol. 2 e a respectiva anotação e bem assim ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 5, 32, 85, 88 e 89.

(97) *Crónica* retrocitada, cap. 16.

ABREVIATURAS

- ACA.* — Archivo de la Corona de Aragón.
ADE. — Arquivo Distrital de Évora.
ADF. — Arquivo Distrital do Funchal.
ADFS. — Arquivo da Direcção de Finanças de Santarém.
ADV. — Arquivo Distrital de Viseu.
AHFL. — Arquivo Histórico do Ministério das Finanças de Lisboa.
AHNM. — Archivo Histórico Nacional de Madrid.
AME. — Arquivo Municipal de Elvas.
AMT. — Arquivo da Misericórdia de Tomar.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa.
ASG. — Archivio di Stato de Génova.
AV. — Archivio Segreto Vaticano.
BNL. — Biblioteca Nacional de Lisboa.
BNM. — Biblioteca Nacional de Madrid.
BSGL. — Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.
cap., caps. — capítulo, capítulos.
cfr. — confira.
cit., cits. — citado, citados.
cód., códcs. — código, códigos.
Doc., Docs. — Documento, Documentos.
ed. — edição.
fl., fls. — fôlio, fôlios.
Fr. — Frel.
GHCP. — Gabinete de História da Cidade do Porto.
liv. — livro.
lug. cit. — lugar citado.
MRGV. — Museu Regional de Grão-Vasco de Viseu.
ms., mss. — manuscrito, manuscritos.
n.º, n.ºº — número, números.
O. F. M. — Ordem dos Frades Menores (Franciscanos).
O. S. B. — Ordem de S. Bento (Benedictinos).
p., pág. — página.
ps. — páginas.

XXVI

r. — recto.

Reg. — Registro.

Reg. Lat. — Regestum Lateranense.

Reg. Vat. — Regestum Vaticanum

séc., sécs. — século, séculos.

S. J. — Companhia de Jesus.

ss. — seguintes.

t. — tomo.

v. — verso.

vol., vols. — volume, volumes.

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido de sua esposa, a rainha D. Isabel, concede perdão aos que foram servidores e adeptos portugueses do infante D. Pedro, seu sogro e ex-regente do reino, bem como a outros, os quais andavam fugidos de suas moradias, por incriminados em inquirições tiradas sobre o seu procedimento, em razão de haverem obrado ou falado contra o serviço régio e da falecida rainha D. Leonor, sua mãe, menos a Vicente Egas, João Carreiro, João Lourenço Farinha e Diogo Gonçalves, que são degradados para Ceuta enquanto for mercê do monarca (1).

(1) É de sublinhar o facto de esta carta de perdão haver sido concedida a pedido da rainha D. Isabel, talvez até por sugestão que lhe houvesse feito o infante D. Pedro, seu pai. Foram, porém, excluídos do perdão régio quatro indivíduos, supomos que por haverem feito parte, desde o início da regência, do grupo que em Lisboa e, desde a capital, influíra nos demais municípios do país para que fosse o regimento do reino retirado à rainha D. Leonor e confiado exclusivamente ao infante D. Pedro, a quem eles sempre se mostraram mui dedicados (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 14, 40, 45, 48 e «passim», o DOC. 109 do nosso vol. 6, o DOC. 15 do vol. 7 e a nota de pp. 86-87 do mesmo vol. 7). Na presente lista falta pelo menos Pedro de Serpa, porventura já então falecido. Diogo Gonçalves foi o único dos quatro que não cumpriu o degredo, tendo-se escondido, e esteve depois com D. Pedro em Alfaroabeira, crimes de que foi indultado pelo monarca em 15 de Maio de 1450 (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 91, — em AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 386). Entre a data do presente documento e aquela, por diploma que desconhecemos, foram também indultados os restantes três incriminados. Em Alfaroabeira com o ex-regente estiveram, entre muitos outros servidores do duque de Coimbra: João de Serpa, filho natural do citado Pedro de Serpa e escudeiro de D. Pedro, cujos bens D. Afonso V doou a Rui Moniz em 10 de Julho de 1449 (ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 84 v.); Rui de Serpa, que em 28 dos ditos mês e ano perdeu o seu morgado, também a favor daquele Moniz (ANTT., *Extremadura*, liv. 8, fl. 221 v.); e João Lourenço Farinha, cujos bens o monarca doou, em 11 de Julho do dito ano, ao secretário régio Rui Galvão (*Arquivo e liv. cit.*, fl. 287).

ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 202, — donde se reproduz; e *Extras*, liv. 1, fl. 107.

Publicada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfaro-beira*, p. 60, nota 22.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a rainha, minha sobre todas muyto prezada e amada mulher, nos disse que, por causa das emquiriões que se tiraram e das cousas que aqerqua dello se passaram, algũas pessoas de nossos rregnos, assy criados e seruidores do jffante dom Pedro, seu padre, meu muyto prezado e amado tio e padre, como outros dos ditos nossos rregnos se amoraram, com temor de nossa justiça; pedimdonos por mercee que os ouuessemos por rreleuados de quallquer penna a que, por esto, seiam obrigados em a nossa justiça.

E nos, visto seu rrequirimento e a rrazam que ella tem de nos esto rrequerer, assy por as ditas pessoas serem criados e seruidores do dito seu padre, como por a ella pertemçerem os piadosos rrequirimentos e, dessy, querendo nos aqerqua dello obrar fauorauelmente com piedade; a nos praz os auermos por rreleuados de todo o que se mostra, per as ditas jmquiriões ou per outra quallquer guissa, que disessem ou obrassem comtra nosso seruico ou da ssenhora rainha minha madre, cuja alma Deus aja.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiçaes a que esta carta for mostrada ou o trellado della em pruuica forma, que seguramente leixem hir pera suas casas e em ellas estar e amdar per quaaesquer partes de nossos rregnos que lhe mais prouuer, posto que, por algũa sospeita desto, fossem algũs delles lamçados das çidades e villas e lugares homde sam moradores; porquanto, nossa mercee he de lho assy outorgar, como dito he, se elles ou cada hũu delles por outros maleficioes nom som amorados.

E em este perdom se nom emtemda Viçente Egas e Joham Carreiro e Joham Louremço Farinha e Dioguo Gomçalluez, moradores em esta çidade; porquanto estes queremos que seiam degradados pera Çepta, ataa nossa mercee (2). Aos quaaes, per esta presentem, mandamos que, da feitura della ataa tres meses primeiros sseguintes, se apresentem em a dita nossa çidade de Çepta, a manterem o dito degredo, sob penna de proçedermos comtra elles como nossa mercee for.

Damte em Lixboa, a dous dias de janeiro. Elrrey o mandou. Martin Gill a ffez. Anno do Senhor de mjl e iij^o Rix.

(2) Sublinhamos o facto de el-rei não haver marcado prazo para o degredo em Ceuta dos quatro excluidos do perdão, caso invulgar na época.

2

13 JANEIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a do regente D. Pedro de 22 de Fevereiro de 1444 sobre a feira de Viseu, por ele concedida ao infante D. Henrique, e redigida quase nos precisos termos daquela, posto se lhe não refira.

MRGVV., Pergaminho 35, original, em pergaminho, com selo de cera pendente, reproduzido em «fac-simile» por MANUEL JOAQUIM, *Notícia de vários documentos*, entre as pp. 44-45, e por ele revelado — texto que se reproduz; em pública-forma de 6 de Fevereiro de 1450, no ADV., *Pergaminhos do Cabido*, maço 27, doc. 45, e nos *Privilégios do Cabido de Viseu*, liv. 2, doc. 21, em cópia do séc. XVIII; e no ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 35.

Publicada por ARAGAO, *Viseu* (Apontamentos históricos), tom. 2, pp. 178-180, o qual diz havê-la extraído de certidão autêntica, foi reeditada por DIAS DINIS, *O Primeiro Duque de Viseu*, p. 93, e depois em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, ps. 426-27. É curioso o facto de na carta se afirmar que leva o selo régio de chumbo pendente e neste exemplar, assinado pelo monarca, se ver o de cera.

Dom Afonso, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarve, senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o jffante dom Henrique, meu muito preçado e amado tio, nos disse como em todallas çidades da comarca da Beira ha feiras em cada hũ anno, soamente na çidade de Viseu [nom]; pedindonos por merçee que lhe desemos lugar que elle podese mandar fazer hũa feira na dicta çidade de Viseu.

E nos, visto seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e damoslhe autoridade e lugar que possa mandar fazer a dicta feira na dicta çidade de Viseu, na çerca da ualla della.

E queremos que todollos que vierem aa dicta feira ajam todollos priuillegios e liberdades que foram outorgadas per o senhor rrey dom Joham meu avoo, cuja alma Deus aia, aa feira de Tomar, segundo he comthudo na carta dello, a qual mandamos ao nosso chamçeller que lhe faça dar o trellado della com o nosso seello pendente, signada per el; saluante queremos que, honde a dicta feira de Tomar he pollo Santiago, a da dicta çidade de Viseu se começe, em cada hũ anno, por dia de Santa Eirea e dure ataa quinze dias seguintes (1).

(1) Duas cartas joaninas da feira de Tomar se podem considerar aqui referenciadas: a de 2 de Outubro de 1420 — o DOC. 193 do nosso vol. 2 —, depois substi-

E, querendo nos mais fazer graça e merçee ao dicto jffamte meu tio, lhe damos autoridade e lugar que elle mande fazer todallas boticas (2) que aa dicta feira perteeçem e aja todollos alugueres dellas, as quaees possa apropriar aa sua capeella do nosso mosteiro de Santa Maria da Vitorea. E damos lugar ao dicto mosteiro e fraires delle que possam esto auer e rrecadar pera a dicta capeella do dicto jffamte meu tio, segundo for comthudo no trauto que sobresto com elles fezer (3).

E, por çertidom dello, lhe mandamos dar esta nosa carta, signada per nos e seelada do nosso seello do chunbo, per a qual mandamos a quaeesquer nossos offiçaacs e pesoas que asi a que esto per qualquer guisa perteeçer que a compam e guardem e façom comprir e guardar segundo em ella he comthudo.

Dante em a nosa muy nobre e muy lial çidade de Lixboa, xiiij dias de janeiro. Elrey o mandou. Martim Gil a fez. Ano do Senhor de mjl quatrocentos quareenta noue.

(as.) ElRey . . .

tuída pela de 13 de Abril de 1421, ao mudar a data da feira, — o DOC. 7 do nosso vol. 3. Ali se encontram minuciados os privilégios e liberdades a que a presente carta alude e que, portanto, se devem considerar incorporados nesta e também foram mantidos pelo regente D. Pedro na sua carta de confirmação de 22 de Fevereiro de 1444, em que fixara a feira pelo dia de Santa Iria, — o DOC. 84 do nosso vol. 8.

(2) Barracas, para alugar aos feirantes.

(3) Esta concessão régia surge, pela vez primeira, na citada carta de D. Pedro de 1444 e foi regulamentada por D. Henrique em seu segundo testamento, especialmente na *Carta da feira de Tomar*, de 22 de Setembro de 1460 (Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos* vol. 1, ps. 203-06). No *Escrito das Capelarias* do mesmo infante, de 13 de Outubro do dito ano de 1460, a disposição henriquina é assim resumida: — «Item, ordeno e mando que os freires do conuento da mjnha villa de Tomar ajam a rrenda das mjnhas buticas da feira da dicta villa, que fiz per autoridade delreij meu asenhor e padre, que Deus aja. E polla dicta rrenda diram, em cadhũ anno, cem mjsas por mjnha alma, leuando a rrenda da dicta feira a prata em rrespeito de cem mjsas rrezadas por cada marco de prata que en a dicta rrenda montar, orra muyto, ora pouco» (Em *Estudos* cit., p. 166).

3

18 JANEIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Alvaro Gonçalves, escrivão dos reguengos de Santa Catarina (de Ribamar), no termo de Lisboa, os quais o monarca dera para as despesas da cidade de Ceuta.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 154 v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais* t. 1, pá. 348-49. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 533, n.º 1000.

Dom Afonso, etc.

A vos, Pero Faleiro, corregedor por nos em esta çidade de Lixboa, e ao nosso poussentador moor e ao da rrainha, mjnha sobre todas preçada e amada molher, e dos jffantes e duques meus jrmãos e tios, e a outros quaaesquer ofiçiaaes e pessoas a que o conhecimento desto perteença per quallquer guissa que seia, saude.

Sabede que Alvaro Gonçalluez, morador em a dicta çidade, criado que foy do meestre dAujs, que Deus perdoee, he escpriuam dos rregueengos de Santa Caterina, que he em termo da dicta çidade, que nos teemos dado pera as despesas da nossa çidade de Çepta.

Porem, vos mandamos que enquanto elle for escpriuam dos dictos rregueengos, que nom seja costrangido pera nehūs encarregos dos conçelhos nem lhe sejam dadas ssuas cassas de morada nem adegas nem cauallariças de poussentadaria nem lhe tomem rroupa de cama nem outra nenhũa coussa do sseu contra ssua vontade; porquanto, nossa merçee he de todo sseer escusado emquanto teuer o dicto offiço, e mais nom. E porem vos mandamos que lhe conpraees e guardees e façaees conprir e guardar em todo esta nossa carta pella guissa que em ella he contheudo. E nom conssentaaes a nehūu que lhe vaa contra ella em nehũa maneira que seja, porquanto nossa merçee he de lhe sseer conprida e guardada como dicto he.

Dada em a dicta çidade, xbiij dias de janeiro. Elrrej o mandou. Fernam Gil a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

20 JANEIRO 1449

Carta de D. Afonso V de Aragão ao rei de Portugal, ao infante D. Fernando e ao arcebispo de Lisboa, a recomendar-lhes Fr. Filipe Jordão, da Ordem de S. Bernardo, e a rogar-lhes seja o mesmo reintegrado no priorado de S. Pedro de Lisboa, que tinha quando a rainha D. Leonor saiu do reino e lhe foi retirado pelo regente D. Pedro, e ainda seja Fr. Filipe promovido a maior dignidade, se é possível, atendendo aos serviços por ele prestados à falecida rainha de Portugal, como seu capelão, depois ao infante D. Henrique de Aragão e, enfim, à viúva deste, de quem é capelão-mor (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 2542, fl. 76.

Al jllustrissimo principe don Alfonso, por la gracia de Dios rrei de Portugal e ssenyor de Cepta, nuestro muy caro e muy amado sobrino. Nos, el rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como aquel para quien quieremos tanto bien e honra como para nos mesmo desseamos e quieremos.

Jllustrissimo rey, nuestro muy caro e muy amado sobrino. Por los continuos e buenos sruicios quel amado e fiel nuestro fray Felip Jordan, cappellan que fue de la jllustrissima reyna vuestra madre, nuestra muy cara e muy amada ermana, de buena memorja, fizo a la dicha jllustrissima reyna e al jllustre jnfant don Enrich, de buena memoria, nuestro muy caro e muy amado ermano, mientre vivieron, e depues continuament ha fecho a la jllustre muger del dicho jnfante, de la qual es capellan mayor, desseamos muy mucho fauorir e endreçarlo en todo lo que possible nos sea.

E por tanto vos rogamos, assi affectuosamente e strecha como podemos, que, por contemplacion nuestra e respectos suso dichos, li fagays tornar el priorado de Sant Pedro de Lisbona, el qual, en tjenpo que la suso dicha jllustrissima rreyna, vuestra madre, salio desse vuestro reyno,

(1) Em cartas de 22 dos ditos mês e ano, dirigidas ao papa e a cardeal não indicado, o mesmo soberano aragonês solicitou licença para Fr. Filipe Jordão transitar, por justas causas, da Ordem de S. Bernardo, a que pertencia, para a de S. Bento (*Registro infracit.*, fl. 75 r.-v.). A propósito da exoneração de outro capelão da rainha D. Leonor pelo infante D. Pedro, o P. Gabriel de Lourenço, prior de Santa Maria de Sintra, pode ver-se a nota das ps. 53-54 do nosso vol. 7.

el tenia e posseia e el qual por el infante don Pedro, vuestro tio, le fue leuado; assin mesmo vos rogamos que el dicho fray Felip querays hauer en specialissima comendacion e fauor, e, si el caso hi occorrera, augmentarlo en dignidad otra mayor; car certificamos vos que sera cosa de la qual muy mucho nos complazereys. E ssea, jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino, vuestra curosa guarda le Santa Trinidad.

Dada en el Castillonuouo de la ciudat nuestra de Napols, a xx de janero del anyo Mil cccc.xxxviiiij. Rex Alfonsus.

Due alie expedite fuerunt,
mutatis mutandis, vna directa
jllustrj jnfanti domno Ferrando
de Portugal et alia archiepiscopo
de Lisbona (2).

Dominus rex mandauit mihi,
Francisco Martorell.
Prouisa.

5

27 JANEIRO 1449

Procuração passada por el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão D. João, rei de Navarra e governador geral do reino aragonês, para, em seu nome, firmar liga ou confederação com o rei de Portugal, pois este lha cometera depois de assumir o governo do reino, com as condições e pelo tempo em que convierem, nomeadamente com estas cláusulas: cada um dos contratantes pagará a ajuda que solicitar ao outro; se o rei de Castela guerrear os de Aragão e de Navarra ou estes aquele, o de Portugal, em determinado prazo e depois de avisado e requerido, é obrigado a declarar guerra ao de Castela; se ele a fizer ao de Portugal ou este àquele, os reis de Aragão e de Navarra, depois de avisados e requeridos, associar-se-ão ao de Portugal, na guerra contra Castela; a paz e as tréguas com o rei castelhano hão-de ser feitas com consentimento daquele ou daqueles a quem o mesmo haja declarado

(2) Era arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, filho de D. Afonso Henriques, conde de Gijón e Noronha e bastardo de Henrique II de Castela, e de D. Isabel de Portugal, bastarda do nosso rei D. Fernando, o qual presidiu àquela arquidiocese desde 10 de Março de 1452 até à morte, ocorrida a 12 de Agosto de 1452 (Cfr. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 1, p. 507, e vol. 2, p. 259, e FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, ps. 575-76).

guerra ou lhe tenha sido movida; na liga em causa não pode, contudo, o rei de Aragão ser obrigado a ajudar o de Portugal contra o duque de Borgonha, as comunidades de Milão e de Génova e o marquês de Ferrara (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 2699, fls. 160 v.-61 v.

Manifesta cosa sea a quantos la presente veran como nos, don Alfonso, por la gracia de Dios rrey de Aragon, de Sicilia de ca e dalla far, de Valencia, de Hierusalem, de Hungria, de Mallorcas, de Cerdnya e de Corcega, comte de Barchinona, duch de Athenas e de Neopatria e encara comte de Rossello e de Cerdanya, seyendo jnformados que el jllustrissimo princep don Alfonso, rrey de Portugal e del Algarue, nuestro muy caro e muy amado sobrino, despues que ha tomado el regimiento de su rregno, dessea confederar e entenderse con nos, la qual cosa a nos plaze, por que mejor podamos continuar e executar con el dicho rrey de Portugal la gran e buena voluntat e amor que lhe hauemos; e, por que nuestra tan luenga distancia no importe dilacion danyosa a aquesto;

Confiando de vos, el jllustrissimo princep don Johan, rrey de Navarra, jnfant e gouernador general de Aragon e de Sicilia, duch de Nemos, de Monblanch e de Penyafiel, comte de Ribagorza e senyor de la ciutat de Balaguer, nuestro muy caro e muy amado ermano e lugar-tiniente general, por tenor de la presente, fazemos, constituimos, creamos e ordenamos nuestro cierto, verdadeiro e indubitado procurador general e especial a las cosas deyuso scriptas a vos, el dicho jllustrissimo rrey de Nauarra, nuestro ermano, e vos damos sufficiente e complido poder pora que, por nos e en nuestro nombre, podades tractar, praticar e apuntar ligas, jntelligencias e confederaciones entre nos e el dicho jllus-

(1) Achava-se ainda em vigor o Tratado de Paz e Amizade em 11 de Agosto de 1432 celebrado entre Portugal e Aragão e Navarra, — o DOC. 33 do nosso vol. 4. Porém, a predominância política em Castela de D. Alvaro de Luna, amigo e aliado do ex-regente D. Pedro de Portugal, haverá levado D. Afonso V a promover esta aliança militar com os reis aragoneses e navarro, possivelmente até por sugestão do conde de Benavente. JERONIMO ZURITA parece inclinar-se a que partiu do príncipe D. Henrique de Castela, revoltado contra o pai, como é sabido, a iniciativa de se confederar com os reis de Aragão, de Navarra e de Portugal contra D. João II e o seu condestável (*Anales de la Corona de Aragón*, parte 2, liv. 15, cap. 56, fl. 316 v.); porém, a verdade é que tal confederação não interessava menos ao soberano português, em prevenção contra possível intervenção em nosso país das hostes de Alvaro de Luna, em apolo do deposto infante D. Pedro. Sobre o andamento dos acontecimentos em Castela na época pode ver-se a *Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, ps. 197 e ss.

trissimo rrey de Portugal, nuestro sobrino, con las condiciones e por el tiempo que con el dicho rrey de Portugal concordaredes, pues que cada uno haya de hauer a su despessa la ayuda que demandara del otro.

En las quales, entre las otras cosas expressamente se contenga que, si el rrey de Castiella indizira o de fecho fara guerra contra nos o contra vos, el dicho rrey de Nauarra, o contra nuestros rregnos o contra el vuestro, o si nos indiziremos e de fecho faremos o vos, el dicho rrey de Nauarra, indiziredes o de fecho faredes guerra contra el dicho rrey de Castiella o contra sus rregnos, que, en qualquiere destos casos, el dicho rrey de Portugal, dentro cierto tiempo, despues de auisado desto o requerido, el haya de indizir e de fecho fazer guerra contra el dicho rrey de Castiella e contra sus rregnos. E, assi mesmo, que, si el dicho rrey de Castiella indizira o de fecho fara guerra contra el dicho rrey de Portugal o contra sus rregnos, o el dicho rrey de Portugal indizira o de fecho fara guerra contra el dicho rrey de Castiella o contra sus rregnos, que assi mesmo nos e vos, el dicho rrey de Nauarra, despues que nos sera notificado e seremos requeridos, como dicho es, hayamos e hayades a indizir e fazer guerra contra el dicho rrey de Castiella e sus rregnos.

E que alguno o algunos de nos tres, despues de abierta la guerra en qualquiere de las formas sobredichas, no se pueda pacificar o atreguar con el dicho rrey de Castiella sin expressa voluntat e consentimiento de aquel o aquellos al qual o a los quales el dicho rrey de Castiella haura mouido o fecho la guerra o por el qual o por los quales la guerra sera mouida o fecha al dicho rrey de Castiella.

E de las cosas sobredichas e cerca dellas podades apuntar, fazer concordar, atorgar e firmar, en nombre nuestro e por nos, con el dicho rrey de Portugal, nuestro sobrino, o con las personas que por el o con su poder seran por esto deputadas qualesquiere capitulos o jnstrumentos publicos, con aquellas clausulas, cautelas, obligaciones de personas e bienes, sacramentos e homenages, los quales podades fazer e prestar en anima e fe nuestra, e otras qualesquiere conuenciones e seguridades que a vos seran vistas e con el dicho rrey podredes concordar.

E, generalmente, podades fazer, contractar, firmar e assegurar todas las otras cosas que cerca de lo sobredicho vos seran vistas vtils, necesarias e expedientes, sin las quales aquello non pudiesse haver deuida execucion e affecte sustancia de lo que dicho es dessuso, no mudada encara que sean tales que requieran poder special, sobre las quales cosas e cada vna dellas, con las jncidentes e dependentes daquellas, vos damos e comandamos nuestro pleno e bastant poder, voces e vezes e libera e general administracion, con plenissima facultat. E prometemos, en nuestra bona fe e palaura rreal, a vos, el dicho rrey de Nauarra, nuestro ermano, en manos e poder de nuestro ssecretario e notario publico jnfrascripto, como a publica persona stipulant e acceptant, por vos e por todos

los otros de qujn es o podia seyer jnteres, hauer firme, rato, grato e valedero lo que por vos e el dicho rrey de Nauarra, en nombre nuestro, e per nos sera fecho e procurado, en lo sobre dicho e cerca (2) de aquello, e no lo ruocar, dins obligacion de nuestros bienes.

Queremos, empero, e con tal protestacion e condicion vos atorgamos el dicho poder, que no nos podades obligar ayudar al dicho rrey de Portugal contra el jllustre duch de Burgunya, nuestro muy caro e muy amado cosino, ni contra las comunidades de Milan e de Jenoua ni contra el jllustre marques de Ferrara, nuestro muy amado fijo, antes hayades a exceptar expressament, por parte nuestra, todos los sobredichos, en las dichas ligas e confederaciones.

Dado e fecho en el castillo nueuo de la nuestra ciudat de Napols, a vinte siet dias del mes de janero, en lanyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil quatrocientos quaranta nueue, de nuestros rregnos anyo xxxliiij e de aquesto rregno de Sicilia de ca far del anyo xv.

Senyal + de nos, don Alfonso, por la gracia de Dios rrey de Aragon, de Sicilia de ca e della far, de Valencia, etc., en las dichas cosas atorgamos e firmamos e a este jnstrumento publico mandamos poner nuestro siello comun pendent. Rex Alfonsus.

Testimonios qui fueron a las dichas presentes los venerable padre en Christo, spectable e magnificos don G[arcia], vispe de Lerida (3), don Eximen Perez de Corella, conte de Cocentayna, e Pere Besalu, general conseruador del patrjmonio rreal, consellers del dicho senyor rrey.

Sig + num mei, Bartholomei de Reus, secretarij dominj regis predicti, eiusque auctoritate notarij publici per vniuersa regna et dicionis maiestatis sue, qui predictis jnterfui eaque scribi feci et clausi. Corrigitur, autem, in linea vja., pues que cada vno haya de hauer a su despesa la ayuda que demandara del otro, en las quales.

Dominus rex mandauit mltchi,
Bartholomeo de Reus, in cuius
posse firmauj.
Prouisa.

(2) No ma. *serca*.

(3) Este bispo de Lérida é D. Garcia Azmares, que, ainda deão de Tarazona, negociara e firmara em Portugal, em 1432, o Tratado de Paz e Amizade de Aragão e Navarra com o nosso país (Cfr. as ps. 104-05, 108-10, 144-45, 147-48, 152-55, 157, 160-61, 224-25 e 305-07 do nosso vol. 4).

6

25 FEVEREIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique, enquanto for sua mercê, os direitos das mercadorias que vierem ao reino das terras sitas entre os cabos Cantim e Bojador, menos a sisa, com segurança para navios, tripulações e fazendas que, por ordem ou licença do infante, forem à referida zona ou de lá vierem (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 35, fl. 60.

Publicada em [RAMOS COELHO], *Alguns documentos*, vol. 1, p. 13, e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 462.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Purtuguall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que o jffante dom Anrique, meu muyto pregado e amado tio, nos dise como lhe teemos outorgados os

(1) Em 22 de Outubro de 1443, o infante D. Pedro, regente do reino, concedera ao infante D. Henrique o exclusivo da navegação para lá do Cabo Bojador e ainda o quinto e dixima devidos a el-rei das mercadorias que de lá viessem. — o DOC. 62 do nosso vol. 8 —, e, por diploma de 3 de Fevereiro de 1446, lhe fez idêntica concessão relativamente às Canárias, — o DOC. 95 do nosso vol. 9. Semelhante àqueles é o presente diploma régio, que, entretanto, reserva para o monarca a sisa pela venda dos produtos trazidos e ainda o quinto das presas tomadas por navios de armada aos do país ou de fora dele que lá fossem sem licença do Navegador. Esta última disposição visava, portanto, também os barcos de Castela que demandavam mercantilmente aquelas paragens, sobre as quais Portugal apenas houve título jurídico de posse pela bula *Romanus pontifex* de 8 de Janeiro de 1455. Daí a reacção, segundo cremos, do duque de Medina Sidónia, conde de Niebla e senhor do porto andaluz de Sanlúcar de Barrameda, D. Juan Alonso de Guzmán, como se infere da concessão que, em 8 de Julho deste mesmo ano de 1449, lhe fez o soberano de Castela de «toda la dicha mar é tierra, desde el Cabo de Aguer hasta la tierra alta é Cabo de Bojador, con todos los ríos é pesquerías é resgates é con la tierra adentro», etc., para ele e herdeiros para sempre, reservados apenas para a coroa «la suprema jurisdiccion é mineros de oro é plata é otros metales» (Documento editado na *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, vol. 36, Madrid, 1860, ps. 499-501). Como já observámos em *Qual o Cabo dobrado em 1434 por Gil Eanes?*, é para estranhar que o Prof. PEREZ EMBID tenha reproduzido entre aspas, a propósito, passo que parece aduzir do documento em causa, quando, afinal, ele não passa de texto do sumário do mesmo, redigido no século passado (Cfr. *Los descubrimientos en el Atlántico*, p. 156).

dereitos que a nos perteençem de todallas cousas que trouuerem os naujos que veerem de Canarea e do Cabo do Bojador pera alem e que temos defeso que nêhûus naujos nom uâao as dictas terras, de paz nem de guerra, sem sua leçença, segundo mais conpridamente he contheudo nas cartas nosas que dello tem; e que, porquanto a moor parte daquella terra nom he pouoada e ha grandes tenpos que destes nosos rregnos se nom trautam nêhûuas mercadarjas pera ella, nos pedia por merçe que lhe desemos os djreitos que a nos perteençesem auer de toda mercadarja e cousas que se trautasem des o Cabo de Cantim ataa o Cabo do Bogador, porquanto ho entendia, por serujço de Deus e noso, de encaminhar como se da dicta terra pera nosos rregnos trautasem algûas mercadarjas.

E nos, visto seu rrequerjmento e porque fomos çerto que pasa de trinta annos que, na dicta terra, nunca foy trautada mercadarja dos dictos nosos rregnos e, querendolhe fazer graça e merçe; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, daqui en diante, enquanto nosa merçe foor, todo o direito que a nos pertence auer das coussas que da dicta terra vierem a nosos rregnos, rresaluando pera nos a sysa que a nos amontar dauer das dictas cousas que se venderem, porque estas queremos que se rrecadem pera nos, nos lugares de nosos rregnos e senhorjos em que se venderem. E eso mesmo nos praz que todollos naujos e homeens e mercadarjas que ell a dicta terra mandar per suas cartas e leçença sejam seguros de todollos nossos naturaaes, que lhes nom façom nhûua semrazom nem lhe tomem contra suas vontades nhûuas cousas do que leuarem e trouuerem.

E, hjndo algûs naujos darmada de nosos rregnos aas dictas terras e filhando algûs outros naujos que lla forem com mercadarjas, asy de nosos rregnos como de fora delles, sem leçença do dicto meu tio, de taaes como estes queremos que se rrecade pera nos o quinto de todo.

E porem mandamos aos veedores de nosa fazenda, contadores, almoxarifes e rreçebedores, corregedores, juizes e justiças, officiaes e pessoas e outros quaesquer a que o conhecimento desto pertencer que asy o compram e façaaam conprir, sem outro embargo que a ello ponham. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nosa carta, asynada per nos e selada do noso sello do chumbo.

Dante em a nosa villa de Santarem, xxb dias de feureiro. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mjl e iiij^o Rix. E eu, Martin Gill, a fiz escrepuer e aquj soescpreuj.

Gunsaluus.

Johannes.

Afonso Alvarez.

Conçertada per mjm, Afonso Alvarez, escpriuam, com Luis Martijnz, escpriuam em estes contos.

7

27 FEVEREIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, confirma à Ordem Militar de Cristo, de que ele é regedor e governador, todas as honras, privilégios, liberdades, graças e mercês que lhe haviam dado e confirmado os monarcas seus antecessores.

ANTT., *Mestrados*, fl. 153 v., — donde se reproduz.

Publicada por P. ANTÔNIO BRASIO, *Monumenta Missionaria Africana, Africa Ocidental (1342-1499)*, 2.^a série, vol. 1, p. 268.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta ujem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee aa hordem de Nosso Senhor Ihesu Christo, de que he regedor e gouernador o jffante dom Henrique, duque de Ujseu e ssenhor de Coujlhãa, meu muyto preçado e amado tio; teemos por bem e outorgamo[s]lhe e confirmamoslhe todallas homrras, priuyllegios, liberdades, graças e merçees que lhe foram outorgadas, dadas e confirmadas per cartas dos rrex que amte nos foram, de que hussarom e esteuerom em posse ataa morte do muj alto e muj excellente principe, de gloriosa memoria, elrrey meu ssenhor e padre, cuia alma Deus aja.

E porem mandamos a quaesquer nossos officiaaes e pessoas, a que o conhecimento desto pertencer per quallquer gujsa que seja, que assy o compam e guardem e façam comprir e guardar, ssem outro nehũu embargo que a ello ponham. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, signada per nos e asseellada do nosso sseello do chumbo.

Dada em a nossa ujlla de Santarem, xxvij dias de feueireiro. Elrrey o mandou. Martin Gill a ffez. Ano de Nosso Senhor Ihesu Christo de mjll e iiij^o e Rix.

28 FEVEREIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de segurança e salvo-conduto, passada ao conde de Benavente, que lhe pediu para visitar a corte portuguesa (1).

(1) Entregue o regimento do reino exclusivamente ao infante D. Pedro pelas cortes de Lisboa de 1439, o facto desgostou sobremaneira não só a rainha viúva D. Leonor de Portugal, mas também os reis de Aragão e de Navarra e o infante D. Henrique de Aragão, irmãos daquela, os quais então superentendiam no governo do reino de Castela contra D. João II e D. Alvaro de Luna. O regente do reino português, que até então apoiara os Infantes Aragoneses contra Castela, aliou-se, por isso, com D. João II e seu Condestável e prestou-lhes o auxílio constante dos COCS. 77, 81, 90 e 190 do nosso vol. 8. E a nova aliança veio a ser selada hábilmente por D. Alvaro de Luna, através do casamento do rei castelhano com a infanta D. Isabel de Portugal (Cfr. os DOCS. 62, 111, 138 e 141 do nosso vol. 9). Manteve assim o nosso país o apoio ao rei de Castela e a Alvaro de Luna durante toda a regência de D. Pedro. Entregue depois por este o regimento do reino ao sobrinho D. Afonso V, parece haver o ex-regente buscado em seu favor o apoio político dos mandantes de Castela em 1448; pois, segundo PEDRO CARRILLO DE HUETE, ao partir el-rei D. João II para Valhadolide em Agosto ou Setembro daquele ano, «mandó a don Alvaro de Luna que de allí se fuese a Ledesma, para se ver con el ynfante don Pedro de Portugal; el qual estava buelto con su sobrino el rrey de Portugal, e le avia mandado salir de su rreyno, por muchas siniestras ynformaciones que dél le fueron fechas. El aqueste ynfante don Pedro era mucho seruidor del Rey de Castilla, e por esto enviava a don Alvaro de Luna para que se consolase e platicase con él cerca de su rreparo» (*Crónica del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete*, cap. 366, p. 504). Pode ver-se também a *Historia de España dirigida por Ramón Menéndes Pidal*, t. 15, p. 197, onde, a propósito daquele encontro, LUIS SUAREZ FERNANDEZ tece este comentário: — «Colocándose junto al infante portugués, el condestable de Castilla se asociaba a una causa vencida, y ganaba, para él, la poderosa enemistad del único reino peninsular en que podía haber encontrado apoyo». Aquele encontro, a que não achamos referência nem na *Crónica de Don Juan II* nem em PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, inclinou porventura o jovem soberano português para a política dos Infantes de Aragão, agora representados apenas pelos reis de Aragão e de Navarra; pois lemos naquela crónica castelhana, em texto referido ao ano de 1448: — «E aun en este tiempo el Rey Don Alonso de Portugal favorecia al Rey de Navarra, que era sobrino suyo, hijo de su hermana» (cap. 4, p. 658). E o facto confirma-se pelo acolhimento dado por Afonso V de Portugal a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente: preso este por el-rei de Castela, que lhe confiscara os bens, conseguiu evadir-se, como minuciosamente narra a *Crónica de Don Juan II*, e passar-se «al Reyno de Portugal al castillo de Mogadorjo, que lo tenía Alvar Perez de Tabora, un muy buen caballero del Rey de Portugal, el qual es a catorce leguas de Benavente; el qual Alvar Perez lo acogió é le hizo mucha honra, porque gelo mandó así el Rey de Portugal» (*Crónica cit.*, ano 1448, cap. 4, p. 661).

AHNM, *Osuna*, Legajo 3909, n.º 15. Original em pergaminho, com o selo de chapa do camafeu.

Dom Affomssso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A todoslos jfantes, duques, comdes, rricos homeens, fidalgos, caualeiros, alcaides, corregedores, juizes, justiça e a outras quaaesquer pessoas de nossos rregnos e senhorio, de qualquer estado e comdiçam que sejam, a que esta nossa carta de sal[uo]comduto for mostrada, ssaude.

Sabede que o comde de Benauemte, dos rregnos de Castela, nos enulou dizer como lhe prazeria muito de ucer nossa corte. Pedimdonos que lhe mandassemos dar nossa carta per que seguramente a ela podesse vijr. E, porquamto a nos praz de sua vijmda, lhe damos, per esta nossa carta, nossa seguramça rreal, pera el e todos aqueles que lhe prouuer comssigo trazer, da vijmda, estada e tornada.

E porem uos mandamos a todos em jeeral e a cada hũu em espeçial que per vos nem per uosso mandado ou comssentimento lhe nom seja toruada sua vijmda nem lhe façaes nem comssentaacs fazer, a el nem algũu que com el uenha, desaguisado nem semrrazom, amte lhe guardees e façaes cumprir e guardar esta nossa seguramça. Seemdo çertos que, se o contraíro desto fazerdes, nos tornaremos a elo e uos daremos aquelas penas e escarmemto que mereçem aqueles que som desobidíemtes a mandado de seu rrey e ssenhor. E, por sua guarda, lhe mandamos dar esta nossa carta, sijnada per nos e seelada do nosso seelo camafeu.

Damte em a nossa uila de Samtarem, xxbiij dias de feureiro. Pero Guomçaluez a fez. Anno do naçímemento de Nosso Senhor Ihesu Christo de mil iiijº e quareemta e noue. E eu, Ruy Galuom, sacretario do sseñhor rrey, esta carta fiz escpreuer.

(as.) El Rey . . .

Selo do camafeu.

(as.) Nuno Martijnz da Silueira.

9

1 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, a recomendar ao papa Nicolau V Fr. Pedro de Góis, comendador de Santa Vera Cruz, no reino de Portugal, da Ordem do Hospital, pelos serviços que lhe tem prestado e ainda pelos que dispensou a sua irmã a rainha D. Leonor, o qual vai tratar de assuntos da própria consciência (1)

ACA., Cancilleria Real, Registro 2543, fl. 166 r.-v.

Sanctissime ac beatissime pater et domine. Post humjlem filij commendacionem et pedum oscula beatorum.

Transfert se, jnpresenciarum, ad sanctitatem vestram religiosus et dilectus noster frater Petrus de Goyos, ordinjs hospitalis Sancti Johannis Jherosolimitanj, preceptorque preceptorie Sancte Vere Crucis, jn regno Portugalie, super nonnullis que et honorem et exoneracionem sue consciencie, vt nobis retulit, queque sanctitati vestre eciam per eundem nota erunt merjto respiciunt.

Est enim vir vtique honestus nobisque, propter seruicia ipsius jn nos, tum jn serenissimam bone memorje Elionorem, reginam Portugalie, sororem nostram, affectus multum et gratissimus. Sanctitati vestre, propterea, et humjliter et deuote supplicamus vt, causa nostra, religiosum eundem, jn suis agendis expediendisque vt, medio nostro, percipiat quam obtime commendatum sanctitas ipsa suscipiat. Ad singularem gratiam id a sanctitate ipsa suscipientes, quam conseruet Altissimus regiminj ecclesie sue sancte per tempora longiora.

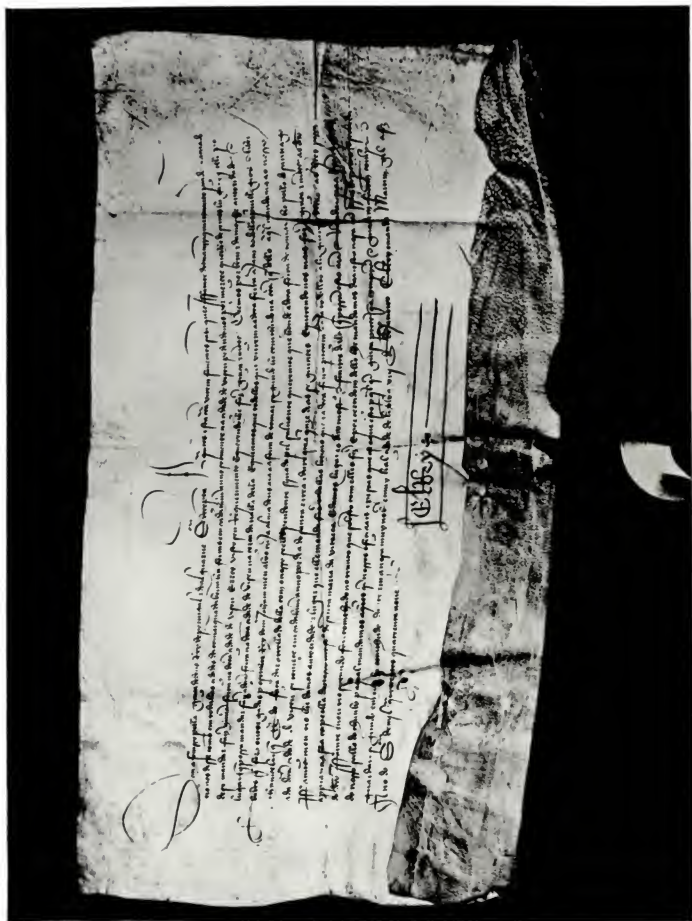
Datum jn Castellonouo Neapolis, die primo marcij, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc°.xxxvbiij°. Rex Alfonsus. Suplico vos mj suppliacion vos sea accepta.

Sanctissimo ac beatissimo domino nostro pape.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

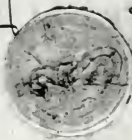
(1) Na mesma data expediu o monarca aragonês duas outras cartas idénticas aos cardeais de Valência e de Messina (*Registro infracit.*, fl. 166 v.). Sobre Fr. Pedro de Góis vejamos os DOCS. 56 e 77 do nosso vol. 9 e demais fontes ali citadas.

Sobre a Militar Ordem Soberana de S. João de Jerusalém de Rodes e de Malta em nosso país, de que foi comendador Fr. Pedro de Góis, pode ver-se o recente estudo de LAURENT DAILLIEZ, *Essai historique sur l'Ordre Souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV Siècles)* com a bibliografia pelo autor aduzida.



Est. II. — Confirmação por D. Afonso V da feira de Viseu ao infante D. Henrique, em 1449 (DOC. 2).

Life



Handwritten signature: *Handwritten signature*

10

2 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao conde de Arraiolos, seu primo, a capitania de Ceuta (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 123 v.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, confiando nos da grande bondade e descripção do comde d'Arrayollos, meu bem amado primo, sentindoo por serviço de Deus e bem e proueyto de nossos rregnos e que o fara bem e como compre a nosso serviço; teemos por bem e fazemolo capitam em sollido da nossa çidade de Çepta e damoslhe pera ello todo nosso liure, perfecto e comprido poder, assy e tam perfeytamente como o nos auemos.

E mandamos a todos aquelles que em a dita çidade morarem ou esteuerem, de qualquer estado e condiçom, preminença que seiam, que façam todo seu mandado e lhe seiam em todo muy bem obediemes, assy e tam compridamente como o fariam e deueriam fazer a nos, sse de presente fossemos. E mandamos, se algũu fidallgo, capitam ou caualeiro ou escudeyro e quaaesquer outros, de qualquer estado e comdiçom que seiam, forem desobedientes a seu mandado, o que nom queremos nem esperamos, ou fezerem o que nom deuem, que elle, dito comde, capitam da dita çidade, os possa penar, nos corpos e averes, assy e tam compridamente como o nos poder fazeríamos (2), se presente fossemos.

E outorgamoslhe, pera ello, todo nosso comprido, perfecto poder e toda nossa jurdiçom çiuell e crime, alta e baixa, mero e misto jmerio, e queremos que elle possa penar cada huuns dos sobreditos, fazendo o que nom deue, em todo caso que lhe bem parecer, assy e pella guysa que o nos fariamos, sse presente fossemos, assy nos corpos como nos beens, ataa morte natural! inclusiue, sem outra algũa apellaçom nem agrauo pera nenhũa parte, mas todo fazer em elle fym. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, seellada com o nosso seello do chumbo.

Dada em a nossa villa de Santarem, dous dias de março. Pero Gomçalluez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^o Rix. Eu, Ruy Galuom, secretario do senhor rrey, esta carta fiz escrepuer.

(1) Esta carta é transcriçãõ da do regente D. Pedro de 14 de Agosto de 1445, posto a não cite,—o DOC. 31 do nosso vol. 9.

(2) Na retrocitada carta, *fazer poderíamos*

11

3 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Gonçalo Pacheco, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de thesoureiro dos dinheiros, panos e demais coisas pertencentes às despesas da cidade de Ceuta, em Lisboa (1).

ANTT., Extras, liv. 1, fl. 72 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merce a Gonçallo Pacheco, escudeiro do infante dom Henrique, meu muyto preçado e amado tio, e fiando dell que o fara bem e como compre a nosso seruico; teemos por bem e damollo por thesoureiro dos dinheiros e panos e todallas outras coussas que pertencem pera as despesas da dita cidade de Ceuta, assy das nossas rremdas, como doutras quaaesquer coussas, per quallquer maneira que a ell venham, pera as ditas despesas, assy e pella guissa que o ataaquy era.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e contadores e allmoxarifes e escpuiães e sacadores e a outros quaaesquer oficiaes e pessoas, que esto ouuerem de veer per quallquer guissa que seia, que o ajam, daquy em diante, por thesoureiro de todallas ditas coussas, como dito he, e lhas entregem presente o escpuiam de seu oficio, sem outro nenhũu embargo. E damoslhe poder que possa mandar costringer os que forem devedores e nom quiserem pagar aos tempos e polla guissa que forem theudos e lhes fazer por ello vender e rrematar seus beens, assy como se deue de fazer per nossas diuydas.

E mandamos a todollos corregedores, juizes e justiaças a que esta carta for mostrada, ou o trellado della em publica forma, que lho leixem assy fazer e o ajudem a ello, cada [uez] que per elle ou da sua parte forem rrequeridos, e seiam a ello bem diligentes e mandados, senom seiam certos que lhe sera estranhado graueamente. E ell, do que rregeber, dee estormentos de conhecimentos aas partes do que assy rregeber, feitos pollo dito escpuiam de seu oficio. O quall oficio lhe outorgamos, como dito he, sse o elle ataaquy seruio, per sy ou per outrem em seu nome.

O quall Gonçalo Pach[e]co nos mandamos e defendemos, sob pena do corpo e beens, que nom rreçeba nem despenda nenhũa coussa que

(1) Sobre Gonçalo Pacheco cfr. a nota 2 da p. 309 do nosso vol. 8.

ao dito officio pertença, saluo presente o dito escpuiãao de seu ofiço, pera todo assemtar em seu liuro e vir a bõa rrecadaçam. Ao quall Gonçallo Pacheco nos mandamos que aja outro tall e tamanho mantimento e vestir, pera ssey e pera os homens que lhe som hordenados que tenha, daquy em diante, como avia Gomçallo Taauares, que ante dell foy tesoureiro.

Outrossy, mandamos a uos, ditas justiças, que, homde quer que o dito thesoureiro chegar, lhe dees e façaes dar pousadas e camas sem dinheiros, pera ell e pera os que comssiguo levar, e mantimentos e bestas de carregua e as outras coussas que lhe comprirem e fezerem mester, por seus dinheiros; outrossy, homens desses comçelhos, que sse vão com ell, pera levar em saluo os dinheiros, ouro e prata que levar, quando uos per ell forem rrequeridos. O quall Gonçallo Pacheco jurou em a nossa chancelaria, aos santos evangelhos, que bem e diretamente e como deue obre e vse do dito ofiço e guarde a nos o nosso seruiço e ao poboo seu direito.

Dante em Santarem, tres dias de março. Antam Gonçalluez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

12

7 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a tomar Leonel Gil, escudetro da casa do infante D. Henrique, e suas coisas em especial guarda e encomenda, em atenção ao dito infante.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 173 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Lionel Gill, escudeiro da cassa do jfante dom Anrrique, meu mujto amado tio, morador em Lagos, filhamollo por nosso e rregebemos el e todas suas coussas em nossa espeçial guarda e encomenda.

E porem mandamos a todollos corregedores e juizes e justiças e a outras quaesquer pessoas que esto ouuerem de uer e esta nossa carta ffor mostrada que o trautees e ajaees em nossa encomenda, como coussa nossa de que grande carrego teemos, e lhe nom façaes nem conssentaaes fazer outro algũu nojo nem ssemrazom, que asi he nossa merçee de lhe sseer fecto, pollo do jfante dom Anrrique, meu mujto amaado e prezado

tio, cujo criado he, ssem outro embargo que a ello ponhaees. Esta carta lhe nom ualha, sse asseelada nom ffor.

Dada em Santarem, sete dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Ano do Senhor de mjl e iiij^o e Rix. E eu, Ruj Galuom, sacretario do dicto ssenhor rrey, esta carta ffiz escpreuer.

13

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique, enquanto sua mercê for, duas casas nas tercenas régias de Lisboa, junto das casas de Ceuta, onde o infante tem duas naves, sob condição de ele as conservar e reparar à sua custa, enquanto delas usar (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 37 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 4, fl. 24 v.

Publicado o primeiro texto por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 349-50, e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 463.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee ao jfante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado thio; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, dagy em diante, emquanto nosa merçee for, as duas casas das nosas tarçenas da çidade de Lixboa, que a em anbas duas naves que estam junto com as casas de Çepta, das quaaes tarçenas se ora o dicto jfante serue, contanto que ell as adube e correga de todo o que lhe mester for a sua custa, emquanto as asy teuer.

E porem mandamos aos nossos almuxarifes das dictas tarçenas e do noso almarez da dicta çidade e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer que lhe leixem teer as dictas tarçenas e servir dellas no que lhe prouuer, emquanto nosa merçee for, como dicto he. E façam rregistar esta carta em seus liuros do tombo, pera se per ela saber como as de nos teem. E ell tenhaa, pera sua guarda. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biiij dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^o Rix.

(1) Sobre as tercenas de Lisboa pode ver-se AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, *A Judiaria Nova e as primitivas Tercenas de Lisboa*, em «O Arqueologo Portuguez», vol. 6, Lisboa, 1901, ps. 114-32.

14

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433 sobre a dizima nova de toda a pesca do mar de Monte Gordo ser entregue ao dito infante (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 38.

Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, p. 347, e em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, ps. 428-29.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado thio, nos foy mostrada hũa nosa carta, seelada do noso seello pendente e asinada pollo doutor Joham Dosem, que foy do noso conselho e chanceler moor, da q[ua]l ho theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina citada,—o DOC. 78 do nosso vol. 4.

E enujoyouns pedir de merçee o dicto jfante que lhe confirmasemos a dicta carta polla guisa que em ella he conteudo, da qual cousa a nos praz.

(1) A propósito destas confirmações régias ao infante D. Henrique, em recente e valioso estudo, BAQUERO MORENO observou: — «Acentua-se o facto do Infante D. Henrique, antes da reunião do conselho do rei em Abril, ter recebido de D. Afonso V a confirmação de inúmeras doações feitas a seu favor, como mestre da Ordem de Cristo. A data das referidas confirmações oscila entre 8 e 14 de Março de 1449, quando o infante D. Henrique, já se encontrava em Santarém (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fls. 37 v.-40 v.). Não teria, assim, D. Afonso V (aliás os nobres) pretendido obter o apoio moral e material do Infante D. Henrique a favor da sua causa?» (*O Infante D. Henrique e Alfaroabeira*, p. 68, nota 54). Sublinharemos que tais confirmações régias não assumem qualquer aspecto político, mas constituam mera operação de rotina, toda a vez que mudava a chefia suprema da nação, embora acrescidas, às vezes, de novas dádivas. Assim procederam com o Navegador el-rei D. Duarte em Setembro de 1433, pelo falecimento de D. João I (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 4, ps. 264-272), a Regência do Reino de Abril a Julho de 1439, após o falecimento de D. Duarte (*Ibi*, vol. 6, ps. 299-300, 302-304, 310-312, 313-324, 332-333, 334 e 337-338), e, enfim, el-rei D. Afonso V em 1449, cujas primeiras cartas de confirmação a D. Henrique datam de 13 de Janeiro e de 25 e 27 de Fevereiro (Cfr. os DOCS. 2, 6 e 7 do presente volume). E o mesmo processo se usou, geralmente, nos diversos reinados, como é sabido, confirmando os monarcas a súbditos seus doações régias dos antecessores, mantendo-lhes assim a legalidade e validade e suprimindo as que não as tinham.

E porem mandamos a quaaesquer nosos ofiçiaaes e pessoas [a] que esto pertencer per q[u]alquer gisa que seja, que lhe conpram e guardem, façam conprir e guardar a dicta carta segundo neela faz mençom, sem outro algũu embargo que lhe sobrello seja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, bilij dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiii^o Rix.

15

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder ao infante D. Henrique altar e jazigo para si no mosteiro da Batalha, na capela de D. João I, junto ao jazigo do infante D. Pedro (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 38. Sobre o assumato pode ver-se: TEIXEIRA DE CARVALHO, *O túmulo do Infante*.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos damos lugar e licença ao jfante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tyo, que ell posa auer hũu altar e hũu jazijgoo pera sseu corpo na capeella delrrey dom Joham meu auoo, que Deus aja, que he no moesteiro (2) da Uitoria, junto com ho outro do jfante dom Pedro, a saber: o altar junto com o outro altar seu e o jazijgoo per esa gisa.

E porem mandamos a quaaesquer a que o conheçimento desto pertencer que os nom ocupem com outras cousas. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, bilj dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiii^o Rix.

(1) Posto o não declare, este diploma régio é mera confirmação da carta da regência do reino de 1 de Junho de 1439 — o DOC. 133 do nosso vol. 6 —, em que, pela vez primeira, foi concedido jazigo ao infante D. Henrique na Batalha, se bem que a ele tinha já o Navegador direito, nos termos do testamento de el-rei D. João I, seu pai, de 4 de Outubro de 1396, — o DOC. 70 do nosso vol. 3: — «E mandamos que pellos jazyguos das paredes da capella todas em quadra, asy como sam feytas, se possam lançar filhos e netos de rreix, e outros nom», sob condição de deixarem a capela do monarca a terça dos bens que cada um legasse aos frades dominicanos do mosteiro da Batalha (*Ibi*, ps. 135-36).

(2) No ma. out.^a por *moesteiro*, equívoco do copista, que leu mal a abreviatura.

16

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará eduardino de 21 de Setembro de 1434, de privilégio a dez pastores daquele que, no couto de Alcobaça, haviam de pastorear 2.000 ovelhas (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 38 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu tyo, nos foj mostrado hũu aluara delrrey meu padre, que Deus aja, do qual o theor tal he.

Segue-se a transcrição do alvará de D. Duarte de 21 de Setembro de 1434 sobre o assunto, — o DOC. 35 do nosso vol. 5.

E fomos rrequerido, da parte do dito jfante, que lhe confirmasemos o dicto aluara, da qual cousa a nos praz.

E porem mandamos ao dicto dom abade dAlcobaça e aos juizes e justigas do dicto couto e a outros quaaesquer nosos ofiçiaaes e pesoas que esto, per quallquer gisa, ouuerem de veer, que lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar o dicto aluara segundo nel e nesta nosa carta

(1) Não alude o diploma afonsino à confirmação da regência do reino de 1 de Julho de 1439, — o DOC. 149 do nosso vol. 6. Estes documentos podem indicar talvez ter-se o Navegador dedicado também à indústria dos lanifícios, embora sem exclusivo, posto não conheçamos hoje outros textos sobre o particular, na desfalcada documentação henriquina. Foi o infante, com efeito, senhor de terras várias, em cujas montanhas, pelo menos, predominariam os rebanhos de ovelhas e que se estendiam de Lallim e Valdigem, nos arredores de Tarouca, à serra da Estrela. Demais, constituía então a lã matéria-prima fundamental do traje, especialmente das classes menos abastadas (Podem ver-se, a propósito, GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.^a ed., tomo 9, pa. 215-19, e OLIVEIRA MARQUES, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, ps. 23 e ss.). A abonar a nossa hipótese há o facto aduzido pelo primeiro dos autores citados, que sublinha: — «No couto do mosteiro d'Alcobaça ascendia em 1439 a mais de cinquenta annos que se teciam panos de cõr. Referiam isto os moradores do couto n'um dos capitulos que, por seus procuradores, offereceram nas côrtes de Lisboa de 1459. Entregavam-se a essa industria por serem boas as lãs» (p. 217).

faz mençom, sem outro embargo que lhe sobrello seja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biiij dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor de mill iiij^o Rix.

17

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará de el-rei D. Duarte de 21 de Agosto de 1437, de privilégio a treze marinheiros seus em Lisboa e Porto e ainda a Diogo de Pinheiro, mestre da sua nau, residente em Lisboa (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 38 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Henrrique, meu tyo, nos enujou mostrar hũu aluara delrrej meu padre, que Deus aja, sinado per ell, do qual o theor tal he.

Segue-se a transcrição do alvará eduardino citado, — o DOC. 53 do nosso vol. 6.

E pedionos o dicto jfante que lhe confirmassemos o dicto aluara e lhe priuilliassemos nouamente Diogo de Pinheiro, mestre da sua nao, morador em Lixboa, segundo cada hũu dos xiiij marinheiros. E porque a nos del[o] apraz, confirmamoslhe o dicto aluara segundo nell he conteudo e mais priuilligiamos o dicto Diogo de Pinheiro, pela gisa de cada hũu dos treze no dicto aluara conteudos som priuilligiados.

E porem mandamos a todos e quaaesquer que esto ouuerem de veer que lhe compram e guardem o dicto aluara como em el he conteudo e o dicto Diogo de Pinheiro, que ora nouamente priuilegiamos, como dicto he.

Dada em Santarem, biiij dias de março. Elrrej o mandou. JohanEannes a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^o Rix.

(1) Privilégio idêntico concedeu el-rei, também a pedido do infante, a 4 marinheiros deste em Lagos, a 18 de Novembro seguinte (Cfr. o nosso DOC. 93). Pode ver-se igualmente o DOC. 141 do nosso vol. 6.

18

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. Duarte de 26 de Setembro de 1433, da confirmação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 39.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrique, meu tyo, nos foy mostrada [hũa carta] delrrey meu sseñhor e padre, que Deus aja, sinada per ell e aselada do seu seello de çera rredondo, nas costas, da quall ho theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina citada, — o DOC. 83 do nosso vol. 4.

E enuounos pedir de merçee o dicto jfante que lhe confirmasemos a dicta carta, da quall cousa a nos praz.

E porem mandamos a todollos nosos juizes e justiçaes e a outros quaesquer, a que o conhiçimento desto pertencer per qualquer gisa que seja, que lha conpram e guardem e façam conprir e guardar esta dicta carta segundo nella faz mençom, sem outro algũu embargo que lhe sobrello seja posto.

Dada em Santarem, biiijº dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mill iiijº Rix.

(1) Cfr. também a carta régia de 12 de Março seguinte, — o nosso DOC. 29. Sobre o assunto pode ver-se GAMA BARROS, *História da Administração Pública*, 2.ª ed., t. 9, pa. 237 e ss., o qual alude a este e outros documentos sobre o particular.

19

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433 de quitação do quinto que a el-rei pertence haver das coisas tomadas pelos barcos armados pelo dito infante (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 39.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante com Henrique, meu muyto prezado e amado thio, nos foy mostrada hũa carta, selada com o noso sello pendente e asinada per o doutor Joham Dosem, do noso conselho e chanceler moor, da quall ho theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina citada,—o DOC. 79 do nosso vol. 4.

E enujounos pedir o dicto jfante que lhe confirmasemos a dicta carta como em ella he conteudo, da qual cousa a nos praz.

E porem mandamos a quaaesquer nosos ofiçiaes he pesoas a que esto pertencer, per qualquer gisa que seja, que lhe compram e guardem e façam comprir e guardar esta carta segundo nella faz mençom, sem outro algũu embargo que lhe sobre elo seja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biiij.^o dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij.^o Rix.

(1) A propósito escreveu ZURARA: — «Outrossy, o jffante dom Pedro, que aaquelle tempo rregya o rregno em nome delrrey, deu ao jffante seu jrmãao carta per que ouuesse todo o quinto que a elrrey pertecia. E esto pollas grandes despesas que acerca dello tijnha fectas» (*Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 15). E, noutro lugar, o cronista parece datar o facto do ano de 1446 (*Ibi*, cap. 84). Torna o autor a referir-se ao quinto das presas no cap. 18, onde afirma ter sido outorgado ao Navegador por carta régia. Sucede, porém, que a doação do quinto a D. Henrique foi feita por carta de D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, — o DOC. 79 do nosso vol. 4; confirmou-a a regência do reino em 1 de Junho de 1439, — o DOC. 140 do nosso vol. 6 —, e também el-rei D. Afonso V no presente documento. Ao mesmo quinto alude a *Crónica* citada nos caps. 24, 25, 36 e 49, nos quais vemos que, regressadas as caravelas ao país, eram as mercadorias e cativos distribuídos em cinco lotes e então o infante D. Henrique ou representante seu escolhia o que lhe aprouvesse.

20

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 1 de Junho de 1436 de privilégio a 18 homens da sua pesca dos atuns e corvinas no Algarve (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 39 v., — texto que se reproduz; repetida a fls. 39 v.-40 do mesmo livro, aqui datada de 13 de Março, decerto por equívoco do copista, que haverá transformado, porventura, o b de biij em x.

Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, p. 345, e depois em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 427-28.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Henrrique, meu tyo, nos enujou mostrar hũa carta que tijinha delrrej meu padre, que Deus aja, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 1 de Junho de 1436, — o DOC. 117 do nosso vol. 5.

Pedionos de merçee que lha confirmasemos e mandasemos conprir e guardar, da quall cousa a nos praz.

E poreu uos mandamos que lhe conpraes e guardees e façaes conprir e guardar esta carta como em ella he conteudo; porquanto nosa merçee he de lha asy confirmarmos, sem outro nehũu embargo que hũus e outros a ello ponhades. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biij dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mil iiij^o e Rix.

(1) Sobre o assunto pode ver-se GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal*, 2.^a ed., vol. 9, ps. 274 e ss.

21

10 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar o infante D. Henrique a mandar povoar as sete ilhas dos Açores, onde já mandara lançar ovelhas (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 37 v., cujo texto se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 2, fl. 36 v.

Publicada no *Arquivo dos Açores*, vol. 1, p. 7; na rev. *Insula*, vol. 1, n.º 7-8, p. 23 e em «fac-símile»; por VELHO ARRUDA, *Colecção*, p. 124, e também em «fac-símile»; e por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portuguezes*, vol. 1, p. 466, apenas as variantes.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tyo, nos enujou dizer que ell mandara lançar ouelhas nas sete jlhas dos Açores e que, se nos aprouuese, que as mandaria pobrar. E, porque a nos dello praz, lhe damos lugar e liçença que as mande pobrar.

E porem mandamos aos nosos veedores da fazenda, correjedores, juizes, justiça e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, que lhas leixem mandar pobrar e lhe nom ponham sobrelo embargo. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, x dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mill iiijº Rix.

(1) Trata-se apenas de confirmação do diploma da regência do reino de 2 de Julho de 1439, embora a presente carta régia se lhe não refira, — o DOC. 151 do nosso vol. 6. Sobre o povoamento daquele arquipélago podem ver-se sobretudo: ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 83, a ps. 358-62 do nosso vol. 2; GASPAR FRUCTUOSO, *Saudades da Terra*, a edição em publicação; P. ANTÓNIO CORDEIRO, *História Insulana*; e VELHO ARRUDA, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*.

22

10 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará eduardino de 24 de Agosto de 1436, de licença para mandar sepultar seus criados em capela do mosteiro da Batalha (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 38.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Anrique, meu tyo, nos enujou mostrar hũu aluara que tijnha delrrey meu padre, que Deus aja, do quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição do alvará eduardino de 24 de Agosto de 1436, — o DOC. 128 do nosso vol. 5.

Pedindonos o dicto meu tyo que lho confirmasemos, da qual cousa a nos praz.

E porem mandamos aaquelles a que esto pertencer que lha conpram e guardem e lhe nom ponham embargo nehũu, porquanto nosa merçee he de lha asy confirmarmos, sem outro embargo que lhe sobrello seja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, x dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz e fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^o Rix.

23

10 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a transcrever da chancelaria, a pedido do infante D. Henrique, por se lhe haver danificado o original, a carta de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, de concessão do quinto das presas efectuadas por navios e fustas que ele arme ou traga de armada à sua custa e com capitães seus.

(1) Não alude o monarca à confirmação da regência do reino de 12 de Abril de 1439, — o DOC. 118 do nosso vol. 6.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 38.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 463.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos liuros dos rregistos da nosa chamcelaria do tempo delrrej meu ssenhor e padre, que Deus aja, he rregistada hũa carta, da quall o teor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 25 de Setembro de 1433, — o DOC. 79 do nosso vol. 4.

Do quall rregistro o dicto jfante dom Henrrique nos pedijo por mercee que lhe mandasemos dar o trelado, porquanto o proprio originall se lhe denaficara, em gisa que se leer nom podia. E nos, veendo o que nos asy dezia e pedia, mandamoslho dar em esta nosa carta.

Dada em Santarem, x dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mil iiij^o Rix.

24

11 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. João I de 30 de Outubro de 1422, pela qual ele fora autorizado a dar de sesmaria certas terras suas e da Ordem de Cristo (1).

(1) Sobre o assunto podem ver-se as *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, ed. de 1792, livro 4, tit. 81, ps. 281-84; GAMA BARROS, *História da Administração Pública*, tomo 8, Coimbra, 1950, ps. 317-52; e o estudo da sr.^a Professora VIRGINIA RAU, *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Nomeado Administrador Geral da Ordem Militar de Cristo enquanto fosse beneplácito pontificio a fim de aproveitar os rendimentos dela na guerra contra os sarracenos e na dilatação da fé católica, em Maio de 1420 (Cfr. os DOCS. 179 a 183 do nosso vol. 2), o infante D. Henrique teve nomeação perpétua para o cargo do mesmo papa Martinho V em 24 de Novembro seguinte (*Ibi*, DOC. 194). E numerosos são os textos exarados em nossos volumes anteriores a demonstrarem como o dito infante, em beneficio da sua tarefa ultramarina, zelou os interesses da referida Ordem, no aproveitamento de terras incultas ou abandonadas e no conveniente arrendamento de prédios urbanos daquela colectividade. E da mesma

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, no *Livro dos Mestrados*, fl. 154 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrique, meu tyo, nos foy mostrada hũa carta que tijna delrrej dom Joham, meu auoo, que Deus aja, da q[u]al o theor tal he.

Segue-se a transcrição da citada carta joanina, — o DOC. 26 do nosso vol. 3.

Pedionos o dicto jfante, meu tyo, que lhe confirmassemos a dicta carta. E nos, visto seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e mercee, teemos por bem e confirmamoslha asy e polla gisa que em ela e em esta nosa carta de confirmaçom he conteudo. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xj dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iij^o Rix.

sorte procedeu para com os bens da Ordem Militar de Avis, durante os anos em que a regeu, como pode ver-se, por exemplo, em documentos do presente volume.

A propósito transcrevemos o seguinte comentário do freire da Ordem de Cristo do século XVI o Dr. Pedro Alvares Seco: — «Aqui he muito de notar a grandeza danlmo e entelreza em todallas virtudes de que Nosso Senhor dotou este principe (o Infante D. Henrique), o qual, cometendo e proseguindo esta navegação e conquista, á custa e despesa de suas proprias rendas e das da Ordem, sem querer ajuda dos rreals, em cujo proveito e acrecentamento de seu rreal estado a fazia, nom pedio nem aceitou pera si nem pera sua Ordem, parte algũa do que com tão grandes gastos, tantos perigos e tão continuos trabalhos adquiria, como sempre e com justa reção o fizerão os mestres que antes delle forão desta Ordem e assi da Ordem do Templo, que nas guerras contra os mouros servião, ajudando aos rreys que forão destes rreynos, dos quais receberam grandes doações de villas, lugares e terras, jurisdições, direitos e graças, que são as que agora tem esta ordem nestes reynos, como tambem as recebem e hão quaesquer pessoas privadas que, ás suas custas e ainda ás dos rreals, os servem em descubrir e adquirir pera elles e em defenderem o adquirido» (ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 235, fl. 2 v.). Por isso, também el-rei D. Manuel, em seu testamento, de 7 de Abril de 1517, exarou o seguinte passo: — «Jteem, encomendo que, ase for cousa que se posam mandar pagar allguas diujdas que ajmda hy ha, nestes reynos, do jfante dom Amrrique, se pagueem, porque seem rrezam parece que queem tanto beam a eles trouxe nam lhe pagarem suas djuidas» (ANTT., *Gaveta 16*, março 2, n.º 2, fl. 9).

25

11 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a transcrever, a pedido do infante D. Henrique, por se lhe haver extraviado o original respectivo, a carta de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, em que se concedera ao infante o exclusivo da pesca do atum no Algarve.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, llv. 20, fl. 39, — texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, llv. 3, fl. 111 v.

Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, p. 345, e em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 429.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta uirem fazemos saber que nos liuros dos rregistos da nosa chamcelaria do tempo delrrej meu padre (1), que Deus aja, he rregistada hũa carta, da quall ho teor tall he.

Segue-se a transcrição da citada carta eduardina, — o DOC. 76 do nosso vol. 4.

Do qual rregistro o dicto jfante dom Henrrique, meu tyo, nos pedio por merçee que lhe mandasemos dar o trelado, porquanto o propio orginnall se lhe fezera menos, em guisa que se achar nom podia. E nos, veendo o que nos asy dezia e pedia, mandamosilho dar em esta nosa carta.

Dada em Santarem, xj dias de março. Elrrey o mandou. JohanEannes a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill liij^e Rix.

26

11 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. João I de 11 de Junho de 1430, de licença para o dito infante escambar suas terras de Reigada e Pereiro, em Ribacoa, e casas que em Lisboa howera de Mestre Aires, físico, com

(1) Em *Místicos*, lê-se: «meu senhor e meu padre.»

bens da Ordem de Cristo em Tomar, a fim de nesta povoação fazer hospital para agasalho de pobres (1).

AMT., vol. 71, fl. 234 v., *Preuilegios da Caza da Misericórdia*, em pública-forma do original, extralda do cartório do convento de Cristo de Tomar em 29 de Dezembro de 1565; ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 133 v., com palavras omissas e outras substituídas pelo copista; pelo que seguimos a primeira fonte citada; *Ordem de Cristo*, Cód. 234, parte 2, fl. 37.

Publicado o texto do ANTT. por CORDEIRO DE SOUSA, *De como o Infante fez o hospital de Tomar*.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e sse-nhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que, da parte do jffante dom Amrrique, meu muito prezado e amado tio, nos foy mostrada hũa carta que tinha delrrey dom Joam meu auoo, cuja alma Deus aja, da qual ho theor tal he.

Segue-se a transcrição da carta joanina de 11 de Junho de 1430, — o DOC. 155 do nosso vol. 3.

Pedindonos ho dito jfante, meu tio, por merce, que lhe confirmasemos a dita carta.

E nos, visto seu requerimento e querendolhe fazer graça e merce; teemos por bem e confirmamoslha assi e pela guisa que em ella e em esta nossa confirmaçam he conteudo. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, sinada per nos e seellada do nosso sello do chumbo. Vnde al nom façades.

Dada em a nossa villa de Santarem, onze dias de março. Elrrey ho mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor de mil quatrocentos e quorenta e noue.

(1) O hospital em causa, com o significado que a tais instituições se deu anteriormente à fundação das Misericórdias no país, de albergue para viandantes, agasalho para pobres e tratamento de enfermos, não chegou a ser fundado, como observámos em a nota de ps. 366-70 do nosso vol. 4; pelo que também aquele escambo nunca se effectuou.

No ANTT., *Tombos das Comendas da Ordem de Cristo*, vol. 298, fls. 40-70 v., conserva-se o *Tombo da Comenda da Reigada*, original de 18 de Outubro de 1507, a qual «he antre os termos das villas, a saber, de Pinhel e CastelRodrigo e Almeida».

27

11 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de doação das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta com todos seus direitos, rendas e jurisdição, efectuada pela de D. Duarte de 26 de Setembro de 1433.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 52 v., — texto que se reproduz; Chancelaria de D. João II liv. 22, fl. 27 v.; Chanc. de D. João III, liv. 31, fl. 81, liv. 38, fl. 105, liv. 48, fl. 35, e liv. 55, fl. 184; Chanc. de D. Manuel, liv. 37, fl. 40 v.; em leitura nova, *Ilhas*, fls. 55 v., 75 e 76 v., — em algumas destas cópias com a data de 21 de Março de 1449; e *Livro dos Mestrados*, fl. 154 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portuguezes*, vol. 1, p. 464.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado thio, nos foy mostrada hũa carta delrrej meu ssenhor e padre, que Deus aja, signada per elle e asseel-lada do sseu seello de çera rredondo nas costas, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de 26 de Setembro de 1433, — o DOC. 81 do nosso vol. 4.

E enujounos pedir o dicto jfante, de merçee, que lhe confirmassemos a dicta carta, da quall coussa a nos praz.

E porem mandamos a quaaesquer nossos ofiçiaaes e pessoas, a que o conhecimento desto perteeçer per qualquer guisa que scia, que lhe comp-ram e guardem e façam conprir e guardar esta carta, segundo em ella faz mençom.

Dada em Santarem, xj dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiijº Rix.

28

12 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. João I de 10 de Janeiro de 1421, sobre os seus canais e estacadas do Ródão, transcrita na da regência de 2 de Junho de 1439.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 40 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 2, fl. 36 v.; cópia feita em Tomar nos meados do século XVI, em *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 91 v.

Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, p. 346, e em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 430.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrique, meu tyo, nos foy mostrada hũa carta, selada com o selo dos contos da nosa çidade de Lixboa e asinada per Fernam Lopez, noso uasalo e guardador das nosas scprturas que estam na torre do noso castello da dicta çidade, da qual o theor tall he.

Segue-se a transcrição das duas citadas cartas, — os DOCS. 1 do nosso vol. 3 e 142 do vol. 6.

E enujounos pedir de merçee o dicto jfante que lhe confirmassemos a dicta carta. E nos, visto seu rrequerimento, teemos por bem e confirmamoslha asy e pela gisa que o nela e em esta nosa carta de confirmaçom he conteudo.

E mandamos aas dictas justiças que asy ho conpram. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xij dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor de mil iij^{os} Rix

29

12 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. Duarte de 22 de Maio de 1437, de regulamentação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 39 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, Místicos, liv. 3, fl. 112.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que a nos foj mostrada hũa carta delrrej meu ssenhor e padre, que Deus aja, da qual o theor tall he.

Segue-se a transcrição da citada carta eduardina, — o DOC. 26 do nosso vol. 6.

Pedionos o dicto jfante dom Henrrique que lhe confermasemos a dicta carta, da qual cousa a nos praz.

Porem uos mandamos que lha conpraes e gardees e façaes conprir e gardar como em ela he conteudo. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xij dias de março. Elrrej ho mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mil liij^o Rix.

30

14 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 26 de Setembro de 1433, transcrita da chancelaria noutra da regência de 20 de Maio de 1439, de privilégio a 30 homens que haviam de aproveitar a quinta de Alpriate, da Ordem de Cristo, em Vialonga, Vila Franca de Xira.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 40, — texto que se reproduz; Ordem de Cristo, cód. 234, parte 2, fl. 68.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte [de] dom Henrique, meu tyo, nos foy mostrada hũa nosa carta, sinada per o doutor Joham Dosem, que foy do noso conselho e noso chanceler moor, e aselada do noso seello da çera pendente, da qual o theor he.

Aqui devia seguir-se a citada carta da regência de 20 de Maio de 1439; porém, o copista, depois de haver escrito as suas primeiras palavras, Dom Afonso, etc., transcreveu a de D. Duarte de Setembro de 1433 e manteve apenas o final daquela, abaixo lançado (1).

E enujounos pedir por merçee o dicto jfante que lhe confirmasemos a dicta carta. E nos, visto seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee; temos por bem e confirmamoslha asy e pela gisa que em ella he conteudo.

E porem mandamos a todos los nosos corregedores, juizes e justiçaes que lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar a dicta carta segundo nella e em esta nosa confermaçom he conteudo.

Dada em Santarem, xiiij.º dias de março. Elrrej o mandou. Aluaro Gonçalves a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij.º Rix.

31

17 MARÇO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear para camê-nheiro da Relação da Suplicação da Corte Vasco Eanes, criado de João Teixeira, escudeiro da casa do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 215 v.

(1) *O final da carta asinada por João Dosem e cujo principio o copista omitiu é este:*

Do qual rregistro o dicto jfante, meu tyo, nos pedio por merçee que lhe mandasemos dar o trelado, porquanto o proprio originall se lhe fezera menos e que o nom podia achar. E nos, veendo o que nos asy dezia e pedia, mandamoslho dar em esta nosa carta.

Dada em Lixboa, xx dias de mayo. Elrrej o mandou, per o doutor Joham Dosem, do seu conselho e seu chanceler moor. Lujs Fernandez, em logo de Felipe Afonso, a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij.º xxxix.º anos.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a UaasquEanes, criado de Joham Teixeira, escudeiro da casa do jfante dom Enrique, etc., teemos por bem e damollo por nosso camjnheiro da nossa rrellaçom da sobpricaçom que anda em nossa corte, em logo de Joham de Pinhell, que o dicto ofiçio tijna e o rrenunciou em nossas mãos, porquanto o nom podia seruir, que o dessemos a quem nossa merçee fosse, ssegundo mais conpridamente sse mostrou per hũu estormento de rrenunçiaçom, fecto em Lixboa, a xij dias dabrill, per Gomez Martijnz, nosso taballiam.

E porem mandamos aos nosos dessembargadores da dicta cassa da rrolaçom e a outras quaeesquer pessoas a que esto perteeçer que ajam o dicto Uasco Anes por camjnheiro, etc. Em forma.

Dada em Santarem, xbij dias de março. Uaasquo Abul a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjll iij^o Rix.

32

20 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Fernando Alvares Cabral, fidalgo, seu vassalo e criado do infante D. Henrique, e a seus successores, as terras de Azurara e de Mantigas e o lugar de Moimenta de a par de Gouveia, nos termos da carta eduardina e das joaninas na mesma transcritas (1).

ANTT., *Ordem de Avis*, n.^o 694, original em pergaminho,—texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 183 v.; e, em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 81, e liv. 3, fl. 17, inserta na de confirmação de 12 de Fevereiro de 1509.

Publicada, segundo a cópia da chancelaria afonsina, por AYRES DE SA, *Frei Gonçalo Velho*, vol. 1, p. 216.

(1) Fernando Alvares Cabral era neto de Alvaro Gil Cabral, alcaide-mor que foi da Guarda de 1383 a 1399, e filho de Luis Alvares Cabral, este escudeiro de el-rei em 1385 e seu vassallo em 1399, a quem o Fernando succedeu na casa em 8 de Dezembro de 1433 (Cfr. os docs. publicados na obra e vol. infracita, ps. 110, 116, 118, 120, 143, 170, 171 e 173 e também os insertos na presente carta de confirmação). O Luis tivera ainda, de juro e herdade, as terras de Valhelhas e de Tavares, doadas por D. João I a seu pai, mas vendeu-as ao monarca em Julho de 1399.

Dom Afonso, per graça de Deus rey de Portugal e do Alguarue e senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que FernamdAlvarez Cabral, fidalgo, noso vasalo, criado do jffante dom Hemrrique, meu muyto preçado e amado tyo, nos mostrou tres cartas, a saber, hũa delrey dom Joham, meu avoo, cuja alma Deus aja, e duas delrrey meu senhor e padre, a que Deus de o seu samto paraíso, asiñadas per suas mãas e aseeladas dos seus seelos do chumbo, das quaaes o teor, de uerbo a uerbo, tal he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 8 de Dezembro de 1433 — o DOC. 99 do nosso vol. 4 — e das joaninas de 15 de Abril e de 6 de Outubro de 1385, — a segunda é o DOC. 111 do nosso vol. 1.

E ora nos pidio o dicto FernamdAlvarez que lhe confirmasemos as dictas cartas susoscritas. E nos, visto seu rrequirimento e queremos-dolhe fazer graça e merçee, por os muytos e estremados seruiços que seu avoo e padre e os que delle descendem fizeram a estes nossos rregnos e ysso meesmo esperamos de rreçeber delle e dos que delle descendem; teemos por bem e confirmamoslhe as dictas cartas, asy e tam compridamente como em ellas he comtiudo.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazemda e contadores e a outros quacesquer nossos ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer, a que esta nossa carta for mostrada, que leixem ao dicto FernamdAlvarez Cabral e a seus herdeiros e sobçesores auer, lograr e posoir as dictas terras de Zurara e de Manteigas e o dicto luguar de Muymenta, asy e per a guisa que nas dictas cartas faz mençam, ssem outro embargo algũ. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta carta, signada per nos e seelada com o nosso seelo do chunbo.

Damte em a nobre villa de Samtare, xx dias de março. GomçalEanes a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos quareemta e noue annos.

(as.) ElRey. Pagou C rreaaes.

No verso: Pagou ij.iiij^o rreaaes. Borges. — Registada. Pero de Barçellos.

33

21 MARÇO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Mem da Montanha, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para coudel da vila de Azambuja e seu termo por 5 anos.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 90 v.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Meem da Montanha, escudeiro da casa do jffante dom Henrrique, etc., em que o dam por coudell da villa da Azanbuja e seu termo, da feitura desta carta ataa çinquo annos, assy e pella guisa que o dhi foy Gonçalo Pirez, o quall ora acabou o tempo de serujr que he hordenado, e esso meesmo que o dhi foram os outros coudees dante ell, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, xxj dias do mes de março. Ruy Meendez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix annos.

34

22 MARÇO 1449

Em sessão da câmara do Porto daquela data protesta-se contra o facto de ali se cobrarem os dez reais para Ceuta aos que casavam, no próprio ano do casamento, e ainda aos officiaes pelos moços aprendizes; pelo que se resolveu reclamar-se a el-rei ou ao infante D. Henrique.

GHCP., Vereações, liv. 2, fl. 56, original.

E, sendo todos juntos, em rrolaçam, com outro mujto pouoo, que pera esto, per pregam, foram chamados, disserom que Pero Lourenço fazia agrauos ao pouoo nos dez rreaaes de Çeita, em mandar pagar os que cassam naquelle ano que cassarom e que demandaua aos officiaes que pagassem pollos moços aprendizes, que nunca fora. E Pero Lourenço disse que tal mandado tjnha do ssenhor jfante. E acordarom que tomassem sobre ello hũa protestaçam e que escpreuessem a elrey ou ao jfante dom Anrrique.

35

24 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do almirante Rui de Melo, declara aos juizes de Lagos e demais juizes e justias do país que apenas podem requerer navios, barcas, caravelas e mareantes para o serviço régio nos portos de mar do reino em que não esteja o almirante ou seus alcaides e officiais, a quem o assunto compete ordinariamente (1).

ANTT., *Extras*, fl. 75, — donde se reproduz.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portuguezes*, vol. 1, ps. 465-66.

Dom Afonso, etc.

A uos, juyzes da villa de Lagos e a todollos outros juizes e justias dos nossos rregnnos e a outros quaaesquer officiaes a que o conhecimento desto pertemçer per quallquer guissa que seia, a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Ruy de Mello nos disse que seu filho o allmirante (2) em nossos rregnos tijna, em os lugares em que portos de mar ssom em nossos rregnnos, seus alcaides e officiaes pera quando comprirem allgũs nauyos, barcas ou carauellas e homens mareantes pera ellas pera nosso seruiço, pera as darem aaquelles que as assy por nosso seruiço rrequerem e lhes, com justa rrazam, deum sseer dadas, e por guarda e defenssam dos ditos nossos rregnnos, e que outro allgũu nom tijna em esto poder, saluo o dito allmirante, por lhe pertemçer e seer de sua jurdiçam; e que, nom embargando que o dito allmirante e seus alcaides [e] officiaes tenham o dito poder e lhe pertença de direito, que Gonçallo

(1) Rodrigo Afonso de Melo, Rui Afonso de Melo ou Rui de Melo, ao qual já nos temos referido (Cfr. os DOCS. 61 e 122 do nosso vol. 4, e os DOCS. 37, 57 e 216 do vol. 7) foi camareiro-mor do infante D. Henrique, cavaleiro e fidalgo da sua casa. Sobre ele e os almirantes do reino nos séculos XIV e XV pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª edição, vol. 1, ps. 192-196, bem como a bibliografia all citada.

(2) Lançarote Pessanha, menor de idade, almirante por carta de 31 de Agosto de 1444, em cujo lugar servia seu pai, Rui de Melo, e por cuja morte teve este o almirantado, por carta régia de 27 de Julho de 1453 (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 13 v., e liv. 10, fl. 25). A carta do regente D. Pedro de 1444 fora confirmada por el-rei em 11 de Novembro de 1448 (ANTT., *Extras*, fl. 105 v.).

Nunez Barreto que, em tendo carreguo por nos da frontaria em esse rregno, quando quer que avia mester allgũs nauyos, barcas e carauellas e homens mareantes pera ellas, que mandaua aos juizes que lhas costrangesse e desse, nom as querendo mandar pedir nem rrequerer ao dito allmirante e seus allcaydes e offiçiaaes a que a jurdiçam de direito pertence, e que uos, a seu rrequirimento, os costrangees e daaes, segundo nos dello fez certo, per hũu estormento que perante nos apresentou que parecia seer feyto e assynado per PedrEannes, taballiam em a dicta villa de Laguos, per o quall se mostra que os juyzes da dita villa, a rrequirimento do dito Gonçallo Nunez husurparam (3) sua jurdiçam; pidyndonos por merçe que lhe ouessemos a ello rremedio, com direito.

E, visto per nos seu rrequirimento com o dito estormento e cousas em elle contheudas; temos por bem e mandamos que, daquy em diante, nom dees nem costrangaaes nem mandees costramger per outrem nenhũs nauyos, barcas nem carauellas nem homeens mareantes pera ellas a pessoas que vollos pedirem ou rrequererem, posto que digam que sam pera nosso seruyço. E, quando quer que taaes nauyos, barcas ou carauellas e homeens mareantes pera ellas forem pedidos pera nosso seruiço, que as rrequeriram ao dito almirante, se hy for, ssenom a seus allcaydes e offiçiaaes que seu lugar teuerem pera as darem; aos quaaes mandamos que os dem loguo, sem outra detemça, quando por nosso seruiço for compridoiro. E, nom avemdo no lugar allcaydes ou offiçiaaes do dito allmirante que desto carreguo tenha, emtam vos mandamos que vos possaaes dar e costramger os ditos nauyos, barcas e carauellas e homes mareantes pera ellas pera nosso seruyço ou pera defemssam da terra.

E, per esta carta, mandamos a quallquer que por nos carreguo teuer da dita frontarya que elle, per ssy nem per outro allgũu per seu mandado, nom faça nem mande fazer, azerca dos ditos nauyos, barcas e carauellas e homens mareantes pera ellas, nenhũu costrangimento. E assy o mandamos e defendemos a outras quaaesquer pessoas, por poderosas que sejam, que, posto que ho fazer queira, mandamos a vos e a todollos outros nossos juizes e justiças que lho nom comssetaates. E nom lhe seia, daquy em diante, em ello posto allgũu embargo, saluo como dito he, omde o dito allmirante e seus allcaydes e offiçiaaes nom esteuerem, sem lhe ser a ello posto outro allgũu embargo em nenhũa guissa. Vnde all nom façades.

Dada em Santarem, xxiiij dias de março. Lopo Fernandez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mijll iiij^o Rix.

(3) No ms. *husurparem*.

36

28 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Alvaro Pires, caseiro e mordomo de João Teixeira, escudeiro do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 183.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes e homens boons desta villa de Santarem, e ao poussentador della e ao anadall dos beesteiros do conto e a quacesquer outras pesoas a que o conhecimento desto pertencer e esta carta for mostrada, saude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Teixeira, escudeiro do ffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo; teemos por bem e priuigliamoslhe Alvaro Pirez, sseu caseiro e moordomo, morador em a dicta villa, de sserujr daqui em diante com pressos nem com dinhejros nem de sseer titor nem curador de nhūuas pessoas, saluo sse a titoria for lidema, nem de serujr em outros nhūs emcarregos desse conçelho, que elle, per corpo, serujr deua, e de sseer posto por beesteiro do conto, sse ajnda ataa ora nom he posto, e de pousarem com elle em suas cassas de morada, adegas nem caualariças, nem lhe tomem dellas rroupa de cama nem galinhas nem suas bestas pera emcarregos nem outra algũa coussa do sseu, contra sua vontade.

E porem mandamos a uos, ssobredictos juizes e justiça, e a outros quacesquer que esto ouuerem de veer, que lhe compam e gardem esta nossa carta com todallas ssobredictas coussas [e] lhe nom vão nem consentam hir contra ella, em parte nem em todo, ca asy he nossa merçee. Vnde al nom façades.

Dante em a dicta villa de Santarem, xxbiiij dias de março. Ruj Meendez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

28 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Rui Galvão, seu secretário, do que recebeu e despendeu na manutenção das infantas D. Catarina e D. Joana, irmãs do monarca, e das pessoas que as serviram nos anos económicos de 1447-1448 (1).

ANTT., *Extras*, liv. 1, fl. 78.

Dom Afonso, polla graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta de quitaçam virem fazemos saber que Ruy Galvão, nosso secretaero, que tem cargo de rreçeber e despender os dinheiros e outras cousas pera manança das jfantas dona Caterina e dona Joana, mynhas muyto prezadas e amadas jrmãs, e das pessoas que as seruem, veo dar comto e rrecado, perante Paay Rodriguez, nosso contador moor em os nossos comtos da nossa muyto nobre e sempre leall çidade de Lixboa, de todo aquello que rreçebeo e despemdeo, pera manança das ditas sennhoras jfantes ho anno passado, que se começou por primeiro dia de janeiro da era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iij^o Rvij.

O quall Paay Rodriguez mandou Aluaro Affonso Paçanho, nosso contador em os ditos nossos comtos, que tomasse a comta ao dito Ruy Galuam com Antom Perez, nosso escpriuam em os ditos comtos. E foilhes per elles tomada e feita della rrecadaçam e rreçençada per Joham Rodriguez, outrossy nosso comtador, e foy achado, per o dito comtador e escpriuam, que ell rreçebeo e despemdeo, pera manança das ditas ssennhoras jfantes, o dito anno da era de iij^o Rbij e se acabou per postumeiro dia de Rbij. Pella quall rrecadaçam se mostrou que ell, dito Ruy Galluam, em o dito anno, rreçebeo, pera o que dito he, esto que se segue.

Jtem, rreçebeo dAluaro Borges, almoxarife de nosa allfandega que he em a dita nossa çidade, de panos grandes de Bristoll, hũu peça; e de vilagem, vynte dous couodos e meo; destritos, tres peças; de cardas, hũu par; e de dinheiros, dez rreaes brancos. Jtem, rreçebeo duzentos e hũu mjll e

(1) O presente documento corrobora o DOC. 144 do nosso vol. 7 e a observação que ali fizemos, em a nota 1, ao texto de RUI DE PINA.

quatroçentos rreaaes brancos de Pero Lopez dAagua, rreçebedor por nos da sisa do pescado e madeira, em a dita çidade. Dos quaaes panos e cardas e dinheiros susoditos o dito Ruy Galuãao fez estas despesas que se logo seguem.

Jtem, deu, entregou, etc.

E assy, visto sua rreçepa e despesa, todo aquy em esta nossa carta de quitaçam declarado, mostrasse despender todo o que assy rreçebeo pera as ditas ssennhoras jfantes, segundo de todo fomos çerto, per a dita rrecadaçam, que o dito Aluaro Afomsso Paçanha, nosso contador, fez com o dito Antom Perez, nosso escpuiam, e ysso mesmo per hũu nosso asentamento e aluara de mandado, per (2) aluaraaes de Maria Noqueira, aya das ditas ssennhoras jfantes, que pera ello nosso poder tem a o aver assy de mandar. A quall recadaçam e escprituras som em os ditos nossos contos.

E porem o damos de todo por quyte e liure, deste dia pera todo sempre, que elle e sua molher e seus filhos e seus herdeiros, soçessores, nunca em nenhũu tempo pellos ditos dinheiros e coussas possam ser nem seiam demandados. E, por firmidom dello, lhe mandamos dar esta nossa carta de quitaçam, pera a teer, pera sua guarda.

Dada (3), xxbiij dias de março. Antom Perez, escpuiam dos ditos nossos contos, a fez. Anno do Nosso Sennhor Jhesu Christo de mjl iiijº Rix annos.

38

29 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João Vaz, escrivão que foi da puridade da rainha D. Leonor, pelos muitos serviços dele recebidos e que espera receber, certos bens de raiz pela citada rainha comprados ao infante D. Henrique no termo da vila de Óbidos, onde chamam Olho Marinho, ou seja a terra assim denominada, moinho de moer pão e quinta que foi de João Manuel (1).

ANTT., Estremadura, liv. 8, fl. 234.

(2) No ms. pera.

(3) Aqui falta, no manuscrito, o lugar em que foi passada a carta.

(1) A teor do seu contrato matrimonial, a rainha D. Leonor, entre outras povoações, recebera, em dote, em 11 de Janeiro de 1435, a vila de Óbidos (Cfr. o DOC. 60 do nosso vol. 5). A esta adicionou a rainha, em 1437, Olho Marinho e demais bens aqui referidos, vendidos pelo infante D. Henrique, segundo recibo deste

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que a muy uirtuosa rraynha minha madre, que Deus aia, comprou certos beens de rrajz ao jffante dom Henrrique, meu thio, que sam no termo da uilla dObidos, honde chamam Olho Marinho, a saber, a dita terra dOlho Marinho com hũu moynho de moer pam e hũua quintãa que foy de Ioham Manuel, que he no dito logo, assi casas como vinhas e herdades e montados, paciçgos, montes, fontes, rrotos e por rromper, com todas suas emtradas, saidas, logramentos, dereitos, perteenças das ditas terras e quintãa e moynho, por preço certo que o dito jffante, meu thio, por ello rrecebeo, segundo de todo fomos certo, per hũu estormento publico, que parecia ser fecto e assignado per Aluaro Afonso, tabaliam em a cidade de Lixboa, a xbj dagosto do anno passado de iiij^o xxxbij.

E hora, rreconhecendo nos a Ioham Uaaz, escpriuam que foy da puridade da dita ssenhora, os muitos seruiços que del rrecebeo elrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, e a dita ssenhora e jaso mesmo fez a nos e emtendemos del rrebeo ao diante e querendolhos galardoar, segundo ao nosso rreal estado perteeçe, de nosso moto propio, liure uontade, certa sciencia, poder absoluto, sem nollo el pedir nem outrem por el; teemos por bem e fazemoslhe das sobreditas terras e quintãa e moynho, com todas suas perteenças, liure e pura, ynreuogauel doaçam, antre os uiuos ualledoira, deste dia pera todo sempre, pera el e todos seus herdeiros e soccessores, ascendentes como descendentes, que depos el vierem.

E porem mandamos a todolos nossos corregedores, juzes e justiças, officiaaes e pessoas que esto ouuerem de uer que metam o dito Ioham Uaaz em posse da dita quintãa, terras, moynho, herdades e frutos e rrendas e dereitos dellas e lhe leixem todo auer e teer e lograr e possuir e uender, dar e doar e trocar e escambar e fazer delle e em elle o que lhe prouuer, como de sua cousa propia e corporal possissam, porquanto nos lhe fazemos de todo mercee e doaçam o mais firmemente que seer pode, sem outro nenhũu embargo no duuida que lhe sobre ello seia posto.

Dada em Santarem, xxix de março. GonçalEannes a ffez. Anno do Senhor de mil iiij^o Rix.

de 16 de Agosto daquele ano, aduzido no presente documento. Olho Marinho, assim denominado pela abundante nascente ao centro da povoação, é freguesia do concelho de Obidos desde 1925. Em 1434, o infante D. Henrique mandava à dita soberana, a Obidos, 3.150.000 libras, que lhe devia «de posse que ouuera de suas terras», mas não se diz de quais (Cfr. o DOC. 216 do nosso vol. 7).

39

1 ABRIL 1449

Acta da sessão da câmara municipal do Porto, em que se diz que mandava o infante D. Pedro velar Coimbra e seus lugares, talvez por causa do conde de Benavente, que está no reino; e, como o duque está em casa de el-rei e o dito conde mui perto da cidade, resolvem se vele e guarde bem aquela, dia e noite, pela homenagem que prestaram ao monarca, e ainda que a procissão de Ramos não saia fora da cidade (1).

GHCP., *Verações de 1448-49*, fl. 57 v., original, — donde se transcreve. Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 267.

Segunda feira, primeiro dia dabril, foram juntos, em rrolaçom, estes que se seguem: jtem, Filipe Anes, corregedor; jtem, Airas Pinto, jtem, Joham Martijnz, juizes; jtem, Vasco Gonçalluez, jtem, Lujs Esteuez, uereadores; jtem, Afonso Anes, procurador; jtem, Aluis Gonçalluez; jtem, Lujz Domjnguez, oriuiez; jtem, Pedro Afonso; jtem, o meirinho; jtem, Aluoro Anes da Madureira.

E, sendo asy, fallarom como o ssenhor jfante dom Pedro mandaua vellar Coinbra e todos seus lugares e que nom sabiam o porque. E que, por[que] prossomjam que o fazia pollo do conde de Benaunte, que esta em este rreyno; e, porque o ssenhor duque era em cassa delrrey e o dicto conde de Benaunte esta muy aqerqua desta cidade, acordarom que a cidade se uellase e se possese em ella booa garda, asy de dia como de nojte, por darem della boo conto a elrrey nosso ssenhor, porcanto o concelho tem facta menajem por ella. E outrosy acordarom que a prosygam de Ramos nom fosse fora da çidade, porque o sentjam por serujço delrrey.

(as.) Philipus. Johanes, in jure canonico scolarius.

(1) Cfr. o nosso DOC. 8. Portanto o conde de Benavente entrou em Portugal entre 28 de Fevereiro e 1 de Abril de 1449. Acérrimo aliado do infante D. Henrique de Castela e dos reis de Aragão e de Navarra contra o rei castelhano e seu condestável D. Alvaro de Luna, velhos allados do infante D. Pedro, o citado hóspede era indesejável ao ex-regente do reino, que receava, naturalmente, a sua presença no país. Cfr. também o nosso DOC. 42, de 7 de Abril.

2 ABRIL 1449

Carta de nobreza, dada por el-rei D. Afonso V de Aragão a Fr. Vasco de Oliveira, comendador da comenda de Coimbra, da Ordem do Hospital, e seu conselheiro, bem como aos descendentes do mesmo para sempre, atentas as suas virtudes, bons costumes e os serviços que lhe prestou, presta e prestará de futuro, em que lhe dá, por armas, as do seu reino de Jerusalém, a inserir, se ele quizer, nas que já usa.


ACA., Cancillería Real, Registro 2944, fls. 98 v.-99.

Nos, Alfonsus, etc. Illos ad nobilitatis gradum libenter assumimus, quos ad id eorum virtutum prestancia dignos et benemeritos reddit.

Cum itaque vos, venerabilis et religiosus vir frater Vascus de Oliueyra, comendator preceptorie de Coymbra, Hospitalis Sancti Johannis Hierosolimitani in regno Portugalie, consiliarius noster dilectus, is sitis, qui clarissimis virtutibus prefulgetis ad condicionem, bonos et laudabiles mores vestros nostre mentis intuitum dirigentes, et alias debitum respectum et considerationem habentes ad grata plurimum fructuosa et accepta seruicia per vos nobis prestita et impensa, que prestatis ad presens et prestiturum vos, de bono semper in melius, continuacione laudabili, speramus;

Tenore presentis nostrj priuilegij, cunctis temporibus firmiter valiturj, de certa nostra sciencia et consulte, vos, dictum venerabilem fratrem Vascum de Oliueyra et totam vestram progeniem, posteritatem et sobolem, motu proprio inducti, ad nobilitatis gradum ponimus et atollimus, vosque sobolem, progeniem et posteritatem omnem vestram in perpetuum honore nobilitatis decoramus. Volentes et huius priuilegij serie decerentes quod vos, soboles, progenies et posterj vestrj, quicunque et quandoque vobis et illis libebit, illis gaudeatis et gaudere possitis in perpetuum, tam in personis quam in bonis omnibus et singulis, gracijs, honoribus, muneribus et libertatibus ac immunitatibus, quibus nobiles et nobilitatis gradu decorati quomodocunque et qualitercunque gaudere soliti sunt, possunt et debent. Nos, enim, vobis cum tota vestra progenie et posteritate, in premissis et circa premissa, gracie omnem defectum, si quis esset aut reperiri posset, ex regie potestatis plenitudine, supplemus.

Et insuper, de sciencia et motu jam dictis, ad immortalis vestrj et vestri sobolis et posteritatis insignij preconium, earundem tenore presentium, vobis et vestris predictis, damus, conferimus et gracie elargi-

mur arma nostrj regni Hierosolimitani, videlicet signum hoc  crucis,

que nos, vt rex Hierosolimitanus facere et portare jn vexillis et alijs jnsignijs nostris solemus; jta quod vos et vestri, tanquam nobiles et nobilitatis gradu decorati et a nobis predictis armis jnsigniti, ex nunc jn antea et jn perpetuum, possitis et possint dicta nostra arma dicti regni Hierosolimitani portare eaque pingi facere et sculpirj, ad vestrum libitum voluntatis, supra arma vestra, que portare jam soletis.

Quapropter, vniuersis et singulis serenissimis alijs regibus et principibus, ducibus, marchionibus, amicis et beniuolis nostris notum facimus, per nostri huiusmodi priuilegium, jllustrissimisque locatis nostris generalibus, tam jn regnis et terris nostris occidujs, quam alijs regnis et terris nostris, jntentum nostrum declaramus. Vjceregibus, gubernatoribus, justicijs, vicarijs, baiulis, capitaneis, ceterisque vniuersis et singulis officialibus et subditis nostris, maioribus et mjnoribus, quocunque nomine nuncupatis, ad quos seu quem spectet et presens fuerit quomodolibet presentatum, presentibus et futuris precipimus et mandamus expresse et de dicta certa nostra sciencia quatenus forma huiusmodi nostri priuilegij per eos diligenter, actente et jnuolabiliter obseruata, vos, dictum venerabilem fratrem Vascum, et progeniem cunctam a vobis descendentem, tanquam nobiles habeant, reputent, honorificent atque tractent. Jn cuius rei testimonium presens exinde fieri nostra jmpendenti bolla plumbea iussimus communirj.

Datum jn castro lapidum ciuitatis nostre Capue, die ij^a. aprilis, anno a natiuitate Dominj M^o.cccc^o.xxxviii^jo, regni huius Sicilie citra farum anno quintodecimo, aliorum vero regnorum nostrorum tricesimo quarto. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonollada.
Prouisa.

41

7 ABRIL 1449

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara de Évora, a comunicar-lhe que mandara cartas suas ao duque de Bragança por João Rodrigues, escudeiro de sua casa, a quem o infante D. Pedro mandou prender e levar perante si e lhe tomou as ditas cartas, as abriu e leu, após o que fez ao portador os comentários contra seu real estado e serviço constantes do escrito que envia junto, e ordena

seja lido publicamente, para não estranharem o procedimento que contra o dito infante entende tomar (1).

ADE., Cód. 72, fl. 6 r. e v., — donde se reproduz. Original, em papel.

Publicada por A. F. BARATA, *Vésperas de Aljarrobeira*, ps. 210-11, com algumas incorrecções e o dia errado, *biij* por *bij*, que é o que se lê no manuscrito.

Juize[s], uereadores, procurador, fidalgos, caualeiros, cidadãaos, escudeiros e homeens [boons]. Nos, elrrey, uos enuiamos muyto saudar, como aqueles que muyto amamos.

Fazemosuos saber que nos enuyamos ao duque, meu muyto preçado e amado tyo, Joham Rodriguez, scudeiro de nossa casa, com nossas cartas, por nosso seruço. E, tanto que o jfante dom Pedro foy em conhoçimento de sua hyda, mandouo logo prender e leuar ante sy e tomoulhe as dictas nossas cartas e as abrio e leo. E, tamto que as asy leo, disse ao dicto scudeiro çertas rrazões contra nosso rreal estado e seruço, segundo poderees ueer per hũu escripto que uos em esta presente enuiamos. E porque taees rrazões a ell nom conuinha contra nos dezer, consiramdo o diuedo que connosco ha e as muytas e gramdes merções que, nos tempos pasados, de nos tem rreçebidas e como tanto contradizem aa lealdade e obidiência que, per direito e rrazom natural, nos deue, por sseer nosso sobdicto e uasallo e nos sseer rrey e ssenhor;

Porem, uos encomendamos e mandamos que, tanto que vos esta carta for apresentada, vos ajuntees todos em a camara desa çidade ou em outro algũu lugar mais pubrico e façaees leer publicamente os capitolos contheudos no dicto escripto, pera seerdes em conhoçimento da teençom que contra nosso seruço tem e nom auerdes por errado o proçedimento que contra elle entendemos ffazer, por ssees desmereçimentos. E muyto uos encomendamos que grandemente sentaees o que asy faz e diz contra nossa pessoa e rreal estado.

Escrita em Santarem, bij dias dabrill. Gonçallo de Moura a fez, 1449. E eu, Ruj Galuom, sacretario do ssenhor rrej, esta carta fiz escpreuer.

(as.) Rey . . .

No verso: Por elrrey. / Aos juizes, uereadores, procurador, fidalgos, caualeiros, cidadãaos, escudeiros e homeens boons da sua rreal çidade dEuora.

(1) Julgamos que a presente carta deve ter constituído circular régia ao país, embora se não haja encontrado em mais nenhum arquivo municipal; pois não se vê motivo para que fosse enviada apenas à cidade de Évora — só no endereço do verso —, quando interessava naturalmente ao monarca elucidar sobre o particular todo o reino.

42

[7 ABRIL 1449]

Escrito das coisas que o infante D. Pedro disse a João Rodrigues, escudeiro da casa de el-rei D. Afonso V, depois de haver apreendido ao mesmo, aberto e lido cartas régias dirigidas pelo monarca ao duque de Bragança.

ADE., Cód. 72, fl. 10, — donde se reproduz. Original, em papel.

Publicado, com incorrecções e omissões, por A. F. BARATA, *Vésperas de Alfarrrobeira*, p. 211.

Senhor. Estas som as cousas que Joham Rodriguez ouuyo ao jffante dom Pedro.

Jtem, primeiramente entendia de teer com a uossa alteza aquela maneira que teuera com a ssenhora rrainha uossa madre, na quall se elle mostrara tal, depois que com ella andara em rreuolta, que nom teuera mais olhos com que oolhasse sua façe.

Jtem, eu lhe disse se daria a uossa ssenhoria suas encomendas; e elle me disse que o nom encomendase a uos.

Jtem, porque lhe leuarom nouas que mandauees prender os seus moradores em Lixboa, dise que a mayor parte da dicta çidade era sua e tijinha em Purtugall xxxb homeens e que a mayor parte de Castela faria o que ele mandase; sse conpridoiro fosse, de todo sse aproueitaria.

Jtem, que, pois que aos seus tirauam os ofiços e teenças, que elle os tornaria a tomar aaqueles que os dauees e destruiria a uida daqueles que ho hordenauom.

Jtem, a teença que lhe mandauees tomar que elle a tomaria.

Jtem, quando abrio a uossa carta que eu leuaua, dise que a nom abria como uosa, mas como coussa trautada per conselho dos uosos treedores.

Jtem, posto que muytas vezes nomease vossa ssenhoria, nunca uos chamou elrey meu senhor, senom soo elrey.

Jtem, me disse hũu homem que elle chamaua a elrrey de Castela elrey meu ssenhor e a uos elrey meu sobrinho.

E todas estas cousas me dise que uos disesse assy.

43

8 ABRIL 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar a seus vassalos e naturais, sob pena da confiscação de bens, officios, tenças e mercês e de castigos corporais, que não se vão para o condestável, pois lhe consta que ele junta gente para apoiar o infante D. Pedro, seu pai, que contra o serviço e mandado régios tem feito ajuntamento de gentes de armas, ou então para impedir o corregedor pelo monarca enviado a Elvas de cumprir as ordens que recebera; e, se alguém se houvesse juntado ao condestável, o abandonasse no prazo de quatro dias após a publicação da presente carta, a divulgar pelas praças de Elvas e a afixar à porta da igreja principal da mesma vila.

AME., Pergaminho n.º 47. Original, — donde se reproduz.
Parcialmente publicada por EURICO GAMA, *Catálogo dos Pergaminhos do Arquivo Municipal de Elvas*, p. 88.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e sse-nhor de Çepta.

A quamtos esta carta uirem ou della notiça ouuerem per qualquer guisa que seja, saude.

Sabede que a nos he dicto que o condestabre ajuntaua jente pera sse hir pera o jfante dom Pedro, seu padre, que contra nosso seruico e mandado tem fecto ajuntamento de jentes darmas, ou pera defender ao nosso corregedor que mandamos aa nosa villa dEluas aquello que per nos he hordenado de elle fazer.

E, porque a nos conpre proueer a ello sem delonga, mandamos e defendemos a todollos nossos naturaes e uasallos de quallquer estado e condiçom que seja que nenhũu nom vaa a seu chamado. E, sse ja algũus com elle esteuerem, mandamos que, da publicaçam desta nossa carta a quatro dias primeiros seguintes, elles se partam do dicto condestabre e se torne cada hũu pera suas casas. E, jndose algũu pera elle ou nom se partindo de sua companhia, se ja em ella esteuer, seendo pasado o termo sobredicto, per esta presente auemos todos seus beens, asy mouees como de rraiz, offiços, teenças e merçees por confiscados pera a coroa de nossos rregnos, pera delles despoermos o que nossa merçee for. E, aalem desto, elles aueram aquellas penas corporaes que mereçem os que desobedeçem a seu rrey e ssenhor.

E mandamos aos juizes da dicta villa dEluas que façam publicar esta nossa carta per as praças della e depois a façam pregar aa porta da

jgreia principal, ca asy he nossa merce. Vnde hũus e outros all nom façadas.

Dada em Santarem, bii^o dias dabrill. Gonçallo de Moura a fez. Anno do Senhor de mil iiij^o e Rix. E eu, Ruj Galuom, sacretario do ssenhor rrej, esta carta fiz escreuer.

(as.) ElRey . . .

44

16 ABRIL 1449

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a dizer-lhe que lhe envia seu conselheiro Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, da Ordem do Hospital, e a pedir-lhe o oiça no que, da sua parte, lhe expuser (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 2545, fl. 21.

Jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado ssobrino. Nos, el rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como aquello que mucho amamos e apreciamos e pora quien deseamos tanta honra e salut quanta por nos mesmo queriamos.

Jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e amado ssobrino. Alla va, de presente, de nuestra buena licencia, ell noble rreligioso e amado consellero nuestro fray Vasquo dOliuera, comandador de Coymbra, de la orden de Hierusalem, jnformado (2) plenamente de nuestra jntencion.

Por ende, vos rogamos que, en todo e quanto por ell vos sera dicho de nuestra parte, li querays dar plena fe e creença, quanto a nuestra persona. E sia, jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado ssobrino, la Sancta Trinidad vuestra curosa guarda.

Dada en ell castillo nueuo de Napols, a xvj de abril, anyo M. cccc. xxxxbiiij. Rex Alfonsus. Rey muy caro e muy amado subrino, ruego vos hayays recomandado al alcidiano, que su virtud lo mereçe.

Al illustrissimo e serenissimo principe don Alfonso, rrey de Portugal, nuestro muy caro e amado sobrino.

Dominus rex mandavit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

(1) Cfr. também o nosso DOC. 40.

(2) No ms. *informando*.

19 ABRIL 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a agradecer à câmara do Porto as prevenções que ela tomara a propósito dos alvoroços do infante D. Pedro em Coimbra, velando e rondando a cidade e lançando fora dela alguns vizinhos, feitos com pessoas poderosas comarcãs e aconselhando-se com João Alvares Pereira, muito servidor de el-rei; recomenda-lhe continuem de prevenção e comunica-lhe ser seu propósito destruir o infante D. Pedro e ir sobre ele, vistas as muitas desobediências que contra sua pessoa e real estado tem feito, dito e obrado; solicita os nomes das pessoas poderosas contrárias a el-rei e ordena prendam os que souberem ser criados e servidores de D. Pedro e inimigos do monarca e que apurem e lhe transmitam seus nomes e culpas.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 60, em cópia coeva da câmara, apresentada na sessão de 26 de abril, pelo procurador.

Publicada: por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 268; por ELAINE SANCEAU, *O Porto nas vésperas de Alfaro-beira*, ps. 203-04; e, parcialmente, por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfaro-beira*, p. 69.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 151.

Corregedores e homeens boons. Nos elrrey uos enuyamos muyto saudar.

Fazemosuos saber que vimos hũa carta per que nos rrecontauees como, pollos aluoroços e alçamamentos, uellar e rrolard que o jffante dom Pedro fazia em seus castellos e guarda da ponte de Cojnbra e outros grandes auisamentos, teueres conselho, por noso seruiço e conseruaçam de uosas pesoas e honrra, fazerdes uellar e rrolard essa çidade, teendo aquelles melhores auisamentos que sentirees ser neçesarios, por aazo dalgũas pesoas poderosas, uosos comarcãaos, que malamente queriam obrar com algũus uosos uezinhas, que lançarees ffora dessa çidade, ataa ueerdes a fim dos dictos moujmentos ou auerdes nosso rrecado.

E, pera ajuda de uosos trabalhos, enuyarees chamar Joham Aluarez Pereira, pera uos dar conselho, sabendo que era mujto nosso seruidor; pedindonos por merçee que sobre todo proueessemos e uos declarasemos nosa tençam aqerca destes fectos, mandandouos a maneira que em ello teuessees, nom uos rreleuando de trabalho, sse o por noso seruiço sentise-

mos; porque prestes erees, com todas uossas forças e saber, por segurança de nosso rreal stado, por todos seerem em conhecimento do que ham de fazer, segundo todo e outras cousas mais largo em uosa carta eram contheudas.

Homeens boons. A nos parece que em todo teustes muj boa maneira. E o per uos em ello hordenado auemos por bem. E asy uos encomendamos e mandamos que o queiraees continuar. E mujto em spicial uos agradeçemos vosso booo offeriçimento, por que bem mostraees quererdes seguir aquella bondade e lealdade que senpre seguirom e obrarom uossos anteçesores no seruiço dos rrex meus auco e padre, cujas almas Deus aja. Por o qual, nosa voontade he fazeruos muyta honrra e merçee e acreçentamento em todo o que bem podermos, como a nossos uerdadeiros sobdictos e leaaes uasallos, de que grande confiança teemos. E uos tal speranza teende em nos.

E, por que sejaaes em uerdadeiro conhecimento de nosso proposito quejando he em estes fectos, certificamosuos que detremjnada nosa tençam he destrouirmos o jffante dom Pedro e hirmos sobrell, vistas as mujtas desobidiências que contra nosa pesoa e rreal stado tem fectas e dictas e obradas. E, em rrazom das pesoas poderosas que ssom em contra de noso seruiço, enuyaenos dizer os nomes dellas, pera proueeremos aqerca delo como entendermos ser conpridoiro. E esso mcesmo mandaae prender todos aquelles que certamente souberdes que som criados e seruidores do dicto jffante, asy como nossos jmijgos. E, tanto que presos fforem, fazenos saber quem ssom e a culpa em que os achaaes, pera uos mandarmos a maneira que sse aqerca delles tenha.

Scprita em Santarem, xix dabril. Gonçalo de Moura a fez, 1449. Eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey, esta carta fiz scpreuer.

46

21 ABRIL 1449

Carta do duque de Bragança, fronteiro-mor em Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, escrita de Santarém à câmara do Porto, a solicitar-lhe o envio, a toda pressa, por serviço de el-rei, de 200 homens, entre besteiros e escudeiros, do termo daquela cidade e ainda a mais gente e melhor armada que pudessem obter nos lugares de Matosinhos e Azurara, a qual devia seguir por mar e junta, por maior segurança, ao encontro dele, duque, em caravelas, com as armas e artilharia por ele encomendadas.

GHCP, *Vereações de 1448-49*, fl. 60 v., em cópia coeva da câmara, apresentada na sessão de 26 de Abril do mesmo ano —, donde se transcreve.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da Tragédia*, p. 269, e, parcialmente, por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrrobeira*, ps. 69-70.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 151.

Corregedor e rregedores da çidade do Porto. O duque de Bragança, fronteiro moor por elrrey meu ssenhor nas comarcas dAntre Doiro e Mjnh e Tralosmontes, uos enuyo muyto saudar.

Façous saber que, por seruiço do dicto ssenhor rrey, conpre de logo, a grande pressa, me virem dos moradores do termho dessa çidade dozentos homeens, antre beesteiros e escudados (1). Porem uos encomendo que, sem algũa deteença, os façaes sayr percebidos de guerra, que sejam os mais mançebos e bem corregidos pera em ella servir. E mandaaye que uenha com elles Pero Lourenço, coudel, sse hi for, ssenom venha com elles Joham Rodriguez, meu, hi morador, e sse ajuntem com Airas Ferreira, fidalgo de minha casa, que lla mando, pera trazer a jente dessa comarca. E asy venham ataa honde eu ffor. E esto encamynhaae asy ho mais tostemente que ser poder, porquanto conpre muyto por seruiço do dicto ssenhor.

Outrosy, eu mando de lla trazer çertas armas e artalharia, per mar. E conpre de sse auer pera ello as mais prestes carauellas que sse auer poderem. E enuyo lla sobresto Joham Correa, meu meirinho moor em Villa do Conde, e Pedro Afonso, meu meyrinho. Porem, a carauella dAiras Gomez, sse hi ffor, e outras quaesquer que ssejam fazee logo tomar e auyar pera esto. E, porquanto em Matosinhos e em Zurara, termho dessa çidade, ha jente bem armada, que he cousa que ca muyto conpre, por seruiço do dicto ssenhor, encomendous e mando que, nom enbargante os dozentos homeens que auees de ffazer vijnr, ffaçaes, dos dictos logares de Matosinhos e Zurara, vijnr a mais jente e melhor armada que sse hi poder auer. Os quaes sse venham logo a essa çidade e ffaçaes embarcar nas carauellas que asy ouuerem de vijnr, as quaes ffazee partir juntamente, por vijrem mais seguras. E esto encamynhaae asy a pressa, ssem dando ffaureza a nhũu que pera servir sseja.

Seprita em Santarem, a xxj dabril era 1449.

(1) Por *escudeiros*?

47

3 MAIO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, enviada por Pedro Nunes, seu vizinho, a dizer-lhe que pelo mesmo portador lhe manda outra mais extensa, em resposta ao que lhe disseram por Afonso Vasques, escrivão da câmara, depois de haverem escrito duas cartas a propósito dos movimentos do infante D. Pedro e atitude a tomar, uma delas por caravela, sem obterem resposta, donde haviam concluído serem as cartas régias apanhadas como as do município, cuja lealdade sublinha e agradece.

GHCP., *Verificações de 1448-49*, fl. 67, em cópia coeva, da câmara, — donde se transcreve. Foi apresentada e lida no domingo, 11 de Maio, em S. Francisco, perante o corregedor Filipe Anes, os juizes, regedores, homens bons e povo da cidade, ali reunidos por pregação.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 270.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 151.

Corregedor, rregedores e homeens boons. Nos, elrrey, uos enuyamos muyto saudar.

Fazemosuos saber que vimos hũa carta que uos enuyastes, per que nos rrecontauees que, veendo como o jffante dom Pedro mandaua uellar e açalmar seus castellos e, seentindo em essa terra algũs mouymentos contra noso seruiço, nos scpreuerees, pedindonos que uos mandassemos a maneira que ouesseees de teer em essa çidade e que as cartas que nos sobre ello enuyauees forom filhadas; e que depois nos scpreuerees outra uez, per hũa carauella, e nunca ouuerees nosa rreposta, prosumjndo que nosas cartas eram asy filhadas como as uosas, por o que penssauees nom sabermos cousa algũa dessa çidade e comarca. E porem enuyauees a nos Afonso Uasquez, scpriuam da camara della, pera nos rrecontar algũas cousas de noso seruiço, pedindonos que o mais em breue que poderemos vos enuyasemos rreposta, pera serdes em conhocimento da maneira que em todo auyees de teer.

Homeens boons. De tam boa uontade e delijença teerdes nas cousas que a nos pertegem muyto uollo gradeçemos e teemos em seruiço. E bem mostraes quererdes seguir aquella lealdade e bondade que senpre seguirom uosos antecessores, a seruiço dos rreix meus auoo e padre, cujas almas Deus aja. Por o qual uos faremos honrra e merçee e acreçentamento em todo o que bem podermos, como a nosos uerdadeiros sobditos

e leaas uassalos que, por seus boos seruiços, de todo bem som mereçedores. E, per Pero Nunez, uoso vezinho, vos enuyamos nosa carta, rrespondendo a todo o suso dicto, segundo mais conpridamente per ella ueerees.

Scrita em Santarem, tres de mayo. Pero Gonçaluez a fez, 1449. E eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey, esta carta fiz scpreuer.

48

5-20 MAIO 1449

Relato da marcha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, com sua hoste sobre Lisboa e do seu recontro, em Alfarrobeira, com o sobrinho, el-rei D. Afonso V, no qual o infante e alguns dos seus foram mortos (1).

(1) A mingua de texto mais antigo e fidedigno sobre o particular, seguimos o de RUI DE PINA, segundo o melhor códice, iluminado, do século XVI, o qual tem todos os vícios de constituir a passagem a definitivo, por calígrafo, do manuscrito do cronista e por este revisto. O coevo GOMES EANES DE ZURARA deve ter-se ocupado do assunto em sua desaparecida *Crónica de D. Afonso V* (Cfr. DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, ps. 150-164). Noutras obras suas, ele apenas aludiu, passageiramente, à atitude assumida pelo infante D. Henrique, no pleito culminado em Alfarrobeira: — «Foe ajnda o jffante dom Henrique com elrrey dom Afonso, seu sobrinho, naquelle ajuntamento que fez sobre o jffante dom Pedro, de que se seguy a batalha da Alfarrobeira, na qual o dicto jffante foe morto, e o conde dAbraxes, que era com elle, e toda sua hoste desbaratada; onde, se o meu entender pera esto abasta, justamente posso dizer que lealdades dos homeens de todollos segres foram nada em conperaçom da sua. E, posto que o seruiço nom seia tamanho, quanto ao trabalho, segundo os que ja disse, certamente as circunstancias lhe dam splendor e grandexa sobre todollos outros, cuja perfeita declaraçom remeto aa Estorea Geeral dos fectos do Regno» (*Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 5, fls. 15 r.-v., do códice de Paris); «nas quaaes (contendas), o jffante dom Henrique trabalhou assaz por boom asseasego e paz, como mays compridamente acharees na Cronica do rregnado deste rrey dom Affonso» (*Ibi*, cap. 11). «Mas, do que aze depois segulo aqerqua da morte do jffante dom Pedro fica hñu grande proçesso pera aze contar ao diamte, homde perfeitamente poderees saber quanto o jffante dom Hamrique trabalhou por saluaçom de seu jrmão. E mujtos que em esto fallarom, nom como homeens que emteiramente sabiam a uerdade, disseram que o jffante podera dar uida a seu jrmão, se teuera boa ucomtade de o fazer. O que he çerto que, aze fora contra outra algñua pessoa, que elle trabalhara em ello como por sai meesmo, mas, contra seu rrey e senhor achou que o nom podia fazer sem quebrantar sua lealdade, o que elle dizia que nom faria, nom tam soamente por seu jrmão, mas por mill filhos, ajmda que os teuera, nem ajmda por saluaçom de sey meesmo, posto

RUY DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, segundo o texto do Códice 358 da Livraria do ANTT., fls. 125-131 v., — caps. 117 a 123 impressos.

Como ho jfante dom Pedro partio de Cojmbra e como seguio seu camjnho atee Rio Maior e do conselho que hy teue.

Seendo ho jfante prestes pera comprir sua opiniam, fez, a hũ domjngo, que eram cinco dias de mayo (2), partir diante, com sua gente ordenada, dom James, seu filho, que foy dormjr no Campo, logo acerca

que por sua deffensom se podesse saluar. Das quaaes cousas a obra foy manifesta testemunha» (*Crónica da tomada de Ceuta por elrei D. João I*, cap. 43). Sobre as diligências empreendidas pelo infante D. Henrique para harmonizar D. Pedro com D. Afonso V, como antes tentara harmonizá-lo com a rainha D. Leonor, podem ver-se a citada Crónica de Pina e os autores que ao assunto se têm especialmente referido, nomeadamente os dois segundamente citados. Acerca da marcha do duque de Colmbra contra el-rei e do recontro de Alfaroibeira podem ver-se GASPARD DIAS DE LANDIM, *O Infante D. Pedro*, liv. 3, caps. 23 e ss., DUARTE NUNES DE LEO, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 21 e ss., e ACENHEIRO, *Chronica dos Senhores Reis de Portugal*. Outra bibliografia sobre o assunto e sobre o duque de Colmbra vai ao fim do volume, na BIBLIOGRAFIA IMPRESSA.

Desta guerra civil portuguesa conserva-se eco em cronistas coevos do vizinho reino de Castela, inclinados, como então era natural, para o partido de D. Pedro. A *Crónica del Halconero de Juan II*, *Pedro Carrillo de Huete* dedicou-lhe o capitulo 378, em cujo final seu autor assevera que «de aquesta muerte deste ynfante don Pedro ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla, por quanto era mucho cosa suya, e avia dado fauor contra sus contrarios, e creya tener, por su causa, gran parte en el rreyno de Portugal». Também a *Crónica de Don Juan Segundo* inseriu capitulo sobre o assunto, decalcado, porém, quase literalmente, sobre o retrocitado da *Crónica del Halconero* e que termina por final idêntico (Año 43.º, 1449, cap. 8, ps. 666-67). Conquanto quem mais perdeu em Castela de apoio politico, com a morte do duque de Colmbra, houvesse sido o condestável, ingratamente GONZALO CHACON, criado e cronista daquelle, nem sequer se refere ao infante D. Pedro de Portugal na *Crónica de Don Alvaro de Luna, condestable de Castilla*! Pelo que respeita ao reino de Aragão, devedor ao ex-regente de Portugal de 10 anos de inimizade politica e de conlito com Castela contra si, JERÓNIMO ZURITA limitou-se à relação, seca e fria, da tragédia de Alfaroibeira (*Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, parte 2, liv. 15, cap. 56, fl. 318 v.). Fora da Península, onde o acontecimento teve alguma retumbância foi na corte de Borgonha, refúgio da familia do duque de Colmbra, por ser a duquesa D. Isabel irmã do falecido D. Pedro de Portugal. Ali se refugiaram, inicialmente, também outros portugueses que haviam sido adeptos do vencido de Alfaroibeira, punidos por el-rei D. Afonso V. Foram eles que forneceram ao cronista borgonhês OLIVIER DE LA MARCHE os elementos que sobre o caso português exarou em suas *Mémoires* (4 vols., Paris, 1883-88) e o VISCONDE DE SANTAREM transcreveu no *Quadro elemental*, vol. 3, ps. 83-88, nota 119.

(2) Aqui está errado o dia do mês ou o da semana; pois em 1449 o dia 5 de Maio calu a uma segunda-feira. Talvez tenha assim razão LANDIM, ao colocar em 4 a partida de D. Jaime.

de Coimbra. E essa noite ficou o jfante na cidade, em que, com grande segurança e mostrança de muyta alegria, mandou dançar e fazer festas, como soia. E, depois de teer suas cousas proujdas, se foy aa ssee e a Sancta Cruz e a Sancta Clara, por seerem casas em que tinha singular deuaçam. E ally, com sinaaes do boom christão, se encomendou a Deus e, com a cara alegre e muy descarregada, se despedio de sua molher e dos que co ella ficaram. E foy com toda sua gente dormjr ao lugar da Ega, que he cabeça da comenda moor de Christos, honde seriam co elle atee mjl homeens de caualo e cinco mjl de pee, com muyta carriagem de bois e bestas.

Com o jfante, aalem doutros muytos e boons caualeiros e escudeiros, eram estas pessoas principaaes, a saber: dom James, seu filho, o conde dAbranches, Ayres Gomez da Silua e seus filhos Ioham da Silua e Fernam Teelez, Ruy da Cunha, Gonçalo de Taide, Pero de Lemos, Lujs dAzeuedo e Lopo dAzeuedo, jrmãos, e Martim Coelho e Pero Coelho, jrmãos, Pero de Taide, Joham Correa e Fernam Correa, FernandAlvarez da Maya, Joham Peixoto e Lopo Peixoto, jrmãos. E no arraial do jfante se leuantaram duas bandeiras, hũa sua e outra de seu filho, e em ambas hiam, dhũa parte, hũuas letras que deziã *lealdade* e, da outra, *justiça e vingança*.

E, ao outro dia, ante que o jfante aballasse, fez ajuntar sua gente, que rrepartio em capitanjas, e a todos fez hũa falla, cuja sustancia foy sanear a boa tençam e limpeza de sua hida, que soamente era, como leal serujdor delrey, seu ssenhor, hir pedir e comsegujr antelle justiça e assy em defender, com rrazões de leal portugues, que se nom fizessem malles nem rroubos e que pagassem bem os mantimentos e cousas que tomassem. E sobretudo emcomendou aos capitães o castigo, paz e assesego de sua gente e, principalmente, que sse nom escandalizassem nem alleuantassem por cousas que ouujssem, em caso que parecessem contradizer a suas bondades e muyta lealdade.

E assy foy ho jfante fazendo, com muyto rresguardo, suas jornadas, atee o moesteiro da Batalha, onde o veedor da obra delle, que fora solorgiam delrey dom Joham seu padre, quis, com armas e artelharias, poer o moesteiro em rresistencia e defessa contra elle; mas os frades lho nom consentiram e, abrindo as portas, mandaram dizer ao jfante que o rreberiam na forma e com as cerimonjas que elle ordenasse. Mas o jfante nom qujs que fosse, saluo como sempre fora, emcomendandolhe que, na procissam com que a elle viessem, como de custume tinham, cantassem deutamente por elle ho salmo que começa *Qui habitat in adiutorio Altissimi in protectione Dei celi commorabitur* (3), que se podia bem apricar

(3) Salmo 90,1.

a sua viagem. E alli ouujo mjssa e mandou dizer outras muytas pollas almas delrey e da rraynha, seus padres, e se despedio de seus ossos, que cedo avia de vijr acompanhar, e esteue oolhando, com muyta tristeza, a sepultura ajnda vazia que, em sua capella, lhe fora ordenada, sobre que disse muytas cousas, que pareciam ja rreuelações dalma e sentimento da carne que a cedo avia de pouoar, como foy. E nesta ordenança chegou a Alcobaça e assy foy dos frades rrecebido e emcomendado a Deus. E, como elrrey soube que o jfante passaua Leirea, logo mandou sobrelle corredores e outra gente de caualllo, pera que sua gente com menos licença se soittasse fazer dano.

E porem o jfante chegou a Rio Mayor, de que ha cinco legoas a Santarem, onde teue conselho se hiria adiante como vinha, ou se enviaria seus messegeiros a elrrey, per que lhe pedisse seguridade com que, em algũa boa forma, acerca das culpas que lhe falsamente dauam, fosse ouvido com sua justiça. E os que verdadeiramente o amauam, posposta toda outra fantesia e paixam, lhe dauam muy sãao conselho, que elle nom segujo (4); porque lhe disseram que, pera hũa parte nem pera a outra, nom deuja jr mais adiante e que, asy como viera, se tornasse pera Cojmbra, porque assaz tinha comprido com sua honrra chegar aly e estar tres dias acerca de seus contrairos, que, teendo ja entam muyta mais gente e poder que elle, nunca lhe ousaram vijr teer o passo nem fazer hũa leue rresistencia, contrariando muyto todo outro fundamento e muyto mais enviarse embaixada a elrrey, de cuja pouca hidade deziam que ja o jfante, emquanto as cousas assy andassem, nom devia fiar sua vida, em caso que, com synaaes e sellos, lha segurasse. Pois, per jnduzimentos de seus contrairos, tantas vezes e em tantas cousas lhos tinham quebrados e que muyto mais lho fariam fazer nesta, em que todo seu deseio se compria. E, aalem disso, se punha a outra perijgosa ventura, que era segujndo mais adiante e chamandoo elrrey, como a vasallo, e nom hyndo nem obedecendo logo despeiadamente, como a leal serujdor compre, cairia em rrebeliam e desobediencia crara, de que os achaques passados contra elle ficariam certas culpas com causas verdadeiras pera sua mais justificada persegujçam.

Quanto mais que, metendo seu arrayal adiante nos oliuaaes de Santarem, segundo a grande espessura delles, e derribandosse pollos camjnhos atras, ficaua de todo atalhado, sem lhe ficar soamente hũa possibilidade de saluaçam nem desposiçam de peleia. E que, quando sse quj-

(4) Já antes de iniciada a marcha sobre Lisboa, D. Pedro fora aconselhado pelos seus melhores servidores a não a empreender; mas preferiu seguir a opinião do conde de Abranches contra a de todos os demais (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 110).

sesse saluar, ja seria ao menos com perda da gente de pee e de toda sua carriagem, com que ficaua de todo perdido e desbaratado; e que, se peruentura qujresse segujr contra Lixboa, com fundamento de sse lançar e segurar nella, que era maginaçam errada e certo perigo seu, porque a cidade, segundo tudo andaua rreuolto, ja nom era a madre que ho criara, segundo elle dezia e confiaua, mas que a aula dachar muy jrada e bem guardada madrasta contra sy; per onde nom ficaua poderoso de adiante nem atras se saluar, se elrrey com seus jmjgos lhe saisse nas costas, como era de creer; e que, em tanta angustia, lhe seria forçado ou pedir mjsericordia doujdosa ou rreceber morte certa e desesperada de vingança, ao que, sem extrema necessidade, se nom deuja arriscar, ao menos por rresguardo e segurança de tantos ynocentes, quantos co ele sem causa morreriam.

Aos quaaes conselhos o jfante disse: bem sento ja que estar aqui mais nom he necessareo e muyto menos hir adiante, contra Santarem, assy pollas causas e rrazões que bem apontastes, como principalmente porque ey por grande graueza pera mym parecer que leuamos as pontas de nossas armas contra ho lugar onde esta a rreal pessoa delrrey, meu ssenhor, a que eu sobre todos deseio melhor obedecer e mais acatar e serujr. Porem, mjnha detremjnacam he por nhũa maneira tornar atras, mas quero me jr per este camjnho contra Lixboa, nam com esperança de me a ella acolher, porque nella nom tenho trato nem segurança, mas nom pode ser que meus jmjgos, sabendo que vou assy com muyto menos gente e poder do que agora teem, nom saiam a mym com suas valias, porque teeram possibilidade e tempo de comprir o que tanto deseiam, e mais escusaram trabalho que a elrrey, meu ssenhor, por todos rrespeitos, nom he conueniente nem necessareo. E esta soo mercee pego a Deus que seia assy, porque he a mayor que delle posso rreceber. E, se nom vierem a mym, entam chegaremos aa ponte de Loures e dali faremos a uolta, per Torres Vedras e Obidos, atee Cojmbra, onde esperaremos a ventura que vier. E espero que a rraynha, mjnha filha, e o jfante dom Anrrique, meu jrmão, rremediem, emtanto, meus fectos, como a mjnha honrra e estado compre.

Mas esta esperança que o jfante pobricaua de seu jrmão era pera co ella fauorecer e animar sua gente, porque, em seu coração, jaa tinha por certa desesperaçam, o que acabou de confirmar quando, per tres dias que em Rio Maior esteue, nom vio em seu fauor rrecado de seu jrmão nem rraynha, em que, atee entam, muyto confiaua (5). E o que

(5) Recentemente, abordou o problema em causa BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, cujas conclusões tomamos a liberdade de transcrever: — «Afigura-se-nos viável poder concluir, em face do exposto, que o Infante

os prudentes poderam conceber de tam errado conselho e tençam como o jfante, em tal tempo e caso, segujo, nom foy saluo que, deseando de morrer com algũ mais comprimento de sua honrra e com maior descargo de sua consciencia, qujs ante seer cometido delrey, que parecer cometedor, e que por isso lhe deu as costas, de que mostrou algũa proua e esperiencia ho lugar em que, ao diante, foy morto e em que se alojou, onde, per tres ou quatro dias, rrepoussou, podendo se nelles liuremente saluar.

Como ho jfante partio de Rio Maior e se foy a Alcoentre e das pessoas delrey que hy mandou matar e a causa por que.

E porem o jfante moueo de Rio Maior contra Lixboa. E a opiniam e rrumor geral era que, por trato que com algũs della tinha, se queria nella acolher e rremedear. E, comquanto esta fama era fingida e nom verdadeira, nom deixou de causar morte crua a dous mancebos de Lixboa que, por auer nelles sospeita de trato, por serem criados do jfante, foram publica e jnocentemente fectos em quartos e postos pollos mais publicos lugares da cidade.

Seugujo o jfante seu camjinho, em sua ordenança. E, a hũa sesta

D. Henrique procurou, através de diversas diligências, encontrar uma solução que evitasse o choque das duas facções, muito embora a sua concepção dos problemas políticos fosse, em muitos aspectos, oposta à do Regente. Poderemos caracterizar a sua acção em duas fases distintas e bem diferenciadas. Num primeiro período, que se estende até à reunião do conselho em Santarém (Abril de 1449), observa-se um esforço constante por parte do Infante D. Henrique, não obstante as divergências existentes, no sentido de encontrar uma solução pacífica para o litígio que opunha o Infante D. Pedro à facção do Rei. Numa segunda fase, que se desenrola a partir da referida reunião, deparamos com o Infante D. Henrique inteiramente submetido à vontade régia, devido à pressão cada vez mais intensa da corrente adversa ao Infante D. Pedro, e à inflexibilidade deste antigo governante, cuja posição intransigente tornou inviável um acordo com o Monarca. Assim, em nosso entender, a presença do Infante D. Henrique em Alfarozeira não nos autoriza a aceitar a ideia de abandono deliberado do irmão. Mostra-nos, sim, a sua obediência ao princípio de «razão de Estado» que sempre norteou inteiramente a sua acção política» (ps. 78-79).

Segundo podemos inferir da escassa documentação chegada até nós, o Infante D. Henrique diligenciou harmonizar seu irmão D. Pedro com o duque de Bragança e com el-rei, como aliás já o tentara fazer com a rainha D. Leonor; não o tendo conseguido e dada a avançada da idade do duque de Coimbra contra o monarca, o Navegador colocou-se, como era dever seu, ao lado de D. Afonso V. Sobre o particular e à míngua de melhor prova, julgamos que deve prevalecer, naturalmente, sobre as tardias e tendenciosas Crónicas de PINA e de LANDIM, o coevo e explícito testemunho de ZURARA, no capítulo 43 da *Crónica da tomada de Ceuta*, exarado em nossa nota 1 ao presente texto e no qual BAQUERO MORENO não reparou.

feira, dezaseis dias de mayo, chegou ao lugar d'Alcoentre, em que dos ginetes e corredores delrey foy sempre seguido e perseguido, dizendo em altas vozes contra elle, que as ouvia, palauras torpes e muy feas, chamandolhe treedor, tirano e falso ypocrita, rroubador do pouoo, com outras vilezas e fealdades a estas conformes, das quaaes o jfante sempre emcomendaua aos seus que se nom anojassem nem lhes rrespondessem. E porem elle, em as ouujr, rrecebia em sy muita door e grande sentimento, especialmente porque as bocas daquelles per que tantas torpezas contra elle saiam ja lhe muytas vezes beijaram as mãas, por honrras e mercees que delle rreceberam.

E, como alojou ali seu arraial, coube a guarda da erua e lenha a Ayres Gomez da Silua, sobre que vieram logo corredores da gente delrey, trauando co elles e procurando escaramuças, com desejo da gente do jfante se desmandar pera algũu seu dano. E co estes rrebates que na guarda se faziam veo noua ao arraial que Ayres Gomez com sua gente era dos delrey cercado e posto em grande afronta. A que o conde d'Abranches, com grande trigança, logo saio e co elle quasi todollos do arraial, nom guardando algũua rrega em sua saida, antes, com muyta deshor-dem e desmando, rromperam per muytas partes ho palamque e deram com muyta força nos corredores, de que algũus delles, achandose atalhados, querendosse saluar, cairam em hũu grande tremedal e lagoa, de que nom poderam sajr, onde, antre mortos e presos, ficaram logo atee trinta. E os viuos leuaram logo ante ho jfante, antre os quaaes o principal era hũu Pero de Castro, fidalgo e criado do jfante dom Anrrique, a que o jfante dom Pedro disse: oo maa, emgrato e treedor, assy como per tua boca sairam oje tantas vilezas, com que tam falsa e desauergonhadamente magoaues mjnha pessoa e estado, como tambem nom entraram em tua memoria as muytas honrras e mercees que de mym, tam poucos dias ha, rrecebeste, pera as leixares de dizer e contentaras te de me fazer mall com tuas mãas, ca pareceram, por tua escussa, que eram forçadas doutro mando e ssenhorio mayor, e nam com a lingoa com que cujdaues que me escandalizauas os ouujdos, e tu feriste me no coraçam. Certamente a morte com que logo acabasses ajnda seria aaquem da culpa que teens e pena que mereçes. E entam, com hũu pao que tijinha na mão, lhe deu per cima da cabeça, e sobre esta pancada ouue logo dos que eram presentes tantas feridas, de que logo morreo (6). E, dos outros,

(6) Este D. Pedro de Castro, filho de D. Alvaro Pires de Castro e de D. Maria Lobo, era irmão de D. Alvaro de Castro, D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Fernando, D. Fradique de Castro, D. Diogo de Castro e de duas senhoras matrimoniadas com fidalgos galegos (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., livro 1, ps. 145-47, 350 e 352-53). D. Pedro de Castro fora um dos capitães das galés da conquista de Ceuta em 1415 (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, caps. 36

hũus mandou o jfante logo degollar e outros emforçar, segundo a condiçam das pessoas que eram.

Aquelle dia escapou, por grande ventura, Gonçalo Rodrijuez de Sousa, que era capitam dos jenetes, e assy algũus outros, a que valleo a bondade de seus cauallos, porque atee ho lugar de Pontuecel, lhe seguio o conde ho encalço, e dalli, temendo algũa volta de gente fresca e mais poderosa, se tornou pera o jfante. Com a morte destes homens nom foy menos a toruaçam e desmaio no arraial do jfante, do que foy aluoroço e jndinaçam contra elle em toda a corte delrrey, a que as nouas chegaram logo, de nocte. Porque a mais da gente do jfante, veendo tamanha crueza, julgaramna por craro rrompimento contra elrrey e, temendo a pena da culpa em que, por isso, emcorriam, pungidos da lealdade que nom podiam emcobrir, mostrauam em suas caras hũa publica tristeza que de seus corações daua muy certos synaaes de fraqueza, com que muyta gente, especialmente de pee, logo aquella nocte, fogiram do arraial e, per serras e veredas, como melhor podiam, se tornaram a suas casas. Ao que o doctor Aluaro Affonso, com hũa publica falla que a todos sobrisso fez, qujsera rremedear, mas nom aproveitaua (7).

Como elrrey proueeo e segurou a cidade de Lixboa, pera o jfante se nom rrecolher a ella.

E, como elrrey foy certificado da hida do jfante a Lixboa, rreceso de seer com fundamento dalgũu trato que nella teuesse, mandou logo, per

e 50). Casou em 1424, sendo criado do infante D. Henrique, com D. Teresa de Vasconcelos, data em que lhe prometeu o Navegador, em dote, 5.000 coroaes de ouro e lhe deu, entretanto, as suas terras patrimoniaes de Benviver, Sul e a quinta de Reriz, no julgado de Lafões (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 3, DOCS. 44 e 45), as quais ficaram definitivamente nos Castros almirantes do reino, em senhorio, desde o dito D. Pedro, avô de D. João de Castro, até os condes de Resende do século XVIII, como tivemos oportunidade de ver no arquivo da Senhora D.^a Maria Eça de Queirós, em Santa Cruz do Douro, e consta também de documentação do Arquivo Nacional (Cfr. por ex. *Além-Douro*, liv. 1, fl. 187). Em 26 de Setembro de 1443, o regente D. Pedro doara ao referido D. Pedro de Castro, do conselho régio, todos os bens, com pequena excepção, do morgadio de D. Afonso de Cascals e de sua mulher D. Maria de Vasconcelos havidos de João Mendes de Vasconcelos, por estes se haverem homiziado em Castela com a rainha D. Leonor (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 7, DOC. 58). Supomos que a esta mercê se reporta aqui o cronista PINA.

(7) A grande maioria da hoste do duque de Coimbra havia sido recrutada, como já observou BAQUERO MORENO, nas terras do ducado e boa parte compellida pelo infante a acompanhá-lo contra el-rei; pelo que este teve depois o facto em consideração, indultou alguns desses provincianos e lhes manteve os bens que possuíam, como consta de diplomas régios, aduzidos já pelo citado autor (*O Infante D. Henrique Alfarrobeira*, ps. 76-78).

mar e per terra, muytos fidalgos e outra gente, que a guardaram e seguiram a seu seruiço. E moueo logo de Santarem contra o jfante, com muyta e muy fermosa gente que, segundo a sentença dos que o melhor deujam saber, antre de caualllo e de pee, fariam numero de trinta mjl homens de pelleja que, segundo as memorias dos que a viam, foy a moor soma de gente darmas que atee entam neste rregno se ajuntou. Foy elrrey conselhado que nom apressasse suas jornadas, asy por melhor trato e alojamento de suas gentes, como porque, teendo a cidade segura, quanto o jfante mais a ella se chegasse, tanto se despunha a mayor perijgo, pollo dano que dos moradores della, allem dos delrrey, podia rreceber.

Como o jfante partio da Castinheira e se foy alojar no rribeiro dAlfarrobeira.

E ho jfante, seendo no campo junto com ho lugar da Castinheira, foy avisado que elrrey era ja de Santarem contra elle partido. E, porque o lugar em que stava era campo devasso e sem desposiçam de se poder defender, e muyto menos de rresistir, principalmente porque a gente nom leixaua, cada dia, de lhe fogir, leixando ja algũua parte de sua fardagem, partio hũu domjngo com voz de se hir a Lixboa, em que naquele dia queria entrar. Mas isto se fingio assy por tall, que a gente, na esperança de se saluar, fosse com elle e nom lhe fogisse mais; e, ante do meo dia, se alojou logo aallem dAluerca, em hũu rribeiro que se diz dAlferroubeira. E ho asento de seu arraial, na maneira em que staua, foy daquelles que nas cousas da guerra tinham boom conhecimento muyto louuado; porque avia nelle desposiçam natural e arteficial pera poucos se defenderem a muytos. E alli ouue o jfante por melhor esperar sua ventura e nom segujr auante, assy porque foy logo avisado da guarda de Lixboa, que de todo estaua hirada contra elle, como porque tinha ajnda esperança que quando elrrey sobre elle chegasse e o visse, que teeria lembrança de quanto seruiço lhe fezera e nom se squeceria doutros muytos seus merecimentos, com que lhe fizesse algũu boom e seguro partido. E que, pera outros lho lenbrarem e fazerem fazer, nom acabaua de desconfiar do jfante dom Anrrique e doutros muytos, a que ja fezera honrra e mercee. E, quando isto assy nom socedesse e ho rrompimento nom se escusasse, que ao menos tinha escolhido lugar onde, como princepe, acabaria e nam sem algũua sua vingança.

E aly esperou elrrey, que logo, aa terça feira, vinte dias de maio, polla manhã, chegou sobre elle e mandou asentar seu arraial, de que o jfante ficou de todo cercado. E, em vindo elrrey com suas batalhas pera chegar ao jfante, o conde dAbranches saio e foy veer sua gente, de cuja soma, gentileza e percebimento foy muyto maravilhado e, em

voluendo, como quer que, de praça, pera esforço dos seus, mostrasse e disesse o contrario, porem ao jfante nom emcobrio a verdade, a quem desenganou da pouca esperanza que em sua rresistencia e forças devia teer. E algũs disseram que o conde pedira e rrequerera ao jfante, vista a desigual comparaçam que avia dhũs a outros, que soo se fosse e saluasse e o leixasse com sua gente ali. onde folgaria acabar, por seu seruço, e que o jfante nom qujsera.

Mas, o que mais verdadeiramente, acerca desto, se deuo creer he que o conde, polla certa sabedoria que tinha do proposito do jfante, que era morrer, e pollo consagramento que ambos por isso tinham fecto, nom lhe cometeria nem ousaria cometer tal cousa, em que ao menos ficaua o jfante, por fe, perjuro e fraco.

Como elrrey chegou sobre o arraial do jfante dom Pedro e como, por acaso e sem deliberaçam, se seguio sua morte.

Elrrey trazia ja detreminado, por aquelle dia em que sobre o jfante chegou, nom ho cometer nem lhe dar combate algũu, e dizem que com algũu fundamento de bem pera o jfante. E porem, per seus tronbetas e rrex darmas e arautos, mandou, em torno do arraial do jfante, dar espantosos pregões, mandando a todallas pessoas que com elle eram que logo, sob grandes penas, com suas armas o leixassem e se viessem a elrrey. Ao que nhũ dos do jfante obedeceo, antes do arraial delrrey se lançaram com o jfante, pollo amor que lhe tijnham: Fernam dAfonseca, seu criado, alcaide de Lixboa, que, por este caso, saio despois de seu sisso e asi acabou, e Joham Vogado, que despois foy escprium da fazenda delrrey, e estes escaparam, e Rodrigo dAuelos, boom caualeiro, e hũu Gonçalo Fernandez, que fora corregedor da corte, que ambos ali morreram. E, no trautamento que, neste dia, sem mandado delrrey nem de seus capitães ouue dhũua gente com a outra, de que sse seguio a morte do jfante e do conde dAbranches, ouue muytas opynções. Porem, aquella que os de moor autoridade affirmaram he esta.

Andando as gentes dhũua parte e da outra proueeendo suas necessidades, buscando os cercados do jfante maneiras pera sse defender e os mais delrrey pera offender, aconteeço que certos besteiros da gente delrrey tomaram hũua emcuberta e se meteram escondidos em hũu aruaredo que sobre agoa hy estaua, donde, sem serem vistos, faziam tiros aos do arraial do jfante, de que algũs desausadamente caiam mortos e feridos. E Aluaro de Brito Pestana, que tijnh a entam cargo dos espingardeiros delrrey, lhes mandou outrossy que, dhũu cabeça em que stauam, tirassem aos do jfante, em que se fez algũu dano. E o jfante, vendo começos de tanto mal, pollo em algũua maneira desujar, mandou poer

fogo a algũas bombardas que trazia emcarretadas e que tirassem aos do cabeça, de que cria que o dano rrecebido procedia; donde, por maaos tento e pouco rresguardo dalgũu bonbardeiro dos do jfante, saio a pedra dhũua bombardas, que foy dar junto com a tenda delrey, sobre que muyta e nobre gente logo acodio, cujdando que na pessoa delrey fezera algũu dano, como pubricamente se disse, o que nom fez.

E porem, foy por isto tanto alvoroço na gente delrey e com tamanha jndignaçam contra o jfante e os seus, que logo, sem outro mandado nem rrepartida ordenança de peleja, como se esperaua, guyados soamente de sua sanha, deram muy fortemente no arraial do jfante e o rromperam e entraram per muytas partes, cuja gente e polla mayor parte a de pee, nom podendo soffrer tanta força com tamanho medo e perijgo, esquecidos do emparo e defessa do jfante, o leixaram e começaram de tomar a fogida, por sua saluaçam. E o jfante, vendo tamanha afronta, andando a caualo, se pos logo a pee com leues armas, socorrendo aos lugares de moor necessidade e fraqueza com grande esforço, o qual, por armas defenssiuas, trazia soamente vestida hũua cota de malha e, em cima, hũua jornee de velludo cremesym e na cabeça hũua cerujlheira.

E, veendo elle que sobre a parte de sua estancia, que era ja rrota, rrecrecia a moor afronta de peleia, acodio ali com muyta trigança e ousadia, por que, em caso que a vil gente lhe fogisse, nom falleçeram outros muytos boons que, com esforçados corações, offerecendo ja suas vidas aa morte, sostinham e defendiam sua querella, tanto quanto a suas forças era possiuell. E, como quer que o jfante dalgũus caualleiros de sua guarda fosse rrequerido que sse rretraesse, aconselhados da força e multidam da gente que viam contraira, a que nom podia ja rresistir, elle o nom qujs fazer, antes com sua cara esperta e segura, posposto todo medo e perijgo, rrompendo per sua gente, em que ja via muytos mortos e feridos, seguyio adiante e nam com ouciosidade de seu braço direito, com que, segundo testemunho dos que o viram, allem doutros que feria brauamente, dous escudeiros, per força de seu ferro, ficaram alli mortos.

E, andando o jfante assy rreuolto nesta pelleia, foy nos peitos ferido dhũua seeta, que lhe atrauessou o coração, de que, a poucos passos e menos oras, caio logo morto, sem antes nem despois rreceber outra ferida. E o beesteiro que o ferio bem foy conhecido e avido por assaz deestro em seu officio; o qual com outros de seu mester, segundo fama, foram em especial pollos jmjgos do jfante escolhidos e ordenados contra elle, pera mais cedo abreujaem sua morte. A qual elle rrecebeo com sinaaes de verdadeira contriçam e grande arrependimento de seus peccados, que deu piedosa esperança da saluaçam de sua alma. Pollos quaaes synaaes, o bispo de Cojmbrã, que sobre elle logo acodio, ho asolueo, em lhe alma sajndo da carne. Porque nom ouue tempo de confissam,

que elle, nas derradeiras palauras de sua vida, aficada e deuotamente pedio (8).

E porem elle, no mesmo dia, fora confessado e asolto e fezera em seu testamento, que deixou, algũas adiçoes, per que craro pareceo que acabou como sempre viueo, catolico e boom christão e leal vassalo e serujdor delrrey, em hidade de cinquenta e sete annos.

Como o conde dAbranches tambem logo foy morto e como acabou como esforçado caualeiro e do que se mais segujo no cabo da batalha (9).

E o conde dAbranches, andando a caualllo em outra parte do arrayal, proueendo e rresistindo em sua estancia, como boom e ardidlo caualeiro, a muytas afrontas que o persegujam, hũu moço chegou a elle e, chorando, lhe disse: ssenhor conde, que fazees, porque o jfante dom Pedro he morto? E o conde, comquanto esta embaixada era da morte que, sem escusa nem dilaçam, desaffiou logo sua vida, elle, com a cara segura e o coraçam esforçado, disse ao moço; calate e aqui o nom digas a nenguem e, co jsto, ferio rrijamente o caualllo das esporas e foyse decer em seu alojamento, onde, sem algũua toruaçam, pedio pam e vinho, de que, por esforçar mais seu esforço, comeo e bebeo algũus bocados e tomou suas armas, pera co ellas honrrar sua sepultura, que era a terra em que auja de cajr.

E saio a pee pollo arraial, que de todallas partes era ja entrado e vencido. E, como foy conhecido, logo os delrrey, hũus sobre os outros, carregaram sobrelle, cometendoo de todas partes, pera o matar. Mas elle logo, com hũua lança, que lhe cortaram, e despois com sua espada, os feria e escarmentaua, de maneira que os que a primeira vez o cometiã, de mortos ou feridos, nom volujam a elle ha segunda. E assy pelejou hũu grande pedaço, como muy vallente e acordado caualeiro, nam sem grande espanto dos que o viam, trazendo as mãas e todas suas armas cheas nam de seu sangue, mas de muyto alheo, que spargeo. Porque, emquanto andou em pee e se pode rreuoluer, nunca sua carne rrecebeo golpe que a cortasse.

(8) Sobre este passo cfr. o nosso DOC. 86, de 13 de Outubro seguinte, e a respectiva nota.

(9) Sobre o conde de Avranches ou Abranches, D. Alvaro Vasques de Almada, além das Crônicas de ZURARA, PINA, LANDIM, ACENHEIRO e DUARTE NUNES DE LEO, cfr. B. FREIRE, *Brasões*, livro 3, ps. 270-73 e os documentos que publicámos e anotámos em *Monumenta Henricina*, vol. 2, DOC. 51; vol. 3, DOC. 113; vol. 6, DOC. 211; vol. 7, DOCS. 46, 63, 77, 99, 110, 114 e 187; e vol. 9, DOCS. 179 e 211.

E, emfim, vencido ja de muyto trabalho e longo canssaço, disse, em altas vozes: oo corpo, ja sento que nom podes mais, e tu, mñhalma, ja tardas. E co jsto se leixou cajn tendido no chãao; e hũus dizem que disse: ora fatar rrapazes; e outros: ora vingar, villanagem. Cujo corpo, que ja nom rresistia, foy logo de tantos golpes ferido, que em breue despedio a alma de sy, pera hir acompanhar a do jfante, como lhe tinha prometido. E ally hũu seu amjgo, que nom vsou do que devia, lhe cortou e leou a cabeça, com que a elrrey foy pedir acrecentamento e honrra de caualaria, e o tronco ficou no chãao, fecto em pedaços, atee que, per rrequerimento de Joham Vaasquez dAlmadãa, seu jrmãao bastardo, que era veedor delrrey, ouue logo emterramento no campo e, depois, sepultura honrrada.

E os outros fidalgos e nobre gente que eram co jfante, vendo tam craro seu destroço, cada hũu desempenrou a defesa das estancias que lhe foram emcomendadas e, como desesperados das vidas, nom lhes fallendo o coraçam e acordo pera vingarem suas mortes, se soltaram pollo arraial, aa ventura que se lhes offerecesse. E, emfim, de mortos, feridos ou presos, nom escapou algũu. E dos principaaes da gente do jfante morreram alli Ioham Mazquarenhas, alferez do jfante, e Lujõs Gomez da Grãa, que leuaua a bandeira de dom James, e hũu seu jrmãao, e Diego Peixoto e Rodrigo dAuellos e outros caualleiros e escudeiros de boa sorte e foram muytos feridos. E, da parte delrrey, morreram, principaaes: Ruy Mendez Cerueira, apousentador moor delrrey, e Fernam de Saa, alcaide moor do Porto, e Joham Rodrjguez Toscano e assy algũus boons, com outra gente de baixa condiçam, que fariam numero de atee vinte e cinquo.

Da maneira que se teue com o corpo do jfante dom Pedro e como foy vilmente tratado e soterrado (10).

O corpo do jfante jouue todo aquelle dia sem alma descuberto no campo, a vista de todos. E, sobre a nocte, ho lançaram homens vijs sobre hũu paues e o meteram hy logo em hũua pobre casa, onde, antre corpos ja vazios dalmas e fedorentos, jouue tres dias, sem candea nem cubertura nem oraçam que por su alma publica se disesse nem ousasse de dizer. O que foy grande prasmo e vitoperio da casa rreal, porque a honrra e acatamento que ali se devia ja nom era do jfante morto sem sentido, mas era propria dos viuos que lha fizessem. E da principal culpa de sse isto assy fazer elrrey, por sua mocidade e poucas esperiencias passadas, foy justamente emtam rreleuado; mas foy attribujda aos

(10) Cfr. o DOC. 166 e a nota 1 do mesmo.

velhos e principaes da corte, jmjgos do jfante, per que elrey, naquelle tempo, em tudo se governaua.

Porque, como lisongeiros e bafeiados da fortuna, lhe faziam creer que esta fora batalha perigosa e campal e de grande honrra sua, em que, por synaaes de vitoria e triunfo e por exalçamento maior de seu estado e por cerimonia acustumada, convinha fazerem asy os corpos no campo da rrota das vidas e sepulturas priuados, anjchilando, em comparaçam desta, a famosa batalha de Tesalia, em que Julio Cesar venceo Pompeo, e a de Canas, em que os romãaos foram dAnibal, com tanto estrago, vencidos. E isto nom sse fazia por honrra nem estado delrey, pois craramente era magoa de sua coroa e pubrico abatimento de seu sangue, mas ordenauanno assi seus jmjgos, por acrecentar no cume da desordenada vingança (11).

49

20 MAIO - 6 DEZEMBRO 1449 (1)

Memorando enviado por el-rei D. Afonso V ao soberano de Castela e ao duque de Borgonha sobre a regência, insurreição e morte do infante D. Pedro, seu tio (2).

(11) Sobre Alfarrobeira podem ver-se: FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, ps. 64-70 e a bibliografia all aduzida; BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique* cit. e as fontes respectivas; A. F. BARATA, *Vesperas de Alfarrobeira*; MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*; COSTA LOBO, *Dolorosa tragédia dos Inclitos Infantes Filhos de D. João I*; OLIVEIRA MASCARENHAS, *A traição de Alfarrobeira*; ELAINE SANCEAU, *O Porto nas vésperas de Alfarrobeira*; e, finalmente, os documentos atinentes do presente volume de *Monumenta Henricina*.

(1) O presente documento, não datado, deve situar-se entre a morte do infante D. Pedro em Alfarrobeira, ocorrida a 20 de Maio de 1449, e o primeiro discurso do deão de Vergi, proferido em Évora a 6 de Dezembro seguinte. A fiarmo-nos na asserção de PINA, poderíamos localizá-lo, porventura, em Maio ou Junho do referido ano: — «E por que esta morte do jfante, nos rregnos e terras estranhas, parecesse justa (aqui, no códice que seguimos, riscadas algumas palavras, que parecem dizer «e se cobrassem as causas della») logo, em Lixboa, formaram os jmjgos do jfante hũa jnstrução contra elle, assaz fea e muy defamatoria, que elrey, por escusa e justificação de sua morte, enviou, per seus mesegeiros, ao papa e algũs príncepes christãos» (*Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 129, segundo o cód. 358, *Livraria*, do ANTT., fls. 135 v.-36).

(2) Dos factos da regência do infante D. Pedro temos duas versões coevas: uma do próprio regente do reino, ou seja a sua carta de 30 de Dezembro de 1448 ao conde de Arraiolos, seu sobrinho, — O DOC. 211 do nosso vol. 9; a outra, de el-rei D. Afonso V, — o presente Memorando.

BNL, *Colecção Pombalina*, cód. 443, fls. 85-89 v., em cópia do século XVII, em papel, — donde se reproduz; ANTT., *Livraria*, cód. 1163, fls. 357 e ss., em cópia do século XIX, em papel, em código que leva na lombada os dizeres: «Varias materias pertencentes ao tempo dos Reys D. Aff. 5 e D. João 2.º», e, dentro, o «ex-libris» do visconde de Santarém; e *Livraria*, Ms. 44, fls. 7 v. e ss., em cópia do retrocitado visconde, feita no Rio de Janeiro em 1818, cujas anotações transcrevemos.

Publicado por MANUEL HELENO, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*, ps. 31-39, segundo a primeira fonte citada, o qual também aduz a segunda fonte e comenta o documento. Sumariado no *Quadro elementar*, t 1, p. 348.

Crença delrey dom Affonso o Quinto de Portugal pera elrrej de Castella sobre a morte do jfante dom Pedro, que foy morto na batalha daAlferrobeira (3).

Affonso Perejra. Direes ao mujto alto e muj excellente, poderoso princepe elrrej de Castella, nosso mujto amado e prezado tio e jrmão e amigo, que, por morte delrrej, meu senhor e padre, que Deos haja, fiquamos de idade de sete annos. E porque no seu solene testamento, que logo no dia seguinte, a requerimento de todosos tres estados, foy aberto e pruiucado, se continha que a rrajnha, minha senhora e madre, de piadosa lembrança, como nossa titor, nos criasse e tuesse regimento e aministração comprida de todas nossas cousas, os jfantes dom Pedro e dom Amrique, meus tios, e os condes, prelados, fidalgos e poucos que presentes erão o tiuerão por bem, jurando e prometendo primejro os ditos meus tios, desy todos os outros de o ter e manter, porque concordaua com as leis imperiaes, que outorguarão as titorias dos filhos as viuuas e onestas madres, e com os foros dEspanha e antigvas vsanças e ordenações, praticadas em nossos rreynos (4).

Mas, o jfante dom Pedro, que, de longo tempo, tinha hum mujto agudo e desordenado dezejo de reger estes rreynos, por qualquer arte ou industria que podesse, o qual dezejo trazia escondido sob aquellas falças cerimoniaes de fengida obediência, do que os auizados homens, dando lugar aos tempos, usar soem, uendo o falecimento do dito senhor rrey e as outras circumstancias, descobrirão o que ha muito tempo emcuberto trazia, dizendo a alguns prelados de que confiaua que tal carrego nom pertencia ha dita senhora rrainha, por ser molher, e que, pois ao homem

(3) Aqui, no citado manuscrito 44, o visconde de Santarém anotou: — «Esta crença pertence ao seu lugar competente no 2.º vol. das Embalxadas e Negoc. do Sr. D. Affonso 5.º que escrevi».

(4) Cfr. PINA, *Crónica cit.*, cap. 3.

pertencia, que deua pertencer a elle, por muytas rezões que alleguaua, emduzindo a esto aquelles que ligeiramente emduzir presumia e temtando outras que, pero comestantes parecescem, por promessas e por outras forçosas artes poderiam ser demouidas.

E, como quer que tiuescem prometido e yurado de ter e manter o testamento do dito senhor rrey e dello foscem protestações feitas e filhados pubricos estromentos, depois que, por suas praticas e sotis induzimentos, se trabalhou de inclinar a este seu preposito os que presentes erão, como dito hauemos, escreueo cartas e emulou recados as cidades e villas principaes destes rreynos, cuja conclusam era que lhe prouguesce, sem embargo do dito testamento, ordenar e procurar que elle fosse nosso titor, regedor de nossos rreynos. E, sendo os principaes prelados, fidalguos e poucos aiuntados em cortes, foy uisto e examinado o dito testamento; e porque, segundo as forças e clausulas delle, nom podião tolher aa dita senhora minha madre a nossa titoria com o regimento de nossos rreynos sem manifesta injuria e offensa sua, foy determinado, em as ditas cortes, com acordo de meus tjos, que a dita senhora rrajnha fosse nossa titor. E pera satisfazer, em algũa parte, a desordenada cobiça do dito jfante dom Pedro, lhe foj dado e outorguado que fosse defensor de nossos rreynos e ajudador a reger em certa maneira com ella; a qual determinação foy firmada e jurada por o dito jfante dom Pedro e jfante dom Amrique e duque de Bragança, meus muyto amados e prezados tios, e por os condes, prelados e fidalguos e poucos (5). Mas elle, que mais juraua com tenção de periurar, segundo os feitos depois mostrarão, que de manter o juramento, nom habastando a sua inessa cobiça as autoridades e poderes que lhe outorguados erão, posto que entonce mostrasce algum fengido contentamento, começou logo secretamente trautar com aquelles fidalguos, prelados e cidadãos que, indozidos e praticados tinha com dadiuas e merces que lhe fazia do seu e larguas promessças que lhe prometia do nosso, que todauia tiuescem maneja de lhe ser dado o regimento do rrejno.

E, porque entendeo que em alguns acharia resistencia e que as leis dos mayores, a onestidade e as claras uirtudes muytas uezes escondem os seus rrayos na presença da armada força, asj que a impresom do forçoso medo a muytos faz dezemparar a constancia, esquecidos os juramentos feitos, pospostas as honestas regras da obediencia que a nos deua, deixada toda humanidade, iuntou gentes darmas e uejo assj poderoso com ellas as cortes que, pera conseguir seu preposito, fez fazer em esta cidade de Lixboa, que os grandes, com reço, e os pequenos, com medo, lhe nom ousassem nem podescem contradizer o que ligeiramente acabou; porque

(5) Cfr. o DOC. 96 do nosso vol. 6 e *Crónica cit.*, caps. 10 e ss.

alguns, pello recebido, outros, por hi prometidos beneficios, inclinados, e muítos por auitar maiores escandalos e conhecendo que o seu contradizer nom prestaria, lhe outroguarão todos, ascj a desuairadas fins, o regimento de nossos rreynos com a tjtoria e ministration de nossos beens e pescoa, quebrantando em ello as leis imperiaes, que outorguarão, como dito aue-mos, a criaçam dos filhos as honestas madres, rompendo o testamento do dito senhor rrej, menosprezando os foros dEspanha e as ordenações nossas antiguamente praticadas, offendendo a dita ssenhora rrainha, em lhe ser tirado forçosamente o regimento de nossos rreynos, que lhe, por tantas maneiras e tam justa lej, era deuido (6).

Mas elle que, por tiranja mais que por justiça, per[a] tal carregio era emlegido, como foy apoderado do rreyno, começou de preseguir e mal-tratar os boons e singularmente os seruidores da dita senhora rrainha, e [a] algús tiraua os boons officios e os daua aos seus, outros prendia [e] contra rezam e direjto atromentaua, outros mandaua justicar e degradaua, em tal guisa que os boons, ausentados ou amedorentados, lhe nom empecescem nem ousascem reprender seus maos feitos. E porque o tyrano naturalmente auresce os uirtuosos e com major rezam aquelle que, sub spejcie de justiça, com falças mostranças de fengida religião, prometendo liberdade, tjrâniza os sobjeitos, tam injuriosamente e tam offensiuamente tratou a dita senhora rrainha, que lhe conueyo, por necessidade, partirse de sua presença e conuersaçam pera hũa villa alongada da corte, cujdando aly achar algum repouso (7).

Mas aquelle a que non era asas de a uer ausentada da corte se a non visse fora do rreyno, dezejando mais de a degradar da villa que da terra, ajuntou gentes darmas e foy poderosamente contra a villa do Crato (8), onde a dita senhora rrainha estaua, pera lhe poer cerquo e a filhar por força e a prender ou matar, se poruentura se defender quisesce, aluora-

(6) Cfr. o DOC. 15 do nosso vol. 7 e a *Crónica retrocit.*, caps. 32 e ss.

(7) Cfr. os DOCS. 113-17 do nosso vol. 7 e os caps. 55 e ss. da referida *Crónica*. Neste lugar, anotou o visconde de Santarém: — «Para se ver o modo com que se achão machiavelicamente encobertas aqui as razões que o Infante teve em obrar assim, as quaes El Rey não declara neste recontamento justificativo, basta ver, para se formar huma idela ajustada, o 1.º volume das Negociaçoens e Embaixadas do Reynado do Sr. D. Affonso 5.º que escrevi guiado pela chronica contemporanea etc. e que comprehende a Regencia do dito Infante D. Pedro». Coevo dos acontecimentos, o soberano de Castela e destinatário da carta, conhecia sobejamente aquellas razões. A que «Crónica contemporânea» e obra sua aludirá aqui o visconde de Santarém?

(8) Do citado visconde: — «E porque foi contra o Crato? Estas razões occultão os redactores da Carta de crença, porem ellas forão bem notorias. Vid. a mesma dita obra, T.º 1. Regencia do Infante D. Pedro». Sabido que o ataque de D. Pedro ao Crato foi motivado pela invasão castelhana do nosso país, seria desnecessário e menos curial aludir aqui às razões, demasiado conhecidas do rei de Castela.

cando o pouo contra ella de tal guisa, que lhe foy necessario, nom achando remedio nem repairo em toda nossa terra, de se hir pera fora do rreyno onde a nunqua leixou de preseguir, emquanto pode (9); e, como quer que ella, com desejo de nos uer, quisesse tornar, nunqua elle quis consentir partido algum (10) por que ella uiesse nem de suas rendas e terras lhe fosse dada alguma parte, ante, como se partio, sua camara foy logo roubada e suas rendas tomadas, ho que contra honestidade era; se algũs seus lhe faziam seruigos ou lhe escreuião, logo lhes tomaua os beens e os atromentaua, como se fossem tredores. E, acabando ella como acabou, como Nosso Senhor Deus ordenou seus derradeiros dias, nom cesçou de obrar mais continuadamente, usando soltamente, nóm como titor, mas como senhor, fazendo mujtas grandes cousas sem conselho e dando terras e castellos da nossa coroa sem tendo poder pera o fazer, outrogando denidades e grandes offiços, de guisa que todas as maiores cousas do rreyno e a mayor parte das fortalezas, dinidades e aministrações forão postas nas mãos dos seus.

E porque jurou de nos leixar e entregar nossos rreynos, como cheguascemos a idade de quatorze annos (11), ascj e tam compridamente como o tinham os uirtuosos rreis meu auoo e padre, que Deus haja em sua groria, tendo elle uontade de perpetuar este seruigo per algũa honesta mostrança, nom podendo auer despesaçaõ do dito juramento, teue tal pratica e maneja, mostrando que o fazia per Nosso Senhor, que em hum dia nos leixasce o dito rregimento e loguo no seguinte dia lho tornasemos. E nos lho outorguamos asy que o tuesce de nossa mão emquanto a nos prouuesce por segurança nosça, que em tal guisa tinha, per maneja que dito auemos, o rreyno na mão, que nos conuejo de o consentir (12); mas, como chegamos a ydade de dezasseis annos e meyo, uendo como se asenhoreaua do rreyno, deuasando a justiça e destroindo a fazenda, aleuantando e abaixando aquelles que lhe aprazia, contra rezam, e esto a [fim] de rejnar, como se depois mostrou, lhe demandamos que nos leixasce o regimento do rreyno, porque nos prazia de o reger, como era rezam (13).

E depois de mujtas contendas, nolo leixou, com asas ma mostrança e discontentamento. E nos, porque quiseramos buscar asseguo de nossos subditos e comprar a paz com os danificamentos que ja regebidos auiamos,

(9) Cfr. o DOC. 119 do supracitado vol. 7.

(10) Observa aqui o visconde: — «Diria melhor a Nação hé que não quiz, porque havia feito marchar gente armada castilhana contra o Reyno. Vid. T. 1.º da mesma obra Regencia do Infante D. Pedro».

(11) Nas cortes de Torres Novas de 1438 (Cfr. o DOC. 96 do nosso vol. 6).

(12) Cfr. os DOCS. 72, 73 e 81 do nosso vol. 9.

(13) Cfr. os DOCS. 159 e 211 do retrocitado volume e a *Crónica cit.*, caps. 86 e 88.

posto que soubescemos que muj grande soma de dinheiros, a seu prazer, sem alguma necesidade e ainda em nosso desseruiço, despendera ou guardara, de todo lhe demos quitação muj liurement e nom lhe quisemos demandar rezão das imensas despesas, por seu imaginado interesse mais que por nosso seruiço ordenadas, nem as injurias e offensas da dita senhora rrainha, que a nossa honra e peçoia tanto pertencia, nem as mortes, tormentos, desterrros de seus seruidores; mas todo quisemos pospoer, cujdando, com nosa paciencia, molificar a sua dureza, usando com elle de tal clemencia e piedade que, sem offença da justiça, nom sabemos como se podesce mayor dizer (14).

E de hj, por lhe fazermos singular merçe, lhe outorguamos e confir-mamos todas as terras e tenças que de nos havia, com aquello que lhe foy acrecentado por ser nosso titor, lhe fizemos graciosamente quanto nos requereo; mas, porque se chegaua o tempo da execução da diuinal justiça, com ceguo juizo e desobediente uontade, coração emdurido e imdinado, esqueceo a piadade que delle oueramos e as merces que lhe ascj fizemos e começou de açalmar e basteçer seus castellos e ajuntar sua gente darmas, mostrando que fazia este precebimento pera offender o duque de Bragança ou pera se defender delle, se comprisce, porque o havia por seu imigo. E nos, como quer que soubesemos que tal ajunta-mento principalmente era feito contra noos, por nom sentirmos antre elles outras abastantes causas de imizade, nos quizemos antrepor. E mandamos ao jfante dom Amrique, meu tio, que, de nossa parte, os indusisce e prouocasce a concordia. E, depois de mujtas contendias, detreminamos de os fazer amigos, a qual detreminação, com as clausulas da concordia e amizade que ascj antre elles fizemos, em que asas consiramos a honra e auantajem do dito jfante dom Pedro, foy por nos ascinada e sellada de nosso sello e ascinada per suas mãos delles (15) e aselladas dos sellos das suas armas (16).

Mas, posto que o jfante ascy leixasce, segundo a mostrança de fora, nom leixou porem as gentes nem armas nem os aparelhos de guerra que prestres tinha nem desuestio a indinação que no coração trazia nem pre-pozito de proseguir o que ascj contra nos imaginara. E, sabendo elle como o duque de Bragança uinha, per nosso mandado, a nosça corte,

(14) Cfr. o DOC. 185 do citado volume.

(15) Anotação do visconde que, pelo visto, não conhecia ou não tinha presente o texto da concórdia em referência: — «Esta Concordia hé mui necessaria, talvez a traga D. Antonio de Souza, no volume das Provas pertencentes ao dos Duques de Bragança».

(16) Cfr. o DOC. 208 do nosso vol. 9 e a citada *Crónica*, cap. 93, onde, por sinal, PINA não alude à interferência do Infante D. Henrique, bem claramente aduzida no documento retrocitado e pelo cronista resumido.

pera nos servir no que ordenascemos, e a desposição dos caminhos era tal, que lhe conuinha paçar per suas terras, se moueo com as ditas gentes darmas contra elle, dizendo que queria embargar sua uinda e que nom consentiria que paçasse por sua terra, no que mostraua que amizade que com elle fizera fora fengida e nom uerdadeira. Mas, como esto soubemos, lhe mandamos que se tornasse pera sua casa e nom partisse de suas terras e leixasse paçar o duque, pois uinha por nosço mandado a nossa corte, pera nos servir. E, porque uio que ja nom podia mais emcobrir a desobediencia que no coração emcuberta trazia, dice expressamente que o non faria e que, dalj auante, nos aleuantaria a obediencia (17).

E nos, uendo como o dito jfante quebrantaua a concordia que antre elle e o duque tinhamos feito e como passaua nossa defeza e quebrantaua nossos mandados, como manifesto desobediente, mandamos ao dito duque que desuiasse o caminho e uiesse a nos, como lhe tinhamos mandado, entendendo depois prouer sobre esto o mais sem scandalo que pudesce ser, com resguardo de nosso seruico. Mas o dito jfante, sabendo que seu prepozito era descoberto e per sua boca era sua desobediencia confessada, por suas obras pruuicada e conhecida, como soube que o dito duque era em nossa corte, começou de fazer guerra aos nosços, roubando, matando, pondo fogo e destroyndo, nom em maneira outra do que os imigos soem de fazer. E algũs nossos que tomaua mandaua perante sj alancear, outros mandaua enforçar e degolar, sem porque que desse. E mandou a dom Pedro, seu filho, que aquelle tempo era nosço condestabre, que, por similhante maneyra, açalmasse e abastecece contra nos os castellos que de nos tinha e ajuntasse os mais homens que podesce, com os quaes, ajudado (?) de algũs seus uezinhos (18) de seus rreynos em que tinha confiança, fizesse guerra aos nossos naturaes, pera serem combatidos per mujtas partes. E elle, squecendo a obediencia que nos deuia, posposta a piedade da terra de sua natureza, seguiu o mao preposito de seu padre (19).

E nos, ouuindo os continuados cramos e grandes querelas dos nosços e, conhecendo os males que se poderiam seguir se este ... (20) no começo nom fosse apaguado, determinamos de hir poderosamente sobre elle, pera refrearmos a sua desobediencia e lhe darmos algum escarmento,

(17) Cfr. os nossos DOCS. 41 e 42 de 7 de Abril de 1449 e a *Crónica cit.*, caps. 96 a 106.

(18) Passo de interpretação difficil em todos os manuscritos. O visconde de Santarém, no seu ms. 44, escreveu: Andindo alguns de seus etc. No ms. está *andando*, possivelmente por *ajudado*.

(19) *Crónica cit.*, cap. 108, e o documento seguinte.

(20) Espaço em branco em todos os manuscritos citados.

muito aquem do que merecia, consirando o deuido que connosco hauia e outras cousas que nos mouer poderião a piedade; mas elle, sabendo esto, nom fogio nem se alongou de noos nem se emcarrou em alguma fortaleza, onde dalguma mais colorada honestidade podesce vestir sua desobediencia, mas ueonos buscar com sua gente darmas, em ordenança de guerra, posta pera nos dar batalha, ataa que achegou aquelle luguar a que o trouuerão seus reprouados feitos, a receber a sua merecida pena, depois de tantos e por tantos tempos possuidos e bem auenturanças, se tyranno bemaventurado dito ser pode, porque, como praza aos sabedores, as uezes retarda Deus a sua vingança, por compoensar a tardança com a grandeza da pena.

E, cheguando elle cinco legoas donde estauamos, mudou o preposito que trazia, dizendo, de praça, que queria uir a nossa corte, pera reger estes rreynos contra nossa uontade e matar os treedores que nos o contraíro aconselhauão. E tomou o caminho de Lixboa, cuidando em elles. E, recebido por alguns com que tinha trautado, mas, sabendo que o feito era descuberto e a cidade guardada e que o hñamos buscar, nos esperou acerqua daquelle campo onde contra nos tinha suas azes ordenadas. E, porque ya detreminado tinhamos de nom peleyar aquelle dia, mandamos asentar nosso arajal. E elle, como uio as tendas aleuantadas e os nossos alonguados, mandou tirar as bombardas, que lançauão mujtas pedras e dellas uinham direjtamente a nossa tenda. Polla qual rezam, se levantarão os nossos e se corregerão pera pelejar, abalando nossas batalhas. E elle fez despreguar sua bandeira, que fazia de nossas armas direjtas, sem differença (21), e dar currida, chamando Real, Real por elrrej dom Pedro. E, com ajuda daquelle Senhor das hostes, que daa a quem lhe praz uencimento, foy disbaratado e morto na batalha, recebendo aquella justa pena que os seus maos feitos mereciam (22).

E por estas conclusões, que lhe assim dizer enuiamos, podera hauer asas comprida e uerdadeira enformação dos passados feitos e pode conhecer a justa causa que tiuemos de contra elle procedermos e a muita merçe que de nos recebeo e a creçença que com elle sempre ouemos, posto que mujtas cousas feitas calaçemos, por nom offendermos as suas orelhas (23).

Outra tal embaixada de recontamento deste caso foy ao duque Philippe de Berguonha, que era casado com a jfante dona Jsabel, jrmã do

(21) Como se fora o rei de Portugal ou filho primogénito do monarca.

(22) Cfr. a *Crónica cit.*, caps. 117 e ss.

(23) Recomendamos a leitura dos comentários do Prof. MANUEL HELENO ao presente documento, em seu supracitado estudo.

dito jfante, a cuja corte foy ter dom João, que foy princepe de Chypre, e o cardeal dom James e a senhora dona Breatiz, que casou com monseor de Rabaste (24). E a reposta disto veyo o dayam de Uergi (25).

50

27 MAIO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, por o condestável D. Pedro se haver ausentado para Castela, depois de feitas no pais algumas assuadas contra mandado régio, cometido erros contra o real estado e ter abandonado a administração e governo do mestrado da Ordem Militar de Avis, comete o dito mestrado ao infante D. Henrique, até provimento do romano pontifice, por ser o infante pessoa mui digna e conveniente para tal cargo, e ordena lhe obedeçam os freires da referida Ordem.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 121, — cujo texto se reproduz; também no *Livro dos Mestrados*, fl. 210.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que dom Pedro, comdeestabre que foy destes rregnos, fez algũas assũadas contra nosso mandado e cometeo taes erros contra nosso rreal estado, que lhe comueo partirse desta terra pera os rregnos de Castella, leixamdo a aministraçam e governamça do meestrado dAvis e das outras cousas que de nos avia (1).

E, porque deseiamos que o dito meestrado seia rregido proueytosamente no temporall e espirituall, como perteemçe aaquella rreligiosa cauallaria em que foy fundado e a nosso seruiço; comfiamdo nos da singullar prudemça, piedosa emtemçom e das outras virtudes que conhecemos no yffante dom Amrrique, duque de Viseu, senhor de Couilhã, meu muyto amado tyo, lhe mandamos que governe e aministre o dito meestrado dAvis com suas camaras, castellos, comendas, nembros.

(24) Cfr. o cap. 127 da referida *Crónica* de PINA.

(25) Cfr. a nota 1 ao nosso DOC. 166. Aquil anotou o visconde de Santarém: — «Esta nota hé do Escritor destas materias. N. B. Sobre esta ultima Embaixada vid. o T. 2.º da mesma obra das Negociaçoens do Sr. D. Affonso 5.º».

(1) Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 109.

dereitos e perteeças e procure, quanto em ssey for, que o bem espirituall da dita rreligiam seja comseruado e acreçemtado, ataa que o santo padre, a que sobre ello escreuemos, detremine o que a sua sanctidade prouuer aqerqua da prouisom e rregimento do dito meestrado. E este carrego lhe damos por nom padeçer minguas e detrimentos a rreligiam e temporallidade sobredita, seemdo desemparada ataa que a prouisom do dito santo padre viesse.

E porem mandamos a dom prioll e ao comendador moor e ao craueyro e a todollos comendadores e officiaaes da dita hordem dAvis que obedecam ao dito yffamte em todo e per todo e o ajam por seu rrejedor, ataa que veiam a determinaçom e mandado do dito santo padre, como dito he.

Outrossy, mandamos a todollos juizes, justiaças, officiaaes e pessoas das villas e lugares da dita hordem dAvis que lhe leixem husar da jurdiçam çiuell e crime, mero, mistico jmerio, com todallas soprioridades, priuillegios e ysemções que no dito meestrado tinha o yffamte dom Fernando meu tyo, que Deus aja, e como as pessuya o dito dom Pedro, derradeyro aministrador (2).

(2) Pela elevação do Mestre de Avis ao trono de Portugal com o nome de D. João I em 1385, a Ordem elegeu para a chefia do Mestrado o comendador-mor Fernão Rodrigues de Sequeira (Cfr. FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 128), falecido o qual, el-rei D. Duarte solicitou do papa Eugénio IV o dito Mestrado para seu irmão o infante D. Fernando (PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 10); foi-lhe concedido pela bula *Sincerae devotionis*, de 9 de Setembro de 1434 (DOC. 30 do nosso vol. 5). Falecido o Infante Santo em seu cativeiro de Fez em 5 de Junho de 1443, o regente D. Pedro doou o referido Mestrado a seu homónimo filho (Cfr. o DOC. 95 do nosso vol. 8 e PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 84). Em vésperas de Alfaroelra, o condestável D. Pedro e Mestre de Avis, talvez por ordem do pai, manteve-se nas terras do seu Mestrado onde, além das fortalezas da Ordem, senhoreava também os castelos de Elvas e de Marvão. Dominando assim a comarca de Entre Tejo e Guadiana e vizinhando com as terras do Mestre de Alcântara, amigo e aliado do ex-regente D. Pedro, o condestável de Portugal podia facilitar a entrada em nosso país de tropas castelhanas.

Para obviar àquele perigo, D. Afonso V mandou à dita comarca, por fronteiro-mor, seu primo D. Sancho de Noronha, 1.º conde de Odemira. Este dirigiu-se a Fronteira, onde se encontrava o condestável D. Pedro, que, segundo o Informe do monarca, se levantou com algũs castellãos dos dictos nossos reynos contra nossa pessoa e rreal estados (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 118). Havendo o Mestre de Avis retirado para Marvão, all pretendeu resistir, ingenuamente; mas, aconselhado pelos próprios sequazes a retirar-se para Castela, como fez, instalou-se em Valência de Alcântara onde, por sinal, não foi bem acolhido pelo condestável de Castela (Cfr. *autor e crónica supracits.*, cap. 108). O rei de Portugal havia prevenido o país, em cartas circulares, de que quem se juntasse ao condestável D. Pedro perderia todos os bens (Cfr. *Chancel. e folho cits.*). E assim procedeu o monarca, confiscando os bens aos que seguiram com aquele para o reino vizinho, alguns dos quais foram doados por el-rei ao conde de Odemira, juntamente com a

E mandamos aos rremdeyros, almoxarifes e rregebedores dos almo-xarifados da terra da hordem que acudam com todallas homrras, foros e trabutos que rremderem e de dereito deuem rremder e tambem todo o que rremderam todas as ditas terras, des a partida do dito dom Pedro atee o presemte, ao dito yffamte dom Amrrique, e aos castellos dos alcaides e fortallezas que lhe façam menajcens e o rregebam em ellas, porque nossa merçee e vomtade he que o dito yffamte dom Amrrique aja compridamente as ditas rremdas, fortellezas, jurdições e comendas, senhorio e destrebua todo como emtender, por seruigo de Deus e nosso, emquanto assy, per mandado nosso, teuer a dita aministraçam (3).

E, per esta carta, damos poder e rreal autoridade ao dito yffamte que tome a posse do dito meestrado e das rremdas, foros, trebutos, jurdições e senhorio delle, como rregedor e aministrador em nosso nome, ssem outra fegura de juyzo nem sollempnidade de dereito; porquamto nos lhe damos a dita aministraçam atee que o dito samcto padre sobre ello proueja, como dito he, de nosso mouimento, certa çiemçia, poder absoluto, sem nollo elle pedymdo nem outrem por elle, porque o estremamos amtre todollos do nosso rregno por muito digno e perteeemçemte pera tall carregio. E, por çertidão de desto, lhe mandamos dar esta carta, ssynada per nos.

Dada em Lixboa, xxbij dias de mayo. Gomçallo Vaaz a fez. Anno do Senhor de mill e iiij^o Rix.

vila de Aveiro e casas e outros bens que ali tivera o regente D. Pedro (Cfr. *Chancel. cit.*, liv. 8, fl. 57, liv. 15, fl. 89 v. e liv. 34, fl. 118; e *Místicos*, liv. 3, fls. 94 v., 118 e 124 v.).

Sobre a origem e evolução histórica da militar Ordem de Avis, que adoptou os estatutos da de Calatrava e, em seus princípios, foi mais conhecida entre nós pela designação de «freires de Évora», podem ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja*, tom. 1, ps. 321-22, e tom. 2, ps. 181-182 e a bibliografia ali citada, e ainda MIGUEL DE OLIVEIRA, *Origens da Ordem de Cister*, ps. 34-35.

(3) O infante D. Henrique teve a administração do Mestrado de Avis até 30 de Maio de 1453, data da carta régia que mandou fosse devolvida ao infante D. Pedro, filho do falecido regente do reino.

51

30 MAIO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença de porte de arma a 30 homens de Rui Valente, cavaleiro do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 8, fl. 142.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue e ssenhor de Çeepsta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Ruy Valente, caualeiro do jfante dom Anrrique, meu muito amado e prezado tio; teemos por bem e damoslhe licença pera trijnta homeens seus que possam trazer suas armas per todos nossos rregnos, de noute e de dia, quejandas quiser, a quaeesquer oras que lhes prouuer, comtanto que nam façam com ellas cousa que nom deuam, sem enbarguo de nossa hordenaçom e defesa, em contrairo fecta.

E porem mandamos a todollos nossos correjedores, juizes, justiçaes, alcaides, meeirinhos e a outros quaeesquer ofiçiaaes e pessoas a que esto pertencer per quallquer guisa que seja que lhas nom tomem, coutem nem mandem tomar nem coutar nem fazer por ello outro algũu desaguizado; porque nosa mercee he darmoslhe a dicta licença ssem outro algũu enbarguo que a ello ponhaaes.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, xxx dias de mayo. Pero Gonçal-luez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o Rix. E esta carta lhe nom guardees se aseelada nom for. E eu, Ruy Galuam, sacretario do ssenhor rrey e caualeiro de sua casa, esta carta fiz scpreuer.

52

30 MAIO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a acusar a que lhe mandara por João de Lisboa, seu escudeiro, a quem ouviu no que da sua parte lhe quis dizer e lhe respondeu a tudo, como o próprio o poderá informar.

ACA., Cancilleria Real, Registro 2658, fl. 174 v.

Muy jilustre rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrnjo. Nos, el rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como aquel que mucho amamos e pora quien querrjamos diesse Dios tanta salut, honra e prosperidat quanta pora nos mesmo deseamos.

Serenissimo rrey. Recebida hauemos vuestra letra, por mano de Joham de Lisbona, scudero vuestro, e hoydo plenamente aquel, en quanto dezir de vuestra parte nos ha querido, hauemosle respuesto a todo, segund por el vos sera referjdo de nuestra parte.

Rogamos vos, por ende, sobre esto le deys fe jndubia, quanto a nuestra propria persona. E sea, jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrnjo, vuestra special proteccion la Sancta Trjnidat.

Dada en el castillo nuestro nuevo de Napoles, a xxx dias del mes de mayo del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xxxxbiij. Rex Alfonsus.

Dirigitur regj Portugalje.

Dominus rex mandauit michj,
Arnaldo Fonolleda.

Sub similj forma scriptum fujt archiepiscopo de Ljsbona.

53

15 JUNHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar, em duas vidas, a terra e castelo de Aguiar da Pena, confiscados para a coroa, a Diogo Lopes de Azevedo, fidalgo e cavaleiro de sua casa, os quais trazia Lopo de Azevedo, pois, além das maldades por este cometidas sendo do conselho de el-rei, ficou em Coimbra, por mandado do infante D. Pedro, à partida deste, a roldar e a velar contra o serviço e estado régios, a prender e a maltratar os súbditos do monarca que transitavam pelas estradas ordeiramente, tarefa em que ele proseguiu até à morte do dito infante (1).

ANTT., *Além-Douro*, liv. 4, fl. 190.

(1) O punido com a confiscação da terra e castelo de Aguiar da Pena e Lopo Dias de Azevedo, julgamos que filho do homónimo fidalgo nobre que serviu nas guerras de D. João I (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, vol. 1, caps. 161 e 178, e vol. 2, caps. 12 e 38); tomou parte na conquista de Ceuta, em 1415

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, aalem de muytas maldades que contra nos cometeo Lopo dAzeuedo, sceendo do nosso conselho, ficou em Coymbra, per mandado do yffamte dom Pedro, despoys que sse o dito yfamte della partyo, rrolldamdo e vellamdo comtra nosso seruico e estado, premdemdo e maltrautamdo os nossos subditos e naturaaes que seguramente vinham per nossas estradas ssem fazendo algũu mall a nenhũa pessoa, e assy continuou seu maaõ preposito ataa ho dito yffamte, per semelhamte, nos poer batalha, em que morreo. Por a quall rrazom, aalem da pena corporall que por ello mereçe, nos apricamos e apropriamos aa coroa de nossos rregnos todos seus beens mooues e de rrayz e todollos outros de quallquer comdiçom e callidade que selam, que elle avia ao tempo da dita batalha.

E porque nos somos certo que, a esse tempo, o dito Lopo dAzeuedo trazia de nos e dos rrex que ante nos foram a terra dAguir de Penna com o nosso castello, que esta edificado em ella; queremdo nos fazer graça e merçe a Diego Lopez dAzeuedo, fidalgo e caualleiro de nossa casa, pollos seruicoes que nos fez e esperamos ao diante rregeber delle, fazemoslhe pura, imrreuogauell doaçom, amtre os viuos valledoyra, da dita terra e castello, com todas suas rremdas, dereitos, foros, trabutos, prooes e com toda sua jurdiçom çiuell e crime, mero e misto jmperio, rresaluando pera nos as alçadas.

Que elle possa poer ouuydor em a dita terra e delle possam apellar e agrauar pera nos e que os nossos corregedores que, por os tempos, forem em essa comarca honde a dita terra jaz possam emtrar em ella e fazer correyçom, segundo he comtheudo em seu rregimento que de nos trazem e nas hordenações do rregno, escriptas em taes casos; e que o dito Diego Lopez e aquelle que, per seu fallecimento, a dita terra herdar possa apresenter e dar as nossas ygreias da dita terra, quando sse vagarem, assy como a nos meesso perteemçe e o poderiamos per derecho fazer, se lhe a dita terra nom ouuessemos dada.

A qual doaçom lhe fazemos da dita terra e castello, pera elle e hũu

(Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 50), na batalha de Aljubarrota e, enfim, ao lado de D. Pedro, na de Alfarrobeira. Casado com Joana Gomes da Silva, foi pai de Pero Lopes de Azevedo, falecido nas campanhas de Ceuta (Cfr. ZURARA, *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 34), de Fernão Lopes de Azevedo, comendador da Ordem de Cristo, e de Luís de Azevedo, vedor da fazenda régia. Lopo Dias de Azevedo foi senhor de S. João de Rel, das terras de Bouro, Aguiar da Pena e Jales, estas de juro e herdade, e ainda das de Pereira, Abitureiras, Azola, Vila Nova de Anços, Reguengo de Santa Leocádia e outras e do reguengo de Alviela (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, 2.ª ed., p. 196 e os documentos ali citados).

seu filho, a saber, ho mayor barom lidemo que, per seu fallecimento ficar, e mays nom; em tall gisa que, per fallecimento seu e do dito seu filho, a dita terra e castello fique liure e ysemtamente a nos e aa coroa de nossos rregnos, pera de todo fazermos e hordenarmos o que nossa merçee for. E queremos e mandamos que o dito Diego Lopez e seu filho, em seus tempos, nom possam vender nem escambar nem dar nem fazer capellas ou moorgados nem per outra algũa gisa emalhear a dita terra e castello, em todo ou em parte, ssenom que amde todo junto com todas rremdas e jurdições, em tall guysa que, per seu fallecimento, todo fique a nos liurementemente, como dito he.

A quali doaçom lhe fazemos de nosso proprio moto, sem nolla elle ou outrem por elle pedyr e nom embargantes os dereitos que dizem que o rrey nom possa fazer doaçom das terras e beens da coroa do rregno em perjuzo do rrey seu soçessor, e nom embargante todollos dereitos., assy canonicos como giuees, lex do rregno, stillos da nossa corte, costumes, assy jeeraaes como espiçaaes, façanhas, grosas e openiões de doutores e quaaesquer outros derytos positiuos que esta doaçom, per algũa guisa, possa annullar ou desfazer. Aos quaaes todos, nos, de nosso proprio moto, çerta çiençia, poder absoluto derogamos e auemos aqui por expressados, sob a clausulla jeerall espiçiallmente comprehendidos; e, por mayor firmeza desta doaçom, nos, de nosso proprio moto, çerta çiençia, etc., soprimos qualquer fallecimento de sollenidade ou neçessidade, assy de fecto como de direito, que em ella aja, assy como sse em ella o dito fallecimento nom ouuesse, porque nossa vontade he de lhe fazermos a dita doaçom mays firme e valliosa que, de fecto e de direito, ser possa.

Porem, mandamos ao nosso corregedor da dita comarca e a todollos juizes e justiça dos nossos rregnos, a que esta carta for mostrada e lhe per direito pertemçer fazer, que metam o dito Diogo Lopez ou seu çerto procurador em posse da dita terra e castello e lhe façam rresponder e acodir com todallas ditas rremdas, foros, trabutos, dereitos e jurdições e nom consentam que lhe sobre ello seia posto algũu embargo ou contradiaçom. E se lho alguem fezer, que lho façam logo leuamtar, porquanto nossa merçee e vontade he que esta doaçom lhe seia em todo comprida e guardada, assy e tam compridamente como em ella he comtheudo.

E porque nos o dito Diogo Lopez disse que elle emtemdia mostrar, per direito, que a dita terra e castello lhe pertemçia aver de juro e herdade, pera ssy e pera todos seus deççendentes, per virtude e vigor de hũa doaçom, fecta pello viturioso e famoso rrey dom Joham, meu avoo, da gloriosa memoria, a Lopo Diaz dAzeuedo, avoo delle, dito Diogo Lopez, queremos e mandamos que, em todo tempo que elle mostrar peramte nos como lhe a dita terra e castello pertemçem de assy aver de juro e herdade,

nos lhe fazemos sobre ello compridamente guardar todo seu derecho (2). E, em testimunho de todo esto, lhe mandamos dar esta nossa carta, assynada per nos e aseellada do nosso seello do chumbo.

Dante em Lixboa, xv dias de junho. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno de mill e iiij^{to} Rix (3).

(2) De facto, Lopo Dias de Azevedo recebera de D. João I, de juro e herdade, por carta de 24 de Agosto de 1385, a terra de Agualar da Pena (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 88 v., e *Brasões cit.*, liv. 2, ps. 39-41).

(3) Publicamos aqui uma ou outra carta régia de confiscação de bens por D. Afonso V aos que estiveram com o infante D. Pedro em Alfaroabeira. No registo da chancelaria afonsina, do ano de 1449 apenas se conservam uns 3 cadernos do livro respectivo, espalhados pelos actuais livros 20, 34 e 37, como já observou BRAAM-CAMP FREIRE, *A Chancelaria de D. Afonso V*, p. 481, nota 2. Sucede, porém, que muita documentação do referido ano se acha em livros da denominada Leitura Nova do Arquivo Nacional, nomeadamente centenas das mencionadas cartas de confiscação de bens. Quanto nos foi dado apurar, aquela operação começou pelo menos em 9 de Junho de 1449 (Cfr. *Estremadura*, liv. 8, fl. 242) e estendeu-se ao ano de 1450; mas deste ano encontramos já algumas cartas régias de perdão, pelo mesmo motivo (Cfr., por exemplo, *Místicos*, liv. 3, fls. 87, 88, 94, 102 v., 103 v., 104 v. e 109 r.-v.; *Guadiana*, liv. 3, fl. 249 v.; e *Além-Douro*, liv. 4, fl. 175). Enfim, noutras cartas, posteriores ao reconto de Alfaroabeira, concedeu el-rei perdão ou redução de pena a indivíduos vários, por terem estado consigo na dita batalha. Algumas desenas destas últimas cartas foram publicadas por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, pp. 55, 70, 81, 83, etc.

As aduzidas cartas de confiscação de bens e até as de perdão dos anos de 1450 e 1451 permitem-nos alargar muito as listas dos cronistas sobre o pessoal que esteve em Alfaroabeira ao lado do duque de Coimbra, dando-nos também a sua categoria social, officios, etc. Parte dos bens do ex-regente voltaram à coroa do reino ou foram distribuidos pelo monarca a várias pessoas: a D. Sancho de Noronha, conde de Odeira, a D. Fernando Coutinho, fidalgo da casa de el-rei, a D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, etc. O mesmo succedeu aos do Condestável D. Pedro, homiziado em Castela. Os do conde de Abranches transitaram para Alvaro Pires de Távora e outros, os de Aires Gomes da Silva para o embaixador régio Martin Mendes de Berredo, etc. Nas cartas régias de confiscação de bens, pelo motivo aduzido, a indivíduos casados eram salvaguardados os direitos das respectivas esposas e filhos

54

16 JUNHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Fernando Coutinho, fidalgo de sua casa, a casa e utensilagem da saboaria que o infante D. Pedro tinha na cidade de Coimbra, de que ora lhe fez mercê o infante D. Henrique (1).

ANTT., *Estremadura*, liv. 11, fl. 64v.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a dom Fernamdo Coutinho, fidalgo de nossa casa; teemos por bem e damoslhe que aia de nos a nossa casa e louça e outras quaaesquer cousas da saboaria que o jfante dom Pedro tinha em a nossa çidade de Coimbra, de que lhe ora ffez merçee o jffante dom Amrique, meu muyto prezado e amado tio.

E porem mandamos ao nosso comtador da dita comarca e a outros quaaesquer nossos offiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de uer que lhe leixem teer e auer e lograr e pessoir a dicta casa e louça e outras cousas da dicta saboaria, como dicto he, emquanto teuer a dicta saboaria do dicto meu tio, porque nos praz de mays nom auer as dictas cousas. E, por sua guarda e rrenemramça dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, asinada per nos e ascellada do nosso sello pemdente.

Dada em Lixboa, dezaseis de junho. GomçallEannes a ffez. Anno de mil e quatroçentos e quarenta e noue.

(1) El-rei D. Afonso V foi distribuindo os bens que haviam pertencido ao duque de Coimbra, não provendo tão-pouco o ducado, que apenas foi dado em 25 de Maio de 1500 a D. Jorge, filho bastardo de el-rei D. João II, em cumprimento de disposição testamentária deste (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, livro 3, 2.ª ed., ps. 255 e 357). De sorte que, quando em 23 de Setembro de 1461, o Rei Africano deliberou entregar ao infante D. Pedro, seu primo, as terras que lhe restavam do vencido de Alfaro-beira doadas pelos monarcas seus antecessores, apurou serem apenas: — «a villa de Penella com seu castello e termo, rrendas, beens e foros, dos quaaes algũus ouue o dicto meu suoo dalgũuas pessoas, e o rregueemguo de Canpores e o rregueemgo do Rabaçal, Villa Noua d'Anços, Buarcos e a villa e castello de Montemoor o Velho com seu termo e a villa de Temtugal»; «e, visto como em nosso poder, ao presente, dos lugares em as dictas doações comtheudos nom som mais que os suasso nomeados», aqueles lhe deu el-rei para sempre (ANTT., *Gaveta 3*, maço 7, n.º 12).

55

17 JUNHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Pero Vasques, porteiro-mor do infante D. Henrique, com o qual servira na guerra e que anteriormente se envolvera em desordem com João Farto (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 29.

Dom Affonso, per graça de Deus, etc.

A todollos juizes e justiça dos nossos rregnos a que esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que Pero Vaasquez, porteiro moor do jffante dom Anrique, meu mujto prezado e amado tyo, nos disse que elle ouuera rrazões com hũu Joham Farto, laurador, morador no thermo desta çidade de Lixboa, ao quall elle dera duas firidas e o dicto Joham Farto dera a ell hũa, das quaaes anbos eram sãaos e ssem nêhũu aleijamento, polla quall rrazom sse elle temja de ser presso e que ora nos seruira na g[u]erra, em companhia do dicto jffante; e que porem nos pidia por merçee que [lhe] perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, pella dicta rrazom, era theudo.

E nos, veemdo o que nos asy dizia e pidia, e, visto ho causso quall he, sse asy he como diz e o dicto malefício foy fecto ante do mes dabrill do presente ano, porquanto fomos çerto que nos seruio na dicta guerra, em companhia do dicto jfante, querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos, per rrazom da dicta querella, era theudo, ficando aa parte rreguardado todo seu djreito demandar çiuellmente por seu jnteresse, sse quisser, ssem ser presso.

Porem, uos mandamos que o nom prendaes nem mandees prender nem comsentaees ffazer mall nem outro algũu desaguissado, por quanto he pella dicta rrazom, porque nossa merçee e voontade he de lhe asy perdoarmos, como dicto he. E lhe all nom façades.

Dante em a dicta cidade de Lixboa, xbij dias do mes de junho. Elrrey ho mandou, pello doutor Ruy Gomez dAluarengua e Pero Lobato, seus vassallos e do seu desenbargo e pitições. Affonso Anes a ffez. Ano de mjll iiij^o Rix annos.

(1) Aliusão à batalha de Alfarrobeira, aqui e no documento seguinte.

56

19 JUNHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Pedro Eanes Caeiro, natural de Évora, que servira na guerra em companhia do infante D. Henrique e que, sendo casado com Leonor Álvares, esta então de idade de 5 ou 6 anos, se matrimoniara também com Maria Anes, de Lagos, alegando não haver consumado o casamento com a primeira mulher.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 77 v., — donde se transcreve.

Publicada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 72-73, nota 67.

Dom Afonso, etc.

A todos os juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que PerEanes Caeiro, natural da çidade dEuora, nos emuyou dizer que elle se casara, em a dicta çidade, com hũa moça, filha dAluaro de Freitas, per nome chamada Lianor, a qual, aaquele tempo, seria de jdade de çimquo ou seis anos pouco mais ou menos, e que, seendo assi com ella casado, elle casara com hũa Maria Anes, em termo da uilla de Lagos, filha de hũu Joham Viçente; e que, seendo asi casado com a dicta Maria Anes, a dicta Lianor Aluarez, com que asi primeiro casara, que-rellara delle, dizendo que era sseu marido e se casara com outra, pela quall rrazam, estando hũu dia aa porta da ssee da dicta çidade, fora preso e depois fora solto e tornado aa dicta ssee, e que emtam ouuera carta de segurança, da qual nom segujra os termos, e andaua amoorado com temor da nossa justiça, e que ora nos serujra em esta guerra, em companhia do jffante dom Anrrique, meu muito prezado e amado tio. E, porquanto elle nom dormira com a dicta Lianor Aluarez e per bem do perdam que ora fezemos e por nos assi em a dicta guerra serujr, que porem nos pedia de merçee que lhe perdoassemos a nossa justiça, se nos a ella, por a dicta rrazam, era thiudo.

E nos, veemdo o que nos assi dizia e pedia, se o caso tal he como diz, visto como serujo na guerra, segumdo fomos çertificado per aluara sinaado per mão do dicto jfante, e queremdo lhe fazer graça e merçee; teemos por bem e perdoamos lhe a nossa justiça, a que nos, pela dicta rrazam, era thiudo, comtanto que vaa estar e seruir tres anos conpridos no couto de Crasto Marim. E elle aja liuramento, per juizo da jgreja, com qual das molheres deue estar; e, per aderençar ssua ffazenda, lhe

damos despaço, da dada desta carta ataa dous meses primeiros segujustes, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade de Lixboa, xix dias de junho. Elrrej o mandou, per os doutores Ruj Gomez dAluarenga e Pedro Lobato, etc. Njcolao Martijnz, por Bras Afonso, a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^o Rix.

57

27 JUNHO 1449

Lei de el-rei D. Afonso V, a declarar obrigados os donatários dos bens confiscados aos adeptos do infante D. Pedro e de seu filho o condestável à liquidação dos débitos em que os ditos bens estavam onerados, nos termos que se indicam.

ANTT., Núcleo antigo, cód. 12, fl. 199 v., — donde se reproduz.

Publicada nas Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, liv. 5, tit. 120, pa. 406-09.

Titulo dos que foram na batalha da Alfarrobeira contra sserujço delrrey.

Porque na batalha da Alfarrobeira que nos, elrrej dom Afonso o quinto, ouemos com o jfante dom Pedro, alguuns nossos naturaaes foram hj, da ssua parte, mortos e outros presos e alguuns outros ffogidos e por o fecto assy sseer notorio, os beens de todos os ssobrrredictos foram confiscados e apricados aa coroa dos nossos rregnos per esse meesimo fecto, ssem pera ello sseer neçessarja outra sentença; e, porque alguuns outtros acostados ao dicto jfante ficarom, ao dicto tempo, per sseu mandado em a çidade de Cojnbra e em algũas outras vjllas e castellos contra nosso sserujço e outros esteuerom e andarom com dom Pedro, filho do dicto jfante, no castello de Maruom e em outros lugares contra nosso mandado e deffesa e, por ello, sseus beens, assy dos que per mandado do dicto jfante ficarom em os dictos lugares como dos que andarom com o dicto dom Pedro, como dicto he, ssom a nos confiscados e nos, por as dictas rrazões, fizemos e entendemos ao djante fazer merçee de todollos beens dos ssusodictos, a nos rreues e desobedjentes, a alguuns nossos naturaaes, ssegundo nos aprouue e aprouuer;

E porque, auendo nos consselho com alguuns leterados da nossa corte, achamos que todos aquelles a que nos tenhamos fecta merçee ou fezermos ao djante, vnjuerssalmente, dos beens de cada hũu dos ssobrrredictos, ssom obrigados a pagar as djujdas a que esses a nos rreuees e desobedjentes eram obrrigados, aos tempos que assy contrra nos come-

terom a dicta desobedjença e deslealdade, quanto abrranger a aualja dos dictos beens; e aquelles a que ja fazemos ou fezermos merçee, partj-cullarmente, de certos e declarados beens dos ssobredictos, ssem lhe dando a meetade, terça ou quarta parte delles, que sse chama em djreito quantidade, nom sserom esses donatarios obrriiguados a pagar a djujda algũa a que os dictos a nos rreuees e desobedjentes eram obrriiguados, majs auellos ham ljuremente, ssem encarrego de pagar por elles algũa djujda em que os ssobredictos ffossem obrriiguados, ssaluo sse os dictos beens rrealmente ffossem obrriiguados por essas djujdas;

E, porque nossa teençom he de manter e consseruar todollos nossos ssobditos e naturaaes em djreito e justiça e nom tolher a algũu crreedor a que cada hũu dos dictos a nos rreuees e desobedjentes fossem obrriiguados em algũu tempo e desy por tolher os debates, contendas e escandallos que ligejramente sse poderjam por ello antre o nosso pouoo rrecreger;

Porem, poems por ley e mandamos que todos aquelles a que nos atee o presente tenhamos fecta merçee, ou fezermos daquj ao djante, de certos e declarados beens de cada hũu dos ssobredictos a nos rreuees e desobedjentes, como dicto he, nom declarando em essas doaçoões que lhe damos a meetade, terça ou quarta parte delles e assy dhj en djante, esses donatarios ssejam obrriiguados a pagar as diujdas a que os dictos deuedores, ao tempo da dicta desobedjença e deslealdade contrra nos cometida, eram obrigados, quanto abrranger aa quantjdade e uallja dos dictos beens que lhe assy declaradamente dermos ou tenhamos dados, porque nom he nossa teençam, per taas doaçoões assy fectas, fazer algũu perjuizo aos dictos crreedores, nom enbargante que lhes os dictos beens nunca em algũu tempo ffossem rrealmente e per expressa ou callada obrigaçom obrriiguados; ca nom sserja cousa honesta que os dictos donatarios ouuessem os beens dos dictos deuedores, per qualquer uja e modo que lhes per nos ffossem dados, ssem pagarem as diujdas aos dictos crreedores, como dicto he, nom as pagarmos nos per elles em algũa guisa, pois ouuerom os dictos beens per nossas doaçoões, como dicto he.

Fecta na çidade de Lixboa a xxhij dias do mes de junho. Rodrigo Afonso a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiijº e Rjx annos.

Foy pobricada esta lej do dicto ssenhor em a çidade de Lixboa, nos paaços do dicto ssenhor, per mjm, escpriuam ajuso nomeado, aos xj dias do mes de julho, em sse acabando a audiencia do juz dos fectos do dicto ssenhor. Afonso Anes esto escpriuj. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiijº e Rjx annos.

E despojs desto, aos xiiijº dias do mes de julho, era de iiijº Rjx annos, foj pobricada esta hordenaçom, aa entrada da audiencia do corregedor da corte delrrej. Afonso Trijgo esto scpriuj.

58

4 JULHO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Alvaro Eanes, almocreue, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 114 v.

Dom Afonso, etc.

Item carta d'AluarEanes, almocreue, morador em a çidade de Bragaa, beesteiro da camara do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, iiij dias de julho. Lopo Fernnandez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

59

6 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao conde de Odemira, seu primo, vitaliciamente, pelos serviços dele recebidos, azenhas junto da vila de Aveiro, as quais foram do infante D. Pedro, casas pelo mesmo infante compradas naquela povoação, onde ele pousava, todas as vinhas que ele houvera na referida vila e arredores e ainda as éguas poldras que andam nas ilhas do termo de Aveiro (1).

ANTT., Místicos, liv. 3, fl. 124 v., — donde se reproduz; e *Estremadura*, liv. 8, fl. 244.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee ao conde dOdemira, nosso muyto amado primo, pollos

(1) O 1.^o conde de Odemira em referência é D. Sancho de Noronha, primo de el-rei e do seu Conselho, o qual prestara ao monarca os serviços a que aludimos em a nota 2 ao nosso DOC. 50. Irmão de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, sobre ele podem ver-se: B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, p. 273; PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 10, 40, 44, 89, 108, 129, 134, 138, 148, 152 e 153; e ainda ZURARA, *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 2, ps. 522 e 599-607, e *Crónica de D. Duarte de Meneses*, ps. 56-63, 67, 150-52, 346-47 e 352; e bem assim diversos textos e documentos dos anteriores volumes de *Monumenta Henricina*, através dos respectivos índices.

muytos e estremados seruiços que delle rregebemos e ao diam'te emtem-demos de rregeber;

Teemos por bem e queremos que tenha e aja de nos, daquy em diamte, em dias de sua vida, as aßenhas que ssom no rryo que vay per junto da villa dAveyro, que mooem com auga do mar, que foram do yffamte dom Pedro, e também as casas que o dito yffamte comprou na dita villa, que foram do prioll de Framallam, em que elle pousaua, e assy todallas vinhas e latadas suas que tijnha na dita villa e arredor della e yssso meesso as egoas poldras que amdam nas ilhas do termo do dito lugar, segundo de nos tem na dita villa.

Porem mandamos a todollos nossos corregedores, juyzes, justiçaes e offiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer que o metam em posse das ditas cousas e nouidade dellas e com todas suas emtradas, saydas, rrem-das e pertenças e lhas leixem teer e aver, fruytos, nouos, rremdas e derei-tos delles em sua vida, como dito he, assy e tam compridamente como avia e deua dauar o dito yffamte e o nos averiamos, sse sse pera nos rreca-dasse.

Dada em Lixboa, vj dias de julho. Ayres Gomez a fez. Anno do Senhor de mill e iiij^{to} Rix.

60

6 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Rui Gomes da Silva, cavalciro da casa do infante D. Henrique, de juro e herdade, para sempre, o lugar de Ulme, no termo de Santarém, com suas pertenças e direitos, atentos os serviços por ele prestados ao monarca e a seus antecessores (1).

(1) Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, recebera do regente D. Pedro, em nome de el-rei, a 12 de Janeiro de 1440, Mação e Vila Nova de Fozcoa (Cfr. o DOC. 29 do nosso vol. 7) e, em 23 de Março de 1442, a tença anual de 500.000 libras (*Ibi*, DOC. 207); tendo-lhe sido prometidas 1.000 coroas de curo, por seu casamento com Branca de Almêida, em 24 dos ditos mês e ano atribuiu-lhe D. Pedro a tença anual de 10.000 reais brancos, enquanto aquelas lhe não fossem pagas (*Ibi*, DOC. 208). E à mesma personagem henriquina se referem os DOCS. 31 e 53 do nosso vol. 8.

O presente documento foi confirmado a João da Silva, fidalgo da casa do duque de Beja, por D. João II, em 30 de Abril de 1487, e por D. Manuel, em 15 de Julho de 1494. Este João da Silva, filho maior e herdeiro do dito Rui Gomes, matrimoniado com D. Juana Enriquez, em seu testamento de 1520 constituiu mordomado com as

BNM., Ms. 80.859¹⁰, inserta no original da confirmação de el-rei D. João II, de 30 de Abril de 1487, — donde se reproduz; AHNM., Osuna, Legajo 2210, doc. 1, no original da confirmação de el-rei D. Manuel, de 22 de Fevereiro de 1521; ANTT., *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 8, fl. 74 v., e liv. 44, fl. 43; *Chancelaria de D. João III*, liv. 47, fl. 143 v., e liv. 72, fl. 53 r.-v.; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 7, fl. 198 v.; e *Estremadura*, liv. 6, fl. 131, e liv. 13, fl. 48 v.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Alguarue, senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, aveendo nos rrepeito ao seruigo que teemos rreçebido de Ruy Guomez da Silua, caualeiro da casa do jfante dom Amrrique, noso muyto prezado e amado tyo, e asy aos rreis destes rregnnos que ante nos foram e asy ao seruigo que ao diamte dele speramos de rreceber; de nosso moto proprio, certa sciencia e poder absoluto, sem nollo elle pedimdo nem outrem por ele, fazemos-lhe (2) pura, liure, jmrrouogauell doaçam, amtre os viuos valedoira, deste dia pera todo sempre, em tall guissa que numqua em algũu tempo possa seer rreuogada, do noso lugar dUlme, que he em termo de Santarem, com todos seus coutos e omrras e rribeiros e matas e herdades e casaaes e moinhos e paaços e pertenças e direitos e com todas suas entradas e saidas e fontes, rrios, rribeyras, pastos e pescarias e com todallas outras cousas que no dicto loguar a nos pertencem e pertencer podem per quallquer maneira.

A quall doaçam fazemos ao dicto Ruy Gomez de jur e de herdade, pera ele e pera todos seus filhos e netos e todos outros seus deçendemtes que delle naturallemente deçenderem per linha direita e lidima masculina, a saber, que, per seu faleçimento, o dito loguar venha a seu filho mayor baram lidimo, se a ese tempo hy for achado; e, per faleçimento do dito filho, venha a seu neto mayor baram lidimo, e asy venham dhy em diamte, per linha direita lidima masculinament sempre deçendemte, sem pasamdo numqua em algũu tempo algũus da linha traessa, sem numqua seer vemdido, escambado nem emalheado, todo nem parte delo, mas que amde sempre todo juntamente, asy e pela maneira que per os rrex que ante nos foram he hordenado e estabeçido nas terras da coroa do rregno, como esta.

suas terras de Ulme, Chamusca e bens de Santarém, etc., no qual lhe succedeu seu filho maior Francisco da Silva, fidalgo da casa de el-rei D. Manuel, de quem obteve, em 22 de Fevereiro de 1521, a confirmação de Ulme. De successão em successão, tais bens vieram a integrar-se no ducado de Pastrana, em Castela, como consta nomeadamente do volumoso Legajo 2210, *Osuna*, do Archivo Histórico Nacional de Madrid.

(2) Nas diversas lições, *fazemdo-lhe*, que supomos estar por *fazemos-lhe*; pelo que corrigimos.

E porem mandamos ao nosso almuxarife e espriuam de Santarem e a quaaesquer outros que hy depos elles forem nossos almuxarifes e espriuãaes e a quaaesquer outros nosos offiçiaaes que ora sam ou forem daquy em diamte, a que esta carta for mostrada, que lhe leixem, daquy em diamte, lograr e auer o dito loguar e herdades e rremdas e pertenças delle e as outras coussas sobredictas, per aquela meesma guissa que as nos auyamos dauer e melhor e mais compridamemente, se o elle melhor poder auer, sem outro embargo algũ que lhe sobre elo ponham.

E queremos e outorguamos e mandamos que esta doaçam seja firme e estauell e valedoira pera todo sempre e que, se algũas pesoas quyserem hir contra ella, mandamos que lhe nam posam empeeçer e que nos queremos e outorgamos que esta doaçam, que asy fazemos ao dicto Ruy Gomez e seus herdeiros, como dicto he, seja valiossa pera sempre, nom embarguando quaaesquer lex, ordenações nosas e dereitos çuecs, canonicos e grosas e oupiniões de doutores que em contrairo delo sejam, porque queremos que nam ajam em esto luguar; ca nos, de nosa çerta çiençia, poder absoluto que auemos, mandamos que esta doaçam seja valiossa e sem nhũu faleçimento.

E prometemos, por nos e por todos nosos soçesores e erdeiros, em nossa fe rreall, de a guoardar e nam rreuogar nem hir contra ella em nemhũa guissa que sseja, como dicto he. E rroguamos e mandamos a todos nosos socesores, sob pena da nosa beemçam, que lha guoarden e cumpram esta doaçam e lhe nam vãao contra ella em nemhũa guisa que seja. E, em testemunho desto, mandamos dar ao dicto Ruy Gomez esta carta, signada per nossa mão e aseelada do nosso ssello do chumbo.

Dada em a nossa muy nobre e leall çidade de Lixboa, seis dias de julho. Aires Gomez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiii^{to} Rix.

61

9 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar vitaliciamente a Duarte Borges, seu guarda-roupa, pelos beneficios dele recebidos, desde 1 de Janeiro anterior, 3 moios de pão meado que rendem os casais e quinta da Guarda, na Mouta Santa, renda que de el-rei trazia o infante D. Pedro, e mais 1.600 reais brancos e 50 almudes de vinho, um moio de pão e 3 capões que ao monarca haviam de pagar os moradores de Abiul e termo, como pagavam ao sobredito infante.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, comsiramdo nos os mujtos seruiços que rrecebemos e emtendemos rreceber ao diante de Duarte Borjes, nosso guarda rroupa, e querendolhe fazer graça e merçee;

Teemos por bem e damoslhe que tenha e aia de nos, des primeiro dia de janeiro que foi desta era em diante, em dias de sua uida, tres moyos de pam meado, que rrezoadamente rrendem os casaaes e quintãas da Guarda, que he na Mouta Santa, que soia dauar o jffante dom Pedro, que de nos trazia a rrenda dos ditos casaaes, e mais mil e seiscentos rreaes brancos e cincoenta almudes de uinho e hũu moyo de pam e tres pares de capões que nos ham de pagar os moradores dAbeul e seu termo, segundo pagauam ao dito jffante.

E porem mandamos ao nosso comtador da dita comarca e ao nosso almoxariffe e officiaaes e pessoas que esto ouuerem de uer, per qualquer guisa que seia, que façam acudir ao dito Duarte Borjes com o dito pam e uinho e dinheiros, segundo todo aua o dito jffante e ho nos aueriamos, se se pera nos rrecadasse, sem outro embargo algũu. E, se o dito pam e uinho e dinheiros he posto em rrecepta sobre algũu nosso official, per o trelado desta carta que o escpriuam de seu officio rregiste em seu liuro, mandamos aos nossos comtadores que lho rrecebam em despesa. E o dito Duarte Borjes tenhaa, pera sua guarda.

Dada em Lixboa, ix dias de julho. Gonçalo Cardoso a ffez. Anno do Senhor de mil iiij^o Rix.

62

10 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Diogo Gonçalves Peixoto, cavaleiro do infante D. Henrique, morador na cidade do Porto, a doação da terra de Penafiel de Sousa.

ANTT., *Além-Douro*, liv. 1, fl. 74. Inserta na de confirmação de el-rei D. Manuel I, de 18 de Julho de 1497, e nas de el-rei D. João III de 11 de Fevereiro de 1524 e de 6 de Fevereiro de 1533.

Dom Afomssso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Allgarue, ssenhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que Dioguo Gomçalluez Peixoto, morador na cidade do Porto, caualeiro do jfante dom Amrrique meu muyto prezado e amado tyo, mostrou perante nos

hũa carta que tinha do muyto alto e muyto eigelemte prinçepes da gro-
rriossa memoria, elrey meu asennhor e padre, cuja allma Deus aja, da
quall o theor tall he.

Segue-se a carta de el-rei D. Duarte, de 7 de Janeiro de 1434.

Pidimdonos o dito Dioguo Gomçalluez por merçe que lhe confirmas-
semos a dita carta; e nos, visto sseu rrequirimento, querendolhe fazer
graça e merçe, temos por bem e confirmamosilha ssegundo em ella he
contheudo.

E porem mandamos aos veadores de nossa fazemda e comtadores,
juizes e justiçaes e allmoxarifes e outros quaesquer que esto ouuerem de
ver e esta carta for mostrada, que lhe cumpram e guardem e façam com-
pir e guardar a dita carta, ssegundo em ella e em esta nossa confirma-
çam he contheudo. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa
carta, assynada per nos e assellada do nosso ssello pemdente. E all nom
façades.

Damte em a nossa muy nobre e muy leall çidade de Lixboa, a x dias
de julho. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Sennhor de mjl
iiij^o Rix annos.

63

14 JULHO 1449

*Carta de el-rei D. Afonso V, a manter a João Teles forno
de cozer pão bem como vinhas, figueirais, terras de sementeira
e casas em Faro e em Tavira, como as trouzera Garcia Moniz,
pois, por engano, o monarca doara o forno a Rui Valente, cavaleiro
da casa do infante D. Henrique.*

ANTI., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 72. — texto que se repro-
duz; em leitura nova, Guadiana, liv. 3, fl. 262.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer
graça e merçee a Joham Tellez, nosso caualleiro, teemos por bem e que-
remos que elle tenha e aja de nos, emquanto nossa merçee for, des pri-
meiro dia de janeiro que ora foy da era do nascimento de Nosso Senhor
Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix en diante, hũa forno de cozer pam, que
teemos em a ujlja de Faarom, que de nos trazia Garçia Moniz, proueedor

que foy da nossa fazenda no rregno do Algarue, o quall he junto com as nossas cassas em que o dicto Garçia Moniz moraua, e mais quatro courellas de ujnhas com figueiraaes e hüu fferregeall que teemos na dicta villa de Faarom, honde chamam a Atallaya, e mais hüu[a]s terras de pam que auemos em Tauilla, em lugar honde chamam Caçella, e esso meesmo as cassas que som fora da morada das outras do dicto Garçia Monjz, em que tijnha azeite e madeira, que he da parte da praça, que assom aforadas, que todo o dicto Garçia Moniz trazia de nos; o quall forno e courellas de ujnhas e figueiraaes e terras de pam e cassas susodictas nos praz que o dicto Joham Tellez assy aja e tenha de nos, como dicto he, e segundo todo o dicto Garçia Monjz possuya.

E porem mandamos aos nossos veedores da fazenda e contadores e almoxarifes e a outros quaaesquer nossos ofiçiaaes e pessoas a que o conhecimento desto perteençer per quallquer guissa que sseja que, des o sobredicto tempo, metam o dicto Joham Tellez, per ssy ou per sseu çerto procurador, em posse do dicto forno e vijnhas e fegueiraaes e terras de pam e cassas com todas ssuas confrontações e lhas leixem teer e auer com todas ssuas noujdades e rrendas e djreitos dellas, assy como as nos aueríamos, sse sse pera nos rrecadassem; porquanto nos praz que elle aja e tenha assy as dictas propriedades, emquanto nossa merçee for, pella guissa susodicta, ssem outro nehüu embargo que a ello ponhaaes.

E, sse as dictas rrendas e djreitos sobre algüu nosso ofiçiall ssom postas em rrecepta, per o trellado desta carta e per o conhecimento do dicto Joham Tellez mandamos aos nossos contadores que lho rreçebam em despesa. E o dicto Joham Tellez tenha esta carta, pera ssua guarda.

E, porquanto nos fizemos merçee do dicto forno a Ruy Vallente, caualleiro da casa do jffante dom Henrrique, nosso muyto pregado e amado tio, nom nos nenbrando como o ja tijnhamos dado ao dicto Joham Tellez, mandamos ao dicto nosso contador e offiçiaaes que, ssem embargo da merçee que assy fizemos ao dicto Ruy Vallente, tornem aa posse do dicto forno o dicto Joham Tellez, porque a nos praz de o elle auer assy e pella guissa que em esta nossa carta faz mençom e o auya ante que a dicta merçee fizessemos ao dicto Ruy Vallente, ssem outro embargo.

Dada em a nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, xiiij dias de julho. Aires Gomez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

64

15 JULHO 1449

Carta do infante D. Henrique, regedor e governador do Mestrado da Ordem Militar de Avis, por mandado de el-rei e até lhe virem as letras apostólicas respectivas, a ordenar ao prior e freires da mesma Ordem emprazem a Diogo Gonçalves, seu escudeiro, em três vidas, certas casas da Rua das Esteiras, em Lisboa, pertença da Ordem, por 250 reais; pois, segundo informe que mandou tirar por Álvaro Pais, seu escudeiro e almoxarife, nelas reside João Martins, barbeiro, sem qualquer título de aforamento (1).

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 675, inserta na carta de emprazamento de 28 de Julho de 1499. Original, em pergaminho.

Dom prior amjgo e freires do conuento da caualaria do meestrado da ordem dAuja.

O jfante dom Enrrique, rregedor e gouernador, per mandado delrrej, meu ssenhor, da caualaria do dicto meestrado atee me vijrem as leteras do ssenhor ssanto padre, uos faço saber que a mjm foy dicto como o dicto moesteiro tijnha hũas cassas na çidade de Lixboa, na Rua das Esteiras, das quaaes eu mandey tomar posse, por parte da hordem, a Aluaro Paaez, meu escudeiro e almoxarife das mjnhas cousas na dicta çidade, e que ell soubesse da quall que em ellas achase o titollo per que as tijnha e que asy lhe rrequerese dello escriptura, pera a ueer.

E escriptueome (2) o dicto Aluaro Paaez como tomara a dicta posse e que lhe diassera Joham Martijnz, barueiro, que neellas moraua, que elle as tijnha aforadas, mais que nom tijnha dellas escriptura. Pedindome logo, por merçee, Diogo Gonçaluez, meu escudeiro, morador em a dicta çidade, que lhas mandase enprazar em tres pesoas. E porque a mjm praz dello, porem eu uos emcomendo e mando que uos lhe façaes enprazamento das dictas cassas nas dictas tres persoas e que elle de e pague, em cada hũu anno, ou aquelles que ell depois de sy nomear, aa dicta hordem dozentos e çjncoenta rreaes. E sobre esto lhe nam ponhaes duujda algũa nem embargo.

Fecta em Tomar, xb dias de julho. Joham Baldaya a fez, mjll iiij.Rix.

(1) A administração do Mestrado de Avis fora entregue por el-rei ao infante em 27 de Maio anterior (Cfr. o DOC. 50).

(2) No ms. *escriptueyme*.

65

16 JULHO 1449

*Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Duarte de Mene-
ses a convenção e composição feita entre ele e o infante D. Hen-
rique em 10 de Abril de 1443, sobre a dívida de 2.500 coroas de
ouro, proveniente da venda pelo primeiro ao segundo de quintas,
bens e padroãos de igrejas em terra de Seia, na Covilhã e no
Catraão.*

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 89 v., — texto que se reproduz; e, em leitura
nova, *Beira*, liv. 2, fl. 75. A carta segue a confirmação do regente D. Pedro,
de 16 de Maio de 1443, à qual porém não alude.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que dom Duarte de Mene-
ses, etc., nos mostrou hũu estormento pruuyco, que parecia ser fecto e
assynado pello taballiam em elle nomeado, do quall o theor tall he.

*Segue-se a transcrição da convenção de 10 de Abril de 1443, — o
DOC. 25 do nosso vol. 8.*

E, apresentado o dito estormento, o dyto dom Duarte nos disse
que, porquanto o dito senhor yffante dom Amrrique rrequeria confir-
maçam delle, que porem nos pedia por merçee que lho confirmassemos.

E nos, visto seu dizer e pedyr e queremdolhe fazer graça e merçee;
teemos por bem e confirmamos e outorgamos e aprouamos e rretifica-
mos o dito estormento pella guysa que fecto he e o avemos por boom.
E, de nosso poder absoluto, suprimos quallquer defecto que ase em elle
contenha, nom embargamdo quaaesquer dereitos, custumes, façanhas
ou hordenações geeraaes ou particulares, ajmda que taaes seiam de
que deuesse ser fecta expressa mençom em esta nossa carta de confir-
maçom; as quaaes nos aquy avemos por expressas e expressamente
nomeadas, que a esto forem contrayras, e as cassamos, annullamos, jrri-
tamos e queremos que nom valham, emquanto poderiam annullar ou eni
algũa guysa embargar, em todo ou em parte, esta nossa carta de com-
firmaçom. A quall mandamos a todallas nossas justiças que a cumpram
e guardem e façam comprir e guardar como em ella he comtheudo. E' all
nom façades.

Dada em a nossa muyto nobre e sempre leall cidade de Lixboa,
xbj dias do mes de julho. Joham de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor
Jhesu Christo de mill e iiij^o Rix.

18 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara municipal do Porto, a confirmar-lhe os privilégios e a responder a diversos assuntos, na qual se afirma, nomeadamente, haver alegado o município não poder prestar contas das obras da Rua Nova, dos tempos passados, porquanto as pessoas em que toda a governança da cidade era viviam com o infante D. Pedro; e, por favorecerem os seus, as não tomavam e ainda Pedro Afonso e Alvaro Gil, respectivamente corregedor então da comarca e escrivão da câmara, houveram à mão alguns livros das obras e os levaram ao dito infante e, por mais que a câmara os requisitasse, nunca os obteve.

GHCP., *Pergaminhos*, vol. 5, doc. 9, em pública-forma notarial sobre pergaminho, de 18 de Março de 1469, feita na Câmara do Porto, a requerimento de Fernão Anes de Caminha, cidadão e procurador da cidade, sobre o original, em papel, com recibo de que este se perdesse.

Regedores, ofiçiaaes, comçelho e homees boos. Nos elrrey uos emviamos muito ssaudar.

Vimos a carta de creença que nos emviastes per PedrEannes e Vaas-quo Fernandez, nossos serujdores, vossos vizinhos, per a quall nos pidirom, da uossa parte, as coussas ajuso escriptas. E, ao pee de cada hũu capitollo, acharees nossa rreposta.

Item, que nos pidijs que uos mandassemos dar nossa carta de confirmação de uossos preujllegios e boos vsos e costumes. A nos aprouue de uos esto outorgar, a quall uos enviamos per os sobredictos.

Item, que essa çidade auja çerta enposição dos vinhos, a quall ffora tomada per elrrey meu auoo, da esclareçida memoria, que Deus aja, pera as obras dessa Rua Noua, dizendo que, tanto que ffosse acabada, loguo uolla dessembargaria; e que, depois, per o jffante dom Pedro, em rregendo nossos rregnos, uos dera por ello, em cada hũu anno, dous contos. E que nos pediees que uollo outorgassemos assy. Ante que a ello dessemos determjnação, nos emviae mostrar as cartas e priujllegios que teendes e como uos esto perteeçe. E entom proueeremos ssobreello e auerees nosso dessembargo.

Item, que uos ffora dicto que allgũas pessoas nos tijnham pedidos os djnheiros que ffossem achados, per bem da conta que ficarom por despende das obras da Rua Noua e rreplayramento dos muros dessa çidade e asy da compra e venda do ssall, nomeando logo pera ello contadores

acceptos a elles; e que, porquanto esto perteeçja a uos, nos pediees por merçee que uos nom possessemos em ello algũu embargo e uos leixassemos todo auer, pois vosso era, e ffilhar vossas contas per aquelles que pera ello hordenastes, como ssenpre teueres em custume. As quaees contradizies que nom podestes ffilhar nos tempos passados; porquanto as pessoas em que toda a governamça da çidade era viuam com o jffamte dom Pedro. E, por darem fauor aos seus, as nom filhauom e que Pedrafonso, que foe corregedor em essa comarca, com Alluoro Gill, escpriuam dessa camara que entom era, por fauorizarem os que as aujam de dar, ouuerom a mão allgũus liuros que a essas obras perteeçjam e sse fforom a Cojnbra, pera o dicto jffante; e que, sseegundo pressumijs, os leuarom la pera em elles corregerem o que lhes aprouueise, por a uerdade nom seer sabida e a çidade perder o sseu. E, posto que per uos e per PhelpEannes, corregedor, lhes ffossem rrequeridos, ssenpre deneguarom de os entregar e conluyosamente ffezerom alluara per o quall Pedro Afonso confessaua que, como corregedor, tijna os liuros em sy, pera filhar as dictas contas; e que nos pediees por merçee que, pois taaes diujdas uossas eram, as nom enbargassemos e uollas leixassemos auer e tomar uossas contas per aquelles que pera ello hordenassee, como tijnhees em custume; e, ssem embargo do dicto alluara conluyosso de Pedro Afonso que o dicto Alluoro Gill alleguaua, o costrangessemos que uos entreguassee os liuros que em seu poder foram e nom parecjam.

E, visto per nos, acerca desto, uosso rrequerimento, como quer que bem podessemos mostrar que taaes dyuydas nos perteeçjam; queremdouos ffazer graça e merçee, ssem embargo de as a outrem teermos dadas, nos praz uollas outorgar, como pediees. E mandamos que as ajaaes e ffilhees vossas contas per os que pera ello hordenardes e costrangaaes o dicto Aluoro Gill que entregue os liuros que a esto perteeçem e em seu poder foram.

Jtem, nos pediees que prouessesemos sobre os grandes dapnos que rreçeees dos jngresses e bretões ou uos leixassemos com elles e aueriees entrega das grandes perdas que uos asy faziam. E, quanto aos jngressaes, uos sabees bem as boas pazes que com elles teemos; e, sse allgũua coussa uos teem ffilhada, a nos nom praz dello. E os que per elles forem dapnificados rrequeryram elrey de Jngraterra; e, sse lhes nom fezer entregar o sseu, tragam ssua rreposta, per escriptura puurica, e nolla mostrem e prouereemos ssobreello como justo e rrazom ffor. E, na parte dos bretões, nos lhe teemos dada segurança por çerto tenpo e elles nos ham denuyar a sua. E esto porque muyto desejamos que todos nossos natu-raaes viuam em boa paz e assesego. E uos teende auysamento de uos delles guardardes por estes dous annos, em os quaees sse esto, com a graça de Deus, determjnara. E pera entom nos rrequeree e uos mandaremos a magneira que com elles ajaaes de teer.

Item, ao que nos enuyauees pedir que proueesemos sobre o grande dapno que nos e ho nosso pouoo rreçebiamos pellos jenocees e frorentijs conprarem as mercadorjas per nossos rregnos e as carregarem pera honde lhes praz, o que dizees que nunca se costumou fazer e o defende a nossa hordenaçom, muyto uos teemos em serujço esto que nos assy enuiastes dizer; e, a Deus prazendo, em breue tempo proueeremos açerca dello, como nos rrazom parecer, de guissa que nos e nosso pouoo nom rreçebamos perda.

Item, ao que nos pediees por merçee que Fernam Coutijnho nom fizesse as cassas de Monchique nem esteuesse em ellas e uos conprisemos e guardasemos uossos priuilegios, que dizees que o deffendem, ja uos mandamos dar carta de confirmaçom dos dictos vossos priuilegios. E, sse uos allguem comtra elles ffor, a nos praz de uos guardarmos em todo vosso deryto e uos mandaremos conprir como em elles he contheudo.

Item, ao que dizees que nom desemos liçença pera sse llaurar moeda preta (1), porquanto era destroiçom de nossa terra, muyto uos teemos em serujço vosso pititorjo. Porem, prazendo a Deus, tanto que formos em ponto pera bem podermos proueer sobrello, o determjnaremos como entendermos que he mais nosso serujço e bem do nosso povoo.

Item, nos foe dicto da uossa parte que as naaos e nauyos de nossos rregnos sse nom podem bem fazer nem auyar ssem tomarem djnheiros a caynbos e que uos fora dicto que allgũas pessoas, com desordenada cobijça, nos pedijam e teem pedidos os beens dos que taaes djnheiros dauom e rregebiam a caynbos, dizendo que era husura, allegando pera ello nossa hordenaçom, e que desto sse segujrja [a] nossos derytos grande dapno e a uosoutros perda, allegando as rrazões por que. E nos pediees por merçee que de uossas mercadorjas e caynbos uos leixasemos hussar como ataaquy fizerees, sem cayrdes por ello em pena allgũa. Vosso rrequerimento auemos por boo. E mandamos que hussees de uossas mercadorjas e caynbos como ataaquy husastes, ssem por ello encor-rerdes em coussa allgũa. E, sse allgũas cartas sobre esto ssom passadas ou ssentenças contra allgũas pessoas, mandamos que nom valham, por-que o auemos asy por nosso serujço e bem de nossos naturaaes.

Item, nos rrequerees que uos fezeseis rrestetuyr quatro mjll e çento e des corroaes que, este anno passado, a naao Pinta e do Prado tomarom os jngresses e lhes nom foram entregues, quando lhes entregaram a mais mercadorja, ssegundo dizees que sse mostrara pollo liuro e rrooli da carregaçom e aualljas. Sobre esto fazee hũua emformaçom, decla-rando em ella estes dapnificamentos quaees som e per que pessoas dos jngresses lhes fforom ffilhadas e a daae ao corregedor da nossa corte

(1) De prata?

e nos fallaae sobre ello, pera proueermos sobre o dicto dapno como justo e rrazom for.

Scrita em a cidade de Lixboa, xblijº dias de julho. Martim Alluarez a fez. Era de mjl iiiiº Rix. Ei eu, Ruj Galluom, sacretarjo do ssenhon rrej e caualleiro da sua casa, esta carta fiz escrepuer.

67

18 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Alvaro Pais, almoxarife do infante D. Henrique em Lisboa, para couteiro e guarda-mor das matas, quintas e pinhais régios do Ribatejo.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 168.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Aluaro Paez, almoxarife do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, em esta cidade; teemos por bem e damollo por couteiro e gardador moor das nossas matas e quintaas e pinhaaes de Ribatejo, segundo soia de seer (1).

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e aos juzes dAlmadaa e de todo Ribatejo e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta nossa carta for mostrada, que, ssem embargo de o dicto ofiço teer per nossa carta Fernam Vaasquez de Castell Branco, rrecebedor da nossa sissa das herdades e panos de linho da dicta cidade de Lixboa, metam logo em posse o dicto Aluaro Paez e o leixem serujr e hussar delle e auer o mantijmento e proees e direitos que a elle pertencem e outro nhũu nom, ssem outro embargo algũu. O quall jurou em a nossa chancelharia, aos santos auangelhos, que, bem e directamente e como deue, obre e husse do dicto ofiço e garde a nos o nosso serujço e ao poboo sseu direito.

Dada em Lixboa, xblijº dias de julho. Gonçalo Cardoso a fez. Anno de mjl iiiiº Rix.

(1) Parece faltar aqui Fernam Vaasquez de Castell Branco; pois, como abaixo se diz, ele era o detentor do cargo.

68

18 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, dispensa os moradores das ilhas da Madeira, Porto Santo e demais ilhas do dito infante do pagamento da dizima e portagem de todas as mercadorias e coisas que das ditas ilhas trouzerem ou mandarem ao reino (1).

ANTT., Convento de Santa Clara do Funchal, maço 1, n.º 35, inserta no pergaminho original da confirmação de D. Manuel de 28 de Setembro de 1496, porém com o mês errado, Junho por Julho — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 24, fl. 63 v., incluída na de confirmação de 16 de Outubro de 1482; *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 37, fl. 43 v.; *Chancelaria de D. João III*, liv. 27, fls. 1 e 37; e ADF., *Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal*, t. 1, fl. 275 v., em cópia do séc. XVI.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, ps. 468-69.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e mercee aos moradores das ylhas da Madeira e da jlha do Porto Samto e das outras jlhas do jfante dom Emrrique, meu muyto amado e preçado tijo, pollo do dicto ifamte, que nollo por elles pedio; teemos por bem e quitamoslhe a dizima e portajem de todallas mercadorias e cousas que das dictas jlhas a estes nossos rreinos trouuerem ou mandarem.

E porem mamdamas aos almoxarifes ou rrecebedores das nosas alfamdegas e portajeas que em os luguares de nossos rreinos teemos e a outros quaaesquer officiaaes e pesosas a que esta carta for mostrada ou ho trellado della em publica forma, feita per auctoridade de justiça, que lhes nam leuem nem demandem a dicta dizima nem portajem das mercadorias e cousas que forem certos que sam dos moradores das dictas jlhas, que asy a estes nossos rreinos trouuerem ou mandarem. E lhe cumpram e guardem e façam todo esto comprir e guardar, asy e pella guysa que em esta nossa carta he comtheudo, sem outro algum embargo que lhes sobre ello seja posto. E al nom façades.

(1) Isenção idêntica, a pedido do infante D. Henrique, fora concedida, por 5 anos, em 1 de Junho de 1439 (Cfr. o DOC. 135 do nosso vol. 6) e, sem prazo marcado, como no presente diploma, em 28 de Março de 1444 (DOC. 94 do vol. 8).

Dada em a nossa muy nobre e leal cidade de Lixboa, xbiij dias do julho (2). Ruy Memdez a fez. Anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesu [Christo de mjl e iiij^o e] Rix annos (3).

69

22 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a isentar Alvaro Eanes, residente no Porto, dos encargos do concelho, por ele ser casado com sobrinha do Dr. Fr. Pedro, confessor do infante D. Henrique, a pedido deste.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 22 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes da nossa çidade do Porto, e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer, saude.

Mandamosuos que nom costringaaes nem mandees costringer que sirua em algũs encarregos desse conçelho AluarEanes, morador em a dicta çidade, porquanto nossa merçee he sseer dello rrelleuado, pollo do jffante dom Henrique, meu muyto prezado e amado tio, que nollo por ell pedio, porque cassou com hũa sobrinha do doutor frey Pedro, confessor do dicto meu tyo. Sem outro embargo, que a ello ponhaaes.

Fecta em a çidade de Lixboa, xxij dias de julho. Alvaro Vieira a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

(2) Nas demais cópias lê-se *Julho*, o que nos parece exacto; por isso, substituímos aqui o *Junho* do manuscrito por *Julho*.

(3) Completámos este final pelas demais cópias, em que aliás abundam as omissões de palavras e variantes de texto, introduzidas pelos copistas.

70

22 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Estêvão Eanes, o Moço, residente em Buarcos, para piloto da foz do Mondego e a privilegiá-lo, a pedido do infante D. Henrique, pois este o incumbira de tirar daquela foz os navios pelo infante ali mandados carregar.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 112 v. A carta val seguindo a do regente D. Pedro de 12 de Novembro de 1441, de que é confirmação, posto a não cite.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a EsteuEannes, o Moço, morador em Buarcos, a rrequerimento do jffante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado tio, porquanto nos disse que ell lhe tijinha dado carregio de tirar os seus nauyos da foz do Mondego, que hi mandaua carregar; teemos por bem e damollo por pilloto da dicta foz.

E queremos que, daqui en diante, seja priuilligiado e escusado de pagar em peytas, fintas, talhas, pedidos e enprestidos que per esse conçelho sejam lançados e esso meesmo dauar os ofiços e encarregos do dicto conçelho, nem vaa com pressos e djnheiros nem sirua em outros nehūs encarregos do conçelho nem seja titor nem curador de nehūs horfoons, saluo sse a tectoria for lidema.

Outrosi, mandamos e defendemos que nom seja nehū tam oussado, de qualquer condiçom e estado que seja, que pousse em ssaas cassas de morada, adegas nem cauallariças nem lhe tomem rroupa de cama, palha, lenha, galinhas, bestas de ssella nem dalbarda, pescados e gaados nem outra algũa coussa do sseu contra ssua vontade, sob pena dos nossos encoutos de sseis mjl ssoldos, que mandamos que pague pera nos quaeesquer que lhe contra esto forem.

E mandamos ao nosso almoxarife da dicta villa e ao escripuam do dicto ofiço que os rrecadem pera nos, sob pena de os pagarem de ssuas cassas. E, em casso que lhe alguem contra ello vaa ou queira hir, mandamos a uos, nossas justiças, que lho nom consentaes, ca nossa merçee he de ell de todo seer quite e escussado, como dicto he.

Dada em Lixboa, xxij dias de julho. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix. Ruy Galuam a fez escpreuer.

71

26 JULHO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Nuno Martins, escudeiro do infante D. Henrique, todos os bens móveis e de raiz de Fernão de Almeida e de Diogo de Almeida, criados do infante D. Pedro, por haverem estado com ele em Alfarrobeira.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 129.

Dom Affonso, etc.

Item, carta de Nuno Martijnz, escudeiro do yffante dom Amrique, per que lhe fazem merçee de todollos beens mooues e de rrayz de Fernam-dAlmeyda e de Diego dAlmeyda, criados do yffante dom Pedro, por serem na batalha da Alferrobeyra com o dito yffante dom Pedro comtra a pessoa e rreal estado delrey, etc. Em forma.

Dada em Lixboa, xxbj dias de julho. Alvaro Gonçalluez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^o e Rix.

72

27 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar que no almoxarifado de Santarém e do rendimento do serviço velho e novo dos judeus, se paguem anualmente 50.000 reais brancos, desde 1 de Janeiro seguinte, a Fernando Alvares Cardoso, deão de Évora, seu confessor e prior da igreja de Santa Maria de Povos, do padroado régio, o qual a cedera e fora permutada pelo monarca com o infante D. Henrique pelas comendas e priorados de Mogadouro, Penarroias e Bemposta, da Ordem de Cristo, para os rendimentos destas serem dados a Alvaro Pires de Távora, do seu conselho, até lhe serem pagas 2.333 coroas, em débito pelo seu casamento com D. Leonor da Cunha.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 167 v.

Dom Affonso, etc.

A uos, Gonçalo Galuom, nosso almoxariffe em Santarem, e ao scpriuam desse officio e aos (1) que depois uos ueerem por nossos almoxariffes e scpriuãaes e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que, seendo FernamdAluarez Cardoso, dayam dEuora e nosso confesor, prior da jgreia de Sancta Maria de Pouoos, que he do nosso padroado, nos escambamos a dicta jgreia com o jffante dom Anrrique, meu muito prezado e amado tio, rregedor da ordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, com outorga e consentimento do comendador mor, craueiro e comendadores da dicta ordem, que a todo foram presentes, por as comendas e priorados do Mogadoiro e Penaroiães e a Bemposta, com todos seus directos das dictas comendas e suas perteenças, que eram da dicta ordem de Christos, pera nos e os rrex que destes rregnos forem nossos sobcesores fazermos per sempre o que nosa merçee for e a dicta jgreia ficar e seer apropriada da dicta ordem, segundo compridamente he conteudo em seprturas publicas que antre nos e elles se pasarom (2). As quaaes rendas das dictas comendas e priorados com todas suas perteenças a nos praz que teenha e aja Aluaro Pirez de Tauora, do nosso conselho, daqui em diante, atee lhe pagarmos duas mjl e trezentas e trinta e tres coroas que lhe foram outorgadas em casamento com dona Lianor da Cunha, sua molher (3).

E queremos que o dicto dayam aja de teença, por a dicta jgreia, cin-

(1) Aqui, no ms., um *de* a mais, por isso omitido.

(2) Desconhecidos os textos aqui referenciados.

(3) A presente dívida remonta ao reinado de D. João I que, por carta de 18 de Junho de 1394, prometera, em casamento de Alvaro Pires de Távora com D. Leonor da Cunha, 3.500 coroas de ouro do cunho do rei de França, logo substituídas pelo monarca, por então lhas não poder dar, pela tença anual de 1.280.323 libras, e com a condição de que, uma vez pago o terço das coroas, se reduzisse também de um terço a tença (*Chanc. de D. João I*, liv. 4, fl. 136). Tendo depois el-rei D. Duarte liquidado a terça parte da dívida, passou a tença anual a 24.459 reais brancos, pagos no almoxarifado da Torre de Moncorvo (*Além-Douro*, liv. 4, fl. 196 v.), até que, em 1449, pelo presente documento, o Távora passou a receber, de 1 de Janeiro de 1450 em diante, os rendimentos das comendas e priorados de Mogadouro, Penarrolas e Bemposta, cedidas pelo infante D. Henrique a D. Afonso V, em escambo pela igreja de Povos, do padroado régio. Afinal, apurado que tal permuta era anti-jurídica e ralava pela simonia, o próprio Rei Africano recorreu ao papa Calisto III, que pela bula *Ex apostolice servitutis*, de 18 de Março de 1456, mandou dar sem efeito a troca, para o que nomeou executor o Vigário Geral de Lisboa. Este, após a respectiva inquirição, em que D. Henrique não se fez representar, proferiu sentença definitiva em 11 de Janeiro de 1457, repondo as coisas em seu primitivo estado, devolvendo, portanto, as comendas à Ordem de Cristo e a igreja de Santa Maria de Povos ao padroado régio (ANTT, *Livro dos Mestrados*, fl. 130 v., e *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 158).

quenta mjl rreaes brancos ou cincoenta e cinco marcos de prata ao tempo da paga, que he outro tanto como ora monta nos dictos djnheiros. E esto des primeiro dia de janeiro que ujnra de iiij^o e L anos em diante, em cada hũu anno, per aquello que render o nosso seruiço uelho e nouo dos judeus dessa uilla de Santarem, os quaaes auera per esta guisa, a saber, vijnte e quatro mjl e quatrocentos e quoreenta e oyto rreaes que o dicto Aluaro Pirez de nos auia, de teença em cada hũu ano, no almoxarifado da Torre de Mencoruo, ataa que lhe paguemos as dictas duas mjl e trezentas e trinta e tres coroas e vijnte e cinco mjl e quinhentos e quoreenta e tres reaes brancos daquello que Breatriz Eannes, sua madre, de nos ha de sua teença enquanto nossa merçee for, aa qual prouue de os auer o dicto Aluaro Pirez, e a el prouue de todo esto assy leixar, por auer as dictas rendas das dictas comendas e priorados.

Os quaaes cincoenta mjl rreaes o dicto dayam auera ataa que, pella graça de Deus, lhe per nos seia encaminhado algũu arcebispado ou bispado ou outro beneficio de que elle com razom deua seer contenta. E, tanto que o ouuer, nom auera mais a dicta teença, a qual ficara a nos, pera della fazermos o que nossa merçee for, ataa pagarmos ao dicto Aluaro Pirez as dictas duas mjl e trezentas e trinta e tres coroas, por que lhe assy damos as dictas rendas e directos das dictas comendas. E, tanto que o pagarmos dellas, as dictas comendas e priorados e teenças ficaram a nos liuremente, pera dello fazermos o que nos prouuer.

Porem uos mandamos que, daquello que por nos rrecederdes do rendimento do seruiço uelho e nouo dos judeus da dicta uilla, des o dicto primeiro dia de janeiro de iiij^o e L anos em diante, lhe paguees os dictos cincoenta mjl rreaes em cada hũu anno, como dicto he. Dos quaaes lhe farees boom pagamento, em fim de cada hũu quartel, primeiro que façaes outras nhũuas despesas da dicta rrenda, posto que nom tenhaes o asentamento, e doutros quaaesquer mandados e defesas que em contrairo ajaaes. E, nom comprindo uos assy, teendo uos djnheiros da dicta renda e o nom pagando, a nos praz que, por cada hũu dia em que o assy nom pagardes, pasado o quartel, lhe paguees de pena, aa uossa custa, cincoenta rreaes e mais as custas que sobreello fezer.

E, per esta carta, mandamos ao nosso corregedor e juizes da dicta uilla que o façam assy comprir; porquanto a nos praz que, em espicial seia primeiramente pago da dicta conthia, em cada hũu quartel; que outro nhũu. E uos fazee, em cada hũu anno, rregistar esta carta no liuro desse almoxarifado, por saber como esto a dauar, e cobraae seu conhecimento, pollo qual uos rrecebeu os dictos djnheiros, em despesa. E o dicto daiaem tenha esta carta, pera sua guarda.

Dante em Lixboa, xxbij dias de julho. PedrEannes a fez. Anno do Senhor de mjl e iiij^o e Rix anos.

73

28 JULHO 1449

Emprazamento pela Ordem Militar de Avis e por mandado do infante D. Henrique, regedor e governador do seu Mestrado, de casas em Lisboa, na Rua das Esteiras, a Diogo Gonçalves, escudeiro do dito infante, ali morador.

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 675. Original, em pergaminho.

Saibham os que esta carta daforamento e outra tall, anbas de hũu theor, virem que, aos vijnte e oyto dias do mes de julho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos quareenta e noue annos, em a ujlla dAujs, dentro no conuento da dicta villa, na cassa do cabidoo, estando hj ho honrrado rreligioso frey Martinho, dom prior do dicto conuento, e frey Gonçalo, cantor, e frey Lourenço, sancristam, e frey Afomso Rigo e frey Joham de Pernez e frey Gonçallo, todos de mjssa, e frey Fernando e frey Diego Cachos e frey Afomso de Fronteira e frey Diego, vigairo depistolla, e frey Joham e frey Vaasco e frey Joham Paez, todos freires profesos, conuentuaes do dicto moesteiro; estando todos juntos, em cabidoo e como cabidoo, per canpaa tangida, segundo costume pera esto, foy hj proujcada hũa carta do jfante dom Enrique, da quall o theor tall he, que se segue.

Segue-se a transcrição da carta do infante D. Henrique de 15 de Julho anterior, — o nosso DOC. 64.

A quall carta, asy mostrada per Diogo Gonçaluez, conthudo em ella, logo os sobredictos dom prior e freires, satisfazendo a ello per cabjdoo, como dicto he, deram as dictas cassas de prazo ao dicto Diogo Gonçaluez por as dictas tres persoas, como dicto he, em o preço dos dictos dozentos e cjincoenta rreaaes, os quaaes ha de pagar aa dicta hordem, em cada hũu anno, por o dja de Natall.

E, se o ell e seus sobçesores nam pagarem, que a ordem, per seus homeens, sem outro rrequerimento de justiça, os posa penhorar por ello. E que ell as nam posa vender, as dictas casas, nem emalhear a pessoa que seja das defesas em djreito; e, quando as de vender ouuer, que o faça saber se as quer a ordem, de tanto por tanto; e, nam as querendo, lhe daram licença que faça dellas seu proueito.

E se obrigaram, pellos beens da mesa do dicto senhor, de lhas defender de quem quer que lhas queira enbargar, sob pena de lhe corregerem todas perdas que se lhe dello segujrem.

E o dicto Diogo Gonçalvez filhou e rreçebeo em sy as dictas cassas por as dictas tres pessoas, asy e pella gujsa que as tem o dicto Joham Martijnz, com sua loja, de prazo e por o dicto preço, e se obrigou pagar, em cada hũu anno, e manteer todo o conteudo na dicta carta. E, nam comprindo e pagando, que lhe pague todas perdas e dapnos que sobrello rrequereçerem, per todos seus beens, que pera ello obrigaram.

E, em testemunho dello, outorgaram senhas cartas, fectas no dicto logo, dia, mes, era sobredicta. Testemunhas: Joham Martijnz, creligo, e Esteuam Gonçalvez e Joham Sotiro, escudeiro, e outros. E eu, FernandAfonso, tabeliam por ho jfante dom Enrique em a dicta villa, que esta carta pera a ordem escripuj e meu signall fiz, que tall (*Sinal do notário*) he. Pague xxb rreaaes. Notada.

74

6 AGOSTO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar os moradores de Montalvão, Alpalhão e Arez, a pedido do infante D. Henrique, para repovoamento das mesmas povoações.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 52 v., — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fl. 143 v., em confirmação de 19 de Maio de 1487; *Chanc. de D. Manuel*, liv. 30, fl. 84, em confirmação de 17 de Maio de 1497; e, em leitura nova, *Guadiana*, liv. 1, fl. 31 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes de Montaluom e dAlpalham e dAres e a todollos outros juizes e justiças a que esto perteençer e esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que o jfante dom Henrique, meu mujto prezado e amado thio, nos enujou dizer que hũu desses lugares era de todo despouorado e que jssso meesmo os outros ho erom mall e que, porquanto ssua teençom era de encamjnhar como sse bem podessem pouorar os dictos lugares, por sereem em ssua terra e estarem aqerca do estremo de Castella, nos pedia por merçee que lhe mandassemos dar nosso priuilegio pera aquelles que aos dictos lugares quiserem vijr morar daqui en diante, per que fossem escussados e rreleuados de sereem costrangidos pera teerem caualllos e armas nem pareçerem com elles em alardos.

E nos, visto sseu rrequerimento, pollo do dicto meu thio, nossa merceee he serem dello relleuados. E, por esto, teemos por bem e mandamosuos que aquelles que sse pera cada hũu dos dictos lugares veherem ou ora em elles morarem e teuerem ssuas cassas e em elles continuadamente viuerem os nom costrangam nem mandees costranger pera ello, ssem outro algiũ enbarguo que a ello ponhaacs. Vnde al nom façades.

Dada em Obidos, bj dias dagosto. Martim Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o Rix. Ruy Galuam a fez escrepuer.

75

7 AGOSTO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida às autoridades do país, a comunicar-lhes haver-lhe dito o conde de Benavente que, por induzimento e falsas informações, el-rei de Castela lhe tomara as suas vilas e lugares e o extraditara, e que lhe pedira o accitasse no reino; pelo que, atendendo ao parentesco que tem consigo e aos serviços pelo pai dele prestados a D. Duarte e pelo próprio à rainha D. Leonor e a si e ainda ao grande amparo por ele dispensado em Castela a nossos naturais, ordena, no caso de ele vir, o recebam e à sua comitiva no país, dando-lhes pousadas de graça e mantimento e demais coisas por seus dinheiros, desde que eles não hostilizem os reinos de Castela ou os respectivos naturais (1).

AHNM., Osuna, Carpeta 8, n.º 21. Original, em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de fios de algodão vermelho e roxo — donde se reproduz.

Publicada, com incorrecções, em *Memorias de Don Enrique IV de Castilla*, t. 2 (e único), ps. 23-24, extraída do Arquivo do conde de Benavente, mas sem indicação de cota.

Dom Afomssso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue e ssenhor de Çepta.

A todollos fromteiros moores, caualeiros, fidalgos, alcaides, correge-dores, juizes e justiça de nossos rregnos e a quaaesquer a que esto per-tencer e esta carta nossa for mostrada, saude.

(1) Aludimos já ao primeiro refúgio em Portugal de D. Rodrigo Afonso Pimentel, 2.º conde de Benavente, autorizado pela carta régia de 28 de Fevereiro de 1449, — o nosso DOC. 8. Mantinha-se ele ainda no país em 1 de Abril seguinte, como consta do DOC. 39, e, provavelmente, aqui se achou durante o recontro de Alfarrobeira; pois, parece haver regressado a Castela apenas em Julho (Cfr. a *Crónica del Halconero*, cap. 382, e a *Crónica de Don Juan II*, año 1449, cap. 6, p. 665).

Sabede que o comde de Benaunte, dos rregnos de Castella, nos fez saber como elrrey de Castella, per enduzimento e falsas emformações, injustamente lhe tomara suas villas e lugares e o corria fora de seus rregnos, sem teer fecta cousa que de tal pena mereçedor fosse. Pedindonos por merçee, alegando algũuas rrazões que nos a ello deuyam mouer, e, por husarmos de nossa rrealza, lhe dessemos, a elle e aos que comssigu trouxesse, acolhimento, por seu emparo, em nossos rregnos.

E nos, rreconheçemdo o deudo que comnosco tem e como seu padre foy a serviço delrrey, meu senhor e padre, e el quanto foy a serviço da rrainha minha senhora e madre, cujas almas Deus aja, comthinuando sempre de sser a nosso serviço, e asi dando grande emparo a nossos naturaas (2); a nos praz que elle aja de nos e em nossos rregnos aquella merçee, boo gasalhado e acolhimento que onestamente lhe possa seer fecto.

E porem uos emcomendamos e mandamos a todos em jeeral e a cada hũu em espical que, se o caso ueer que aja mester o dicto emparo e acolhimento, que acolhaes elle e aos que comssigu trouxer em nossas uilas e lugares e o homrrees, trautes como cousa nossa, fazemdolhe dar pousadas e camas sem djnheiros e os mantijmentos e as outras cousas que mester ouuerem por seus djnheiros, nom fazendo el, per si nem per os seus, depois que dentro em nossos rregnos for, guerra, mal nem dapno aos rregnos de Castella nem aos naturaas delles; ca assi he nossa merçee, ssem outro algũu embargo que a ello ponhaaes.

Dada em a nossa uilla dObidos, bij dias dagosto. Pero Guomçaluez a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil quatroçentos quareemta e noue. E eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey e caualeiro de sua casa, esta carta fiz escrepuer.

(as.) El Rey . . . Pagou nichil.

Ao fundo: Sobre o comde de Benaunte.

(2) Conhecidas são as relações de João Afonso Pimentel com el-rei D. João I de Portugal, antes de ele se haver homiziado no reino vizinho e de all ter sido nomeado 1.º conde de Benavente por Henrique III, em 17 de Maio de 1398 (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 1, caps. 8, 16, 30 e 67; e vol. 2, caps. 38, 60, 68, 69, 71, 104, 112, 149, 155, 167 e 170-72); porém, não temos noticia dos serviços por ele prestados a el-rei D. Duarte e aos quais se refere aqui D. Afonso V. De sublinhar também os prestados, pelos modos, pelo 2.º conde de Benavente, D. Rodrigo Afonso Pimentel, à rainha D. Leonor e o amparo pelo mesmo dado aos portugueses homiziados em Castela durante a regência, em Portugal, do infante D. Pedro, segundo entendemos inferir-se do presente diploma régio.

76

13 AGOSTO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, pelos muitos serviços feitos pelo franciscano Fr. Gil de Tavira, abade comendatário do mosteiro de S. João de Alpendorada, a el-rei seu pai e a si mesmo, sendo seu pregador, confessor e mestre, o toma e ao dito mosteiro, servidores e coisas em sua especial guarda, encomenda e defesa (1).

ANNTT., *Além-Douro*, liv. 4, fl. 184.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que por os muytos seruiços que frey Gill de Taurira, abade do mosteiro de Sam Joham dAlpendorada, tem fectos a elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, e a nos, em seemdo nosso pregador e confessor e meestre; tomamos elle e o dito seu mosteiro e seruidores e todas suas cousas em nossa espiciãll guarda e encomenda e sob nosso defemdimento.

E porem rregamos e emcomendamos aos yffantes e duque, meus muyto prezados e amados jrmão [e] tyos, e emcomendamos e mandamos aos comdes e a outras quaaesquer pessoas de nossos rregnos e a todollos corregedores, juizes e justiça delles e a outros quaaesquer offiçiaaes e pessoas a que esto pertemçer e esta carta for mostrada que ajam assy o dito frey Gill e o dito seu moesteyro e todos seus seruidores e cousas por espiciãllmente rrecomendados a nos e, por o nosso, lhes façam toda homrra e gasalhado e os traudem e mandem trautar como cousas nossas, de que grande carrego teemos.

(1) É o franciscano Mestre Fr. Gil Lobo ou de Tavira, figura notável da corte portuguesa do século XV, sobre o qual se podem ver: a nota 4 da p. 262 do nosso vol. 4; os DOCS. 88 e 130 do vol. 5; os DOCS. 87 e 90 do vol. 6 e a nota 1 da p. 319 do vol. 7. Nos anos de 1442 a 1446, Fr. Gil de Tavira, confessor de el-rei D. Afonso V, teve deste a incumbência de receber certos dinheiros das cartas régias de perdão, de que passava alvarás e a que dava o destino indicado pelo monarca (Cfr. os documentos publicados por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 263, 285, 287, 540 e 582). Sobre Fr. Gil, como abade comendatário do mosteiro beneditino de S. João de Alpendorada, podem ver-se, sobretudo, os documentos publicados por SOUSA COSTA, O. F. M., *D. Gomes, reformador da Abadia de Florença*, ps. 96-98 e 161-62. No presente documento, D. Afonso V diz Fr. Gil de Tavira «nosso pregador e confessor e mestre». Foi, portanto, professor do monarca. Ao aludir à cultura intelectual do Rei Africano, SOUSA VITERBO limitou-se a ligeira referência a Fr. Gil, que nem sequer identificou. (*A cultura intellectual de D. Afonso V*, p. 258). Cfr. também o DOC. 90 do presente volume.

E nom consentaaes que per pessoa algũa, de qualquer estado e comdiçom que seia, lhe seia fecto agrauo nem outra algũa ssemrrezam. E, em caso que lhe fecta seia cousa como nom deue, assy a sua pessoa, como ao dito sseu moesteyro e cousas suas ou cada hũa dellas, lho façam logo correger e emmendar como for rrezam e dereito e lhe cumpram e guardem e façam bem comprir e guardar todollos priuilegios, homrras, liberdades que o dito seu moesteyro de nos tem e lhe nom vão nem consentam hir contra ellas em maneyra algũa, porque assy he nossa merçee, ssem outro embargo. Seendo çertos que aquelles que o assy fezerem lho agardeçeremos e teeremos em seruiço e do comtrayro nos desprazera e tornaremos a ello, como nossa merçee for. E all nom façades.

Dada em os nossos paaços da Serra, xiiij dias dagosto. Vaasco Aabull a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^o Rix.

77

18 AGOSTO 1449

Contrato matrimonial e termo do matrimónio celebrado em Lamego, nos paços de D. Vasco Fernandes Coutinho, conde de Marialva e marechal do reino, sendo presentes sua mulher, a condessa D. Maria de Sousa, e D. Gonçalo, seu filho primogénito, entre Martim de Melo, fidalgo da casa de el-rei, e D. Beatriz de Sousa, sobrinha da dita condessa e filha de Pedro Gomes de Abreu e de D. Aldonça, para o qual casamento os condes de Marialva marcam o respectivo dote e afirmam ter o infante D. Henrique prometido dar aos nubentes as quintas e lugares de Aldeia e Pinhanços, como soíam ser de João Rodrigues Coutinho.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 133, — texto que se reproduz; e, em leitura nova, Místicos, liv. 3, fl. 96, em confirmação de 25 de Maio de 1450.

Saibham quantos este pubrico estormento de contrauto de casamento e dote virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor e Saluador Jhesu Christo de mill e iiij^o e Rix anos, dezoito dias do mes dagosto, em a cidade de Lamego, em os paaços da morada do muito honrrado ssenhor dom Vasco Fernandez Coutinho, conde de Maria Alua e marichal de Portugal, estando hi o dicto ssenhor conde e a condessa dona Maria de Sousa, ssua molher, e estando hi outrosi dom Gonçalo, primogenjto dos dictos ssenhores conde e condessa, e estando hi Martim de Melloo, fidalgo da casa delrrej nosso ssenhor, e estando hi outrossi dona Briatiz de Sousa,

sobrinha da dicta ssenhora condessa, filha de Pero Gomez dAbreu e de dona Aldonça, em presença de mym, tabalião, e das testemunhas auante escriptas, os dictos ssenhores conde e condessa trautarom casamento antre o dicto Martim de Melloo e a dicta dona Briatiz per esta guisa, a saber:

Que o dicto Martim de Melloo, casando logo com a dicta dona Breatiz e a rregebesse por ssua mulher, em forma acostumada da santa jgreja, que elles, dictos ssenhores conde e condessa, lhe prometiam a dar, em casamento, duas mil dobras de boom ouro do cunho destes rregnos, ou, por cada peça, cento e R^{1a} rreaes brancos desta corrente moeda, que he em ssoma duzentos e oyteenta mil rreaes brancos, auendo o dicto Martim de Melloo conhecimento com a dicta dona Breatiz per copulla carnal e doutra guisa nom; e estas duas mil dobras seerem pagadas per beens e herdades e ouro e prata e dñheiros, nom contando panos de vestir nem guarnimentos de casa, ssaluo sse nas dictas rroupas for ouro ou prata ou pedras de vallor ou aljofar, que esto seia descontado da dicta conthia, per vista de dous homeens boons, que ajam rrazam de o entender; que lhes prazia, ao dicto ssenhor comde e condessa, que, sse lhes elles nom dessem e entregassem as dictas duas mil dobras ou o uallor, como dicto he, ao tempo que o dicto Martim de Melloo e dona Briatiz tomarem ssua casa, que elles lhe dauam e pormetiam de dar a ssua terça de Taauares, com ssua quintaa de Bouça, em premda, com todos sseus direitos e foros e rrendas, que os ouuessem liuremente, sssem descontar nhũa cousa, atee lhes a dicta conthia seer entregue; e, segujndosse algũu caso que a dicta terra de Taauares ou a quintaa de Bouça fosse enbargada a elles nom poderem auer liuremente com ssuas rrendas, que a elles, dictos ssenhores, prazia e queriam e outorgauam que os dictos Martim de Meello e dona Briatiz podessem auer a dicta conthia de duas mil dobras per sseus beens patrimonjaaes e fiscaaes e terras delrrej e sseus morgados.

Outrossi, disseram os dictos ssenhores conde e condessa que era uerdade que o ssenhor jfante dom Amrrique, por ssua merçee, prometera a dar aos dictos Martim de Meello e dona Briatiz, em casamento, as quintãas e lugares que dizem Aldea e Pinhanços, com sseus beens proprios, como ssoyam de ser de João Rodriguez Coutinho; que elles sse obrigam que, se o dicto ssenhor jfante lhes nom fizesse a dicta merçee das dictas quintãas e lugares, como dicto he, e, segujmdosse aujvir jnpedimento aa dicta terra, que os dictos ssenhores conde e condessa prazia e praz que o que a dicta terra de Samfijnz e qujntaans podessem [render] e rrendem, que o dicto Martim de Mello e dona Briatiz podessem auer pellos beens patrimonjaaes e rreaaes, fiscaaes e morgados que elles, dictos ssenhores, ouuessem e a tem conpidamente auer em as dictas quintãas.

Outrossi, os dictos ssenhores conde e condessa se obrigaron, per ssy e sseus beens, aa dicta dona Briatiz e ao dicto Martim de Melloo, quando

prouer a Deus tomarem a ssua casa guarnjda segundo a seu estado della, como convijnha a seer. E o dicto Martim de Meelo prometeo solepne estabelecimento a mym, tabaliam, em nome da dicta dona Briatiz, que, morrendo el primeiro que a dicta dona Briatiz, que ella aja o dicto dote e casamento ou a dicta teença e mais seteçentas dobrs do dicto ouro e cunho e vallor de rreaes pollos beens del, dicto Martim de Melloo, posto que aja filho ou nom e posto que viuos fiquem depois da morte delle e posto que case; e, morrendo ella primeiro, sse filho ouuerem, que prometem a mym, em nome de sseus herdeiros, lhe tornar as dictas duas mil dobrs ou teença ssem arras ou a quem ella mandar em sseu testamento, obrigando pera ello, dicto Martim de Melloo, todos sseus beens, moujs e de rraiz, aujdos e por auer.

E os dictos ssenhores conde e condessa e sseu filho dom Gonçalo, primogenjto, que presente estaua, disseram que elles outorgauam ao dicto Martim de Melloo as dictas cousas todas e prometiam as teer e manter, como fidalgos de nobre e boa jeeraçam, ssem outra falta nem arte e maaõ emgano.

E o dicto Martim de Melloo e dona Briatiz sse rreceberom logo, em as mãas do ssenhor bispo dom Joham da Costa, que presente estaua, per pallauras de presente, segumdo manda a ssanta jgreja.

E de todo o dicto auto a dicta ssenhora condessa, por parte da dicta dona Briatiz, pedio assi a mym, dicto tabaliam, hñu estormento e o dicto Martim de Melloo pedio outro. Testemunhas: o dicto ssenhor conde e dom Gonçalo e o dicto ssenhor bispo e Joham Nunez, thesoureiro de Ujseu, e Joham Rodriguez, corregedor da Beira, e Aluaro Gonçaluez Pinto, juiz da dicta çidade, e Diogo Lopez, abade de Sam Martinho de Mouros, e Afonso Pirez, escudeiro do dicto ssenhor conde, e outros muitos. E eu, Gil Gonçaluez, tabaliam por elrrej na dicta çidade, que o todo ffuy presente e com as dictas testemunhas esta escpreuy e sobescrepuy, por o dicto dom Gonçalo e por sseu mandado, porque elle era tanto acupado dandar camjnho, que nom podia. Testemunhas os dictos.

E os dictos ssenhores conde e condessa disseram que, decrarando e emadendo no dicto casamento e prazimento e consentimento dos dictos Martim de Meello e dona Briatiz, que a paga das dictas mil dobrs sse entenda com os beens que a dicta dona Briatiz ouuer per erança da morte de ssua madre, dona Aldonça, que entre em o conto do dicto Martim de Melloo e ssua mulher dona Briatiz das dictas duas mil dobrs serem em esta conthia, descontando per esta guisa. E mandarom todos pasar os dictos estormentos de casamento, dote e arras. Testemunhas: os sobre-dictos e Joham Viçente, escpriuam da puridade do dicto ssenhor conde. E eu, sobredicto Gil Gonçaluez, tabaliam, que, com a dicta adida e mandado dos dictos ssenhores e partes, este estormento escpreuy pera o dicto Martim de Mello e aqui meu sinal fiz, que tal he.

78

20 AGOSTO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Diogo Gil Moniz, cavaleiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de Pedro da Azambuja e de João da Azambuja, residentes em Montemor-o-Velho, por haverem estado com o infante D. Pedro em Alfaroibeira (1).

ANTT., *Estremadura*, liv. 8, fl. 259.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Diego Gil Moniz, caualleiro do jffante dom Emrrique, etc., per que lhe fizeram mercee de todolos beens mouees e de rraiz de Pero da Azambuja e Joham da Azambuja, moradores em Montemor o Uelho, por seerem na batalha da Alfarroibeira (2) com ho yffante dom Pedro, etc. Em forma.

Dada em Obidos, xx dias dagosto. Pero Gonçaluez a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil liij^e Rix.

(1) Os Azambujas em referência são, ao que parece, irmãos, filhos de Rodrigo Eanes da Azambuja, e o primeiro deles, Pedro Eanes da Azambuja, pai de Diogo da Azambuja (1432-1518), fidalgo da casa real e comandante da expedição que, em 11 de Dezembro de 1481, partiu de Lisboa, por ordem de el-rei D. João II, para fundar o castelo de S. Jorge da Mina, na costa da Guiné de então (Cfr.: RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. João II*, caps. 2 e 18; GABRIEL PEREIRA, *Estudos Eborenses. Évora e o Ultramar*, 2.^a parte; e LUCIANO CORDEIRO, *Diogo da Azambuja, nas suas Questões histórico-coloniais*, vol. 2, ps. 89-174). Sobre os Azambujas há referências nos arquivos de Montemor-o-Velho. Pedro e João de Azambuja vieram a ser indultados do crime por que aqui foram punidos em 13 de Julho de 1451.

(2) No ms. *Alfaroibeira*.

79

20 AGOSTO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 25 de Novembro de 1433, sobre o dote de D. Isabel de Melo, em casamento com João de Almeida, colação do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 53.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta ujem fazemos saber que dona Jsabel de Meello mostrou perante nos hũa carta do mujto alto e muy uertuosso, de groriossa memorea, elrrey, meu ssenhor e padre, cuja allma Deus aia, da quall o teor tall he.

Segue-se a transcrição da carta citada, o DOC. 93 do nosso vol. 4.

Pedindonos a dicta dona Jsabel que lha confirmassemos. E nos, visto sseu rrequerimento, querendolhe ffazer graça e mercee; teemos por bem e confirmamoslhe a dicta carta, per a guyssa que em ella he contiudo.

E porem mandamos aos ueedores da nossa fazenda e conta[do]res e allmoxariffes e a outros quaesquer que esto ouuerem de ueer, a que esta carta for mostrada, que lha conpram e goardem e façam conprir e goardar a dicta carta segundo em ella he conteudo, sem lhe sobrelo sseer posto nêhũu embargo. E al nom façades.

Dante em Obidos, xx dias dagosto. Elrrej o mandou. Gonçalo Car-dosso a fez. Ano do Senhor de mjl liij^o Rix.

80

6 SETEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João de Sousa, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a terra de Soaz, na comarca de Entre Douro e Minho, em recompensa dos serviços por ele e por

seus avós prestados à coroa do reino, como a tinha o Doutor João Dossem, do seu conselho, falecido.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 14 v., — texto que se reproduz; e, em leitura nova, *Além-Douro*, liv. 4, fl. 161.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, consijrando nos os muytos e boos serujços que Joham de Sousa, fidalguo da casa do jfante dom Anrrique, meu muito prezado e amado tyo, tem fectos a elrrej, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, e a nos e esso meesimo o que sseus auoos e padre fizeram a estes nosos rregnos; e, querendolhe conhecer todo com merçees, como todo boom rrey he thudo de fazer a sseus leaaes e verdadeiros vasalos e seruydores; teemos por bem e fazemoslhe merçee da nossa terra de Soaz, que he na comarca dAntre Doiro e Mjnho, asi e pela guisa que a de nos tijnha o douto[r] Joham Dossem, do nosso conselheiro, que Deus aja, da qual queremos que loguo possa tomar posse, ssem mais outra nossa autoridade.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e ao corregedor e contador da dicta comarca e a todos los juizes e justiçaes e a outros quaesquer officiaes e pessoas a que esto perteençer que o leixem auer a dicta terra ao dicto Joham de Sousa, pela guisa susodicta e lhe acudam e façam acudir, daquy jm diante, com todalas rrendas e direitos dela, asi e tam conpridamente como as auya o dicto doutor Joham Dossem, ssem outro embargo que lhe sobrelo seja posto. E, em testemunho desto, por sua segurança, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em os nossos paaços da Serra, vj dias de setenbro. Lopo Fernandez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix anos.

81

20 SETEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Duarte de Menezes contrato por ele feito com o infante D. Henrique sobre a liquidação por este àquele de 3.500 coroas de ouro, resto das 8.000 prometidas por seu casamento com D. Isabel de Castro, hipotecadas pelo infante, até pagamento integral, as suas terras de Tarouca e Lalim e arbitrada a D. Duarte a tença anual de

35.000 reais brancos, pagos do assentamento henriquino no almoxarifado da Guarda e, na falta dele, dos rendimentos do Navegador (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso, V, liv. 34, fl. 116, — donde se reproduz; *Chanc. de D. Manuel*, liv. 30, fl. 97, em confirmação de 6 de Abril de 1947; *Chanc. de D. João III*, liv. 40, fl. 187 v., em confirmação de 16 de Junho de 1534. Em leitura nova, *Místicos*, liv. 1, fl. 64 v. e liv. 3, fl. 94; e *Beira*, liv. 2, fl. 79 v. É repetição, pelas mesmas palavras, da confirmação do regente D. Pedro de 12 de Junho de 1442 — o DOC. 218 do nosso vol. 7 —, posto a ela se não refira.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que dom Duarte de Menesses, do nosso conselho e nosso alferez moor, nos emviou mostrar hũu estormento de contrauto, que o jfante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tyo, com elle fez, per o quall parece, antre as outras coussas, que o dicto jfante, meu tyo, ha de dar ao dicto dom Duarte tres mjl e quinhentas coroas, em comprimento das oyto mjl que auya dauer em cassamento com dona Jssabell de Castro, molher do dicto dom Duarte, porque das quatro mjl e quinhentas coroas era ja satisfecto; por as quaces tres mjl e quinhentas coroas, que lhe o dicto jfante meu tyo asy ha de dar, disse que, porquanto pollo pressente nom era em ponto pera lhas poder pagar, lhe pos por ellas, de teença, des este primeiro dia de janeiro que ora foy, desta era pressente em diante, em cada hũu anno, trinta e çinquo mjl rreaes brancos, e esto no almoxarifado da Guarda, naquello que de sseu assentamento de nos aly ouuer dauer; e, mudandosse o dicto assentamento pera outro lugar, que aly lhe ssejam pagos os ditos trinta e çinquo mjl rreaes em cada hũu anno, como dicto he, ssem fazendo desconto nhũu em as dictas coroas, saluo pagandolhe hũu milheiro dellas juntamente, que emtom sse descontem dez mjl rreaes da dicta tença, e asy de hũu milheiro em outro, e doutra guissa nom.

E, nom auendo o dicto meu tyo nosso asentamento, que elle refaça os dictos dinhejros per ssuas rrendas e que, sse acontecer que o dicto meu tyo moura primeiro que ao dicto dom Duarte faça pagamento das dictas tres mjl e quinhentas coroas, a el, dicto meu tyo, prouue que elle, dicto dom Duarte e ssua molher dona Jsabell e sseus herdeiros e desçen-

(1) Sobre esta dívida do infante D. Henrique podem ver-se o DOC. 218 do nosso vol. 7 e DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, ps. 309 e seguintes. Tarouca e Lallm eram terras patrimoniaes do infante D. Henrique (Cfr. o DOC. 150 do nosso vol. 1).

dentes ajam pera todo ssempre os dictos trinta e ginqto mjl rreaes per a guissa que ssusso dicto he; e que, pera ssegurança da dicta paga, o dicto meu tyo obrigaua rreallmente as suas terras de Tarouca e Lalim e rrendas e djreitos dellas; que, nom lhos pagando elle, possam auer e cobrar a posse e ssenhorio e rrendas dellas em todo, asy como ao presente pertencem ao dicto meu tyo e em outra quallquer guissa e modo que o direito outorga em ssemelhantes obrigações e teenças, ssegundo esto e outras coussas majs conpridamente no dicto estromento eram contheudas, pedindonos o dicto jfante, meu tyo, e o dicto dom Duarte e sua molher que lhes confirmassemos esto per nossa carta, por ao diante nom vijr algũa duujda. E nos, visto sseu rrequerimento e porquanto a nos praz dello, teemos por bem e confirmamoslhe todo o contheudo em este dicto contrauto.

E porem mandamos aos veedores da nosa fazenda e contadores, thessoureiros, almoxarifes, juizes e justiças, ofiçiaaes e perssoas e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carts for mostrada, que façam todo conprir e guardar como em esta dicta nossa carta he contheudo, ssem lhe poendo ssobre ello algũu embargo em nhũua maneira que sseja.

Dante em Santarem, xx dias de ssetembro. Gonçallo Annes a fez.
Anno de mjl iiij^e Rix.

82

26 SETEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rui Gomes Cerveira, escudeiro da casa do infante D. Henrique, morador em Mesquitella, para vedor dos vassalos régios em Melo, Linhares, Celorico e seus termos, como o fora Afonso André, também escudeiro do infante e actual ouvidor de suas terras.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 90.

Dom Afonso, per graça, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, confiando da bondade e descriçom de Ruy Gomez Cerveira, escudeiro da casa do jfante dom Enrrique, meu mujto preçado e amado tyo, morador na Misquitella, e querendolhe fazer graça e merçee, porquanto entendemos que o fara bem e como conpre a nosso seruigo; teemos por bem e damollo por veedor

dos nossos vasallos de Meello e Linhaares e de Çelorico e seus termos, assy e pella guisa que o dhi era Afonso Andre, escudeiro do jfante, e ora he ouuidor das suas terras.

E porem mandamos aos juizes e justiças dos dictos lugares e a outros quaaesquer officiaes e persoas a que esto pertencer que ajom o dicto Ruy Gomez por veedor dos dictos vasallos e outro algüu [nom] e o leixem serujr e husar do dicto ofiço. E assy mandamos aos dictos vasallos que ajom por sseu veedor o dicto Ruy Gomez, como dicto he, e com elle façam alardo e conpram seus mandados, em aquellas cousas que lhe, por noso seruiço, rrequerer e mandar, que a sseu ofiço pertemçam, ssem outro algüu embargo que lhe sobre ello seia posto. O qual Ruy Gomez jurou em a nosa chancelaria, aos santos avangelhos, que bem e djreitamente e como deue hobre e husse do dicto ofiço e conpra e guarde o rregimento que sobreello teem, guardando o noso seruiço e ao poboo sseu djreito. Vnde all nom façades.

Dada em Almeirim, vijnte e sseis dias de setenbro. Lopo Fernandez a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iijj Rix annos.

83

30 SETEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte da doação do paul de Boquilobo pelo infante D. Henrique a D. Álvaro de Castro, a pedido deste.

BSGL., *Colecção Vidigueira*, maço 1, doc. 10. Original, em pergaminho, do cujo selo pendente se conserva fita de cânhamo, em azul e branco, — texto que se reproduz; ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 172, com a data de 31, assim como em *Místicos*, liv. 1, fl. 291 v., e liv. 3, fl. 236 v.; e *Estremadura*, liv. 11, fls. 52 v. e 124.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue, senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a nos foj mostrada hũa carta do muj comprido de virtudes e da escrareçida memorea elrrej, meu ssenhor e padre, cuja aalma Deus aja, da qual o tehor sse adiante segue.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 26 de Maio de 1436, — o DOC. 116 do nosso vol. 5.

Pedindonos por merçee dom Alua[ro] de Castro, do nosso conselheiro e noso camareiro moor, que lha comfirmasemos. E, visto sseu rrequirimento e por lhe fazermos merçee, a nos praz delo.

E porem mandamos [a] todoslos corejedores, juizes, justiçaes, ofiçiaees e pesoas que esto ouuerem de ueer, que lha compram e guardem e façom comprir e guardar em todo como em ela he conteudo, ssem outro algũu embargo que lhe sobrelo sseja posto. E, por sua seguramça, lhe mandamos dar esta nosa carta, asinaada per nos e aseelaada do nosso seelo pemdente.

Damte em Almeirim, xxx (1) dias de setembro. Fernam Louremço a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiii^o Rix.

(as.) El Rey.

Ao fundo: Confirmaçom da doaçom do paul de dom Aluaro de Castro, do noso conselheiro.

No verso: Confirmaçam do paul de... delrrej dom Afonso. Ao direito de Gomez Borjes monta bj^o Rb reais, das cartas de dom Aluaro. De chançelaria, esta carta ij^o reais. Pagou ij^o reais.

(as.) Borges.

84

2 OUTUBRO 1449

Estatutos da Ordem Militar de Jesus Cristo, reformados por D. João Vicente, bispo de Viseu, com autorização do papa Eugénio IV, a pedido do infante D. Henrique, por os antigos Estatutos da Ordem conterem disposições prejudiciais e gravosas à mesma e ser necessário actualizá-los, insertos em provisão do referido prelado.

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 27, original em caderno de pergaminho, — texto que se reproduz; *Pergaminhos das Ordens do Templo*

(1) Sempre datado, por equívoco, de 31 de Setembro, corrigimos para 30.

e de Cristo, Régios, maço 1, n.º 25, em cópia incompleta, talvez ainda do séc. XV; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fls. 52 v. e ss., em cópia oficial, feita no convento de Cristo de Tomar pelos anos de 1568; BNL, *Fundo Geral*, cód. 735, t. 1, ps. 94 e ss., em cópia do séc. XVI; *Ibí*, caixa 28, H. 5. 47, n.º 19, em cópia do séc. XVIII.

Os antigos Estatutos da Ordem Militar de Calatrava, em português, os quais supomos estiveram em vigor até à promulgação dos presentes, encontram-se no ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fls. 61 a 73. Os que ora se publicam foram confirmados pela bula *Militans Ecclesia* do papa Júlio II, de 12 de Julho de 1505, conservada em caderno de pergaminho de 18 fólhos, no ANTT., *Gaveta 7*, maço 1, n.º 1, e editada no *Corpo Diplomático Português*, t. 1, ps. 75 e ss.

Johannes, Dei et apostolice sedis gratia (1) episcopus olim Lamacensis et nunc Visensis, iudex delegatus et executor, auctoritate (2) apostolica, ad infra scripta specialiter deputatus, vniuersis et singulis quos infra scriptum tangit negotium uel tangere poterit quomodolibet in futurum, salutem (3).

Noueritis quod nuper, secunda die januarij, anno Dominj millesimo quadringentesimo quadagesimo tercio, in ciuitate Ulixbonensi, in aula seu pallatio excelentissimj et nobillissimj dominj infantis donj Henrici, perpetuj gubernatoris ordinis millicie Ihesu Christi in hijs regnis, pro parte dicti dominj et uenerabilium millitum fratrum dicti ordinis, fuit nobis quodam rescriptum seu quedam littere apostolice sanctissimi in Christo patris domnj dominj prouidentia Dei pape Eugenij Quarti fuerint presentate, in pergameno scripte, sub vera bulla plumbea, in corda cana-

(1) No ms. *gratie*.

(2) No ms. *actoritate*.

(3) O prelado em referência é D. João Vicente, nomeado bispo de Lamego em 7 de Maio de 1431 e transferido para a diocese de Viseu em 1 de Abril de 1444. se bem que apenas para lá seguiu em Abril de 1446 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 2, ps. 171 e 269). Mais conhecido por *Mestre João* ou *Mestre João Vicente*, por haver sido catedrático de medicina na Universidade e médico de el-rei D. João I, foi também o principal fundador da Congregação dos Cônegos de S. João Evangelista, ditos *Loios*, em razão da sua casa de Santo Elói, em Lisboa, e autor dos respectivos Estatutos (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, sobretudo a ps. 153, 569 e 596, e a bibliografia ali aduzida, especialmente a obra do P. FRANCISCO DE SANTA MARIA, *O céo aberto na terra*, a que se deve adicionar o manuscrito do Padre Mestre JORGE DE S. PAULO, *Epilogo e Compendio da origem da Congregação de Sam Joam Evangelista & do nascimento, vida, & morte dos seus três fundadores*, de 1658, conservado na Biblioteca Pública Municipal de Braga, Ms. 924, cujo autor se refere a D. João Vicente em vários capítulos. Podem ver-se também FERNANDO DA SILVA CORREIA, *Um notável médico conselheiro do Infante D. Henrique* e a bibliografia ali citada.

pis pendentis bullate, ut ratione curie moris est, non uiciate, non cancellate nec in aliqua suj parte suspecte, sed omni prorsus uicio et suspicionem carentes, prout ex inspectione earum, prima facie, apparebat; quarum (4) quidem litterarum tenor, de uerbo ad uerbum, sequitur et est talis.

Segue-se a transcrição da bula Super gregem dominicum, de Eugénio IV, de 22 de Novembro de 1434, — o DOC. 49 do nosso vol. 5.

Quibus quidem litteris apostolicis nobis sic presentatis, publicatis, pariter et lectis, ut prefetur, eisque per nos, cum ea qua decuit reuerentia, receptis, fuimus, pro parte supra dictorum excelentissimj dominj infantis Henrici, ducis Visensis, administratoris dicti ordinis, et uenerabilium militum et fratrum eiusdem, cum debita instancia, requisiti ut ad executionem dictarum litterarum apostolicarum et contemptorum in eisdem procedere curaremus, iuxta traditam seu directam in eisdem nobis formam.

Nos, uero, iudex delegatus et executor prefatus, uisis dictis litteris et atentis requisitione et petitione dictorum excelentissimi dominj et uenerabilium militum ac fratrum, uolentes mandatum apostolicum reuenter exequi, ut tenebamur prout etiam tenemur, presentibus partibus quas prefatum negocium tangit, cepimus inquirere et cognoscere de contentis in predicto rescripto.

Et, quia non potuimus statutorum, constitutionum et ceterorum que requirebantur plenam informacionem habere, supersedimus iam dicto negotio usque nunc. Nunc, uero, uocatis etiam uocandis et quorum interest uisis, et diligenter examinatis statutis et ordinationibus et consuetudinibus dicti ordinis et omnibus que requiruntur et habita eorum plena informatione, ut fructum salutiferum in ecclesia Dei afferat dispositio et prouisio nostra, immo uerius apostolica, pro remedio animarum in dicto ordine uiuentium, amputando et tollendo superflua et dispendiosa, corrigendo que reperi minus iusta et rationabilia, addendo et innouando que uidi et intellexi fore necessaria, cetera rationabilia et congruentia approbando, Deus pre oculis habendo (5), circa ea que nobis proposita fuerunt sic ordinandum duximus.

(4) No ms. *quarum*.

(5) No ms. *abendo*.

[ESTATUTOS]

[Capítulo jº.] (6).

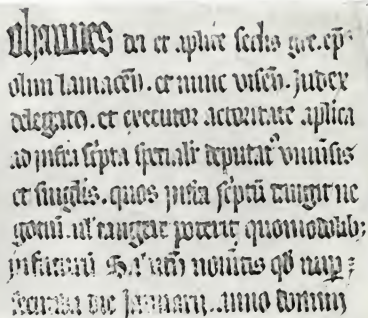
Primeiramente ordenou. Porquanto achamos que enno primeiro stabelecimento e ordenamento desta ordem de Christus o papa Joham xxijº, que ordenou e stabeleceo, qujs e mandou que o conuento e a cabeça de toda a ordem fosse em Crastro Marym, per ali seer exercicio de caualaria e frontaria contra os mouros, que ainda eram em aquellas partes; e depois, pella graça de Deus, seendo expulsus e lançados daquella comarca, porquanto a terra era e he mynguada de mantijmentos e o dicto conuento se nom podia hi manteer, o meestre, com conselho da ordem, sem auctoridade do papa, ho mudou per desuairadas partes destes rregnos e depois pera Thomar, onde hora sta, que he logar mais per-tecente e melhor da ordem. Porem, per auctoridade apostolica appro-uamos e confirmamos e stabellecemos a dicta trasladaçom e situaçom do conuento seer em Thomar, onde agora sta, e seer cabeça da ordem, assi e per aquella guisa que era em Crasto Marym.

Capítulo ijº. Do aujto e cruz e uestiduras e pannos.

Item, porquanto nom achamos, em regra nem em stabellecimentos, certo aujto que esta noua ordem ouuesse de husar e achamos que, per costume, tijnhem trazer cruz uermelha no pecto, aberta sobre branco, e, aas festas, traziam mantos brancos compridos pello artelho e, aos outros dias, sobresayos e mantos doutras coores nom deffesas, e mais traziam bentinho de dia e de nocte, de dentro e sob o jubom;

Porem ordenamos, appro-uamos e mandamos que husem seu aujto pera sua ordem, destjnto em maneiras sobredictas de uestiduras, asy como antes husarom, em tal guisa que os mantos brancos, que ham de teer em cabidoo e festas e em os quaes ham de comungar e ham de seer enterrados, seiam acerca do artelho e abertos pella parte direita. E as outras uestiduras dos creligos e freires jsoo meesmo seiam compridas. E os caualeiros, pollo exercicio que ham de teer nas armas e caualaria, tragam suas uestiduras ao menos pello giolho e dhi pera fundo quanto compridas quizerem, e tragam seus sayos e mantos per tal guisa, que a cruz uenha sempre direita no pecto, onde a ham de trazer. E as coores deffesas aos dictos caualeiros som pannos uerdes, que he uerdegay, e

(6) Tomámos os títulos de alguns dos capítulos de outros dos citados manuscritos, incluindo-os entre colchetes.



Est. IV. — Primeira página dos Estatutos da Ordem de Cristo, de 1449 (DOC. 84).

religiosas da ordem q' aiam em comendado e suas ora
coes e bem feitorias todos os feitos da ordem. E em
special tenham encargo desta dispensaço e langue
za q' hora he feita. Assim que o senhor queira compen
seus de feitos e nossos acerca destas cousas e contras
E nos outorgue parte e quinhão de todas suas ora
coes e bem feitorias. E assi todos aquelles q' tal
memoria de nos ouuierem dizendo cada dia hũa a
ue maria por nos lhe outorgamos por cada domi
go ou festa pa sempr q' recita dias de pdom os q'es
lhe d's outorgue aelles e a nos p' infinita secula
seculoy. Amem.

[illegible]

uermelhos e amarelllos. E qualquer que o contraio do sobredito fazer perca a roupa e o meestre o faça executar. E qualquer que o souber e for negligent[e] em ho nom dizer ao meestre, ou per palaura ou per scrito, seia obrigado a dizer xv vezes o *Pater Noster* e a *Aue Maria*, por cada dia que for negligent[e] a o nom dizer. E esta pena dos dictos uestidos e traos deffesos de o meestre aos moços da sribeira ou a outras pessoas quaaes elle quiser, e assi acerca dos outros uestidos e coores que forem deshonestos e deffesos, conuem a saber, capellos e calças e mangas e jubões, se os trouxerem das coores deffesas.

Capitulo iij^o. [Do que conuem aos caualeiros] (7).

Item, ordenamos que os caualeiros possam trazer pannos de seda que nom seiam das coores deffesas, segundo he hordenado no capitulo

(7) É de estranhar que, havendo o infante D. Henrique, como governador e administrador da Ordem de Cristo, solicitado e obtido do papa Eugénio IV, pela bula *Super gregem dominicum*, de 22 de Novembro de 1434, se procedesse à reforma da legislação privativa da mesma Ordem, por haver nela coisas demasiado dispendiosas e outras menos razoáveis, em seu detrimento espiritual e temporal, como refere o preâmbulo da bula citada, resumo da respectiva súplica (os DOCS. 141 do nosso vol. 4 e 49 do vol. 5), apenas em 1449 se viesse a promulgar essa reforma, na presente provisão de D. João Vicente. O prelado executor descobre aqui uma ponta do véu do problema: — «Presentes as partes a quem o assunto respeitava, começámos a inquirir e a tomar conhecimento das coisas contidas no sobredito rescrito. Mas, porque não podemos obter plena informação dos estatutos, constituições e do mais que era preciso, sobrestivemos nele até agora».

Houve, porventura, opposição tenaz à projectada reforma henriquina, a qual teria obrigado o bispo de Lamego a suspender os trabalhos da mesma. Não julgamos que essa opposição haja brotado dos freires da Ordem, cujos novos estatutos apenas os poderiam desgostar um pouco, se é que desgostaram, na parte relativa aos bens e rendimentos pessoais. Podiam opor-se a tal reforma o abade de Alcobaça, nomeado perpétuamente por João XXII, na bula *Ad ea ex quibus*, da fundação da Ordem de Cristo, em 1319 — o DOC. 61 do nosso vol. 1 —, para visitador e corrector da nova milícia, e o Mestre Geral de Calatrava. A intromissão do infante D. Henrique no caso, solicitando as letras pontificias de 22 de Novembro de 1434, e a do bispo D. João Vicente, executando-as, poderiam contrariar as atribuições dos abades alcobacenses, posto que acidentalmente, e aquela disposição pontificia de 1319, de carácter permanente e perpétuo, fundamental e constitucional, não revogada aliás nominalmente por Eugénio IV, em suas citadas letras de 1434.

Tais dificuldades, movidas pelos sobreditos interessados, podem ter sido a razão da demora de 15 anos na execução da projectada reforma henriquina, parece que mais ampla e basilar do que pode transparecer do texto dos novos Estatutos, agora promulgados por D. João Vicente. Supramos a deficiência de textos diplomáticos pelas achegas de alguns narrativos, a confirmar as acima aduzidas palavras do bispo de Viseu. D. RODRIGO DA CUNHA, cujo depoimento parece que foi a base dos dois que aduzimos subsequentemente, escreveu a propósito: — «Izentouse

ut supra proximo, e possam teer cortinas sem broslamento e bancaes e pannos de armar e possam husar de pannos de linho em suas camas e seus corpos e possam fazer exercicio, pera se auezarem e emsayarem aos auctos da caualaria, conuem a saber, andar a monte e a caça e teer aues e câaes e todalas outras cousas que pera tal aucto perteeçem. E a

assi mesmo (a Ordem de Cristo) das obrigações dos estatutos de Calatrava, depois da reforma do bispo de Lamego & Viseu Dom Ioaõ, o que fundou neste reyno a congregação que chamamos vulgarmente de S. Eloy, cujas virtudes escreveremos na terceira parte: & neste mesmo tempo, parece sahio tambem da sogeição dos Abbades de Alcobaga. A reforma se fez no anno de 1449. Anda confirmada por Iulio 2 & Paulo 3» (*Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, vol. 1, parte 2, cap. 85, fl. 237 v.).

Vindo agora aos cronistas dos Lolos, donde saíra para bispo de Lamego D. João Vicente. O P. JORGE DE S. PAULO, no cap. 32 de seu supracitado manuscrito, «Como o nosso Bispo dom João reformou os freires da Ordem de Cristo por bulla do nosso Eugenio 4.º, a petição do Infante D. Henrique», tem este comentário: — «Foy esta reformação negocio arduo e dificultoso que, se não dera em tal soileto taõ prudente e de tanta experiencia entre os ecclesiasticos, mal se sahíria da empreza». Enfim, o P. FRANCISCO DE SANTA MARIA, *Obra supracit.*, liv. 3, cap. 9, insiste: — «Reformou o nosso Bispo esta illustrissima Ordem (de Cristo), dandolhe nova regra & novas defnições; porque até então observava as de Calatrava, de cuja jurisdicção a eximio, & tambem da que sobre ella tinha o Abbad d'Alcobaga [...]. O que mais custou ao nosso Bispo foi o ponto da isenção, pela repugnancia da Ordem de Calatrava & do Abbad d'Alcobaga». E assim se compreenderá por que não figuram os presentes textos, letras de Eugénio IV de 1434, a presente carta e os novos Estatutos da Ordem de Cristo entre os textos básicos da mesma nos códices alcobacenses dos séculos XV e XVI (Cfr. BNL, *Alcobaga*, códs. 73, 218, 223 e 298).

Se os abades de Alcobaga e o Mestre Geral de Calatrava tinham influencia em Roma, não menor havia de ser a de D. João Vicente, especialmente depois de elevado ao episcopado. Fundador de Congregação nossa, os Lolos, filiada na dos Ónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, donde Eugénio IV, pontífice reinante, subira ao Sumo Pontificado, o bispo de Lamego e depois de Viseu estava particularmente indicado para agenciar superiormente, no empenho do Navegador, o corte definitivo com os Estatutos de Calatrava e até com a sujeição da Ordem de Cristo a Alcobaga, daquela Ordem Militar que tão eficazmente vinha a cooperar na tarefa dos descobrimentos henriquinos, pessoal e financeiramente.

A essa finalidade se dirigiram pelo menos as bulas do referido pontífice *Super gregem dominicum*, de 22 de Novembro de 1434, *Cum a nobis*, de 11 de Janeiro de 1443 e, sobretudo, a *Etsi suscepti*, de 9 de Janeiro também de 1443 —, os DOCS. 2 e 1, respectivamente, do nosso vol. 8. Especialmente a última deverá considerar-se complemento da *Ad ea ex quibus* de 1319. É possível que a plena isenção canónica da Ordem de Cristo haja sido impugnada pelo facto de D. Henrique não ser Mestre nem professo nela. Daí a autorização pontifícia de 1443 para que ele pudesse professar na Ordem, retendo embora o ducado de Viseu e demais bens temporais e para legá-los a quem lhe aprouvesse, como se professo não fora. Trata-se, porventura, de estratagemas políticos para encerramento da longa contenda diplomática de 15 anos, que teve por coroarmento a reforma constitucional henriquina da dita Ordem, nos meados do século XV, confirmada em 1505 por Júlio II, na *Militans Ecclesia*.

esto nos mouemos, porquanto achamos que os de Callatraua teem priuilegio nouo pera esto e muyto mais largo. E quanto he aos seus guarnimentos, que pertecem a seus traioes e ainda na guerra, façam como lhes mandar seu mestre, assy em trazer spadas guarnidas e cadeas douro, como sporas e cintas e guarnjmentos de bestas, assy como teem de costume.

Capitulo jv°. Do modo que os caualeiros ham de teer no rezar.

Item, ordenamos, acerca do rezar, que os caualeiros e comendadores da ordem que rezem as Horas de Sancta Maria, do costume que souberem. E os que nom souberem leer rezem Lx°. uezes o *Pater noster* com suas *Aue Marias*, conuem a saber: x por Matinas e x por Vesperas e viij° por cada hũa das outras horas, e rezem aas horas debitas, se o fazer poderem. E a correcçom dos que em ello errarem fique a seu confessor. E se, per algũ caso de door ou doutro algũ trabalho, o que sabe leer nom poder rrezar as dictas Horas, possam rezar os sobredictos *Pater noster*; e, andando em guerra, rezem como lhes seu mestre mandar.

Capitulo v°. Da profissom e confissom e comunhom.

Item, ordenamos que a profissom se faça como se sempre fez, conuem a saber, que prometam bem e obediencia a Deus e a seu mestre e aa ordem ata a morte e os creligos ao prior da ordem. E que os caualleiros e comendadores seiam cada anno confessados e comungados, ao menos duas uezes no anno, conuem a saber, por Natal e Paschoa.

Capitulo vj°. Do gejuu.

Item, ordenamos que gejuem os dictos caualeiros e freires hũu dia na somana, conuem a saber, a sexta feira e mais os dias ordenados pella sancta egreja. E pollo mais gejuu que cada hũu fazer quizer lhe damos as beenções e perdões da ordem e da see apostolica e de Sam Pedro e Sam Paulo; e, andando os dictos caualeiros na guerra, acerca do gejuu façam como lhes seu mestre mandar.

Capitulo vij°. Do comer da carne.

Item, ordenamos que os dictos caualeiros e freires possam comer carne tres dias na somana, afora o domingo, em que a deuem de comer. E pello dia que damos, que he a segunda feira, alem do que he ordenado, lhes mandamos que digam cinco uezes o *Pater noster* e a *Aue Maria*, aa honrra de Nosso Senhor Ihesu Christo.

Capitulo viij°. Do sillencio.

Jtem, ordenamos que acerca do sillencio dos que som conuentuaes façam como lhes mandar seu prior.

Capitulo viiij°. Da eliçom do mestre.

Jtem, ordenamos e mandamos que a eliçom do meestre se faça com o comendador moor e dom prior e sacristam e clauero e com noue caualheiros, os mais anciãos que enna ordem ouuer, que aaquelle tempo da eliçom poderem seer presentes. E a forma da eliçom seia segundo forma do Direito Canonico e segundo as constituições da ordem, assi acerca da pessoa como modo e forma da dicta eliçom.

Capitulo x°. Acerca dos nouiços.

Jtem, ordenamos e mandamos que o officio que se ha de fazer aos nouiços fizesse segundo teem de costume em suas ordenações antigas et com *Unj Creator Spiritus*, etc.

Capitulo xj°. Aprouaçom dos priuilegius.

Jtem, approuamos e confirmamos e mandamos que os da dicta ordem husem dos costumes, statutos, priuilegios e liberdades, as quaes sempre ouuerom e antigamente husarom e ennos priuilegios da Ordem do Templi som conthudos. E mandamos que usem delles como sempre husarom e que jssso meesmo husem dos de Calatraua e dAlcantara e de Auijs, os quaaes ataqui som aujdos.

Capitulo xij°. Da cura das almas, que perteeçe ao vigario.

Jtem, approuamos que o uigairo, que tem cura das almas, assi em Thomar e seus termos e em Sanctiago de Sanctarem e em outros logares onde se sua jordiçom stende, e esso mesmo da cura do prior do conuento e das outras pessoas da ordem que, per costume, absolujam de todos os casos pontificaes e ainda dos outros papaaes, nom achamos expressa auctoridade por que se assi fizesse; porem, por tolher duuida e scrupulo de consciencia, que em taaes casos e mujtas partes poderya aujir, per auctoridade apostolica, declaramos e mandamos que dom prior, em seu conuento e pessoas religiosas e seus familiares, sobre que antigamente teue e tem iordiçom spiritual, e esso meesmo o dicto uigairo a seus subdictos e pessoas, assi ecclesiasticas como seglaaes, a que se sua juriçom stende, tenham e

tenha, prior e uigairo, aquella auctoridade nos casos pontificaaes que cada hũu bispo tem em sua diocesi; os quaes, per si ou seus commissarios, possam fazer e exercitar. E o prior possa pera sy eleger confessor. E, per auctoridade apostolica, nos lhe auemos por cometidos os casos, assi agora como entonce, pera o auer de absolver. E o dicto prior, per essa meesma, ordenamos e stabellecemos que possa dar auctoridade ao uigairo que pera sy possa eleger confessor e o possa absolver dos casos sobredictos e, per semelhante guisa, possa fazer ao meestre, quando ho confirmar ou lho requerer.

Capitulo xiiij°. Da juridiçom e liberdades do vigairo.

Item, outorgamos e mandamos, per auctoridade apostolica, que o uigairo de Thomar huse de sua juridiçom, dereitos e liberdades, como sempre husou e teue de costume e como sempre os outros husarom.

Capitulo xiiij°. Como se ham de partir os beens das pessoas da ordem.

Outrossy, ordenamos e stabellecemos e mandamos que, porquanto os freires desta ordem, assi creligos como caualeiros e conuentuaes e sergentes, aa hora de suas mortes, eram todos roubados e a ordem nom auja quasi nada nem o meestre e comendador moor nem claureiro do que aujam dauer dos caualleiros da dicta ordem, e esso meesmo dom prior do que lhe perteece dos freires creligos e conuentuaes, e as suas consciencias eram emcarregadas, por non poerem em boo recado o que aa ordem pertencia e por non mandarem pagar as diujdas e criados e seruicoes que lhes fezerom nem mandarem fazer por suas almas nẽhũa cousa (8);

(8) Este mal era antigo e sobre ele providenciara já el-rei D. João I, em carta de 4 de Fevereiro de 1398:

— «Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue. A quantos esta carta virem fazemos saber que dom frey Lopo Dias, meestre da caualaria da hordem de Christos, nos disse que quando acontece que algũs comendadores da dita hordem falecem per morte, algũs fidalgos e outras pessoas lançam mão por aquellas cousas que ficam per suas mortes, de guisa que sempre depois vem a máo recado; e que nos pedia por merçee que posessemos sobre esto remedio.

E nos, veendo o que nos pedia e por poer escarmento sobre esta cousa; teemos por bem e mandamos e defendemos que nom seia nenhuum tam ousado, de qualquer condiçom que seia, que tome nem mande tomar nenhũas cousas das que ficarem per morte dos ditos comendadores quando morrerem em nenhũa maneira, saluo ho dito meestre ou aqueles a que pertencerem de direito, so pena de has pagarem

Portanto, mouendonos con piedade acerca das dictas persoas, statuj-mos, per auctoridade apostolica, que todallas persoas da ordem, assi meestre ou gouernador ou prior ou comendador moor ou claureiro ou quaesquer outros caualeiros ou freires ou conuentuaaes ou sergentes da dicta ordem que derem e pagarem pera as obras e ornamentos do conuento a meatade das rendas que agora rendem igualmente hũu anno as suas comendas e rendas que teem ou lhes depois forem acrecentadas pella ordem, que elles possam fazer de todo o mouel que teuerem aa hora da morte o que lhes prouguer liuremente e de todas nouidades que, a sua morte, ficarem ou ajam de render ataa o primeiro dia de Sam Joham que ujer, em tal maneira que, se morrer no outro dia depois do Sam Joham, vença logo toda a nouidade do dicto anno, pera fazer della o que lhe aprouguer; e, se morrer ante hũu dia ou no dia de Sam Joham, non possa auer cousa nenhũa das rendas do anno que se comença por o dicto Sam Joham.

Capitulo xv°. Como se ham de recadar as rendas.

Item, stabellecemos e mandamos que estas sobredictas rendas, que assi os dictos comendadores e persoas da dicta ordem assi pagarem, seiam entregues ao recebedor das obras do conuento, escripta a recepta e despesa per o scpriuam da dicta obra; e elle fara as despesas segundo lhe mandar o gouernador ou meestre que for naquelle tempo nas dictas obras e ornamentos.

Capitulo xvj°. Como ho que pagar ha de tirar carta.

Item, ordenamos que o corregedor ou freire que assi pagar aa dicta ordem a meatade da renda dhũu anno tirara carta do meestre ou gouer-

com ho tresdobro e demais estarem aa nossa mercee de lho estranharmos como entendermos que compre.

E mandamos aos nossos corregedores, juizes e justiças a que esta carta for mostrada ou ho traslado dela em publica forma que asi ho cumpram e guardem e façam cumprir e guardar e nom vão nem consentam hir contra ello, de guisa que ho dito meestre nom aia razom de a nos mais tornar sobresto, senam seiam certos que lho estranharemos. E al nom façam.

Dante na cidade de Colmbra, quatro dias de feureyroy. Elrrey ho mandou, per Ruy Lourenço, dayam de Coymbra, leenciado em degredos, e per Joham Afonso, escolar em leys, seu vassalo, ambos do seu desembargo. Aluaro Gonçalves a fez. Era de mil CCCC.xxxxj annos» (ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 235, parte 4, fl. 9).

Também o infante D. Henrique, no Capitulo Geral da Ordem de Cristo, celebrado em Tomar em 19 de Maio de 1426, voltara ao assunto, decretando providências concretas sobre o particular (Cfr. o DOC. 60 do nosso vol. 3).

nador, como faz saber que tem pago e que lhe da logar que possa destribujr o dicto mouel.

Capitulo xvijº. [Do mouel das comendas]

Item, ordenamos que de nenhũu mouel nem cousa que aia na casa, quando aa comenda ou beneficio ujer, non fara despesa nenhũa, porque hade ficar sempre na casa.

Capitulo xviiiº. Dos que nom tiram carta.

Outrossi, ordenamos que, nom auendo carta da ordem, como dicto he, todo o que ficar aa sua morte ficara ao meestre e ao comendador moor e claueiro, a saber: ao comendador moor as armas e bestas, e ao claueiro a roupa de uestjr e da cama, e ao gouernador ou meestre todo ho al que ficar, e assi a dom prior, dos creligos. E, se morrer sem manda ou cedula, ficaram estas cousas sobredictas, segundo suso he scripto, a saber, ao mestre e comendador moor e craueiro e dom prior.

Capitulo xixº. Dos que nom fazem testamento.

Item, ordenamos, por prol das almas daquelles que non ordenarem em suas uidas, por suas neccessidades, seus testamentos, que aiam o terço dos mouees que lhes forem achados a sua morte, os quaes seiam pera as suas almas e pera os que os serujrom. E esto se reparta segundo a consciencia de dom prior, per aquelles que elle entender, sem nenhũa obrigaçom.

Capitulo xxº. Dos beens de raiz.

Item, ordenamos e stabellecemos e mandamos que dos beens de raiz que mercarem ou lhe ficarem de suas heranças ou per doaçom ouuerem que, leixando o terço aa ordem, que das duas partes possam destribujr e fazer per semelhante gujsa o que lhe prouguer, tirando carta dello do meestre ou gouernador; e os freires da missa e conuentuaaes ajam carta de dom prior. E aquelle que quiser pagar a dinheiro, em sua vida, o terço do que ualerem os beens de raiz que lhe uierom per herança ou per compra ou per doaçom, os quaaes aujam de ficar aa ordem, faça sua paga e tire carta de todo; e, non ha tirando, que fique todo aa ordem, como dicto he. E tal repartimento non se entenda em beens que da ordem tenham ou lhe perteeçam.

Capitulo xxjº. Forma da carta da recadaçom.

Jtem, ordenamos e mandamos que se faça carta destas cousas, por se non conluyarem, em esta forma, a saber: que o mestre faz saber que foão N., comendador, pode fazer de taes beens allem o que lhe prouuer, porque elle pagou o terço delles aa ordem segundo deuja, e non possa doutros fazer nada, senon dos que assi tirar carta. E deue de entender que faz grande peccado se os per algũa maneira conluyar aa ordem como non deue, porque lhe faz assaz degraça.

Capitulo xxijº. Como se ham de despende os beens que ficam aa hordem.

Jtem, ordenamos que estes beens que assi ficarem aa ordem, per morte destas pessoas della, sejam despesos nas obras do conuento, como o meestre mandar.

Capitulo xxiiijº. Como ham de fazer os caualeiros pera auerem os perdões da ordem.

Outrossi, porque, ao tempo desta reformaçom, achamos que o dicto gouernador e comendadores, per mayor parte, eram bemfectores, porquanto lhes emcomendamos que ho façam cada uez melhor, a seu poder, e leixem as comendas, quando os Deus leuar, melhoradas e non peioradas. E o que o assi fezer aia a beençom de Deus e de Sam Pedro e de Sam Paulo e seiamlhe, per auctoridade apostolica, outorgadas todas as jndulgencias e perdoanças que a ordem tem e da aos bemfectores della.

Capitulo xxliijº. Da pena dos que non guardam ho que lhes he mandado.

Porquanto, actenta a fragilidade das pessoas e malicia dos presentes tempos, nos mouemos, em esta reformaçom e mais uerdadeiramente despenaçom, a demjnujr e mingoar algũas cousas da obseruancia regular acerca dos gejuuns e orações; porem, querendo tirar scrupulo acerca desto, queremos que os religiosos caualeiros, freires e religiosos, neestas cousas aqui detriminadas, non sejam obrigados aos modos antigos nem aa pena de peccado mortal, por non guardarem algũas ordenações da ordem, antigas nem nouas, saluante em aquelles casos onde posemos expressa pena ou em outros que, de ssi meesmos, tragam pecado mortal, mas sejam obrigados a pena temporal de gejuuns, orações, deceplinas e emclaus-tramento; sobre as quaaes cousas, desencarregando nossa consciencia, emcarregamos a do meestre e padre prior e uisitadores e pessoas a que

pertecer de ho correger ou de requerer correçom. E os que neestas cousas da obseruancia antiga forem diligentes a as guardar ou ennos gejuuns ou uestidos, outorgamoslhe, per auctoridade de Deus e de Sam Pedro e de Sam Paulo e da Egleja, a nos comitada em esta parte, aalem de todos seus meritos, lhe outorgamos as beenções e emdulgencias da ordem, as quaaes, segundo creemos, que som mujtas.

Jtem, rogamos e encomendamos, amoestamos *seu* ortamos *in Domino* totalas persoas religiosas da ordem que aiam encomendado em suas orações e bemfectorias todos os fectos da ordem e, em special, tenham encarrego desta despensaçom e largueza que hora he fecta, assi que o Senhor queira comprjr seus defectos e nossos acerca destas cousas e doutras e nos outorgue parte e quijnhom de todas suas orações e bemfectorias, e assi todos aquelles que tal memoria de nos ouuerem; dizendo cada dia hũa *Aue Maria* por nos, lhe outorgamos, por cada domjngo ou festa, pera sempre, quareenta dias de perdom, os quaes lhe Deus outorgue a elles e a nos, *per infinita secula seculorum, Amen.*

Et nos, Johannes, miseracione diuina olim Lamecensis et nunc Visensis indignus episcopus, sicut hec exsecutus, descripsimus, ordinauimus, approbauimus, roborauimus et confirmauimus, jta exsecutus describimus et ordinamus ac, auctoritate apostolica, nostre manus subscrip-tione signoque et sigillo aprobamus, roboramus et confirmamus, non addendo vel diminuendo jn ceteris.

Si quis, vero, contra regulam vel Ordinem Christi temerarie presumpserit jn nostra exssecucione, ordinacione, determinacione addere vel diminuere, indignacionem beatorum apostolorum Petri et Pauli be- tique Benedicti sciat se jncurrere sciatque, juxta dictum Johannis jn Appocalipsi, bona sua mjnuj et mala augerj.

Datum secunda die octobris (9), jn Tomerij conuentu, eiusdem ordi- nis, era M.^a 449 jncarnationis Dominj Nostrj Jhesu Christi.

(as.) J. ⁺ Epūs.

(9) No ms. *octubris*.

10 OUTUBRO 1449

Carta patente de el-rei D. Afonso V, em que, atendendo à deslealdade de alguns naturais seus, cometida contra sua pessoa e real estado, por haverem sido com o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, os priva e a seus filhos, até o quarto grau, de todos os benefícios, dignidades, officios, honras, prerrogativas, isenções, privilégios, liberdades e franquezas, a não ser que o monarca, sem embargo da presente disposição e aludindo a ela, venha a declarar o contrário, a qual é applicável a todas as terras do país, nomeadamente às da rainha, dos infantes e duque, seus irmãos e tios, às das ordens, mosteiros, igrejas, condes, fidalgos, ricos-donas, cavaleiros e quaisquer outras (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 118 v., — donde se reproduz; e *Extras*, fl. 73. Sumariada no mesmo arquivo, em *Leis*, maço 1, n.º 165.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 2, parte 1, Coimbra, 1947, ps. 1-3.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem ou o trellado della em pruyca forma fazemos saber que, porquanto a principall virtude e de mayor meriçimento, em todollos tres estados, he a obediemça e lealldade nos sobietos a seu senhor, acustumarom os rrex e senhores por ellas fazer muytas merçees e acreçentamentos, em tanto que, de pequenos, por lealldade e seruiços, ssam fectas grandes linhageens, dadas grandes liberdades, ssom avudas grandes homrras e assy aos treedores dados grandes tormentos e cruees (1) pennas. E em tanto foy este erro e maldade a todos avorregido, que nom soo a elles, por sua memoria nom seer com elles sepultada, mas aynda aos que delles desçemdessem deu o derecho pennas graues, tolhemdolhes fidalguia, honrra e boa fama, liberdades, ysemções, dignidades, benefícios, doutorado, cauallaria e todos outros beens, em guysa que a vida lhes fosse penna e a morte prazer.

E, porque ora alguuns nossos naturaas cometerom deslealldade contra nossa pessoa e rreall estado, seemdo com ho yffante dom Pedro na batalha dAlferrobeyra, que comnosco ouue, nossa merçee e vontade he que todos aquelles que assy aa dita batalha vierom com o dito yffante

(1) No ms. *gruees*.

e yssso meesmo seus filhos, ataa o quarto graao, nom ajam, em nossos rregnos e senhorio, nhuuns benefícios, dignidades nem offiços, homrras, prerrogatiuas, ysemções, priuilegios nem outras algũuas liberdades e framquezas. E, se algũuas das ditas cousas tem ou teuerem, que lhe fossem dadas e outorgadas per nos ou per os rrex que amte nos foram ou tijham per bem de sua linhagem, mandamos que as nom tenham nem lhe valham daquy em diamte, em juyzo nem fora delle sse nom possam delles ajudar.

E os cassamos, yrritamos, annullamos e rreuogamos e em todo por nenhuuns os declaramos e queremos que numca, em nenhũ tempo nem per nenhũ caso, ajam os ditos offiços, dignidades, benefícios e liberdades, etc., nem goyuam dos que ouuerom como suso he declarado, saluo avendo elles nosso mandado espiçiall, per que mandamos expressamente que, ssem embargo desta nossa carta patemte e do erro que contra nos cometerom, por vymrem aa dita batalha, os ajam e goyuam delles e doutra guysa nom. E esto queremos que sse cumpra e guarde em todollos lugares, sobieytos a nossos rregnos e senhorio, assy nas terras da rraynha, minha molher, que sobre todas amo e prezo, como nas dos yffantes e duque, meus muyto prezados e amados jrmãaos e tyos, e nas das hordeens, moesteiros, ygreias, comdes, fidallgos, rricas donas, caualleyros e doutras quaaesquer pessoas de quallquer estado, preminemçia e comdiçom que seiam.

E porem mandamos a todollos corregedores das comarcas que façam rregistar esta carta nas çidades, villas e lugares de sua correycom e as façam publicar nos ditos lugares, em tall guysa que a todos seia notorio este nosso jeerall mandado. E a todollos nossos comtadores das comarcas e aos nossos almoxarifes e coudees e anadees das çidades, villas e lugares que saybam os que assy aa dita batalha vierom e os deuassem, costramgam, apurem e façam pagar peyta, fimta, talha, pedido, emprestido, jugada, quarto, quymto, oytauo e eyradega, alugueyro e portageens, passageens e dizemas, assy velhas como nouas, e outros quaaesquer trebutos de que erom rrelleuados e escusados, per quallquer maneyra que seia, saluo avendo elles o dito nosso mandado espiçiall com as ditas clausullas suso declaradas, e façom em todo bem comprir e guardar esta nossa carta, per a guysa que em ella he comtheudo.

E emcomendamos aos arçebispos e bispos, meestres, dom abades, priores, dayãaes, comendadores e a toda outra justia eclesiastica de nossos rregnos que a guardem e façam, no que a elles açerqua desto pertemper, comprir e guardar, assy e tam compridamente como nos mandamos e aqui he comtheudo, ca assy he nossa merçee e vontade de sse comprir per todos bem e compridamente, como dito he.

Dada em Almeirim, dez dias doutubro. Louremço Abull a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij Rix.

13 OUTUBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Luis Coutinho, bispo de Coimbra, do seu conselho, para sempre, casas que o infante D. Pedro tinha na cidade de Lisboa, as quais haviam sido de Gonçalo Lourenço, em compensação de todas as coisas pelo dito infante tomadas e roubadas ao dito prelado, contanto que, por morte de seus herdeiros e sucessores, elas fiquem a pessoa leiga; pois, tendo o citado D. Pedro vindo a Alfaroqueira contra el-rei e seu real estado e havendo-lhe posto batalha, onde logo foi morto, pode o monarca dispor de todos seus bens móveis e de raiz (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 24, — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 84, e *Estremadura*, liv. 8, fl. 264.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, porquanto ho jffante dom Pedro contra nos e nosso rreal estado se ueeo a Alfaroqueira e

(1) Afirma RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 121 — em nossas ps. 68-69 —, que foi o bispo de Coimbra quem absolveu, em Alfaroqueira, à hora da morte, o infante D. Pedro. Sendo assim, o prelado — se é que lá esteve! — deve ter-se desilicado do arralal régio para o daquele, com essa finalidade, o que talvez não fosse muito fácil, na refrega em que andavam as duas hostes. Pois D. Luis Coutinho, do Conselho de el-rei e bispo de Coimbra de 1444 a 1452 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica mediæ ævi*, vol. 2, p. 132) e anteriormente de Viseu, nunca fora *persona grata* ao duque de Coimbra (Cfr. os DOCS. 83-86 e as respectivas anotações do nosso vol. 7). Para mais, informa-nos o presente diploma régio de que coisas várias haviam sido pelo infante D. Pedro «tomadas e roubadas ao dito bispo», razão por que o monarca lhe doou agora casas do infante em Lisboa, como também lhe deu os bens de Rui ou Rodrigo da Cunha, em 20 de Agosto deste mesmo ano, por ele haver estado com D. Pedro em Alfaroqueira (ANTT., *Beira*, liv. 2, fl. 84 v., e *Místicos*, liv. 3, fl. 127). Demais, se Fr. João Verba, confessor e conselheiro do duque de Coimbra, era já falecido, segundo cremos, pelo menos três capelães de D. Pedro estiveram com ele na batalha, Gonçalo Eanes, Diogo Gonçalves e Luis Eanes, aos quais, por isso, D. Afonso V confiscou os bens em Julho e Agosto de 1449 (*Místicos*, liv. 3, ffs. 98 v. e 116, e *Estremadura*, liv. 8, fl. 184). Também foram confiscados, em 18 de Novembro de 1450, a Gonçalo Eanes, vedor das obras da Batalha, pelo mesmo motivo (*Estremadura*, liv. 8, fl. 268); portanto, se é verdade que este quis opor-se à passagem da hoste do duque de Coimbra pela Batalha, como assevera PINA (*Crónica cit.*, cap. 117 — em nossa p. 60), o dito vedor acabou por incorporar-se livremente na coluna ou foi obrigado a fazê-lo, como aliás sucedeu a tantos moradores das terras do infante D. Pedro.

nos pos batalha, honde logo foy morto, todos sseus beens mouys e de rraiz perteençam a nos e hos podemos de djreito dar a quem nossa merçee for; e, querendo nos fazer graça e merçee a dom Luis Coutinho, bispo de Cojnhra e do nosso conselho, por os mujtos e grandes seruiços que delle rrecebemos e entendemos de rregeber ao diante;

De nosso moto proprio, liure vontade, çerta ciencia, poder auso-luto, ssem nollo elle pedindo nem outrem por elle, fazemoslhe pura, yrreuogauel doaçam, antre hos viuos valledoira, deste dia pera todo senpre, em tall guissa que nunca em algũu tempo possa seer rreuogada, de hũuas cassas que ho dicto jffante tijna em a cidade de Lixboa, que foram de Gonçalo Lourenço, com todas ssuas entradas e ssaydas, djreitos e perteenças e com quaeesquer outras coussas e djreitos que a ella djreitamente perteençam per quallquer guissa. As quaees cassas lhe damos e outorgamos por todallas coussas que per o dicto jffante dom Pedro foram tomadas e rroubadas ao dicto bispo, ssem ele seer obrigado nem demandado por outros algũus a que o dicto jffante deuesse algũuas diujdas. E mandamos que as aia pera ssy e todos sseus herdeiros e sobçessores que depos ell ueerem, pera as poderem auer, lograr, dar, doar, trocar, escambar e fazer dellas e em ellas o que lhe prouuer, como de ssua cousa propria e corporall posisam, comtanto que, per ssua morte, fiquem a perssoa leiga e em algũu tempo nom uenham a perssoa ecclesiastica nem a jgreia nem moesteiro.

E porem mandamos a todollos jujzes e justiçaes e nossos comtadores e almoxarifas, officiaaes e pessoas de nossos rregnos que metam em posse o dicto bispo das dictas cassas e lhas leixem auer com todas ssuas perteenças e djreitos e tomar posse dellas, per ssy ou per outrem, como lhe prouuer, e lhe alçem quallquer embargo que lhe sobrello seja posto, porque nossa merçee e vontade he de as elle auer assy e tam conpridamente como em esta nossa carta he contheudo, ssem embargo de quaeesquer nossas hordenações, lex e djreitos canonicos e çiuues e grossas e opiniões de doutores que em contrairo dello sejam, porque queremos que nom ajam em esto lugar.

Dada em Almeirim, xiiij dias doutubro. Gonçalo Cardoso a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

87

1 NOVEMBRO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de legitimação de Violante Aranha, filha de João Aranha, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Cide, e de Catarina Afonso, falecida, ambos solteiros ao tempo do nascimento da legitimada.

ANTT., *Legitimações*, liv. 2, fl. 50.

Item, carta de legitimaçam de Violante Aranha, filha de Joham Aranha, escudeiro do jfante dom Henrique etc., morador em Cide, terra de Fernam Soarez da Albergaria, e de Caterina Afonso, ja finada, ambos solteiros, ao tempo de sua naçemça, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, primeiro dia de nouembro. Elrrey o mandou pello doutor Ruy Gomez, nom sendo hy o doutor Pero Lobato, seu companham. Rodryguo Afonso a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

88

4 NOVEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 17 de Agosto de 1436, de confirmação do dote prometido pelo infante D. Henrique a João Álvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, em casamento com Mécia Gomes de Lemos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 52 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Meçia Guomez, filha de Gomez Maartijnz de Lemos, nos mostrou perante nos hũa carta do muito uirtuoso (1) e de grandes uirtudes elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, da quall o theor tal he.

(1) No ms. uirtugoso.

Segue-se a transcrição da carta citada, — o DOC. 127 do nosso vol. 5.

E ora nos pedio a dicta Meçia Guomez que lhe confirmasemos a dicta carta. E nos, visto seu rrequimento e as mujtas e grandes rrazôces que teemos pera lho fazer e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e confirmamosilha segundo neella faz meemçom.

E porem mamdamos aos veedores da nosa fazenda, contadores e a outros quaeesquer nossos ofeçiaaes e pesoas que esto ouuerem de veer per qualquer guisa que seja, que lhe compram e guardem e façom comprar e guardar a dicta carta com esta nosa confirmaçom, como neella he conthudo, sem lhe poendo sobrello outro embargo algũu.

Dada em Euora, iiij dias de nouembro. Gonçalo Anes a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^o Rix.

89

5 NOVEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Mécia Gomes de Lemos, viúva de João Alvares da Cunha, cavaleiro que fora da casa do infante D. Henrique, as 2.000 dobras prometidas pelo regente D. Pedro em 23 de Março de 1444 a Mécia Vasques de Góis, para o casamento de duas filhas suas, alvará doado depois por aquela a João Alvares da Cunha, em casamento com Mécia Gomes de Lemos, filha da dita Mécia Vasques, pelas quais dobras lhes foi attribuída a tença anual de 20.000 reais brancos até à liquidação daquelas.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 52 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Meçia Gomez de Lemos, molher que foy de Joham Aluarez da Cunha, caualeiro da casa do jffante dom Amrrique, meu muito preçado e amado tio, mostrou perante nos hũa carta, ssjnada per o jffante dom Pedro e asellada com o nosso sello de çera pemdente, feecta em esta çidade dEuora, a xxiiij dias de março de mjl iiij^o Riij, sobscripta per Paay Rodriguez, seemdo scripuam da fazemda, per a qual se mostra que nos prometemos de dar a Meçia Uasquez de Guooces, pera ajuda de casamento de duas suas filhas, duas mjl dobras, por casamento que a ella foy prometido; as quaees

ij dobras ella deu ao dicto Joham Aluarez, em casamento com a dicta Meçia Gomez, sua molher, filha da dicta Meçia Uasquez, damdolhe em pagamento dello o dicto nosso aluara, avemdo de nos, o dicto Joham Aluarez e Meçia Gomez sua molher, por ellas, de teença, em cada hũu anno, des primeiro dia de janeiro do dicto ano de iiii^o Rliij^o em diante, vijnte mil rreacs bramcos sem descontar do principal, ataa que lhe mamdasemos pagar as dictas dobras; pedimdonos ora a dicta Meçia Gomez, porquanto ja o dicto seu marido he finado, que lhe confirmasemos a dicta carta, por a ella ficarem obriguadas as dictas duas mjl dobras de teença. E nos, visto seu rrequerimento e, queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e confirmamoslhe a dicta carta, assi e pella guisa que neella he conthudo.

E porem mandamos aos veedores da nosa fazenda, contadores e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer, que o compram assi e lhe dem e façom dar, em cada hũu ano, a dicta carta, per que lhe paguem os dictos xx rreacs de teença, como dicto he. E a dicta carta faça mençom que a dicta Meçia Guomez e seus herdeiros a tenham, pera sua guarda. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, b dias de nouembro. Gonçalo Cardoso a fez. Anno do Senhor de mjl iiii^o Rix.

90

12 NOVEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar o marinheiro João Gonçalves, morador em Tavira, por ele haver casado com irmã de Fr. Gil [de Tavira], licenciado em teologia.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 20 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Gonçalluez, marinheiro, morador em a nosa villa de Tauria, a rrequerimento de frey Gill, licenciado em tholisia, porquanto nos disse que estaua cassado com hũa sua jrmãa; teemos por bem e queremos que elle aja, daquy em diante, todallas honrras, priuilegeos, liberdades e franquezas que ham e deuem dauer os nossos beesteiros de caualllo, posto que o ell nom sseja.

E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças de nossos rregnos e aos jujzes da dicta uilla de Tauria e a outros quaesquer officiaaes e perssoas a que o conheçimento desto pertencer que, daquy em diante, guardem e façam cumprir e guardar ao dicto Joham Gonçaluez todallas dictas honrras, priuilegeos, liberdades e franquezas que asy ham e guardam aos dictos nossos beesteiros de caualo, em todo compridamente, asy e pella guissa que em elles he contheudo, e lhe nom vão nẽm consentam hir contra elles em maneira algũa, ssem outro embargo. Vnde huuns e outros al nom façades.

Dada em Euora, xij dias de nouembro. Diogo Borjes a fez. Ano de mjl iiij^o Rix.

91

13 NOVEMBRO 1449

Instrumento de emprazamento, em uma vida, por Fr. Fernão Lopes de Azevedo, comendador-mor da Ordem de Cristo e do conselho de el-rei, a João Afonso de Moraes, morador em Condeixa, termo de Coimbra, de todas as jeiras, herdades, casas e foros que a dita Ordem tem no Campo do Mondego e em Quimbres, os quais o mesmo João Afonso tivera já emprazados em três pessoas e os perdeu, por haver estado em Alfaroibeira com o infante D. Pedro, lavrado o documento por João de Lisboa, escrivão, por autoridade do infante D. Henrique, em Ega e Soure (1).

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 118, maço 2, n.º 14. Original, em pergaminho.

(1) A este Fernão Lopes de Azevedo, filho de Lopo Dias de Azevedo, aludimos já repetidas vezes em nossos volumes anteriores, sobretudo às suas embaixadas à cúria pontifícia, enviado pelo infante D. Henrique, para a obtenção de diversas graças e bulas. Como freire da Ordem de Cristo, encontramos-lo em comendador-mor de Casével a 19 de Maio de 1426 (Cfr. o DOC. 60 do nosso vol. 3), mas em 6 de Setembro de 1440 parece o era de Soure (Cfr. o DOC. 105 do nosso vol. 7); e nesta mesma zona o encontramos ainda agora, em 1449. Ega e Soure eram comendas da dita Ordem, herdadas dos Templários (Cfr. os DOCS. 61, 73 e 74 do nosso vol. 1). Sobre Fernão Lopes de Azevedo, que tomara parte na conquista de Ceuta, em 1415 (Cfr. o DOC. 60 do nosso vol. 2), podem ver-se: os DOCS. 24 e 60 do nosso vol. 3; a nota das ps. 335-36 e DOC. 145 do vol. 4; o DOC. 38 do vol. 6; o DOC. 228 e notas 1 das pp. 289-90 e 319-20 do vol. 7; e, enfim, a nota 1 da p. 1. do vol. 8.

Saibham quantos este estormento uyrrem como, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rix anos, os xiiij dias do mes de nouenbrro em a Ega, nos paços do ssenhor comendador moor, estando hi, de presente, dom ffrey Fernam Lopez dAzeuedo, comendador mor da hordem de Christos e do conselho delrey; e outrosy, estando hi Joham Affonso de Morraaes, morrador em Condeixa, termo da cidade de Cojnbra, todos juntamente, em presença de mjm, Joham de Lixboa, espriuum, por autorridade do jffante dom Anrique, nosso ssenhor, em o dicto logo dEga e de Sourre, por Ferrnam Uassquez, tabaliam das notas, e as testemunhas adeante espritas;

E logo pello dicto Joham Affonso, que presente estaua, pedio ao dicto comendador moor que lhe emprazasse todallas geirras e herdades e cassas e fforros que a dicta hordem tem no Campo de Mondego e em Quynbris, hos quaaes el, dicto Joham Affonso, ja teueria emprazadas em tres pessoas e hos perdeeo, por sseer na batalha dAlfarrobeira com o jffante dom Pedro, que Deus aja, ssegundo mais compridamente he conteudo em hũa hordenaçam delrey nosso ssenhor sobre tall casso feita (2).

E o dicto comendador moor disse que lhe prazia de lho emprazar e a dar por prazo ao dicto Joham Affonso todas as dictas geirras e herdades e cassas de Quynbrjs, com todos sseus fforros e rrendas e ffruitos e nous e emtrradas e saidas e derreitos e pertenças, asy como as ell, dicto comendador e hordem, am dauer, e melhor, sse os elle melhor poder auer em sua uida dell, dicto Joham Affonso, e mais nam, com estas coondições, a saber, que elle ffaça laurar e aproueitar todas as dictas geirras e herdades que a dicta hordem tem no dicto campo e fforram delle e onde quer e per hu quer que façam.

E os trraga ssempre laurados e aproueitados as ffolhas, asy como he de custume, em tall maneirra que as dictas herdades ssempre sejam melhoradas e nam pejorradas e sse traute bem com hos lauradorres que laurarrem nas dictas geirras e herdades, segundo elle uyr que he mais proueito da dicta hordem; e com comdiçam que elle, dicto Joham Affonso, de e page, de fforro e penssam, das dictas geirras e herdades, da ffeiturra deste prazo em deante, em cada hũ ano, ao dicto comendador e hordem, mjll e quatrocentos rreaaes brancos desta moeda orra corrente, de tryntrra e çinquo libras o rreal, pagados as terças do ano, a saber, a primeira por Natall e a segunda por Pascoa da Resurreyçam e a terceira por dia de Sam Joham Bautista, começando a primeira paga por dia de Natall, este primeiro que uem, da ffeiturra deste estormento desta pre-

(2) Deste passo se vê como aos mesmos foreiros de terras da Ordem de Cristo que se aliaram com o infante D. Pedro contra el-rei D. Afonso V, em Alfarrobeira, se applicou a carta régia de punição — o nosso DOC. 85, de 10 de Outubro de 1449,

sente erra, com comdiçam que elle nam possa dar nem uender nem emalheear o dicto prazo a outra nemhũa pesoa, mais, a orra da sua morte ou ffallycimento dell, dicto Joham Affonso, os dictos cassaaees ffigem liurres e hisentos e desembargados ao dicto comendador e hordem, ssem outra ffigura de juizo nem embargo que ssoborre ello sseja posto.

E o dicto Joham Affonso sse obrigou, per sy e per todos sseus beens, mouees e de rraiz, a estar pello dicto arrendamento. E o dicto comendador se obrigou, per sy e per sseus beens, da dicta hordem, a lho emparar e a deffender, em juizo e fforra delle, so pena de pagar a parte que por ello nam quisser estar nem manteer o dicto arrendamento a parte que por ello esteuer vynte mjl rreaes desta moeda, como dicto he. E, lleuada a dicta pena ou nam, o dicto estormento sseer ffirmem, estauell, como dicto he. E esto sse entenda asy como as elle soya de ttrager em o sseu arrendamento [e] emprazamento.

Em testemunho das quaaes coussas, hos ssobredictos pedirram asy senhos estormentos, ambos de hũ teor que fforam ffeitos e outorgados em o dicto logo dEga, nos paços do dicto comendador moor, dia e mes [e] era susso esprita. Testemunhas que pressente[s] fforam: Uasco Annes, escudeiro do dicto comendador moor, e Joham Martijnz, barqueiro, e Pedro Affonso, criado do jffante, morador em a ujlle de Sourre, e outros. E eu, ssobredito espriuam, que este estormento espreu, por outorgamento dos ssobredictos. E este he o do comendador e hordem. E eu, ssobredito Fernam Uaasqujz, que este estormento mandey espreu e aquj meu synall fiz, que tall he (*Sinal do notário*). Pagou, com nota, xvijj reaaes.

92

15 NOVEMBRO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique os bens de Nuno Fernandes, que foi moço da câmara do infante D. Pedro, por haver estado com ele em Alfarrobeira contra o monarca.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 127.

Dom Affonso, etc.

Item, carta do yfante dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tyo, dos beens de Nuno Fernandez, que foy moço da camara do yffante

dom Pedro, por seer com o dito yffante dom Pedro na batalha d'Alferro beyra comtra nosa pessoa e rreal estado, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade d'Euora, xb dias de nouembro. Gomçallo Cardoso a fez. Anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^o Rix.

93

18 NOVEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, com o privilégio de besteiros de cavalo, 4 marinheiros que ele tiver em Lagos, segundo rol pelo mesmo infante assinado, e que ele possa substituí-los por outros, desde que não excedam o referido número (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 86 v., — donde se reproduz.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, p. 469.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee ao jffante dom Anrrique, meu mujto preçado e amado tyo; teemos por bem e queremos que quatro marinheiros que o dicto jffante, meu tio, teuer em a nossa villa de Lagos, os quaees elle dee em hñu rrooll signado per ssua mão, pera ssaber quaees ssam, ssejam priuilegiados e escusados daquellas cousas e encarregos de que o (2) ssam os nossos bees-teiros de caualo.

E porem mandamos aos juizes da dicta villa de Lagos e a todollos outros juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer ofiçiaaes e pessoas a que desto o conhecimento perteençer e esta carta for mostrada que aquelles quatro marinheiros, que asy o dicto jffante der em rrooll asynado per ssua mão que ssam sseus, compram e guardem e façam conprir e guardar em todo, bem e conpridamente, todollos priuilegios e liberdades que asy am e guardam aos dictos nossos beesteiros de cauallo,

(1) Cfr. o DOC. 17, de 8 de Março anterior, de privilégio a 13 marinheiros do infante em Lisboa e Porto e a Diogo de Pinheiro, mestre da sua nau.

(2) No ms. os.

posto que nos ou a rraynha mjnha molher, que ssobre todas preço e amo, e jffantes meus jrmãaos e tyos e outras pessoas ssejamos em a dicta villa, sem outro embargo.

Outrossy, queremos e mandamos que, sse allgũs dos dictos mari-nheiros sse finarem, que o dicto meu tyo possa tomar outro em sseu logo e asy tirar delles algũs de que lhe nom aprouuer e tomar outros, ajnda que ssejam viuos aquelles que assy tirar, contanto que nom passe o dicto numero de quatro. He huuns e outros vnde all nom façades.

Dada em a nossa çidade dEuora, xbiij dias de nouembro. Ruy Meen-dez a fez. Ano do Senhor de mjl iiiijº e Rix annos.

94

22 NOVEMBRO 1449

Sumário de carta de privilégio, outorgado por el-rei D. Afonso V a Martim Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Estreito, termo de Oleiros.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 164 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Martim Gonçalvez, morador no Estreyto, termo dOlei-ros, beesteiro da camara do jffante dom Henrique, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xxij dias de nouembro. Lopo Fernandez a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiiijº Rix.

95

25 NOVEMBRO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a dar licença a Pedro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo, para andar em besta muar de sela e freio.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 5 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Pedro Esteuez, escudeiro do jffante dom Henrique, etc., morador em Montemor o Nouo, per que lhe dam licença e lugar que possa andar em besta muar de ssella e freo, etc. Em forma.

Dada em a cidade dEuora, xxb dias de nouembro. Lopo Fernandez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

96

4 DEZEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar vitaliciamente ao infante D. Henrique as ilhas Berlengas e o Baleal junto a Atougua, como as tivera o falecido infante D. Fernando, para ele nelas fazer o que lhe aprouver.

ANTT., Místicos, liv., 4, fl. 22.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portuguezes*, Suplemento ao vol. 1, p. 154.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee ao iffante dom Hamrrique, meu mujto prezado e amado tio; teemos por bem e queremos que tenha e aja de nos, em dias de sua vida, as Berlengas e o Baleal, que sam jumto com a villa da Atougua, assy e pella guisa que os tijna o iffante dom Fernando, meu mujto prezado e amado tio, cuja allma Deus aja. E nos praz que possa em ellas fazer todo ho que lhe aprouuer.

E mandamos a quaaesquer nossos officiaaes que sobre esto lhe nom ponham embargo allgü. E, por sua guarda, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em a çidade dEvora, quatro dias do mes de dezembro. Ruy Mendez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^o Rix.

4 DEZEMBRO 1449

Reconstituição por el-rei D. Afonso V, a pedido do infante D. Henrique, da carta joanina de doação a este da vila da Covilhã, em data desconhecida, sobre a carta de património do mesmo infante de 17 de Abril de 1411, por se lhe haver molhado e inutilizado o original respectivo e não se ter encontrado cópia da mesma nos registos régios.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 130 v. Cotejando o presente texto com a carta de património do infante D. Henrique, dada por el-rei D. João I em Évora, a 17 de Abril de 1411 — o DOC. 150 do nosso vol. 1 —, vê-se que este documento vai seguindo aquele, como, de resto, abaixo se declara: «naquella forma da outra de suas terras».

Dom Affonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que o yffante dom Amrrique, duque de Viseu e ssenhor de Couilhã (1), meu muyto amado e prezado tyo, nos disse que a elle fora fecta doaçam de juro e herdade pollo muyto alto e muyto virtuoso e de gramdes virtudes elrrey dom Joham, meu avoo, cuja alma Deus aja, e pollo muyto alto e muyto virtuoso, da gloriosa memoria, elrrey meu ssenhor e padre, em seemdo yffante, cuja alma Deus aja, da dita villa de Couilhã, com todallas rremdas e dereitos della, jurdiçom çiuell e crime, segumdo lhe foram dadas as outras suas terras que ssom darredor de Viseu, e que a carta que della ouue se lhe molhou com outras escrituras per tall guysa, que sse nom pode leer, e que mandou buscar na Torre do Tombo, que esta em a çidade de Lixboa, homde estam nossas escrituras, e tambem na nossa chamçellaria, sse sse poderia achar ho rregistro della, e nom pode seer achado (2); e que nos pedia que lhe ouvessemos sobre ello rremedio.

E nos, visto seu pedyr, porque fomos certo que a dita villa lhe foy dada com suas rremdas e dereitos e jurdiçom çiuell e crime, segumdo as

(1) No ms. *Cornelhã* por *Couilhã*, gralha do copista.

(2) Os livros da Chancelaria de cada rei mantinham-se na *Chancelaria-mor da Corte e Reino* durante a vida dos monarcas respectivos e «nam uem a esta casa (a Torre do Tombo) senam per falleçimento de cada hũ dos rrex», — informava ainda em 1583 o escrivão do Arquivo Nacional Cristóvão de Benavente (Cfr. o relatório daquele em A. J. DIAS DINIS, *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, p. 153).

outras suas terras; e desy, porque vimos a outra sua carta com ho seello dos ditos rrex e per tall guysa a letera della morta, que sse nom podia leer ssenom em muy poucos e pequenos lugares, nos quaaes, em cada hũu delles, declaraua seer tall como as outras das suas terras; e somos çerto que elle mandara fazer toda diligemçia que sse bem pode fazer pera seer achado o rregistro della e sse nom pode achar; determinamos em nosso comselho de lhe ser dada nossa carta da dita villa de Couilhãa e rremdas e dereitos e jurdiçom çiuell e crime della, naquella forma da outra de suas terras, a quall jm sustança he esta que sse segue.

Comsyramdo em como o dito yffamte he emancipado e em tall hydade e discripçom que lhe compre teer estado e ho manteer; e, queremdo lhe fazer graça e merçee, de nosso moto propio, çerta çiemçia, liure vomtade, poder absoluto, damos e outorgamos e fazemos liure e pura, jmrreuogauell doagom, amtre os viuos valledoyra, deste dia pera todo sempre, ao dito yffamte, pera elle e pera todos seus filhos e filhas, netos e netas e todollos outros seus herdeyros que delle desçemderem per linha dereita, segumdo a declaraçam ajuso escripta, da nossa villa de Couilhãa, com todos os dereitos, foros, cemsos, emprazamentos, trabutos, pemsões, fruytos, nouos, padroados de ygreias que nos em ella avemos e de dereito deuemos dauer pera sempre, per quallquer guysa, com todas suas emtrasdas, saydas, pteemças, valles, montes, fomes, campos, termos, limites, matos, soutos, rressijos, paçijgos, lugares, montados, portageens, passageens, rribeyros, rryos, pescarias delles e com todallas outras nossas rremdas e dereitos corporaaes, temporaaes, sagraaes, espiciaaes, rreguemgos, taballiados, pemsões delles, ficamdo a nos e a nossos soçessores a comfirmaçam dos ditos taballiados e serem escriptos em os nossos liuros da chamcellaria, segumdo he custume, e jurdições çiuell e crime, mero, misto jimperio, soleyçom, assy e tam compridamente como a nos avemos e de dereito deuemos dauer, assy como as elle milhor e mays compridamente pode e deue aver, rresaluamdo pera nos a correyçam e alçadas.

E que o dito yffamte dom Amrrique e seus soçessores ajuso escriptos ajam a dita villa e sseu termo e padroados de ygreias e todallas outras cousas suso escriptas e dereitos daquy em dyamte liuremente, assy na propriedade como na posse, pella maneyra que sse adiante segue, a saber: o dito yffamte em sua vida, comtanto que a nom possa dar nem doar nem vemder nem apenhar nem em testamento leixar, em todo nem em parte, saluo acomteçendo que o dito yffamte case fora destes rregnos ou lhe acomteçesse outro algũu negoçio ou rrezam justa e lidema, per que, ssem outro emgano nem malicia, lhe comprisse viuer fora delle ou lhe viesse algũu tall negoçio que fosse veresimili e prosunçom manifesta que lhe compriria por ello de vemder ou apenhar ou escambar a dita villa e sseu termo e cousas e todos outros dereitos suso escriptos ou parte delles

que, em taes casos e cada hũu delles, os possa vender, apenhar ou escambar, per esta guysa.

Primeyramente, fazendo elle saber a qualquer que em aquelle tempo seia rrey destes rregnos se os quer, tanto por tanto quanto lhe outrem por elles der; e, querendoos elle, tanto por tanto, que o dyto yffante os nam possa vender nem escambar a outro nenhũu, pagamdohe o dyto rrey o preço ou as cousas por que as asy vender ou apenhar ou escambar, tall e tam boa e a tall tempo como lhe outrem der; e, nom as querendo o dito rrey ou nom paguamdo o dito preço, tall e a tall tempo, como dito he, que emtam possa vender e apenhar e escambar a quemquer que lhe aprouuer a dita villa e termo e dereitos em çima nomeados ou parte delles; que os ajam per aquelle modo e maneyra e emcarrego que per nos ssam dados ao dito yffante dom Amrrique, comtanto que aquelle que os assy vender ou apenhar ou escambar seia naturall e morador nos ditos nossos rregnos de Purtugall e do Algarue. E, por esto, nom lhe tolhemos nem defendemos que os possa escambar e aforar e emprazar e arremdar, todos ou parte delles; ante lhe outorgamos que o possa fazer ssem neçessidade ou caso nenhũu, comtanto que os ditos escambos, emprazamentos e aforamentos seiam a proueyto do senhorio seu e de seus soçessores em as ditas terras e seiam fectos aos naturaaes dos ditos rregnos, como dito he.

E, morrendo o dito yffante dom Amrrique, avemdo filhos lidemos, que o filho barom lidemo mayor amtre os barões aja e herde pera ssy soo toda a dita villa e termo e dereitos e cousas suso escriptas pella guysa e comdiçom que per nos ssam dadas ao dito yffante dom Amrrique; e que outro nenhũu filho nem filha, posto que os hy aja, nom herde nem aja delles parte. E avemdo hi filhos ou filhas do dyto yffante e netos e bisnetos ou outros descẽdemtes per linha direita e mascollina do dito mayor filho barom lidemo, e morrendo o dito mayor filho barom em vida do dito yffante ou depouys, que o dito neto barom mayor lidemo herde toda a dita villa e termo e cousas e dereitos suso escriptos pella guysa que herdaria o padre, se viuuo fosse. E outro nenhũu nom aja parte da dita villa e termo e cousas e dereitos. E assy descẽdemdo pella linha direita lidema e mascollina.

E, nom aven[do] hi da dita linha lidema e mascollina do dito filho barom mayor e ficamdo outros filhos barões lidemos e filhas, que ssemelhamtamente os aja outro filho barom lidemo mayor per sua linha mascollina direita lidema, segumdo dito he. E, nom avemdo hy filho barom lidemo do dito yffante nem netos ou descẽdemtes pella guysa suso escripta, que emtam os aja a filha mayor do dyto yffante dom Amrrique, pella maneyra e comdições que suso dito he. E esta meesma herdenaçam se guarde nas filhas do dito yffante e seus descẽdemtes que sse guarda nos descẽdemtes dos barões, comtanto que, avemdo filhos

barões ou netos das filhas do dito yffamte, como dito he, depouys da morte do que os pessuyr, herde o mayor barom dos mays cheguados ao dito yffamte; e assy vão soçessiue pella guysa e comdiçom suso escripta e nom soçeda nenhũa femea desçendemente das filhas do dito yffamte, emquanto hi ouuer barões.

E, nom avendo hy barões e ficando netas ou bisnetas dos ditos filhos ou filhas do dito yffamte, emtom a aja a mayor das mays chegadas ao dito yffamte; e assy amtre as femeas sempre aja a soçessom a mayor das mays chegadas ao yffamte, com as comdições suso escriptas, comtanto que, como o dito yffamte, nom pode (3) vender nem apenhar nem escambar a dita villa e termo e cousas e dereitos, senam em certos casos suso escriptos, assy, fora dos ditos casos, as nom possa[m] vender nem apenhar nem escambar nenhũs dos seus soçessores a que perteeçerem.

E, morrendo o dito yffamte dom Amrrique sem desçendentes lidemos barões ou femeas, como dito he, e seemdo a sua linha direita desçendente lidema estimta, assy de barões como de femeas, e avendo hi filho ou filhos barões naturaes do dito yffamte, que aja a dita herança o mayor delles, e nom possa soçeder filha naturall do dito yffamte, posto que a hi aja. E, nom avendo hi filho naturall do dito yffamte barom, que emtom sse torne a dita villa e termo e cousas suso ditas que seus desçendentes deuiam dauar aa coroa destes rregnos de Portugual e do Algarue e os aja e herde quem dos ditos rregnos seja (4) rrey e os outros rrex que depouys elle vierem.

E, per esta presente carta, demitimos e tiramos de nos toda a posse e a propiedade e direito que avemos e de direito deuemos dauar na dita villa e termo, cousas e dereitos, e o poemas todo no dito yffamte dom Amrrique e sseus soçessores. Outrossy, queremos e outorgamos e mandamos que a elles e a cada hũ dos ditos seus soçessores rrespondam e acudam e seiam obrigados em todo e per todo, assy como a sseu senhor, rreseruando pera nos e nossos soçessores a correyçom e alçadas e confirmaçam de tabaliados, como dito he. E queremos e outorgamos e mandamos que, daquy em diamte, ssem outra nossa autoridade mays que elle e os seus soçessores, per say ou per quem lhe prouer, possam filhar e filhem posse rreal e corporall da dita villa e termo e padroados de ygreias e todos direitos suso escriptos e husar delles e dos dereitos e propiedades e jurdições delles, ssem nenhũ embargo que lhe sobre ello seja posto.

E porem mandamos aos nossos almoxarifes e escpriuães da dita villa e termo, que ora ssam ou forem daquy em diamte, e a quaaesquer

(3) No ms. *poder*.

(4) No ms. *sera*.

outros nossos corregedores e meyrinhos, juizes e justiças e offiçiaaes, que por nos esto ouuerem de veer, que lhe leixem aver, lograr e pessuyr a dita villa e termo e cousas e dereitos, com todallas rremdas, fruytos, nouos e perteeenças della, ssem nenhũu embargo, segumdo suso he escripto. A quall doaçom lhe fazemos, como dito he, nom embargamdo quaaesquer lex, dereitos çuijs ou canonicos ou nossos ou de nossos anteçessores, openiões de doutores, foros, costumes, estatutos, façanhas e quaaes[quer] outras constituyções que esta nossa doaçom embarguem ou possam embargar, em todo ou em algũa parte, posto que taaes seiam de que sse deua fazer expressa e singullar mençom ou espiçiall rreuogaçom ou rrenunçiaçom. Os quaaes dereitos, openiões e cada hũu delles, de nossa certa çiemçia, moto propio, liure vomtade, poder absolluto, rreuogamos cassamos, yrritamos, anichillamos e anullamos e queremos que nom valham, posto que aqui nom seiam escriptos. Os quaaes de nossa certa çiemçia, poder absolluto, aquy avemos por expressos e espaçificados, e mandamos que nom ajam lugar em esta doaçom nem lhe possam empeeçer, em todo nem em parte.

Outrossy, mandamos que, sse algũuas pessoas, em a dita villa e termo ou parte delle, tem rremda de dereitos della em teemça de nos, que os leixem e desembarguem liuremente ao dito yffamte e seus soçessores e lhe nom ponham sobre ello outro nenhũu embargo, porque nossa merçee he, de nosso poder absolluto, as ditas teemças rreuogar, as quaaes aquy expressamente anichillamos; e queremos e mandamos que a dita doaçom seja firme e valledoyra pera todo sempre, sem nenhũu fallimento, como dito he. E prometemos em nossa ffe rreal, por nos e por nossos soçessores que depoy de nos vierem e desçemderem e rregnarem, que nom briteiros nem desfaçamos em nenhũua maneyra a dita doaçom e que a guardemos e mantenhamos emteyramente como em ella he comtheudo. E quallquer que de nos vier e desçemder e lhe a dita doaçom emteyramente guardar aja a bemçom de Deus e a nossa.

E mandamos a todollos corregedores e meyrinhos e justiças a que esta carta for mostrada que a cumpram e defendam com esta merçee que lhe fazemos e a cumpram e guardem e façam comprir e guardar como em ella he comtheudo. E alj nom façam. E, em testemunho desto, mandamos dar ao dito yffamte esta nossa carta, seellada do nosso seello pendente do chumbo.

Dada na çidade dEuora, quatro dias de dezembro. Aluaro Vieyra a fez. Anno do Senhor de mill e iiij^o Rix.

4 DEZEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique e herdeiros a vila de Gouveia com todos seus rendimentos, direitos e jurisdições, ressalvadas para o monarca a confirmação dos tabaliados, a correição e alçadas (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 129.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta de doaçam virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee ao yffamte dom Amrique, meu muyto prezado e amado tyo, de nosso proprio mouimento e çerta çiemçia e liure vomtade e poder absolluto, lhe damos e outorgamos e fazemos liure e pura, jmrreuogauell doaçam, amtre os viuos valledoyra, deste dia pera todo sempre, pera elle e pera todos seus filhos e filhas e netos e netas e todollos outros herdeyros que delle desçemderem per linha direita, segundo a declaraçam ajuso escprita, da nossa villa de Gouuea, com todallas rremdas, dereitos, foros, çenssos, emprazamentos, trebutos, pensões, fruytos, nouos que nos em ella avemos e de direito deuemos dauere sempre per quallquer guysa, com todas suas emtradas e saydas e perteemças, valles, montes e fomtes, campos, termos, matos, souts, rres-syos, paçijgos e lugares, montados, portageens e rribeyros e rryos e pescarias delles, com todas rremdas, dereitos corporaaes, temporaaes, rreaaes, sagraaes, esprituaaes, rreguengos, tabaliados, pensões delles, ficando a nos e a nossos soçessores a confirmaçom dos ditos tabaliados e serem escriptos em os liuros da nossa chamçellaria, segundo he de costume, e jurdiçom çiuell e crime, mero e misto jmerio, assy e tam compridamente como nos avemos e de direito e de facto deuemos dauere, assy como a elle milhor e mais compridamente pode e deue dauere, rressal-uando pera nos a correyçom e alçadas.

E que o dito yffamte dom Amrique e seus soçessores ajuso escriptos ajam a dita villa e todas outras cousas suso escriptas e dereitos daquy adiante liuremente, assy na propiedade como na posse, per a maneyra que sse adiante segue, a saber, o dito yffamte em toda sua vida, com-

(1) O documento é confirmação da carta do regente D. Pedro de 4 de Janeiro de 1443, que segue, posto a não cite, — o DOC. 231 do nosso vol. 7.

tanto que os nom possa dar nem vemder nem alhear nem escambar nem apenhar nem em testamento leixar, em todo nem em parte, saluo acometçẽdo que o yffante case fora destes rregnos de Portugall e do Algarue ou lhe acometçesse algũu outro negoçio ou rrazom justa e lidema, per que, ssem outro emgano nem maliçia, lhe comprisse de viuer fora delles ou lhe aviesse outro algũu negoçio, tall que fosse veresimille e presumçom manifesta que lhe cumpria pera ello de vemder ou apenhar ou escambar a dicta villa e todos outros dereitos suso escriptos ou parte delles, que, em taes casos ou em cada hũu delles, os possa vemder, apenhar ou escambar, e per esta guysa, fazendo primeyro saber a nos ou a qualquer que em aquelle tempo for rrey dos ditos rregnos se os quer tanto por tanto, quanto lhe outrem por elles der.

E, querẽdoos elle, que o dito yffante os nom possa vemder, apenhar nem escambar a outro nenhũu, pagamdolhe nos ou o dito rrey o preço ou cousas per que os assy vemder ou apenhar ou escambar, tall e tam boo ou tam boas e a tall tempo como lho outrem der. E nom o querẽdo nos ou o dito rrey ou nom paguamdo o dito preço, tall e a tall tempo ou cousas, como dito he, que emtam possa vemder, apenhar e escambar a quem quer que lhe prouuer o dito lugar, senhorio, dereitos em cima nomeados; que os aja per aquelle modo e maneyra e emcarrego que per nos ssom dados ao dito yffante, comtanto que aquelle que os assy vemder ou apenhar ou escambar seia naturall e morador nos ditos nossos rregnos de Portugall e do Algarue.

E, morremdo o dito yffante e tendo filhos lidemos, que o filho barom lidemo, o que for mayor amtre os barões, aja e herde soo pera ssy a dita villa, cousas e dereitos suso escriptos, per a guysa e comdições que per nos ssom dadas ao dito yffante. E outro nenhũu filho ou filha, posto que os aja, nom herdem nem ajam della parte. E, avemdo hi filhos ou filhas do dyto yffante e netos ou bisnetos ou outros desçẽdemtes per linha direita e masculina do dito mayor filho barom lidemo e morremdo o dito filho lidemo mayor barom em vida do dyto yffante ou depoyos, que o dito neto barom mayor lidemo herde toda a dita villa, cousas e dereitos suso escriptos per a guysa que lhe daria o padre, sse viuo fosse, e outro nenhũu nom aja parte na dita herança, terras, cousas, dereitos; e assy desçẽdemdo per a dita linha direita lidema masculina do dito filho barom mayor. E, ficamdo outros filhos barões lidemos e filhas, semelhauellmente os ajam o outro filho barom lidemo mayor e sua linha masculina direita, lidema, segumdo suso dito he.

E, nom avemdo hi filho lidemo barom nem netos ou desçẽdemtes, per a guysa suso escriptos, que emtom a aja a filha mayor lidema, per a maneyra e comdições que suso dito he. E esta meesma hordenaçom se guarde nas filhas e seus desçẽdemtes que sse guarda nos desçẽdemtes dos barões, comtanto que, avemdo filhos barões ou netos das filhas,

como dito he, elles herdem e nom as filhas nem netos dellas. E, nom avendo hi filhos barões e ficando netas ou bisnetas dos ditos filhos, herdem as filhas do dito yffante e nom as netas ou bisnetas dos barões. E assy amtre as femeas sempre aja a soçessom mayz chegada em o graao com as comdições suso escriptas, contanto que, como o dito yffante, nom pode vender nem apenhar nem escambar a dita villa, cousas e dereitos, senom com certos casos suso escriptos; assy, afora dos ditos casos, nom possa vender nem apenhar nem escambar nenhũs dos seus soçessores a que perteeçerem.

E, morrendo o dito yffante dom Amrrique ssem descendentes lideiros, como dito he, ou seendo a sua linha direita descendente extinta (2), que entom sse torne a dita villa e cousas susoditas que seus descendentes aviam daver, a nos ou aa coroa destes nossos rregnos de Portugal e do Algarve e os aja e herde o que entom dos ditos rregnos sera rrey e os outros rrex que depoyz delle vierem E, per esta presente carta, dimitimos e tiramos de nos toda a nossa posse e propiedade e direito que avemos e de direito deuemos dauar na dita villa e seu jullgado, cousas e dereitos e poemos todo no dito yffante dom Amrrique e seus soçessores.

E, outrossy, queremos e outorgamos e mandamos que a elle e a cada hũu dos ditos seus soçessores rrespondam e acudam e seiam obrigados em todo e per todo, como a seu senhor, rresaluando pera nos e nossos soçessores a correçom e alçadas e confirmações de taballiães, como dito he. E queremos e outorgamos e mandamos que, daquy em diamte, ssem outra nossa autoridade mayz que elle e seus soçessores, per assy ou per quem lhe prouuer, possa filhar e filhe a posse corporall e rreal da dita villa e cousas e todos dereitos suso escriptos e husar delles e dos dereitos e propiedades e jurdições delles, sem nenhũ embargo que lhe sobre ello seia posto.

E porem mandamos aos nossos almozarifes e escprieuães das ditas terras e comarcas, que ora ssam e forem daquy em diamte, e a quaaesquer outros corregedores, meyrinhos e juizes e justiçaes e offiçiaaes que por nos esto ouuerem de veer, que lhes leixem aver, lograr e pessuyr a dita villa e cousas e dereitos com todallas rremdas, fruytos, nouos e dereitos e perteeças della, sem nhũ embargo, segumdo suso dito he. E, per esta nossa doaçam, nom emtemdemos de tyrar de nos nem de nossos sobçessores direito, propiedade nem auçom que nos avemos e deuemos dauar em terras e herdades, quymtães e outras quaaesquer cousas que pessoas poderosas tem ou aver pertemdem e emtemdem pessuyr comtra as lex delrrey dom Denys, nosso bisauo, e dos outros nossos amteçessores na dita villa e seu termo, cousas de que nos assy fazemos doaçam

(2) No ms. *destimia*.

ao dyto yffante dom Amrrique e seus sobçessores; mas ante queremos que nos fique firme e vallioso o dereito que nos em elle aviamos e avemos e deuemos dauar, pella guysa que ante desta doaçam estaua.

A quall doaçam lhe fazemos, como dito he, nom embargando quaaesquer lex e dereitos çiuces e canonicos ou nossos ou dos nossos antegçssores ou openiões de doutores, foros, costumes e estatutos, façanhas e quaaesquer outras constituyções que esta nossa doaçam embargarem ou possam embargar, em todo ou em algũa parte, posto que taas seiam de que sse deua fazer expressa e singullar mençom ou espiçiall rreuogaçam ou renunçiaçam. Os quaaes dereitos ou openiões delle[s] ou cada hũu delles, de nossa çerta çiemçia, moto proprio, liure vomtade e poder absoluto, rreuogamos e cassamos e jrritamos e anichillamos e anullamos e queremos que nom valham, posto que aquy nom seiam escriptos. Os quaaes nos, da dita çerta çiemçia e poder absoluto, aquy avemos por expressos e expeçificados. E mandamos que nom ajam lugar em esta doaçam nem lhe possam empeçer, em todo nem em parte.

E queremos e mandamos que a dita doaçam seja firme e valledoyra pera sempre, ssem nenhũu fallimento, como dicto he. E prometemos, em nossa fee rreal, por nos e por nossos soçessores que depos nos vierem e deçenderem e rregnarem, que nom briteamos nem desfaçamos, em nenhũa maneyra, a dita doaçam, em parte nem em todo, mas que [a] guardemos e tenhamos e mantenhamos emteyramente segumdo nella he comtheudo. E quallquer que de nos vier e deçemder e lhe a dita doaçam guardar emteyramente como em ella he comtheudo aja a beemçom de Deus e a nossa.

E mandamos a todollos corregedores, meyrinhos, juzzes e justiças a que esta carta for mostrada que o emparem e deffendam com esta merçee que lhe fazemos e cumpram e guardem e façam comprir e guardar como em ella he comtheudo. E all nom façam.

Dada em a nossa çidade dEuora, quatro dias do mes de dezembro. Joham de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^o Rix.

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar João Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de recebedor das mercadorias entradas de Castela pelo porto de Serpa, de que era devida sisa e dízima ao monarca.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que nos, querendo ffazer graça e merçee a Joham Afonso, escudeiro do jfante dom Anryque, meu mujo preçado e amado tyo; teemos por bem e damosllo por rreçebedor de todallas cousas que veem de Castella a estes nossos rreygnos (1), de que nos auemos dauar a ssysa e dizema, per o porto de Serpa, que o ataa ora ffoy, sse ataa feytura desta nossa carta elle esteue em posse do dicto offiço e o seruio per ssy ou per outrem, em sseu nome.

Porem mandamos ao nosso contador da dicta comarqua e a outros quacesquer que esto ouuerem de veer, a que esta nossa carta ffor mostrada, que ajam o dicto Joham Afonso por rreçebedor das dictas cousas que veem per o dicto porto de Serpa e outro nhũu nom. E o leixees serujr e husar do dicto offiço e auer as proees e direitos delle, ssem lhe poendo outro nhũu embargo, ao quoll Joham Afonso mandamos e deffendemos que rreçeba nem despenda nẽhũa cousa que ao dicto offiço pertença, ssaluo pressente o escripuam do sseu offiço, ssob pena do corpo e beens; o quall jurou, etc.

Dada em Euora, xiiij^o dias de dezembro. Elrrey o mandou per Lopo dAlmeyda, etc. Gonçalo Cardoso a fez. Ano de mjl iij^o Rix.

100

20 DEZEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar os moradores do lugar de Alpalhão da obrigação de terem cavalos e armas e de comparecerem com elas em alardos, a pedido do infante D. Henrique, por se achar despovoada a povoação, por ficar em zona das terras do infante, próximo da fronteira de Castela e ainda por ele desejar povoá-la.

ANTT., *Místicos*, liv. 4, fl. 21, — donde se reproduz; e *Guadiana*, liv. 3, fl. 242.

Dom Affonso, etc.

A uos, juizes, comçelho e homeens bons dAlpalham e a todollos outros juizes e justiça a que esto perteeemçer e esta carta for mostrada, saude.

(1) No ms, *Regynos*.

Sabede que o jffante dom Amrrique, meu mujto prezado e amado tio, nos enviou dizer que esse lugar era de todo despouorado e que, porquanto sua temçom era de emcaminhar como se podesse pouorar ho dito lugar, por ser em sua terra e estar acerqua do estremo de Castella, nos pedia por merçee que lhe mandassemos dar nosso priuillegio pera aquelles que ao dito lugar quisessem vijr morar daquy em diamte, per que fossem escusados e rrelleuados de seerem costramgidos pera terem cauallos e armas nem parecerem com ellas em allardos.

E nos, visto seu rrequerimento, pollo do dito jffante meu tio, nossa merçee he de serem dello rrelleuados. E, por esto, teemos por bem e mandamos que aquelles que se pera ho dito lugar vierem ou ora em elle (1) morarem e teuerem suas casas e continuadamente em elle (1) viverem, os nom costramgaas nem mandes costramger pera ello, sem outro nehũ embargo. E all nom façades.

Dada em Evora, vimte dias de dezembro. Fernam Louremço a fez. Anno de mjl e quatroçentos e quarenta e nove.

101

25 DEZEMBRO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Vasco Eanes Corte Real, cavaleiro de sua casa, todos os bens móveis e de raiz de Lourenço Martins Pardo, morador em Leiria, por ele haver estado com o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira contra a pessoa e real estado do monarca (1).

(1) No ms., em ambos os lugares, *elles*.

(1) O argavio Vasco Eanes Corte-Real, filho de Vasco Eanes (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 1, cap. 159) e irmão de Afonso Vasques da Costa, Diogo Vasques da Costa e Gil Vasques da Costa (Cfr. GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 2, caps. 22 e 36, e *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, cap. 16), fol um dos expedicionários da conquista de Ceuta (*Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 72, a p. 184 do nosso vol. 2). Em 11 de Dezembro de 1433 deixou o cargo de coudel de Castro Marim (Cfr. o DOC. 103 do nosso volume 4 e a respectiva nota). Sendo ele cavaleiro da casa de el-rei e seu armador-mor, aforou-lhe o monarca azenha no rio de Tavira em 28 de Março de 1462 (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 17 v); e mais tarde lhe confirmou contrato com seu irmão Diogo sobre capela do convento de S. Francisco da mesma vila (*Ibid.*, liv. 30, fl. 6, e *Guadiana*, liv. 5, fl. 115). Numerosos são os documentos sobre este Corte Real conservados no Arquivo da Torre do Tombo, especialmente na chancelaria afonsina e nos livros da leitura nova.

ANTT., Chancellaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 123, — donde se reproduz; e, em leitura nova, Estremadura, liv. 8, fl. 199.

Item, carta de UasquEannes Corte Reall, caualleiro da cassa delrrej, per que lhe fazerom merçee de todollos beens mouees e de rraiz de Lourenço Martijnz Pardo, morador em Leirea, por seer com o jfante dom Pedro na batalha dAlferrobeira contra a pessoa e rreall estado do dicto ssenhor rrey, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xxb dias de dezenbro. Gonçalo Cardoso a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rix.

102

4 JANEIRO 1450

Carta régia, de tença a favor de Branca de Almeida, por motivo de ela haver casado com Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e não ser possível pagar-lhe, de momento, as 1.000 coroas de ouro, de dote, por D. Afonso V prometidas.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 165,

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, porquanto nos, por mujtas rrazões, somos theudo de fazer merçees, honrra e acreçentamento a Diego Fernandez dAlmeyda, do nosso conselho e veedor da nossa fazenda, e assy aos que dell descenderem, e, porque agora Branca dAlmeyda, ssua filha, casou com Ruj Gomez da Silua, caualleiro da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tyo, lhe prometemos de dar, em cassamento, mjl coroas douro, aa dicta Branca dAlmeyda, como de ffecto daremos. E, porque lhe, por logo, nom poderom seer pagadas; quereamos que aja por ellas de nos, de teença en cada hũu ano, dez mjl rreaaes brancos des primeiro dia de janeiro que ora foy, desta era pressente do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L annos en diante, em o nosso almoxarifado de Visseu, ataa que lhe sejam pagadas as dictas mjl coroas, e que esta teença lhe nom seja descontada da dicta conthia nem tirada nehũa coussa della ataa que ella seia de todo pagada.

Pero, sse lhe nos mandarmos pagar juntamente a terça parte da dicta conthia, queremos que lhe seja descontada a terça parte da dicta teença, e assy do mais, sse lhe for pagado a este rrespeito, e, posto que lhe mandemos pagar algũa coussa das dictas mjl coroas que sseja menos da terça parte, que lhe nom seja descontado nenhũa coussa da dicta teença; e posto que a dicta Branca dAlmeyda em ssua vida nom aja pagamento das dictas mjl coroas, queremos que sseus herdeiros lidemos aja[m] a dicta teença pella guissa susodicta e lhe nom seja tirada ataa auerem pagamento da dicta conthia.

Porem, mandamos ao nosso almoxarife ou rreçebedor e escpriuam que ora ssom e ao diante forem das nossas rrendas e djreitos do dicto noso almoxarifado de Visseu que por aquello que rreçeberem das dictas rrendas e djreitos do dicto almoxarifado, des o dicto primeiro dia de janeiro en diante, dem e paguem aa dicta Branca dAlmeyda, en cada hũu anno, aos quartees dell, os dictos dez mjl rreaaes brancos, ssem embargo de assentamento ou mandado nosso ou doutrem que nosso poder tenha, que em contrairo dello sejam; porque queremos que sse nom entenda nem embargue esta pagua e, como en cada hũu ano pagarem, cobrem della o trellado desta nossa carta, e seja rregistada no liuro do dicto escpriuam, e estormento de conhecimento. E mandamos aos nossos contadores que lho rreçebam em despesa. E a dicta Branca dAlmeyda e sseus herdeiros tenham esta carta, pera ssua guarda. Vnde al nom façades.

Dante em Euora, iiij dias de janeiro. Elrrej o mandou. Alvaro Gonnalluez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{ta} L.

103

5 JANEIRO 1450

Carta do doge e conselho de Génova a Tomás de Campofregoso, em que, em satisfação de pedido instante do rei de Portugal, lhe manda o nobre varão Leonardo Lomelino, para que seja liquidado em dinheiro a D. Álvaro de Castro o que outrora fora tomado a seu pai D. Fernando de Castro por Bartolomeu Serrato de Savona e ainda não pago, pois este esperara ser dispensado de o fazer pelos lesados (1).

(1) Parece que este documento e os DOCS. 111 e 119 se reportam ao assalto de carraca genovesa ao navio de D. Fernando de Castro da expedição de 1440 para libertação do infante D. Fernando, o qual «foi entrado e roubado» e na luta faleceu

ASG., *Litterarum Registri*, vol. 13, fl. 477.

Citada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 58, nota 182 a.

Ludouicus, dux, et consilium.

Jllustri patruo nostro honoratissimo domino Thome de Campofregoso, apud Saonam.

Adhortatur nos, jllustris patruie noster honoratissime, et quidem enixe serenissimus dominus rex Portugallie vt que ablata quondam fuerunt a magnifico domino Ferdinando de Castro reddi iubeamus domino Aluaro, nato eius. Seriem rei narrabit celsitudini vestre vir nobilis Leonardus Lomellinus, cui suasimus, ob eam causam, Saonam accedere. Verum, vt his quoque litteris tantum intelligatis quantum ad executionem regie petitionis satis est;

Sunt, vt affirmatur, penes Bartholomeum Serratum octingente duple, ad ipsum quondam dominum Ferdinandum pertinentes, quas nullam aliam ob causam Bartholomeus ipse non reddidit, nisi quod tentabatur vt dominus Ferdinandus aut sui generaliter ipsum Bartholomeum omnesque januenses liberarent ab omni damno et iniuria, quod cum facere negarent, ad hoc vsque tempus restitutio producta est. Jtaque, cum, mutata suorum sententia, quitare parati sint, superest vt Bartholomeus, precedente quietatione, pecuniam depromat, quam, etsi sponte redditturum esse renueret, iurare cogendus erit, iussu vestro, vt eam depromat et legitimo procuratori numeret, jn quo adhortamur vestram celsitudinem ne vilo pacto iusticie desit.

Data v. januarii, [anno 1450].

104

7 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gonçalo Gonçalves Ferreira, residente no Porto, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 9 v.

aquele fidalgo e governador da casa do infante D. Henrique. Sobre o particular vejam-se os DOCS. 96, 111 e 143 do vol. 7 de *Monumenta Henricina* e PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 54.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Gonçalo Gonçalvez Ferrejra, morador na cidade do Porto, pello do jfante dom Henrrique, meu muito preçado e amado thio; teemos por bem e preujlligiamollo de todollos encarregos e serujdões do conçelho e de sseer besteiro do conto, sse ataa ora posto nom he.

E porem mandamos ao nosso corregedor da comarca dAntre Doiro e Mjnho e aos juizes da dicta çidade e ao nosso anadell moor dos bees-teiros do conto e a outros quaeesquer ofiçiaaes e pessoas que esto ouue-rem de veer que o nom costrangam pera nehũus carregos nem serujdões do conçelho da dicta çidade ou donde for morador nem o ponham por beesteiro do conto, sse o ataa ora nom he, porque a nos praz de sseer de todo jssento, como dicto he.

Dada em a çidade dEuora, bij dias de janeiro. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L. Ruy Galuam a fez escrepuer.

105

8 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Porto (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 2.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Martim Gonçalluez, morador em a çidade do Porto, porquanto he beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Em forma.

Dada em a çidade dEuora, bij dias de janeiro. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L^{ta}. Ruy Galuam a fez escrepuer.

(1) A carta anteriormente registada é de autorização concedida ao cônego de Gulmarães Afonso Pires para andar «em besta muar de ssella e freo».

106

9 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Alvaro Vasques, oleiro, morador em Coimbra, a pedido de João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 148 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Alvaro Vaasquez, oleiro, morador em Cojnbra, a rrequerimento de Joham dAlborqueque, caualeiro da cassa do jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, que nollo por elle pedio; teemos por bem e queremos que, daqui em diante, sseja priuiglgiado e escussado de serujr em nhûus emcarregos nem serujdões do conçelho e ysso meesmo nom poussem com elle em suas cassas de morada nem lhe tomem dellas rroupa de cama nem alfaias de cassa nem outra coussa do sseu, contra sua vontade.

E porem mandamos aos juizes da dicta çidade e ao nosso apoussentador e a outros quaesquer ofiçiaaes e perssoas, a que o conhecimento desto pertencer, que o ajam por escussado dos dictos encarregos e serujdões e poussada e o nom costringam pera nhûua dellas, antes lhe compram esta nossa carta per a guissa que aquy he contheudo e lhe nom vão nem consentam hir contra ella em nhûua maneira, ca asy he nossa merçee, ssem outro algũu embargo que lhe ssobre ello sseja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Euora, ix dias de janeiro. Joham Gonçalluez a fez. Anno de mjl iiii^o L^{ta}.

107

10 JANEIRO 1450

Carta de doação das terras de Mação e de Vila Nova de Fozcoa, com suas rendas e direitos e jurisdição cível e crime, a Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, reservadas ao monarca a correição e alçadas.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 165, — donde se reproduz; em leitura nova, Beira, liv. 2, fl. 122 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Ruy Gomez da Silua, caualeiro da casa do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, daqui en diante, emquanto nossa merçee ffor, a nossa terra de Maçom e de Villa Noua de Fozcoa, com todallas rrendas e djreitos que em ellas auemos dauar e a nos de djreito perteençem, com toda ssua jurdiçom çiuel e crime, rreseruando pera nos correiçom e alçadas.

E porem mandamos ao nosso almoxarife e ao escpriuam da çidade de Lamego, que ora ssom e ao diante forem, e aos que depos vos vierem por nossos almoxarifes e escpriuãaes em a dicta çidade e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que metam em posse das dictas terras o dicto Ruy Gomez ou sseu procurador e lhe façam acudir com todallas rrendas e djreitos das dictas terras assy e tam conpridamente como a nos perteençem e as averiamos, sse sse pera nos rrecadassem. Ao quall almoxarife e escpriuam nos mandamos que faça rregistar esta carta em sseus liuros, pera sse saber como o dicto Ruy Gomez de nos traz os dictos djreitos. E ell tenhaa, pera sua guarda.

Dante em Euora, x dias de janeiro. Joham Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

108

11 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Lopo Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade do Porto.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 3, fl. 74.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Lopo Gonçalvez, morador em a çidade do Porto, porquanto he besteiro da camara do jfante dom Enrique, etc. Em forma.

Dada em Euora, xj dias de janeiro. Aluaro Vieira a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.^{1a}.

109

12 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Estêvão Eanes, beesteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Serra da Pescaria, termo da Pederneira.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 73.

Item, carta dEsteuEannes, morador na Serra da Pescaria, termo da Pedarneira, porquanto he beesteiro da camara do jffante dom Henrique, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xij dias de janeiro. Aluaro Vieira a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L^a.

110

12 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Vasques, beesteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Lisboa.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 135 v.

Dom Afonso, etc.

Item carta de Joham Vaasquez, morador em Lixboa, porquanto he beesteiro da camara do jfante dom Anrique, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xij dias de janeiro. Antam Gonçalluez a fez. Anno de mjl iiij^o L^a.

111

13 JANEIRO 1450

Carta do doge e conselho de Génova ao rei de Portugal: a acusar a dele de 8 de Outubro, em que lhes solicitava fosse D. Álvaro de Castro ou procurador seu reembolsado da presa que outrora os genoveses tomaram a D. Fernando de Castro, seu pai; a dizerem-lhe que, de início, foi difícil entender o assunto da restituição, por antigo e por haver pouca gente que dele houvesse conhecimento; que, porém, tendo sabido existir Bartolomeu Serrato, cidadão de Savona, lhe mandaram emissário, a fim de ele pagar a D. Álvaro; que ele se escusou e assim o assunto se foi protelando até agora, mas já o chamaram e tomarão as providências necessárias; pelo que, lhe rogam mande D. Álvaro procurador habilitado a receber e a passar as quitações respectivas (1).

ASG., *Litterarum Registri*, vol. 13, fl. 479 v.

Citada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 58, nota 182 a.

Sacre regie maiestati Portugallie et Algarbij, etc.

Reddidit nobis, serenissime et preclarissime princeps, litteras regias, octava die superioris octobris datas, tabellarius maiestatis vestre, quibus rogamur vt satisfieri iubeamus magnifico domino Alvaro de Castro vel procuratori suo, pro preda superioribus temporibus commissa aduersus magnificum quondam Ferdinandum, parentem suum.

Lectis litteris, res, in ipso initio, non satis intellecta est, tum propter vetustatem temporis, tum quia perpauci admodum inuenti sunt qui earum rerum cognitionem habere crederentur. Sed, eos vocauimus apud quos arbitrati sumus eorum temporum memoriam superesse, a quibus edocti sumus eas pecunias, que pro hac preda aliquando postulate fuerunt, remansisse penes Bartholomeum Serratum, ciuem Saonensem, atque ilico Saonam vnum nostrorum misimus, qui moneret Bartholomeum litteras aduenisse a maiestate vestra, que peterent has pecunias eidem domino Alvaro numerari, ille moras de industria nectere excusationes varias adducere et rem omni arte protrahere.

Quo cognito, eum ad nos accersi iussimus. Is cum venerit, dabimus operam vt aduersus eum omnia fiant accumulate, quecunque iure in tali

(1) Cfr. os DOCS. 108 e 119.

re faciendae erunt. Inter hec tabellarius vestre maiestatis longiorem cunctationem perosus, excedere omnino statuit. Quam ob causam, ne vacuus ad sublimitatem vestram rediret, maluimus has ad vestram excellentiam litteras dare quam nullas. Reliquum erit vt dominus Aluarus moneatur procuratorem mittere, qui mandatum habeat et arbitrium ad quietationes et liberationes faciendas, cuiusmodi res ipsa desyderat. Nos autem, precellentissime princeps, si quid est in quo possimus dignitati regie inseruire, persuadeat sibi oramus, magnitudo vestra, nos et nostra semper esse in omnem gloriam suam paratos.

Data xiii^a januarii [anno 1450]. Ludouicus, dux, et consilium.

112

15 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder ao infante D. Henrique o exclusivo da pesca do coral nos mares do reino durante cinco anos, sua exportação para fora dele e venda no país, nos termos na mesma carta designados, bem como contratar marselhenses e provençais para o pescarem e ainda importar livremente redes, enxárcia e aparelhos das barcas (1).

(1) Em 14 de Julho de 1443, o regente D. Pedro autorizara Bartolomeu Florentino e João Forbin, de Marselha, residentes em Lisboa, a pescar coral nos mares portugueses, diploma em que se declarou que a «memoria dos videntes se nom acordauam de nehuu que em tall trabalho se desposese», sem embargo de entre nós se usar o coral, como adorno, durante a Idade Média. Foi-lhes assim concedido o exclusivo daquela pesca por 5 anos, da qual pagariam a el-rei apenas metade da dizima bem como do coral exportado e a sisa do vendido no país; mas, se o referido prazo de concessão lhes fosse prorrogado, entregariam a dizima por inteiro. Os barcos, redes e demais aparelhagem por eles importados ficavam isentos de direitos e os marselhenses que viessem trabalhar na dita empresa seguros, desde que não houvessem danificado barcos portugueses (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 19, — editada por SOUSA VITERBO, *A pesca do coral no seculo XV*, ps. 318-19). A propósito, transcrevemos de estudo sobre o comércio de Marselha na época: — «La mode à Marseille était alors à la pêche du corail. Nous avons déjà vu que, de 1441 à 1444, des flottilles entières allaient exploiter les bancs coralligènes d'Alghero. Forbin (aqui Bertrand Forbin) prévoyait-il un épuisement rapide des fonds? Ou bien jouait-il sa chance lorsque, en mars et avril 1444, il embaucha trois équipages de pêcheurs pour aller explorer les côtes de Portugal? Le contrat prévoyait qu'en cas de succès, les marins pourraient prolonger leur séjour dans l'Atlantique et, au besoin, faire construire une quatrième barque (A. D., Laget-Maria 394, f. 99; 397,

ANT1., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 202 v.

Publicada: por BRITO REBELLO, *Alguns traços da vida do Infante D. Henrique*, p. 569; por SOUSA VITERBO, *A pesca do coral no século XV*, ps. 319-20; e por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, ps. 349-51, e *Estudos Henriquinos*, vol. 1, ps. 431-32.

Dom Afonso, etc.

A quaesquer nossos veedores da fazenda, que ora som e ao diante forem, e aos nossos contadores e almoxarifes e a todollos outros nossos officiaaes, juizes e justiças a que conhecimento desto pertencer per qualquer guissa que seja, a que esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que o ifante dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos disse que elle entendia de trabalhar e despende em fazer buscar e pescar, em o mar destes nossos rregnos, coral, o quall, com a graça de Deus, com sua despesa e trabalho, esperaua dachar, como ja outros fezeram, o que he honrra, sse tirado for, e proueito dos dictos nossos rregnos e do dicto meu tyo, pedindonos por mercee que esguardassemos sseu boo fundamento e ssentissemos como a elle se recregia desto grande trabalho e despesas.

E, visto por nos sseu rrequerimento e, sentindoo por nosso serujço e honrra dos dictos nossos rregnos; a nos praz de lhe outorgar que, do dia que elle asy mandar pescar o dicto corall ataa çinquo annos conpridos, de todo o que asy pescarem lhe sseja quite a meetade da dizima e nos pague a outra meetade, a saber: çinquo por çento, emquanto durar ho dicto tenpo dos dictos çinquo annos. E, dhi em diante, sse a nos prouuer lhe majs lugar darmos, nos pagara a dizima enteiramente. E queremos

fr. 205). Là encore, le succès ne parait pas avoir répondu aux espérances. L'expérience resta sans lendemain. Pendant plus de vingt ans, il n'est plus question du Portugal à Marseille. Nos marchants, absorbés par le Levant, négligent ce pays, dont les produits n'offrent pas grand intérêt (ÉDOUARD BARATIER et FÉLIX REYNAUD, *Histoire du Commerce de Marseille*, vol. 2, Paris, 1951, p. 556). E mais nenhum texto ou facto conhecemos sobre o particular até que, sete anos depois, o mesmo exclusivo foi outorgado ao infante D. Henrique nos precisos termos em que o fora áqueles estrangeiros em 1443, como consta do presente diploma régio. Falecido o infante em 1460, vemos o coral explorado na costa algarvia por Filipe Peroço, autorizado por carta de 16 de Abril de 1462 (Aduzida, mas não citada, por GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal*, vol. 4, ps. 148-49). Teve depois Lopo de Almeida, senhor de Abrantes, pela carta afonsina de 12 de Abril de 1473, o direito de pescar coral, por 9 anos, desde o Cabo de Espartel até o rio Tadagaste (*Chanc. cit.*, liv. 23, fl. 65). E, enfim, ainda no mesmo século XV, carta de D. João II, de 30 de Setembro de 1488, concedeu, por 3 anos, ao conde de Trevento que 12 barcos de vassallos seus pescassem coral nos mares dos Cabos de S. Vicente e de Espartel, mediante o pagamento da dizima (*Chanc. de D. João II*, liv. 14, fl. 33. — em S. VITERBO, *A pesca*, p. 320).

que, em o dicto tenpo dos dictos çinquo annos, nhũa outra perssoa, de quallquer estado que sseja, nom possa pescar nem mandar pescar o dicto coral, saluo quem elle quisser.

Outrosy, que todo corall que asy pescarem ou mandar pescar que o possa carregar ou mandar pera fora destes rregnos, pera onde lhe prouuer, ssem pagando delle nhũu direito nem outro trabuto, saluo os dictos çinquo por çento da entrada, como dicto he; e, sse em estes rregnos o mandar vender, do que sse asy uender nos paguem nosa sissa.

Outrosy, que todallas rredes e enxarçia e aparelhos das barcas, que pera a dicta obra mandar trazer de fora, que nom paguem della dizima nem portajem nem outro nhũu direito; e que os homes que asy fezer vijnr pera pescar o dicto coral, asy de Marselha e de Proença como de quallquer outro lugar, possam vijnr e estar em estes nossos rregnos sseguramente e sse tornarem sseguramente, ssem lhe sseer fecto nhũu mall nem semrrazom nem tomada nem rrepresaria em seus corpos e mercadorias e aueres, asy em o mar como na terra, per razom de nhũuas guerras nem tomadas nem penhoras nem rrepresarias que ataaqui fossem fectas ou daquy em diante sse fezerem antre estes rregnos e o dicto ssenhorio de Proença ou de Marsselha ou doutros lugares, posto que ssejam ssubdictos delrrej Reynell (2), contanto que os dictos homens e naujos e barcas que de lla vierem nom ssejam daquelles que de nos tomadas ou rroubos teem fectos a nossos naturaaes.

E porem uos mandamos que o conpraes asy em todo como aquy he contheudo, ssem outro embargo algũ. E os nossos almoxarifes e ofiçiaaes, honde o dicto corral tirarem e pescarem, rrecadem pera nos o direito delle, ssegundo per esta carta hordenamos dauer, todo pressente os scpriuãaes do sseu ofiço, pera vijnr a boa rrecadaçom. E promete-mos, per nossa fe rreal, de lhe guardar e conprir e manteer em todo, conpridamente, esta nossa carta como em ella he contheudo.

Dada em Euora, xb dias de janeiro. Gonçalo Annes a fez. Anno de mjl iiij^{to} L.^{ta}

(2) *Renato de Anjou (1409-1480), conde de Provença em 1434 e depois rei de Nápoles e da Sicília, sobre o qual se podem ver LECOY DE LA MARCHE, Le Roi René, Paris, 1879, 2 vols., e J. VICENS VIVES, Juan II de Aragón (1398-1479). Monarquía y revolución en la España del Siglo XV, Barcelona, 1953, com a bibliografia aduzida pelo autor.*

113

16 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Alvaro Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de juiz das sisas de Tomar e seu termo.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 208 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta d'Alvaro Fernandez, escudeiro do jfante dom Anrique, etc., por que o damos por juiz das nossas sisas de Tomar e sseu termo, asy e pella guissa que o ataa ora foy, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xbj dias de janeiro. Elrrej ho mandou per dom Fernando, etc. Joham Afonso, etc., a fez. Anno de mjl iiii^o L^{ia}.

114

18 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João de Sousa, escudeiro do infante D. Henrique, todos os bens que Garcia Fernandes possuía em Santarém, excluída a parte que de direito pertença a sua mulher e filhos, em virtude de os mesmos terem sido confiscados para a coroa, por Garcia Fernandes haver combatido na batalha de Alfarrobeira a favor do infante D. Pedro.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 13, — donde se reproduz; em leitura nova, Estremadura, liv. 8, fl. 262 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, por as maldades e traições que Garcia Fernandez, morador em Santarem, cometeo contra nossa pessoa e rreal estado, seendo com o jfante dom Pedro na batalha da Alfarroubeira que [con]nosco ouue, e por o dicto fecto asi seer notorio e o dicto Garcia Fernandez seer assy em ella, todos seus beens moujs e de

rraiz perteeençem a nos de direito e os podemos dar a quem nossa merçee for;

E ora, querendo nos fazer graça e merçee a Joham de Sousa, escudeiro do jfante dom Anrrique, meu muyto preçado e amado tyo, por os muitos seruiços que dele rregebemos e entendemos de rregeber ao diante, de nosso moto proprio e liure voontade, çerta çiencia, poder asalluto, ssem nolo elle pedjndo nem outrem por elle, fazemoslhe pura, jrreuogauel doaçam, antre os viuos valedoira, deste dya pera todo ssenpre, en tal guisa que numca em algũu tenpo possa seer rreuogada, de todolos beens moueys e de rraiz que o dicto Garçia Fernandez auya e tijna ao tempo que ffoy na dicta batalha com o dicto jffante, com todas suas rrendas e direitos e perteenças, entradas e saidas e com quaesquer outras cousas e direitos e foros que a el direitoamente perteeemçem, por qualquer gujsa que seja. E em esta doaçam sse nom entenda a direita parte que a sua molher perteeençem e dalgũus filhos doutra molher, se a ja teue, porque nom he nossa teençam seer fectos aos sobredictos perjuizo, no que a eles per direito perteeençe, os quaees com o dicto Joham de Sousa deuem auer e rregeber suas direitas partes da mão da dicta ssua molher, aa qual perteeçam sse deue fazer. Os quaes beens que assy a nos perteeençem lhe damos e outorgamos pera elle e todos seus erdeiros e soçesores, asi acendentes como deçedentes, que depos ele veerem e os poderem dar e doar, vender, trocar e escaybhar e fazer deles e em elles o que lhe prouuer, como de ssua cousa propria e corporal posissam.

E porem mandamos a todolos juizes e justiças e nosos contadores e almoxarjfes e ofiçiaaes e pessoas dos nossos rregnos que, presente a dicta molher e filhos, se os hi ouuer, como dicto he, metam em posse o dicto Joham de Sousa da dicta parte de todolos beens mouees e de rraiz que o dicto Garçia Fernandez auya e posuya e lhe de direito perteeençiam, ao tenpo que ffoy na dicta batalha, e lhos leixem auer com todas rrendas e direitos e tomar posse delles, per si ou per outrem, como lhe prouuer, porque nossa merçee e voontade he de os elle auer asi e tam conpridamente como em esta nossa carta he contheudo, ssem enbarguo de quaesquer nosas ordenações, lex, direitos canonjcos, çjuees, grosas e opições de doutores que em contrairo delo sejam, porque queremos que nom ajam em esto lugar.

Dada em Euora, xbiij dias de janeiro. Gonçalo Cardoso a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^o L anos.

115

20 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Soeiro Vaz de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de escrivão da coudelaria de Estremoz, Sousel, Cano e seus termos, como até aí o tinha sido Martim de Abreu, que a ele renunciara.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 204.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Sueiro Vaaz de Pina, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., morador em Estremoz, por que o damos por escriptuam da coudalaria da dicta villa e de Soussel e do Cano e sseus termos, asy e pella guisa que o ataa ora foy Martim dAureu, que o dicto ofício tijinha e o rrenunçou em nossas mãos e disse que o nom queria majs serujr, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xx dias de janeiro. Elrrej ho mandou, per Nunno Martijnz da Silueira, etc. Aluaro Vieira a fez. Anno de mjl iiij^o L^{ra}.

116

20 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique e a pedido deste, em casamento com Isabel de Sousa, as rendas e direitos das judiarias do almoxarifado de Portalegre, salvo os serviços novos, e a renda das fangas da mesma localidade, com certas excepções, bem como os direitos reais de Alegrete.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 3 v., — donde se reproduz; em leitura nova, Guadiana, liv. 3, fl. 247.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Gonçalo Rodriguez de Soussa, capitam moor dos nossos ginetes, traz de nos, enquanto nossa

merçee for, as rrendas e direitos que nos auemos e deuemos dauar das judarias do almoxarifado de Portalegre, afora os seruiços nouos, que mandamos que sse rrecadem pera nos, e bem asy tem de nos a rrenda das fangas da dicta villa de Portalegre, tirando os direitos que pertencem a alcaidaria do dicto lugar, as quaaes som a tomada das armas e as penas dos barregueiros e as mançebas dos clérigos e o uerter das augas de noute e as penas dos escomungados. E mais ha de nos todollos direitos rreeaaes que nos auemos em a villa dAlegrete, emquanto nossa merçee for.

E ora, o jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos emviou dizer que ele trautara cassamento antre Issabell de Soussa, filha do dicto Gonçallo Rodriguez, e Pero de Taauares, fidalgo da cassa do dicto meu tyo, e que de fecto o firmou, e antre as coussas que lhe o dicto Gonçallo Rodriguez auya de dar com ella, em casamento, lhe leixaua as dictas rrendas e direitos, pella guysa que as elle de nos auya, pedindonos que lho outorgassemos asy. E nos, visto sseu rrequerimento e a çertydõoe que nos o dicto jfante enujou de como dello ao dicto Gonçallo Rodriguez prouue, e querendo fazer graça e merçee ao dicto Pero de Taauares; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta pressente era em diante, emquanto nossa merçee for, todallas dictas rrendas e direitos pella guissa que as de nos auya e tijnha o dicto Gonçalo Rodriguez.

E porem mandamos ao nosso almoxarife que ora he da dicta villa e ao escprium de sseu ofiçio e a outros quaaesquer que depos elle veerem, por nossos almoxarifes e escpriuães, e a quaaesquer outros nossos ofiçiaes e perssoas que esto ouuerem de uer, que daquy em diante lhe leixem teer e auer os ssobredictos direitos e seruiços ssusso scriptos e arrendar a quem e a quaaesquer que elle quiser e por bem teuer, ssem lhe poendo em ello nhũ embargo em algũa guissa, porque nossa merçee e vontade he de elle todo asy teer e auer e rrecadar pera sy, emquanto nossa merçee for, asy e tam conpridamente como sse pera nos tirassem. E o dicto almoxarife faça assentar esta carta no liuro do escprium de sseu ofiçio. E per o dicto rregistro mandamos aos nossos contadores que lhe rregebam em despesa aquello que as dictas rrendas e direitos e seruiços rrenderem, mostrandosse sseerem ssobre elle postos em rreçeppta. E o dicto Pero de Taauares teenhaa, pera sua guarda.

Dada em Arrayollos, xx dias de janeiro. Gonçalo Cardoso a fez. Anno de mjl iiii^o L.^{ta}.

117

20 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a tença anual de 10.000 reais brancos, a qual pertencia a Gonçalo Rodriguez de Sousa, a pedido do dito infante, que tratava do casamento de Pedro de Tavares com Isabel de Sousa, filha de Gonçalo Rodriguez.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 3 v., — donde se reproduz;
e Chancelaria de D. João II, liv. 26, fl. 88.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Gonçalo Rodriguez de Sousa, capitam moor dos nossos ginetes, ha de nos, de teença em cada hũ anno, dez mil rreaes brancos, emquanto nossa merçee for. E ora o jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos enviou dizer que elle traudara cassamento e de fecto confirmara antre Issabell de Sousa, filha do dicto Gonçalo Rodriguez, e Pero de Taavares, fidalgo da cassa do dicto meu tyo, e que de fecto o firmou; e, antre as coussas que lhe auya de dar com ella em cassamento, lhe leixaua a dicta teença, ssegundo a de nos auya, pedindonos que lho outorgassemos asy.

E nos, visto sseu rrequerimento e a certidão que nos o dicto jfante emvyou e de como asy dello ao dicto Gonçalo Rodriguez prouue e, querendo nos fazer graça e merçee ao dicto Pero de Taauares; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, de tença, em cada hũ anno, des primeiro dia de janeiro que foy desta cra em diante, emquanto nossa merçee for, os dictos dez mjl rreaes, aos quarteas, per carta nossa, que dello auera em a nossa fazenda, em cada hũ anno. E, por rrenenbrança dello, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em Arrayollos, xx dias de janeiro. Gonçallo Cardoso a fez.
Anno de mjl iiij^o L.^{ta}

118

26 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Vasco Lopes, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão das sisas de Sanfins e São Salvador.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 21.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Vasco Lopez, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., per que o damos por escpriuam das nossas sissas da terra de Samfijnz e Sam Saluador, asy e pella guissa que o ataaqui era, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xxbj dias de janeiro. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. FernandAfonso a fez. Anno de mjl iiij^o L.^{ta}

119

5 FEVEREIRO 1450

Carta do doge e conselho de Génova ao governador da cidade de Savona, a dizer-lhe haver chegado procurador do rei de Portugal sobre divida de Bartolomeu Serrato, morador naquela cidade; e, por não deverem proceder sem ouvirem as partes, ordenam-lhe cite o dito Bartolomeu para comparecer perante eles no prazo de seis dias, a contar do recebimento da carta ou do respectivo aviso, sem qualquer escusa; pois o assunto deve ser resolvido juridicamente em Génova (1).

ASG., *Litterarum registri*, vol. 13, fl. 548 v.

Citada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 58, nota 182 a.

(1) Cfr. os DOCS. 103 e 111.

Petrus, dux, et consilium.

Egregio ac prestanti v[iro] Francisco Regi, gubernatori ciuitatis Saone, nobis carissimo.

Serenissimus dominus rex Portugallie huc misisse dicitur procuratorem suum, quedam petiturum a Bartholomeo Serrato, qui istic Saone esse dicitur. Vt autem quicquid a nobis agendum erit, nonnisi recte et auditis partibus fiat, committimus vobis vt Bartholomeo ipsi precipiatis vt ad nos accedat intra dies sex, a presentatione harum litterarum siue ab admonitione per vos sibi facienda, proxime secuturos, omni prorsus excusatione amota. Cum enim que regius procurator petiturus est a preda originem et causam habeant, indubium est eum teneri vt hic Janue stet iuri. Vos autem rescribite nobis qua die a vobis ita monitus sit ad nos venire.

Data v^a februarii, [anno 1450].

120

6 FEVEREIRO 1450

Texto de pública-forma, segundo a qual João do Campo, escudeiro do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu, solicitou da câmara da mesma cidade mandasse registrar em seu livro a carta do regente D. Pedro de 13 de Janeiro de 1449, de concessão a D. Henrique de feira na dita povoação, e ordenasse lhe fosse passada dela transcrição notarial, com receio de que viesse a inutilizar-se o original respectivo, que apresentou.

ADV., Pergaminhos do Cabido, maço 27, n.º 45. Original em pergaminho.

Saibham quantos este estormento de trellado, fecto em puurica forma per autoridade de justiça virem como, no anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de m^jll e quatroçentos e çinquenta annos, seis dias do mes de feureiro, na çidade de Viseu, dentro no paaço da rrollaçom dessa meesma, em pressença de mjm, Joham Lourenço, puurico tabaliam por nosso ssenhor elrrey em a dicta çidade e termos della e scpriuom da camara, e das testemunhas que adiante ssom escriptas, estando hi de presente Ruy Barreiros e Joham Martijnz, escudeiros, juizes hordenairos por elrrey em essa meesma; e outrosy, estando hy de presente Tome Affonso

e Luis Coelho, vereadores, e Aluaro Eannes, procurador do conzelho da dicta cidade, e outros homeens boons da rrollaçom;

Pareçeu hy de presente Joham do Canpo, escudeiro do ssenhor jfante dom Anrrique, morador em a dicta cidade, pollo quall foy apresentada hũa carta delrrey nosso ssenhor, scrita em purgamjnho, asseela[da], asynada per el e asseellada do sseu sseello pendente, colgado per fita branca e cardea, assegundo per ella pareçia, da quall o theor he tall.

Segue-se a transcrição da citada carta de 13 de Janeiro de 1449, — o nosso DOC. 2.

E, apresentada asy a dicta carta, como dicto he, o dicto Joham do Canpo rrequereo aos dictos juizes que a mandassem registrar no liuro da camara e lhe mandassem dar ho trellado della em puerica forma, sob synal de mym, dicto tabaliam, porquanto sse a dicta podja perder, per augua ou per fogo ou per outro casso fortoyto. E os dictos juizes, visto seu rrequerjmento e como a dicta carta nom era antreljnhada nem rris-cada nem viçada nem rrespançada em lugar ssospeito, ante careçia de todo viço e ssospeiçom, mandaram a mym, dicto tabaliam, que rregistasse a dicta carta no dicto liuro da camara e desse o dicto trellado ao dicto Joham do Canpo, segundo per ell era pedido, ssob meu sinal; porquanto me elles dauam pera ello sua auctorjdade ordjnaria. O quall trel-lado elles mandauam que uallesse e fizesse fe como sse fosse o proprio oreginal.

Testemunhas: Joham Pinto e Affonso de Mansilha e Joham da Maya, scudeiros do dicto ssenhor jffante, moradores na dicta cidade, e outros. E eu, Joham Lourenço, tabaliam sobredicto, que este estormento, per mandado e auctorjdade do djeto juiz, scpreuj e aqui meu sinal fiz, que tall he (*Sinal do notário*). Pagou xbj rreaaes.

121

6 FEVEREIRO [1450]

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Martim Vasques, criado e escudeiro do infante D. Henrique, para tabelião do cível e crime de Lagos.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 4v.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Martim Vaasquez criado e escudeiro do jffante dom Henrrique, em que o dam por tabaliam do ciuel e crime da villa de Lagos e sseu termo, assy e pella guissa que o elle ataa ora foy, etc. Em forma.

Dada [em E]uora, bj dias de ffeureiro. Elrrej o mandou pello doutor Ruy Gomez d[Alu]arenga, sseu vassallo e do sseu [dessenbargo e viçe chanceler]. DiegAfonso, per Gomez Borges, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de [mjl iiij^o L^a].

122

6 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a Frederico, rei dos romanos, em que o primeiro, respondendo a carta do segundo, o convida a mandar emissários a Nápoles em 15 de Agosto próximo, como também fará o soberano de Portugal, a fim de se tratar do casamento daquele com a infanta portuguesa D. Leonor.

ACA., Cancellaria Real, Registro 2544, fl. 8r.-v.

Alfonsus, etc.

Serenissimo et jllustrjssimo principi Frederico, romanorum regi semper augusto, fratri nostro carissimo, salutem et prosperorum ad vota successuum jncrementa.

Serenissime et jllustrissime princeps, frater noster carissime. Hesterno die, per harum gerulum, literas vestre fraternitatis accepimus, quibus plene jntellectis, ad ea que digna responsione sunt respondemus, laudantes optimam deliberationem per illam nostram, jn differendo transmissionem oratorum suorum, qui, pro tractu matrjmonij jnter excellentissimam fraternitatem vestram et jnclitam Elionorem de Portugalia, sobrjnam nostram sororemque jllustrissimj principis Alfonsi, regis Portugalie, sobrjnj nostri carissimorum, celebrandi, ad nos, jn festo natiuitatis Domjnj prope decurso, venturj erant.

Ad hec, vero, que a nobis postulatis, vt, pro eujtandis circuitibus et negocij huius acceleratione, termjnum et diem competentem ac locum vbi ipsum negocium solemnjter celebretur, dietam nostris lieteris prefigamus, jntimemus et nomjnemus, vt illi vestri oratores, vna cum alijs per dictum serenissimum regem Portugalie, ea de causa, ad nos mictendis assint;

nos, qui rem hanc vt votiue concludatur peroptamus et proculdubio speramus, habita prius ad locorum distanciam consideracione opportuna, diem quintum decimum mensis augusti proxime futurum annj presentis, a natiuitate Dominj millesimj quadringentesimj quinquagesimj, qua die festum Assumptionjs Gloriosissime Virginjs Marie celebrabitur, eo scilicet loci vbi personaliter aderimus, ad ipsam celebrandam dietam, excellentissime fraternitati vestre prefigimus, jintimamus et nomjnamus, illam hortantes vt suos oratores, plene instructos, jta celeriter expediat, quod ipsa die, vna cum dictis oratoribus jllustrissimj regis Portugalie, coram nobis conueniant, cui regi Portugalie etiam nostris lictis dietam ipsam significamus et vt eosdem suos oratores ad nos mictat rogamus. Superest, serenissime et jllustrissime princeps, vt si alia, tam super hec quam alijs vestre fraternitatis negocijs facturj sumus, nos faciat cerciores, quonjam parati sumus jn omnem gloriam et honorem fraternitatis vestre, quam diu valere cupimus.

Datum jn castello Turrjs Octaue, die sexto mensis februarij, anno a natiuitate Dominj M.º quadringentesimo qujnquagesimo. Rex Alfonsus.

Serenissimo et illustrissimo
principi Frederjco, romanorum
regi semper augusto, fratrj nostro
carissimo.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

123

6 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a dizer-lhe que, em razão de carta que recebera de Frederico, rei dos romanos, lhe marcara o dia 15 de Agosto para os emissários dele se encontrarem com o soberano aragonês em Nápoles, a fim de tratarem do seu casamento com a infanta D. Leonor de Portugal; pelo que pede ao monarca português, se a este parece bem concluir-se o dito matrimónio, envie os seus delegados na mesma data.

ACA., Cancilleria Real, Registro 2544, fl. 9.

Muy alto e muy excellente rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrinio ermano e amjgo. Nos, don Alfonso, por la gracia de Dios rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como

aquell que mucho amamos e preciamos e pora quien querjamos tanta honra e prosperidad como vos mesmo deseades.

Muy alto e muy excellente rrey. Recebido hauemos vna letra del serenissimo e jllustrissimo principe el rrey de los rromanos, responsiua a otra letra que le haujamos escrita sobrel matrjmonjo ques tracta entrel dicho rrey e la jnelita dona Leonor de Portugal, sobrina nuestra muy cara e vuestra ermana, a la qual letra respondemos al dicho rrey de los rromanos segunt por el traslado que con la presente vos embiamos poreys mas largamente veer, specialmente como hauemos assignado jornada pora que, el dia de Nuestra Dona del mes dagosto prjmero venjente, vuestros embaxadores e del dicho rrey sian con nos, por tractar de la conclusion del dicho matrjmonjo.

E por que deseamos la conclusion del dicho matrimonio, si a vos bien vendra, notificandouos las dichas cosas, vos rogamos que, essendo vos plaziante el dicho matrjmonjo, nos mandeys vuestros embaxadores plenamente jnstruidos sobrel dicho negocio, a los quales dareys orden que a la dicha jornada sian con nos, por praticar e concluir el dicho matrjmonjo. E sia, muy alto e muy excellente rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino, la Sancta Trjnjdad vuestra continua proteccion.

Dada en el castillo de la Torre Octaua, a vj dias del mes de ffebrero del anyo de la natiujdad de Nuestro Senyor mil quatrocientos cinquanta. Rex Alfonsus.

Dirigitur regi Portugalie.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

124

10 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos órfãos e judeus da cidade de Viseu e seu termo, como o tinha sido Pedro Afonso, falecido.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 208 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Gonçalluez, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., por que o damos por juiz dos horfãos e judeus da çidade de

Ujsseu e sseu termo, por tres annos, asy e pella guissa que o era Pedro Afonso, por cuja morte os dictos officios vagarom, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, x dias de feureiro. Elrrej ho mandou, per os doutores Ruj Gomez dAluarenga e Pero Lobato, etc. Rodrigo Anes, por Bras Afonso, a fez. Anno de mjl iiij^o L^a.

125

13 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Pedro Afonso, de Santarém, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 21.

Dom Afonso, etc.

Item, preujlegeo de beesteiro da nossa camara de Pedro Afonso, morador em Santarem, a rrequerimento do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xiiij dias de feureiro. Diogo Borjes a fez. Ano de mjl iiij^o L^a.

126

17 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Afonso, residente no Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 134 v.

Item, carta de Joham Afonso, morador em a çidade do Porto, bees-teiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Em forma.

Dada em a çidade dEuora, xbiij dias de ffeureiro. Dieguo Borjes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

127

18 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar Álvaro Vasques, oleiro, de Coimbra, de acontiado, por ser criado de João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 22.

Dom Afonso, etc.

A vos, VaasquEannes, coudell por nos na çidade de Cojnbra, [fazemos saber] que Joham dAlboquerque, do nosso consselho, caualleiro da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tio, nos disse que ell tem cassado, em essa çidade, hũu seu criado, a que chamam Aluaro Vaasquez, oleiro, o quall he prestes de serujr com ell em qualquer armada ou hida a que elle vaa por nosso seruiço; e, porque o poderees aconthiar, que nos pedia por merçee que, pollo sseu, o rreleuassemos.

Porem vos mandamos, se assy he sseu criado e o cassou, como diz, e ajnda nom he acontiado, que o nom costringaaes nem aconthiees em nehũa guissa, porquanto a nos praz que elle seja assy escussado, ssem outro embargo que a ello ponhaaes. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xbiiijº dias de ffeureiro. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiijº L.

128

18 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Pais, barbeiro, besteiro do infante D. Henrique, residente em Lisboa.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 134 v.

Item, carta dAluaro Paez, barbeiro, morador em a çidade de Lixboa, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Em forma.

Dada em a çidade dEuora, xbiiij dias de ffeureiro. Diego Borjes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiijº L.

Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, que, no prazo de oito dias depois de recebida a presente, retire para fora do país, uma vez que faltou ao compromisso assumido, roubando em Castela e fazendo guerra ao respectivo monarca (1).

AHNM., Osuna, Legajo 3.909, n.º 17. Original em papel, sem selo, — donde se reproduz.

Publicada, com incorrecções, em *Memorias de Don Enrique IV*, t. 2, p. 26.

(1) Nas renhidas lutas civis que em 1449 se travaram em Castela entre o príncipe herdeiro D. Henrique e os titulares seus sequazes, em que não faltou a velha e interessada intromissão navarro-aragonesa, por uma parte, e el-rei D. João II, o seu favorito D. Álvaro de Luna e adeptos deles, entre os quais o nosso duque de Coimbra, por outra parte, tinha o citado Luna, a quem o outro bando desejava apelar do seu supremo mando de Castela, confiança grande no apolo de Portugal. Recebera-o de 1439 a 1449, através do regente D. Pedro, que, ainda depois de destituído da regência do reino se avistara com Luna em Ledesma, confiantes ambos em se valerem mutuamente, num derradeiro e desesperado recurso. Morto, porém, D. Pedro em Alfaroelra em Maio de 1449, «la muerte del duque de Coimbra permite el triunfo en Portugal de un partido que, por ley natural, es hostil a don Alvaro de Luna. Un hijo del difunto, el condestable Pedro, testimonio de una alianza comprometidora, buscó refugio en Castilla, en donde habia de permanecer siete años» (SUAREZ FERNANDEZ, *Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, p. 200).

Um dos titulares de Castela que, em 1449, alinhavam na primeira das duas citadas facções políticas era o conde de Benavente, D. Afonso Pimentel. Preso por ordem do rei castelhano, conseguiu evadir-se e, em Fevereiro do referido ano, permitiu-lhe D. Afonso V homiziar-se em Portugal, como já vimos (Cfr. o nosso DOC. 75). Acolheu-o, em Mogadouro, por ordem do soberano português, Álvaro Pires de Távora, senhor da vila: — «se fué al rreyno de Portugal, a vna villa cerca del moxón de Portugal que se llama Madogoyro, en la qual fué anparado e rreçep-tado, porquanto era natural de Portugal de parte de su padre e tenía ende muchos buenos parientes» (*Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 374, p. 517). Acima de tudo contava o lado político: os serviços prestados por seu pai João Afonso Pimentel a el-rei D. Duarte e à falecida rainha D. Leonor, como sublinhou D. Afonso V, em sua citada carta de 7 de Agosto de 1449. E por mais de uma vez D. Afonso Pimentel se refugiou em Portugal, até, segundo o coevo cronista CARRILLO DE HUETE, «por tratar de allí sus fechos con mayor seguridad de su persona» (*Crónica del Halconero*, cap. 383, p. 537). Ora esta sua atitude comprometia-nos com o país vizinho, por D. Afonso continuar a hostilizar D. João II de Castela (Cfr. a *Crónica de Don Juan, II*, p. 669). Daí a presente ordem régia, de extradição ao conde de Benavente.

Honrrado comde, amigo. Nos, dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Cepta, uos enuyamos muyto saudar, como aquelle pera que queriamos que Deus desse saude e bõa uentura.

Bem sabeis em como, com temor delrey de Castella, nosso muyto amado e preçado tyo, vos uehestes a nossos rregnos. E, posto que per o dicto rrey fossemos rrogado e rroquerido que uos nom colhessemos em elles, nom o quissemos fazer, assy por teermos voontade de uos fazer fauor e merçee, como por sentirmos que nom quebrantariamos por ello as pazes que antre nossos rregnos e os de Castella som firmadas (2); pois dos dictos rregnos nom trouxerces rroubo algũ nem sairees dos nossos a em elles fazer guerra ou outro dapno. E despois nos escpreuestes, pedindonos de merçee que uos mandassemos dar nossa carta, per a quall em toda nossa terra fossees rrecebido. E prouuenos de vollo outorgar, com condiçom que nom fizessees rroubo algũ em os dictos rregnos. E ora nos he dicto que uos obrastes contra a forma da dicta carta, rroubando em Castella e fazendo guerra ao dicto rrey.

E, porque dando nos a esto lugar e nom o estranhando segundo os trauctos das dictas pazes rrequerem, poderja seer causa de sseu quebramento, o que nom he nossa teençom, ante as entendemos senpre guardar segundo a rrazom nos obriga; porem nos uos mandamos que, do dia que uos esta nossa carta for pressentada a oyto dias primeiros seguintes, nos partaaes de nossos rregnos. E, aalem desto, crede Lourenço Abull, escpriuam de nossa camara, do que uos diser da nossa parte.

Scprita em Euora, xix dias de feureiro. Martim Aluarez a fez, 1450.

(as.) El Rey . . .

No verso: Ao honrrado Dom Afonso Pimentell, conde de Benaute em os rregnos de Castella.

(2) Pode ver-se o Tratado de Paz entre Portugal e Castela de 30 de Outubro de 1431, a pa. 20 e ss. do nosso vol. 4.

130

21 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Fernão Barbosa, criado e escudeiro do infante D. Henrique, assim como a seu irmão Lopo Correia, o privilégio concedido por el-rei D. João I à quinta de Cerzedelo, julgado de Lanhoso.

ANTT., Além-Douro, liv. 4, fl. 170, — donde se reproduz; e liv. 1, fl. 38 v.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, por parte de Lopo Correa e Fernam Barbosa, ambos irmãos, nos foy apresentada hũa carta delrey dom Joham, meu avoo, cuja alma Deus aja, seellada do sseu seello pendemte, da quall o theor tall he, como sse adiante segue.

Segue-se a transcrição de carta de el-rei D. João I, de 13 de Julho de 1386.

E, apresentada a dita carta, os sobreditos Lopo Correa e Fernam Barbosa nos disserom que Gomçallo Aranha, em viuemdo, avia, lograua e possuia a dita quymtã, a quall Ruy Vaaz Aranha, seu padre, irmão do dyto Gomçallo Aranha, per sua morte sobçedera e que, per morte do dito Ruy Vaaz, a dita quymtã fiquara a elles, como sseus filhos lidemos que ssom, e que, por seerem criados e escudeyros do yffante dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tyo, elles continuadamente andauam em sua casa e foralhes dado hũu tytor, que ouuesse de rreger e ministrar e procurar sseus beens e todo ho sseu, per cuja negligência a sobredita carta de priuilegio nom fora confirmada per elrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, e que, por seerem ambos de hidade lidema e comprida, partirom ja amtressy todollos beens que assy ficarom per morte do dito seu padre e que a dita quymtã com seu couto e jurdiçom aconteçera, em parte e quinhom, ao dito Fernam Barbosa; e que porem nos pediam por merçee que a elle comfirmassemos a dita carta de priuilegio e coutamento.

E nos, veemdo o que nos assy deziam e pediam e queremdo fazer graça e merçee ao dyto Fernam Barbosa, teemos por bem e confirmamoslhe a sobredita carta, nom embargamdo que lhe nom fosse confirmada per o dito senhor rrey, meu padre.

E porem mandamos a todollos corregedores, juyzes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaaesquer offiçiaaes e pessoas a que desto

o conhecimento perteeemçer per qualquer guysa, a que esta carta for mostrada, que a cumpram e guardem e façam comprir e guardar bem e compridamente em todo pella guysa que em ella he comtheudo, e lhe nom vão nem comsemtam hyr contra ella em nenhũa guysa que seia. E hũus e outros all nom façades.

Dada em Evora, xxj dias de feureyro. Elrrey ho mandou, per os doutores Ruy Gomez e Pero Lobato, etc. Jorge Diaz, por Felipe Affonso, a fez. Anno de mill e iiij^o L.

131

22 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a antiga concessão feita aos moradores de Coruche, no sentido de todas as penas impostas aos mesmos serem applicadas à reparação das pontes daquela vila, em vez de reverterem para a chancelaria do infante D. Henrique, governador do Mestrado de Avis.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 25, — donde se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 3, fl. 250 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o conçelho e homeens boons de Curuche nos emviarom dizer que per os rex passados meus auoo e padre, cuja alma Deus aja, comsijramdo quamto aos moradores do dicto lugar e camjnhantes que per hi passauam eram neçessarias e proueitas as pontes que em a dicta vila estam, forom outorgadas todalas penas postas aos moradores do dicto lugar pera rrepaíro e prouijmento da dictas pontes, porquamto os dictos moradores eram tam poucos e tam pobres, que a elo nom podiam satisfazer, segumdo de todo ouueram carta do dicto ssenhor rrey, meu ssenhor e padre, a qual era em poder do craueiro e lhe fora furtada com algũas outras cousas que lhe furtarom; e que ora Gonçalo Vaasquez ouujdor em as terras do meestrado dAujs, posera certas penas pera a chamçelaria do jffante dom Anrrique, meu muito prezado e amado tio, gouernador do dicto meestrado, hindo contra a carta do dicto ssenhor e priua[n]doos da merçee que lhes fecta e outorgada era, no que diziam que lhes era fecto grande agrauo, pedimdonos por merçee que a ello lhe ouuessemos algũu rremedyo.

E nos, visto sseu rrequerimento e pedir e consijrando quanto as dictas pontes sam bem neçesarias aos moradores do dicto lugar e aos camjnhantes que per hi passam, como dicto he, e querendolhes fazer graça e merçee, que quaesquer penas postas aos dictos moradores ataa ora per os juizes do dicto lugar ou per o dicto Gonçalo Vaasquez ou per quaesquer outros nossos ofiçiaes e asi daqui jn djante postas forem todas sejam apropriadas pera as dictas pontes, pera rrepaíro e prouijmento delas, asi de pregadura come de madeira.

E porem, per esta carta mandamos aos dictos juizes, que ora ssam e ao diamte forem em o dicto lugar, e ao dicto Gonçalo Vaasquez, ouujdor, e a quaesquer outros ouujdores que em pos elle em o dicto meestrado forem e a todalas outras nosas justiçaes e ofiçiaees e pessoas a que esto perteençer que asi cumpram e guardem esto e façam esto guardar compridamente em todo como per nos he mandado e outorgado, ssem nhũu outro enbarguo que sobrelo ponham. Vnde al nom façades.

Dante em a nosa cidade dEuora, xxij dias do mes de fevereiro. Diogo de Figueiredo a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^o e L anos.

132

25 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Alvares Serrão, escudeiro do infante D. Henrique, em vedor dos vassallos régios de Pombal, Soure, Redinha, Ega e seus termos, por se lhe haver perdido a respectiva carta.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 30 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Diogo Alvarez Sarraom, escudeiro do jfante dom Amrrique, etc., per que o damos por veedor dos nossos vasallos de Pombal e de Soure e da Radinha e dEgua e sseus termos, asy e pella guisa que o dhi foy o tenpo passado, per nossa carta que dello tijinha, a quall sse perdeo, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xxb dias de fevereiro. Gonçalo de Moura a fez. Anno de mjl iiij^o L^a. Ruj Galuom a fez escrepuer.

133

27 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Fradique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a carta de el-rei D. Fernando de 1 de Novembro de 1380, a coutar e honrar a quinta de Travanco, em termo de Vouga, a rogo de Gonçalo Mendes, da qual é agora proprietário o dito D. Fradique (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 95 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 8, fl. 183.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos saber que dom Fadrique de Castro, fidalgo da cassa do jfante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos apresentou hũa carta delrrey dom Fernando, da quall o teor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de el-rei D. Fernando de 1 de Novembro de 1380, a coutar e honrar a quinta de Travanco, termo de Vouga, a pedido de Gonçalo Mendes, cavaleiro, seu vassalo.

E pidionos o dicto dom Fadrique por merçee que, porquanto ora a dicta quintãa era sua, que lhe mandassemos confirmaar a dicta carta. E, visto sseu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee, confirmamoslha asy e pella guissa que em ella he conteudo.

(1) Fradique de Castro, o Tagarote, filho de D. Alvaro Pires de Castro e de D. Maria Lobo, foi servidor do infante D. Henrique como seus irmãos D. Pedro e D. Alvaro; incorporado na hoste henriquina, é um dos Castros que encontramos na expedição de 1437 contra Tânger (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 15). Dois anos depois, vemo-lo alinhar entre os adeptos politicos do infante D. Pedro (PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 45). Em 1445, com seu irmão D. Alvaro, tomou parte na expedição do condestável D. Pedro, enviada pelo pai deste e regente do reino, em auxilio de el-rei D. João II de Castela contra os Infantes de Aragão (*Crónica de Don Juan II*, año de 1445, cap. 14, — transcrito em a nota da p. 281 do vol. 8 de *Monumenta Henricina*). Quatro anos mais tarde, D. Fradique é das «pessoas de bom entender, esforço e autoridade» que desaconselham o duque de Colmbra de avançar militarmente contra el-rei D. Afonso V, alinhando assim com outros illustres cavaleiros e fidalgos na prudente opinião do Dr. Alvaro Afonso (PINA, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 110). Começamos a dar agora uma série de documentos relativos àquele fidalgo henriquino, dos anos de 1450, 1451 e 1453.

E porem mandamos a todallas nossas justiças e pessoas a que esta carta for mostrada e lhe o conhiçimento della pertença, que lha conpram e guardem e façam conprir e guardar ssem outro algũu embargo, ca asy he nossa merçee.

Dada em a cidade dEuora, xxbij dias de feureiro. Aluaro Vieyra a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^o L.^{ta}.

134

2 MARÇO 1450

Carta do infante D. Henrique, a doar a Jácome de Bruges, seu servidór e natural do condado de Flandres, a capitania da Ilha Terceira, Açores, para ele e descendentes, a fim de a povoarem com pessoas que professassem a fé católica e da qual haveriam a dízima de todas as dízimas ali pertencentes à Ordem de Cristo bem como a jurisdição cível e crime, menos em pena de morte e de mutilação (1).

Desconhece-se o original ou cópia autêntica deste documento, reproduzido, em primeira mão, por ANTÓNIO CORDEIRO, *História Insulana*, p. 243, trasladado de feito que correu entre os herdeiros de Jácome de Bruges e os Corte-Reais, — donde o reproduzimos; dali o tomaram para o Arquivo dos

(1) A autenticidade deste documento foi impugnada, entre outros, por FERREIRA DE SERPA: — «Deserta e não doada, até 22 de Agosto de 1460, como a Graciosa, assim se encontrava a Ilha Terceira ou de Jesus Christo e por isso é falsa, por ser anterior a esta, a carta de doação a Jácome de Bruges (em 21 de Março de 1450) que aparece nas *Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso*» (Em um documento falso, infracitado, na «Revista de Arqueologia», t. 1, Lisboa, 1932-34, ps. 221-22). O autor partiu da carta de 22 de Agosto de 1460, de doação pelo infante D. Henrique, das ilhas de Jesus Christo ou Terceira e Graciosa ao infante D. Fernando e seus descendentes (Publicada, por exemplo, em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses* vol. 1, ps. 575-76, extraída do ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118).

Respondendo a critica idêntica de JOÃO TEIXEIRA SOARES DE SOUSA, VELHO ARRUDA defendeu a autenticidade do documento, admitindo, embora, que a carta henriquina em causa haja sido mal lida em certos passos, que na mesma tenha havido interpolações e que o ano esteja errado, portanto 1450 por 1460 (*Colecção de documentos*, ps. CXLVIII e ss.). Tratando-se de texto extraído de pleito ou de processo cível entre os Bruges e os Corte-Reais, como declarou ANTÓNIO CORDEIRO, julgamos ser possível que ele tenha sido adulterado propositadamente, em pública-forma extraída do original ou já em anterior pública-forma do mesmo, para fazer vingar determinados direitos.

[illegible]

Açores, vol. 4, p. 207; editado por GASPAR FRUTUOSO, *Saudades da terra*, liv. 6, ps. 62-64, com a data de 21 de Março; daqui o tomou, por isso, com a mesma data, por três vezes, FERREIRA DE SERPA, *Dois açoreanos no Governo Interino proclamado em 15 de Setembro de 1820*, em *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*, Lisboa, 1917, e em *Um documento falso atribuído ao Infante D. Henrique ou a carta de doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges*, Lisboa, 1932-34; de SERPA, com a mesma data de 21 de Março, o trasladou VELHO ARRUDA, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, 1932, ps. 80-81, sublinhando, porém, que, na *História Insulana*, a carta tem a data de «2 dias do mez de Março»; enfim, SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portuguezes*, vol. 1, p. 470, tomou-o de ANTONIO CORDEIRO.

Eu, o Infante D. Henrique, Regedor e Governador da Ordem da Cavallaria de Nosso Senhor Jesu Christo, Duque de Vizeu e senhor da Covilhã, faço saber aos que esta minha carta virem que Jacome de Bruges, meu servidor, natural do condado de Flandes, veyo a mim e me disse que, porquanto, desde *ab initio* e memoria dos homens, se não sabião as Ilhas dos Asores sob outro aggressor senhorio, salvo meu, nem a Ilha de Jesu Christo, terceyra das ditas Ilhas, a não souberão povoada de nenhuma gente que ategora fosse no mundo e, ao presente, estava erma e inhabitada; que me pedia por merçe que, porquanto elle a queria povoar, que lhe fizesse della merçe e lhe desse minha Real authoridade para ello, como senhor das Ilhas.

E eu, vendo o que me assim pedia ser serviço de Deus e bem e proveyto da dita Ordem, querendolhe fazer graça e merçe, me apraz de lha outorgar como ma elle pedio. E tenho por bem e mo praz que elle a povoe de qualquer gente que lhe a elle aprouver, que seja da Fé Catholica e santa de Nosso Senhor Jesu Christo; e, por ser causa da primeyra povoação da dita Ilha, haja o dizimo de todos os dizimos que a Ordem de Christo houver para sempre e aquelles que de sua geração descenderem; e tenha a Capitania e governança da dita Ilha como a tem por mim João Gonçalves Zargo na Ilha da Madeyra, na parte do Funchal, e Tristão, na parte de Machico, e Perestrelo, no Porto Santo, meus Cavalleyros e, depois delle, a qualquer pessoa que da geração delle descender; e a hajão assim pela guiza que a estes Cavalleyros a tenho dada e que da dita Ordem a hão; e quero que elle tenha todo o meu poder e regimento de justiça na dita Ilha, assim no civil como no crime, salvo que venhão por apellação de ante elle, os feytos de mortes de homens e talhamento de membros, que resalvo para mim e para mayor alçada, assim como nas dictas Ilhas da Madeyra e Porto Santo.

E me apraz, por alguns serviços que do dito Jacome de Bruges tenho recebido, porquanto me disse que elle não tinha filhos legitimos e somente duas filhas de Sancha Rodriguez, sua mulher, que se elle não houver filhos varões da dita sua mulher, que a sua filha mayor haja a dita

Capitania e os que de sua geração descenderem; e, não havendo sua filha mayor filhos, havemos por bem que a filha segunda, que depois da morte da primeyra ficar, possa haver a dita Capitania para filhos e filhas, netos e descendentes e ascendentes que das ditas descenderem, com aquellas liberdades e poderes que aos ditos capitães tenho dadas, porque assim o sinto por serviço de Deos e accrescentamento da Santa Fé Catholica e meu, pelo dito Jacome de Bruges povoar a dita Ilha tão longe da terra firme bem duzentas e sessenta legoas do mar oceano; a qual Ilha se nunca soube povoada de nenhuma gente que no mundo fosse ategora.

E rogo aos Mestres e Governadores da dita Ordem que depois de mim vierem que fação dar e pagar ao dito Jacome de Bruges e seus herdeyros que delle descenderem a dita dizima do dizimo que a dita Ordem na dita Ilha houver, como lhe por mim he dada e outorgada. E não consintão lhe ser feyto sobre ello nenhum agravo. E peço por merce a El Rey meu Senhor e sobrinho e aos Reys que delle vierem que ao dito Jacome de Bruges e aos herdeyros que delle descenderem fação pagar o dito dizimo à dita Ordem do que na dita Ilha houver e que lhe fação pagar a dita dizima do dito dizimo aos Mestres ou Governadores da dita Ordem, como lhe por mim he dado e outorgado para sempre, em todo lhe faça ter e tenha a dita merce, que lhe por mim he feyta. E, por segurança sua, lhe mandey ser feyta esta minha carta, assinada por minha mão e sellada do sello de minhas armas.

Feyta em a Cidade de Silves, a 2 dias do mez de Março. Pedro Lourenço a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e cincoenta annos.

135

2 MARÇO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Vasco Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Castro Verde.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 152.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Vasco Estevez, morador em Crasto Uerde, beesteiro da camara do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, ij dias de março. Lopo Fernandez a fez. Anno de mjl iiij^o L^{ia}.

136

10 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Fradique de Castro, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, privilégio que havia de el-rei D. João I e alvará de D. Duarte.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 96, — donde se reproduz; em leitura nova, Estremadura, liv. 8, fl. 183.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que dom Fadrique de Castro, caualeiro da cassa do jfante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos mostrou hũ priuilegio delrey dom Joham, meu auoo, cuja alma Deus aja, do quall ho teor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de privilégio de el-rei D. João I, de 9 de Novembro de 1430.

Outrosy, nos mostrou majs hũ aluara delrey meu asenhor e padre, cuja alma Deus aja, asynado per ell, do quall o teor he este que sse ssegue.

Segue-se a transcrição do alvará de el-rei D. Duarte, de 25 de Agosto de 1435.

E, apresentado asy o dicto priuilegio e aluara, o dicto dom Fradique nos pedio por merçee que lho confirmassemos, porquanto elle cassara com a dicta Caterina Diaz, molher que ffoy do dicto Lujs dAtayde (1). E, visto per nos seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee, temos por bem e confirmamoslho.

(1) B. FREIRE não teve conhecimento deste casamento de D. Fradique com a viúva de Luís de Ataíde: — «Casou com D. Beatriz de Vasconcelos, filha de Joane Mendes de Vasconcelos, 4.º senhor do morgado de Soalhões e matou-a, depois de ter tido dela, além de duas filhas freiras, a um filho que morreu sem geração. Tornou a casar com D. Mecla da Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade del Rei D. Duarte. Deste casamento não houve sucessão» (*Brasões*, liv. 1, p. 147).

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juzes e justiçaes e anades e apuradores e outros quaesquer officiaes e pesoas a que o conhecimento desto perteeçer que lhe compram e guardem e façam comprir e guardar, bem e conpridamente, esta nossa carta, asy e pella guissa que em ella he conteudo, ssem lhe sobrello sseer posto outro algũu embargo, em algũua maneira. E lhe al nom façades.

Dada em [E]uora, x dias de março. Joham de Lixboa a fez. Anno do Senhor de mjl iii^o L^a.

137

10 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Judas Namias, morador em Silves, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 65.

Dom Affonso, etc.

A voos, corregedores, juzes, justiçaes, almoxarifes, escpriuães, arrabijs, officiaes da çidade de Silues e a todalas outras nosas justiçaes e almoxarifes, escpriuães arrabijs e officiaes e quaesquer outras pesoas dos nossos rregnos que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada ou o trelado della em publica forma, fecta per outoridade de justiça, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Judas Namias, morador em a dita çidade, pollo do jfante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tyo, que nollo por ell pedio; temos por bem e priuilegiamollo e liberdamos que nom pague sisom nem page nos pedidos nosos e peitas que a nos pagam os judeus de seu ssenhorio nem page outrosy em todalas peitas, fintas, talhas, emprestidos e serujços nem em outros nhũs encaregos, asy os que em este priuilegio som scritos, como outros que hi nom som, que nos e os conçelhos e comunas lançaron ou tenham lançados per qualquer guissa que seja; e que, outrosy, nom pague em nhũa sisa de dñheiros que a comuna dos judeus antre sy tenha lançada pera suas despesas nem pera outros nẽhũus encarregos que as dictas comunhas antre sy tenham lançadas ou lançarem daqui em diante, per quallquer guissa que seja e pera quallquer coussa (1), nom enbar-

(1) No ms. *cuossa*.

gando cartas nem aluaraes nem mandados nem portarias que sobre ello tenhamos dado ou dermos ao diante aas dictas cumunhas, a rrogo dalguas pessoas, per que mandasemos que nom fosse dello escussado; e que outrosy nom pague em todallas sissas e emcarregos que as dictas comunas antre sy tenham postos ou poserem ao diante sobre carne e vinho, e mandamos que possa comer e beuer as dictas e vinho, quer en gros, quer carne a talho e o vinho atauernado, ssem paguamdo dello os dictos encarregos e sissas; e que, outrosy, nom sirua, per sy nem per seus beens, em nhũs emcaregos, asy nossos como dos concelhos e comunas, nem em nhũas obras de fontes e pontes e calçadas, muros, nem outros, nhũas aduas nem outros nhũs encargos nem seruções que sseer posam, porque nossa merçee he sseer de todo escusado, liure e hisento e rreleuado, nom embargando quaaesquer cartas, mandados, defesas que em contrairo dello sejam ou ao adiante posermos, e, posto que os rrendeiros arrendem de nos ou dalguas outras pessoas que nos tenhamos fecta merçee dalguas das dictas coussas, com comdição que o dicto Judas Naamyas pague nos dictos seruiços e rrendas e encarregos dos concelhos e comunas; mandamos que elle, ssem embargo da dicta comdição, sseja liure, quite, rreleuado, escussado das dictas coussas e cadhũ dellas, como dicto he; e que, outrosy, possa andar em besta muar de sella e freo, ssem embargo da nossa hordenação que sobre ello temos posta em contrayro.

Outrosy, mandamos que nom seja nêhũ tam oussado, de quallquer estado e comdição que seja, que pousse em sua[s] cassas de morada nem suas adeguas nem caualariças nem lhe tomem pam, vinho, rroupa, palha, çeuada, lenha nem galinhas nem besta nem outra nêhũ coussa do seu contra sua voontade, posto que nos e a rainha minha molher e jffantes, meus hirmãaos e thios, sejamos na dicta cidade honde o sobre dicto he morador ou for ao adiante. E defemdemos ao nosso apou-sentador moor e ao da rrainha e jfantes e outros quaaesquer que esto ouuerem de veer que, em casso que nos sejamos em cadhũ dos dictos lugares, lhe nom tomem nem mandem tomar nem as dictas poussada[s] nem coussa algũa contra sua voontade.

E mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças, officiaes, arrabys e pessoas sobredictas que lho comprem e guardem e façam bem conprir e guardar asy como em ella he contheudo. E man[damos] a quallquer que contra esto for, em parte ou em todo, pague a nos os nossos encoutos de seis myll ssoldos. Mandamos aos nossos almuxarifes que os rrecadem pera nos e o costranguam por ello aas pessoas que contra ello forem, sso pena de os paguarem em dobro de suas cassas. E mandamos aos nossos escpriuãaes que os escreuam em rrecepta ssobre os dictos almuxarifes. E mandamos a quallquer tabaliam de nossos rregnos que empraize, per pessoa, aquelle ou aquelles que contra este priuilego forem

e o nom quiserem aguoardar, que, a quinze dias, pareçam perante nos, em a nossa corte, pera lhe darmos escarmento, asy como aaquelles que nom comprem mandado de seu rrey e senhor. Vnde all nom façades.

Dante em Euora, x dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor de mjl iij^o L.

138

10 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Alvaro Rodrigues, escudeiro do infante D. Henrique, autorização para possuir as casas que seu antecessor, Lourenço Pais, comprara em Alcácer a Mafamede Galebo, mouro forro, e que, pelo disposto na ordenação, deviam reverter para a coroa.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 15 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Alvaro Rodriguez, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado tio, nos disse que Lourenço Paaez, sseu antegesor, comprou hũuas cassas em a villa dAlcaçer a Mafamede Galebo, mouro forro, morador em a dicta villa, por çinco mjl rreaes, nas quaees cassas elle, dicto Lourenço Paaez, fez algũuas bemfeitorias, e que ora lhe diserom que, por assy comprar as dictas cassas a mouro, ssem teendo pera ello nossa licença, sse perdem pera nos, pedindonos que lhe fizessemos merçee das dictas cassas.

E nos, visto sseu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e praznos que elle aja as dictas cassas, ssem embargo da dicta nossa hordenação; e, per esta carta, lhe damos todo o djreito que nas dictas cassas avemos, por assy serem conpradas a mouro, como dicto he, e queremos que faça dellas e em ellas o que lhe prouguer, como de ssua coussa propria, jsenta posisom.

E porem mandamos aos juizes da dicta villa dAlcaçer e a todollos jui- zes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaaesquer nossos officiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer que leixem teer e auer as dictas cassas ao dicto Alvaro Rodriguez per a guissa que dicto he, ssem lhe poendo sobrellas outro nehũu embargo.

Dante em a çidade dEuora, x dias de março. FernamdAfonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o L.

139

11 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar o marinheiro biscainho João Gonçalves de Arnoylo, morador em Faro, a pedido de Vicente Simões, fidalgo da casa real.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 177 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Gonçalluez dArnoylo, bizcaynho, marinheiro, morador em Faarom, pello de Viçente Simõez, fidalgo de nossa cassa, que nollo pera elle pedio; teemos por bem e priuilligiamollo e queremos e mandamos que sseja escussado que nom poussem com elle nem lhe tomem rroupa nem sirua em nehũus encarregos do conçelho nem seja costrangido pera serujr per mar nem per terra, saluo comnosco ou com o jffante dom Fernando, meu muyto preçado e amado jrmãao.

E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças, offiçiaes e pessoas e a outros quaaesquer a que esto perteença, per quallquer guissa que sseja, que o ajam por priuilligiado e escussado dos dictos encarregos e lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar esta nossa carta, assy e pella guissa que em ella he contheudo, ssem outro algũu embargo que lhe sobrello ponham.

Dante em a çidade dEuora, xj dias de março. Ruy Diaz a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

140

11 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a João Serrão, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Alcácer, culpado de agressão a Gomes Martins Navarro, em recompensa dos serviços por ele prestados na guerra entre el-rei e o infante D. Pedro.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 22.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Joham Serrão, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tio, filho de Lujs Serrão, nosso vassallo, morador em Alcaçer, nos enujou dizer que podia auer hũu ano que hũu Gomez Martijnz Nauarro, morador na dicta villa, querellara delle, dizendo que lhe dera hũua ferida pella rreigada do braço esquerdo, em sseendo melrinho, e que lha dera no ofiço e sobre sseu ofiço, ssegundo sse na dicta querella sse todo esto mais conpridamente contijnha; e, sseendo o sobre-dicto sãao e ssem cajam e aleijom da dicta ferida, lhe perdoara, segundo nos dello fazia çerto, per hũu estormento pubrico que perante nos presentou, que parecia sseer facta e asijnado per Joham Vaaz, tabaliam na dicta villa; e que, nom enbargando o dicto perdam, andando elle por esto amoorado, seguirasse a guerra que ouueramos com o jffante don. Pedro, em a quall nos elle fora serujr; e que porem nos pedia por merçee que, em gallardam de sseu seruico, lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos elle, por a dicta rrazam, era theudo.

E nos, veendo o que nos assy dezia e pedia, visto o casso, sse tall he como diz, e querendolhe fazer graça e merçee, visto o contentamento da parte e descolpamento e como nos na dicta guerra serujo, sse o dicto malleficio foy cometido ante do mes dabrill que ora foy do ano passado, teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos ell, por a dicta rrazam, he theudo, comtanto que elle pagasse quinhentos rreaes brancos pera arca da piedade; e, porquanto os logo pagou a Fernam-dAluarez, dayam, nosso confessor, segundo dello fomos çerto per sseu aluara e de Viçente Fernandez, nosso escprium das mallfeitorias, que os sobre ell pos em rreçepça;

Porem vos mandamos que, daqui en diante, o nom prendaees nem mandees prender nem lhe façaaes nem conssetaees fazer mall nem outro nehũu dessaguissado, quanto he por a dicta rrazam, porque nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos pella guissa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xj dias de março. Elrrej o mandou, per os sobre-dictos doutores. Jorge Diaz, por FelipAfonso, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

141

12 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Nisa, culpado de agressão a Afonso Gonçalves, em atenção aos serviços por ele prestados na guerra entre el-rei e o infante D. Pedro.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 21 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Diego Fernandez, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tio, morador em Nissa, nos disse que podia auer dous annos que hũu Afonso Gonçalluez, morador no dicto logo, por ell sseer testemunha contra elle em hũu fecto que com elle auja Aluaro dAlmeyda, hi morador, depois que fora solto e liure do dicto fecto, pedira segurança, a quall ouuera dell; e que, depois da dicta segurança, o dicto Afonso Gonçalluez o fora aguardar pera o matar, no camjnho que uay da dicta villa pera Abrantes, hindo seguro de besta, nom leuando saluo hũua espada, e o dicto Afonso Gonçalluez dous dardos e lhe rremesara hũu delles e o matara, sse lhe nom fugira, e que sse voltara pera a dicta villa e tomara hũua lança e leuara consigo Jo[ham] Matella, sseu cunhado, e foram buscar o dicto Afonso Gonçalluez; e, como o acharom, lhe dera duas feridas, hũua nos peytos e outra em hũu braço, das quaees feridas elle logo fora são e ssem cajam de morte e sse serue do dicto braço ferido, pella quall rrazam querellara delles, dizendo que o quisera matar sobre a dicta segurança, segundo em a dicta ssua querella mais conpridamente contijnha; e que, andando por ello amoorado, seguirasse a guerra que ouueramos com o jffante dom Pedro, em a quall nos elle seruira; pedindonos por merçee que, em gallardam de sseu seruiço, lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos ell, por a dicta rrazam, era theudo.

El nos, veendo o que nos assy dezia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, visto o casso, sse tall he como diz e hi mais nom ha, e como nos em a dicta guerra serujo, sse o dicto malleficio foy cometido ante do mes dabrill do ano passado que ora foy; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos ell, por a dicta rrazam, he theudo, ficando rre-guardado aa parte sseu djreito, de demandallo çiuelmente, sse quisser,

contanto que ell pagasse mjl rreaes brancos, de que logo fizemos mercee, por esmolla, a Martim Gonçalluez, criado do conde de Auranxes. E, porquanto os logo pagou ao doutor Lopo Gonçalluez, juiz dos nossos fectos, que os por ell rregebeo, segundo dello fomos gerto per sseu aluara;

Porem vos mandamos que, daqui en diante, o nom prendaes nem mandees prender nem lhe façaes nem consentaes fazer mall nem outro algũu dessaguissado, quanto he por a dicta rrazam. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xij dias de março. Elrrej o mandou, per os doutores Ruy Gomes dAluarenga e Pero Lobato, sseus vassallos e do sseu dessenbargo e petições.

FellipAfonso, o Moço, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

142

12 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a D. Grimanesa de Melo, donzela que fora da falecida rainha D. Leonor, a tença anual de 25.000 reais brancos, enquanto lhe não pagar as 2.500 coroas que lhe dera em dote pelo seu casamento com Mem de Brito, fidalgo da sua casa, além das 1.000 coroas que lhe prometeram o infante D. Henrique e D. Teresa, mãe de D. Grimanesa.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 32 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 84 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, de prazer nosso e uoontade das partes, casamos donna Grimanesa de Meloo, donzela da ssenhora rrainha, mjnha madre e ssenhora, cuja alma Deus aja, com Meem de Brito, fidalgo da nossa casa, ao qual nos demos, em dote com a dicta donna Grimanesa, duas mil e quinhentas coroas douro, de cronho delrrey de França, ou a çento e xx rreais brancos desta moeda corrente por cada hũa peça, ao tempo da paga, aallem de mil coroas que lhe o jffante dom Anrrique, meu muito preçado e amado tyo, e dona Tareiga, madre da dicta donna Grimanesa prometerom, pollas quaes lhe fezerom suas obrigações.

E porque, de presente, lhe nom podemos fazer pagamento das dictas duas mjl e quinhentas coroas, lhe poemos de teença, em cada hũu anno,

xxb mjl rreais brancos, des o dya que tomou ssua casa en djante, os quaes lhe seram paguos e aseentados em nossas rremdas e direitos que per nos lhe sera deuysado; e prometemos, per nossa ffe rreal, por nos e por todos nossos soçesores que depois de nos veerem, de lhe esto conprir e guardar, como suso he escripto, e emcomendamos a nossos herdeiros, por nossa beençam, que asi eumpram.

Pero, pagamdolhe nos ou nossos herdeiros a quarta parte do dicto dote, que lhe seja descontado *pro rata* outro tanto da dicta teença; e, se menos lhe pagarmos, que lhe nom seja descontada nhũa cousa. E, ao tempo que for pagada a dicta dote ou parte della, a saber, as duas mjl e quinhentas coroas que lhe por nos sam prometidas, sera posto em mão de fiees pessoas que ambos sse acordarem pera sse da dote auerem de conprar beens que a anbos ajam de rrender, por que ella, no caso en que lhe esta dote auera de seer tornada, possa auer perfeitamente segurança.

Pero, mostrando o dicto Meem de Brito, aquelle tempo que lhe a dicta dote ou parte della for entregue, beens de rraiz desembargados, por que a dicta dote e arras que elle a ella hade dar, possa seer segura, ao tempo da rrestituyçam della, em tal caso a paga das dictas duas mil e v°. corroas ou aquella parte que lhe paga for seja fecta a el, sem outro empacho. E esto que asi nos damos aa dicta dona Grimanesa he aalem de qualquer outra cousa que a ela perteença auer de sua erança.

E praz ao dicto Meem de Brito de casar com ella, per esta guisa ajuso escripta: primeiramente, acontecendo que el moura primeiro que ella, ssem filho ou com filho, lhe de, por arras e em nome dellas, por honrra de sseu corpo, mjl e quinhentas coroas do erunho delrrej de França, aalem de todo aquello que de nos ouuer. E quanto monta aas mil coroas que, por o jfante nosso tyo e dona Tareija, sua madre, sam prometidas, segundo em este contrauto ffaz meençam, praz ao dicto Meem de Brito e donna Grimanesa que liuremente sejam pagadas a elles e destas sse nom faça rrestituyçam com a outra dote; mais teersse a esta maneira juso escripta, a saber, que todos os beens moujs e de rraiz que de moorgado nom seia que cada hũu delles, por qualquer titulo, ouuer daqui jn diante ou atees ora ouuessem, taes beens e as dictas mil coroas seiam cumuns antre anbos, em sua vida, e liuremente desponham de todo segundo suas vontades, asi como de sua cousa propria; e, a ora da morte de cada hũu delles, partasse todo comũmente, de per meo, antre o que viuuo ficar. E os erdeiros do ja finado entregue aa dicta dona Grimanesa ou seus erdeiros das dictas duas mil e quinhentas coroas de que lhe ha de ser fecta rrestituyçam, em nome de dote, segundo dicto he. E, sendo primeiro entregue e satisfecta a donna Grimanesa de mil e quinhentas coroas que, em nome de arras, lhe deuem ser dadas, morrendo primeiro o dicto Meem de Brito.

E no caso em que ella mouro primeiro, sem filho ou com filho, hi nom auera arras nhũas; mais ante auera o dicto Meem de Brito, das dictas tres mjl e quynhentas coroas que lhe per nos e per o jfante dom Anrrique, noso tio, e sua madre, ssam dadas, mjl e quinhentas coroas; e das outras ella ou seus herdeiros desponha e faça toda sua voontade, cumprindosse e guardamdosse a cumunjdade, segumdo dicto he.

E el promete que a nom costringa nem faça dello afincamento nhũu pera que a mude de sseu proposito e que, no caso en que elle primeiro faleça que ella, a el praz que ella, rrealmente e com efeito, lhe seia liuremente leixada e desembargada per sseus erdeiros a dicta teença e quaesquer bens nom de moorgado que teuer, asi mouijs como rraiz, ao tempo de seu finamento, ssem a desapoderarem delles, e auer as nouydades delles ataa ella auer compridamente pagamento da dote que de nos Meem de Brito, em sua vida, rreçebese, e mais as mjl e quinhentas coroas darras e a meetade de todos outros beens que, ao tempo de sseu finamento, lhe forem achados, tiramdo os de moorgado.

Pero, se os beens que lhe ficarem per çertos e ssem sospeçta aualliaçam seus erdeiros entenderem que vallem mais da dicta conthia que ella hadauer per todo sseu dote e arras e a meetade, teersse a esta maneira: tenha e rreçeba ella a dicta teença no preço en que elle de nos teuer, ao tempo de sua morte, e per os outros beens, ante que desapoderada seja dalgũa cousa, lhe rrefaçam a moor soma que lhe ficar por pagar, a saber, das arras e de todo o que per Meem de Brito, em nome de dote, rreçebido fosse e a dicta meetade dos que teuerem, tirando os de moorgado. E os mais ajam sseus herdeiros del.

E porque o dicto Meem de Brito e dona Grimanesa praz de sse conprirem e guardarem estas todas cousas conthudas en esta presente e, por mayor firmeza e segurança delles, com sseu outorgamento, lhe mandamos dar esta nossa carta e queremos e outorgamos e mandamos que se cumpra todo o conthudo em ella; e prometemos, por nossa fe rreal, de todo o que a nos perteeçer cumprir e guardar e nom hir contra ello, nem parte nem todo, nom enbargamdo quaesquer lex, custumes, ordenações ou rrezam que em contrairo possa ser a dicta ou alegada, per que esto podesse ser quebrantado e comprido, como dicto he. E, por mayor firmeza e segurança de todas estas cousas, com sseu outorgamento, mandamos ser fectas duas cartas, anbas de hũu teor. E esta he do dicto Meem de Brito e a outra he da dicta dona Grimanesa.

Dante em a cidade dEuora, xij dias de março. Gonçalo Cardoso a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^o L^a.

143

13 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Gonçalo Esteves, de Alcouchete, implicado em crime de fogo posto, por haver combatido em Alfarrobeira com Lisuarte, fidalgo da casa do infante D. Henrique, contra o infante D. Pedro.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 23.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Gonçalo Esteuez, filho dEsteuam Domijnguez, morador em Alcouchete, nos enujou dizer que podia ora auer dez annos, pouco mais ou menos, que em termo do dicto logo dAlcouchete fora posto fogo, em hũu lugar que chamam o Torrom, o quall fogo queimara certas colmeas a hũu PedrEannes, jrmãao do prior dessa villa, ssem o dicto fogo fazer dapno a outra algũa pessoa, no quall poimento do dicto fogo culpairom a elle que elle o posera, polla quall rrazam sse elle amoorara, com temor da nosa justiça, e que, andando assy amoorado des o dicto tempo, elle nos fora seruïr na guerra que ouemos com o jffante dom Pedro, em conpanha de Lisuarte, fidalgo da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tio, e esteuera na batalha; e que porem nos pedia por merçee que, em gallardam do seruïço que nos em a dicta guerra fezera, lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, por o poymento do dicto fogo, era theudo.

E nos, vendo o que nos assy dizer e pedir enujou, ante que lhe sobreello dessemos outro algũu liuramento, fizemos perante nos trazer a jnquiriçom que, per rrazam do poymento do dicto fogo foy filhada, apressentando o dicto Gonçalo Esteuez perante nos hũu estormento que parecia sseerfecto e asijnado per Gomez Gonçalluez, tabaliam em o dicto logo dAlcouchete, em o quall sse continha, antre as outras coussas, que o dicto PedrEannes sse ouuera por contente e satisfecto (1) das colmeas e noujdades (2) dellas e cortiços e cobritoiras que lhe assy foram queimadas e que perdoaua ao dicto Gonçalo Esteuez toda perda e dampno que lhe

(1) No ms. *setisfecto*.

(2) No ms. *neujdades*.

o dicto fogo fezera, segundo sse mais conpridamente contem no dicto estormento perante nos apresentado. E, vista per nos a dicta inquiriçom e o que sse per ella mostra, açerca do poimento do dicto fogo, e visto como o dicto Gonçalo Esteuez serujo na guerra e o contentamento da parte a que o dicto fogo fez dapno, sse outra hi nom ha, querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e perdoamoslhe quallquer culpa que em ello teue.

Porem, vos mandamos que nom prendaas nem mandees prender nem lhe façaes nem consentaas fazer mall nem outro nehüu dessa-guissado, quanto he por rrazam do poymento do dicto fogo, porque nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos, ssem outro algüu embargo que a ello ponhaas, em nehüua guissa que seja. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xiiijº dias de março. Elrrej o mandou, per os sobredictos doutores Ruy Gomez e Pero Lobato. JohanEannes, por Afonso Anes, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiijº L.

144

15 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar de aposentadoria mestre Moussem, residente na cidade de Evora, físico do infante D. Henrique, a pedido de D. Margarida de Vilhena.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 17. O documento reproduz, quase «ipsis verbis» a carta do regente D. Pedro de 12 de Setembro de 1446 — o DOC. 130 do nosso vol. 9 —, de que é confirmação, posto o não cite; por isso daquela tomámos as palavras em falta na única cópia do presente documento, as quais vão entre colchetes.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a meestre Moussem, morador em esta çidade dEuora, fissico do jfante dom Hemrrique, meu muyto preçado e amado thio, a pjttorio de dona Margarida de Vilhana (1), que nollo por elle pidio;

Teemos por bem e queremos que, posto que nos ou a rrainha minha molher, que ssobre todas amamos e prezamos, e jfantes, meus jrmãos e

(1) Cfr. a nota 3, da pág. 180 do nosso vol. 9.

thios, [sejamos] em a dicta cidade, que lhe [nom] poussem em ssuas cassas de morada, adeguas nem cauallariças nem lhe filhem dellas rroupa de cama, alfayas de cassa nem outra algũa coussa do sseu contra ssua vontade, saluo veendo ssobre ello nosso espiciall mandado per que, ssem embargo desta carta, poussem com o dicto meestre Moussem, e (2) doutra guissa nom.

E porem mandamos aos nossos apoussentadores e ao da dicta rrainha e jfantes (3), meus jrmãaos e thios, e ao apoussentador da dicta çidade e a outros quaaesquer oficiaaes e pessoas a que o conhecimento desto perteger e esta carta for mostrada que ajam, daquy [en diante], o dicto meestre Moussem por scussado do que dicto he e lha conpram e gardem (4) e façam conprir e guardar polla guissa que em ella he contheudo, porque assy he nossa merçee, ssem outro enbargo.

Dada em a çidade [dEuora] (5), xb dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Anno de mjll iiij^o L.^{1a}

145

15 MARÇO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar mestre Moussem, fisico do infante D. Henrique, a andar em besta muar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 120, — donde se reproduz; e liv. 12, fl. 17.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de mestre Moussem, fisico do jfante dom Anrrique, meu tyo, per que lhe damos leçença e lugar que possa andar em besta muar, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xb dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Anno de mjll iiij^o L.

(2) Aquil um o a mais, que se omite.

(3) No ms. *jfantanes*.

(4) No ms. *gardam*.

(5) Dizendo-se no principio da carta «morador em esta çidade dEuora» parece que ella deve ter sido dall datada.

146

15 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a aposentar João Martins, residente na cidade do Porto, a pedido do infante D. Henrique, por ele ter 70 anos de idade.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 14 v.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Martijnz, morador em a nossa çidade do Porto, a pitjtorio do jfante dom Anrrique, meu mujto amado e preçado tyo, que nolo por el enujo[u] pidjr; temos por bem e apousentamollo, porquanto enujou dizer o dicto meu tyo que era de hidade de satenta annos.

Porem mandamos aos juzes da dicta [cidade] e a todollos outros juizes e justças de nossos rreignos e a outros quaaesquer ofiçiaes e pessoas a que o conhiçimento desto pertencer que ajam o dicto Joham Martijnz [por] pousado e lhe conpram e guardem e façam bem conprir e guardar em todo todallas honrras, priujlegios, liberdades e franquezas que ham e guardam aos nossos uassalos que, per hidade de satenta anos e seruços, som pousados, posto que o sobredicto nosso uasallo nom seja, e lhe nom! uão nem consentam hir contra elas em maneira algũa, sem outro enbargo que a elo ponhaaes.

Dante em Euora, xb dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Ano dâe Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o e çinquenta anos. Esta carta lhe nom guardes sse aselada nom for. Eu, Ruj Galuom, sacretario do senhor rrej e caualeiro de sua casa, a fiz escpreuer.

147

23 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Botelho para coucel de Montemor-o-Velho, em virtude de Fernão Rapote, proprietário do lugar, haver combatido em Alfarrobeira a favor do

infante D. Pedro, segundo informe de Martim Correia, fidalgo da casa do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 26.

Dom Affonso, etc.

A uos, concelho e homeens boons da uylla de Montemoor o Uelho, e a todollos corregedores, juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Martim Correa, fidalgo da cassa do jfante dom Enrique, etc., e alcaide por nos em a dicta uylla, nos fez rrecontamento como Fernam Rapote, que di foy coudell, ffora contra nosa pessoa e rreal estado em a batalha, etc., e que porem nos pedia por mercee que lhe quisessemos dar a dicta coudallaria pera Diogo Botelho, alcaide por elle em essa mesma, porque he tal que o fara bem e como compre a noso seruiço, etc. E, ujusto per nos seu rrequerimento e tendoo asi por noso seruiço; teemos por bem e damollo por coudel da dicta uylla e sseu termo, etc.

Dada em Euora, xxiiij dias de março. Elrrej o mandou, per Nuno Martijnz da Silueira, etc. Ruj Meendez a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

148

25 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Martim Correia, fidalgo do infante D. Henrique, todos os bens móveis e de raiz de João Rodrigues Ferro e de Afonso Gonçalves, de Montemor-o-Velho, e de Fernão Gonçalves, de Távareda, pelas maldades e traições que eles cometeram, combatendo com o infante D. Pedro, em Alfarrobeira, contra a pessoa do monarca e seu real estado.

ANTT., Estremadura, liv. 8, fl. 268.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que por as maldades e treições que Joham Rodriguez Ferro e Afonso Gonçalves, ferrador, moradores em Montemoor o Uelho, e Fernam Gonçalves, morador em Tauaredo, cometeram contra nossa pessoa e rreal estado, seendo com ho

jfante dom Pedro na batalha dAlforrobeira, que conosco ouue e, por o dito fecto seer assi notorio e hos ditos Joham Rodriguez e Afonso Gonçalvez e Fernam Gonçalvez seerem em ella, todos seus beens, mouees e de rraiz, pertencem a nos e os podemos dar de dereito a quem nossa mercee for;

E hora, querendo fazer graça e mercee a Martim Correa, caualeiro do jfante dom Anrrique, meu muito preçado e amado tio, de nosso moto proprio, liure uontade, certa sciencia, poder absoluto, sem nolo ele pedindo nem outrem por ele; teemos por bem e fazemoslhe mercee pura, ynreuogauel doaçam, antre os uiuos ualedoira deste dia pera todo sempre, em tal guisa que nunca em alguum tempo possa seer reuogada, de todosos beens mouees e de rraiz que os ditos Joham Rodriguez e Afonso Gonçalvez e Fernam Gonçalvez auiam em quaaesquer lugares de nossos rregnos e lhe pertenciam e lhe poderiam pertencer per qualquer guisa, ao tempo que eles foram na dita batalha com o dito jfante, com todas suas rrendas e dereitos e pertenças que a eles dereitamente pertenciam per qualquer guisa. E em esta doaçam se nom emtenda a direita parte que aas suas mulheres, se as teem, pertencee e dalgũs filhos doutras mulheres, se as teueram, porque nom he nossa teençam seer fecto aos sobreditos pre-juizo, no que a eles per dereito pertencee. Os quaaes com o dito Martim Correa deuem auer e rreceber suas dereitas partes da mão das ditas suas mulheres. A qual partiçam se faça dereitamente como se per dereito deue fazer. Os quaaes beens que assi a nos pertencem lhe damos e outorgamos, pera ele e todos seus herdeiros e successores, assi ascem- dentes como descem dentes, que depois ele uierem per linha direita, pera os poder dar, doar, uender, trocar, escambar e fazer deles e em eles o que lhe prouguer, como de sua cousa propia, corporal possissam.

E porem mandamos a todosos ijuzes e justiçaes, contadores, almoxarifes, officiaaes e pessoas dos nossos rregnos que, presente as ditas molheres e filhos, se os hij ouuer, como dito he, metam logo em posse o dito Martim Correa da direita parte de todosos beens mouees e de rraiz que os sobreditos auiam e lhe de dereito pertenciam ao tempo que foram na dita batalha dAlforrobeira. E lhos leixem auer com todas suas rrem- das e dereitos e tomar posse deles, per así e per outrem, como lhe prouguer. E lhe alcem qualquer embargo que lhes sobreles seia posto, porque nossa mercee e uontade he de os ele auer assi e a tam compridamente como em esta nossa carta he comtheudo, sem embargo de quaaesquer nossas hordenações, lex, dereitos canonicos, ciuils, glosas, opiniões de doutores que em contrairo dello seiam, porque queremos que nom aiam em esto lugar.

Dante em a nossa cidade dEuora, xxb dias de março. FernamdAfonso a ffez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{ta} L. E eu, Martim Gil, a ffeiz escreuer e aqui subscreui,

149

27 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Galiote Leitão, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a da Regência de 19 de Março de 1439, de confirmação a seu pai, Estêvão Leitão, da moradia mensal de 2.000 reais brancos, enquanto não lhe fosse paga pelo monarca a quantia constante do alvará joanino de 27 de Abril de 1409, e ainda doação que lhe fizera seu irmão Marote Leitão da quota parte que lhe cabia naquela dívida régia.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 39, — texto que se reproduz; e Místicos, liv. 3, fl. 86.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Galleote Leitom, caualleiro da cassa do jfante dom Anriqy, meu muyto pregado e amado tio, mostrou perante nos hũa carta nossa, da quall o th[e]or tall he.

Segue-se a transcrição da carta da Regência de 19 de Março de 1439, a qual, por sua vez, transcreve o alvará joanino de 27 de Abril de 1409, — documentos que reproduzimos em seus respectivos lugares.

E majs nos mostrou hũu estormento pubrjco, de doaçom, que Maarote Leitom fez ao djeto Galleote Lejtom, sseu jrmãao, do seu qujnhom das dictas tres mjll dobras, o quoall parecia seer feyto em a cjdade de Lixboa, aos xiiij^o dias de março da presente era de iiij^o Riiij, e asjnado per Esteuom Lourenço, nosso tabaliam em a djcta cjdade, ssegundo esto e outras coussas majs conpridamente no djeto estormento de doaçom eram conthjudas. E pidi[o]nos o djeto Galljote Leitom que confirmasemos esto asy em elle, pois que, per morte do djeto seu padre, lhe ficarom e o djeto seu jrmãoo lhe fezera doaçom do djeto qujnhom que tijinha nas dictas tres mjll dobras.

E nos, visto seu pedjr, praznos que aja de nos, em cada hũu ano, os vjnte e quatro mjll rreaaes que ho dicto seu padre de nos auja, emquanto lhe nom fforem pagadas as dictas tres mjll dobras. E, por sua goarda e rrenembrança dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, pera teer pera sua goarda e per ella, em cada hũu ano, rrequerer outra asy, em a nossa fazenda, per que lhe pagem os djetos djnheiros.

E porem mandamos aos nossos ueedores da ffazenda e a outros quoaesquer ofiçiaees e pessoas que esto ouuerem de ueer que lhe conpram

e goardem e façam conprir e agoardar esta nossa carta segundo em ella faz meençom, sem [lhe] (1) poerdes a ello outro nenhũu embargo. Vnde all nom façades.

Dante em a çidade dEuora, xxbij dias de março. FernandAfonso a ffez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^o L^a. anos.

150

30 MARÇO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Luís Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Castelo Branco.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 127.

Item, carta de Luis Afonso, morador em Castelbranco, porquanto he beesteiro da camara do jfante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xxx dias de março. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

151

1 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Rui de Melo, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a terra de Fornos de Algodres com todos seus rendimentos e direitos, menos as sisas gerais, vinhos e panos, reservadas ainda ao monarca a correição e alçadas, nos precisos termos da carta do regente D. Pedro de 24 de Janeiro de 1440, a qual esta implicitamente confirma (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 98, — donde se reproduz; em leitura nova, Beira, liv. 2, fl. 134. Veja-se a citada carta de D. Pedro, — o DOC. 37 do nosso vol. 7.

(1) No ms. ello por lhe.

(1) Sobre Rui de Melo, vejam-se a nota 1 ao DOC. 35 e os DOCS. 167, 209, 210 e 222.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Ruj de Meello, caualeiro da cassa do jfante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tyo;

Teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta pressente era de liij^o L^{ta} annos em diante, emquanto nossa merçee for, a nossa terra de Fornos, que he no nosso almoxarifado de Visseu, com todallas rrendas e direitos que nos neella auemos e de direito deucmos daucr, afora as sissas jecraas e vinhos e panos, e com toda sua jurdiçom çiucl e crime, rreseruando pera nos a correiçom e alçadas.

E porem mandamos ao nosso contador e almoxarife da dicta comarqua e ao corregedor della e a outros quaaesquer nossos offiçiaaes e perssoas que esto ouuerem de veer que o metam logo em posse da dicta terra e lhe leixem auer e rrecadar as rendas e direitos della e husar da jurdiçom, como dicto he, asy e tam conpridamente como nos as dictas rrendas e direitos aueríamos, sse sse pera nos rrecadassem. E uos, dicto contador e almoxarife do dicto almoxarifado de Visseu, fazee rregistar esta carta em vossos liuros, pera sse per ella saber como o dicto Ruj de Meello de nos traz a dicta terra. E elle teenhaa, pera sua guarda.

Dante em a çidade dEuora, primeiro dia dabrill. FernandAfonso a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl liij^o L. Martim Gill a fez escpreuer.

152

11 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar Luis Eançs, de Évora, de ser besteiro e de dar pousada em suas casas, a pedido de Luis Lourenço, escudeiro do infante D. Henrique, cujo criado ele é.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 57 v.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee a Luis Eannes, morador em esta cidade dEuora, criado de Luis Lourenço, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado tio, que nollo por elle pedio; teemos por bem e queremos que, daqui en diante, ssejam escusadas de poussentadoria ssuas cassas de

morada, adegas e cauallariças, nem lhe tomem rroupa de cama, alfayas de cassa, nem outra algũa coussa do sseu contra ssua vontade. Outrosi, queremos que o nom ponham por beesteiro do conto, sse ataa ora posto nom he.

E porem mandamos aos juizes e offiçiaaes da dicta çidade e ao nosso pousentador moor e ao da rraynha mjnha molher, que sobre todas amo e preço, e aos dos jffantes e duque, meus jrmãos e tios, e dos condes, meus primos, e a outros quaaesquer a que o conhecimento desto pertencer e esta nossa carta for mostrada que, daqui en diante, ajam por escussado dos dictos encarregos e coussas o dicto Luis Eannes e o nom costrangam nem mandem costranger pera nehũu delles, porquanto assy he nossa merçee, ssem outro algũu embargo que a ello ponhaaes.

Dada em a dicta çidade, xj dias dabrill. Martim Alvarez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiijº L. Ruy Galuam a fez escrepuer.

153

15 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rodrigo Anes, criado e escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de escrivão da tábua grande do «aver do peso», em Lisboa, a pedido do infante e em substituição de Gil Eanes, cavaleiro do dito infante, que renunciara ao cargo, em virtude de residir em Lagos.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 38 v.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que o jfante dom Anrique, meu muito prezado e amado tyo, nos enviou dizer que Gil Eannes, sseu caualeiro, scpriuam da nossa tauolla grande do auer do pesso da çidade de Lixboa, lhe disy que, porquanto ell he morador em Lagos e per sy nom pode serujr o dicto ofiço como conpre a nosso serujço, lhe prazia de ho leixar a ell, pera ho auer de nos pera outro algũu sseu criado, pedindonos que lho quisessemos outorgar pera Rodrigo Annes, sseu criado [e] escudeiro.

E nos, visto sseu rrequerimento e porquanto nos ffoy dada a nossa carta que ho dicto Gil Eannes tinha do dicto ofiço e [a] mandamos quebrar e, querendo nos fazer graça e merçee ao dicto Rodrigo Annes, pollo

do dicto meu tyo; temos por bem e damollo por sepriuam da dicta tauolla grande, asy e pella guissa que ho era hi o dicto Gill Eannes, que o dicto officio tinha, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xb dias dabril. Elrrej o mandou, per dom Fernando, etc. FernamdAfonso a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L^{ta}.

154

20 ABRIL 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Alvaro da Guarda, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão dos homiziados do couto da cidade da Guarda (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 30.

Jtem, carta dAlvaro da Guarda, escudeiro do jffante dom Henrique, etc., em que o dam por escpriuam dos omeziados do couto da cidade da Guarda, assy e pella guissa que o elle ataa ora foy, etc. Carta em forma.

Dada em a cidade dEuora, xx dias do mes dabril. Elrrej o mandou per Lopo dAlmeyda, do sseu consselho e veedor da ssua fazenda. Pero de Quadros a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

155

20 ABRIL 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro da Guarda, criado do infante D. Henrique, no cargo de escrivão do mordomado e das sisas judengas da Guarda.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 142 v.

(1) Havia sido nomeado em 23 de Abril de 1440 (Cfr. o DOC. 66 do nosso vol. 7).

Jtem, carta d'Alvaro da Guarda, criado do jffante dom Henrrique, etc., em que o dam por escpriuam do moordomado e escpriuam das sisas judengas da dicta çidade da Guarda, sse elle ataagora esteue em posse dos dictos officios e os serujo per ssy ou per outrem, em sseu nome. E porem mandamos, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade d'Euora, xx dias dabrill. Elrrej o mandou, per Lopo d'Almeyda, do sseu consselho e veedor da sua fazenda. Pero de Quadros a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

156

23 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 16 de Junho de 1438 sobre as terras de Gulfar e Penalva, pelo infante D. Henrique hipotecadas, por divida, ao conde D. Pedro de Meneses e depois a seu filho D. Duarte de Meneses.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 25 v., texto que se reproduz; em leitura nova, Beira, liv. 1, fl. 170 v., e liv. 2, fl. 239 v., e em *Místicos*, liv. 3, fl. 163v.

Publicada por DIAS DINIS, *O espólio do Infante D. Henrique*, ps. 239-40, e em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 433.

Dom Afonso, etc.

Fazemos ssaber que dom Duarte de Menesses, nosso alfferez moor e do nosso consselho, nos mostrou hũa carta do muj conprido de uertudes e da gloriossa memoria elrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, da quoaill o th[e]or tall he.

Segue-se a transcrição da carta de el-rei D. Duarte de 16 de Junho de 1438,— o DOC. 85 do nosso vol. 6.

Pidindonos o dicto dom Duarte, por merçee, que lha mandasemos conprir e conffirmar, asy e pella guissa que em ella he contheudo. E nos, visto seu rrequerimento e querrendolhe ffazer graça e merçee, confirma-mossilha.

E porem mandamos a todallas nossas justiçaas, officiaaes e pessoas a que ho conhijimento dello perteger, per quoaillquer guissa que sseja, que lha conpram e a goardem e ffaçam bem conprir e a goardar, per

o moodo e maneira que em ella he contheudo, ssem algũ outro enbargo.

Dada em a nosa çidade dEuora, a xxij dias dabrill. Aluaro Vieira a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e liij^o e çinquenta anos.

157

28 ABRIL 1450

Extracto das letras Injunctum nobis, do papa Nicolau V, dirigidas ao deão de Lisboa, a autorizar os franciscanos da Província de Portugal, a seu pedido, a reterem os dois eremitérios que, sem licença do pontífice, fundaram nas ilhas da Madeira e de Santa Maria dos Açores, da diocese de Lisboa, e a ordenar ao referido deão os absolva de excomunhão e de todas as demais censuras em que, por esse motivo, hajam incorrido.

Publicado: por WADDINGUS, *Annales Minorum*, t. 12, 3.^a ed., p. 609, donde o extraímos por não se conhecer hoje a fonte respectiva, o *Liber I de Regularibus et Exhibitis*, an. 4, fl. 189, do Arquivo do Vaticano, donde aquele autor o tomou; e no *Bullarium Franciscanum*, nova series, t. 1, p. 698, com omissões idénticas.

[Nicolaus episcopus, servus servorum Dei.]

Dilecto filio decano Ecclesiae Ulixbonensis.

Injunctum nobis desuper Apostolicae servitutis officium mentem nostram continuo excitat atque compellit ut, circa ea quae ad Ecclesiarum et Monasteriorum quorumlibet, indemnitate atque salubrem statum necnon etiam fidelium animarum salutem cedere dignoscuntur, opem et operam, cum a nobis petitur, quantum cum Deo possumus, favorabiliter impendamus.

Cum itaque, sicut exhibita Nobis nuper pro parte nonnullorum Fratrum Ordinis Minorum Provinciae Portugalliae, juxta morem dicti Ordinis, sub illius Regulari observantia degentium, petitio continebat, dudum nonnulli Christifideles, pro eorum animarum salute [et religionis augmento], unum in de la Madera et aliud Eremitoria in de Sancta Maria insulis, Ulixbonensis Diocesis, Sedis Apostolicae licentia desuper non obtenta, pro usu et habitatione aliquorum Fratrum Ordinis et Observan-

tae huiusmodi, construxerint, *etc.*, ac ipsi Fratres illa, etiam absque licentia, huiusmodi receperint, *etc.*, et propterea dicti Fratres dubitent excommunicationis sententiam propterea incurrisse; pro parte eorumdem Fratrum nobis fuit humiliter supplicatum, *etc.*

Nos igitur, *etc.*, discretioni, *etc.*, mandamus quatenus eosdem Fratres, si id humiliter petierint, ab excommunicationis sententia, *etc.*, auctoritate nostra, hac vice dumtaxat, absolvas, in forma Ecclesiae consueti, *etc.*, omnemque ab eis inhabilitatis et infamiae maculam sive notam, dicta occasione contractam, aboleas.

Et nihilominus dilecto filio Vicario dilecti filii Ministri Provincialis dictae Provinciae, quod Eremitoria ipsa in parte constructa, cum Ecclesiis, campanis, dormitoriis aliisque, pro usu et habitatione dictorum Fratrum necessariis officinis, construere seu construi facere necnon ipsorum Eremitiorum Guardianis, quod illorum Ecclesias et coemeteria, per quemcumque Catholicum Antistitem, *etc.*, consecrari facere possint ac ipsis et aliis Fratribus in eisdem Eremitoriis sive locis pro tempore degentibus, ut omnibus et singulis privilegiis, *etc.*, concessis, uti, *etc.*, valeant, eadem auctoritate concedas: iure, *etc.*, salvo. Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii Papae VIII, *etc.*, quibuscumque.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Domini-cae MCCCCL, IV Kalendas Maii, anno IV.

158

29 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Rui Lopes, recebedor dos quatro «pedidos» e meio tirados no almoxarifado de Lamego, nos anos de 1444 a 1449, no total de 1.651.289 reais brancos e 9 pretos, da qual constam verbas dispendidas com o infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 68 v., — donde se reproduz; em leitura nova, Beira, liv. 2, fl. 74.

Dom Afonso, *etc.*

A quantos esta carta de quitaçom virem fazemos saber que Pero Lourenço, noso contador que foy em a comarqua dos almoxarifados de Viseu e Lamego, tomou conta a Ruy Lopez, noso escudeiro, rrege[be]dor

que foy dos iiij pididos e meo que se, per noso mandado, tiraram em o almuxarifado da çidade de Lamego os annos pasados, que se começaram na era do naçimento de iiijº Riiij e se acabaram no anno de iiijº Rix, dhũu conto e seisçentos e çimquenta e hũu mjl e ijº Lxxxix rreaes [e] ix pretos, que se, per esta guisa, mostra que ele rrecebeo.

E mostrasse que despendero, dos dictos djnheiros que asi rregebeo, dos dictos quatro pedidos e meo, hũu conto e seis çentos e Rbiiij e iiijº Lxxxix rreaes e meo, a saber, trezentos e Lxxj iiijº xxxix rreaes, que do dicto primeiro pedido despendero, per esta guisa que sse segue, a saber, os cinquenta mjl rreaes do jfante dom Anrrique e iiijº rreaes a Pedro Uasquez dAgujar e iiijº rreaes a Pedro Afonso Agudo, embaixador do conde dAlmijnhaque.

E iiijº xj iiijº Lxxxx viiij rreaes, que despendero do segundo pedido dos dous primeiros pedidos sobredictos, os ijº e xxb iiijº rreaes a Fernam Coutjnho, do nosso conselho, de soldo e graça e mantijmento, pera el e ssua jente, quando foy com dom Pedro ao socorro delreij de Castella (1). E Rbij a dom Fernando Coutjnho, per a dicta guisa, de soldo e graça. E Rbiiij e ijº e Lxx rreaes a Vasco Martijnz de Reesende, de soldo e graça. E onze mjl e vjº xx rreaes a Fernam Correa, de soldo e graça. E xbj iiijº rreaes a Gonçalo Gomez dAzeuedo, de soldo e graça. E Rix e vº rreaes a Diogo Soarez dAlbergaria, de graça e moradia e teença de ssua molher, em parte de pago do que lhe era deujdo. E iiijº rreaes a Pedro Homem, de graça, e dous mjl rreaes a Joham de Caçeres, de graça. E mjl rreaes a Martim Gonçalvez, nosso capelam. E jº rreaes a Fernam Pirez, de graça, e iiijº rreaes a Ruj Lopez, de graça.

E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, asinada per nos e aselada do nosso seelo pendente, pera a teer pera sua guarda e de seus beens e herdeiros.

Dante em a çidade dEuora, xxix dias do mes dabrill. Ruj Diaz a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiijº Lº.

(1) Alusão ao socorro prestado ao rei de Castela pelo regente D. Pedro de Portugal em 1445, sob a chefia de seu filho o condestável D. Pedro, ao qual se reporta RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 85. Sobre o assunto podem ver-se os DOCS. 77, 189 e 190 do nosso vol. 8. O presente texto diz-nos qual o soldo pago no almoxarifado lamecense a alguns dos referidos expedicionários, que, aliás, já nada foram fazer a Castela.

159

29 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Mécia da Silveira, sua criada, a tença anual de 30.000 reais brancos enquanto lhe não pagar as 3.000 coroas de ouro que lhe promettera, em dote, pelo seu casamento com D. Fadrique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 83.

Dom Afonso, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos trautam os e de feito firmamos casamento antre dona Meçia da Silveira, nosa criada, filha de Nuno Martijnz da Silveira, rricomem do noso conselho, scpriuam da nosa poridade, e dom Fadrique, fidalgo da casa do jfante dom Anrique, meu mujto prezado e amado tyo, aa quall outorgamos e pormetemos, em casamento, tres mjl coroa de boo ouro e justo peso de crunho e moeda delrrey de Frrança ou aquelo que por ellas mandamos pagar, segundo a hordenança de nosos casamentos.

E, porquanto, por o presente, lhe nom mandamos fazer pagamento das dictas tres mjl coroa, queremos que per ellas aja de nos, de tença, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta era presente ao diante, em cada hũu ano, trinta [mil] rreais brancos, atee lhe pagarmos o dicto casamento, e esto sem descontar do principall. Pero, se lhe mandarmos pagar a terça parte do dicto casamento, serlha descontada a terça parte da dicta tença e asy do mais, per este rrespeito; os quaees lhe seram pagos per carta que lhe dello, en cada hũu ano, sera dada em a nosa fazenda. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nosa carta, asinada per nos, sellada do noso sello pendente, pera teer pera sua guarda e por ella rrequerer e auer sua paga.

Dada em a çidade dEuora, xxix dias dabrill. Martim Gill a fez. Ano do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e iijje L.

160

1 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Diogo da Cunha, comendador de Casével e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e a seus herdeiros os bens de João Gonçalves, de Santarém, falecido abintestado (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 3, fl. 76v.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que a nos disserom que hũu Joham Gonçalves, filho de Joham Abade, morador que era no termo de Samtarem, avija certos beens [e] herdades no termo da dicta villa, o qual sse morreo abemtestado, sem fazemdo testamento nem avemdo nehũus herdeiros; por a qual rrazom todos sseus beens pertemcem a nos e, de derecho, os podemos dar a quem nossa merçee for.

E ora, queremdo nos fazer graça e merçee a Diogo da Cunha, comendador de Casseuel, caualeiro da casa do jfante dom Henrique, nosso muito prezado e amado tio, de nosso moto proprio, certa ciencia, poder absalluto, sem nollo elle pedindo nem outrem por elle, se asi he como nos disserom e que, por a dicta rrazom, os dictos beens a nos de derecho perteençem;

Temos por bem e fazemoslhe merçee, liure, pura, jmrreuogauel doagom, amtre os viuos valledoira, deste dia pera todo sempre, pera elle e pera todos seus herdeiros, soçessores, ascendentes, descendentes que despois elle vierem, de todollos beens, asi mouees como de rraiz, que forem achados que o dicto Joham Gonçalves tijnha e avija em termo da dicta villa de Samtarem e lhe, de derecho, pertemcem.

E porem mandamos a uos, juizes da dicta villa de Samtarem, e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada que, semdo os tedores dos dictos beens citados e ouujdos, segundo dereitamente [deuem], saibaaes esto certo e hij per este facto em diante como for derecho. E, se achardes que asi he como nos diserom e que, por a dicta rrazom, os dictos beens, de derecho, pertemcem a nos, os julgaj asi per uossa ssentença.

(1) Sobre a comenda de Casével, da Ordem de Cristo, pode ver-se o DOC. 145 do nosso vol. 4. Era então seu comendador Fr. Fernão Lopes de Azevedo.

E, se os tedores dos dictos beens per ella quiserem estar, faze[e] meter em posse delles o dicto Diogo da Cunha ou seu certo precrador e lhos leixay teer e lograr e posuir e vender, dar, doar e fazer em elles o que lhe prouger, como de sua coussa propria e corporal posissam; porquanto lhe fazemos delles merçee, como dicto he, se elles a nos de dereito pertengem e a outrem primeiramente nom som dados per nossa carta.

E, sse apellar da dicta nossa ssentença, daelhes apellaçom e agrauo, nos cassos que o dereito outorga, guardando sobre ello seu dereito conpidamente, como he hordenado, ssem outro enbargo que lhe sobre ello seja posto.

Dante em Euora, primeiro dia de mayo. Elrrej o mandou per dom Fernando de Castro, do sseu consselho e vedor da sua fazenda. Joham Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L. anos.

161

2 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gomes, de Odemira, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Aljezur e seu termo durante cinco anos, como o havia sido Pedro Vasques.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 84.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Gomez, morador nOdemira, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., per que o damos, da feitura desta carta ataa çinquo annos, por coudell da villa dAljazur e sseu termo, assy e pella guisa que o dhi foy Pero Vaasquez, o quall acabou sseu tempo, etc. Carta em forma.

Dada em Portell, ij dias de mayo. Elrrej ho mandou, per Nuno Martijnz da Silueira, etc. Ruj Meendez a fez. Anno de mjl iiij^o L.

162

7 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de indulto de quatro meses de degredo a João Lourenço, seu vassalo, escudeiro do infante D. Henrique, por ele haver ferido Martim Gonçalves, morador em Évora.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 73 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Joham Lourenço, nosso vassallo, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado tio, nos enujou dizer que por hũa ferida pequena que elle dera a hũu Martim Gonçalluez, morador em a çidade dEuora, fora presso sseis somanas e fora tanto de fecto contra elle, que per nos fora dada ssentença que lhe pagasse dous mjl rreaes aa parte e mais que fosse degradado seis messes da dicta çidade, o quall degredo auja dous messes que elle mantijnha, pedindonos per merçee que lhe rrelleuasemos o mais tempo que ficaua por serujr do dicto degredo.

E nos, veendo o que nos assy dizer e pedir enujou e querendolhe fazer graça e merçee, sse assy he, que elle tem serujdos os dictos dous messes; teemos por bem e rrelleuamos-lhe os quatro messes que ficam por serujr.

Porem vos mandamos que o nom prendaees nem mandees prender nem lhe façaes nem consentaaes fazer mall nem outro nehũu dessaguissado, quanto he por rrazam de ell nom manteer mais o dicto degredo, porque nossa merçee e vontade he de o ell mais nom manter, sse elle ja tem serujdos os dictos dous messes, pella guissa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dante em a çidade dEuora, bij dias do mes de mayo. Elrrej o mandou, pellos doutores Ruy Gomez e Pero Lobato, etc. Rodrigo Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

163

15 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar doação feita por Maria Alvares, da Ribeira de Santarém, a Leonor Baiona, residente em Abrantes, sobrinha sua e mulher de mestre João, criado do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 90 v., — donde se reproduz; em leitura nova, Estremadura, liv. 8, fl. 269 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta de confirmação virem fazemos saber que, perante nos, foy apresentado hũ estormento de doaçom, que parecia sseer fecto e asijnado per Huíam Soarez, tabaliam em a villa de Santarem, aos ix dias do mes de março do presente ano, em o quall era contheudo que Maria Alvarez, molher que foy de Joham Lanprea, morador na Ribeira da dicta villa, veendo e consijrando o grande diujdo que tijnha com Lianor Bayona, molher de mestre Joham, criado do jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado tio, morador em Abrantes, por seer sua ssobrinha, filha de ssua jrmã, e as boas obras e mujtos serviços que ataaqui della rreçebera e esperaua rreçeber, lhe fazia pura e irreuogauel doaçom, antre viuos valledoira pera ssenpre, que nunca podesse sseer rreuogauel per nehũua guissa, pera ajuda e soportamento de ssua vida, de todo o djreito de hũ moynho que ora ella auja no rio de Pernez, que chamauam o dos Canços, com condiçom que, morrendo a dicta ssua ssobrinha, que o dicto djreito ficasse a sua filha Breatiz e, fallecendo ella sem filho ou filha, que o dicto djreito ficasse ao mais chegado herdeiro da dicta sua ssobrinha, rreseruando ella pera ssy, em dias de ssua vida, o hussofruyto do dicto djreito e quinhã e, per ssua morte, ho ouuesse a dicta sua ssobrinha e que lhe mandasse dizer, por sua alma, hũua misa cantada com sseu rresponso, cada hũu ano, per dia de Todollos Santos, ofertada com dous alqueires de pam e quarta de ujnho, segumdo todo esto e outras coussas em o dicto estormento de doaçom mjlor e mais conpidamente erom contheudas, pedindonos a dicta Lianor Bayona, por merçee, que lha confirmasemos pella guissa que em ella era contheudo.

E nos, veendo o que nos assy dezia e pedia, com hũua jnquerigom que ante sobre ello mandamos filhar, per que sse mostra que a dicta Maria Alvarez outorgou e fez a dicta doaçom de sua liure vontade, sem algũua preima nem engano, e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem

e confirmamoslhe e outorgamos, aprouamos e rreteficamos a dicta doação pella guissa que fecta he e no dicto estormento sse contem e a auemos por boa.

E porem mandamos a todollos juizes e justiça dos nossos rregnos e ofiçiaaes e pessoas a que desto o conhecimento pertencer per quallquer guissa, que assy lha conpram e guardem e façam conprir e guardar bem e conpridamente pella guissa que fecta he e lhe nom vão nem conssentam hir contra ella em nehũa maneira, porque nossa merçee e vontade he sseerlhe bem conprida e guardada pella guissa que fecta he e no dicto estormento he contheudo, nom enbargando quacesquer djreitos, costumes e lex que esto possam enbargar, com entendimento que esto nom faça perjuizo a algũas pessoas que algũu djreito ajam no dicto quinhão de moinho. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em a cidade dEuora, xb dias do mes de mayo. Elrrej o mandou, pellos sobredictos doutores. FelipAfonso, o Moço, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

164

15 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Gonçalves, da cidade de Lisboa, a seu pedido, pelo monarca condenado a degredo em Ceuta, juntamente com Vicente Egas, João Carreiro e João Lourenço Farinha, em razão das inquirições devassas que foram tiradas na dita cidade acerca do infante D. Pedro e de alguns dos seus, o qual degredo ele não cumprira, mas se fora para o dito infante e com ele estivera em Alfarrobeira e andava agora homiziado, pois o soberano perdoara já aos outros três, Egas, Carreiro e Farinha, que viviam em suas casas (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 91, — donde se reproduz.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 386.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiça dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

(1) A propósito, cfr. as nossas notas aos DOCS. 77 e 111 e o DOC. 143 do nosso vol. 7 e o DOC. I do presente volume.

Sabede que Diego Gonçalluez, morador em a cidade de Lixboa, nos enujou dizer que, per rrazam do jffante dom Pedro e dalgũus sseus, foram filhadas, em a dicta çidade, inquiriçoẽs devassas, per bem das quaees ell e Vicente Egas e Joham Carreiro e Joham Lourenço Farinha degradaramos pera Çepta, aos quaees ja perdoaramos e rrelleuaramos o dicto degredo, e veujam e estauam em ssuas casas, saluo ell, que sse absentara e nom fora serujr nem manteer o dicto degredo, e forasse pera o dicto jffante, em cuja conpanha esteuera na batalha que comnosco ouuera; por as quaees coussas ora andaua amoorado, e que nos pedia por merçee que, aa honrra da morte e paixam de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe leuantasemos o dicto degredo e traspasamento dell e lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos ell, por andar e estar na batalha com o dicto jfante, era theudo.

E nos, veendo o que nos assy dizer e pedir enujou e, querendolhe fazer graça e merçee, aa honrra da dicta morte e paixam; teemos por bem e rreleuamollo do dicto degredo e perdoamoslhe a nosa justiça, a que nos ell, por as coussas susodictas, he theudo.

E porem vos mandamos que, daquy en diante, o nom prendaes nem mandees prender nem lhe façaes nem consntaees fazer mall nem outro algũu dessaguisado, quanto he por as coussas susodictas, porque nosa merçee e vontade he de lhe perdoarmos polla guissa que dicto he e de viuer e morar em a dicta çidade e em outros quaeesquer lugares que elle quiser e por bem teuer. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xb dias de mayo. Elrrej o mandou, per os sobredictos doutores. FelipAfonso, o Moço, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiii^o L.

165

20 MAIO 1450

Salvo-conduto passado pela cùria pontificia a Pedro Rombolo messinense, Miguel, prior da igreja de Santa Maria de Gudaber, e Abumar Elzend, embaixadores de D. Constantino, imperador da Etiópia, os quais iam partir para tratarem de alguns negócios da Santa Sé (1).

(1) Cfr. os documentos de 18 de Setembro adiante lançados, expedidos pela cùria do rei de Aragão, em Nápoles. Parecem-nos um pouco forçadas as conclusões tiradas do presente texto por DE WITTE sobre o significado desta embaixada, expendidas a p. 287 do seu infracitado estudo. Já nos parece documentado o fenómeno

AV., *Reg. Vat.*, vol. 411, fl. 321 v., — donde se reproduz.

Publicado por DE WITTE, *Une ambassade éthiopienne à Rome en 1450*, p. 295.

Nicolaus, etc.

Universis et singulis presentes litteras inspecturis, salutem, etc.

Cum, pro nonnullis arduis negotijs, etiam honorem sancte apostolice sedis concernentibus, contingat dilectos filios Petrum Romuli, Missinensem, ac Michaellem, priorem ecclesie Sancte Marie de Gudaber, et Abumar Elzend, oratores carissimj in Christo filij nostri Constantinj, imperatoris Ethiopum illustris, personaliter proficisci;

Nos, cupientes eosdem oratores cum eorum comitiis et familiaribus in personis tam equestribus quam pedestribus, usque ad numerum quindecim personarum, necnon salmis, valisijs, libris, scripturis, rebus et bonis suis quibuscunque, in eundo, stando et redeundo, plena securitate et immunitate ac fauorabili tractatione gaudere, vniuersitatem vestram, etc., districte precipiendo, mandantes quatenus prefatos oratores cum comitiis equitum et peditum, salmis, valisijs etc., vt in alijs.

Datum vt supra, xiiij. kalendas junij, pontificatus nostri anno quarto.

166

21 MAIO 1450

Letras Querelam dilecte, do papa Nicolau V, dirigidas aos bispos de Tournai, de Salamanca e de Leão, a referir-lhes que D. Isabel, duquesa de Borgonha, se lhe quixara de o corpo de seu irmão o infante D. Pedro de Portugal e duque de Coimbra, desumanamente morto no ano anterior, haver permanecido insepulto durante três

histórico geral a que o mesmo autor se reporta na p. 292: «la recherche continue et sans arrière-pensée à travers tout le XV^e siècle de la part de l'Éthiopie de contacts avec l'Occident catholique. Cette recherche se manifeste de deux manières: par l'envoi de missions diplomatiques et par un courant ininterrompu de pèlerins». DE WITTE referiu-se também ao presente salvo-conduto em *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle*, artigo de 1954, ps. 451-53.

dias e exposto às aves de rapina, após o que, por maior crueldade, o transportaram para lugar desconhecido da dita duquesa e de seus parentes, que assim lhe não podem fazer exéquias condignas nem sepultá-lo em lugar apropriado à sua origem e virtudes; pelo que, desejando o pontífice atender as súplicas da referida duquesa de Borgonha e minorar-lhe o desgosto, ordena aos ditos prelados admoestem, sob pena de excomunhão e outras que declara, as pessoas de ambos os sexos e de qualquer dignidade, mesmo reis, duques, arcebispos, bispos e demais, culpadas no transporte e ocultação do corpo do dito infante D. Pedro ou que do assunto hajam notícia, a que, no prazo de 30 dias, o entreguem às pessoas indicadas pela citada duquesa (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 391, fl. 191 v., — donde se reproduzem; *ibí.*, vol. 404, fl. 213 v.; ANTT., *Bulas*, maço 8, n.º 13, em cópia autêntica, mandada de Roma no século passado.

Sumariadas no *Quadro elementar*, t. 10, ps. 35-37.

(1) Morto o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, em 20 de Maio de 1449, deixaram seu corpo todo o dia no campo e, à noite, o recolheram em pobre casa, junto de outros cadáveres, onde, ainda segundo PINA, «joue tres dias sem candeia nem cobertura nem oração que por su alma publica se dissesse nem ousasse de dizer» (*Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 123). «E, acabados os tres dias, o corpo do fñante, per homens de prema e com consentimento delrey, foy leuado em hũa escada aa jgreia dAluerca, onde, por entam, foy vilmente e com grande desatamento soterrado» (*ibí.*, cap. 124). Sabido o facto em Borgonha, a duquesa D. Isabel, sua irmã, mandou a Portugal, nos fins do ano de 1449, o jurista beneditino Jean Jouffroy, deão de Saint-Vivent-sous-Vergy, conselheiro e embaixador de seu marido Filipe o Bom, estranhar o sucedido, pedir indulgência para a família e sequazes do ex-duque de Coimbra e ainda o corpo deste, a fim de lhe dar sepultura condigna.

Nesse intuito, pronunciou Jouffroy quatro longos discursos em Evora, perante el-rei D. Afonso V, em 6 e 13 de Dezembro de 1449 e em 12 e 16 de Janeiro de 1450, recheados de erudição escriturística, histórica e jurídica, ao gosto da época, e semeados de exclamações panegíricas e patéticas. Pronunciados em latim, nenhuma moessa devem ter produzido no ánimo do jovem monarca e no de seus aúlicos. De facto, o resultado foi até contraproducente: — «E, porque na primeira denegaçam que elrey fez aa sepultura do fñante, o dicto embaixador rrequereo que lhe mandasse dar seus ossos, pera os leuar a Borgonha, onde a duquesa, sua irmã, lhe daria sepultura honrrada e merecida, rrecoeso elrey de os furtarem da Igreja dAluerca, onde devassamente jaziam, os mandou tirar e leuar ao castello dAbrantes, cuja guarda e segurança encomendou a Lopo dAlmeida, que despois foy primeiro conde dAbrantes» (PINA, *Crónica cit.*, cap. 129).

Os discursos do referido Jouffroy, extraídos de manuscrito inédito, ps. 9-42, da Biblioteca de Semur, foram editados em estudo apologético de CH. FIERVILLE, *Le cardinal Jean Jouffroy et son temps*, Paris 1874, ps. 255-91, donde os reproduziu

Nicolaus, etc.

Venerabilibus Tornacensi et Salamantinensi ac Legionensi epis-
copis, salutem, etc.

Querelam dilecte in Christo filie nobilis mulieris Ysabellis, ducisse Burgundie, nuper accepimus, effectualiter continentem quod, licet reco-
lende memorie Petrus, olim Portugalie infans ac Colimbrie dux et eiusdem ducisse frater, de anno proxime preterito crudeliter interemptus fuisset eiusque corpus in terra discoopertum ab auibus et animalibus feris lace-
randum triduo remansisset, tamen postea, crudelitati huiusmodi inhumani-
tate accumulata, corpus prefatum ad alium locum, de quo nec ipsa ducissa neque alii sui consanguinej noticiam habere possunt, translatum seu positum extitit.

Cum autem, sicut eadem querela subiungebat, prefata ducissa, vitra
dolorem maximum ab ea de interfectione predicta susceptum, etiam in
anxietate continua, propter corporis occultationem huiusmodi, persistat,
et alias pro tanto et tali principe, inter alios fidelium principes, dum vixit,
tam propter eius regiam prosapiam, quam etiam causantibus suis virtuti-
bus plurimis ac multiplicibus rebus et maximis ab ipso bene et laudabiliter
peractis inclito atque preclaro, debitas et conuenientes exequias celebrari
jpsunque corpus in loco honorifico, prout decet, collocari facere cupiat

OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, 1947, ps. 383-419, com bas-
tantes incorrecções. Não conhecemos versão portuguesa dos mesmos. Na Biblio-
teca Nacional de Madrid, Ms. 1159 (ant. 6.175), conserva-se versão castelhana coeva
do primeiro discurso, feita por Martín de Avila, «secretario de latin del Rey nuestro
señor e del muy reuerendo señor don Alfonso Carrillo, arçobispo de Toledo, su
señor», e outra cópia, também do século XV, no Ms. 10.445, fls. 133-39. Sobre o
dito Jouffroy, eleito abade de Luxeuil em 20 de Fevereiro de 1450, bispo de Arras
em 30 de Abril de 1453 e cardeal de Albi em 18 de Dezembro de 1461, intimo de
Luís XI, seu aliado e cooperador militar nas lutas contra a Catalunha (Cfr. J. VICENS
VIVES, *Juan II de Aragón (1398-1479)*, ps. 322-23 e 343), podem ver-se também
P. J. GRAPPIN, *Eloge historique de Jean Jouffroy*, Besançon, 1785, e os seguintes
estudos de J. CALMETTE, *Louis XI, Jean II et la révolution catalane (1461-75)*,
Paris, 1903; *Le grand règne de Louis XI*, Paris, 1938; e *Autour de Louis XI*,
Paris, 1947.

Perante o inéxito da embaixada de Jouffroy a Portugal, a duquesa de Borgonha
voltou-se para o papa Nicolau V, que, a pedido daquela, passou as presentes letras.
Velo a revogá-las, porém, o mesmo pontífice pelas *Romani pontificis*, de 1 de Janeiro
de 1452 (AV., *Reg. Vat.*, vol. 404, fl. 213 v., — sumariadas no *Quadro elementar*, t. 10,
ps. 40-41); pois o cadáver do ex-duque de Coimbra mantinha-se em Abrantes, onde
o deixara Jean Jouffroy em 1449, e apenas em 1455 ele foi trasladado, com solenes
exéquias, para o seu túmulo da Batalha (PINA, *Crónica cit.*, cap. 137).

et jntendat, ac, stante occultatione prefata, desiderium suum huiusmodj nequeat adimplere;

Nos, anxietati ducisse huiusmodj merito compacientes et vt ipsa, sublati sinistris quibuslibet, effectum sue jntentionis huiusmodj merito consequatur, quantum cum Deo possumus, prouidere volentes, eiusdem ducisse in hac parte supplicationibus inclinatj, fraternitati tue, per apostolica scripta, mandamus quatinus vos, vel duo aut vnus vestrum, per vos uel alium seu alios, omnes et singulas vtriusque sexus personas, cuiuscunque gradus, status, ordinis uel conditionis fuerint, etiam si regali, reginali, ducali, archiepiscopali, episcopali, abbaciali aut alia quacunque ecclesiastica seu mundana dignitate prefulgeant, que in transportatione uel occultatione corporis huiusmodj culpabiles fuerint, vel que de ipsa transportatione uel occultatione, seu de personis in ea culpabilibus prefatis, uel earum aliqua, aut de dicto corpore noticiam seu scientiam aliquam, ex auditu vel ex presumptione seu alias quomodolibet, pro tempore habuerint, auctoritate nostra, sub excommunicationis et aliis penis infra scriptis, moneatis et eis precipiendo mandetis vt, infra triginta dies a die publicationis presentium computandos, persone seu personis ad id per eandem ducissam deputande seu deputandis dictum corpus, si in ipsarum aut alicuius earum potestatem consistat, consignent et tradant, seu alias transportationem uel occultationem corporis huiusmodj aut culpabiles prefatos eorumque in premissis excessus fideliter jntimare seu jntimarj facere non postponant.

Alioquin (2), illos omnes et singulos ex monitis tunc supradictis quos, eisdem triginta diebus elapsis, uestris monitionibus et mandatis, eis tunc, vigore presentium, generaliter factis, debite et jntegre non paruissse constiterit, etiam si regali, ducali, archiepiscopali, episcopali, abbaciali uel alia dignitate huiusmodj prefulgeant, ut prefertur, excommunicationis sententia ligatos fuisse et esse, eadem auctoritate, declaretis, ipsosque in ecclesijs et aliis locis ecclesiasticis, dum maior jnibi populi multitudo ad diuina conuenerit, excommunicatos publice nuncietis, necnon ab aliis nunciarij et ab omnibus arctius euitarij faciatis; ac etiam omnes et singulos tunc excommunicatos prefatos, qui sententiam ipsam, per vnum mensem, a fine dictorum triginta dierum computandum, animo, quod absit, sustinuerint jndurato, videlicet ecclesiasticas canonicatibus et prebendis ac dignitatibus, personatibus, administrationibus, officiis et beneficijs suis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, cum cura et sine cura, necnon laicales personas ex eisdem honoribus, feudis, dignitatibus et dominijs mundanis omnibus et singulis, quecunque, quocunque et qualiacunque fuerint, priuatos, necnon ipsos omnes et singulos, ad illa et alia jm

(2) No ms. *Alioquin*.

posterum obtinenda, inhábiles fuisse et esse, dicta auctoritate, declaratis, ciuitates, terras, villas et loca in quibus moram tunc traxerint, ecclesiastico interdicto etiam supponendo, et nichilominus, legitimis per vos desuper habendis seruatis processibus, eosdem excommunicatos, quotiens expedire videbitur, aggravare curetis, iuuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis.

Non obstantibus felicitis recordationis Bonifacij pape viij, predecessoris nostrj, illa presertim qua cauetur ne quis, extra ciuitatem et diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis vltra vnam dietam, a fine sue diocesis, ad iudicium euocetur. Seu ne iudices a sede predicta deputatj alicui, extra ciuitatem et diocesim in quibus deputati fuerint, vices suas committere non audeant uel presumant, et de duabus dietis in concilio generali, necnon alijs apostolicis constitutionibus ceterisque contrarijs quibuscunque; aut si monendis prefatis uel quibusuis alijs, communiter uel diuissim, a sede apostolica iudultum existat quod iudicij, suspendij uel excommunicarj aut vltra uel extra certa loca ad iudicium euocarj non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de iudulto huiusmodj mentionem.

Volumus, autem, quod presentes littere, quotiens ille alicuj cathedrali seu metropolitane vel collegiate ecclesie, vbicunque, etiam extra regnum Portugalie consistentj, quam ad id ducissa prefata duxerit eligendam, affixe et publicate fuerint, huiusmodj tunc affixio et publicatio perinde arctet omnes et singulas supradictas [personas] ac si ille eis et ipsarum singulis presencialiter iutimate et personaliter presentate fuissent.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo, duodecimo kalendas junij, anno quarto.

167

23 MAIO 1450

Sentença de el-rei D. Afonso V, dada na Relação do seu Desembargo, no pleito decorrente entre o monarca, autor, representado por Álvaro Pires, procurador dos feitos régios, e Lançarote Pessanha, almirante do reino, réu, representado por seu pai Rodrigo Afonso de Melo, na qual se declara que, em tempo de paz, o almirante tem jurisdição sobre os alcaides, arraís e petintais das galés e ainda sobre os desertores, para o que há-de ter alcaides seus nos portos marítimos, e, em tempo de frota ou de armação de

galés, lhe cumpre usar de toda a jurisdição outorgada aos almirantes do reino por el-rei D. Dinis (1).

ANTT., *Gaveta 3, maço 6, n.º 1*, original em pergaminho, com selo régio pendente, — donde se reproduz; e *Extras*, fl. 189.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 473-74. Sumariada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. 2, p. 39, n.º 701.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A todollos corregedores, juzes e justiças dos nossos rregnos a que o conhecimento desto perteençer per quallquer gujssa que seja e esta carta de assentença for mostrada, ssaude.

Sabede que, em a nossa corte, perante nos, foy hordenada demanda antre Alvaro Pirez, procurador dos nossos fectos, em nosso nome, como autor, da hũa parte, e Rodrigo Afonso de Melloo, em nome de mje Lançarote Peçanho (2), seu filho, almjrante destes nosos rregnos, rreco, da outra, dizendo o dicto nosso procurador contra o dicto almjrante que, por nos seermos vnjuersall rrey e senhor destes nossos rregnos e ssenhorio, a nos perteençia vnjuersallmente toda a jurdiçom çiuell e crime de todos os dictos rregnos dos nosos sobdictos e naturaes delles; e, estando asy os rreis pasados que ante nos foram em posse da dicta jurdiçom vnjuersallmente, elrrey dom Denjs hordenara nouamente o dicto officio e feudo do almjrantado, dando e outorgando a mje Lançarote Paçanho e a todos os almjrantes que depos elle veeem jurdiçom sobre os homeens do mar soamente em os tempos das armações, des o dya que a armaçom fosse começada, atee o tempo e dia que a armaçom das gallees fosse acabada, sem lhe dando o dicto rrey dom Denjs jurdiçom algũa, ao tempo que hy nom ouesse armaçom de gallees (3);

E que o dicto Rodrigo Afonso de Melloo, em nome do dicto seu filho, se metera em posse da jurdiçom dos mareantes em todo tempo, sem lhe perteençer em elles, ao tempo dora, algũa jurdiçom, por ora hy nom auer armaçom de gallees, e husaua da dicta jurdiçom sem mostrar titollo algũu legitimo de como possa auer jurdiçom ao tempo que hy nom aja armaçom; pedindo contra elle que, per ssentença defenetiuva, constrangesemos o dicto Rodrigo Afonso que, em nome do dicto seu filho, abrisse mão

(1) Veja-se a carta régia de 24 de Março de 1449, — o nosso DOC. 35.

(2) Cfr. a anotação ao retrocitado documento.

(3) Na acima citada obra e volume de SILVA MARQUES, a ps. 28 e ss., a documentação relativa ao genovês Manuel Pezagno ou Pessanha, primeiro almirante do reino.

da pose da dicta jurdiçom em todos nosos rregnos e senhorio, nos tempos em que hy nom ouuesse armaçom, e a leixasse liurementemente a nos, a que de direito perteença;

Dizendo o dicto Rodrigo Afonso que era uerdade que elrrey dom Denjs fezera, em estes nosos rregnos, ho almjrante, sentindoo asy por muyto seu serujço e defensom delles, e lhe dera jurdiçom de todos os que fosem com elle em armadas, asy no mar como nas terras onde saísem, tee a armada seer acabada. E esto geerallmente, nom tam soamente dos mareantes, mays dos caualleiros, escudeiros, homeens darmas e de todos os outros, e destes principalmente, porque dos mareantes em todo o tempo tijnha jurdiçom, segundo per seus priuyllegios se ueera; pella quali rrazom tijnha alcaýdes do mar e ouujdores e escpriuães e meeirinhos, apresentando logo, por sua parte, çertas cartas e priuyllegios que se sobrelo tijnha. E esso meesmo, per o nosso procurador foram apresentadas outras cartas que acerca da dita jurdiçom conujnha; e, rrazoado tanto sobre todo per o dicto nosso procurador e por parte do dicto almjrante, que foy o fecto conclusso.

E, visto per nos, em rrollaçom, com todo nosso desembargo, presente o dicto nosso procurador e o dicto Rodrigo Afonso de Melloo e seu procurador, acordamos que, vistos os priuyllegios e cartas dos rreis pasados, por parte do dicto almjrante apresentadas, pera mostrar de quaes pesoas a elle perteença auer a jurdiçom em os nosos rregnos e ssenhorio, per bem do armjrantado; e, vistas jso meesmo çertas cartas e aluaraacs, apresentadas por o dicto nosso procurador, em fauor da nossa geerall jurdiçom das çidades, villas e lugares dos dictos nosos rregnos e senhorio, que o dicto armjrante vse da dicta jurdiçom soamente nas pesoas dos alcaýdes, arrayzes e pitintaacs das galees, e em outros nom e, pera ello, tenha o dicto armjrante seus alcaýdes nos lugares dos portos do mar, aquelles que pera ello necesarios forem, e esto soamente se entenda nos tempos da paz, quando hy nom ouuer armaçom ou frota de galees ou outros naujos; e, em os dictos tempos, auera jurdiçom em os homeens que pera as dictas armações tomarem algũs dñheiros de nos e se absentarem com elles ou nom quiserem serujr, ajnda que a dicta armaçom ja seja acabada, segundo se mostra per outra carta do dicto rrey dom Denjs. E, no tempo da frota ou armaçom, deue husar de toda jurdiçom, segundo he contheudo no priuyllegio que foy dado per elrrey dom Denjs ao primeiro armjrante destes nosos rregnos. E, per esta determjnaçom, nom seja fecto perjuizo a quaesquer outros priuyllegios e liberdades que ao dicto armjrante sejam dados per os dictos rreis sobre quaesquer outras coussas que nom perteençam aa dicta jurdiçom de que asy deue husar no dicto tempo da paz. E mandamos que, quanto aas dictas pesoas, lhe seja logo a dicta jurdiçom desenbargada e vse della como dicto he, dando as alçadas pera nos, como nos seus priuyllegios he conthudo.

Porem vos mandamos que compraes e aguardees e façaes comprir e aguardar em todo esta nossa ssentença como per nos he acordado e determjnado e mandado. Vnde all nom façades.

Dada em a nossa cidade dEuora, xxiiij dias do mes de mayo. Elrrey o mandou, per Pero Lobato, doutor em lex, seu vasallo, do seu desenbargo e das petições, a que esto mandou liurar. Joham de Lixboa, scpriuam dos fectos do dicto ssenhor, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^o e çinquoeenta annos.

(as.) Petrus.

168

25 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar o contrato de casamento e dote de Martim de Melo com D. Beatriz de Sousa, a quem o infante D. Henrique prometera as quintas e lugares de Aldeia e Pinhanços (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 133, — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 96.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Martim de Melloo, caualeiro fidalgo da nossa casa, nos mostrou hũ estormento de contrauto, do qual o theor tal he.

Segue-se a transcrição do contrato citado, o DOC. 77.

Pedimdonos por merçee o dicto Martim de Melloo que lhe confirmasemos o dicto contrauto como em elle era conthiudo, porquanto era neçesario pelas [rrendas?] da coroa do rregno, que lhe em o dicto contrauto eram obrigadas.

(1) *Aldeias*, actual freguesia do concelho de Gouveia, a deslado da estrada de Gouveia a Manteigas, e *Pinhanços*, actual freguesia do concelho de Sela, a 9 quilómetros da vila, integravam-se na carta patrimonial do infante D. Henrique, de 17 de Abril de 1411 — o DOC. 150 do nosso vol. 1 — e na doação de Gouveia de 4 de Janeiro de 1443, feita pelo regente D. Pedro — o DOC. 231 do nosso vol. 7.

E nos, veendo o que nos asi dizia e pedia, querendolhe fazer graça e merçee, lho confirmamos e aprouamos e rretificamos, com tal entendimento que, vijndo as dictas terras a nos ou a nossos ssoçessores em vida do dicto Martim de Melloo e da dicta dona Breatiz de Sousa, em gujsa que nos ajamos dellas a[s] rrendas, que o dicto Martim de Melloo e dona Breatiz ajam os frujtos e nouos das dictas terras, a descontar. E, por ssua çertidoocem, lhe mandamos dar esta nossa carta, sinaada per nosa mão.

E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiça e a outros quaesquer que lhe cumpram e guardem e ffaçam conprir e guardar em todo, bem e conpridamente, esta carta de contrauto, asy [e] pela guissa que em ella he contiuido. Vnde al nom façades.

Em a nossa çidade dEuora, xxb dias do mes de mayo. Joham Lixboa a fez. Ano de mjl iiij^o L^{ta} anos.

169

25 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Rodriguez de Sousa, camareiro do infante D. Henrique, a tença anual de 20.000 reais brancos, desde Janeiro anterior, enquanto for mercê sua.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 106v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Gonçalo Rodriguez de Soussa, camareiro (1) do jffante dom Emrriq, meu muyto amado e prezado tyo; teemos por bem e outorgamos que aja de nos, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta era pressente de quatroçeeentos e cincoemta em diamte, de temça em cada hũu anno, enquanto nossa merçee for, vinte mil rreaes bramcos, os quaaes lhe ser[a]m paguos per carta que lhe, em cada hũu anno, sera dada em a nossa fazenda. E, em testemunho dello, lhe mamdamos dar esta nossa carta, sinada per nos e seellada do nosso sseelo pendente.

Damte em a çidade dEuora, xxb dias de mayo. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor de mil iiij^o L.

(1) No ms. *camareiro*.

170

27 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Álvares, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão da chancelaria da comarca e correição de Entre Tejo e Guadiana (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 83 v.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de DiegAlvarez, escudeiro do jffante dom Henrique, etc., per que o deem por escpriuam da chancelaria perante o corregedor da comarca e correioem dantre Tejo e Hudiana, assy e pella guissa que o elle ataa ora foy, etc. Em forma.

Dada em a çidade dEuora, xxbij dias do mes de mayo. Elrrej o mandou, pello doutor Ruy Gomez dAluarenga, sseu vassallo e do sseu dessenbargo e petições, vicechanceler. Diogo Afonso, por Gomez Borges, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

171

27 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar Lopo da Moita, escudeiro do infante D. Henrique, a vender, dar, doar ou escambar os bens que herdara de seu sogro Vasco Gonçalves, a quem D. João I

(1) O país achava-se repartido em quatro grandes zonas ou comarcas, assim descritas ainda em 1583 pelo então escrivão do Arquivo da Torre do Tombo, o licenciado Cristóvão de Benavente: — «a comarca da Extremadura, que começa em Lixboa e corre atte o Douro; a segunda dAlen Douro, em que entra Antre Douro e Minho e Tralosmontes; ha terçeira Antre Tejo e Odiana, en que entra o Algarue; a quarta comarca he da Beira» (Cfr. DIAS DINIS, *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, p. 154). E desta maneira se acham arquivadas, nos livros ditos da Leitura Nova da Torre do Tombo, as transcrições dos documentos, posto já em 17 de Julho de 1527 estivesse o reino dividido em seis comarcas, cada uma delas chefiada por um corregedor (Cfr. A. BRAMCAMP FREIRE, *Povoação de Entre Doiro e Minho no século XVI*, p. 242).

os doara, sob condição de ele e seus descendentes viverem na vila de Arronches ou em seu termo.

ANNT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 124, — donde se reproduz; em leitura nova, Guadiana, liv. 3, fl. 267 v.

Dom Affonso, per graça de Deus, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos saber que elrey dom Joham, meu auoo, cuja alma Deus aja, casou, em a uilla dAronches, certos escudeyros e criados seus, antre os quaaes era hũu Vasquo Gonçaluez, criado da rainha mjnha auoo, a que Deus dee o seu santo paraíso, ao qual elle deu certos beens em a dicta villa, com condiçam que morassem em ella ou em seu termo, e que tambem os ouuessem os que dele degen-desem, morando hy, pela dicta guysa. E ora nos dise Lopo da Mouta, escudeyro do jffante dom Anrjque, [meu] muyto prezado e amado tijo, que, porquanto elle casou com hũa ssua ffilha, elle erdara os dictos beens, per morte do dicto seu sogro, que lhos dera em casamento. E, porque a moor parte delles sam jaa mujto denjficuados e em tal ponto que per elles nom poderia viuer, por seer mujto pouca cousa, nos pedia que lhe desemos nosa autorjdade pera os poder vender a quem lhe prouguesse, sem embargo de nom morar em a dicta vila aquele ou aqueles a que os asy vender.

E nos, uisto seu requerjmento e querrendolhe fazer graça e merçee; temos por bem e damosilhe lugar e leçença que elle os posa vender, dar e doar, trocar, escambar e fazer deles e em elles o que lhe aprouguer, como de sua cousa propia e corporal posysam, sem embargo da dicta condiçom pelo dicto meu auoo posta, e qualquer que os dele ouuer os posa lograr e posojr e estar em pose deles asy e pela guysa que o deles he o dicto Lopo da Mouta, que os asy herdou per morte do sobredicto, como dicto he.

E porem mandamos a todos los nosos corejadores, juzzes e justiças e a outros quaaesquer nosos ofeçjaes e pessoas que esto ouuerem de ucer, a que esta nosa carta for mostrada, que lhe leixem asy uender os dictos beens a quem lhe aprouguer, como dicto he, e lhe nom vão nem consentam hjr contra esto em nenh[ũ]a maneyra, porque nos praz de lhe asy ser fecto, nom embarga[n]do a dicta condiçom. E lhe al nom façades.

Dada em Euora, xxbij dias de mayo. Gonçalo Annes a fez. Ano de mjl iiij^o L. anos.

172

28 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar João Gil, cónego da sé da Guarda e prior do Seixo, a andar em besta muar de sela e freio, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 89.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Joham Gill, conjo da see da Guarda e prior do Seixo, morador na dicta cidade, por o do jfante dom Anrique, meu muyto preçado e amado tio, que nollo por elle pidio; teemos por bem e damoslhe licença e lugar que posa andar em besta muar de ssella e freo, sem embargo da nosa defesa e hordenaçom fecta en contrairo.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juzes, justiças, alcaýdes, meirinhos e outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, que lhe nom tomem nem coutem nem mandem tomar nem coutar nem fazer por ello outro algũu desaguísado.

Dada em Euora, xxbiiij dias de mayo. Diego Borjes a fez. Anno do Senhor de mjll e quatrocentos e cinquenta annos.

173

28 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na vila de Alcácer.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 108.

Dom Affonso, etc.

Item, carta de Joham Esteuez, morador em a villa dAlcaçer, bees-teiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a cidade dEuora, xxbiiij dias de mayo. Gonçallo de Moura a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

174

28 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Álvaro Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Sertã, termo de Beja.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 96 v.

Dom Affonso, etc.

Item, carta d'Alvaro Gonçalluez, morador em Sertãae, termo da uilla de Beja, beesteiro da camara do jffante dom Henrique, etc. Priuilegio em forma.

Dada em a çidade d'Euora, xxbiij dias de mayo. Lopo Fernandez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

175

29 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a João Fernandes Viles, cavalciro da casa do infante D. Henrique, desde 1 de Janeiro anterior e enquanto sua mercê fosse, a tença anual de 2.857 reais brancos, no almoxarifado de Portalegre (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 99 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo ffazer graça e merçee a Joham Fernandez Viles, caualeiro da cassa do jfante dom Anrique, meu muito prezado e amado tyo, teemos por bem e quere-mos que aja de nos, de tença, em cada hũ anno, des primeiro dia de janeiro

(1) Em 6 de Abril de 1442 havia sido nomeado juiz de Serpa (Cfr. o DOC. 209 do nosso vol. 7).

que ora foy desta presente era em diante, enquanto nossa merçee for, dous mjl e oytocentos e çinquenta e ssete rreaes, os quaes auera em o nosso almoxarifado de Portalegre, aos quartees do anno, per nossa carta, que lhe em cada hũ anno sera dada em a nossa ffazenda. E, por ssua guarda e rrenenbrança dello, lhe mandamos daar esta carta, asynada per nos e aselada do nosso ssello pendente.

Dada em Euora, xxix dias de mayo. Gonçalo Annes a fez. Anno de mjl iij^o L^a.

176

29 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro de Tavares, fidalgo do infante D. Henrique e alcaide do castelo de Portalegre, a pensão dos tabeliães régios daquela vila, enquanto for mercê sua.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 132.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Pero de Taauares, fidalgo do jffante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado thio, e alcaide do nosso castello de Portalegre; teemos por bem e queremos que aja de nos, daqui en diante, enquanto nossa merçee for, a penssom dos nossos taballiãaes da dicta villa.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta comarca e ao nosso almoxariffe, que ora he ou ao diante for, da dicta villa e a outros quaeesquer nossos ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer, a que esta nossa carta for mostrada, que metam em posse das dictas pensões o dicto Pero de Taauares e lhas leixem en cada hũu ano auer, assy e per a guissa que as nos, ataa ora, ouemos, ssem outro embargo algũu.

E, sse as dictas penções sobre o dicto nosso almoxarife ou outro algũu nosso ofiçiall ssom postas em rrecepta, per o trellado desta nosa carta, que mandamos ao escpriuam do dicto almoxarifado que faça rregistar, en cada hũu ano, em ssuus liuros, mandamos aos nossos contadores que vallas rregebam, em despesa.

Dada em Euora, xxix dias de mayo. Gonçalo Eannes a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o L.

177

29 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Fernando Martins, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor-o-Novo.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 4, fl. 55 v.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Fernam Martijnz, morador em Montemor o Nouo, porquanto he besteiro da camara do jfante dom Enrique, etc. Carta de priuilegio, em forma.

Dada em a nosa çidade dEuora, xxix dias do mes de mayo. Ruj Men-dez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiii^o L^{ta} annos.

178

30 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Gonçalo Eanes, ferreiro, da Foz da Castanheira, terra de Fernão Pereira, por ele haver fugido da cadeia de S. Pedro do Sul, terra do infante D. Henrique, onde estava, na prisão do seu ouvidor, por não ter pago as custas de demanda que perdera (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 131.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Gonçalo Eannes, ferreiro, morador na Foz da Castanheira, terra de Fernam Pereira, nos enujou dizer que elle ouuera hũa

(1) A «terra de Sul» figura textualmente na carta patrimonial do infante, de 17 de Abril de 1411 — o DOC. 150 do nosso vol. 1 —, entendendo-se o termo de terra por território.

demanda com hũu Joham Afonso, da Uarzeella, termo dAueiro, na quall demanda elle fora vencido e que, pellas custas, elle fora presso em Sam Pedro do Sull, terra do jffante dom Henrrique, nosso muyto preçado e amado tio, na cadea do sseu ouujdor, da quall cadea diz que fogio, nom quebrando cadea nem ferros nem porta nem parede, polla quall rrazam andaua amoorado, com temor da nossa justiça, e que nos pedia por merçee que lhe ouuessemos sobrello algũu rremedio e lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, per rrazam da dicta fogida que assy fogio da dicta prissom, era theudo; porquanto a dicta parte era ja contente e satisfecta das dictas custas, segundo que nos dello fez çerto, per scriptura publica.

E nos, veendo o que nos assy dezia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, sse assy he como elle diz e hi mais nom ha e que ell nom britou cadea nem saltou per çima de castello de menajem e, visto como a parte ja he satisfecta; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos ell, per rrazom da dicta fogida que assy fogio da dicta cadea, era theudo.

E porem vos mandamos que o nom preendaes nem mandees preen-der nem lhe façaes nem conssetaaes fazer mall nem outro nehũu dessa-guissado, quanto he por a dicta rrazam, porquanto nossa merçee e vontade he de lhe assy perdoarmos a dicta fogida, pella guissa que ssuso dicto he. Vnde al nom façades.

Dante em a nossa çidade dEuora, xxx dias do mes de mayo. Elrrej o mandou, pollos sobredictos doutores. Bras Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o L.

179

1 JUNHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de permutação do degredo de Castro Marim para Sagres a Pedro Anes Caeiro, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 77 v.

Publicada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrrobeira*, p. 73, nota 67.

Item, outro tall deste meesimo, per que lhe mudam este degredo de Crasto Marim pera a ujlha de Sagres, a petiçom do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, primeiro dia de junho. Elrrej o mandou, per os sobredictos doutores. Rodrigo Afonso a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^o e L^{ia} anos.

180

2 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Manuel Pessanha, camareiro-mor do infante D. Henrique e comendador de Castro Marim, para guarda dos portos do reino do Algarve e a dar-lhe facilidades e instruções para reprimir o contrabando que por ali se faz e para processar os delinquentes na vila e termo.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 123.

Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, ps. 351-53, e em *Estudos Heriquinos*, vol. 1, ps. 434-36.

Dom Afonso, etc.

A uos, Alvaro Mendez Godinho, corregedor por nos no rregno do Algarue, e a todallas nosas justiças e a outros quaeesquer a que esto per-tençer e esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que, por auermos enformaçom que pollos portos do dicto rregno pasam muytas cousas per nos defesas, asy ouro e prata, armas, caualllos, guados e bem asy algũuas outras cousas, as quaees, em se asy passarem e leuarem, som contra noso seruiço e dapno de nosos rregnos; e, por as dictas coussas seerem melhor guardadas e sse nom pasarem; confiando nos de Manuell Peçanha, camareiro moor do jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, e comendador de Castro Marim, que o fara bem e como compre a nosso seruiço e bem da terra; teemos por bem e damollo por guarda dos dictos portos em a dicta villa de Castro Marim e sseus termos; o qual Manuell Peçanha mandamos que nom consseta nem de luguar que passem nhũuas das dictas coussas defesas e as tome, per sy e per sseus homens que consigo trazer, pera nos.

E porem mandamos a uos, ssobredictas justiças, que o ajaaes por guarda dos dictos portos e outro nhũu nom e o ajudees a todo aquello que uos elle rrequerer por noso seruiço e o ouçaaes com as partes a que asy as dictas coussas tomadas forem, sse alegarem que lhes tomadas som

jmjustamente e como nom deuem, ouujndo o dicto Manuell Paçanha com ellas, himdo pollos fectos em djante, ataa dardes ssentença defenetiuua, dando apellaçom e agraues aas dictas partes naquellas coussas que o direito outorga e manda e fazendoas çarrar e assellar com os seellos dos conçelhos e as enviarees, per pessoa ssem sospeita, a nossa corte e as mandarees entregar a Nuno Martijnz da Silueira, rricomem do nosso comsselho, ao quall teemos cometido carrego de as veer e dessembargar como for direito.

Outrosy, mandamos ao dicto Manuel Paçanha que sse trabalhe de ssaber parte das coussas que tomadas forem em os dictos portos: que coussas som e os que as tomarom e os direitos que dellas ouueremos e a quem foram entregues e sse as teem ajnda ou sse as despenderom e per cujo mandado. E, sse peruentura das dictas cousas que asy tomadas foram nos nom pagarom nosso direito ou de parte dellas, mandamos ao dicto Manuell Paçanha que, por nosa parte, ho rrequiera e demande perante vos, dictos juizes, quaaesquer pessoas que elle souber que nos som obrigadas e deuedoras. E, sse forem perssoas poderosas, mandamos ao corregedor da dicta comarca que tome conhecimento dos dictos fectos e, ssem delonga, com direito, os dessembargue; e aquelles que sse mostrarem que a nos som devedores e obrigados logo lhes sejam filhados tantos de seus beens, asy mouejis como de rraiz, per que nos posamos seer entregues daquelles que se mostrar que asy nos ssom obrigados. Mandamoslhe vender os beens moves a noue dias e os de rrajz a vjnte e sete, segundo a hordenaçom manda que vendamos, por nossas diujdas seerem paguadas. E mandamos aos juizes que, pera rregeberem e goardarem quoaesquer coussas que nos perteençam dauermos dos dictos descamjnhados, segundo lhe sseera rrequerrido per o dicto Manuell Peçanha, que as ffaçom entre-gar a homeens rricos e abonados, que has tenham e goardem ataa ssobrello auerem nosso mandado ou que ajam de ffazer destas diujdas que asy ouuer de requerrer e demandar, seja da era de quoaenta pera caa.

E outrosy, mandamos ao dicto Manuell Paçanha que, de quoaesquer coussas que elle, per sy ou per seus homeens, tomar aas dictas partes, ssejam pera nos e hũa pera elle, o quoaall ffara escpreuer e asseentar no liuro do nosso escpriuam que consigo leuar e bem asy quoaesquer outras diujdas que elle rrequerer e demandar todo seja aseentado no liuro per o dicto escpriuam; e, das diujdas que elle asy percalçar e rrecadar pera nos, mandamos que aja, cada hũu mes, pera seu mantimento, seisçentos rreaes brancos.

E outrosy, mandamos a vos, ssobredictas justiças, que, honde o dicto Manuell Peçanha chegar, lhe dees e ffaçaaes dar poussadas e camas sem djnheiro, aquellas que lhe mester ffezerrem, pera sy e pera os seus, e os mantijmentos que mester ouuer por seus djnheiros. E mais lhe darrees

e ffarrees dar guias de nojte e de dia, quando uollas ell rrequerrer por nosso serujço, e que lhe ensinsem os camjnhos sem djnheiro. E esto con-prij assy, ssem outro embargo que hũus e outros a ello ponhaaes. O quoall Manuel Peçanha jurou em a nossa chancelarja, aos santos avangelhos, que bem e djreitamente obre e husse do dicto offiço, guoardando a nos nosso sserujço e ao pouco seu djreito.

Dada em a nossa çidade de Lixbooa, ij dias do mes de junho. Gonçalo de Moura a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^o L. anos.

181

9 JUNHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Galego, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 150.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Galego, morador em Montemoor o Nouo e bees-teiro da camara do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, ix dias de Junho. Fernam Lourenço a fez. Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

182

10 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V ao conde de Arraiolos, governador de Ceuta, a dizer-lhe que, atento o seu requerimento, determinou mandar lá o infante D. Henrique, a quem entregará a cidade, castelo e demais bens régios, após o que pode retirar quando lhe

aprouver, e a assegurar-lhe terá sempre em consideração os muitos serviços pelo conde prestados a si, a seu pai e a seu avô (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 108, — donde se reproduz.

Publicada: por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 392; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 337.

Dom Affonso, [etc.].

A uos, dom Fernando, conde d'Arraollos, meu muyto amado primo, ssaude.

Sabede que, pollo rrequerjmento que nos enujastes ffazer, detrimj-namos de mandar a esa çidade de Çepta o jffante dom Anrrjque, meu muyto prezado e amado tjo.

Porrem uos encomendamos e mandamos que, tanto que o dicto jffante em ella ffor, lhe entreguees a dicta çidade com seu castello e com todas outras cousas nosas que em ella som; e de como lha entregardes aue hũu estromento, ffecto por cada hũu dos nossos taballjães da dicta çidade, pera uosa garda. E, depojs da dicta entrega, uos poderes ujr quando uos prouguer. E sede çerto que, pollos muytos serujços que tendes fectos a nos, aos senhores rrejs meu padre [e] a

(1) O conde em referência é D. Fernando, 3.º conde de Arralolos, filho segundo do 8.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, e neto materno do condestável D. Nuno Álvares Pereira. Havendo-se mostrado sempre o dito D. Fernando pessoa prudente e ponderada (Cfr. o DOC. 21 do nosso vol. 4, PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, «passim», e CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª ed., t. 5, ps. 61-101), o regente D. Pedro, que em 11 de Junho de 1445, o havia nomeado alcaide do castelo de Monforte (ANTT., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 25 v.), em Agosto seguinte transferiu-o para capitão e regedor de Ceuta (Cfr. os DOCS. 24, 25, 31, 32 e 34 do nosso vol. 9). Dadas assim as boas relações do conde com o duque de Coimbra, el-rei D. Afonso V, pelos fins de 1448, mandou-o vir ao reino (Cfr. o DOC. 211 do cit. volume), naturalmente por ver se, por seu intermédio, conseguia harmonizar consigo o infante D. Pedro. Não foi possível e sobreveio Alfaroqueira. Tornou-se o conde para Ceuta, empurrado, segundo CAETANO DE SOUSA. E, dois anos depois, solicitou ao monarca a sua exoneração do cargo, mandando entregar ao infante D. Henrique, como consta do presente documento; mas ele não chegou a ir a Ceuta, posto que ainda em 17 de Dezembro de 1450 se afirmasse que partiria para aquela praça africana (Cfr. o DOC. 250); pois, em 30 de Maio de 1451 el-rei nomeou para capitão e regedor de Ceuta seu primo D. Sancho de Noronha, conde de Odemira (*Chanc. D. Afonso V*, liv. 11, fl. 69). Demorou este ainda no país; pelo que, por cartas de 4 de Junho e 27 de Agosto de 1451 ordenou o monarca ao conde de Arralolos entregasse o governo da praça a D. Fernando Coutinho, marechal do reino, o qual o teve até à chegada do conde de Odemira, nos meados de Setembro do dito ano. (Os documentos editados por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2).

meu auoo, cujas almas Deus ajaa, em espiçiall despojs que em esa çjdade soes, nossa tençom he aguardoa[r]uollo com mujta merçe [e] acreçatamento, nom tam somente uos, mas ajnda aquelles que de uos decenderrem, seguundo o deuo e rrazam rrequere.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, x dias de junho. Martim Gill a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

183

18 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de reabilitação de Diogo Álvares, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão da chancelaria da correição de Entre Tejo e Guadiana, pelo infante D. Pedro mandado prender e desterrar para Ceuta, depois de o mandar interrogar e ameaçar com tormento sobre se vira os oficiais da chancelaria régia cometerem algum furto.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 145, — donde se reproduz.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 393.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que Diogo Aluarez, escudeiro do jfante dom Anrrique, escpriuam da chamcelaria da correiçom dantre Tejo e Hodiana, nos emviou dizer que, sseendo viuo o jfante dom Pedro, em teendo o rregimento de nossos rregnos, ho mandara prender e fora presso, por espaço dhũu anno e majs, mandandoo per muytas vezes perguntar e ajnda am[ea]çar, com tormento, sse vira fazer em a chamcelaria da nossa corte algũus furtos aos ofiçiaaes della; e que, por dizer que os nom vira fazer e por ssegujr sua vontade aduerssa que contra elle tijnha, o mandara a Çepta, que serujasse em ella taa nossa merçee, na quall esteu[er]a por espaço de tempo, ataa que lhe leuantassemos o dicto degredo, ssegundo nos dello fazia çerto, per nossa carta, que perante nos pressentou e que ora, nom embargando esto, diz que algũuas perssoas lhe dizem e opoem que ficou jnfames e que nom deue sseer rreçebido a algũus autos judiçiaaes nem extrajudiçiaaes nem auer algũus ofiços pubricos nem priuados, no que diz que rreçebe vituperio e agrauo; e que nos pedia, por merçee, que o rreleuassemos dalgũua jnfamia, sse em ella, por a dicta rrazom, em algũu modo auja encorrido.

E nos, veendo o que nos asy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, visto o alçamento do dicto degredo; teemos por bem e rreleuamollo da dicta jnfamia, posto que em ella, por a dicta rrazom, encorresse por quallquer guissa, e rrestetuimollo a toda sua boa fama, honrra e nomeada, asy e pella guisa que a elle auja ante da dicta prisam, em tall modo que a dicta jnfamia lhe nom empeeça em coussa algũa nem lhe embargue algũs autos judiçiaaes nem extrajudiçiaaes nem o dicto sseu ofiçio nem outros algũs pubricos nem priuados, asy como sse nunca ouuesse encorrido na dicta jnfamia. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, pella quall mandamos a todallas nossa[s] justiças que lha compram e guardem como sse em ella contem. Vnde al nom façadcs.

Dada em Lixboa, xbiij dias de junho. Elrrej ho mandou, per os douctores Ruj Gomez dAluarenga e Pero Lobato, etc. Filipe Afonso, o Moço, a fez. Anno de mjll iiij^o L.

184

20 JUNHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Vasco Jorge, escudeiro do infante D. Henrique, para tesoureiro dos dinheiros das obras das muralhas e castelo e dos residuos da cidade de Braga.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 114.

Jtem, carta de Vaasco Jorge, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado thio, morador em a çidade de Bragaa, em que o dam por thesoureiro dos djnheiros das obras que ssom apropiadas pera as obras dos muros della e esso meesmo dos djnheiros dos rresijos e de todollos outros djnheiros que ssom hordenados pera as obras do nosso castello da dicta çidade. E porem mandamos aos juizes e vereadores, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xx dias de junho. Rodrigo Eannes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo, de mjl iiij^o L.

185

22 JUNHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Fernão Rodrigues, morador em Pernes, para escrivão da coudellaria de Alcanede e seu termo, como o fora Pedro Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, residente na Azambuja, o qual renunciou ao cargo por não poder desempenhá-lo.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 106.

Jtem, carta de Fernam Rodriguez, morador em Pernes, per que o dam por escpriuam da coudellaria, polo do jfante dom Anrrique, em Alcanede e sseu termo, asi e pela guisa que o ataa ora foy PedrEannes, escudeiro do dicto jfante, morador na Azanbuja, que o ora em nossas mãaos rrenunçiou, por nom ser em ponto pera o poder seruir, segundo fomos certo per hũu estormento pubrico da dicta rrenunçiaçom, que nos foy presentado, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xxij de junho. Martim Aluarez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{ta} L^{ta} anos.

186

22 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique e alcaide, pelo monarca, do castelo de Portalegre, a carta passada por el-rei D. Duarte, em 20 de Janciro de 1434, a seu pai, Martim Gonçalves de Tavares, de confirmação da joanina de 12 de Dezembro de 1388, de coutamento da quinta do Azinhal e de outras herdades no termo de Arronches.

ANTT., Chancelaria de D. João II, liv. 16, fl. 11, — donde se reproduz; em leitura nova, Guadiana, liv. 2, fl. 264 v.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Purtuguall e do Allgarue, senhor de Çepta.

A quantos esta carta vyrem fazemos ssaber que a nos foy mostrada outra do muy allto, eiçellente, conprido de muytas vertudes e da escrareçida memoria elrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, da quall ho theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de el-rei D. Duarte de 20 de Janeiro de 1434, — o DOC. 121 do nosso vol. 4.

E enujounos ora pidir, por merçee, Pero Tavares, fidallguo da casa do jfante dom Anrryque, meu muyto amado e prezado tijo, e ailcayde por nos do nosso castello da dicta vylla de Portallegre, filho do dicto Gonçallo Tauares, que, porquanto elle erdara, por morte do dicto sseu padre, a dicta quintãa e erdades, que lhe outorgasemos e desemos asy pera ellas nossa confirmaçam. E, vysto per nos seu rrequerjmento e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e lha outorguamos e confirmamos.

E porem mandamos a vos, sobredictos juizzes e justiçaes, e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ver que lhe guardees e façaaes guardar e comprjr o dicto coutamento pella guysa que susso dicto he e lhe nam vades nem consentaaes hyr contra ella em allgũa maneira que seja. Vnde all nam façaades.

Dante em Lyxboa, a xxij dias do mes de junho. Antam Gonçallvez, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iij^o L. E esta carta lhe nam seja guardada se asellada nam for.

187

22 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V ao conde de Benavente, a dizer-lhe haver recebido outra de el-rei de Navarra, a rogar-lhe houvesse o conde e seus feitos por encomendados e que lhe disserra como até agora com ele tem procedido e está disposto a dar-lhe o acolhimento que bem puder, não só por a boa vontade que lhe tem, como pelo amor e afeição que lhe dedicam os reis de Aragão e de Navarra, tios do soberano português.

AHNM., Osuna, Legajo 3909, n.º 20. Original, em papel, com o selo pequeno das armas régias no fecho da carta.

Honrrado conde amigo. Nos, dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta, vos enuyamos muyto saudar, como aquelle pera que queriamos que Deus desse saude e bõa ventuira.

Fazemosuos saber que elrrey de Nauarra, nosso muyto preçado e amado tyo jrmãao e amigo, nos escpreueo asaz encarreguadamente que, por contemplaçom sua, nos prouesses auermos uos e vossos fectos em nossa rrecomendaçom. E nos lhe escpreuemos a maneira que, ataa ora, conuosco teuemos. E, porque assy por a bõa uontade que uos auemos, como por o grande amor e afeyçom que bem çerto somos que uos elrrey dAragom e o dicto rrey de Nauarra, nossos muyto preçados e amados tyos, teem, muyto çerto seede que nos prazera teermos de uos e de uossos fectos aquelle encarreguo que he rrazom e rreçeberees de nos aquella honrra, fauor e acolhimento que bem podermos.

Scprita em Lixboa, xxij dias de junho. Martim Aluarez a fez, 1450. E eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey e caualeiro de sua casa, a fiz escpreuer.

(as.) El Rey . . .

188

26 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão do degredo imposto a Gil Fernandes Vilcs e a seus filhos Afonso e João, todos escudeiros do infante D. Henrique, moradores em Portalegre, pelo juiz Rui Martins acusados de lhe reterem em casa gavião que dizia pertencer-lhe.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 122 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justias dos nossos rregnos e a outros quaaesquer a que o conheçimento desto per quallquer guissa perteeçner e esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que Gil Fernandez Villes, escudeiro do jffante dom Henrique, meu muyto prezado e amado thio, morador em a nossa vila de Portalegre, e Afonso Villes e Joham Villes, sseus filhos, outrosi escudeiros

e criados do dicto jffante dom Henrrique, nos enuJarom dizer que podia auer dez messes que, estando os dictos sseus filhos com elle em ssua cassa e dormjndo a sesta, que chegara aa ssua porta, do dicto Gil Fernandez, Ruy Martijnz, juiz na dicta villa, e, estando elles seguros, ssem fazendo nem dizendo mall a nehūua pessoa, o dicto Ruy Martijnz lhes disera que lhe dessem hūu gaujam que lhe alla tijnhem sseu e que elles rresponderom que era sseu, delles, dizendo e afirmando o dicto juiz mas que era sseu e que, em estas rrazōes, sse aleuantara o dicto Gil Fernandez, descalço e em hūua saya apertada, e que disera ao dicto Ruy Martijnz que lhe rrequeria, da nossa parte, que sse fosse dante a ssua porta, ca nom vijinha aly como juiz, mas como homem que o queria deshonrrar, e que sseus filhos estauam ally e que sse poderia rrecreger algūua coussa, e que o dicto juiz dezia todauja que lhe dessem o gaujam, sob pena de duas mjl dobras; e que, sobrestas rrazōes, o dicto Ruy Martijnz, juiz, degradara o dicto Gil Fernandez e sseus filhos, ataa nossa merçee, fora da dicta villa de Portalegre e de sseu termo, o quall degredo elles manteuerom e mantijnham ataa ora; que porem nos enuJam pedir por merçee que, porquanto esto fora assy por leue caussa e elles manteuerom o dicto degredo, obedeçendo a nossa justiça e por ello padeçiam elles e seus beens defraudamento e dampno, que lhe leuantassemos o dicto degredo e os rrelleuassemos e ouuessemos por relleuados delle.

E nos, visto seu dizer e pedir, sse assy he como dizem e hi mais nom ha e que elles manteuerom o dicto degredo ataa ora e querendolhes fazer graça e merçee; teemos por bem e leuantoslhe o dicto degredo, que ao dicto Gil Fernandez e sseus filhos, por a dicta rrazam, foe posto e os avemos por rrelleuados delle.

E porem vos mandamos que, daqui en deante, os leixees liuremente viuer e estar na dicta villa e sseu termo, ssem embargo do dicto degredo, e os nom prendaaes nem mandecs prender nem façaes nem consentaes fazer nehūu mall nem outra ssemrrazam, quanto he por o dicto degredo, ca nossa merçee e vontade he de lhes seer assy rreleuado pella guissa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade de Lixboa, xxbj dias do mes de junho. Elrrej o mandou, pellos doutores Ruy Gomez dAluarenga e Pero Lobato, sseus vassallos e do sseu dessenbargo e petiçōes. Bras Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

189

27 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a nomeação feita pelo infante D. Henrique, como fronteiro e vedor-mor das obras dos castelos, vilas e lugares da comarca da Beira, de Heitor Homem, fidalgo de sua casa, para vedor das obras dos referidos castelos, vilas e lugares.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 112 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que o jnfante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos enuyou dizer que elle, como fronteiro e veedor moor que he das obras dos dictos castellos, vilas e lugares da comarca da Beira (1), cometera e dera carrego da ueedoria das obras dos dictos castellos, villas e lugares a Eitor Homem, fidalgo de ssua cassa, por sseer tall pessoa que em ello nos sabera muy bem seruujr; pidimdonos por merçee o dicto meu tyo que, per nossa carta, lhe confirmassemos o dicto ofiçio. E, visto sseu rrequerimento, a nos praz dello e lho confirmamos.

E porem mandamos ao corregedor da dicta comarca e juizes e justicias e officiaaes dos dictos castellos, villas e lugares e a outras quaaesquer pessoas que esto ouuerem de veer que, daquy em diante, ajam por veedor das obras dos dictos lugares o dicto Eitor Homem e outro nehũu nom e lhe leixees seruujr e hussar do dicto ofiçio, ssem lhe sobrelo poerdes outro embargo algũu. O quall Eitor Homem jurou, em a nossa chancelaria, aos santos avangelhos, que bem e dereitamente husse e obre do dicto ofiçio, guardando o nosso seruujço e ao poboo sseu direito. Vnde [al] nom façades.

Dada em a cidade de Lixboa, xxbij dias de junho. Lopo Fernandez a fez. Anno de Nosso Senhor de mjl iiij^o L.^{ta}

(1) Cfr. o DOC. 73 do nosso vol. 7. Sobre Heitor Homem, irmão de García Homem e um dos navegadores da costa ocidental africana, vejam-se a nota 6 das ps. 223-24 do nosso vol. 5 e o DOC. 194 do presente volume.

190

30 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida, entre outros, ao rei de Portugal, a dizer-lhe que, havendo firmado paz com a comunidade de Florença em 21 do presente mês, no respectivo tratado foi resolvido que cada uma das partes indicasse os seus confederados e que os de Itália confirmassem o referido tratado no prazo de dois meses e os de fora daquele país dentro de seis meses; tendo indicado o soberano aragonês o de Portugal por confederado seu, roga-lhe se digne confirmar o dito tratado por solene contrato escrito dentro do aludido prazo, o que supõe lhe será apazível (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 2658, fl. 42 v.-43.

Serenissimo rrey, nostre molt car e molt amat frare. Aquests passats dies, com per la guerra que era entre nos e la comunjtat de Florença, a nos fossen stats dmersos embaxadors de la dita comunjtat, per voler de nos bona e perpetua pau, e de aquella fossen stades dmerses pratiques e rahonaments entre nos e aquells, finalment, digmenge, a xxj del present mes, fermam ab certs embaxadors de la dita comunjtat, a nos per obtenjr la dita pau tramesos, en nom e per part de aquella, bona e perpetua pau; en lo tractat de la qual es stat concordat entre les dites parts que cascu deia fer nomjnacio de sos colligats, confederats, adherents e recomanats en la dita pau e que aquells dels nomenats, ço es los qui seran en Ytalia aquella tal dells feta nomjnacio haien acceptar dins dos mesos comptadors del dit xxj dia del present e dessus dit que la dita pau fou fermada, e dels qui son fora de Ytalia dins sis mesos apres continuament següents, començant a correr lo dit xxj del present mes.

E, per ço, que a vos en la dita pau hauem nomenat per hu de nostres colligats, confederats e adherents, lo que creem vos sera grat e accepte; vos pregam, quant pus affectuosament podem, que la dita per nos de vos feta nomjnacio en la dita pau vullau hauer per accepta e aquella confirmar e acceptar ab solemne contracte en scrits, per forma que,

(1) O soberano aragonês firmara a concórdia em referência com Florença em 21 de Junho anterior (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, t. 3, parte 2, liv. 15, cap. 58, fl. 320).

dins los dits sis mesos, se faça la dita ferma e aquella depuix nos enujeu lo mes prest que sia possible.

Dada en lo nostre camp prope Castell de Sangro, lo derrer dia de juny del any de la natiujtat de Nostre Senyor mil cccc. L^a. Rex Alfonsus.

Al serenissimo princep don Johan, rrey de Nauarra, nostre molt car e molt amat frare e lochtenent general.	Dominus rex mandavit mi- chi, Arnaldo Fonolleda.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------

Sub simili forma fuit scriptum sequentibus:

Al serenissimo principe don Johan, rrey de Castella e de Leon, nuestro muy caro e muy amado primo.

Al serenissimo principe don Alfonso, rrey de Portugal o de Algarue, nuestro muy caro e muy amado sobrino.

Serenissimo principi Philipo, duci Burgundie, etc., consangujneo et amico nostro carissimo.

Serenissimo principi Ludouico, Sabaudie duci, etc., consangujneo et amjco nostro carissimo.

Jllustri et magnifico viro Sthephano, magno vayuode et duci Botine, amjco nostro carissimo.

191

1 JULHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Palhais.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 182 v.

Jtem, carta dAfonsoEannes, morador em Palhaaes, beesteiro da camara do jffante dom Henrique, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, primeiro dia de julho. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiii^e L.

192

3 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão aos pescadores da vila de Buarcos, a pedido dos mesmos, por haverem estado em Alfarrobeira por mandado do infante D. Pedro e contra a sua vontade.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 100, — donde se reproduz.
Publicada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 77-78, nota 82.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que os pescadores da nossa villa de Buarcos nos enviarom dizer que elles foram costringidos per mandado do jfante dom Pedro que viessem com elle, ao tenpo que elle foy contra nossa pessoa e rreal estado na batalha da Alforrobeira, aos quaees foy forçado de vijrem com elle e, per prema e contra suas vontades, foram na dicta batalha, por a quall rrazom sse temem perderem sseus beens e os darmos a outras perssoas, pedindonos por merçee que ouessemos com eles conpaixom.

E nos, visto sseu rrequerimento e porque fomos certo que elles vieram contra suas vontades com o dicto jfante e dessy que outra coussa nom teem, ssoamente o que gaanho na dicta pescaria, e que de seus ofiços sse segue grande proueijo comũ e a nossas rrendas muyta auantagem no que rreçebemos serujço; teemos por bem e auemollos por perdoados e rreleuados de toda pena em que encorressem, asy no corpo como em sseus beens, por sseerem contra nos na dicta batalha.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, jujzes e justiças, ofiçiaaes e perssoas e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer que lhes nom façam por ello esto algũ costringimento em nhũa maneira que sseja, asy no corpo como nos beens, quanto he por a dicta rrazom, ssem outro embargo que lhe ssobre ello sseja posto.

Dada em Lixboa, iij dias de julho. Martim Gill a fez. Anno de Nosso Senhor de mjl iiij^o L.

193

3 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Alvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, enquanto lhe não for restituído o castelo de Penamacor, que tem João Rodrigues Pereira, a tença anual e vitalícia de 6.000 reais brancos, na fazenda régia de Lisboa.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 113.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Alvaro de Castro, fidalgo da cassa do jffante dom Henrique, meu muyto preçado e amado tio; teemos por bem e queremos que aja de nos, de teença en cada hũu ano, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta pressente era em diante, em ssua vida, sseis mjl rreaes brancos, os quaees lhe serom pagos em esta çidade de Lixboa, em lugar honde delles aja boom pagamento, aos quartees do ano, per nossa carta que lhe, en cada hũu ano, sera dada, em a nossa fazenda.

E esto lhe outorgamos assy emquanto Joham Rodriguez Pereira teuer o nosso castello de Penamocor, que tiramos ao dicto Alvaro de Castro; e, sseendolhe tirado per ssua morte ou per outra qualquer maneira, que seja logo tornado ao dicto Alvaro de Castro e nos desobrigado da dicta teença. E, por ssua guarda e rrenenbrança dello, lhe mandamos dar esta carta, signada per nos e ascellada do nosso sseello pendente.

Dada em Lixboa, iij dias de julho. Gonçalo Eannes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

194

3 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Heitor Homem, fidalgo da casa do infante D. Henrique, em ajuda do seu casamento com Brites de Sousa, a tença anual de 10.000 reais brancos, desde 1 de

Janeiro anterior, enquanto lhe não pagar as 1.000 coroas de ouro do cunho do rei de França.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 125 v.

D. Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos desembargamos ora a Eytor Homem, fidalgo da casa do jfante dom Henrique, meu tyo, e a Breatiz de Sousa, sua mulher, mill coroas de boom ouro e justo peso da moeda e cunho delrrej de Framça, pera ajuda de seu casamento.

E, porque lhas, pollo presente, nom podemos mandar pagar, quere-mos que aja de nos, de tença em cada hũu anno, des primeiro dia de janeiro desta presente era que ora foy em diamte, dez mill rreaaes bran-cos; pero, sendolhe pagada a terça parte das dictas mill coroas, queremos que lhe seja descomtada a terça parte da dicta teença, e asy do mais, a este rrespeyto, ssegundo nosa hordenança. Os quaaes djnhellos lhe seram pagados aos quartees do ano, em lugar honde delles aja boom pagamento, per nosa carta, que lhe, em cada hũu anno, sera dada em a nosa fazenda. E, por sua garda e rrenenbrança dello, lhe mandamos dar esta carta, sinada per nos e asellada do noso selo pendente.

Dada em Lixboa, iij dias de julho. Gonçalo Annes a fez. Anno do Senhor de mill liij^o L.

195

15 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar ao tabellião de Tomar Luís Alvares, escudeiro do infante D. Henrique, implicado em declarações falsas, o qual posteriormente estivera na batalha de Alfarrobeira com o dito infante contra D. Pedro.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 102.

Sumariada e parcialmente extractada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 72-73.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiça dos nossos rregnos e a outros quaaesquer a que o conhecimento desto perteençer per quallquer guissa que seja e esta nosa carta for mostrada, saude,

Sabede que Luis Aluarez, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado thio, morador em a villa de Tomar e tabaliam em essa meesma, nos enujou dizer que podia auer cinco ou sseis annos que hũu Joham Sardinha, morador na de Joham Prestes, termo da dicta villa, fora presso, por certos exçessos que deziã que fezera, antre os quaees fora hũu que lhe punham que dormira com hũu moço pello poussadeiro, sobre o quall exçeso mestre Johane, em sseendo juiz naquelle tenpo, tirara jnquiriçom com ell, dicto Luis Aluarez, tabaliam, na quall perguntara por testemunha hũu Pero Rey, morador no dicto logo de Joham Prestes, na quall testemunhara que dormira com o dicto moço e que nom fazia declaraçom sse o vira elle testemunha, de vista sse douujda, e que quando veera a vista da jnquiriçom, que o juiz fora em duujda e lhe fezera pergunta sse a testemunha testemunhara douujda sse de vista, e que ell, dicto tabaliam, como sinprez que entam era no ofiço, que disera logo que, segundo Deus e ssaa conçiencia, ell testemunha nom testemunhara saluo douujda, e que, como esto assy disera, o fizeram assy escpreuer, e que logo poserom, por parte do presso, contra elle, que fezera em aquello falsidade; e que depois, veera o proçeso e fecto aa nossa corte, per apellaçom, sseendo o dicto presso solto, e que ssayra carta per que prendessem ell, dicto Luis Aluarez, e que elle, ssem embargo desto e de auer sseis annos que fora, elle sse leixara estar na terra e hussara ssenpre de sseu ofiço conthinuadamente, sseendo assy fauorizado por caussa do dicto jffante, meu thio, que era em conheçimento dell, dicto Luis Aluarez, nom sseer em culpa per que deuesse sseer presso; e que, porquanto agora era juiz na dicta villa hũu DiegAfonso, que lhe queria mall e sse temja de o enburilhar e prender; que porem nos pidia por merçee que, em gallardam do seruiço que nos fezera na guerra que ouemos com o jfante dom Pedro, na quall nos seruira em companhia do dicto jfante dom Henrrique, meu thio, e dessy aa honrra da morte e paixam de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella era theudo, por a dicta rrazam.

E nos, visto sseu dizer e pedir, antes que lhe dessemos sobrello liuramento, fazemos vijr perante nos o fecto que ao dicto negocio perteença, pera auermos conprida enformaçom no casso quejando era; e, visto todo per nos e querendolhe fazer graça e merçee e como nos fez çerto que serujo na dicta guerra, visto o casso quall he e a culpa em que sse em ella mostra sseer este Luis Aluarez; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos elle, por a dicta rrazam, era theudo, ficando aa parte rreguardado seu djreito de o poder demandar çiuilmente e comtanto que elle pagasse mjl rreaes brancos pera a nossa chancelaria, os quaaes pagou a Rodrigo Eannes, que ora he rreçebedor della, segundo dello fomos çerto, per hũu aluara asijnado per elle e per Gomez Borjes, scpriuam da dicta chancelaria, que os sobrelle assentou, em rrecepta.

E porem vos mandamos que o nom preendaes nem mandees preender nem lhe façaaes nem consentaaes fazer mall nem outro nehũu desaguissado, quanto he por a dicta rrazam, porque a nossa merçee e vontade he de lhe assy pordoarmos, como dicto he. Vnde al nom façades.

Dante em a çidade de Lixboa, xb dias do mees de julho. Elrrej o mandou, pellos doutores Ruy Gomez dAluarenga e Pero Lobato, sseus vassallos e do sseu dessenbargo e petições. PedrEannes, por Bras Afonso, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o L. E porquanto, ao pressente, era doente o doutor Ruy Gomez e nom podia sijnar e, sobretudo, porque este dessenbargo passou pello douctor Belleaguaa, dayam da Guarda, e pello dicto doutor Pero Lobato, porem asijnou o dicto dayam da Guarda, outrosy do dessenbargo delrrej, a que mais perteeçia.

196

16 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida a João Martins, escudeiro do infante D. Henrique e encarregado das obras de fortificação da cidade de Viseu, a dizer-lhe haver nomeado o portador da presente carta, João Martins, também escudeiro do dito infante, para escrever das referidas obras como o fora João Gonçalves Farto, por autoridade de D. Henrique, e a ordenar-lhe dê ao novo escrivão, de mantimento, por cada braça que se fizer da muralha, 15 reais brancos.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 126.

Dom Afonso, etc.

A vos, Joham Martijnz, escudeiro do jffante dom Henrique, meu muyto preçado e amado tyo, que teendes carrego das obras da cidade de Visseu, e a outro quallquer que despois o dicto carrego teuer e a que esto perteenger, per quallquer guissa que seja, e esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Martijnz, outrosi escudeiro do dicto meu tio, portador desta pressente, porque he muy boom e tall que o fara bem e como compre a nosso serulço; teemos por bem e damollo por escpriuam das dictas obras, assy e polla guissa que o era e tijna Joham Gonçalluez Farto, que das dictas obras foy escpriuam, per autoridade do dicto meu tyo.

E porem vos mandamos que, daqui en diante, o ajaaes assy por escpriuam das dictas obras, como dicto he, e outro algũu nom, e lhe leixees auer, por cada braça de muro que sse fezer, quinze rreaacs brancos de sseu mantijmento, porquanto assy he nossa merçee, ssem outra duujda nem embargo algũu que lhe sobreello ponhaaes. O quall jurou, em a nossa chancelaria, aos ssantos auangelhos, que bem e djreitamente husse do dicto ofiçio e guarde a nos o nosso seruço e ao poboo sseu djreiro.

Dada em Lixboa, xbj dias de julho. Martim Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L. Ruy Galuam a fez escpreuer.

197

17 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a dizer a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, em resposta ao que, da sua parte, lhe expusera o bacharel Diego de la Torre, não convir a sua vinda a Portugal, atentos os trabalhos do reino vizinho e os acordos que lhe são propostos (1).

AHNM., Osuna, Legajo 3.909, n.º 18. Original em papel, com o selo pequeno das armas de el-rei.

Honrrado conde, amiguo. Nos, dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Cepta, vos enuyamos muyto saudar, como aquelle pera que queriamos que Deus desse saude e bõa ventuira. Fazemosuos saber que vimos hũa carta vossa, de creença, que

(1) Em Castela, o hábil condestável D. Alvaro de Luna diligenciava reforçar a sua posição, «trata de reconstruir, sobre las ruinas de Alfaroelra, su alianza básica con Portugal. Obtiene así un acuerdo previo — que no se llevará a la práctica — con Alfonso V el Africano para la expulsión del conde de Benavente del territorio portugués» (*História de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 1, ps. 202-03, que cita a carta afonsina de 19 de Fevereiro de 1450 — o nosso DOC. 129 —, denunciadora já de aparente reviravolta na política portuguesa, a qual não se consuma. É precisamente no presente documento que D. Afonso V alude explicitamente aos «trauctos que uos (ao conde de Benavente) som cometidos» em Castela. O astuto Luna, fazendo concessões a seus anteriores adversários, procurava captá-los: — «Navarra, Francia y Portugal no eran en su mente más que peones en el juego para la destrucción de la nobleza» contrária a ele (*Ibí*, p. 204).

nos per o bacharell Dieguo da Torre foy presentada. E, per uirtude della, ouyimos o que, de uossa parte, nos disse. E, quanto aa escusa de vossa vijnda a nossa corte em este tenpo passado, por os neguócios desses rregnos seerem no termo em que eram, auemos por bõa, visto como o tenpo rrequeria assy o fazerdes. E de vijrdes, pareçenos que, consijrando os trabalhos desses rregnos e os trauctos que uos som cometidos, segundo nos disse o bacharell, o deuees escusar. E, aalem desto, uos praza dardes conprida fe ao dicto bacharell a algũas coussas que uos, de nossa parte, diser, em rreposta doutras que nos da uossa disse.

Scrita em a nossa çidade de Lixboa, xbij dias de julho. Martim Aluarez a fez, 1450. E eu, Ruy Galuom, secretario do ssenhor rrey e caualeiro de sua casa, a fiz escpreuer.

(as.) El Rey . . .

No verso: Ao honrrado dom Affonso Pimentel, conde de Benaunte, em os rregnos de Castella.

198

18 JULHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Álvaro Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de Lopo Rodrigues, morador em Botão, por este haver estado contra el-rei em Alfarrobeira.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 93, — donde se reproduz; em leitura nova, *Extremadura*, liv. 8, fl. 182 v.

Item, carta d'AluarEanes, escudeiro do jffante dom Henrrique, etc., per que lhe fazemos merçee de todollos beens mouijs e de rraiz de Lopo Rodriguez morador em Botam, por sseer na batalha d'Alferrobeira contra a pessoa e rreal estado delrrej nosso ssenhor, etc. Carta em forma.

Dada em a cidade de Lixboa, xbij dias de julho. Fernam Boto a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

199

18 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a comutar a Álvaro Pires Pessoa, sobrinho do bispo de Ceuta e culpado na morte de João Chaves, para Arronches, o degredo que lhe fora marcado para Ceuta, em razão de nesta praça africana estarem dois sobrinhos do morto e ir agora primo coirmão do mesmo para lá, em companhia do infante D. Henrique (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 113, — donde se reproduz.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 401-02.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Aluaro Pirez Pessoa, sobrinho do bispo de Çepta (2), nos enujou dizer que poderia auer quatro annos, pouco mais ou menos, que, antre a Alhandra e Villa Franca de Xira, foy ferido hñu Joham de Chaues, morador na dicta villa, das quaees feridas elle, ao despois, elle sse viera a morrer, em cuja morte a ell culparom, pella quall rrazam sse elle amorara; e, por nos serujr na guerra que ouuemos com o rrfante dom Pedro, lhe perdoaramos a nosa justiça, a que nos elle, per rrazam da dicta morte em que o assy culparom, era theudo, comtanto que fosse estar em a nossa cidade de Çepta, per sseu corpo, quatro annos conpridos, ficando rreguardado aas partes sseu djreito de o poderem demandar çiuilmente por ssuas ñjurias, danpnos e ñteresses, sse contra elle enten-dessem auer algũ djreito çiuilmente, sssem por ello asseer presso, segundo mais conpridamente sse contiñha na carta do perdam e liuramento que

(1) Mantém-se, portanto, e pelo menos até 17 de Dezembro deste ano (Cfr. o DOC. 250), a possibilidade de o infante D. Henrique ir tomar conta de Ceuta, anunciada em carta régia de 10 de Junho anterior, — o nosso DOC. 182 —, o que, porém, não veio a succeder, como provámos em a nota da pág. 246.

(2) Era bispo de Ceuta, desde 20 de Julho de 1444, o carmelita D. Fr. João Manuel (Cfr. os DOCS. 130-32 do nosso vol. 8), o qual apenas foi transferido para a Guarda em 9 de Julho de 1450 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica mediæ ævi*, vol. 2, ps. 125 e 149).

perante nos enujou pressentar; ao quall degredo nos elle enujou dizer que nom oussaria dhir, porquanto em a dicta çidade estauam dous sobrinhos do dicto morto e que ora, com o jffante dom Anrrique, hia em ssua companhia, aa dicta çidade, hũu primo comjrmãao do dicto morto, e que assy seria aazo de o matarem ou lhe fazerem outra algũa ssemrrazam, pedindonos por merçee que lhe mudasemos o dicto degredo pera hũu coute de nossos rregnos, quall nossa merçee fosse.

E nos, visto sseu rrequerimento, antes que lhe em ello outro algũu liuramento [dessemos], mandamos perguntar çertas testemunhas sse taaes diujdos do dicto morto estauam em a dicta çidade e sse o outro parente hia em companhia do dicto jffante. E, vista per nos a proua sobre ello dada e querendolhe fazer graça e merçee, visto o liuramento dos quatro annos pera Çepta, que perante nos enujou apressentar; teemos por bem e mudamoslhe o dicto degredo de Çepta pera o nosso coute dArronches, contanto que, por os dictos quatro annos que assy auja destar em Çepta, que vaa estar por elles oyto annos em o dicto nosso coute dArronches. E, pera aderençar ssua fazenda e sse auer dhir ao dicto coute, lhe damos despaço, da dante desta nossa carta, atee dous menses primeiros segujntes, etc., e que nom entre no lugar e termo honde a dicta morte foy, etc.

Dada em a cidade de Lixbõa, xbiij dias do mes de julho. Elrrej o mandou, pellos doutores Ruy Gomez dAluarenga e Pero Lobato, asseus vassallos e do sseu dessenbargo e petições. Rodrigo Afonso a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij L.

200

18 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique e dos moradores da terra de Besteiros, do dito infante, dispensa aqueles, durante cinco anos, de terem cavalos, como manda a ordenação, por não os poderem sustentar, dada a pobreza da região (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 97 v.

(1) Na carta de património do infante, de 17 de Abril de 1411, figura a doação «do fulgado e terra de Beesteiros» (DOC. 150 do nosso vol. 1).

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, por parte dos moradores de terra de Beesteiros, que he do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tio, nos ffoy apresentado hüu estormento dagrauo, que, dante o nosso coudell, em ella tomarom por lhe lançarem caualllos, segundo lhes he mandado em nossa hordenaçom, pedindonos por merçee que os rrelleuasemos delles, porque nom tijnham per honde os manteer, por a terra sseer muy fraca e proue.

E, visto per nos seu rrequerimento e o dicto estormento e rreposta do dicto coudell e esso meesmo como nollo o dicto jffante por elles enujou pedir; e, querendolhes fazer graça e merçee, teemos por bem e queremos que, da feitura desta carta ataa çinco annos conpridos, nenhüu morador da dicta terra e julgado e coudellaria nom tenha cauallo nem sseia cos-trangido pera ello, porque nossa merçee he jeeralmente os nom teerem os moradores da dicta terra, em o dicto tempo.

E porem mandamos ao nosso coudell que ora hy he e a outros quaees-quer que depois veerem e a todallas nossas justiçaes, offiçiaaes e pessoas a que esto perteençer e esto ouuerem de veer, que lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar esta nossa carta, assy e pella guissa que em ella he contheudo. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade de Lixboa, xbiiij dias de julho. Aluaro Vieira a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^a L.

201

18 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a reabilitar Luis Alvares, escudeiro do infante D. Henrique, seu vassallo e tabelião em Tomar, culpado por irregularidades em seu officio, o qual estivera com el-rei na batalha de Alfarrobeira (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 125.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que Lujs Aluarez, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., e nosso vassallo e tabaliam em

(1) Parece tratar-se de documento diferente do de 15 de Julho acima lançado — o 195.

Tomar, nos disse que ell culparom que sse nom ouuera directamente em hũa inquiriçom que ell escpreuera e tomara em hũu fecto hordenado contra Joham Sardinha, pella quall rrazom o mandauamos prender; e que, andando por ello amorado, nos seruiua na guerra que ouuemos com o ifante dom Pedro, por a quall serujdom lhe perdoaramos a nossa justiça, a que nos, per a dicta rrazom, era theudo e comtanto que elle pagasse mjl rreaes pera a nossa chamcelaria, os quaees elle pagara, ssegundo sse todo esto em a nossa carta do dicto perdam majs conpridamente contij-nha; e que ora algũas perssoas lhe diziam e opoem que ficou jnfames e que, pore, nom deuja sseer rreçebido a algũs autos judiçiaaes nem extrajudiciaes nem auer algũs ofiçios puuricos nem priuados no que, diz, rreçeberia grande agrauo, pedindonos por merçee que lhe ouuessemos ssobre ello algũu rremedio e o rreleuassemos da dicta jnfamia, em guissa que lhe nom empeeçesse em algũa coussa.

E nos, veendo o que nos asy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, visto per nos o liuramento que ssobre esto ouue; teemos por bem e rrelleuamollo da dicta jnfamia, posto que em ella encorresse per quallquer guissa que sseja, e rrestituimollo a toda ssua boa fama e honrra e nomeada, asy e pella guisa que a elle auja ante que a dicta jnquiriçom filhasse, per guisa que a dicta jnfamia lhe nom empeeça em algũa coussa que sseja nem lhe embarguem algũs autos judiçiaes nem extrajudiciaes nem ofiçios puuricos nem priuados, asy como sse nunca encorresse em a dicta jnfamia. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em a çidade de Lixboa, aos xbiij^o dias do mes de julho. Elrrej ho mandou, per o douctor Pero Lobato, sseu vassallo e do sseu dessembargo e das pitições, e per o douctor Joham Beleauga, dayam da Guarda, outrosy do dicto dessembargo. Filipe Afonso, o Moço, a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

202

20 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a isentar de besteiro do conto, se ainda não foi posto, e dos encargos e servidões do concelho Pedro Folgado, residente no Turcifal, em atenção a D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, o qual assim lho pediu, enquanto com ele vivesse.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 100 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes de Torres Uedras, e a outros quaaesquer juizes e justias, officiaaes e pessoas a que esto perteençer e esta nossa carta for mostrada, saude.

Mandamosuos que nom ponhaaes nem consentaaes poer por bees-teiro do conto, sse ataa ora posto nom he, Pero Folgado, morador em o Torçifall, termo dessa villa, nem esso meesmo o costringaaes nem mandees costringer que aja de serujr em nehûus encarregos e serujdões do conçelho; porquanto nossa merçee he sseer de todo scusado, pollo dAl-uaro de Castro, fidalgo da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tio, que nollo por ell pedio. E esto lhe fazemos emquanto for sseu e com ell viuer.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, xx dias de julho. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

203

20 JULHO 1450

Carta do infante D. Fernando de Portugal ao conde de Bena-vente, na qual, em resposta à carta de crença que ele lhe mandara por Diego de la Torre, lhe diz haver falado com el-rei seu irmão sobre a sua tenção, como o dicto bacharel o pode informar (1).

AHNM., Osuna, Legajo 3909, n.º 19. Original, em papel, sem selo.

Muito homrrado comde amigo. O jffante dom Fernamdo uos enuyo muyto saudar, como aaquelle a que queria que Deus desse bõa e homrrada vida.

Façouos saber que rreçeby vossa carta de creença polo bacharel Diego della Torre. E, despois de me per elle seer rrecontada vosa teençam, eu ffaley sobre todo a elrrej, meu ssenhor. E, segundo uos o dicto bacharel pode dizer, trabalhej em ello, por vosa parte, quanto bem pude, por a boa vontade que uos tenho. A quall, homrrado conde amigo, asy pera esto como pera outra algũa coussa de vossa homrra esta offerida e bem prestes a ffazer o que me per vosa carta for rrequerido.

Scprita em a çidade de Lixboa, xx dias de julho. Vrbano Aluarez a ffez, 1450.

(as.) Jff.º dõ f.^{do}

(1) Cfr. o Doc. 197.

204

31 JULHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro Eanes, vassalo, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel do julgado da comenda do Rodão e seu termo por 5 anos.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 141 v.

Item, carta de PedrEannes, vassallo, escudeiro do jffante dom Henrique, etc., em que o dam por coudell do julgado da comenda do Rodam e sseu termo, da feitura desta carta ataa çinquo annos primeiros segujntes, por sseermos çerto que nom auja hi coudel, per nossa carta, etc. Em forma.

Dada em a çidade de Lixboa, postumeiro dia de julho. Elrrej o mandou, per Nuno Martijnz da Silueira, rricomem do sseu consselho e escpriuam da ssua poridade e coudel moor de sseus rregnos. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o L.

205

3 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, em que declara haver mandado publicar cartas por todo o reino para ninguém partir para D. Pedro, filho do infante D. Pedro, sob pena de perda dos bens para a coroa, o qual se levantara com alguns castelhanos do país e seguira para Castela em seu desserviço, e a doar ao conde de Odemira, seu primo, pelos muitos serviços delc recebidos, os bens de Pedro Carapeto, morador que fora na dita vila e seguira com o referido D. Pedro, junto de quem ainda se conserva em Castela (1).

(1) É deveras escassa a cronologia de RUI DE PINA sobre os factos dos anos de 1447, 1448 e 1449, época de que tão-pouco possuímos os livros de registos da chancelaria régia. É assim não é fácil datar a sublevação a que se refere o presente documento. É possível que ao assunto se reporte já o boato denunciado por carta da rainha de Aragão de 5 de Dezembro de 1448, porventura confundido ali o ex-regente com seu homónimo filho o condestável de Portugal (Cfr. o DOC. 210 do nosso volume 9). Em carta de 30 de Dezembro do dito ano ao conde de Arraiolos o duque

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 118, — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 94 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos saber que nos mandamos prui-car certas cartas, per todos nossos rreynos, que nenhũa pessoa, de quoa-lquer estado e condiçom que fosse, se nom partisse pera dom Pedro, filho do jffante dom Pedro, porquanto se leuantou com algũs castellãaos dos dictos nossos rreynos contra nossa pessoa, rreal estado e se partyo pera

de Coimbra, respondendo, entre outras, à acusação de «que meu filho tomara Moura e Serpa», afirma não ser verdade (DOC. 221, p. 354 do retrocitado volume). Contudo, no Memorando enviado por D. Afonso V ao soberano de Castela e ao duque de Borgonha acerca do ex-regente D. Pedro, depois da sua morte, diz-se que ele «mandou a dom Pedro, seu filho, que aquelle tempo era nosso condestabre, que, por similhante maneyra, açalmasce e abastecece contra nos os castellos que de nos tinha e ajuntasse os mais homens que podesce, com os quaes, ajudado (?) de algũs seus uezinhos de seus rreynos em que tinha confiança, fizesse guerra aos nossos naturaes, pera serem combatidos per muítas partes. E elle, esquecendo a obediencia que nos deuia, posposta a piedade da terra de sua natureza, segulo o mao preposito de seu padre» (Cfr. a pág. 77 deste volume). A nomeação do Infante D. Henrique para sucessor do condestável D. Pedro no Mestrado de Avis data de 27 de Maio de 1449 e, no diploma, assevera o monarca ter aquelle feito «algũuas asuãdas contra nosso mandado e cometeo taes erros contra nosso rreal estado, que lhe comueo partirse desta terra pera os rreynos de Castella» (Cfr. o DOC. 50). Cfr. também a carta régia de 8 de Abril de 1449, — o nosso DOC. 43.

Do texto de PINA deduzem-se os seguintes elementos concretos. O condestável D. Pedro mantinha-se nas terras do seu Mestrado, talvez por ordem do pai, portanto na comarca de Entre Tejo e Guadiana, e dispunha também dos fronteiriços castelos de Elvas e de Marvão. Por outra parte, o duque de Coimbra achava-se em boas relações com o castelhano Mestre da Ordem Militar de Alcântara. Acrescia o boato de pretender D. Pedro, com auxilio de Castela, prender el-rei e assenhorear-se do governo do reino. De maneira que, estando o condestável na vila de Fronteira, mandou o monarca para lá, como fronteiro-mor, seu primo D. Sancho de Noronha, 1.º conde de Odemira. Então o Mestre de Avis passou-se a Marvão, em cuja fortaleza demorou alguns dias; aconselhado pelos seus e deixado ail, por alcaide, Artur Gonçalves, que veio a entregar a fortaleza a D. Afonso V, o condestável seguiu com as suas forças para Valência de Alcântara, onde aliás não foi tão bem recebido como esperava (*Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 108). Os serviços de D. Sancho de Noronha foram depois devidamente recompensados por el-rei: em 13 de Junho de 1449, a doação vitalícia da vila de Aveiro, que fora do falecido infante D. Pedro (ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 118); em 2 de Julho do mesmo ano, a doação da vila de Odemira e dos padroados das Igrejas de Mortágua (*Ibi*, fl. 125 v.); em 6 dos ditos mês e ano, azenha, casas e eguas poldras em Aveiro, as quais haviam sido do duque de Coimbra (*Ibi*, fl. 124 v.); em 3 de Agosto de 1450, a doação constante do presente documento; em 30 de Maio de 1451, a capitania de Ceuta (Documentos publicados por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 12, 21, 26 e 51-52); e, em 18 de Setembro seguinte, os bens de Nuno Afonso, escudeiro da vila de Elvas (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 89 v.).

os rreynos de Castella, em nosso desseruço, so pena de quoaallquer que ho contrairo fizesse perder todos seus beens, mouees e de rrajz, pera a coroa dos dictos nossos rreynos. E, nom embargante nossa deffessa e mandado, Pero Carapeto, morador nOdemira, se lançou com o dicto dom Pedro e se ffoy com elle pera Castella, o quoaall agora ajnda esta com elle. Polla quoaall rrazom nos podemos fazer merçee de todos seus beens, asy moues come rrajz, o que nossa merçee ffor.

E ora, consijrando nos os mujtos e grandes seruços que rreçebemos e emtendemos a rregeber ao diante do conde dOdemira, nosso mujto amado primo, de nosso moto proprio, liure vontade, çerta çiençia, poder asubilluto, sem nollo elle pidir nem outrem por ell, fazemoslhe pura, jmrreuogauell doaçom, antre os viuos valledoir, deste dia pera todo sempre, em tall guissa que nunca em algũu tempo possa ser rreuogada, de todollos beens moues e de raiz que ho dicto Pero Carapeto avia e tijnha, ao tempo que sse asy lançou com o dicto dom Pedro, com todas suas rrendas e dereitos e perteenças, entradas e saidas e com quoaesquer outras coussas e derectos, foros e perteenças que a ellas dereitamente perteençam per quoaallquer guissa que seja.

E, em esta doaçom, se nom emtenda a djreita parte que a sua molher, se a tem, perteeçer e algũus filhos doutra molher, se a ja teue, porque nom he nossa teençom seer fecto aos ssobredictos perjuizo, no que a elles, per djreito, perteençam; os quoaes com o dicto conde deuem auer e rreçeber suas djreitas partes da mãao da djreita sua molher; a quoaall partiçam se ffaça como sse per djreito deue ffazer. Os quoaes beens, que asy a nos perteençam, lhe damos e outorgamos, pera elle e todos seus herdeiros e soçessores que depos elle vierem, pera os auerem e os poderem dar e doar e vender e trocar, esquambar e ffazer delles e em elles o que lhe prouuer, como de sua coussa propea e corporall posissom.

E porem mandamos a todollos coregedorres, juzes, justiças e nossos contadores e almoxariffes, officiaaes e pessoas de nossos rreynos que, presente a djreita molher e filhos, se os hij ouuer, como dicto he, metam em posse o dicto conde da directa parte de todollos beens moues e rrajz que ho dicto Pero Carapeto avia e pessoya e lhe de djreito perteeçia, ao tempo que se asy partyo pera o dicto dom Pedro, e lhos leyxem auer com todas suas rrendas e djreitos e tomar posse dellas, per sy ou per outrem, como lhe prouuer, e lhe alçem quoaallquer embargo que lhe sobrello seja posto, porque nossa merçee e vontade he de os elle auer asy e a tam conpridamente como em esta nossa carta he contheudo, ssem embargo de quoaesquer nossas hordenações e lex e djreitos canonjcos e çiuées e grossas e opinjções de doutores que em contrairo dello sejam, porque queremos que nom ajam em esto logar.

Dante em Lixboa, ilj dias dagosto. Gonçalo Cardooso a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iij^o L.

7 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido da câmara de Condeixa, dá o cargo de tabelião das notas daquela vila a Pedro Gonçalves Cordeiro, escudeiro do infante D. Henrique, tirando-o a Fernão Rolim, criado do infante D. Pedro, por ele haver estado com o infante em Alfarrobeira contra a pessoa e real estado do monarca.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 141.

Dom Afonso, pella graça [de] Deus rrey de Purtugall e do Allguarue e senhor de Cepta.

A uos, juizes e concelho e homeens boons da ujlja de Condejxa, saude.

Sabede que ujmos hũa uosa carta, em a quall nos faziees saber que Fernam Roljm, morador em esa ujlja, tabaliam das notas, era criado do jffante dom Pedro he fora com elle na batalha dAlferobeira contra nosa [pessoa] e rreal estado, he que nos pedjees (1) que uos desemos hy Pero Gonçalluez Cordeyro, escudeyro do jffante dom Anrjquy, meu mujto amado e prezado tio, por tabaliam, asy e polla guysa que o era o dicto Fernam Roljm.

E, ujsto per nos voso rrequjrimento e querendo fazer graça e merçe ao dicto Pedro Gonçalluez, se asy he que o dicto Fernam Roljm foy na batalha contra nosa pesoa [e] estado; temos por bem e damollo hy, em esa ujlja e termo, por tabaliam, asy e polla gujsa que outrora o sobre-dicto Fernam Roljm.

E porem uos mandamos que, daquy em diante, o ajaaes hy por tabaliam, como dicto he, e o leixees husar do dicto ofiçio he auer todallas escrituras e prooes que ao dicto ofiçio pertencem, segundo que as auja o sobre-dicto, sem outro embargo que sobre ello ponhaaes. E defendemos-lhe que nom huse do dicto ofiçio ataa que, em cada hũ anno, de bos fiadores, aquelles que esto por nos ouuerem de uer, per que ajamos a rrenda que nos do dicto ofiçio he teudo de dar.

O qual Pedro Gonçalluez Cordeyro jurou em a nossa chançellarja aos santos auangelhos que bem e deretamente e como deue obre e huse do dicto ofiçio e guarde artigos he taxaçom que da dicta chancellarja

(1) No ms. *pudjees*.

leua, os quaees lhe faço ler e pobrjear em conçelho, na primeyra domãa de cada hũ mes, ssob as penas em elles conteudas. E elle huse logo o primeyro mes no crime e, di em diante, huse de todo, como deue de husar.

Outrossy, lhe fazee guardar a ordenaçom per nos feita açerqua dos trages que os tabaljães dos nosos rreinos som tehudos de trager, sob as penas em ella conteuda[s]. Vnde all nom façades.

Dante em a çidade de Ljxboa, a bij dias dagosto. Ellrrey o mandou per o doutor Pedro Lobato, seu uasallo e do seu desenbargo e seu ujeç-chanceler. Pedro de Barcellos (2), por Gomez Borges, a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iij^o L.

207

9 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Anes, remollar, morador em Lisboa, por ele haver de exercer o seu ofício nas tercenas reais, na ilha da Madeira e em Ceuta.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 155 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 407.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Afonso Annes, rremollar, morador em esta nossa muy nobre e leall çidade de Lixboa, porquanto tem de laurar em as nossas taragenas e hir laurar, de sseu ofiço, as jlhas da Madeira e a Çepta e a outras partes a que o mandarmos; teemos por bem e priujligiamollo que nom sirua nem vaa serujr per mar nem per terra, em paz nem em guerra, per nhũa guissa que seja, ssaluo em o dicto seu ofiço, e nom com outra nhũa perssoa, posto que aja nosso poder pera leuar homens darmas, piãaes e beesteiros, em o quall poder, que asy dermos pera hirem as dictas gentes, nos queremos que sse nom entenda em o dicto Afonso Annes, rremollar, ca nossa merçee he que sirua nas dictas taragenas e nas outras partes hu nos mandarmos, como dicto he.

Outrosy, mandamos que nom pague em nemhũs nossos pedjdos, peitas, fintas nem talhas nem seruigos nem prestidos nem taixas nem adua

(2) No ms. *Barcelhos*.

nem estacada nem em outros nemhũus encarregos que per nos nem per o congelho ssam ou forem, daqui en deante, lançados per quallquer guissa e maneira que seja, nem uaa com pressos nem com dñheiros nem sirua em outros nemhũus encarregos do dicto congelho.

Outrosy, mandamos que o dicto Afonso Annes nom seja beesteiro contra sua uontade, posto que pera ello aja conthia.

Outrosy, mandamos que nom poussem com elle, em as suas cassas de morada nem adegas nem lhe tomem suas bestas nem pam nem vinho nem rroupa nem palha nem çeuada nem lenha nem galjnhas nem outra nemhũa coussa do seu contra sua uontade, posto que nos sejamos em a dicta çidade ou em seu termo, porquanto nos queremos que elle seja nosso jssento.

Outrosy, nom seja cadrilheiro nem vintaneiro nem titor nem curador de nemhũas pessoas contra sua vontade, su pena dos nossos emcoutos de seis mjl soldos, que mandamos que pague pera nos quallquer que lhe contra esto ffor. E ao nosso almuxariffe que os rrecade pera nos, sub pena de os pagar de sua cassa, em tresdobro. E este priuilegio lhe seja guardado emquanto ell servir e ffor prestes pera servir em os dictos lugares, por nosso seruiço.

E porem mandamos ao nosso corregedor, juizes e justiças da dicta çidade e ao nosso almoxarife e a outros quaaesquer nossos ofiçiaees e pessoas a que esto ouuerem de uer per quallquer guissa que seja, que asy lhe compam e guardem este nosso priuilegio, pella guissa que em elle he contheudo, e lhe nom vaades nem consentaees hjr contra elle em nemhũa maneira que seja, em tall guissa que se nom uenha a nos mais agrauar sobreello, senom seede çertos que uollo estranharemos grauemente. Vnde al nom ffaçades.

Dada em a dicta çidade, ix dias do mes dagosto. Ruj Meendez a ffez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o e çinquenta annos. E esta carta lhe nom gardarees se aseelada nom ffor.

208

10 AGOSTO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro Afonso, criado do infante D. Henrique, em escrivão das sisas gerais e dos vinhos de Cala, no couto de Alcobaça.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 121.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Aluaro Afonso, criado do jfante dom Anrrique, meu tyo, etc., per que o damos por escpuiam das nossas sisas jeeraaes e vinhos da Cala, couto dAlcobaça, asy e pella guissa que o ataa ora foy. Carta em forma.

Dada em Lixboa, x dias dagosto. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. Joham Gonçalluez a fez. Anno de mjl liij^e L.

209

13 AGOSTO 1450

Sentença de el-rei D. Afonso V, dada no seu Descembargo, em pleito decorrente entre Lançarote Pessanha, almirante do reino, como autor, representado por seu pai, Rui de Melo, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e Alvaro Pires, procurador dos feitos régios, como réu, na qual foi julgado não dever o monarca pagar ao almirante a tença anual de 300.000 libras, outorgada por el-rei D. Dinis ao almirante Manuel Pessanha, em virtude da prescrição a favor do soberano, por não haverem os almirantes mantido os 20 homens de Génova a que os obrigava o alegado contrato dinisino.

ANTT., Gaveta 10, maço 9, n.º 1, original em pergaminho, com selo de cera branca, pendente de trancelim azul e branco, — texto que se reproduz; e *Direitos Reais*, liv. 1, fl. 186.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 478-79. Sumariada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. 2, p. 621, n.º 1744, onde se lê «trezentas libras» por «trezentas mil libras».

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta de ssentença virem fazemos saber que preito e demanda era hordenada em a nossa corte, perante nos, antre Ruy de Melloo, fidalgo da cassa do jfante dom Anrrique, meu mujto preçado e amado tyo, em nome de seu filho miçe Lançarote Peçanho, almjrante de nossos rregnos e senhorio, como autor, da hũa parte, e Aluaro Piriz, procurador dos nossos fectos, rreero, da outra, dizendo o dicto Ruy de Melloo, em nome do dicto seu filho, como seu legitimo amjnstrador, contra o dicto nosso procurador que asy era verdade que, per elrrey

dom Denjs, da escrareçada memoria, cuja alma Deus aja, quando estabel-leçera e hordenara este feudo almjrantado, fora permitido e outorgado, em seu nome e de todollos seus herdeiros e soçesores que pellos tempos fossem rreis destes nossos rregnos, a mjçe Manuell Paçanho, premeiro almjrante que destes nossos rregnos fora, e a todos seus herdeyros e soce-sores que pellos tempos fossem almjrantes delles que ouuesem, em cada hũu anno, de teença e em nome de teença, do dicto rrey dom Denjs e dos outros rreis que depos elles veesem, trezentas mjll liuras, segundo dizya que em o preujllegio do dicto rrey dom Denis mais compridamente era contheudo (1); e que, porquanto ora o dicto sseu filho era almjrante dos dictos nosos rregnos, nos pedia que lhe mandasemos dar e pagar, em cada hũu anno, as dictas trezentas mjll liuras que asy haujam de teença os almjrantes que ante elle foram e asy como as ouuera mjçe Callrros Peça-nho, auoo delle, dicto mjçe Lançarote, seu filho, em seendo almjrante, em tempo delrrey dom Joham, meu auoo, cuja alma Deus aja;

Dizendo o dicto nosso procurador, em nosso nome, que nos nom era-mos tehudo nem obrigado a dar nem pagar as dictas trezentas mjll liuras de teença pedidas per elle, dicto autor, porquanto os almjrantes destes dictos nossos rregnos, segundo a forma do dicto preujllegio alegado per elle, dicto autor, eram tehudos e hobrigados a teer e a manter continua-damente, aa sua propia custa, vijnte homeens de Genoa sabedores de mar e taes que fossem auctos e jdonjos e perteençentes pera seerem alcaýdes e arrayzes de gallees e que, com tall condiçom, foram prometidas e postas de teença, per o dicto rrey dom Denjs ao dicto mjçe Manuell e aos almj-rantes que depos elle fosem, as dictas trezentas mjll liuras, segundo que dizya que em o dicto preujllegio claramente era contheudo, e que elle, dicto mjçe Lançarote, autor, nem eso meesmo os outros almjrantes que ante elle foram nom compriram a dicta condiçom nem manteueram os dictos vijnte homeens de Genoa, segundo eram theudos; e mais, que nos estauamos em posse, per dez, vijnte, trinta annos e mays, per tanto tempo que a memoria dos homens nom era em contrario, de nom pagarmos as dictas trezentas mjll liuras, per bem da qual perescripçom, eso meesmo nom eramos tehudo nem obrigado a dar e pagar a dicta teença.

E nos, visto o dizer e rrazões danbollas partes, antes que em ello dese-

(1) No contrato de el-rei D. Dinis com o genovês Manuel Pezagno ou Pessanha, de 1 de Fevereiro de 1317, lê-se: — «Outrossi eu, miçer Manuel, e os meus sucessores que este feu herdarem deuemos teer sempre vijnte homeens de Genua sabedores de mar, taes que selam conuenhauijs pera alcaýdes de gallees e pera arrayzes e que uos sabham bem seruir per mar nas uossas gallees, cada que uos quiserdes e uos comprir seu seruiço, e deuemolos teer a nossa custa continuamente, enquanto os nom ouuer-des mester que selam prestes quando mester for, para uos seruirem nas uossas gallees» (Em SILVA MARQUES, *Obra e vol. supracitados*, p. 29).

mos final liuramento, mandamos a Paay Rodriguez, nosso contador moor, que screpucse logo aos contadores que estam em os contos que estam em a nossa cidade de Lixboa, enuiando-lhes dizer, da nossa parte, em como a nosso serujço compria de se saber se em tempo delrey dom Joham, meu auoo, cuja alma Deus aja, o dicto mje Calrros, auoo do dicto mje Lançarote, autor, ouuera algũu pagamento da dicta teença; o quall Paay Rodriguez lhes escrepueo sobrello, da nossa parte. E elles, em comprimento do dicto mandado, buscaram as rrecadações antigaas que a esto perteençiam e rrescrepueram, per sua carta, o que nas dictas rrecadações acharam. A quall carta, que asy ao dicto Paay Rodriguez sobrello enujaram, perante nos foy apresentada. E as dictas partes rrazoaram tanto sobrello perante nos, per pallaura e alegando cada hũu, por sua parte, do seu direito, em tanto que, visto per nos todo, em rrollaçom com os do nosso desenbargo, presente as dictas partes;

Acordamos que, visto o preujllegio do almjrantado e a carta que foy enujada a Paay Rodriguez e como Ruy de Meloo foy ouujdo e o nosso procurador e a enformaçom que se desta teença ouue per algũus que a ujam rrequerer ao conde dom Pedro (2) a elrey dom Eduarte, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, que nos nom somos obrigados ao dicto Ruy de Melloo a lhe dar a dicta teença, per bem de seer almjrante, vista a perescpriçom que se causou ja em tempo delrey dom Joham meu auoo, cuja alma Deus aja, contra os almjrantes, por nom teerem os homeens genoeses sabedores de mar, como eram obrigados. Porem, mandamos que asy se compra e guarde em todo como per nos he acordado e achado, sem se mais acudir com a dicta teença ao dicto almjrante. E esto se compra em todo, sem algũu outro embargo que a ello seja posto.

Dada em a nossa muy nobre e sempre leall cidade de Lixboa, xiiij dias do mes de agosto. Elrrey o mandou, per Lopo Gonçaluez, doutor em lex, seu vassallo, do seu desenbargo e juiz dos seus fectos. Joham de Lixboa, scpriuam dos fectos do dicto ssenhor, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^o e cinquoeenta annos.

(as.) Lopus doctor legum.

(2) Alusão ao conde D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta, 1.^o conde de Vila Real e 2.^o conde de Viana do Alentejo, a quem seu sogro, miche Carlos Pessanha, neto/ de Manuel Pessanha, cedeu o almirantado pelos anos de 1433, mas que o retomou depois de 1437, por D. Pedro não haver tido descendência da filha de miche Carlos (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, 2.^a ed., p. 195, e a bibliografia ali citada).

210

15 AGOSTO 1450

Carta de Rodrigo Afonso de Melo, almirante do reino por seu filho menor Lançarote Pessanha, a nomear Pedro Rodrigues de Castro, cavaleiro da casa de el-rei, para, em nome daquele e de seu filho, o substituir em Lisboa no officio do almirantado, por motivo de Rodrigo de Melo residir habitualmente no Algarve e achar-se occupado noutras coisas do serviço régio (1).

ANTI., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 179 v., inserta na de confirmação régia de 19 de Setembro de 1450, — donde se reproduz.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portuguezes*, vol. 1, p. 480.

A quantos esta carta virem, de Rodrigo Afonso de Mello, que, por autoridade delrrej, nosso ssenhor, tenho carego do almjrmtado, por meu filho miçe Lançarote. almjrante destes seus rregnos de Portugal e do Algarue.

Faço saber que, comsijramdo eu como o serujço do ssenhor rrej bem a proueito da sua terra he compridoiro de em esta muy [nobre] e liall çidade de Li[x]boa estar eu ou outra algũa perssoa que, por mym e em nome do dicto meu filho, tenha carrego do dicto officio;

E, porquanto eu soo[m] morador no Algarue [e] eso mesmo som occupado em outras coussas, por serujço delrrej, que em esta çidade no[m] possa estar comtinoadamente; confiamdo em a bomdade e descriçom de Pero Rodriguez de Crasto, aquy morador, caualleiro da cassa do dicto senhor, por emtemder que he tall pessoa que ama o seruiço do dicto senhor e serujra bem, leallmente e como deue; por carta, lhe cometo e dou carrego do dicto officio do almjrmtado, que, em meu nome e do dicto meu filho, almjrante, com todos os poderes e autoridades que, pollo dicto senhor rrej, com o dicto officio ao dicto meu filho e a mym, em seu logo, ssom dados e comtidos, em cartas e priuilegios que do dicto officio temos he contheudo, que possa liurementemente hussar delle e serujr e dizer [e] mandar todo aquello que ao dicto officio dalmjrmtado perteeçe, asy e tam compridamente como eu ou o dicto meu filho fariamos, sendo presentes.

Porem, mando a todollos offiçiaees do dicto almiramtado que lhe obideçam e guardem seus mandados, como fariam a mjm ou ao dicto meu

Cfr. os DOCS. 35, 151, 167, 209 e 222.

filho, sse presente fossemos. E, por sserdes çertos, mandey dar ao dicto Pero Rodrijuez esta carta, asijnada per mym e seelada do sseello do almjramte.

Dada em a dicta çidade de Lixboa, xb dias do mes dagosto. Pedro Annes a fez. Ano do naçimento de mjll iiij^o e L annos.

211

28 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a D. Frederico, rei dos romanos, a acusar as letras que lhe mandara por seu arauto Steyrland, a dizer-lhe que o embaixador do rei de Portugal apenas chegara três dias depois daquele e a rogar-lhe mande embaixador ou embaixadores seus, devidamente instruídos; pois o embaixador do soberano português os aguardará ali, a fim de ultimarem o assunto (1).

ACA., Cancilleria Real, Registro 2546, fl. 10.

Alfonsus, Dei gracia rex Aragonum, Sicilie citra et ultra farum, etc. Serenissimo et jllustrissimo principi Frederico, romanorum regi semper augusto, fratri nostro carjssimo, salutem et prosperorum successuum jncrementa.

Serenissime et jllustrissime princeps, frater noster carissime. Litteras vestras nobis reddidit dilectus et deuotus noster Steyrland, heraldus vester, quibus plene jntellectis, vobis significamus quod, licet in ipsius heraldi aduentu, orator serenissimi regis Portugalie, nepotis nostri carissimj, nondum aduenisset, post tamen tres dies aduenit. Quo nobis sumopere placuisset vt etiam oratores vestri applicuissent, vt haberetur tractatus horum que vicissim tractarj habent.

(1) *A margem do registro*: «non bene hic, sed jn curje j^o», — livro hoje não identificável, se é que existe; pois os livros de registro de O Magnânimo foram encadernados posteriormente, com diferente ordem dos cadernos, perdidos alguns destes. O assunto a que se referem o presente documento e o seguinte é o do casamento da infanta D. Leonor de Portugal com Frederico, rei dos romanos, o qual veio a celebrar-se em 9 de Agosto de 1451.

Cumque hec res moram haud patiat, vos affectuosissime rogamus ut, quam primum jdem heraldus applicuerit, oratores seu oratorem vestrum plene instructum ad nos mittere velitis. Quonjam proculdubio speramus quod, aduenientibus cito, eisdem oratoribus seu oratore vestris, res de qua agi debet finem votium assequetur. Nos enim, jnterea, dictum oratorem regis Portugalie hic expectare faciemus. Quod reliquum est, ipsi fraternitati vestre significamus nos, Deo fauente, tam de persone incolumitate quam status regnorum nostrorum conditione et tranquillitate secunde procedere, jllud idem de vobis sepius jintelligere gliscentes.

Datum jn Turrj Octauj, die vicesimo octauo augusti, anno a natiuitate Dominj M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Serenissimo et jllustrissimo
principi Frederico, romanorum
regi semper augusto, fratrj nostro
carissimo.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

212

28 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, de recomendação de Steyrlând, arauto de D. Frederico, rei dos romanos, o qual retira da sua cúria e vai tratar de alguns negócios do rei aragonês junto daquele monarca (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 2546, fl. 10 r.-v.

Alfonsus, etc. Vniuersis et singulis principibus, ducibus, marchionibus et commjtatibus, comjtibus et baronibus, tam huius regnj quam alibi vbicunque existentibus, amicis et deuotis fidelibusque nostris dilectis, salutem ac gratiam et bonam voluntatem.

Recedit, jmpresentiarum, e nostro conspectu Steyrlând, heraldus serenissimj et jllustrissimj principis Frederici, romanorum regis semper augusti, fratris nostri carissimj, et ad presentiam dicti serenissimj roma-

(1) *A margem do texto, lê-se, no Registo: — «Non bene hic, sed jn chancelarie Neapolis xvijj», — livro hoje não identificável.*

norum regis, pro nonnullis nostris negocijs exequendis, se confert, quem cupimus salubriter proficisci.

Eam ob rem, vos, amicos et deuotos nostros, rogamus affectuose, subditisque et vassallis nostris predictis dicimus et mandamus firmjter et expresse, sub jre et jndignationjs nostre jncursu, quatenus eundem Steyrland heraldum, ob nostre maiestatis reuerentiam, recomissum suscipientes, libere transire permittatjs nec exigatis vel exigi permittatis ab eodem aliquid pro jure passagiorum, qujnymo eum jmmunem esse velitis, vt vobis, amicis et deuotis nostris, teneamur ad simjlia et maiora, fideles vero nostros valeamus de obediencie promptitudine merjto comandare.

Datum jn castro nouo Neapolis, die xxbiij augusti, xij^a. jndictione, anno a natiuitate Dominj M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.

213

29 AGOSTO 1450

Súplica do infante D. Henrique ao papa Nicolau V, a favor do mestre em teologia Fr. Afonso Velho, dominicano, confessor do dito infante e embaixador ao pontífice, a pedir lhe sejam concedidos vitaliciamente três benefícios eclesiásticos, seculares ou religiosos, sendo um deles priorado ou dignidade conventual, e duas igrejas paroquiais, não catedrais ou colegiadas, embora tais benefícios sejam reservados à Santa Sé, e ainda com preferência sobre capelães e familiares do rei de Portugal, podendo ficar com quaisquer benefícios no dito país, sob forma de comenda, até à quantia de 1.000 florins de ouro, anualmente.

AV., Reg. Suppl., vol. 446, fl. 149.

Beatissime Pater.

Deuota creatura vestra, Henricus Portugalie jnfans, ad deuotum oratorem sanctitatis vestre Alfonsum Velho, ordinis fratrum predicatorum professorem ac sacre theologie magistrum, ipsius jnfantis confesorem, ad sanctitatem vestram nuper destinatum ambassiatores, propter suas virtutes et merita, singularem habet dilectionis affectum, suppli-

cat (1) prefate sanctitati quatenus sibi, personam (2) dictj Alfonsi specialem gratiam facienti, tria beneficia ecclesiastica, cum cura uel sine cura, secularia aut quorumuis ordinis regularia, vbicunque infra regnum Portugalie consistencia, etiam dispositioni apostolice generaliter reseruata, cuiuscunque taxe seu annuj valoris, etc., etiam si vnum prioratus siue prepositura aut dignitas conuentualis, etiam curatum et electum, aut duo ipsorum due parrochiales ecclesie uel earum perpetue vicarie fuerint, dummodo aliquod eorum in cathedrali uel collegiata ecclesia non existat, vacantia seu vacatura, prefato Alfonso, per eum, quoad vixerit, tenenda, regenda et etiam gubernanda, commendare dignemini, de gratia speciali et cum non obstantibus ac clausulis oportunis.

Fiat ut petitur, de vno curato uel prioratu non conuentuali, cuiuscunque taxe. T.

Et cum prerogatiuis, antelacionibus, excepcionibus, declaracionibus et iudicatis in confectione litterarum per eum exprimendis, jta quod, in predictorum beneficiorum assecutione, preferatur etiam capellanis, familiaribus et dilectis domini regis Portugalie ac etiam illis qui habent prerogatiuas, etc., ac declarationes, etc., ad jnstar descriptorum familiarium vestrorum seu forsan quod illis ac cardinalibus preferantur, etc.

Fiat ad jnstar nominatorum regis. T.

Item, quod possit tenere in commendam, quoad uixerit, quocunque et qualiacunque beneficia vacantia, secularia et regularia, vsque ad summam mille florenorum aurj de camera, in eorum fructibus, etc., annuatim ascendencia, in regno Portugalie consistencia, etiam dispositioni apostolice generaliter reseruata, etiam si prioratus aut dignitates etiam conuentuales et vna ipsarum dignitatum abbacialis ac curata et electa ac quecunque existant, si canonice sibi conferantur aut assumatur uel eligatur et confirmetur seu presentetur et jnstituatur ad jlla, etc.

Fiat quod possit tenere vnum beneficium in commendam, cuiuscunque taxe. T.

Datum Fabrianj, Camerinensis diocesis, quarto kalendas septembris, anno quarto.

R. Datarie.

(1) No ms. *supplicant*.

(2) Talvez devesse ser *in persona*.

214

2 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a João de Almeida, fidalgo do infante D. Henrique, a terra e celeiro de Moçâmedes, na freguesia de S. Miguel do Mato, julgado de Lafões, como ele os havia por carta de el-rei D. Duarte, de 9 de Janciro de 1434.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 152, — donde se reproduz; Chancelaria de D. João III, liv. 6, fl. 187, e liv. 67, fl. 218 v.; em leitura nova, Beira, liv. 1, fl. 184, e liv. 3, fl. 20 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, da parte de Joham dAlmeyda, fidalgo do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tio, nos foy mostrada hũa carta delrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus haja, asijnada per elle e asseellada do sseu seello pendente, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina citada, — o DOC. 118 do nosso vol. 4.

Pedindonos ora o dicto Joham dAlmeyda, por merçee, que lhe outorgasemos a dicta terra e çelleiro de Maçamedes.

E nos, visto sseu rrequerimento e as mujtas e grandes rrazões que teemos pera lho outorgar e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e lhe outorgamos e confirmamos a dicta terra e celleiro de Moçamedes, assy e pella guissa que na dicta carta e em esta nossa confirmaçom he contheudo.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda, contadores, almoxarifes, corregedores, juizes e justiças, offiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que lha conpram e guardem e façam conprir e guardar como em ella faz mençom, ssem outro algũu enbargo que lhe sobrello ponham.

Dante em Sintra, ij dias de setembro. Ruy Diaz a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

215

7 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Dias, morador em Lagos, armador das pescarias do infante D. Henrique, a pedido deste (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 88 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes de Lagos, e a todallas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Diaz, morador em o dicto lugar, armador das pescarias do jfante dom Enrrique, meu mujto preçado e amado tyo, que nollo por ell pedio;

Teemos por bem e priuiligiamollo que, daqui em diante, nom sirua nem vaa serujr, per mar nem per terra, em paz nem em guerra, a nehûas partes que seiam, saluo com o nosso corpo ou com os jfantes meus jrmão e tyos, e nom com outra nehûua pessoa, posto que aia nosso poder pera leuar homeens darmas, piâaes e beesteiros; o quall poder que assy dermos, pera hirem as dictas jeemtes nos queremos que sse nom entenda em o dicto Joham Diaz, ca nossa merçee e vontade he de ell nom serujr com outro nehûu, saluo comnosco ou com os dictos jfantes, meus jrmão e tyos, como dicto he.

Outrossy, queremos que nom page em nehûu pedido que per nos seia lamçado, nem esso meesmo em nehûas peitas, fintas, taalhas que ora ou daqui em diante, per nos ou per esse concelho, sam o forem lançados per quallquer modo que sseiam, nem vaa com pressos nem com djnheiros, nem sirua em outros nehûus encarregos nem seruidões do dicto concelho, nem page jugada nem oytauo de pam, vinho nem doutra cousa que aja. E esto sse entenda em as terras nossas ou que algûus de nos teem, enquanto nosa merçee for; porque, das terras que algûus

(1) Embora a não cite, a presente carta é mera confirmação da do regente D. Pedro de 18 de Janeiro de 1445, — o DOC. 164 do nosso vol. 8. Supomos tratar-se do João Dias referenciado nos caps. 19, 58 e 67 da *Crónica dos feitos de Guiné*, — os textos 111 do nosso vol. 8 e os 2 e 9 do nosso vol. 9. Sobre a base náutica do infante D. Henrique em Lagos pode ver-se DIAS DINIS, *O espólio henriquino da vila de Lagos*, em seus *Estudos Henriquinos*, vol. 1, ps. 275-87.

teem, per doaçom de jurderdade, ou a elles perteençem, de sua erança ou per outro qualquer modo que a propiidade seia sua, nos o nom escusamos, ca nom tolhemos aos corregedores ou a outras persoas que de nos terras tem de jurderdade que lhes ell nom page seus direitos, sse em ellas morar ou a elles for obrigado.

Outrossy, nom poussem com ell em suas casas de morada, adegas nem caualariças, nem lhe tomem bestas de sseella nem dalbarda, pam, vinho, rroupa, palha, lenha, galinhas, gaados nem outras nehũas cousas do sseu contra sua vomtade, porquanto nos queremos que ell seia nosso jsento e que nom aja com ell de veer outro, saluo nos.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda, contadores e sacadores e rregebedores dos nossos pedidos e ao nosso pousentador moor e ao da rrainha, mjna molher, e dos jfantes, meus jrmãos e tyos, e aos juizes e coudell e pousentador da dicta villa e a todallas outras nossas justiças e a outros quaesquer a que o conhecimento perteençer per quallquer guisa que lhe compam e guardem e façam bem conprir e guardar esta nosa carta, assy e pella guisa que em ella he contheudo, e lhe nom vão nem consentam hir contra ella. E sse lhe alguem contra ella for, mandamos a quallquer tabaliam de nosos rregnos que o enpraze que, do dia que o enprazar a oyto dias primeiros segujntes, pareça perante nos, a dizer quall he a rrazom [por] que nom conpreem esta carta como em ella he contheudo.

Dada em Sijntra, bij dias de setembro. Gonçalo de Moura a fez.
Ano de mjl iiii^o L.^o

216

7 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martin Vicente, piloto, morador em Lagos, servidor do infante D. Henrique, com caravela própria, o qual fora a algumas partes fora do reino, por serviço do dito infante, a pedido deste (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, llv. 11, fl. 109 v.

(1) Também Martin Vicente fora já privilegiado pelo regente D. Pedro em 26 de Setembro de 1443 e, com o anterior, tomara parte nas expedições de 1444 e 1445 ao ocidente africano (Cfr. os DOCS. 59 e 111 do nosso vol. 8 e os DOCS. 2 e 9 do vol. 9).

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Martim Viçente, piloto, morador em Lagos, a rrequerimento do jfante dom Hemrrique, meu muyto prezado e amado tyo, porquanto nos disse que he muyto sseu seruidor e foy algũas partes fora destes rregnos por sseu serujço; teemos por bem e preujligiamollo e queremos que sseja escusado de pagar em nehũas peitas, fintas, talhas que, agora ou daquy em diamte, per nos nem per o comcelho da dicta villa som ou forem lançados per qualquer guissa.

Outrossy, queremos que o nom ponham por beesteiro do comto nem o costrangam que sseja titor nem curador de nehũas pessoas, saluo sse a titoria for lidema, nem uaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros nehũs emcarregos e serujdões do dicto comcelho.

Outrossy, queremos que nom poussem com ell, em suas casas de morada, adegas nem caualariças nem lhe filhem delas rroupa de cama, alfayas de cassa, pom, vinho, palha, lenha, galinhas, gaados, bestas de sella nem dalbarda nem outra algũa cousa do sseu comtra sua vomtade nem lhe tomem ssua carauela pera nehũa seruidom do comcelho.

E porem mandamos aos juizes e justiças da dicta villa e aos veedores da nossa fazenda, sacadores e rrecebedores dos nossos pedidos e ao nosso poussemntador moor e ao da rrainha, mjnha molher, e dos jfantes, meus jrmãaos e tyos, e a outros quaaesquer a que esto pertemçer e esta nossa carta for mostrada, que o nom costrangam nem mamdem costranger pera nehũa das ssobredictas coussas e lhe conpram (2) e guardem e façom bem comprir e guardar esta nossa carta como aquj he comth[e]udo e lhe nom uão nem conssemtam hir comtra ella em algũa maneira. E, sse lhe alguem comtra ela for, mamdamos a qualquer tabaliam dos nossos rregnos que o empraze que, do dia que o emprazar a oyto dias primeiros sseguimtes, pareça peramte nos, a dizer qual he a rrazom por que lhe esto nom conprijs.

Dada em Simtra, bij dias de ssetembro. Gonçalo de Moura a fez. Anno de Nosso Senhor de mjl iiij^o L. Ruy Galuam a fez escpreuer.

(2) No ms. *conprar*.

217

7 SETEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gil Vasques, residente em Lagos, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 109 v.

Item, outra carta, doutro tal theor como ha acima (1), de Gil Vaasquez, morador em Lagos, a rrequerimento do ssobredicto (2).

Dada em o dicto logar, etc., de Sintra, bij dias de setenbro. Gonçalo de Moura a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L. Ruy Galuam a fez escpreuer.

218

8 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Chipre, de recomendação de Lisbos, arauto do rei de Portugal, o qual vai em peregrinação aos Lugares Santos (1).

ACA., Cancilleria Real, Registro 2546, fl. 19 v.

Serenissimo principi Johanni, regi Ciprj, fratri nostro carissimo Alfonsus, etc., fraternos affectus.

Accessit ad loca peregrinationis sancte Lisbos, heraudus serenissimi regis Portugalie, nepotis nostri carissimj. Et, quia per loca vestra tutior erit illi accessus, eum vobis commendatum plurimum facimus. Erit,

(1) A carta que, na chancelaria, precede esta é a retrolançada, de Martim Vicente. Gil Vasques participou também na expedição de Lançarote (Cfr. o DOC. 111 do nosso vol. 8). Fora já privilegiado em 26 de Setembro de 1443 (*Ibi*, DOC. 57).

(2) O infante D. Henrique.

(1) Seguem-se-lhe, no mesmo registo, outras duas cartas, uma de recomendação do mesmo arauto régio ao Mestre de Rodes e a outra de recomendação geral às autoridades das terras por onde ele passar (fls. 19 v. e 20 v.).

enim, nobis summe gratum, si ille, tam in accessu quam reditu, vobis commendatum extiterit, pro quo vos deprecamur obnix. Et vbi aliqua ex regnis his nostris vobis accepta sint, prompto animo, pro vobis nos facturos intelligetis.

Datum jñ Turri Octauj. die viij mensis septembris, anno Dominj M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Dirigitur regi Ciprj.

Dominus rex mandauit mihi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

219

10 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Paio Rodrigues, de Penafiel, residente em Barcellos, criado do duque de Bragança e a pedido deste, para recebedor dos 10 reais de Ceuta a cobrar no almoxarifado de Guimarães, em substituição de Vasco Jorge, escudeiro do infante D. Henrique, o qual renunciara ao cargo, por doente de dor de pedra.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 94 v.,—donde se reproduz.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 410-11.

Dom Afonso, pela graça de Deus, rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta vjrem fazemos saber que, por parte de Uasco Jorje, escudeiro do jfante dom Anrique, mecu mujto preçado e amado tyo, rreçebedor dos dez rreacs da seruentia da nossa çidade de Çepta em ho almoxerifado da ujlá de Guimarães, nos foy apresentado hũu estormento de rrenunçiaçom, per ho qual sse mostraua que, porcanto eelle era doente de door de pedra e em tal despoçiçom que nom podia serujr ho dicto ofyçio, eell ho rrenunçiaua em nossas mãaos, pera o darmos a quem nossa mercee fosse.

O qual visto per nos e, querendo do dicto ofyçiioo fazer graça e merçee a Paayo Rodriguez de Penafyel, nosso vassalo, morador em a uila de Barçellos, criado do duque de Bragança, meeu mujto preçado e amado tyo, pollo do dicto duque, que nolo por ell enviou pedyr; e, confyando delle,

que ho fara bem e como conpre a nosso serujço; temos por bem e damolo por rreçebedor dos dictos dez rreaes da seruentia da dicta nossa çidade de Çepta que sse rrecadom no dicto almoxerefado de Guimarrâes, asy e pela guissa que ho ataquí foy o dicto Vasco Jorje.

E pore[m] mandamos ao nosso vedor da fazenda e ao contador das coussas da dicta çidade de Çepta e ao nosso contador da dicta comarca e a outros quaesquer a que ho conçimento desto pertencer, per qualquer guissa que seja, e esta nossa carta for mostrada, que ajam o dicto Paayo Rodriguez por rreçebedor dos dictos dez rreaes que sse asy rrecadom pera dicta çidade, como dicto he, e outro nenhũ nom, e o leixem serujr e hussar do dicto ofyço e auer seu mantjmento, asy e pella guissa que ho ataquí ouue ho dicto Vasco Jorje, sem lhe poendo sobrello outro algũ embargo, em maneira algũa que seja; ao qual Paayo Rodriguez nos mandamos e defendemos, so pena do hofyço e beens, que nom rregeba nem despenda coussa algũa que ao dicto ofyço pertença, saluo perante ho escprium de seu hofyço, pera todo asentar em seu ljuro e nos auermos booa rrecadaçom do nosso. O qual Paayo Rodriguez jurou na nossa chançalarya aos sanctos auanjellos que, bem e dereytamente, hussee do dicto hofyço e guarde a nos ho nosso serujço e o poboo seu deryeto.

Dada em Syntra, dez dias de setembro. Martjm Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesuu Christo de mjl e quatroçentos e çinquenta annos. Esta carta lhe nom gardees sse nom for sellada. E eu, Ruy Galuam, saquartario do dicto ssenhor rrey e caualeiro de ssua cassa, a fez escrepuer. Pagou de rregisto xxb rreaes.

220

18 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a D. Zar'a-Yâ'qob, imperador da Etiópia, a dizer-lhe haverem estado consigo Pedro Rombolo de Messina, vassalo do rei aragonês, servidor e súbdito daquele imperador, Fr. Miguel, prior de Santa Maria de Gudaber, e Anamer Jundi, seus embaizadores, que primeiro se avistaram com o santo padre, os quais lhe expuseram os pedidos do imperador, a que ora responde: quanto aos mestres e artifices que lhe solicita, apenas lhe manda alguns, pela insegurança da viagem, pois os treze mestres em diversas artes que lhe pedira seu irmão pereceram no caminho, por não poderem passar; pelo mesmo motivo da insegurança não lhe envia os panos de brocado e de

finíssima lâ, vasos de ouro e de prata e demais coisas solicitadas, o que fard com muito gosto quando ele lhe garanta via segura; dis-lhe que logo que possa enviá à terra dos mouros 150 fustas, entre naus e galés, para passarem à Casa Santa de Jerusalém, pelo que lhe roga deixe correr as águas para o Alcaire, ponha gente na sua fronteira e, enfim, oiça o que lhe transmite por seus embaixadores como se lho dissera ele próprio (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2658, fl. 57 r.-v., — donde se reproduz.

Publicada por FR. CERONE, *La política oriental de Alfonso di Aragona*, p. 64.

Jllustrissimo e sserenissimo principi domino Zere Jacobo, filio David, de domo Salomonis, jmperatori Ethiopie, fratri et amico nostro carissimo. Alfonsus, Dei gratia rex Aragonum, etc., salutem et prosperos ad vota successus.

Jllustrissime et serenissime princeps, frater et amice noster carissime. Sonno statì da noi li nobili homini Pero Rombolo de Messina,

(1) Como fizemos nos volumes anteriores, continuamos a editar os textos recolhidos directamente no «Archivo de la Corona de Aragón», em Barcelona, alusivos às relações do Ocidente, especialmente da Península, com a Etiópia, com cujo Negus o infante D. Henrique desejava contactar, segundo a *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 16, — a ps. 75-78 do nosso vol. 8. A teor do presente texto e do seguinte, o siciliano Pedro Rombolo, o etíope Fr. Miguel e o muçulmano Anamer Jundi, embaixadores do Negus, sobre cuja identificação se pode ver o estudo de DE WITTE abaixo citado, haviam-se dirigido a Roma onde, em lugar de relevo e, segundo parece, junto do futuro S. Tiago da Marca, assistiram à cerimónia da canonização de S. Bernardino de Sena (Cfr. CHARLES-MARTIAL DE WITTE, O. S. B., *Une ambassade éthiopienne à Rome en 1450*, p. 289). Dall se dirigiram à corte do rei de Aragão, em Nápoles, pagas as despesas da viagem e do funcionário pontifício que lá os acompanhou, Domenico di Carmignola, pelo papa Nicolau V, segundo as ordens de pagamento extraídas pelo citado historiador da chancelaria papal e por ele editadas assim como o respectivo salvo-conduto (*Ibi*, ps. 296-97, datadas de Junho e Julho deste mesmo ano de 1450).

Estes embaixadores do Imperador da Abissínia foram portadores de dupla mensagem, para o papa e para o soberano aragonês, como este declara na sua segunda missiva — «nonnulla, tam sanctissimo domino nostro pape, quam nobis, nomine ipsius imperatoris, explicaverunt». E haviam de tornar à Europa, segundo a mesma fonte: «denuo ad nos redituri sunt». Conjectura DE WITTE, avisado historiador e nosso ilustre colaborador, «que ce message parlait d'une entente avec les chrétiens d'Occident dans le double domaine religieux et militaire en vue de se retourner contre l'ennemi commun: l'Islam. La victoire qu'il (o Negus) avait remportée en décembre 1445 sur le sultan d'Adal et d'Ifât avait, peut-être, encouragé Za'ra-Yāqob à tenter de plus vastes entreprises» (*Ibi*, p. 287). Na realidade, porém, desconhece-se concretamente o objectivo principal da embaixada etíope ao papa; e, pelo que res-
peita ao soberano de Aragão, apenas transparece da carta dele ao Negus que este

vassallo nostro e sseruitore e ssudito de vostra excellencia, fratre Michele, priore de Sancta Maria de Cadaber, Anamer Jundi, vostri amba-xaturj, li quali, essendo pero prima stati con nostro ssenore lo papa, ne hanno explicato tucto quanto voi lo conmettete che, da vostra parte, ne riferissero e, hoditi, ve respondemo.

E prima, al facto delli mastri e artificij che vostra excellencia ne demanda, como venne, mandiamo assai e tanti quanti voi ne volisseno, se lo viagio fosse seculo e senza periculo, lo quale non esser e chiaro per piu respecti, e specialmente per la perdicio de glii tredici hominj, mastri jn diuerse arte, li quali demandate ad noj ia fa vno grande tempo, per lo sserenissimo vostro fratre, li mandauamo e, essendo jn camino, per non potere passare, morero. Per la quale casione, noi non ve mandamo, de presente, le cose che vostra excellencia ne demanda e che facilmente poteramo mandare, si lo viagio, como e dicto de sopra, fosse seculo, cio e, panni de brochato, panni finissimi de lana, vasa doro e dargento e tucte altre cose per voi demandate.

Ihe sollicitara mestres e artífices bem como coizas várias, entre elas panos de brocado e de lã e vasos de ouro e de prata, e ainda que estava Afonso V escarmentado pela perda de 13 homens, mestres em diversas artes, os quais o soberano de Aragão mandara, havia muito, a irmão do Negus e, por não terem conseguido passar para a Abissínia ou Etiópia, pereceram no caminho, motivo por que o rei aragonês sublinha ao etíope busque via segura para poder enviar-lhe o mais que deseja.

Também o P. TEODOSIO SOMIGLI DI S. DETOLE, O. F. M. que largamente se ocupou dos Negus abexins do século XV (*Etiópia Francescana*, ps. XXXIII-XLV) aludia à presente embaixada etíope (*Ibi*, p. XIII) e às dificuldades opostas pelo Egito aos contactos dos reinos cristãos do Ocidente com o da Etiópia: — «Difficili, perchè la leggenda del Prete Ianni, nel suo contenuto storico, significava un tentativo di alleanza con un re cristiano contro l'Islam; e poichè questo re cristiano ricercato dai cristiani era il Re dell'Etiopia, era logico che il Sultano d'Egitto facesse di tutto perchè il contatto di quelli con questo non avvenisse, per impedire ogni alleanza a suo danno. Il rincrudimento della vigilanza da parte del Sultano coincide storicamente colla fase africana della leggenda, cioè colla identificazione del famoso Prete nella persona del Negus, e andò aumentando colla facilità delle relazioni. Difficili anche, perchè l'Etiopia era circondata da ogni parte dal Musulmani» (*Ibi*, p. XVI). E o autor aduz, seguidamente, copiosas provas da reacção egípcia aos ditos contactos, nomeadamente o testemunho de Ludolfo von Sudheim, que da sua viagem à Terra Santa e Egito, nos anos de 1336-41, informa: — «Le Soudan avoit dans la mer Rouge une forteresse qui empêchait les latins d'aller dans l'Inde (Etiopia) et de porter au Prêtre Iean (Negus) des lettres ou des renseignements sur les forces des Etats occidentaux, des nobles Chrétiens y étaient détenus captifs. Je sais pourtant que des évêques et des seigneurs on fait parvenir par la mer Rouge des nouvelles au Prêtre Iean» (*Ibi*, p. XVII, que cita *De itinere Terrae Sanctae*, t. 24, 1851, p. 64). Comentando este mesmo documento, CHARLES DE LA RONCIERE sublinha que o Imperador da Etiópia «était invité à seconder, par une diversion sur les frontières de l'Egypte et par le barrage du Nil, la campagne navale des Aragonais en Terre Sainte» (*La Découverte de l'Afrique au Moyen Age*, vol. 2, p. 119).

Vostra excellencia troui via segura e ordene che le cose per voi deman-
date se possano conducere e noi semo apparecchiato ad mandarele. Niente
de mino, al presente ve mandamo alcuni delli mastri che voi ne deman-
dati e mandamoue gli che, per lo presente, hauemo poduto trouare,
abenche facciamo li periculi li quali hanno ad passare. Pregamo vostra
excellencia che ne haggia per excusato e pigli questo jn paciencia.

Preterea, per che collo adiutorio de Dio, lo piu presto che poterimo,
semo per mandare, jn termino de morj, cerca cento cinquanta fuste, fra
naue e galee, per passare a la casa ssanta de Hierusalem, ve pregamo
vogliate essere sollicito jn fare mancare le aque che corrono al Alcayre e
mettere gente a le vostre frontere, le qual cose, como per vostra excellencia
scriuiamo aduisato essere facte e messe jn ordine, de continente ne mette-
rimo jn puncto, per venire ad exegre lo susoscripto, secondo tucte queste
cose piu diffusamente jntenderite dalli vostri ambassiatuŕj, alli quali dar-
rite jndubia fide e credença cerca lo supradicto, quanto ad noi proprio. Et
se alcune cose de nostri rreamj e terre ve piaceranno, aduisatene, che le
compliremo de bona voluntate. E sia, jllustrissimo e sserenissimo prin-
cipe, vostra guardia la Sacta Trinitate.

Datum jn castello Turris Octaue, die xbiij septembris, anno Domini
M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Jllustrissimo et serenissimo prin-
cipi domino Zere Jacobo, filio Daud,
de domo Salamonis, jmperatori Ethio-
pie, fratri et amico nostro carissimo.

Dominus rex mandauit
mihi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

221

18 SETEMBRO 1450

*Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a João Cunino, impe-
rador de Trebisonda, a Constantino Paleólogo, imperador de Cons-
tantinopla, e a Fr. João de Lastico, grão-mestre da Ordem Militar
de S. João de Jerusalém, a recomendar-lhes seu vassalo Pedro Rom-
bolo de Messina, Fr. Miguel, prior de Santa Maria de Gudaber, e
Anamer Jundi, embaixadores de D. Zar'a-Yâ'qob, imperador da Etió-
pia, na Índia, os quais, tendo vindo em missão ao santo padre
e a ele, rei aragonês, regressam à Etiópia, em longa caminhada, e
devem voltar com resposta do referido imperador; pelo que lhes
solicita que, na ida e na vinda, lhes prestem todo o favor, auxílio
e conselho.*

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2658, fl. 57 v.-58., donde se reproduz.
Publicada por FR. CERONE, *La política oriental di Alfonso di Aragona*, p. 83.

Jllustrissimo principi Johanni Cünino, jmperatori Tribusundarum, fratri et amico nostro carissimo. Alfonsus, Dei gratia rex Aragonum, etc., salutem et prosperos ad vota successus.

Jllustrissime princeps, frater et amice noster carissime. Virj nobiles et nobis dilecti Petrus Rombulo de Messana, vassallus noster, et frater Michael, prior Sancte Marie de Cadaber, Anamer Jundi, oratores jllustrissimi principis domini Zere Jacobi, filij David, de domo Salamonis, jmperatoris Ethiopie, jn Jndia (1), jmpresentiarum ad eundem jmperatorem Ethiopie reuertuntur, quos cum plurimis de causis ab omnibus jn hoc suo tam longo jtinere bene tractandos amiceque et benigne suscipiendos esse exoptemus, et potissime quod per aliquot dies penes nos commorati sunt et nonnulla, tam sanctissimo domino nostro pape quam nobis, nomine ipsius jmperatoris Ethiopie, explicauerunt, quorum responso eidem jmperatorj ab ipsis relato, denuo ad nos redituri sunt; vos strictissime rogamus et obsecramus vt, prefatis respectibus eosdem oratores, cum per regiones vestre dicioni subiectas, tam in eundo quam redeundo, transierint, eos quamplurimum commissos habere velitis, jmpendentes ipsis omnem fauorem, auxilium et consilium eisdem necessarium, donec jn vestra maria peruenerint. Quod si effeceritis, vt speramus, non paruum jn nos, hoc tempore, a vobis collatum beneficium existimabimus.

Datum jn castello Turris Octaue, die decimo octauo mensis septembris, anno a natiuitate Domini millesimo quadringentesimo quinquagesimo. Rex Alfonsus.

Jllustrissimo principi Johanni
Cünino, jmperatori Tribusundarum,
fratri et amico nostro carissimo.

Dominus rex mandauit mihi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

Sub simili forma, mutatis mutantis, scriptum fuit sequentibus:

Jllustrissimo principi domino Constantino jmperatori ac moderatorj romeorum paleologo ac semper augusto, fratri et amico nostro carissimo.

(1) Sublinhamos o facto de o soberano aragonês localizar a Etiópia «jn India», aqui, porventura, com o significado de Oriente. E a mesma situação geográfica lhe marcou já em meados do século XIV, por exemplo, Ludolfo von Sudheim, no passo transcrito em a nota ao nosso documento anterior. Portanto, o equívoco ou a confusão da Etiópia com a Índia Oriental não era apenas português.

Reuerendissimo et religioso viro fratri Johanni de Lastico, hospitalis sacre domus Sancti Johannis Hierosolimitanj magno magistro, amico nostro carissimo.

222

19 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de confirmação da de Rui de Melo de 15 de Agosto anterior, a nomear Pedro Rodrigues de Castro para o substituir em Lisboa no cargo de almirante do reino.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 179 v., — donde se reproduz.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, ps. 481-82.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta [virem] fazemos saber que, consijramdo nos he compridoiro a nosso seruiço de, em a nossa muy nobre e senpre leall çidade de Lixboa estar o nosso almirante ou algũa outra pessoa que per elle seu carrego teuesse; e desy, como Roy de Mello, que por seu filho miçe Lamçarote, almirante que ora he dos nossos rregnos, tem o dicto carrego e he morado[r] no Algarue, asy por esto como [por]que he elle ocupado por nosso seruiço em outros continuadamente, nom pode estar em a dicta çidade, lhe mandamos que escolhesse hũu tall caualeiro que dello fosse merecedor, a que dese carego do dicto ofiço dalmiramtado.

O quall, por sua carta patemte, em nome de seu filho e seu, deu carrego a Pero Rodrijuez de Crasto, caualeiro de nossa cassa, morador em a dicta çidade, do dicto ofiço dalmirante, dandolhe [e] outorgamdolhe todos os poderes que o dicto Lamçarote, seu filho, [e] elle por nos (1), e smom dados e metidos açerca do ofiço poer em seus nomes poderem hussar delles asy e tam compridamente como elle faria, sse pressemte ffosse, segundo he comtehudo na dicta carta, da quall o theor tall he.

(1) Parece faltar aqui texto e não se percebe o sentido do que se lhe segue, nesta cópia deveras imperfeita, da carta régia, mas não encontrámos outra.

Segue-se a transcrição da carta de 15 de Agosto anterior, o DOC. 210.

Pidym[do]nos o dicto Roy de Mello por Pero Rodrguez, por merçee que, pera poder o dicto ofiço milhor e mais liuremente hussar o dicto Pero Rodriguez, que lha confirmassemos; a quall, uista per nos e seu requerimento e poderes em ella contheudos, como o auemos por nosso serujço e bem e proueito da nossa terra de o dicto Pero Rodrguez e do carego do dicto ofiço dalmjramtado, por o dicto Roy de Melo e seu filho, e por elle ser húa tall perssoa que he dello bem merçedor e de que confiamos que nos serujria em o dicto ofiço bem e liallmente; teemos por bem e confir[ma]moslhe a dicta carta do emcarrego do dicto ofiço do almiramtado e poderes que lhe asy som dados, asy e polla gujsa que em ella faz memçom, e lhe mandamos teer e serujr o dicto oficio.

E mandamos ao nosso fronteiro em a dicta çidade, rregedor da cassa do çiuell e a outros quaeesquer fromteiros das çidades, villas, logares dos nossos rregnos e a todas justiças, corregedores, juizes, ofiçiaees e perssoas a que esto perteeçer, por nosso serujço rrequerer e mandar em aquellas coussas que ao dicto ofiço perteeçoom assy e tam compridamente como sse per o dicto almjramte fossem mandadas e rrequeridas, ssem lhe sobrelo ser posto outro algũ embargo, ca asy he nossa merçee.

Dada em Sintra, xix dias de setembro. Gonçalo de Moura a fez. Ano de mjlil iij^o L. E esta carta lhe nom guardees sse aseellaada nom for. E eu, Roj (2) Galuam, sacretario do senhor rrej e caualeiro da sua cassa, a fiz.

223

23 SETEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão do mordomado de Távora.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 155.

(2) No ms. *Rojz*, em vez de *Roj* ou *Ruy*.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Fernam Gonçalluez, escudeiro do jfante dom Anrique, etc., per que o damos por nosso escriuam do moordomado de Taujra, asy e pella guissa que o ataaqui era, etc. Carta em forma.

Dada em Sintra, xxij dias de ssetembro. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. FernandAfonso a fez. Anno de mjl iiij^o L.

224

27 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Navarra, seu lugar-tenente geral, ao governador por ele da justiça daquele reino e seu bailio geral, ao cavaleiro Ramiro de Funes, procurador pelo monarca da vila de Alcolea de Cinca, bem como às autoridades da mesma e às do reino de Aragão, a ordenar-lhes entreguem ao rei de Portugal ou a procurador seu a posse corporal e os frutos, rendimentos, direitos e jurisdição da referida vila e que os moradores respectivos lhe façam juramento e homenagem de fidelidade pela mesma, reservado contudo o supremo domínio dela ao rei aragonês; pois, havendo-a doado este para sempre à falecida rainha D. Leonor, viúva do rei D. Duarte de Portugal, e a seus herdeiros e sucessores, o actual soberano português, filho dos ditos falecidos reis e sobrinho seu, solicitara confirmação da dita doação e ele lha passou, em carta desta mesma data (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 2617, fl. 175 r.-v.

(1) Não conseguimos encontrar o registo completo deste documento no Archivo de la Corona de Aragón, em Barcelona. No mesmo Registro 2617, fl. 174 v.-75, acha-se apenas o seu principio: — Illustrissimj regis Portugallie. — Nos, Alfonsus, etc. Tempore superiori, viuentis scilicet illustrissima bone memorie Ellonore de Aragonia, sosore germana nostra carissima, serenissimj principis Adohardi, felicis recordacionis regis Portugallie relictæ, matre vestra, serenissimj principis Alfonsi, regis Portugallie, etc., sobrinj nostri carissimj, solita nostra liberalitate jn eandem reginam Ellonorem et suos vti volentes, sibi et suis heredibus et successoribus, ex suo corpore legitime descendentibus, nostro cum jnstrumento, debitis solemnitatibus roborato, villam Alcolee de Cinca, regnj nostri Aragonum, cum omnibus et singulis juribus nobis et nostre curie jn illa spectantibus, jn purum et francum alodium et sine aliquo

Alfonsus, etc.

Serenissimo principi Johannj, regi Nauarre, fratri carissimo et locumtenenti generali nostro, prosperos ad vota successus; regenti quoque officium gubernatoris justicie ac baiulo generali jn regno predicto Aragonum, necnon Remjro de Funes, mjlti, camerario nostro ac procuratori per nos, de annjs superioribus, jn villa Alcolee de Cinca, regnj predicti; ordinato justicie quoque et juratis ac vnjuersitati et hominibus dicte ville Alcolee de Cinca et alijs vnjuersis et singulis officialibus et subditis nostris jn dictis regno et villa constitutis et constituendis et dictorum officialium locatis presentibus et futuris, salutem et dilectionem.

Habentes memoriam quemadmodum dum jllustrissima Eleonor, bone memorie, relictā serenissimj Adoardi, regis Portugalie, felicis recordationis, jn humanis ageret, pro amore quem jn dictam reginam semper habuimus, eidem et suis heredibus et successoribus, jn perpetuum, nostra cum carta siue jnstrumento, debitis solennjtatibus vallato, dedimus et

seruicio reali aut personali, dedimus et concessimus jn perpetuum, prout jn ipso jnstrumento, ad quod nos refferimus, hec et alia laicius continentur. Quod quidem est tenoris sequentis.

Jn Del nomine. Pateat vniuersis quod nos, Alfonsus, etc. Cupientes liberalitatem nostram, qua erga multos inferiores vtimur, jn vos, jllustrissimam Ellonorem de Aragonia, sororem nostram carissimam, reginam relictam quondam serenissimj principis felicis recordationis Adohardi, regis Portugalie, etc. *Tota ista registrata jn Itinerum xxx*, eo quia inserta est jn illo.*

Não se conservando a ordem e numeração antigas do registo de Afonso V, o Magnânimo, impossível se torna saber hoje qual a parte correspondente àquele volume 30 da secção *Itinerum*, até por haverem sido encadernados os volumes, posteriormente, em ordem diferente dos cadernos e secções.

Sobre o assunto do presente documento e dos que se lhe seguem veja-se a nota de ps. 9-10 do nosso volume 8 ao documento de 30 de Janeiro de 1443. Falecida depois a rainha D. Leonor de Portugal em Toledo, a 18 de Fevereiro de 1445 (Cfr. as ps. XX-XXIV do mesmo volume), resolveu o rei de Aragão, em virtude de pedido que em vida lhe fizera aquela sua irmã, tomar conta da filha desta e do el-rei D. Duarte de Portugal, a infanta D. Joana; e, no caso de ela lhe ser entregue, doar-lhe os 500 florins e a vila de Alcolea de Cinca e seus rendimentos (Cfr. os DOCS. 177, 181-82 e 186-88 do citado volume). Contudo, apesar de a infanta haver sido mantida em Toledo e não confiada à rainha aragonesa, como ordenara o marido desta, a partir de 2 de Junho de 1448 a dita rainha passou a utilizar os 500 florins e os rendimentos de Alcolea em benefício da mencionada infanta, de seus servidores e ainda dos ex-servidores da rainha D. Leonor (Cfr. os documentos citados em a nota de ps. 55-56 do vol. 9 e os DOCS. 29, 51, 66, 69 e 77 do mesmo volume). Uma vez, porém, que Alcolea de Cinca fora doada pelo soberano aragonês à rainha D. Leonor e a seus herdeiros para sempre, a D. Afonso V de Portugal, como filho mais velho da falecida e seu herdeiro, pertencia agora a dita vila, que, por isso, lhe foi reconhecida, em confirmação régia da referida doação, passada a rogo do interessado.

concessimus, per purum et francum alodium, villam Alcolee de Cinca predictam, cum omnibus iuribus, redditibus et pertinencijs illius.

Nuncque, considerantes quod, ex tenore dicte donacionis et concessionis, villa eadem cum omnibus iuribus et pertinencijs illius ad jllustrissimum principem Alfonso, regem Portugalie, sobrinum nostrum carissimum, dictorum bone memorie regis et regine Portugalie filium, pertinet et spectat, nostra alia cum carta, sub data presentis expedita, donationem et concessionem memoratas laudauimus, approbauimus, ratificauimus et confirmauimus, prout jn carta ipsa, ad quam nos refferimus, hec et alia laicius continentur.

Atque, volentes precibus quas pro his ad nos dedit idem jllustrissimus rex Portugalie, morem gerere et sincerum, quem jn illum gerimus amorem, per exteriora demonstrare, jntencionis nostre firmissime est et quidem jmmutabilis, vt possessio dicte ville et fructuum, rredituum et iurium illius dicto serenissimo regi Portugalie tradatur et deliberetur; vobis, dicto serenissimo principi, fratri, locumtenenti generali nostro, jntentum nostrum huius declarationis ceteris precedenti dicimus, precipimus et mandamus firmjter et expresse, sub jre et jndignationis nostre jncursu ac pena quinque mille florenorum aurj Aragonum, de bonis cuiuslibet secus agentis jrremissibiliter exigenda et nostro jnferenda erario, quatenus, habentes pro nullis, jnualidis atque jnfectis quibuscunque concessionibus et alienacionibus de dicta villa Alcolee, quibusujs personis per nos factis post concessionem et donationem sepedictam, et signanter concessionem de dicta procuracione ville eiusdem vobis, dicto Remjro de Funes, vt predictur per nos facta, quem, absque jnfamie nota, ex causis predictis, ab ipso procuracionis officio amouemus et reuocamus statum, receptis presentibus, omnj mora, dilacione et consultatione cessantibus et reiectis, dicto jllustrissimo regi Portugalie aut eius procuratori possessionem corporalem seu quasi vacuum et expeditam ville predictae et illius fructuum, reddituum et iurium ac iurisdiccione alte et baxie, merique et mixti jmperij tradatis et deliberetis tradique et deliberari mandetis. Et jnsuper, deinde jn antea, ex et de dictis fructibus, redditibus et iuribus ac superioritatibus dicte ville eidem regi, tanquam ipsius domino vtilli illi vestrum ad quos spectet respondeatis et responderi, statutis termjnis, faciatis ac eundem ipsum regem jllustrissimum jn ipsa possessione manuteneatis et manutenerj contra cunctos faciatis et mandetis.

Preterea, vos, dicti vnjersi et homines dicte ville de Alcolee predicto regi Portugalie vel eius procuratori prefato jdcirco ipsum iuramentum et homagium fidelitatis quod dicte quondam Elionorj regine, sororj nostre, prestitistis et fecistis, de nouo prestetis et faciatis jndilatis ac regem ipsum pro domino vtilli dicte ville habeatis, teneatis, reputetis, supremo tamen dominio nobis jn dicta villa omnjno reseruato. Et, si forte

dicta vnjuersitas et homines sepedicte ville id facere recusarent, vos, dictus locumtenens et alij predicti, illam et illos ad predicta complendum cogatis et compellatis vt, dilatione et consultatione cessantibus, nec contrafaciatis aut aliquem contraire permjctatis, aliqua ratione seu causa, quanto dictus locumtenens noster nobis placere ceterique predicti jram et jndignacionem ac dictam penam cupitis non jncurrere.

Datum jn castello Turris Octaue, die xxbij.^o mensis septembris, anno a natiuitate Dominj M.^occcc.^o L.^o Rex Alfonsus.

225

27 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão e lugar-tenente geral o rei D. João de Navarra, a ordenar-lhe entregue ao de Portugal ou a procurador deste a vila de Alcolea de Cinca com seus frutos e rendimentos, por ser aquele filho legítimo e herdeiro da falecida irmã dos mesmos, a rainha D. Leonor de Portugal, a quem o soberano aragonês a havia doado bem como a seus herdeiros.

ACA., Cancilleria Real, Registro 2617, fl. 175 v.-76.

Serenissimo rrey, nostre molt car e molt amat frare e loctenent general. Som certs haueu a memoria com, viuñt la jllustrissima dona Eleonor de Arago, rregina de Portugal, germana vostra e nostra, donam a la dita rreyna e als seus la vila de Alcolea de Cinca, en lo regne de Arago, ab los drets e pertinencies de aquella, en pur e franch alon.

De present, considerat que la successio de la dita vila se pertany al serenissimo príncep don Alfonso, rrey de Portugal, nebot nostre molt car, com a fill legitim de la dita *quondam* rreyna, ab nostra carta, de la data present, hauem confirmada, loada e approuada la dita concessio, segons en la dita carta, a la qual nos referim, pus largament poreu veure.

E, com vullam, en totes maneres, que lo dit rrey haia e aconseguesca les coses per nos donades, vos pregam e encarragam, quant pus stretament podem, que, de continent, reebuda la present, sens sperar altres nostres letres e tota consultacio e dilacio cessant, tenjnt e obseruant la dita confirmacio, loacio e approuacio, donets e donar façats al dit jllustrissimo rrey o a son procurador la possessio vacua e expedita de la dita vila,

fruyts e rendes de aquella, rremogut qualseuol altre quj la dita vila, drets e rendes dessus dits, per concessio o transportacio per nos a aquell feta, detenguts, mantenjnt lo en la dita possessio e atorgant al dit rrey o a son procurador qualseuol executories letres e prouisions que sobre aço haura necessaries e de que us requerra. Certificants vos que, de aço, nos fareu plaer e complacencia molt açepte. E sia, rrey serenissimo, nostre molt car e molt amat frare, la Sancta Trinjtat vostra continua guarda.

Dada en la Torre dOctauo, a xxbij del mes de ssetembre del any de la natiuitat de Nostre Senyor M.cccc.cinquanta. Rex Alfonsus.

Al serenissimo princep don Johan, rrey de Nauarra, nostre molt car e molt amat frare e loctenent general.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda. Prouisa.

226

27 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a João de Montayo, seu conselheiro e governador do reino de Aragão, e à justiça do mesmo reino, o conselheiro mossem Ferrer de la Miça, a ordenar-lhes entreguem ao rei de Portugal ou a procurador seu a vila de Alcolea de Cinca, com seus frutos e rendimentos, excluído qualquer outro que pretenda alegar direitos à mesma.

ACA., Cancilleria Real, Registro 2617, fl. 176.

Lo rrey, etc. Governador. Som certs haueu etc., *vt jñ proxima* (1), *vsque* vos pregam, encarragam e manam quant pus stretamente podem que, de continent, reebuda la present, sens sperar altres nostres letres e tota consultacio e dilacio cessant, tenjnt e obseruant la dita confirmacio, loacio e aprouacio, donets e donar façats al dit jllustrissimo rrey o a son procurador la possessio vacua e expedita de la dita vila, fruyts e rendes de aquella, rremogut qualseuol altre quj la dita vila, drets e rendes dessus dits, per concessio o transportacio per nos a aquell feta, detenguts, man-

(1) O documento anterior.

tenjnt lo en la dita possessio contra totes persones, certificants vos que, de aço, nos fareu plaer e seruey molt accepte.

Dada en la Torre Octaua, a xxbij de ssetembre, M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Al amat conseller nostre mossen
Johan de Montayo, governador del
regne d'Arago.

Dominus rex mandauit mi-
chi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

Simjlis alia fuit directa justicie Aragonum, videlicet al amat conseller nostre mossen Ferrer de la Miça, justicia del regne d'Arago.

227

27 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu conselheiro e camareiro mossem Ramiro de Funes, capitão da cidade de Teruel e procurador pelo monarca da vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, a ordenar-lhe que, por sua parte, cumpra a carta patente pelo monarca dada sobre a entrega daquela vila ao rei de Portugal ou a procurador seu, com todos os frutos, rendimentos e direitos, revogada assim a procuração que ao dito Ramiro havia outorgado e a prometer-lhe que, dada a oportunidade, virá a remunerar devidamente os seus serviços (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2617, fl. 176 v.

Lo rrey, etc. Mossen Remjro. Haue's a memoria com, viuñt la jllustrissima dona Elionor de Arago, rreyna de Portugal, germana nostra, donam a la dita rreyna e als seus la vila de Alcolea de Cinca, en lo rregne de Arago, ab los drets e pertinencijs de aquella, en pur e franch alon.

(1) Ramiro de Funes havia sido nomeado e mantido em alcaide de Alcolea de Cinca por el-rei de Aragão contra a vontade da rainha sua esposa, que desejava fosse reconduzido no cargo Francisco Manresa, outrora servidor dedicado da falecida rainha D. Leonor de Portugal e por ela lá colocado, o qual padecia mingua de recursos (Cfr. o DOC. 147 do nosso vol. 9 e a nota da p. 107 do mesmo volume).

De present, considerat que la successio de la dita vila se pertany al serenissimo princep don Alfonso, rrey de Portugal, nebot nostre molt car, com a fill legitim de la dita *quondam* rreyna, ab nostra carta, de la data present, hauem confirmada, loada e approuada la dita concessio e, mes auant, ab altres letres de la data present a vos e altres dreçades, hauem manat que, no contrastant la concessio per nos a vos feta de la procuracio de la dita vila, ans reuocada aquella, sens jnfamja vostra e no obstant qualseuol altres concessions o alienacions de aquella o dels fruyts, rendes e drets a qualseuol altres persones, apres la mort de la dita jllustrissima rreyna per nos fetes, sia donada la possessio de la dita vila e dels fruyts, rendes e drets de aquella e encara prestats sacrament e homenatges de fidelitat per la vnjuersitat e homens de la propedita vila al dit serenissimo rrey de Portugal o a son procurador e li sia respost dels dits fruyts, rendes e drets per aquells a quis pertanga, segons en les dites confirmacio e letres poreu pus largament veure.

Per ço, us diem, pregam, encarragam e manam quant pus affectuosament e streta podem que, quant a vos se pertanyara, executets e compliats tot lo contengut en les dites letres patents e por res no y contrajngats, ans hi prestets paciencia. Car vos auisam que, obeynt vos aquests nostres manaments, axi com jndubítadament speram, considerats vostres antichs serueys, venjnt hi lo cas, reportareu de nos equivalent ex cambi. Feu, donchs, no us haïam de aço pus scriure.

Dada en la Torre Octaua, a xxbij dies del mes de setembre del any de Nostre Senyor de M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Al amat conseller e cambrer nostre mossem Remjro de Funes, capita de la ciutat de Terol.

Dominus rex mandauit mihi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

228

28 SETEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Pereira, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de almoxarife de Ponte do Lima.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 158.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Diogo Pereira, escudeiro do jfante dom Anrique, per que o damos por almoxarife de Ponte de Lima, asy e pella gujssa que o ataaqui era, etc. Carta em forma.

Dada em Sintra, xxbiij dias de setembro. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. Joham Afonso a fez. Anno de mjl iiij^o L.

229

30 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a rogar-lhe trate com especial favor e prerrogativa Alvaro Monteiro, há muito tempo a seu serviço e que lhe fora recomendado pela falecida rainha D. Leonor, a quem também servira, o qual agora deseja voltar ao serviço do soberano português.

ACA., Cancilleria Real, Registro 2546, fl. 32 v.

Jllustrissimo principe don Alfonso, rrey de Portugal e dAlgarue, nuestro muy caro e muy amado sobrino. Don Alfonso, por la gracia de Dios rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como a rrey que mucho amamos e pora qujen querjamos tanta honra e salud, quanta vos mesmo desseades.

Muy jllustre rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino. El amado nuestro Alvaro Montero, portador de la presente, el qual mucho tiempo fa quando vjno en nuestro seruicio, nos fue encomendado por la jllustrissima rreyna vuestra madre, nuestra muy cara e muy amada ermana, a quien Dios perdone, de la qual era serujdor, nos ha bien seruido en aquestas partes e, querjendo, al presente, tornarse a vuestro serujcio, nos ha parecido pertanyecer fazerle buen testimonjo de su serujr.

Por tanto, vos rogamos muy affectuosamente que, haujendo por encomendado el dicho Alvaro, no menos que la dicha jllustrissima vuestra madre e nos, por su contemplacion, hauemos haujdo, lo queraes en todas cosas tractar con fauor e porrogatiua special, ca desto (1) nos

(1) No ms. *destro*.

conplazeredes mucho. E sia, jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrnjo, la Sancta Trinjdad vuestra guarda.

Dada en la Torre de Octauo, a xxx dias del mes de ssetiembre del anyo de la natiujdat de Nuestro Senyor Mil cccc.L. Rex Alfonsus.

Al jllustrissimo principe don
Alfonso, rrey de Portugal e dAl-
garue, nuestro muy caro e muy
amado sobrnjo.

Dominus rex mandauit michi,
Petro Saluatorj Valls.

230

7 OUTUBRO 1450

*Alvará de Afonso Eanes, almoxarife régio em Viseu, a declarar, em nome do contador Martim Afonso do Paço, que foi registada pelo escrivão do almoxarifado e segundo a ordem de el-rei, a carta régia lançada no verso, apresentada por Fernando Alva-
res Cabral, fidalgo, criado do infante D. Henrique, e a ordenar, em nome do monarca, deixem aquelle usar das terras referenciadas na dita carta de confirmação (1).*

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 694.

A quantos este aluara virem. AfonssEanes, almoxarife delrrey na cidade e almoxarifado de Ujseu, que ora polo dicto ssenhor rrey desto tenho carrego, em logo de Martim Afonso do Paaço, seu contador, faço ssaber que, da parte de FernandAlvarez Cabral, fidalgo, criado do jffante dom Anrique, foy perante mj apresentada esta carta do dicto ssenhor rrey, desta outra parte escripta, a qual, en conprimento do mandado que asj ha do dicto ssenhor rrey, fica rregistada per o escpriuam, no seu liuro, como per o dicto ssenhor he mandado.

Porem mando, da parte do dicto ssenhor rrey, a quaaesquer a que pertencer que leixem husar ao dicto FernandAlvarez Cabral das terras contehudas na dicta carta de confirmaçam e lha conpram em todo e façam conprir e guardar como em ela he contehudo, ssem outro embargo que lhe sseja posto. Por sua certidam, lhe mandej dar este aluara, per mj sjgnado.

(1) De 20 de Março de 1449, — o Doc. 32.

Fecto na dicta cidade, bij dias doutubro. Ruj Gomez, escprium, per meu mandado o fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o cinquenta anos.

231

10 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Aires Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique e a pedido deste, os bens de raiz que lhe haviam sido tomados em satisfação de fiança.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 71 v., — donde se reproduz; em leitura nova, Guadiana, liv. 3, fl. 191 v.

Dom Afonso, etc.

A uos, Manuel Dominguez dAguir, nosso comtador em a comarqua dos almux[a]rifados dEuora, Estramoz e Portallegre, e a outros quaaesquer a que esta carta for mostrada, saude.

Bem sabees como Joham Gonçalvez das Donas, morador em esta çidade, teue arremdadas as nossas sissas do rramo do pam e pescados e azeites e panos de linho dessa çidade, o anno pasado de iiij^o e Rix, por noue comtos de liuras, que nos por ellas auija de dar em saluo, aas quaaes rremdas deu todos seus beens a fiamça. E, porque Joham de Montemoor, nosso almoxerife que foy em essa çidade ao tempo deste arremdamento, duuijdou se seus beens pudiam abastar a fiamça que a essas rremdas avijam de dar, disselhe que nom aviam a dicta rremda por emfiada em os dictos seus beens, e que lhe trouxese tall pessoa que lho abonase que, nom podendo nos, per elles, auer comprimento de paguo da dicta rremda, que as ouuesemos por os beens daquell que lhe abonase seus beens. O qual lhe trouxe, por abonador aa dicta fiamça, Aires Gonçalvez, seu gemrro, morador na dicta çidade, escudeiro do jffante dom Amrrique, meu muyto preçado e amado tyo, o quall obrigou todos seus beens que, nom podendo nos aver per os beens do dicto Joham Gonçalvez ataa çimquoemta mjll rreaes bramcos, que ouuesemos comprimento de paguo delles per todos seus beens, mouees e de rraiz.

As quaees rremdas se perderom hũa grande ssoma de djnheiros, muyto mais dos çimquoemta mjll rreaes, por a quaall perda foram tomados ao dicto Joham Gonçalvez todos seus beens, mouees e de rraiz, e os mouees por vemdidos por çimquo mjll e bj^o xxxix rreaes, e foylhe vemdida hũa

adegua e hũu llaguar (1) de vinho demtro por dez mjl rreaes. E foromlhe auallados todos os outros beens de rraiz e tomados pera nos, em comtija de doze mjl e bj^o rreaes, porque nom acharom quem lhos comprar. E assy momta, nos beens do dicto Joham Gonçaluez, mouees e de rraiz ^{xx}biij duzentos e trinta (2) e noue rreaes. E assi ficam os beens do dicto Airees Gonçaluez obriguados a nos em vijnte e hũu mjl e bj^o Lxj rreaes, por os quaees lhe foram tomados e mitidos em pregom todos seus beens de rraiz que tijinha na dicta çidade e termo. E porque nom acharom: quem os comprar, foram tomados e auallados per esta guisa.

Jtem, hũua herdade, que a chamam Adegua, termo da dicta çidade, auallada em dez mil rreaes. Jtem, hũas cassas de morada na Rua dos Mercadores, aualladas em quatro mjl rreaes. Jtem, outras cassas, que foram dorelha, aualladas em mjl ij^o rreaes. Jtem, hũu quartell de vinho, a fundo do Rebentom, auallado em bj^o rreaes. Jtem, outra panasqueira, no Laguardona, avallada em bj^o rreaes. Jtem, outra panasqueira, em Uaallboom, com hũu pedaço de baçello com seu forro, auallado em mjl rreaes. E assy som dezassete mjl iiij^o rreaes.

E ora, querendo nos fazer graça e merçee ao dicto Airees Gonçaluez, pollo do jffante dom Amrrique, meu tyo, que nollo por elle pedio; teemos por bem e fazemoslhe doaçom dos dictos beens de rraiz que lhe assy per nos foram tomados, com as nouidades e rremdas dellas, e lhas leixees teer e aveer, lograr e posoir, dar e doar, vender, trocar e escambar e fazer delles e em elles o que lhe prouguer, como de sua cousa propya e corporall posisom, por[que] nos lhe fazemos delles merçee e doaçom o mais firmemente que seer poder, sem embargo de quaaesquer lex e horde-nações e grosas e oupenyções de doutores e outras quaaesquer cousas que em contrairo (3) sejam. E, se os dictos beens ou os djreitos delles e assy as dictas nouidades e rremdas delles foram postos em rrecepta sobre algũu nosso almuxarife ou outro nosso ofiçiall, per o terllado desta nossa carta uos mandamos que lhos rreçebaaes em despesa. E o dicto Aires Gonçaluez tenhaa, pera sua guarda. Vnde all nom façades.

Damte em Sijmtra, x dias de outubro. Ruj Diaz a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

(1) No ms. *llaguar*.

(2) No ms. *xxbiij* e cinquent e nove.

(3) No ms. *contraírom*.

232

13 OUTUBRO 1450

Súplica do infante D. Henrique ao papa Nicolau V, a favor de Fr. Afonso Velho, dominicano, seu principal confessor, seu esmoler e pregador, que em breve vai seguir para a cidade de Ceuta e com o dito infante lá permanecerá muitos anos, na conservação e exaltação da fé católica, a rogar ao pontífice sejam passadas as letras apostólicas para Fr. Afonso receber mais um benefício eclesiástico, embora o outro seja priorado conventual, com cura de almas e eleição e que, enquanto em Ceuta ou nas terras dos sarracenos, possa ser preferido até às pessoas nomeadas por el-rei, a seus capelães e a quaisquer outros, na consecução da graça expectativa de dois benefícios (1).

AV., Reg. Suppl., vol. 446, fl. 149 v.

Beatissime pater. Cum prefatus Alfonsus ad ciuitatem (2) Cepte, de proximo, se conferre ac in ea, per plures annos, vna cum dicto infante, ad conseruacionem et exaltacionem fidei catholice, permanere intendat et alias prefati infantis primus et principalis confessor ac etiam eius elemosinarius existat, necnon verbum Dei coram eo sepius proponat ac, propterea, eidem infantj plurimum gratus et acceptus existat; jdeo, pro parte dicti infantis, sanctitati vestre humiliter supplicatur quatenus litteras apostolicas conficiendas super supplicationibus, quarum copia, de verbo ad verbum, superius est insita, ad vnum aliud beneficium, etiam si alterum eorum prioratus conuentualis, etiam curatus et electus, que ad gratiam expectatiuam, necnon etiam ad vnum aliud beneficium, quo ad gratiam habilitationis, petitas huiusmodi, ac etiam quod ipse, jn assucucione duorum beneficiorum in gratia expectatiua comprehensorum huiusmodi, de consensu dicti regis uel alias, jnterim quod ipse in ciuitate Ceptensi seu illius territorio aut in partibus sarracenorum permanserit, etiam nominatis per regem seu eius capellanis et alijs quibuslibet, etc., ut superius, preferrij possit, etc., expedirj mandare dignemini, de gratia speciali.

Fiat ut petitur, de vno alio. T.

(1) Cfr. a Súplica henriquina de 29 de Agosto anterior, — o nosso DOC. 213.

(2) No ms. *ciuitatum*.

Et, quoad secundum beneficium, in gratia expectatiua specialiter reseruata litigiosa, cuius litis, status, etc., spectant eidem victorj, de novo dignemini misericorditer prouidere, de gratia speciali. Non obstantibus alijs canonicatu et prebenda dicte ecclesie cum suis annexis, quos idem victor obtinet et quos, per assecutionem pacificam, canonicatus et prebende ac annexis vacantibus predictis, si illos assequatur, dimittere paratus est et quorum obtentorum canonicatus et prebende ac annexorum fructus, etc., vigintj florenorum similium extimantur predicta valorem annuum non excedere, cum ceteris non obstantibus et clausulis oportunis.

Fiat ut petitur. T.

Datum Spoleti, tertio jdis octobris, anno quarto.

233

16 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão aos cardeais de Valência e de Lérida, a recomendar-lhes o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, embaizador do rei de Portugal ao santo padre, junto de quem vai tratar de negócios daquele e implorar graças.

ACA., *Cancillería Real*, Registo 2544, fl. 157 v.

Reuerendissime in Christo pater et domine, amice noster carissime. Confert se in istam curiam egregius vir dilectus et deuotus noster Valascus Fernandi de Lucena, miles et legum doctor, serenissimj principis Alfonsi, regis Portugalie, sobrinj nostri carissimj orator, pro nonnullis dicti serenissimj regis cum sanctitate domini nostri pape exsoluendis negocijs et gracijs exorandis, que votiue curarj affectamus.

Et, quoniam non ambigimus vestre reuerendissime paternitatis intercessus huic rei plurimum conferre posse, sicut et in pluribus quotidie solet, paternitati excellentissime vestre, maiorj quo possumus studio, rogamus quatenus ita vices suas apud sanctitatem dicti dominj nostri emjtere velit vt que ab eodem oratore, nomine dicti regis, expetuntur et exorabuntur per sanctitatem eandem concedantur et accurate expediantur, habituri pergratum, quod quam in nostra intercessione idem rex spem repositam habet optimum fructum assequendo non minus inuenisse profiteatur que sperat et non vulgarem fuisse nostram comendacionem agnoscat. Quod summe complacencie loco nobis accedet.

Datum jn castello Turris Octaue, die xvj.º mensis octobris, anno a natiuitate Dominj M. cccc. L.º Rex Alfonsus, rex Aragonum et vtriusque Sicilie, etc.

Reuerendissimo jn Christo patri domino A[lfonso], Tryum Sactorum Quatuor Coronatorum sancte romane ecclesie presbitero cardinalj Valentino, amico nobis carissimo.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

Alia simjlis littera fuit directa cardinalj Jlerdensi.

234

20 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, João Farinha, servidor daquele e muito bom marinheiro, morador no Porto, nas condições em que eram privilegiados 5 outros marinheiros do infante da dita cidade (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 170 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o jfante dom Anrrique, etc., nos enviou dizer como elle tem, em a cidade do Porto, çinco marinheiros, os quaees som priuilegiados per nosso priuilegeo, asy como o ssom os nossos beesteiros de cauallo, pedindonos por merçee que, porquanto

(1) Em 21 de Agosto de 1437 el-rei D. Duarte privilegiara, a pedido do infante D. Henrique, com a isenção de besteiros do conto e de aposentadoria, 8 marinheiros seus de Lisboa e 5 do Porto, os quais o infante podia substituir (Cfr. o DOC. 53 do nosso vol. 6). Em 2 de Junho de 1439, a regência do reino confirmou aquele diploma régio e estendeu-o a Diogo de Pinheiro, mestre de nau de D. Henrique em Lisboa (*Ibi*, DOC. 141). Também o confirmou D. Afonso V em 8 de Março de 1449, — o DOC. 17 deste volume. Enfim, no presente documento el-rei adiciona João Farinha aos 5 marinheiros henriquinos privilegiados do Porto. Pelo que o total dos de Lisboa e Porto passou a 15.

Joham Farinha, marinheiro, morador em a dicta çidade, he sseu serujdor e muy boo marinheiro, lho quisessemos priuigliar aalem dos çinquo que priuigliados [ssom] e lhe mandassemos dar nosso priuilegeo;

E, porquanto a nos dello apraz; teemos por bem e queremos que o dicto Joham Farinha seja priuiliado asy como o som os outros çinquo marinheiros e aja todallas honrras e priuilegios e ljbberdades que ham os nossos beesteiros de caualllo e que nom poussem com elle, em suas cassas de morada, nem lhe tomem rroupa de cama, posto que nos ssejamos em a dicta çidade.

E porem mandamos aos jujzes e officiaaes da dicta çidade e ao nosso apoussentador, da rrainha minha molher e a outros quacesquer que esto ouuerem de veer e esta nossa carta for mostrada que lha conpram e gardem e façam bem conprir e guardar o dicto priuilegio, asy e pella guissa que o gardam aos outros marinheiros do dicto jfante, meu tyo. E lhe nom vão nem consentam hir contra elle em maneira algũa, ssem outro embargo que hũs e outros a ello ponhaaes.

Dada em Lixboa, xx dias doutubro. Lopo Ferrnandez a fez. Anno de mjl iiij^o L.

235

21 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Afonso de Viles, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Portalegre, nas condições em que o fora seu tio João Fernandes de Viles, que renunciara.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 194 v.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Afonso de Villes, escudeiro da casa do jffante dom Anrrique; teemos por bem e damolo por juz das sysas da uila de Portalegre, asy e pella guisa que ho era Joham Ferrnandez de Villes, seu tio, que o dicto ofiço tijna, per nosa carta, porquanto ho rrenonçiou em nossas mñaos, que ho desemos a quem nosa merçee fose, segu[n]do delo fomos çerto per hũ estromento feito per Fernam Martijnz, noso tabaliam em a

dicta vila, aos dez dias deste presente mes doitubro, desta era presente de quatrocentos e cincoenta.

E porem mandamos ao noso contador da dicta comarqua e aos rren-deiros e rreçebedores que ora sam e ao diante forem das dictas sysas e a outros quaesquer que esto ouuerem de ueer, a que esta carta for mostrada, que ajam o dicto Afonso de Villes por juzz das dictas sysas e outro nenhũu nom e o leixem serujr e vsar do dicto ofiço sem outro algũu embargo que lhe sobrelo ponham, em nenhua maneira que seja. O quall Afonso de Ujles jurou em a nosa chancelaria, aos santos auanjelhos, que bem e dereitamente e como deue obre e vse do dicto ofiço e guarde a nos o noso serujço e ao pobo seu direito.

Dante em a cidade de Lixboa, xxj dias doutubro. Elrrey ho mandou, per Lopo dAlmeida, do seu conselho e veedor da sua fazenda. Ruj Diaz a fez. Ano do Senhor, de mjll iiij^o L.

236

25 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar com as honras dos beesteiros de cavalo o genovês Jácome Lourenço, mestre de fazer querenas de navios, morador no Porto (1).

ANNT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 182.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Jacome Lourenço, jenoês, mestre de fazer querenas, morador em a nossa muy nobre cidade do Porto; teemos por bem e tomamollo por nosso e queremos e mandamos que elle aja, daqui em diante, todallas honrras, priuilegios, franquezas e liberdades que ham e deuem dauar os nossos beesteiros de cauallo, posto que o ell nom sseja.

(1) *Querena*, a parte mergulhada do casco, denominada também «querena italiana» ou «virar de querena». Chamavam ao processo «querena italiana» por haver sido trazido para Portugal por um italiano. Era aceitável para as galés mas não para as nossas naus e galeões» (LEITÃO e LOPES, *Dicionário da linguagem de Marinha antiga e actual*, p. 339).

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiças dos nossos rregnos e aos juizes da dicta çidade do Porto e a outros quaeesquer officiaaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer, per quallquer guissa e maneira que seja, que conpram e guardem e façam bem conprir e guardar ao dicto Jacome Lourenço todallas dictas honrras, priujllegios, liberdades e franquezas que assy ham e de que gouuem os dictos nossos beesteiros de cauallo e de que assy ssom escussados, das quaees queremos que o elle sseja. E lhe nom vão nem consentam hir contra ellas, em parte nem em todo, em nehũa maneira que seja, ssem outro enbargo, que hũus e os outros a ello ponhaaes. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade de Lixboa, xxb dias do mes doutubro. Ruy Meendez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

237

1 NOVEMBRO 1450

Carta do infante D. Henrique, a doar a João Gonçalves Zarco, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes primogénitos para sempre a capitania de parte da ilha da Madeira, desde além do rio do Caniço, através da serra, até à ponta de Tristão, nos termos na mesma consignados (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 53, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 28; *Chancelaria de D. João III*, liv. 38, fl. 105 v.; e, em leitura nova, *Ilhas*, fls. 55 v. e 76 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portuguezes*, vol. 1, p. 483.

(1) Em 8 de Maio de 1440 doara o infante a Tristão, também cavaleiro da sua casa, e a seus herdeiros para sempre, em termos idênticos aos deste diploma, a capitania da mesma ilha desde um pouco além do rio do Caniço até à ponta de Tristão (Cfr. o DOC. 71 do nosso vol. 7). A diferença mais notável que se observa nos dois textos é a alusão, no presente, às serras de água, acerca das quais se pode ver JORDAO DE FREITAS, *Serras de água nas ilhas da Madeira e Porto Santo*. JACOME CORREA sumariou os dois documentos nos termos seguintes: — «As capitánias da Madeira serviram de modelo às doações que depois receberam os descobridores nas terras do Ultramar, e são por isso instrumentos de toda a curiosidade para a historia politica e social das colonias portuguezas. Sugeitas ao feudo do Infante D. Henrique, que d'ellas arrecadava o dizimo do valor das produções e passava as cartas sobre as medidas do governo, tendo sido o outorgador do Regimento a Zarco

Eu, o jffante dom Henrrique, rregedor e governador da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Visseu e ssenhor de Coujlhãa, faço saber a quantos esta mjnha carta virem e o conhecimento della pertencer, que eu dou carrego a Joham Gonçalluez Zargo, caualleiro de mjnha cassa, da mjnha jlha da Madeira, da terra des aaquem do Canjço dez passos, como sse uay pollo rribeiro açima, e dessy atrauessa aa sserra, atee a ponta de Tristam. Que elle, dicto Joham Gonçalluez, a mantenha por mym em justiça e djreito. E, morrendo elle, a mym praz que seu filho primeiro ou segundo, sse tall for, tenha este carrego per a guissa *suso dicta* (2) e assy [de] deçendente em deçendente, per linha djreita. E, ssendo em tall hidade o dicto sseu filho que nom possa rreger, eu ou meus herdeiros porremos hi quem rrega, ataa que elle seja em hidade pera rreger.

Jtem, me praz que elle tenha, em essa sobredicta terra, a jurdiçom, por mym e em meu nome, do çiuell e crime, rreseruando (3) morte ou talhamento de nenbro, que desto venha perante mym appellaçom. Porem, sem embargo da dicta jurdiçom, a mym praz que os meus mandados todos e correiçom ssejam hi conpridos, assy como em coussa propia mjnha.

Outrossy, me praz que o dicto Joham Gonçalluez aja pera ssy todollos moynhos de pam que ouuer na parte da dicta jlha, de que lhe assy dou carrego, e que ninguém nom faça hi moynhos ssenom elle ou a quem elle prouuer. E em esto nom sse entenda moo de braço, que a faça quem quiser, nom moendo a outrem, nem ataffona, ssenom elle ou quem a elle prouuer.

Jtem, me praz que aja de todallas serras daguoa que sse hi fizeram, de cada, hũu marco de prata em cada hũu ano ou sseu çerto vallor ou duas tauoas cada ssomana, das que acustumarem de sserrar nas sserras, pagando porem a mym o dizimo de todas as dictas serras, segundo pagam

para os primeiros passos a dar para a colonisação; as capitãias usufruíam duma grande autonomia e achavam-se entregues ao Donatario, que exercia poderes discricionarios, taes como a jurisdicção civil e criminal, com excepção da pena de morte e talhamento de membro, que eram da alçada da justiça da côrte; e reservava-se o senhorio da agua e do ar ou o exclusivo da construcção d'azenhias e molinhos, o direito do fabrico publico do pão e o da venda do sal, gozava do privilegio dos contractos de sesmarias para a distribuição dos terrenos destinados ás culturas, e cabia-lhe a decima parte dos rendimentos do dizimo cobrado pelo Infante» (*Historia da Descoberta das Ilhas*, ps. 193-94). Para maior explanação do assunto pode ver-se o estudo de CHARLES VERLINDEN, *Formes féodales et domaniales de la Colonisation Portugaise dans la Zone Atlantique aux XIV^e et XV^e siècles et spécialement sous Henri le Navigateur*.

(2) Aqui omitimos as palavras e assy polla guissa *suso dicta*, que parece constituirem repetição do copista.

(3) No ms. *rreseruado*.

das outras coussas, o que sserrar a dicta sserra. E esto aja tambem o dicto Joham Gonçalluez de quallquer engen[h]o que sse hi fezer, tirando vieiros de ferrarias ou doutros metaaes.

Jtem, me praz que todollos fornos de pam em que ouuer poya sejam sseus; porem nom enbarguem quem quiser fazer fornalha pera sseu pam que a faça, e nom pera outro nehũu.

Jtem, me praz que, teendo elle ssall pera vender, que o nom possa vender outrem, ssenom elle, dandoo elle a rreçam de meo leall o alqueire ou ssua djreita vallya de prata, e mais nom. E, quando o nom teuer, que o vendam os da jlha aa ssua vontade, ataa que o elle tenha.

Outrossy, me praz que, de todo o que eu ouuer de rrenda na dicta terra da jlha, que elle aja de dez hũu. E o que eu ey dauar na dicta jlha he contheudo no forall que pera ella mandey fazer (4). E, per esta guissa, me praz que aja esta rrenda sseu filho ou outro sseu descendente per linha djreita que o dicto carreguo teuer.

Jtem, me praz que elle possa dar, per ssuas cartas, a terra desta parte forra, per o forall da jlha, a quem lhe prouuer, com tall condiçom que aquelle a que derem a dicta terra a aproueite ataa çinquo annos; e, nom a aproueitando, que a possa dar a outrem. E, depois que aproueitada for e a leixar por aproueitar ataa outros çinquo annos, que jssso meesmo a possa dar. E esto nom enbargue a mym que, sse hi ouuer terra por aproueytar que nom seja dada, que eu a possa dar a quem mjnha merçee for. E assy me praz que a de o sseu filho ou herdeiros deçendentes, que o dicto carreguo teuerem. E jssso meesmo me praz que, na dicta rribeira do Caniço, elle faça hũu moynho.

E, per esta presente, encomendo e rrogo a todos meus herdeiros e sobcesores que depois de mym viherem, que ajam por firme esta mjnha carta e a conpram e ffaçam conprir e guardar, em todo e per todo, assy e polla guissa que em ella he contheudo, porque eu fiz esta merçee ao dicto Joham Gonçalluez por elle ser o primeiro que, per meu mandado, a dicta jlha pouorou e por outros mujtos seruigos que me fez; pollo quall fiz a dicta merçee a elle e a sseus herdeiros e sobçesores, segundo dicto he.

E mais me praz que os vezinhos possam vender ssuas herdades aproueitadas a quem lhe prouuer. E, sse quiserem de hũua parte aa outra hir, que sse vão, ssem lhes poerem nehũu enbargo. E, sse fezer malleficio algiũ homem en cada hũua parte desta jlha que mereça ser açoutado e fogir pera a outra parte, que sseja entregue, sse poder ser presso, honde for o malleficio, sse requerido for, pera sse fazer em elle comprimento de djreito; e, sse deuer dyujda, honde quer que esteuer, que sse faça delle comprimento de djreito.

(4) E cujo texto se desconhece.

Outrossy, me praz que os guaaados brauos possam matar os da jlha, assy em hũa parte como em outra, ssem auer hi outra defessa, rres-saluando o guaaado que andar nos jlheeos ou outro algũu lugar çarrado, que o llança hi o ssenhorio; e, jssso meesmo, me praz que os gaados manssos paçam em hũa parte como em outra, trazendoos com guarda, que nom façom dapno; e, sse o fizerem, que o pague sseu dono. E, em testemunho de uerdade, lhe mandey dar esta mjnha carta, asijnada de mjnha mão e asseellada do meu seello.

Dada na mjnha Villa, primeiro dia do mes de nouenbro. Gil Fernandez a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl quatro-centos e çinquenta annos.

238

9 NOVEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Vasco Anes Cabeça de Ferro, criado do infante D. Henrique, no cargo de escrivão das mercadorias vindas de Castela pelo porto de Serpa.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 192 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Vasco Annes Cabeça de Ferro, criado do jffante dom Anrrique, etc.; teemos por bem e damollo por escpriuam de todallas cousas que veem de Castella a estes nossos rregnos de que nos auemos dauar a dizema e ssisa, per o porto de Serpa, asy e pella guissa que o ataaui era.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e ao contador da dicta comarca e a outros, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, ix dias de nouenbro. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. Afonso Anes a fez. Anno de mjl iiii^e L.

11 NOVEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de aprovação do contrato de casamento, em segundas núpcias, de D. Fradique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, com D. Mécia da Silveira, donzela da casa real, no qual, com aprazimento das partes, de Nuno Martins da Silveira e de D. Leonor Gonçalves de Abreu, pais de D. Mécia, o monarca doa ao dito D. Fradique a tença anual de 30.000 reais brancos no almoxarifado de Leiria, enquanto lhe não pagar as 3.000 coroas de ouro prometidas em dote, a que Nuno Martins e mulher juntam 500 coroas e D. Fradique 1.500 coroas de ouro, de arras, a D. Mécia (1).

AHFL, Arquivo do Marquês de Abrantes, C.A./IX-F-37(16), antigo C.A./101-16. Original, em pergaminho, de cujo selo régio pendente resta fita de algodão, azul e branca.

Dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue e ssenhor de Cepta.

A quantos esta carta virem ffazemos saber que per nos foy trautado e firmado casamento amtre dom Fadrique de Castro, fidalgo da cassa do jfante dom Amrrique, meu muyto preçado e amado thyo, com dona Miçia da Silueira, donzella de nossa cassa, de prazimento das partes sobredictas e de Nuno Martijnz da Silueira, rrico homem do nosso comselho e nosso escpriuam da puridade, seu padre, e de Lianor Gomçalluez de Abreu, sua madre, com certas comdições, que se adiante seguem (2).

Primeiramente, nos outorgamos e afirmamos de dar e mandar pagar ao dicto Fadrique com a dicta dona Miçia, des primeiro dia do mes de janeiro que ffoy desta era, per nossas rrendas e direitos, tres mill coroas de boom ouro e justo pesso, pagadas segundo teemos hordenado e determijnado, per hordenaçom, que se paguem os cassamentos de nossa cassa, ao tempo que os mandarmos pagar. E, emquanto lhe nom mandarmos

(1) Sobre os diversos casamentos de D. Fadrique de Castro veja-se o nosso DOC. 136, de 10 de Março de 1450, e a respectiva nota.

(2) Sobre este Nuno Martins da Silveira, sogro de D. Fradique, do conselho régio e escrivão da puridade, pode ver-se CONDE DE TOVAR, *Estudos Históricas*, t. 3, ps. 118-22 e 124-25.

dello fazer pagamento, lhe affirmamos que, em cada hũu anno, lhe mandemos dar e pagar, de teemça, pera ajuda de sua gouernamça, trinta mill rreaes bramcos desta moeda corrente, no almoxarifado de Lerea, tirando carta em cada hũu anno, na nossa fazenda; e que nhũua parte dello lhe nom sseja descontado na paga das dictas trres mill coroas, ssaluo sse lhe mandarmos pagar juntamente o quarto dellas, que ssom setecentas e cinquenta coroas, e que emtom sse lhe descomte a quarta parte da dicta teemça, e assy *pro rrata* pollo terço ou meo, quando lhe mandarmos pagar, sse descomte na maneira ssusso dicta.

E mais o dicto Nuno Martijnz e sua molher sse obrigaram, per hũu estromento pubrico, que ffoy fecto na cidade dEuora, nas suas cassas, per Affomssso Gomçaluez, nosso uassallo e tabaliam, aos xxbij dias do mes de ffeureiro da dicta era de cinquenta, a dar e pagar ao dicto dom Fadrique, em doote e em nome delle, per seus beens mouees e de rraijz, mais quinhentas coroas douro, pagadas polla dicta guissa, do dia que tomarom sua cassa atee dous annos primeiros seguintes. E, nom lhe comprindoo a dicta paga, que, por cada hũu anno, lhe pague, por cada çem coroas que lhe faleçerem de pagar, mill rreaes bramcos em cada hũu anno, sem descontar algũua cousa da dicta doote, ataa todo sseer paguo.

E o dicto dom Fadrique, per o dicto estormento, daa e promete de dar, darras e em nome dellas, aa dicta dona Miçia, sua molher, por homra de sua pessoa, mill e quinhentas coroas douro, per esta guissa. Se casso acontecer que elle moira primeiro que ella, que elle lhe pague as dictas arras com o dicto doote que a ella he dado e ja teuer rregebida de nos e o dicto seu padre e madre, e esto per quaaesquer beens que elle teuer, no tempo de seu finamento, sscendo ella primeiro pagada e satisfecta que algũua outra pessoa, nom sscendo tirada de posse dos beens que do dicto dom Fadrique ficarem, atee ella seer entregue de todo, como dicto he. E mais proug[u]e ao dicto dom Fadrique que, de quaaesquer beens que ambos ouuerem depois do matrimonjo consumado, ella aja a meetade, ssem outra duujda. E, sse a dicta dona Miçia primeiro finir ssem aveendo filho ou filha, que hi nom aja arras nenhũuas nem ell sseja hoobrigado a ellas per o dicto doote. Em todo casso, sera tornado a seus herdeiros, da dicta dona Miçia, ssaluo sse dell a ella prouuer tomar a terça parte, pera destrebuir por ssua allma ou em outras coussas, que ella o possa fazer como lhe prouuer e os dictos herdeiros a nom possam demandar.

E, aveendo filhos, que elles liuremente ajam toda a dicta doote e arras, tomando ella a dicta terça, sse lhe prouuer, como dicto he, afirmandosse e prometendo o dicto Nuno Martijnz e ssua molher e o dicto dom Fadrique, pello dicto estormento, a comprar e mamter o ssusso escripto contheudo em elle, so pena de pagarem hũu a outro que se dello afastar quinhentas coroas douro, obrigando pera ellas sseus beens. E, pidindo a nos, pollo dicto estormento, que asy o mandasemos julgar e comprar,

tirando todallas leix e direitos e hordenações que em contraíro desto possam sseer, ssegundo todo mais compridamente em o dicto estromento he contheudo.

E, visto per nos o dicto estromento e suas voomtades seerem comcor-dadas, a nos praz de lhe cumprir todo o que a nos perteeççe, como dicto he, e assy prometemos, per nossa ffe rreal. E, alem dello, lhe outorgamos e afirmamos e aprouamos as obrigações e decrarações e capitollos que per elles foram fectos, contheudos no dicto estromento de contrauto. E, per este, suprimos quaaesquer hordenações, leix, djreitos que, per quallquer guissa, comtra esto possam sseer. E, sse aqui faleçem algúuas decrara-ções pera que este contrauto mais possa sseer firme, nos avemos aqui por expressas e nomeadas. E queremos e mandamos que em todo sse compra e guarde como em elle he contheudo. E, por firmidõe dello, mandamos sseer fectas duas cartas, ambas de hũu tehor, hũua pera o dicto dom Fadrique e outra pera a dicta dona Miçia, assignadas per nos e aseeladas do nosso ssello.

Dada em a nossa villa de Santarem, xj dias do mes de nouembro. Joham de Lixboa a ffez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroççentos e çinquoemta.

(as.) ElRey.

240

20 NOVEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a revogar a lei eduardina de 25 de Setembro de 1431 sobre a comutação de penas do país para degredo em Ceuta, por não ser agora necessário mandar lá mais gente do que a ordenada (1).

ANTT., Núcleo Antigo, cód. 9 A, fl. 186, — donde se reproduz; cód. 12, fl. 186, e cód. 14, fl. 129.

Publicada: nas *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 5, tit. 114; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portuguezes*, Suplemento ao vol. 1, p. 118-19.

(1) É possível que por esta data se tenha resolvido não seguir para Ceuta o infante D. Henrique com reforço de pessoal (Cfr. o DOC. 250).

Elrrey dom Eduarte, meu ssenhor e padrre, da muyto louuada e ffamosa memoria, em sseendo jfante e rregedor da justia em estes rreg-nos, fez ley em esta forma que sse ssegue.

Segue-se a transcrição da lei do infante D. Duarte de 25 de Setembro de 1431, — o DOC. 1 do nosso vol. 4.

E despojs desta hordenaçom acabada, fez elrrej esta adjcom: hordenou elrrej nosso ssenhor que emquanto em esta ley sse contem que os degrredos da terra ssejam mudados pera Çepta por meio tempo e os açoutes ssejam mudados em degreto de dous annos e jssso meesmo as djujdas dos que forem presos ssejam pagadas pello ssoldo de Çepta e os presos la leuados, etc., vjsto em como ora nom he neçessario la envjar majs gente da que hordenada, o que era ao tempo da fejtura da dicta ley, que esta ley sse nom guarde por ora.

Escrita a xx dias de nouembrro de 1450.

241

20 NOVEMBRO 1450

Auto de posse, pela igreja colegiada de Santo Estêvão de Alfama, de pardiciro seu, sito junto do adro daquela igreja, abusivamente occupado por Estêvão Eanes, mestre das galés de el-rei, o qual ainda o não entregara, sem embargo da sentença proferida sobre o assunto em 29 de Novembro de 1440 (1).

ANTT., *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, maço 5, n.º 91 v. Original em pergaminho, no verso da citada sentença de 1440, — DOC. 118 do nosso vol. 7.

Saibham quantos este pubrico estromento de posse virem que, no anno no naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e çinquenta annos, aos vijnte dias do mes de nouembro, na muy nobre e leall çidade de Lixboa, em hũu pardieyro que esta junto com as cassas dEsteuEanes, mestre das galees delrrey, o quall he junto com a egreja de Sancto Esteuom da dicta çidade, estando hij Aluaro Afomso, logoteente de prioll, que tem a cura da dicta egreja, e Diego Afomso e Affomso Dominguez, rraçoeyros, presentes e rresidentes na dicta egreja;

(1) Cfr. o DOC. 118 do nosso vol. 7.

Em presença de mym, Joham Duarte, uaassallo delrrey meu senhor e sseu pubrico tabaliam em a dicta çidade, e das testemunhas que adjante ssom escriptas, logo per o dicto prioll e rraçoeiros ffoy dicto e disserom que elles andaram em demanda com o dicto SteuEanes sobre o dicto pardieyro, o quall lhe ffora julgado per os uigairos do arçebispo da dicta çidade, segundo era contheuudo em esta ssentença, desta outra parte escripta; dizendo elles, ssobredictos, que, porquanto ajnda nom foram metidos de posse do dicto pardieyro, que agorra elles, ssobredictos prioll e beneficiados da dicta egreja e, per uirtude e uigor da dicta sentença e per mandado de Joham dEluas, uigairo jeerall de dom Pedro, arçebispo da dicta çidade, tomauam a posse do dicto pardieyro pera dicta egreja. A quall posse lhe foi dada corporall, rreal, actual posissom, per terra, pedra, madeyra e per rramos de hũa aruor que no dicto pardieyro estaua e per todas outras coussas acostumadas, segundo custume; e de todo pedirom asy hũa estromento, pera guarda e conseruaçom da dicta egreja.

Testemunhas que presentes estauam: Gill Gomez, prioste da dicta egreja, e Joham Anes, jconjmo, e Joham da Crruz e Gorge Uaasquez, hortellam, morador em Exobregas, e outros. E eu, sobredicto tabaliam, que a todo presente fuy e este estormento escpuij e aquy sinall fiz, que tall he (*Sinal do notário*). Pagou, com hijdas, xx rreaes.

242

20 NOVEMBRO 1450

Instrumento notarial de empraçamento em três vidas, feito pela igreja de Santo Estêvão de Lisboa a Estêvão Eanes, mestre das galés, e a sua mulher Catarina Gonçalves de pardiciro junto com casas dos empraçados pelo foro anual de 35 reais brancos ou seu valor e um par de frangos ou 10 reais brancos em vez deles, pagos pela Páscoa.

ANTT., Colegiada de Santo Estêvão de Alfama, maço 11, n.º 213.

Em nome de Deus, amem.

Saibham quantos este presente pubrico estormento de empraçamento virem que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e çinquenta annos, aos vijnte dias do mes de nouem-

bro, dentro na egreja de Santo Esteuom da muy nobre e leall çidade de Lixboa, estando hy PedrEanes, escpuiam da camara do muyto honrrado senhor dom Pedro, arçebispo da dicta çidade, e procurador de Joham Nunez, prioll e sseu rreytor da dicta egreja, e Diego Affonso e Afonso Dominguez, rraçoeyros, presentes e residentes em ella, em presença de nym, Joham Duarte, uassallo delrrey meu ssenhor e sseu publico taballiam em a dicta çidade, e das testemunhas que adjante ssom escriptas, e logo, per o dicto prioll e rraçoeyros, ffoy dicto e disserom que elles, consijrando serujço de Deus, proll e honrra da dicta ssua egreja, emprauiam e dauam de emprazamento a EsteuEanes, mestre das gallees, e a sua molher Catelijna Gonçaluez, moradores na dicta çidade, que presentes estauam, e a outra pessoa, quall ho pustumeiro delles nomear ante da sua morte, hũu pardieyro que a dicta egreja tem e ha junto com cassas delle, dicto SteuEanes;

E parte, da hũa parte, com cassas de UasquEanes, alcaide dos pescadores, e, da outra parte, com adro da dicta egreja e com outras confrontações com que de djreito deue partijr, sob tall preyto e condiçom que elle, dicto SteuEanes, e ssua molher e pessoa que depos elles vijeer se siruam e logrem do dicto pardieyro e dem e paguem, de rrenda e pe[n]são, em cada hũu anno, a dicta egreja e prioll e beneficiados della, por dia de Pascoa ffrolijda da Resureyçom, trijnta e çinco rreaes brancos desta moeda ora corrente ou o sseu uerdadeyro uallor, ao tenpo da paga, e majs hũu par de ffrangãos ou dez rreaes brancos por elles e majs nom; e começar logo de ffazer a primeyra paga por este primeyro dia de Pascoa que uem, que sera na era de quatroçentos e çinquoenta e hũu annos, e asy em cada hũu anno pollo dicto dia.

E que, ffinadas as dictas tres perssoas, que o dicto pardieyro fique ljuremente, ssm nẽhũa contenda, aa dicta egreja, e com condiçom que elle, dicto SteuEanes, e sua molher e pessoa nom posam uender nem escanbar nem alhear o dicto pardieyro a nẽhũa outra perssoa das em djreito defessas. E, querendo fazer, que ho ffaça primeyramente saber aa dicta egreja, sse ho quer tanto por tanto; e, nom ho querendo, que emtom ho posam uender a tall pessoa que compra as condições do dicto contraucto, pella gujsa que suso dicto he. E os dictos procurador do dicto prioll e beneficiados da dicta egreja se hobrigarom logo a lhe defender, emparar o dicto pardieyro de quallquer pessoa ou perssoas que lhe em elle poseer algũu embargo, sob pena de custas e perdas e dapnos que por ello rreçeberem, e com vijnte rreaes brancos, em cada hũu dia, de pena.

E os dictos SteuEanes e sua molher, por sy e em seus nomes e da perssoa que depos elles ha de vijnr, tomarom e rreçeberom em sy o dicto pardieyro, com todallas claussullas e condições susso dictas e declaradas e obrigarom todos sseus beens mouees e de rrajz a todo conprjr e manter pella gujsa que dicto he. E pedirom asy de todo senhos estormentos, pera

sua guarda e conseruaçam e de todo seu djreito. E este estormento he pera dicta egreja.

Testemunhas que presentes foram: Aluaro Afonso, capellam da cura em a dicta egreja, e Joham Anes, jconjimo della, e Joham da Crruz, creljo, e Gill Gomez, prioste em a dicta egreja, e Jorge Uaasquez, ortellam, morador em Exobregas, e outros. E eu, sobredicto Joham Duarte, taballiam, que a todo presente ffuy e este estormento esepriuy e aquy meu sinall fiz, que tal he (*Sinal do notário*).

243

22 NOVEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Vasco Fernandes, ferreiro, morador em Lebução, termo de Monforte de Rio Livre, onde viviam muitos servidores do infante D. Henrique, o qual se vira envolvido na fuga de um preso, pelo que se homiziara, mas serviu depois o monarca, na guerra contra o infante D. Pedro, e pagara, por ordem régia, 500 reais brancos para a Relação (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 212.

Dom Affonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta ffor mostrada, ssaude.

Sabede que, Vasco Fernandez, ferreiro, morador em Libuçam, termo de Monforte de Rio Liure, nos emvyou dizer que podia ora auer quatro annos e mais que hũu Fernandez Esteuez, sseendo juiz do dicto logo, lançara mão de hũu Joham Velho, pera o auer de prender, porquanto tolhera hũu penhor ao quadrilheiro, e que, em lançando asy mão delle, o dicto Joham Velho começara chamar aquy do jffante, e que, por em aquella terra vyuerem muytos do jffante dom Anrrique, meu mujto prezado e amado tyo, acodiram muytos ally, per tall guisa, que o dicto

(1) A freguesia de Lebução pertence hoje ao concelho de Valpaços. Do de Monforte de Rio Livre, extinto em 31 de Dezembro de 1853, na antiga comarca de Chaves, não subsiste sequer o nome em aldeia. A povoação situava-se em torno de castelo junto da actual freguesia de Águas Frias, no concelho de Chaves, e teve foral de D. Afonso III, de 1273, e depois de D. Manuel, em 1512.

Fernandez Esteuez, juiz, abriira m̃ao do dicto Joham Velho, o quall ffogira; e que o dicto juiz sse ffora ao corregedor da comarca e lhe fezera queyxume como lhe [o] dicto presso fora tomado, metendo a elle, dicto Vasco Fernandez, no dicto queixume, dizendo que elle ffora em ajuda da tirada do dicto preso, pella quall rrazom elle ouuera carta de ssegurança;

Da quall nom sseguyra os termos e fora presso e dado ssobre fiança e andaua ssolto, e que sse amoorara e nos vynha servir na guerra que ouemos com o jffante dom Pedro, en companhia de Fernam Coutinho, apresentando perante nos hũu estormento, fecto e asynaado per Rodrigo Afonso, nosso vasallo, tabaliam em o dicto lugar de Monforte, no quall sse continha, antre as outras coussas, que o dicto FernandEsteuez dissera que, em sseendo ell juiz, Fernam Mouram fora penhorar, sseendo quadrilheiro, o dicto Joham Velho, porque nom fora a velar a vylla sseu giro que lhe veera, ao quall o dicto Joham Velho tolhera o penhor, sem lhe fazendo outro algũu mall, e que o dicto Fernam Mouram, quadrilheiro, lhe fezera queixume de como lhe o dicto Joham Velho asy tolhera o dicto penhor; e que ell fora entam ao dicto Joham Velho e o prendera e que, tendo asy presso, chamando da nossa parte, que acudirom hy çertos homeens daquella terra e comarca da dicta villa, e lho tiraram das m̃aos e que ell vyra em o dicto arroydo o dicto Vasco Fernandez, fferreiro, mais que lhe nom fezera nhũu mall nem nojo e que, sse lhe algũua injuria fezera, que lhe perdoaua, e que erom bem amygos, ssegundo sse todo esto e outras coussas mjlor e mais conpridamente no dicto estormento continha, pedindonos o dicto Vasco Fernandez por merçee que lhe perdoassemos a nosa justiça, sse nos a ella, pella dicta rrazom, era theudo.

E nos, veendo o que nos asy dezia e pedia, vysto o casso quall he e o contentamento da parte, sse asy he como diz, visto como vijnha pera servir na guerra, querendolhe fazer graça e merçee; teemos [por bem] e perdoamoslhe a nosa justiça a que nos, pella dicta rrazom, era theudo, contanto que pagasse quinhentos rreaes brancos pera a nossa rrolaçom; e, porquanto el pagou os dictos djnheiros a Joham do Porto, nosso porteirol da dicta rrolaçom, a que os mandamos rreçee, ssegundo dello fomos çerto, per sseu aluara, asynaado per ssua m̃ao;

Porem, uos mandamos que o nom prendaes nem mandees prender nem lhe façaes nem conssetaees fazer mall nem outro nhũu desagui-sado, quanto he por a dicta rrazom, porque nosa merçee e vontade he de lhe perdoarmos pella guisa que dicto he. Vnde all nom façades.

Dante em a nosa villa de Santarem, xxij dias de nouembro. Elrrej o mandou per os doutores Ruy Gomez dAluarenga e per o doutor Lopo Vaasquez de Serpa, sseus vasallos e do sseu desembargo e petições.

Afonso Anes a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o e L^{ta} anos.

Sentença de Afonso de Moura, bacharel em decretos e ouvidor geral do arcebispo de Lisboa, a ordenar que Mem Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, residente na quinta do Bugalho, termo de Santarém, deixe livre ao mosteiro de Santa Clara da mesma vila terreno de que indevidamente se apossara e que vizinhava com aquela sua quinta. Condenado, apelou para Roma.

ADFS., Pergaminhos do mosteiro de Santa Clara de Santarém, maço único, n.º 5. Original com o selo das audiências, em lacre vermelho, pendente de fita azul e branca.

Afonso de Moura, bacherell em degredos, ouuidor geerall pollo mujto honrrado padre e senhor dom Pedro, por merçee de Deus e da sancta egreja de Roma arçebispo de Ljxboa.

A quantos esta sentença de processo vyrem faço saber que, perante mym, a esta corte do dicto senhor veo hũu ffecto, per remjssom, dante Pero Esteuez, vigairo geerall pollo dicto senhor na villa de Sanctarem e em seu arçediagado, o quall se perante elle hordenou antre partes, conuem a saber: dona abadessa, donas e conuento do moesteyro de Sancta Clara da dicta villa de Sanctarem, per seu procurador, como autores da hũa parte, e Meem Gonçalluez, escudeyro do senhor jffante dom Anrique, morador que he na quintãa do Bugalho, termo da dicta villa, como rreo, da outra.

No quall ffecto, perante o dicto Pero Esteuez, vigairo, por parte do dicto moesteyro contra o dicto Meem Gonçalluez, rreo, foy oferecido hũu ljbello articollado, djzendo que era uerdade que ellas, autores, e o dicto seu moesteyro teem hũa terra junto com a dicta quintãa, que parte da hũa parte com vjnha e terra dessa meesma quintãa com aquella que ora he de dona Lianor de Meneses, conuem a saber, com alcorua do vallado antigo e asy pella terra pello comero, segundo he deujzado e demarcado; e, da outra parte, com terra que foy de Maria Afonso do Casall e entesta no Tejo na Adema; e que poderia aver hũus cinco ou sejs anos, pouco majs ou menos, que o dicto Meem Gonçalluez, per sua autoridade, como enbasor das cousas ecrasiaslicas, se fora meter em posse de parte da dicta terra do dicto moesteyro, a saber, da parte donde he a dicta vinha e terra de dona Lianor, cortando canas que em ella estam, e a outra semeou e fez

e faz o que lhe apraz; e, ajnda que lhe, per mujtas vezes, rrequeresses que o nom fizesse, que elle senpre rrecusara, como rrecusaua, que a nom quys leyxar.

E, por se asy meter per sua autoridade, como dicto he, como emuasor das cousas ecrasiaslicas, cometera em ello sacrelegio e era sacrelego e de dereyto escomungado e que desto era pobrica uoz e fama; pedindo, em conclusom, a dicta dona abadessa e donas e conuento ao dicto vigairo que, per sua ssentença e çenssura ecrasiaslica, declarasse ellas e o dicto moesteyro teerem a dicta terra no dicto logar pellas confrontações e declarações suso dictas, e o dicto rreo, per sua autoridade, como emuasor das cousas ecrasiaslicas, se meter em posse de parte da dicta terra, como dicto he; polla quall cousa era sacrelego e de dereyto escomungado. E asy pidiam que o denunciasses ao poboo por escomungado, atee que, omjldosamente, viesse estar aos mandados da sancta egreja, etc., segundo que no dicto ljbello majs conpridamente era contheudo.

E, visto per o dicto vigairo, julgou que proçedia e mandou ao dicto rreo que o contestasse, o quall, per seu procurador, contestou pella clausulla geerall. E o dicto vigairo julgou que contestaua quanto abundaua. E, porque o dicto ljbello era articollado, julgou os artigos em elle por perteeçentes e mandou que se soubesse per elles a uerdade. Sobre o quall foy filhada enquiriçom e oferecidas escripturas, por parte do dicto moesteyro. A quall enquiriçom foy acabada e aberta e pobricada e dada a vista aas dictas partes e rrazoadado tanto perante o dicto vigairo, que o ffecto foy concluso. E visto per o dicto vigairo, ante que em ello desse ljuramento finall *ex causa*, rremeteo o dicto ffecto a esta corte do dicto senhor, no ponto em que estaua.

O quall perante mym foy apresentado; e, por parte do dicto Meem Gonçalluez, foy, perante my, alegada hũa rrazom de nouo, djzendo que queria prouar e fazer çerto que a dicta dona Lianor de Meneses lhe enprazara a elle, rreo, a dicta quintãa do Bugalho pera senpre, por çerta conthia que lhe em cada hũu ano avia de pagar e que, ao tenpo que lhe a dicta dona Lianor enprazara a dicta quintãa, que ella, dicta dona Lianor, estaua em posse da dicta terra sobre que he a dicta demanda, e o moesteyro nom, seendo dello sabedor o dicto moesteyro e sem o contradjzendo o dicto moesteyro, senom ao tenpo que o demandarom a elle rreo, ssendo elle ja em posse da dicta quintãa e da dicta terra.

A quall rrazom lhe foy per mym rreçebida e dado logar aa proua. E foy sobre ella filhada enquiriçom, por parte do dicto rreo, e foy acabada e aberta e pobricada e dada a vista aas dictas partes e rrazoadado tanto sobre ello, asy por hũa parte como polla outra, que o ffecto foy concluso. E, visto per mym, de acordo e conselho dos desenbargadores da rrollaçom do dicto senhor, presente os procuradores das dictas partes, pronunçiey em elle hũa sentença defenjtiua, que tall he.

Visto este ffeccto com as cousas em elle contheudas e *preçipue* o ljbello por parte do moesteyro, autor, oferecido contra o dicto rreo, com sua contestaçom e enquiriçom em o dicto negocio filhada por parte do moesteyro, autor, com as rrazões de hũa e da outra parte propostas e alegadas com hũa jntrelocutoria sobre a proua pronunciada, todo bem consirado *solum Deum*, avendo, de acordo e conselho dos outros desenbargadores do senhor arçebispo, por defenjtiaua sentença em estes escriptos, declaro o dicto moesteyro, autor, estar em posse desta terra sobre que he este letigio e o dicto rreo, assy como jnuasor das cousas ecresiaslicas, per sua propria autoridade, ocupar e enbader a cousa ecresiaslica, cometendo em ello sacrelegeo.

Porem mando ao dicto rreo, asy como sacrelego e emvassor das cousas eclesiaslicas que, do dia que lhe este desenbargo for pobricado ataa sejs dias, desista da dicta occupaçom e detentaçom que assy tem ffeccta e leixe husar o dicto moesteyro, autor, do seu; os quaees sejs dias lhe eu dou por todas tres canonicas amoestações departidamente. O quall passado e fazendo elle o contrayro, ponho em elle ssentença descomunhom em estes presentes escriptos, sem enbargo de hũus artigos que, por sua parte, foram dados em sua defesa com hũa enquyriçom que per elles foy tirada, a quall majs faz contra elle que por elle, e majs o condapno em as custas, *rescr-uata*, taxações etc.

E pobricada, como dicto he, o dicto Meem Gonçalluez, per seu procurador, apellou da dicta ssentença pera a egreja e corte de Roma, pidindo os apostollos. E eu, por honra e rreuerencia do sancto padre e sua sancta see apostolica, lhe rreçeby a dicta apellaçom e lhe dey, por apostollos rreuerenciaes, aucta e processo do dicto ffeccto, oyto meses, pera proseguyr e jntimar a dicta apellaçom em a dicta corte de Roma e em o dicto tempo fazer aquy çerto do dicto proseguymto, per escriptura publica, segundo estillo desta corte do senhor arçebispo. E o procurador do dicto moesteyro me pidio que lhe mandasse dar hũa ssentença. E eu lha mandey dar.

Dada em a dicta çidade, sob meu sinall e seello das audiencyas do dicto senhor, oyto dias do mes de dezenbro. Diego Rodrijuez, escpriuam, a fez. Ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{ta} e cinquenta anos. Pagou R^{ta} rreaes.

Nom seja duujda na antreljnha honde djz de Sancta Clara, porque eu, sobredicto escpriuam, o fjz, por fazer uerdade.

(as.) Alfonsus, bacalarius decretorum.

245

8 DEZEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Afonso Bocarro, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Messejana do Campo de Ourique, implicado na fuga de alguns dos dezasseis corsários ingleses detidos em Lagos, por haverem ajudado a tomar nau a Fernão de Seixas.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 187.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta ffor mostrada, ssaude.

Sabede que Diogo Affonso Bocarro, homem ssolteiro, escudeiro do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, morador em Messejana do Canpo dOrique, nos emvyou dizer que podia ora auer çinquo ou sseis annos, pouco mais ou menos, que em a nossa villa de Lagos fforom pressos dezasseis jngresses, que diziam que erom cosairos, e os culparom que fforom em ajuda de tomar hũa naao a Fernam de Seixas, os quaees os juizes da dicta villa de Lagos emviarom pressos aa nossa çidade de Li[x]boa; e que os dictos jngresses chegarom ao dicto lugar de Messejana pressos em cordas e aquelles que os traziam os meterom em hũa casa em que nom mora nêgem, vijndo os dictos jngresses casy nuus e todos descalços; e que ell, mouendosse de piadade por asy os veer nuus e descalços e porque, ao dicto tempo, ffazia grande ffrio, sse ffora aaquelles que os traziam e lhes disera que, pois que os asy traziam ssem cadea e ssoltos, que os leixassem agasalhar a ssas geentes, dos quaces elle leuara dous ssoltos pera cassa de ssua madre e que despois sse ffora pera casa da dicta ssua madre, pera aquelles dous, hũu dos outros jngresses que fficauam; e que ell e a dicta ssua madre os agasalharom, por amor de Deus, e lhes mandara ffazer hũa cama, em hũa camara apartada, na quall os mandara lançar, e que ell sse lançara na casa dyanteira, por nom ffogirem; e que os dictos jngresses fforaram de noyte a parede da casa em que jaziam e fogiram todos tres e que, em outro dia, quando os nom achara, sse metera pella terra, com homeens, a buscallos, e que nunca os podera achar, e que despois lhe ffora dicto que sse fforom aa dicta çidade de Lixboa, honde os outros [que] com elles vijnham fforom leuados, e que todos fforom achados por ssem culpa daquillo por que asy pressos fforom e ssoltos ssem pena algũa.

Outrosy, nos emvyou o dicto Diogo Affonso dizer que poderia ora auer quatro ou çinquo annos, que, per leçença dos juizes que aaquelle tempo erom no dicto logo de Messejana, el ffora açearar com ffogo darredor hũa vinha da dicta ssua madre e que, tanto que açirada [a] teuera, apagara o ffogo o mjhor que podera e sse fora pera o lugar e que o fogo sse tornara [a] açender e queymara çertas colmeas e oliueiras e vinha a hũu Esteuam Martijnz Mata Mouros e de hũus filhos de hũu Lopo Diaz e de hũu RodriguEannes, paadeiro, e doutro Martim Pirez, barregam, e de Martim Mangas Verdes, os quaees ell ja contentara do dano que lhe asy o dicto fogo ffezera, ssegundo sse mostrou per çertos estormentos que perante nos emvyou apressentar, nos quaees sse contijnha que as partes o nom queriam acusar nem demandar por o dicto dano que asy o dicto fogo fezera; dizendonos que, ssem embargo de os dictos jngresses asy fogirem ssem ssua culpa e poer o fogo, per leichença dos dictos juizes e as partes o nom que[re]rem acusar pello dano que ffez e as ell teer satisffectas, sse temja de por ello ser presso; e que porem nos pedia, por merçee e haa honrra da morte e payxom de Nosso Senhor Jhesu Christo, que lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, pella dicta rrazom, era thudo.

E nos, veendo o que nos asy dizer e pedir emvyou, ante que lhe em ello dessemos outro algũu liuramento, ffezemos perante nos trazer as jnquiriões devassas que, per rrazom da fogida dos dictos pressos e poymento do dicto fogo, fforom ffilhadas, as quaees, vistas per nos e a culpa em que sse o dicto Diogo Afonso mostra ser, na fogida dos dictos jngres[es] e poymento do dicto ffogo, visto como os ssobredictos danjficados o nom querem acusar, sse hi nom ha outras partes a que o dicto fogo fezesse danno que rrequeridas nom fossem; querendolhe ffazer graça e merçee, aa honrra da morte e payxom de Nosso Senhor Jhesu Christo, teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, sse nos a ella, pello que dicto he, era theudo, contanto que page, sseteçentos rreaes pera a nossa chancelaria. E, porquanto ell pagou os dictos djnheiros a RodriguEannes, escudeiro de nossa casa, rreçebedor da dicta chamcelaria, ssegundo dello fomos çertificado per aluara de Gomes Borges, caualeiro de nossa casa, escpriuam da dicta chamcelaria, que os ssobrelle pos em rreçepta;

Porem, uos mandamos que o nom prendaes nem mandees prender nem lhe ffaçaes nem conssetaaes fazer mall nem outro nhũu desaguissado, quanto he per rrazom da fogida dos dictos pressos e p[o]limento do dicto fogo e dano que fez aas ssusodictas partes, porque nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos, como dicto he. Vnde all nom façaades.

Dante em a nossa villa de Santarem, oyto dias do mes de dezenbro. Elrrey o mandou, per os doutores Ruy Gomes dAluarenga e Lopo Vaas-

quez de Serpa, sseus vassallos e do sseu desembargo e petições. Affonso Annes a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjlj liij^o e L^{ta} annos.

246

10 DEZEMBRO 1450

Letras Dum ad preclara, do papa Nicolau V, dirigidas ao vigário geral e demais religiosos franciscanos das ilhas Canárias, em que, a pedido deles, os autoriza a fundarem casa na vizinha ilha da Madeira, rica em cereais e outros víveres de que precisam, a qual, segundo o costume da Ordem, pertence à dita vigairaria das Canárias, e a usarem lá dos privilégios, isenções, indultos e demais graças que usufruem no arquipélago canariense, salvos, porém, os direitos paroquiais.

AV., Reg. Lat., vol. 464, fl. 111 v., — donde se reproduzem.

Extracto em WADDINGUS, *Annales Minorum*, 3.^a ed., t. 12, p. 619, e no *Bullarium Franciscanum*, nova series, vol. 1, p. 719.

Nicolaus, etc.

Dilectis filiis vicario generali et fratribus insularum dispersarum (1) Canarie, ordinis fratrum minorum, salutem, etc.

Dum ad preclara uestre religionis merita debite consideracionis aciem reuoluimus, pensantes quantum illa, studio pie vite, dietim affert in Dei ecclesia fructum, ducimur, non inmerito (2), vt ea uobis fauorabiliter concedamus, per que religio ipsa propagari uosque, huiusmodi studio, uobis ipsis et alijs ad animarum salutem proficere valeatis et prodesse.

Cum jtaque, sicut exhibita nobis nuper, pro parte vestra, peticio continebat, insula de la Madera, insulis Canarie propinqua et in frumento et alijs, ad humanam vitam sustentandam, habundans fore dinoscitur, uobis et alijs fratribus dicti ordinis, in prefatis insulis Canarie degentibus (3), permaxime (4) necessaria existat, et propterea dictam

(1) No ms. parece estar *dispensarum*.

(2) No ms. *in merito*.

(3) No ms. *degencium*.

(4) No ms. *per maxime*.

insulam de la Madera sub uestra vicaria insularum Canarie huiusmodi, iuxta morem dicti ordinis, esse et in illa vnam domum seu vnum heremitorium, cum ecclesia, campanili, campana, cimiterio et alijs officinis pro vestris seu aliquorum ex vobis usu et habitatione necessarijs, sub nomine et vocabulo de quo vobis uidebitur, fundare et construere seu fundari et construi facere desideratis, pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum ut vestro desiderio huiusmodi, in premissis et alijs infra scriptis, fauorabiliter annuere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, attendentes multiplicem fructum, quem uos et alij fratres dicti ordinis, sub illius regulari obseruantia uiuentibus, ubilibet in Dei ecclesia dietim affertis et in prefatis insulis estis verisimiliter allaturi, ac propterea illa vobis concedere volumus, per que commodius et laudabilius, eciam cumstrarum animarum salute, in eisdem insulis possitis in Domino proficere iugiter incrementis, vestris in hac parte supplicationibus inclinatis, vobis quod dicta insula de la Madera in prefata vicaria sit et esse censeatur uosque in illa, in aliquo tamen honesto et concedenti (5) loco, vnam domum seu vnum heremitorium, cum ecclesia, campanili, campana, cimiterio et officinis predictis, fundare et construere seu fundari et construi facere ac illam uel illud inhabitare, cuiusuis super hoc licentia minime requisita, libere ac licite valeatis, quodque domus seu heremitorium fundanda seu fundandum huiusmodi ac fratres in ea uel eo pro tempore degentes omnibus et singulis priuilegijs, exemptionibus, gratijs et indultis apostolica uel alia quauis auctoritate, in genere uel in specie, quomodolibet concessis, quibus alie domus et presertim insularum Canarie huiusmodi vtuntur et gaudent, uti et gaudere possint, iure tamen parrochialis ecclesie semper saluo, ac vos et alij fratres dicti ordinis, quotiens predictas insulas nauigare uolueritis, confessorem quj, in ingressu nauigij, omnibus, etiam sedi apostolice reseruatis, semel tantum et in defectu (6) fratrum dicti ordinis, quj ad audiendum confessiones ydonei sint, quemcunque (7) alium sacerdotem quj, in omnibus per sedem predictam reseruatis et etiam quos vicarius dicte vicarie pro tempore existens uel alij sui inferiores reseruare uoluerint dumtaxat exceptis, necnon tu, fili vicarie, eligere possitis confessorem qui, quotiens fuerit oportunum, in omnibus, etiam in illis casibus quibus tu, fili vicarie, subditos tuos absoluere potes, confessionibus uestris diligenter auditis, pro commissis per uos excessibus, criminibus atque delictis debitam absolutionem impendere et iniungere penitentiam salutarem ac tecum, fili vicarie, etiam in illis in quibus cum subditis

(5) Pode estar por concedenti.

(6) No ms. defectum.

(7) No ms. quemcunque.

tuis dispensare potes, dispensare ualeat (8), auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus pariter et indulgemus.

Non obstantibus felicis recordationis Bonifatij pape viij, predecesoris nostri, inter alia prohibente ne fratres dicti ordinis, in aliqua ciuitate, castro, villa aut alio quocunquo loco, domum de nouo recipere aut inhabitare presumant absque sedis prefate licencia speciali, faciente plenam et expressam de inhibitione huiusmodi mentionem, et quibusuis alijs constitutionibus ac ordinacionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus dicti ordinis iuramento, confirmacione apostolica vel quauis firmitate alia roboratis ceterisque contrarijs quibuscunque.

Nulli, ergo, etc., nostre voluntatis, concessionis et indulti infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo, quarto jđus decembris, anno quarto.

247

10 DEZEMBRO 1450

Instrumento do contrato de casamento da infanta D. Leonor de Portugal, irmã de el-rei D. Afonso V, com D. Frederico III, rei dos romanos, celebrado em Nápoles, perante el-rei D. Afonso V de Aragão, pelos embaixadores de Frederico com o Dr. João Fernandes da Silveira, embaixador do soberano português, cujas cláusulas principais são as seguintes: o matrimónio agora celebrado pelos procuradores das partes contratantes por palavras de futuro o será, à face da Igreja, por palavras de presente, nos seis meses seguintes, mandando o rei dos romanos procurador especial ao de Portugal para celebração solene do dito matrimónio, cujo termo será firmado pelo referido procurador, que ratificará também o presente contrato; o dote será de 60.000 florins de ouro de câmara correntes na cúria romana e outro tanto de doação propter nuptias, segundo o uso alemão, ficando ao arbítrio de D. Frederico a doação matutina no dia imediato às núpcias, também a teor do costume germânico; o dote será entregue no condado de Flandres ou em

(8) No ms. ualeant.

Florença, nos quinze dias subsequentes à consumação do matrimónio; até dia 1 de Novembro, a infanta D. Leonor seguirá de Portugal, por mar, para porto italiano compreendido entre Porto Pisano e Nápoles, qual o rei dos romanos indicar, por cartas suas, ao de Aragão, dentro de quatro meses, e ao de Portugal, no prazo de seis; para a despesa da viagem de D. Leonor o rei de Portugal deduzirá 10.000 florins dos 60.000 do respectivo dote.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2939, fls. 122-28, — donde se reproduz; ANTT., *Gaveta 17*, maço 3, n.º 12, em cópia de 28 de Julho de 1525, em papel, a qual se diz transcrição do próprio original, porém com incorrecções.

Publicado, incorrectamente: por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª ed., t. 1, liv. 3, ps. 309-322, segundo a referida cópia do ANTT.; e em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 6, ps. 772-84, segundo a mesma cópia tardia do Arquivo Nacional. Por isso, preferimos o texto oficial do registo coevo de Nápoles, onde o contrato matrimonial se efectuou. Sumariado no *Quadro elementar*, tomo 1, ps. 349-51.

Instrumentum matrimonij serenissimj domini Frederici, regis romanorum semper augusti, etc.

Jn Dei nomine.

Vniuersis huiusmodi instrumenti seriem audituris quoquo modo, seu visuris, pateat euidenter quod, die jous, que computabatur decima mensis decembris, annj xiiij indictionis, a natiuitate Dominj M°. cccc°. L°. jn ciuitate Neapolis, regnj Sicilie citra farum, regnante serenissimo ac victoriosissimo domiño Alfonso, rege Aragonum, Sicilie citra et vltra farum, Valencie, Hierusalem, Hungarie, Maioricarum, Sardinie et Corsice, comite Barchinone, duce Athenarum et Neopatrie, ac eciam comite Rossilionis et Ceritanie, apud Castrum Capuanum diete ciuitatis Neapolis, jn atrio scilicet illius, presentialiter existente subscriptaque audiente et per omnia dirigente, vocatis pariter et assumptis per ipsam regiam maiestatem, ad celebracionem contractus huiusmodj, jllustribus ducibus Calabrie et Cleuensi et magnificis oratoribus jllustris dominij Venetorum et magnifice comunitatis Florencie et ceteris omnibus jnferius pro testibus annotatis, ac me, secretario et notario vltime nominato, reuerendus dominus Eneas (1), episcopus Tergestinus, atque spectabiles virj dominus Georgius de Vollesdorff, baro ducatus Austrie, consiliarij, et Michael de Phullendorff, secretarius, oratores, procuratores et mandatarij, pro subscriptis peragendis, ad dictam regiam maiestatem Aragonum desti-

(1) No ms. vem só a inicial. Trata-se de Aeneas Silvius de Piccolomini.

nati per serenissimum atque potentissimum dominum Fredericum, romanorum regem et semper augustum et cetera, quj, ex vna parte, pro subscriptis concludendis jnibj erant personaliter constitutj, et magnificus atque spectatus vir Johannes Fernandj de Silveyra, legum doctor, orator etiam et procurator ac mandatarius apud dictam regiam Aragonum maiestatem, pro infra contentis conueniendis missus per jllustrissimum et excellentissimum dominum Alfonsum, regem Portugalie et cetera, eciam jnibj eadem ex causa constitutus ex alia parte, vicissim exhibuerunt et mihi ipsi secretario et notario tradiderunt et assignarunt duo sollennja procuracionum et mandatorum pergamenea jnstrumenta, videlicet vnum dicti serenissimj dominj romanorum regis omnj qua decuit sigillorum eius solita solennitate vallatum, tenore sequentis.

Fredericus, Dei gratia romanorum rex semper augustus ac Austrie, Stirie, Karinthie et Corniole dux, comes Tirolis, etc.

Recognoscimus ac notum facimus, tenore presentium, vniuersis nos venerabili Enee, episcopo Tergestinesi, ac Georgio de Vollesdorff, baronj ducatus nostri Austrie, consillarijs, et Michaelj de Phullendorff, secretario, oratoribus et nuncijs deuotis et fidelibus nostris dilectis, de quorum fide, circumspeditione et integritate plene confidimus, dedisse ac dare jn mandatis cum serenissimo principe Alfonso, Aragonum et Sicilie rege, necnon nuncijs et oratoribus serenissimj principis Alfonsi Portugalie et cetera regis conueniendj et, jnter nos et clarissimam Leonoram, prefati regis Portugalie sororem, matrimonium juxta ritum ac consuetudinem sancte matris ecclesie tractandj, contrahendj atque concludendj necnon, super dotibus ac securitatibus vitro citroque prestandis penisque apponendis, concordandj jn animam nostram, si opus fuerit, jurandj nosque obligandj ac pro nobis promittendj, omniaque alia et singula ordinandj et faciendj que, in premissis et circa ea, quomodolibet necessaria fuerint et oportuna, promittentes nos ratum et gratum habituros quidquam per predictos nuncios et oratores nostros, jn premissis, tractatum, conuentum, ordinatum et conclusum fuerit, presentium sub nostrj regij sigillj communiione litterarum.

Datum jn Noua Ciuitate, die vigesima quinta mensis septembris, anno Dominj millesimo quadringentesimo quinquagesimo, regnj nostrj anno vndecimo.

Aliud, vero, dicti jllustrissimj et excellentissimj dominj regis Portugalie, bulla plumbea jn pendenti munitum propriaque manu, vt videbatur, subscriptum, quod uisum fuit jnibi esse, seriei sequentis:

Vniuersis et singulis has procuratorij litteras inspecturis, Alfonsus, Dei gratia Portugalie et Algarbij rex Cepteque dominus.

Notum facimus quod, cum jnter eximje celsitudinis Fredericum, romanorum regem et semper augustum, et clarissimam et jnclitam jnfantissam domjnā Leonoram, dilectissimam sororem nostram, diujna subsequente clementia, futurum speratur matrjmonjum, certam et jndubiam habentes noticiam de legalitate, probitate et fide nobilis virj Johannis Fernandj de Silveyra, egregij legum doctorjs et nostrj palatij causarum expeditoris, constituimus et ordinamus eum in nostrum legitimum procuratorem, negociorum gestorem et nuncium ad hoc specialiter deputatum, cum libera ad tractandum, disponendum et ordinandum super dicto matrimonio, vt sibi videbitur. Et damus etiam eidem procuratorj nostro et negociorum gestorj ac nuncio, ad hoc specialiter deputato, potestatem cum libera predicto Frederico, romanorum regi et semper augusto, promittendj, ordinandj et constituendj eiusdem quantitatjs, vt sibi videbitur, dotem, cum predicta dilectissima sorore nostra. Et quod dictus procurator noster possit requirere, tractare et acceptare quascunque donaciones, jn cuiusvis casus euentu, prefate jnfantissee dilectissime sororj nostre, per predictum romanorum regem conferendas. Et damus eidem plenam potestatem acceptandj quecunque alia que, ad honorem et vtilitatem nostram necnon regnorum nostrorum et predictę jnfantissee, expedire putauerit, promittentes rata et firma habere omnia et singula per eum facta, dicta, ordinata et constituta, tam super dote et eius quantitate constituenda et omnjbus pactis, conventionibus, promissionibus et stipulationibus quam super alijs quibuscunque, ad dicti matrimonij causam spectantibus, et etiam scripturas necessarias quas, super hijs et eorum quolibet, confici mandauerit, approbantes, dando eidem procuratorj nostro potestatem easdem, si opus fuerit, sacramento nomine nostro facto corroborandj. Et quecunque per eum ita facta, gesta, ordinata et concordata fuerint, habebimus et obseruabimus jnconculsa bona fide, absque alia juris cauillatione, ac si per nos facta, gesta, ordinata et concordata forent. Jn quorum omnium testimonium et fidem, presentes procuratorij litteras fierj iussimus, nostra manu nostroque sigillo plumbeo munitas.

Ex ciuitate Vlixbonensi, xxvij iunij, anno Dominj millesimo quadringentesimo quinquagesimo. El Rey.

Exhibitjs subinde jnibj et jn patulum, per me secretarium et notarium jnfra scriptum, deductis capitulis, jnter dictos reuerendum et spectabiles et magnificos ipsorum serenissimorum et jllustrissimorum dominorum romanorum et Portugalie regum, his de proximo lapsis diebus, de ordinatione et mandato dicte regie maiestatis Aragonum, per jnfra nominatos reuerendum episcopum et alios de suo consilio pluries versatis et agitatis, lectis, discursis, examjnatis et optime rumjnatis tandemque jnitjs, conuentis et per omnia concordatis, sub serie siue tenore sequenti,

capitula edita, acta et concordata, in presentia serenissime regie maiestatis Aragonum et vtriusque Sicilie et cetera, inter reuerendum in Christo patrem dominum Eneam, episcopum Tergestinum, ac spectabiles et magnificos viros Georgium de Vollesdorff, baronem ducatus Austrie, consiliarios, et Michaellem de Phullendorff, secretarium, oratores, procuratores speciales ac mandatarios ad subscripta serenissimj ac potentissimj dominj Frederici, romanorum regis, et semper augusti et cetera, ex vna, atque magnificum et spectatum virum Johannem Fernandj de Silveyra, legum doctorem, oratorem etiam et procuratorem seu mandatarium, ad infra scripta, illustrissimj atque excellentissimj dominj Alfonsi, regis Portugalie et cetera, ex altera partibus, super matrimonio hucusque tractato et hinc, Deo duce, feliciter concludendo et subinde, in facie sancte matris ecclesie, per verba de presenti celebrando demumque, Altissimo disponente, per solennes nuptias et carnalem copulam consumando, inter eundem serenissimum dominum regem romanorum atque inclitissimam et superjllustrem virginem dopnam Eleonoram, infantissam regnj atque sororem dictj illustrissimj dominj regis Portugalie nepotemque prefate serenissime regie maiestatis Aragonum.

In primis, conuentum, concordatum, promissum atque actum est, disponente diuina gratia, inter partes predictas, quod matrimonij fiat et fierj ac celebrarj habeat cum effectu, per dictum serenissimum et potentissimum dominum regem romanorum cum dicta inclitissima atque clarissima infantissa virgine dopna Eleonora, videlicet, nunc per verba de futuro, inter dictos mandatarios seu procuratores et oratores, mutuo et subinde per verba de presenti, in facie sancte matris ecclesie, prout iura canonica et christiane religionjs instituta dictant atque disponunt. Ita, videlicet, quod ex nunc dicti reuerendus et spectabiles oratores et mandatarij dicti serenissimj dominj romanorum regis ac vice et nomine illius promittunt et paciscuntur, sollemnj stipulatione, quod dictus serenissimus dominus Fredericus, rex romanorum et semper augustus, per suum specialem ac legitimum et sufficientem ad ea procuratorem seu mandatarium in Portugaliam, intra sex menses de proximo secuturos, propterea destinandum et inibi se adeo coram dicto jllustrissimo et excellentissimo domino rege Portugalie presentandum, contrahet sollemnjter ipsum matrimonium per verba de presenti, vt predicitur, cum dicta clarissima atque superjllustri virgine dopna Elionore, infantissa Portugalie, et id ipsum matrimonium, sic tunc per dictum suum mandatarium et procuratorem firmatum atque contractum, ratum, acceptum et gratum habebit et presentaliter postea approbabit; vice versa, dictus magnificus orator, procurator et mandatarius jllustrissimj et excellentissimi dominj regis Portugalie promittit, jllius vice et nomine, et paciscitur stipulatione sollemni quod ipse jllustrissimus et excellentissimus dominus rex Portugalie faciet et curabit, cum effectu, quod dicta superjllustris atque

clarissima infantissa dopna Elionor, eius soror, dictum matrjmonium personaliter per verba de presenti atque sollenniter, vt prefertur, contrahet et celebrabit, jn facie sancte matris ecclesie, cum dicto serenissimo et potentissimo domino Frederico, romanorum rege, seu vice et nomine illius cum quocunque eius specialj mandatario seu procuratore, plenum ac speciale ad ea mandatum habente, eam ob rem jn Portugalam, vt predicatur, destinando.

Item, est conuentum, concordatum, promissum atque actum, jnter prefatos reuerendum et spectabiles et magnificos vtriusque ipsarum partium procuratores, oratores et mandatarios, quod dos predicti matrimonij sit et esse debeat jn quantitate siue summa sexaginta mjlum florenorum aurj de camera jn curia romana currentium et quod augmentum ipsius dotis, seu donacio propter nuptias, alias compense seu accessiones secundum morem Germanie, sint totidem valorjs ipsius dotis, scilicet alij seu consimjles sexaginta mjle florenj aurj de camera, preter et vltra donationem matutinam, jn crastinum scilicet nuptiarum fierj de laudabilj more serenissimorum principum Germanie solitam, que ad liberalitatem et arbitrium serenissimj dominj romanorum regis remittitur.

Jdcirco, dictus magnificus Joannes Fernandj, orator, procurator ad hec et mandatarius jllustrissimj dominj regis Portugalie ac vice et nomine illius promittit et paciscitur stipulacione solemnj, vt supra, dictis reuerendo et spectabilibus oratoribus et procuratoribus serenissimj dominj romanorum regis presentibus et acceptantibus, quod dicta dos, afferenda per dictam superjllustrem virginem et jnfantissam dopnam Elionorem, contemplacione dicti matrimonij, est et erjt sexaginta mjlum florenorum aurj de camera currencium, ut prefertur, jn curia romana, et jllos ex nunc sibi, jn et pro ipsa dote, dicto serenissimo domino romanorum regi constituit et soluere promittit ac realiter et jn peccunia numerata assignare et tradere, jn comitatu scilicet Flandrie, apud ciuitatem Brugiarum, aut jn Jtalia, jn ciuitate Florentie, cuj ipsa romanorum maiestas voluerjt, jnfra menses quindecim a die consumacionis ipsius matrimonij per copulam carnalem computandos. Et pro his, sic vt prefertur, actendis, seruandis et complendis, regna et bona omnja dicti jllustrissimj dominj regis Portugalie dicto domino romanorum regi ac dictis suis oratoribus et mandatarijs vice suj presentibus, stipulantibus et acceptantibus, obligat de presenti, etiam promictens et paciscens, vt supra, quod huiusmodj dotis constitutionem, promissionem et obligacionem, necnon omnja alia et singula supra et jnfra scripta, jn quantum sibi incumbunt, dictus dominus rex Portugalie personaliter confirmabit, laudabit et approbabit, presente procuratore seu mandatario per dictum serenissimum dominum regem romanorum, ob causam dicti contrahendj matrjmonij per verba de presenti jn Portugalam, vt predicatur, desti-

nando, cuj de eisdem laudacione, confirmacione et approbacione expedirj et assignarj faciet jnstrumenta et litteras oportunas.

E diuerso, prefati reuerendus et spectabiles oratores, madatarij et procuratores dicti serenissimj dominj romanorum regis, sponte acceptantes constitutionem dotis predictam scientesque commendabilis morjs esse, vt pretangitur, eiusmodj ducendis virginibus donacionem propter nupcias seu dotis augmentum, vel aliter compensam siue accessionem fierj, ratione ac jn laudem earum virginjtatis, dictam donacionem ob nuptias seu augmentum, compensam et accessionem, nomine et vice jpsius serenissimj dominj romanorum regis ac de eius specialj commissione et mandato, sponte et deliberate ac de certa scientia faciunt, stipulacione sollempnj, dicte jllustrissime jnfantis de alijs scilicet sexaginta miljbus florenorum aurj de camera consimjlum, quj sunt totidem valoris dicte dotis constitute. Jtaque dos simul et augmentum, seu accessio vel compensa aut donatio propter nuptias, summam capiunt centum viginti mjlium florenorum aurj de camera currentium, vt predicitur, jn curia romana, quos omnes ex nunc dicti reuerendus et spectabiles oratores, mandatarij et procuratores, sollempnj stipulacione, vt supra, dicte jllustrissime jnfantis primum plenarie assecurare et consignare, et deinceps, jn omnj eventu et loco seu casu dotis restituende, et illam restituere et, vna cum dote, augmento seu donacione propter nupcias, realiter et ab integro soluere jpsi dicte jllustrissime jnfantis promictunt et paciscuntur. Jtaque jpsa centum viginti milia florenorum aurj de camera dictus serenissimus et potentissimus dominus romanorum rex teneatur consignare et de facto specialiter consignabit et plenarie assecurabit dicte jllustrissime jnfantis ac eciam dicto jllustrjssimo et excellentissimo domino regi Portugalie eatenus quatenus sua jn futurum interesse posset, vt jnfra dicetur, jnde et super aliquibus ciuitatibus, terris, castris seu locis patrimonialibus seu peculiaribus principatum, ducatum aut dominjorum ipsius dicti serenissimj dominj romanorum regis, dictam summam centum viginti mjlium florenorum optime valentibus, quos et que ipsi clarissime jnfantis, aut cuj jpsa voluerjt, pro tempore et casu doctis sibj restituende et modo quo jnferius describitur, vna cum ex tunc annuis decentibusque illarum redditibus et fructibus, concedet et realiter ex nunc prout ex tunc assignabit, cum plena, libera, vacua, pacifica et expedita jllarum possessione et fructuum perceptione. De presenti autem et pro tempore constantis matrimonij, per fidei prestacionem officialium ac per omnes alios modos et vias quibus melius et efficacius, secundum consuetudinem principum Austrie, possessiones eiusmodj ciuitatum, castrorum, terrarum et bonorum, domjnjs eorum seu principissis aut dominabus, pro securitate docium suarum et augmenti, assignarj et tradj consueuerunt reseruatis jpsarum ciuitatum, castrorum, terrarum seu locorum vsufructu et admjnistracione jpsi serenissimo domino romano-

rum regi, dum vixerit, quj ex illis ac alijs suis redditibus honorificam et decentem prefate inclitissime domine jnfantisie curiam et statum tenebit.

Ex nunc, autem, et jnterea temporis et quoadusque dicta fiat specialis et effectualis consignacio et assecuracio seu ypotheca, prefati reuerendus et spectabiles oratores, ad maiorem cautelam dicte jllustrissime jnfantisie, eiusmodj consignacionem (2) et assecuracionem jmpresenciarum concedunt et faciunt, saltem generaliter, super omnibus ciuitatibus, castrjs et locis ac terrjs seu bonjs dicti serenissimj dominj romanorum regis, tam ducatus Austrie, quantumcunque peculiaribus atque prj- uilegiatis, quam alijs vniuersis ad eum quoquomodo spectantibus, que omnia et singula pro ijs dicte clarissime jnfantisie et, suo casu, dicto jllustrissimo domino regi Portugalie, pro obnoxijs, obstrictis et penitus obligatis dicto nomine haberj volunt, prout de facto, virtute eorum mandatj, procuracionis et facultatis, obligant atque ypothecant de presenti et prout melius dici, scribi et jntelligi possit, ad firmam caucionem et securitatem plenariam dicte inclitissime jnfantisie dictique jllustrissimj dominj regis Portugalie, quoad suo casu possit, vt premittitur, sua jnteresse, quam quidem specialem consignacionem, securitatem et obligationem seu ypothecam et possessionjs pacifice assignacionem, jmmisionem et traditionem, jnter terminum quatuor mensium proxime futurorum, dictus serenissimus dominus rex romanorum faciet et facere habeat et teneatur prorsus cum effectu. Et jnterea temporis ac statim jn reditu dictorum suorum oratorum, aut alicuius eorum, huiusmodj generalem consignacionem et securitatem ratam et gratam habebit et jn omnibus confirmabit et, de eisdem omnibus et singulis, per suas literas et legitima documenta, regiam maiestatem Aragonum, jnter eundem terminum, efficiet cerciorum (3).

Adijcitur tamen premissis, ex specialj pacto jnter partes predictas, quod liceat serenissimo domino romanorum regi dictam dotis specialem consignacionem, jnscriptionem, ypothecam seu obligationem distinctam facere et precisam ab ea que sit, aut fuerit, racione augmenti siue donationis propter nupcias, eo videlicet vt, in casu dotis restituende, heredes dicti serenissimj dominj romanorum regis possint dictam dotis ypothecam, consignacionem vel obligationem redimere pro dictis consimilibus sexaginta milibus florenorum dotis predictae, seu totidem pecuniarum quot de ea solute fuerint, vt preferitur, que eo casu soluj et realiter assignarij et tradj habeant dicte jllustrissime jnfantisie, aut cuj ipsa voluerit, salue et secure, Brugijs aut Florencie, vbi scilicet loci ipsa maluerit,

(2) No ms. *consinacionem*.

(3) Isto é, *certiore*. Neste e noutros lugares, segue-se o uso medieval de empregar frequentemente *c* por *t*.

priusquam ciuitates, terras seu castra, que pro dicta dote, vt prefertur, habuerit obligata, ipsa restituat et assignet. Cetera autem castra, ciuitates, terre et loca que, ob donacionem propter nuptias siue compensam et augmentum, tantum sibj consignate fuerjnt, seu quomodolibet obligata, et de quibus eo casu, pro toto tempore vite sue tantum et quo vsque scilicet dictum augmentum sibi solutum fuerjt, ipsa clarissima jnfantissa habitura est fructus et redditus omnes, pro suj status substantatione, absque aliqua excomputatione ipsius augmenti, lucrificare, possidere et detinere possit, quoad vixerit et non vltra, seu de et pro eis, vt libuerit, concordare siue pacisci cum dictis heredibus, aut quibus voluerit.

Item, est conuentum, concordatum et actum, jnter reuerendum, spectabiles et magnificos vtriusque dictarum partium oratores, mandatarios et procuratores predictos, quod prefata jnelitissima atque clarissima jnfantissa, hinc ad kalendas nouembris de proximo secuturas, omnj dolo et fraude cessantibus, venire debeat et de facto, honorifice et cum decenti committua, conducatur per mare atque venire, conduci seu deferri habeat a dicto regno Portugalie ad aliquod lictus seu terram maritimam Jtalie, per dictum serenissjmm dominum regem romanorum et, ad eius licteras, primum dicte regie maiestati Aragonum, jntra quadrimestre predictum, ac dicto jllustrissimo et excellentissimo domino regi Portugalie, jntra prefixum semestre declarandam et specificie designandam, dum modo lictus ipsum seu ora et terra maritima et esse habeat a portu Pisano vsque scilicet Neapolim, jnclusiue et non vltra nec alio.

Jdcirco, jn subsequentiam et execucionem condicionis et aduentus eiusmodj, est etiam conuentum et jn pactum speciale deductum, jnter oratores, mandatarios et procuratores partium antedictarum, quod ex dictis sexaginta milibus florenorum jn dotem, vt premictitur, dicte jllustrissime jnfantis constitutis et per dictum jllustrissimum et excellentissimum dominum regem Portugalie, Brugijs aut Florencie, vt pretangitur, exsoluendis, primum ipse excellentissimus dominus rex Portugalie possit deducere et penes se retinere summam decem milium florenorum, pro jmpensis scilicet faciendis jn nauleis et victu ac munitione galearum et naujum aut aliarum fustium stipendijsque marinariorum et alijs necessarijs et competentibus pro dicta conducenda clarissima jnfantissa, cum tota eius comjtua, ad oram seu lictus aut terram maritimam Ytalie, sicut premictitur, primum designandam; jn quo quidem loco seu parte ac terra siue lictore dicta jllustrissima jnfantissa, per dictum serenissimum dominum romanorum regem aut per quem seu quos voluerjt et illuc propterea destinauerjt, statim cum applicuerit, recipi et subinde conduci et quorsum voluerit, pro sollemnibus eorum nupcijs celebrandis dictoque fouendo et colendo matrimonio, asportari habeat honorifice et decenter; ipsa autem decem milia florenorum pro jmpensis omnibus, sic vt predicatur, per dictum jllustrissimum dominum regem Portugalie factis, jn conducione

predicta, jn ratam solucionis dicte constitute dotis sexaginta mjlum florenorum dicto jllustrissimo domino regi Portugalie excomputarij et acceptarij habeant per dictum serenissimum dominum regem romanorum, cum de residuo ipsius dotis complemento sibi, apud dictam ciuitatem Brugiarum aut Florentie, fuerit jntegre, vt predictur, satisfactum atque solutum.

Item, est conuentum et concordatum atque jn pactum speciale deductum, jnter dictarum parcium oratores, procuratores et mandatarios quj supra, quod, decedente quodocunque, consumato jpsio matrimonio, prefata inclitissima atque clarissima jnfantissa sine filijs masculis aut femjnjs ex dicto coniugio procreatis, quod Deus auertat, superstite tamen eo casu dicto serenissimo domino romanorum rege, jpse serenissimus dominus romanorum rex, pro toto tempore vite sue tantum, vsufaciat dotem predictam seu consignacionem, ypothecam et obligacionem, de et pro ipsa specialiter factam, eamque jnterea temporis, scilicet quoad vixerit, retinere penes se valeat, nec ad jllius restitutionem modo aliquo teneatur de tempore, vt predictur, vite sue. Jpso vero tandem decedente, prefata dos, jn dicta summa Lx.^m florenorum aurj de camera, sibj, vt premictitur, constituta et, vt prefertur, exsoluta, seu rata jllius etiam et jocalia ac bona omnia que, preter dictam dotem, secum attulerit clarissima domina jnfantissa predicta, per heredes et successores suos, scilicet jpsius serenissimj dominj romanorum regis, statim post ipsius obitum, assignentur et restituantur, eo casu, jntegre ac restituj et exsoluj seu liberarij et assignarij habeant dicto jllustrissimo domino regi Portugalie quj, vt predictur, dictam dotem sic constituit et exsoluit, seu illius heredibus, quicunque eo tempore fuerjnt. Decedente vero primum dicto serenissimo domino romanorum rege, cum vel sine liberis ex dicto legitimo matrimonio procreatis, superstiteque dicta jllustrissima jnfantissa, dotem prefatam ac ipsa iocalia et bona alia quecumque predicta eadem jllustrissima domjna jnfantissa jntegre recuperet et habere debeat, jta tamen quod liberj superstites ex dicto matrimonio jure, quod jn materna hereditate habuerint, defraudarij non possint. Et nichilominus dictam donacionem propter nupcias, siue dotis augmentum seu accessionem et compensam sibi ex nunc, vt prefertur, concessam et obligatam seu ypothecatam et vel ipsam obligacionem, consignacionem et ypothecam, cum suis omnibus fructibus et redditibus, pro toto tempore vite sue, jpsa jllustrissima domina jnfantissa detineat, habeat, possideat et lucrifaciat, que tamen donacio propter nuptias tantum, seu dotis augmentum, aut jllius ypotheca, talj casu, post eiusdem jnfantis obitum, deductis dictis fructibus et redditibus per eam perceptis, restituatur et restituj habeat heredibus dicti serenissimj dominj romanorum regis.

Item, est conuentum et jn pactum speciale deductum, vt supra, jnter partes predictas, quod casu quo, jntra prestitum qujndecim mensium tempus ad solucionem jntegram dotis prefate realiter ac, vt promissum est,

per dictum jllustrissimum et excellentissimum dominum regem Portugalie, seu pro suj parte, casu aliquo jn totum non solueretur, liceat, transacto termino, predicto ipsi serenissimo domino romanorum regi, eo casu, tantumdem detrahere de specialj consignacione et obligacione seu dotis jnscriptiōne predictis quantum sibi ex illa restauerjt ad soluendum et, de eiusmodj talj ciuitate, loco seu terra sic detrahenda, suas facere liberas voluntates, ratis tamen manentibus ceteris omnibus supra et jnfrascriptis atque conuentis, hoc tamen adiecto et specialiter reseruato quod, si et quam primum ipse jllustrissimus dominus rex Portugalie dictam solucionem, ad quam obligatus remanserit nec lapsu temporis liberetur, jn totum vel jn partem, eciam post dicti temporis elapsum, quandocunque stante matrimonio supradicto, adimpleuerjt, ipse serenissimus dominus rex romanorum partem ipsam consignacionis seu obligacionis, sic vt preferitur, detractam, si alienata aut jn alterum distracta jnterea temporis non fuerjt, sin autem allam illj equiualentem aut maiorem jn valore et fructibus, saltem pro rata quantitatis et solucionjs ipsius postea facte, jnscribere, ypothecare, consignare et obligare, ratione jpsius dotis et augmenti correspondentis, pariformjter teneatur ne, propter dilacionem solucionjs eiusmodj, dicte jllustrissime jnfantissee quidpiam detrjmenti jn dote et augmento seu donacione propter nupcias, eatenus scilicet quatenus de dicta dote solum aliquando fuerit, videretur jnferrj.

Jtem, est conuentum et jn pactum deductum, vt supra, quod dicta jncultissima jnfantissa, pro suj maiorj solacio atque oportuna societate et seruicio, possit et habeat ducere jn Alamaniam seu Germanjam et jnde secum tenere, ex nobilibus officialibus et alijs seruitoribus Portugalensibus suis antea familiaribus et quj secum venerint, tam masculis quam feminjs, quos scilicet dictus serenissimus dominus romanorum rex voluerit et jn condicione et numero sibi bene uisis et ad eius arbitrium retinendis et collocandis.

Jtem, est conuentum et jn pactum deductum jnter partes predictas, vt supra, quod, statim jn reditu dictorum reuerendj et spectabilium oratorum ipsius serenissimj dominj regis romanorum et quam primum ipsi vel eorum aliquis ad eum redierint, jpsē serenissimus dominus rex romanorum teneatur, per licteras suas publicas et autenticas, personaliter confirmare, acceptare, laudare et approbare capitula omnia supra et jnfra scripta, quatenus sibi jncumbunt obseruanda, et eiusmodj litteras tradere dicto suo procuratorj jn Portugaliam de proximo, vt preferitur, mictendo, vt eas eidem jllustrissimo regi Portugalie, quam primum eum adierit, tradat et, pro suj et dicte jllustrissime jnfantissee cautela vberiorj, assignet.

Jtem, est conuentum et jn speciale pactum deductum, vt supra, quod quilibet parcium ante dictarum que non adimpleuerjt seu obseruauerjt

dicta capitula, prout ad vnamquamque earum spectet, incurrat ipso jure et facto penam sexaginta milium florenorum aurj de camera consimjlium, de bonis partis non obseruantis aut non complentis seu contrafacientis parti complenti et obseruanti, applicandorum, ratis tamen manentibus capitulis et pactis huiusmodj.

Demum, fauente diujna gratia, dicti reuerendus ac spectabiles oratores et speciales ad predicta procuratores et mandatarij serenissimj et potentissimj dominj Frederici, romanorum regis et semper augusti, sic vt premittitur vice et nomine jllius agentes, contrahentes, paciscentes et alias acceptantes, firmantes et stipulantes ex vna parte, et dictus magnificus orator et ad precontenta specialis procurator et mandatarius dicti excelentissimj et jllustrissimj dominj regis Portugalie, vice et nomine jllius agens, contrahens, paciscens et alias acceptans, firmans et stipulans ex altera parte, predicta omnia capitula et vnumquodque jllorum et singula contenta jn eis jnjerunt et, eatenus scilicet quatenus ac prout ad vnamquamque jpsarum parcium spectat et illarum onerj singulariter et diuisim incumbunt, vt dictum est, pro quibus de rato habendo promiserunt, dictis nominibus sibi jpsis mutuo et ad jnuicem conenerunt pactique ac polliciti sunt denuoque firmarunt ac, medio juramento sollennj, ad dominum Deum et eius sancta quatuor euangelia cuiusque jpsorum manibus corporaliter tacta et jurata, jn anjmam cuiusque dictorum serenjssimorum et illustrissimorum romanorum et Portugalie regum ac de et pro premissis omnjbus e singulis jrrefragabiliter obseruandis et, prout ad vnamquamque jpsarum partium et earum personas tangunt, prorsus actendendis atque complendis, fidem sibi ipsis vtrinqe dederunt, dolo et fraude cessantibus, et pro eisdem omnibus jpsorum personas, status regnaque et bona omnia, quantumlibet priuilegiata, dictis omnibus sibi ipsis ad jnuicem ac mutuo vicissimque obligarunt atque ypothecarunt, jn posse et manu secretarij et notarij jnfrascripti, tanquam publice et autentice persone, pro ipsis partibus absentibus et eis omnibus quorum jntersit vel jnteresse poterit quomodolibet jn futurum, legitime stipulantis, ad cautelam vberiorem omnium et singulorum predictorum. Prolatisque per vtrosque jpsarum parcium oratores, procuratores et mandatarios predictos nonnullis verbis et sermonibus, dictam jpsorum vnjformem concordiam et principium suorum voluntatem circa premissa plenarie demonstrantibus, dixerunt quod dicta capitula et vnumquod[que] eorum, dictis nominibus et eatenus quatenus ad vnamquamque jpsarum partium spectabant seu jncumbebant, sub promissionibus termjnorum, prefixionibus, clausulis, penarum adiectionibus, pactis, condicionibus, obligacionibus, juramentis et stipulacionibus omnibus et singulis, que et prout superius continentur atque particulariter distinguuntur, concedebant, laudabant, firmabant, approbant ac jurabant, prout jn presentia ac conspectu

ipsum regie maiestatis Aragonum ea omnia et singula, que pro repetitis singillatim et seriatim lectis atque probatis haberi jñibj voluerunt, statim et de facto, ad pleniorē securitatem, concesserunt, firmarunt, approbarunt atque laudarunt, ymo etiam, exhibitis eis et cuilibet ipsorum sacrosanctis Dei euangelijs ipsisque tactis ore et manibus, jñ anjmas dictorum serenissimorum et jllustrissimorum romanorum et Portugalie regum, singula singulis eorum referentes, omnj dolo et fraude cessantibus, jurarunt fidemque sibi ipsis, qualem jnter reges et principes seculj huius christianos presertim decet, mutuo dictis nominibus dedc-runt ac personas, regna, dominja et bona omnia, quantunque priuilegiata, de et pro eisdem vtrinq̃ue tenendis, obseruandis et adimplendis, sibi ipsis dictis nominibus obligarunt et penitus ypothecarunt, stipulatione sollennj, jñ posse mei, Joannjs Olzina, secretarij et notarij jnfrascripti, tanquam publice et auctentice persone, pro ipsis partibus absentibus et omnibus alijs quorum jnteres vel jnteresse poterit jñ futurum, stipulantis et legitime recipientis.

Jñ quorum omnium fidem et testimonium vtrique ipsarum parcium oratores petierunt atque requisierunt et dicta regia Aragonum et vtriusque Sicilie maiestas, premissa omnja et singula laudans, comendans et celebrans, jussit confici duo aut plura publica et autentica jnstrumenta, vnum scilicet vnj et alterum alterj parti tradendum. Que omnia data et acta fuerunt loco, die et anno predictis ac presentibus jllustribus dominjs Ferdinando de Aragonia, duce Callabrie, Joanne, duce Cleuensi (4), et magnificis Mathia de Victoribus, jllustris dominij Venetorum, et Francho Nicolai de Sachetis, magnifice communitatis Florencie, oratoribus reuerendo Arnaldo Rogerio (5), episcopo Vrgellensi, cancellario Nicolao Fillach, legum doctore et vicecancellario, fratre Ludouico Dezpug (6), clauario ordinis Beate Marie de Muntesia, consiliarijs dominj regis Aragonum supradicti, pro testibus, vt premittitur, ad supradicta omnia vocatis specialiter et rogatis.

Signum + nostri Alfonsi, Dei gratia regis Aragonum, Sicilie citra

(4) Nas duas edições deste documento em SOUSA, *Provas da História Genealógica*, vol. 1, ps. 595 e 321, respectivamente, safu erradamente *Derien'* por *Cleuensi* (de Clèves) o que induziu em errada conclusão o VISCONDE DE SANTAREM, *Quadro elemental*, vol. 1, p. 351, nota 630, ao afirmar que neste contrato não figura o nome do duque de Clèves. Na recente leitura de *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 6, p. 783, vemos *Cleriensis*.

(5) No ms. vêm só as iniciais A. R. Arnaldo Rogério de Palas foi bispo de Urgel, em Espanha, de 14 de Abril de 1436 a 16 de Agosto de 1461 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica mediæ ævi*, vol. 2, p. 260).

(6) A Fr. Luis Despuig, da Ordem Militar de Montesa, em Espanha, aludimos várias vezes nos anteriores volumes desta colectânea. Sobre ele pode ver-se, por exemplo, a nota 1 de ps. 278-79 do nosso vol. 8.

et vitra Farum, Valencie, Hierusalem, Hungarie, Maiorice, Sardinie et Corsice, comitis Barchinone, ducis Athenarum et Neopatrie ac eciam comitis Rossilionis et Ceritanie, quj supradicta omnia et singula, jn nostro presenciali conspectu, vt predictur, presentibus prenominatis testibus, jnter reuerendum, spectabiles et magnificos oratores predicti serenissimj et potentissimj dominj romanorum regis semper augustj, et cetera, ex vna, et dictum magnificum oratorem jllustrissimj et excellentissimj dominj regis Portugalie, et cetera, nepotis nostrj carissimj, ex alia partibus, concordata, conclusa, finita, promissa prorsusque stipulata, obligata et jurata fuisse testamur eisdemque presentialiter nos jnterfuisse dum, sic vt premictitur, agerentur et fierent eaque, quantum jn nobis sit, laudamus et per omnja approbamus ac ipsis pro abundantioris cautele suffragio, que prodesse pluries et obesse mjnime jn similibus consuevit, auctoritatem nostram jnterponjmus pariter et decretum. Jn quorum fidem et testimonium, magnum sigillum maiestatis nostre huic publico jnstrumento impendenti apponi jussimus, die, loco et anno primum superius annotatis. Rex Alfonsus.

Sig + num mei, Joannis Olzina, dicti serenissimj dominj regis Aragonum et vtriusque Sicilie, etc., secretarij suaque etiam et jmperialj auctoritate notarij publici, quj precontentis omnibus et singulis, dum sic vt premictitur agerentur et fierent, de mandato et ad requisicionem proximi dicti dominj regis et prenominatorum reuerendj, spectabilium et magnificorum oratorum, procuratorum atque mandatariorum vtriusque dictarum partium, videlicet serenissimj et potentissimj dominj regis romanorum et dicti jllustrissimj et excellentissimj dominj regis Portugalie, presens jnterfuj eaque, vna cum precontento regio decreto, attestacione et approbatione, scribi feci clausique et subscripsi, loco, die et anno jn prima linea huius publici jnstrumentj declaratis.

Constat de rasis et correptis in xxxxiij linea, vbi legitur tamen premissis.

Dominus rex mandauit michi,
Joannj Olzina.

248

12 DEZEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Gâes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Ribeira de Vide, termo de Coruche.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 39 v.

Dom Afonso, etc.

Item, carta d'Afonso Giãaez, morador na rribeira da Uide, termo de Coruche, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, xij dias de dezenbro. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiii^o L.

249

13 DEZEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a seu sobrinho D. Afonso de Vasconcelos, filho de D. Fernando de Cascais e de D. Isabel Coutinho, a tença que a sua mãe fora confirmada em 18 de Setembro de 1440, outrora outorgada a D. Pedro de Meneses pelo infante D. Henrique, em pagamento de parte do que lhe devia (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 57, — donde se reproduz; e liv. 20, fl. 159 v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 428-32.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, da parte de dom Afonso, nosso sobrinho, nos foy mostrada hũa nossa carta, signada per o jffante dom Pedro, teendo per nos carrego do rregimento de nossos rregnos, cujo trellado he este que sse segue.

Segue-se a transcrição da carta de 18 de Setembro de 1440, — o DOC. 110 do nosso vol. 7.

E pedionos o dicto dom Afonso que, porquanto todo o contheudo na dicta carta viera per erança a dona Jsabell, ssua madre, filha do dicto conde dom Pedro, e, per morte da dicta ssua madre e de dom Fernando, sseu padre, lhe perteeçiam, como sseu filho lidemo mayor, que lhe confirmassemos a dicta carta.

E nos, visto sseu rrequerimento e as mujtas e grandes rrazões que a ello teemos e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e lhe

(1) Cfr. o DOC. 110 do nosso vol. 7.

outorgamos e confirmamos a dicta carta como em ella he contheudo, assoomente nom queremos que sse entenda honde diz que a dicta teença seja asseentada em a nossa portagem da cidade de Lixboa, porque nossa mercee he nom asseentarmos, per obrigacom, nehũuas coussas semelhantes per rrendas certas, por algũuas rrazõoes de nosso seruico. Os quaees djnheiros lhe mandaremos pagar em tall lugar per que rregeba pagamento.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda, contadores, almo-xarifes e escpriuãaes e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que a conpram, a sobredicta carta, segundo em ella e neesta nossa confirmaçom he contheudo, ssem outro algũu embargo. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, sijxada per nos e asseellada de nosso seello pendente, pera a teer pera ssua guarda.

Dada em a nossa villa de Santarem, xiiij dias de dezenbro. Ruy Diaz a fez. Ano do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

250

17 DEZEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de aposentação, a pedido do infante D. Henrique, ao aconthiado de cavallo e armas João Afonso Perdigão, morador em Paranhos, termo de Seia, de 65 anos de idade e doente, os quais cavallo e armas ele dá a Fernão de Sequeira, escudeiro da casa do mesmo infante, com quem vai agora a Ceuta.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 216 v., — donde se reproduz.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 434.

Dom Afonso, etc.

A vos, nosso corregedor da comarca da Beira, e aos juizes e coudell da villa de Sea e a todalas outras nossas justiças e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto perteençer per qualquer guissa que seja, a que esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que o jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tyo, nos enujou dizer que Joham Afonso Perdigom, morador em Paranhos, termo da dicta villa, aconthiado em cauallo e armas, era de hidade de

saseenta e çinquo annos e muyto fraco e despossado, que nos nom podia ja serujr, ao quall prazia de dar o dicto caualllo e armas a Fernam de Sequeira, escudeiro de ssua cassa, o quall ora uay com ell a Çepta, nos pedia por merçee que o mandassemos apoussentar, posto que nom chegasse a hidade de sateenta annos, per que teemos hordenado que os acon-tiados ajam de seer apouss[ent]ados.

E, porque a nos dello praz; teemos por bem e apoussentamollo e mandamos que daqui en diante o nom costringaaes, etc. Carta em forma, dapoussentado.

Dada em Santarem, xbij dias de dezembro. Elrrej o mandou, per Nuno Martijnz da Silueira, etc. Lopo Fernandez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

251

20 DEZEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Vasques, besteiro da câmara do infante D. Henrique, alfaiate, morador em Santarém.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 190.

Jtem, carta de Martim Vaasquez, alfayate, morador em Santarem, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a dicta villa de Santarem, xx dias de Dezenbro. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o L.

252

28 DEZEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar o judeu mestre Guedelha, cirurgião do infante D. Henrique, morador na Covilhã, a andar em besta muar de sela e freio pelo prazo de 3 anos.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 192 v.

Jtem, carta de meestre Guedelha, judeu, morador em Coujlhãa, cel-lorgiam do jfante dom Henrrique, etc., em que lhe dam licença e lugar que, da feitura desta carta ataa tres annos, possa andar em besta muar de ssella e freo, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, xxbiij dias de dezenbro. Lopo Fernandez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij L^a.

253

5 JANEIRO 1451

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro do Rego, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos barqueiros de Santarém, sòmente nos casos de contenda entre barqueiro e barqueiro e não de outros homens do mar nem do rio.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 4.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Pero do Reguo, escudeiro do jffamte dom Amrique, meu muito prezado e amado tio, morador em esta villa de Santarem; teemo[s] por bem e damollo ora nouamente em ella por juiz dos barqueiros, soamente quamdo for contenda antre barqueiro e barqueiro e nom doutra guissa nem doutros homes do mar nem do rrio, escpreuendo ante elle Gomez Annes, que o dicto officio tem, per nossa carta.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta villa e outros quaees-quer juizes e justiçaes e nossos officiaes e pessoas que esto ouuerem de veer, que ajam o dicto Pero do Reguo por juiz dos dictos barqueiros, como dicto he, e outro nêhũ nom; e o leixem seruir e hussar do dicto officio, ssem outro nêhũ embargo que lhe sobre ello sseja posto. O quall jurou em a nossa chancelaria, aos santos auangelhos, que bem e dijreitamente e como deue, huse do dicto officio e aguarde a nos nosso seruico e ao poboo seu djreito.

Dada em Santarem, b dias de janeiro. Gonçalo Anes a fez. Anno de mjl iiij^o Lj.

254

7 JANEIRO 1451

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Arrentela, termo da vila de Almada.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 9.

Jtem, carta de Joham Gonçalves, morador nArrentella, termo da ujlla dAlmadaa, besteiro da cama[ra] do jffante dom Enrrique, etc. Priui-legio em forma.

Dada em Santarem, bij dias de janeiro. Diego Borges a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Lj.

255

11 JANEIRO 1451

Carta de el-rei D. Afonso V, de confirmação do seu contrato de casamento com a infanta D. Isabel, filha do falecido duque de Coimbra, a pedido dela, com algumas declarações, adições e cláusulas.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 5 v., — donde se reproduz; em leitura nova, Reis, liv. 1, fl. 28 v., e Místicos, liv. 3, fl. 80 v.

Dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a muj alta e muj excelente prínçessa e muy esclarecida e muy ujrtuossa ssenhora a rrainha dona Jssabell (1), minha molher, que ssobre todas prezo e amo, nos mos-

(1) No ms. Jssall.

trou hũa carta de cassamento, per nos sijgnada e asseellada do nosso seello do chumbo, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição do contrato matrimonial entre D. Afonso V e D. Isabel, de 6 de Maio de 1447, — o DOC. 159 do nosso vol. 9.

Pedindonos, por merçee, que, porquanto jeeralmente mandamos confirmar semelhantes cartas, fectas per nos ante que teuessemos rregimento de nossos rregnos, lha confirmasemos.

E nos, vendo o que nos assy dizia e pidia, uostas per nos e consijradas as sobredictas rrazões e outras mujas que nos a esto juntamente mouem, sendo certificado do directo e entendimento da dicta carta e de cada hũa clausolla em ella postas e, querendolhe fazer graça e merçee, lha confirmamos, aprouamos, louuamos, rratificamos como em ella he contheudo, com as clasollas e declarações ajusso escriptas. E, de nosso moto proprio, liure uontade e poder absoluto, nos praz declarar alghũas clausollas em ella contheudas, segundo era nossa teençom, ao tempo que a dicta carta de casamento foy fecta, a saber.

Que onde, na dicta carta, diz que ella aja, em toda a sua uida, todallas terras e uijas, etc., que esto se entenda nom soamente durante o dicto matrimonio antre nos anbos, mas ajnda depois da separaçom delle, per quallquer modo e casso e aconticimento que separado seja, em uida della, ora aja hi filhos dantranbos, ora nom.

Jtem, onde diz que ella aja, em toda sua uida, hũu milhom e çento e saseenta e cinco mjl rreaes brancos, esto declaramos que se entenda asy durante o dicto matrimonio, como separado, segundo em cima auemos declarado, por o quall asentamento de directos que lhe asentado temos em a dicta sissa dos panos da dicta cidade de Lixboa, lhe obrjgamos especialmente a dicta sissa dos panos, per a quall queremos que ella aja os dictos directos de sseu asentamento, sem lhe nunca seerem dalli mudados pera outra parte.

E assy o prometemos per nossa fe rreal, por nos e por nossos socesores, saluo se rrequeridos formos nos ou nossos sobcesores, da parte da dicta ssenhora rainha, que lhe sejam pera outra parte mudados, onde entender a seer mjlhor pagada. Pero, se, em alghũu tempo, a dicta sissa dos panos ujer a tall mjnguamento que nom rrenda a dicta conthia de djnheiros que a dicta ssenhora ha dasentamento, o que mjnguar lhe prometemos que lhe seja asentado e pagado em outra cassa e rrenda, quall ella quiser asijnar, em a dicta cidade de Lixboa.

E, aconteçendo que o dicto matrimonio antre nos, per quallquer modo, posto que tall seja que cuydar se nom possa nem deua, seja separado e departido em uida della, o que Deus nom queira, ora hi aja filhos antre anbos ora nom, e a rainha que per o tempo for ou nos ou outro alghũu

noso sobçessor queira todas ou alghũa das dictas suas terras ou ujllas que ora ella tem ou teuer, e a dicta ssenhora rrainha, mjnha madre, que Deus aja, quando erra rrainha em estes rregnos tijnha, que elles lhas nom possam tirar todas ou cada hũa dellas, por pequena que seja, per nhũu modo nem casso, posto que justo pareça aos homeens, sem lhe primeiro seer dado por ellas asentamento, em cada hũu anno, em dobro do que rrender o que lhe asi tirar quiser. O quall asentamento de cada hũu anno, em dobro, lhe seja asentado em a nossa cidade de Lixboa, em a sissa do pam e em a sissa das herdades e em a nossa portajem, ata a dicta conthia que lhe montar dauer. E, se mais for a dicta conthia do que rrenderem as dictas sissas e portajem, que o aja per o que nos rrender o auer do pesso; as quaes sissas do pam e das erdades e portajem e auer do pesso da dicta cidade obrigamos especialmente aa dicta ssenhora rrainha, pera per ellas auer a dicta conthia, quando o casso ujer de lhe em ellas deuer de seer asentada. E prometemos, per nossa fe rreal, por nos e por nossos sobçessores, que nunca lhe dally sera mudada pera outra parte nem tirada, em todo nem em parte della, alghũa coussa, saluo se rrequerido formos nos ou nossos sobçesores, da parte da dicta senhora rrainha, que lhe seja pera outra parte mudada, onde entender seer mjllhor pagada.

Jtem, onde diz que, separado o dicto matrimonjo, per seu falleçimento della, que ajam ujnte mjll escudos os erdeiros della, etc., declaramos e enademos que, quando a Deus prouuer despoer de sua ujda primeiro que da nossa ou da nosa primeiro que da sua, ora saporado o matrimonjo antre nos, ora durante, a nos praz e outorgamos que ella, em todo casso, aa sua morte, possa despoer, pera depois de sua morte, de ujnte e oito mjll scudos douro da nossa moeda. E queremos que, posto que ella falleça com filhos ou filhas ou outros alghuuns erdeiros de directo, que nom possam entrar a estes escudos nem os demandar, dizendo que deuem dauer delles sua legitima, como sua erdade propia, mas ante seja a ella liurementemente concedido de despoer delles o que lhe prouuer e os deixar todos ou parte delles a quem lhe aprouuer, a elles ou a outra qualquier pesoa estranha, em testamento ou em condecilhos ou per outro qualquier modo e genero de hultima vontade ou per contracto e doaçom antre ujuos, se lhe mais prouuer.

E, falleçendo ella abintestada, sem despender dos dictos ujnte e oito mjll escudos, que o filho ou filha que della ficar possa despoer, por sua alma, em obras meritorias, delles o que lhe aprouuer. Os quaes lhe serem pagos no modo e fforma ajusso scprita, quando ella delles desposesse. E estes ujnte e oito mjll escudos douro queremos que sejam pagados, despois do seu passamento, per o modo e maneira que dicto he no contrauto ja fecto, sem lhe seer com ello bollido nem mudado, quanto ao modo da paga que depois de seu passamento ha de seer ffecta. E, nom teendo ella ja as terras, ao tempo de seu passamento, que emtom a paga de destes

ujnte e oito mjl scudos se faça pello asentamento que ella ouuer em dobro, por as rrendas de suas terras, como suso dicto he, e per ho asentamento que ha em a dicta sissa dos panos.

E queremos e mandamos que, daqui em diante, a dicta ssenhora rrainha ponha e possa poer, em a dicta sissa dos panos ou em outras quaesquer rendas onde ouuer seu asentamento, rrecebedor ou rreçebedores que rreçebam todo o que a dicta rrenda ou rrendas rrrenderem e façam a ella sua paga, contanto que seja per nossa carta e prazimento, e do mais farom o que lhe mandarmos. O quall rrecebedor ou rreçebedores aueram de nos aquelle e tamanho mantijmento como pella guissa que o ataaqui ouueram os que per nos eram postos. E, uijndo o casso de lhe seerem obrigadas as outras sisas e portajem susso escriptas ou cada hũa dellas, como dicto he, que tambem possa poer rreçebedores em as que lhe obrigadas forem que por ella rreçebam, pera mjlhor poder auer conprimeto de sua paga. Os quaes rreçebedores aueram seu mantijmento, como susso dicto he. E todas estas coussas sobredictas e cada hũa dellas mandamos e enco-mendamos, sob pena de nossa bençom, a todos nossos sobcesores e erdeiros que as gardem e conpram e façam guardar e conprir.

E com estas declarações, clausollas, adições confirmamos, apro-uamos, louuamos, rreficamos o dicto contrauto e, se mester ou necesario he, de nouo ho fazemos e çellebramos, como em elle e aqui he contheudo; e pormetemos e juramus, per nossa fe, por nos e por nossos sobçesores, de o asy sempre conprir e guardar e de o asy sempre fazer conprir e guardar como em elle he contheudo. Nem consentiremos que lhe seja facta nhũa cauilhaçom nem uogaria per que, em todo ou em parte, seja trazido em duujda (2) de menos ualler, em parte ou em todo, nem daremos aazo, fauor, ajuda nem encamjnhamento, conselho nem consentimento e menos autoridade, cesante todo engano, simullaçom, desimullaçom, mallicia, aberta ou ascondida, per que, em juizo nem fora delle, em nosso nome, per nos nem per outrem, posto que nosso mandado nom tenha, ou per nossos soçesores ou per outrem por elles, em juizo ou fora delle, ante juiz secular ou ecclesiastico que contra o dicto contracto seja dicto, fecto, jmaginado e em obra posto, per que o queira jnpugnar, limjtar e emtrepetar, grosar, annullar em parte ou em todo, mas ante o conpriremos, em todo e per todo, e cada hũa clausolla em elle contheuda, como deuemos, ante Deus, conprir e promjtido e jurado, per nos e por nossos sobçesores, asi uiuendo ella, como depois de seu pasamento, o que ella ordenar dos ujnte e oito mjl escudos.

E, com estas declarações, clausollas e adições, mandamos que ualha o dicto contracto, sem mudar nem ennouar delle coussa alghũa, mas ante

(2) No ms. *diujda*.

ualha e firme seja pera sempre, ante Deus e os homeens, asi presentes, que ora som, como os que ujerem depois nos, nom enbargante quaesquer leix, canones e djreitos que em contrairo sejam fectos que embarguem a esto que fazemos nom ualler ou menos ualler, nom enbargante os djreitos que querem que nom ualha doaçom antre marido e molher durante o matrimonjo, nem enbargante o djreito que quer que nom ualham arras nem sejam onde nom ha dote, porque do nosso rreal poderio e plenaria e suprema potestade, per os quaes das lex somos jsento, suprimos os fallecimentos do dereito neeste contracto e rreuogamos as lex e todo o dereito ciujll e canonjco e ordenações nossas e custumes destes regnos e doutra quallquer parte e glossas de doctores que em alghũa coussa em contrairo fallam a nom valler, em todo ou em parte ou em alghũa clausolla delle, porque absolutamente queremos que ualha de dereito naturall e das jentes, sem outra soblenjdade de dereito ciuell, mas ante rremouemos todo obstacullo e sotilleza que o dereito ciuell ordenou, per que este contrauto e declarações e adições menos podem valler.

Prometemos mais e juramos, per nossa boa fe, que nos nem nossos sobcessores nom pediremos ao papa nem a outrem que seu poder em todo ou em parte tenha, nem a nhũa perssoa eclesiastica rremissam de juramento, pera hir ou poder hir, em parte ou em todo, contra este contracto asi declarado, enadido e jurado. E todo aquelle nosso erdeiro ou sobcessor que este nosso contracto e declarações e adições delle conpridamente guardar aja ha beençom de Deus e a nossa e o que o contrairo fezer aja a maldiçom de Deus e a nossa conpridamente.

Dada em a nossa ujlla de Santarem, xj dias de janeiro. GonçallEanes a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatrocentos e cinquenta e hũ annos.

256

13 JANEIRO 1451

Instrumento original do pleno poder dado pelo príncipe D. Henrique de Castela a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, para este, em seu nome, tratar, jurar e firmar aliança com o rei de Portugal, seu primo.

AHNM., Osuna, Carpeta 57, n.º 9. Original em papel, com a assinatura do príncipe e seu selo de chapa, no verso.

Sepan quantos esta carta de poder vieren cōmo yo, don Enríque, por la gracia de Dios príncipe de Asturias, fijo primogenjto, heredero del muy

[illegible]

alto e esclarecido príncipe muy poderoso, mj señor e padre, el rrey don Juan de Castilla e de Leon, otorgo e concedo e do todo mj conplido, llenero e bastante poder, en la mejor manera e forma que puedo, a vos, el magnífico don Alfonso Pjmentel, conde de Benaute, absente, asy como sy fuesedes presente, especialmente para que, por mj e en mj nonbre, podades tractar e fablar e asentar e firmar e jurar e tractedes, fabledes, asinedes, firmedes e juredes confedraçion e confedraçiones con el muy alto e esçelente príncipe e señor el rrey de Portugal, mj muy caro e muy amado primo, e me confedreedes e aljedes con el contra qualquier o qualesquier personas de qualquier estado, condiçion, prehemjnencia o dignidad que sean, asi destos dichos rregnos e señorios, como de otros rregnos e señorios qualesquier, avn que la dicha persona o personas sean conjuntas a mj, en qualquier debdo o grado o consangujnidad que sean e ser puedan;

La qual aljança, confedraçion o confedraçiones podades fazer e fagades, por mj e por los mjos e por mjs valedores e aljados e seçaçes, estendiendolo e declarandolo a todas e qualquier o qualesquier cosas e sobre qualquier o qualesquier actos et por el tiempo e tienpos que bien visto vos fuere, con qualquier o qualesquier penas, obligaciones, juramentos, votos publicos e omenajes, vjnculos e firmezas que entendierdes que cumplen para validaçion, corroboracion e firmeza de la dicha confedraçion e aljança que asy, por mj e en mj nonbre, fizierdes e otorgardes, avn que sean tales e de tal graueza que, segund derecho o en otra qualquier manera demanden o rrequieran aver en sy espresa declaraçion e mandado; por quanto, çerca de lo que dicho es, vos, el dicho conde de Benaute, soes e estaes jnformado e çertjficado plenariamente de mj entençion e voluntad.

Et juro, por Dios e por Santa Maria e por la señal de la cruz + e las palabras de los santos euangeljos, en que pongo mj mano derecha, e donde quier que mas largamente estan escriptos, et voto a la casa santa de Jherusalem e fago pleito e omenaje, asy como príncipe, fijo primogenjto del dicho rrey mj señor, en manos de Martin Fernandez Portocarrero, causalero, fijo dalgo, vna e dos e tres vezes, vna e dos e tres vezes, vna e dos e tres vezes, segund fuero e costunbre de España, de tener e guardar e fazer e con efecto deujdo conpljr la dicha confedraçion e confedraçiones e aljança que asy, por mj e en mj nonbre, fizierdes e asentardes, concordardes e otorgardes, prometierdes, jurardes e votardes, con qualesquier penas, vjnculos e firmezas que lo fizierdes, prometierdes e otorgardes, e de non yr nj venyr contra ello nj contra cosa alguna nj parte dello, yo nj otre por mj, en tiempo del mundo, por alguna manera nj rrazon que sea o ser pueda, asy contra ello o contra cosa alguna o parte dello fuere o vinjere o lo contradixere, yo o otre por mj, que me non vala;

Nj pedire nj demandare, yo nj otre por mj, beneficio de rrestituçion jn jntegrum nj absoluçion nj rrelaxacion del dicho juramento nj del dicho

voto al santo padre nj a otra persona alguna et, avn que, de derecho o de propio motu, me lo puedan o deuan dar e otorgar, de non vsar del, en tienpo del mundo, por alguna manera. Et, por que esto, en todo tienpo e lugar que parezca, sea firme e non pueda venjr en dubda, firme esta carta de mj nonbre e mande la sellar con mj sello; e, por mas firmeza, la otorgue ante el escriuano e notario publico e testigos yuso escriptos, en la mñy noble çibdad de Toledo, treze dias de enero, año del nasçimiento del Nuestro Señor Ihesu Christo de mjll e quatroçientos e çinquenta e vn años. Testigos que a esto fueron presentes e vieron como el dicho señor prinçipe lo otorgo e fizo el dicho voto e juramento e firmo aqui su nonbre, segund suso se contiene, e fizo el dicho pleito e omenaje.

(as.) Yo el prinçipe.

Alfonso de Ribera, secretario del dicho señor prinçipe, e Ferrando de Belmonte, su camarero, e Juan de Cordoua, ofiçal de su alteza, pera esto llamados e rrogados.

Et yo, Francisco Ramirez de Toledo, escriuano de camara del rrey, nuestro señor, e su notario publico en la su corte e en todos los sus rregnos e secretario del dicho señor prinçipe, fuy presente el dicho dia, quando su alteza fizo el dicho juramento e pleito e omenaje e firmo con su nonbre, ante los dichos testigos, e, de otorgamiento de su maiestad, fize aqui esto mio sjgno, en testimonio de verdat (*Sinal do notário*).

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas nos documentos e notas do presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

Cancillería Real, Registros: 2542, fls. 75 r.-76 v.; 2543, fl. 166 r.-v.; 2544, fls. 8-9 e 157 v.; 2545, fl. 21; 2546, fls. 10 r.-v., 19 v. e 32 v.; 2617, fls. 175 r.-76 v.; 2656, fl. 174 v.; 2658, fls. 42 v.-43, 57 r.-v. e 58; 2699, fls. 160 v.-61 v.; 2939, fls. 122-28; e 2944, fls. 98 v.-99.

BRAGA

Biblioteca Pública Municipal

Ms. 924 — P. Jorge de S. Paulo, *Epilogo e Compendio da origem da Congregação de Sam Joam Euangelista & do nascimento, vida, & morte dos seus tres fundadores*, de 1658.

ELVAS

Arquivo Municipal

Pergaminho n.º 47.

ÉVORA

Arquivo Distrital

Cód. 72, fls. 6 r.-v. e 10.

FUNCHAL

Arquivo Distrital

Registo Geral da Câmara Municipal, t. 1, fl. 275 v.

GÊNOVA

Archivio di Stato

Archivio Segreto, *Litterarum registri*, vol. 13, fls. 477, 479 v. e 548 v.

LISBOA

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

Arquivo do Marquês de Abrantes, Ms. C. A/IX-F. 37 (16).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Além-Douro, liv. 1, fls. 38 v., 74 e 187; e liv. 4, fls. 161, 170, 175, 184, 190 e 196 v.

Beira, liv. 1, fls. 170 v. e 184; liv. 2, fls. 74, 75, 79 v., 81, 84 v., 122, 134 e 239 v.; e liv. 3, fls. 17 e 20 v.

Bulas, maço 8, n.º 13.

Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 88 v.; e liv. 4, fl. 136.

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 17 v. e 118; liv. 3, fls. 74 e 76 v.; liv. 4, fl. 55 v.; liv. 8, fls. 57 e 142; liv. 10, fl. 25; liv. 11, fls. 9, 14 v., 25 v., 29, 30, 39 v., 65, 69, 73, 93, 94, 95 v., 96, 97 v., 98, 100 r.-v., 106 v., 108, 109 v., 112 v., 150, 152 e 154 v.; liv. 12, fls. 17, 52 v., 71 v. e 168; liv. 15, fls. 65, 88 v., 89 v., 90 r.-v., 167 v. e 168; liv. 20, fls. 37 v., 38 r.-v., 39 r.-v., 40 r.-v. e 159; liv. 23, fl. 65; liv. 24, fl. 19; liv. 25, fls. 13 v. e 25 v.; liv. 30, fl. 6; liv. 34, fls. 2, 4, 5 v., 13, 14 v., 15 v., 20 v.-21 v., 22 r.-v., 23, 24, 25, 26, 30 v., 32 v., 38 v., 39, 52 v., 53, 57 v., 64 v., 68 v., 72, 73 v., 77 v., 83 r.-v., 84, 86 v., 89, 90 v., 91, 96 v., 99 v., 102, 106, 108, 112 v., 113, 114 r.-v., 116, 118, 120, 121, 122 v., 123, 124, 125 r.-v., 126, 131, 132, 133, 134 v., 135 v., 141 r.-v., 142 v., 144 v., 145, 148 v., 152, 155 r.-v., 158, 164 v., 165, 170 v., 172, 173 v., 177 v., 179 v., 182 r.-v., 183 r.-v., 187, 190, 192 v., 194 v., 202 v., 204, 208 v., 212, 215 v. e 216 v.; liv. 35, fl. 60; liv. 37, fls. 3 v., 4 v., 5 v., 52 v., 53, 57, 123 e 127.

Chancelaria de D. João II, liv. 14, fl. 33; liv. 16, fl. 11; liv. 21, fl. 143 v.; liv. 22, fls. 27 v. e 28; liv. 24, fl. 63 v.; e liv. 26, fl. 88.

Chancelaria de D. Manuel, liv. 8, fl. 74 v.; liv. 30, fls. 84 e 97; liv. 37, fls. 40 v. e 43 v.; e liv. 44, fl. 43.

Chancelaria de D. João III, liv. 6, fl. 187; liv. 27, fls. 1 e 37; liv. 31, fl. 81; liv. 38, fls. 28 e 105 r.-v.; liv. 40, fl. 187 v.; liv. 47, fl. 143 v.; liv. 48, fl. 35; liv. 55, fl. 184; liv. 67, fl. 218 v.; e liv. 72, fl. 53 r.-v.

Colecção Especial, parte 1, caixa 27, e caixa 118, maço 2, n.º 14.

Colegiada de S. Estêvão de Alfama, maço 5, n.º 91 v., e maço 11, n.º 213.

- Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, n.º 35.
Direitos Reais, liv. 1, fl. 186.
Estremadura, liv. 3, fl. 183; liv. 6, fl. 131; liv. 8, fls. 182 v., 183, 184, 199, 221 v., 234, 242, 244 r.-v., 259, 262 v., 264, 268, 269 v. e 287; liv. 11, fls. 52 v., 64 v. e 124; e liv. 13, fl. 48 v.
Extras, fls. 72 v., 73, 75, 78, 105 v., 107 e 189.
Gavetas: 3, maço 6, n.º 1, e maço 7, n.º 12; 7, maço 1, n.º 1; 10, maço 9, n.º 1; 16, maço 2, n.º 2, fl. 9; e 17, maço 3, n.º 12.
Guadiana, liv. 1, fl. 31 v.; liv. 2, fl. 264 v.; liv. 3, fls. 191 v., 242, 247, 249 v., 250 v., 262 e 267 v.; liv. 5, fl. 115; e liv. 7, fl. 198 v.
Ilhas, fls. 55 v., 75 e 76 v.
Legitimações, liv. 2, fl. 50.
Leis, maço 1, n.º 165.
Livraria (Manuscritos), *Cód.* 358, fls. 125-31 v. e 135 v.-36; *Cód.* 1163, fls. 357 e ss.; e *Ms.* 44, fls. 7 v. e ss.
Mestrados, fls. 130 v., 153 v., 154 v. e 210.
Místicos, liv. 1, fls. 64 v. e 291 v.; liv. 2, fls. 35, 36 v. e 202; liv. 3, fls. 80 v., 84 r.-v., 86, 87, 88, 89 v., 94 r.-v., 96, 98 v., 102 v., 103 v., 104 v., 109 r.-v., 111 v., 112, 116, 118 r.-v., 121, 123 v., 124 r.-v., 125 v., 127, 129, 130 v., 133 v., 163 v. e 236 v.; e liv. 4, fls. 21, 22 e 24 v.
Núcleo antigo, *Códs.* 9 A, fl. 186; 12, fls. 186 e 199 v.; e 14, fl. 129.
Ordem de Avis. Docs. 675 e 694.
Ordem de Cristo. *Cód.* 234, parte 1, fls. 52 v. e ss. e 61-73; parte 2, fls. 37, 68, 91 v. e 158; *Cód.* 235, parte 4, fls. 2 v. e 9. Pergaminhos das Ordens do Templo e de Cristo, Régios, maço 1, n.º 25. Tombo das Comendas da Ordem de Cristo, vol. 298, fls. 40-70 v.
Reis, liv. 1, fl. 28 v.

Biblioteca Nacional

- Alcobaça*, *cód.* 73, fls. 218, 223 e 298.
Caixa 28, H. 5, 47, n.º 19.
Colecção Pombalina, *cód.* 443, fls. 85-89 v.
Fundo Geral, *cód.* 735, t. 1, fls. 94 e ss.

Biblioteca da Sociedade de Geografia

- Colecção Vidigueira*, maço 1, doc. 10.

MADRID

Archivo Histórico Nacional

- Osuna*, *Carpeta* 8, n.º 21, e 57, n.º 9; *Legajos* 2210, doc. 1, e 3.909, docs. 15, 17, 18, 19 e 20.

Biblioteca Nacional

Manuscritos 1159, 10.445, fls. 133-39 e 20.259^o.

PORTO

Gabinete de História da Cidade

Pergaminhos, vol. 5, doc. 9.

Vereações, liv. 2, de 1448-49, fls. 56, 57 v., 60 r.-v. e 67 v.

ROMA

Archivio Segreto Vaticano

Regestum Lateranense, vol. 464, fl. 111 v.

Regestum Supplicationum, vol. 446, fl. 149 r.-v.

Regestum Vaticanum, vol. 391, fl. 191 v.; vol. 404, fl. 213 v.; e vol. 411, fl. 321 v.

SANTARÉM

Arquivo da Direcção de Finanças

Pergaminhos do mosteiro de Santa Clara de Santarém, maço único, n.º 5.

TOMAR

Arquivo da Misericórdia

Preuilegios da Casa da Misericórdia, vol. 71, fl. 234 v.

VISEU

Arquivo Distrital

Pergaminhos do Cabido, maço 27, doc. 45.

Privilegios do Cabido, liv. 2, doc. 21.

Museu Regional de Grão-Vasco

Pergaminho n.º 35.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e os títulos das obras citadas no presente volume; para os autores portugueses, por ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros, segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a aduzida nos volumes anteriores.

ACENHEIRO, Christóvão Rodrigues. — *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Na «Collecção de Ineditos de Historia Portugueza publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pela Comissão de Historia da mesma Academia», t. 5, Lisboa, 1926, ps. 1-364.

ALMEIDA, Fortunato de. — *História de Portugal*, t. 2, Coimbra, 1923.

— *História da Igreja em Portugal*, ts. 1 e 2, Coimbra, 1910. Do tomo 1 fez o autor 2.^a edição, Coimbra, 1930. Acha-se em publicação edição integral da obra, preparada e anotada pelo Prof. Dr. Damião Peres, Portucalense Editora, Porto.

ALMEIDA, Lopo de. — *Cartas de Itália*. Publicadas pelo Prof. Rodrigues Lapa. Lisboa, 1934.

ARAGÃO, Maximiano de. — *Viseu* (Apontamentos históricos), t. 2, Viseu, 1895.

ARQUIVO dos Açores, vol. 1, Ponta Delgada, 1878, e vol. 4, ibi, 1881.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho. — *V Centenário do descobrimento dos Açores. Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores, precedido de um ensaio crítico por...* Ponta Delgada, 1932.

ASCHBACH, Joseph. — *Geschichte Kaiser Sigmunds*. Hambur, 1838-45, 4 vols.

AZEVEDO, Pedro de. — *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Coimbra, 1915 e 1934, 2 vols.

BARATA, António Francisco. — *Vésperas de Alfarrobeira*. No «Arquivo Histórico Português», vol. 3, Lisboa, 1905, ps. 209-11.

BARATIER, Édouard, et REYNAUD, Félix. — *Histoire du Commerce de Marseille*, vol. 2, Paris, 1951.

BARBOSA, Ignácio de Vilhena. — *Estudos Históricos e Archeológicos*. Porto-Braga, 1874-75, 2 vols.

BARROS, Henrique da Gama. — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.ª edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares, vols. 4, 8 e 9, Lisboa, 1947 e 1950.

BASTO, Artur de Magalhães. — *Limiar da tragédia. Reflexos no Porto das vésperas de Alfarrobeira*. Separata da «Revista de História», vol. 13, Lisboa, 1952, ps. 241-71.

— *A expedição a Castela do Condestável D. Pedro em 1445*. Em «Ocidente», vol. 1, Lisboa, 1938, ps. 65-75.

BEAZLEY, C. Raymond. — *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos Modernos*. Porto, 1945.

BETTENCOURT, J. de A. Albuquerque de. — *Duques de Portugal*. No «Arquivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal», vol. 1, Lisboa, 1925, ps. 41-79.

BIBLIOGRAFIA Geral Portuguesa, vol. 2, Lisboa, 1942, ps. 579-611.

BRÁSIO, P. António Duarte. — *Monumenta Missionaria Africana. Africa Occidental (1342-1499)*, 2.ª série, vol. 1, Lisboa, 1958.

— *O Tombo do Infante D. Pedro em Penela*. No «Arquivo Coimbrão», vols. 21-22, t. 2, Coimbra, 1967, ps. 497-501.

BULLARIUM FRANCISCANUM continens constitutiones, epistolas, diplomata Romanorum Pontificum. Ed. Ulricus Hüntmann, O. F. M. Nova series, tomus 1 (1431-1455). Ad Claras Aquas (Quaracchi), prope Florentiam, 1929.

C., J. da C. N. — *Dos Infantes D. Pedro e D. Henrique e do célebre viajante Marco Paulo*. Em «O Panorama», 2.^a série, vol. 6, Lisboa, 1842, ps. 421-22.

CALMETTE, J. — *Louis XI, Jean II et la révolution catalane (1461-75)*. Paris, 1903.

— *Le grand règne de Louis XI*. Paris, 1938.

— *Autour de Louis XI*. Paris, 1947.

— *Les Grands Ducs de Bourgogne*. Paris, 1949.

CARRILLO DE HUETE, Pedro. — *Crónica del Halconero de Juan II* (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de. — *O túmulo do Infante*. Em «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1894, ps. 574-92.

CERONE, Fr. — *La politica orientale di Alfonso di Aragona*. No Archivio storico per le provincie napoletane», t. 27, Napoli, 1902, ps. 64-65, 71, 75 e 83.

[COELHO, José Ramos]. — *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*. Lisboa, 1892.

COLLECCIÓN de Documentos inéditos para la História de España. Vol. 36, Madrid, 1860.

CONDE DE TOVAR. — *Catálogo cronológico e biográfico dos escriptos da puridade*. Em Academia Portuguesa da História, *Estudos Históricos*, vol. 6, t. 3, ps. 97-193.

CORDEIRO, P. António. — *História Insulana das Ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental*. Lisboa, 1717.

CORDEIRO, Luciano. — *Portugueses fora de Portugal. Uma Sobrinha do Infante, Imperatriz da Alemanha e Rainha da Hungria*. Lisboa, 1894.

— *Diogo de Azambuja*. Nas suas «Questões Histórico-Coloniais», vol. 2, Lisboa, 1936, ps. 89-174.

CORPO Diplomático Portuguez. Contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até aos nossos dias publicado de ordem da Academia das Sciencias de Lisboa por Luiz Augusto Rebello da Silva. Vol. 1, Lisboa, 1862.

CORREIA, Fernando da Silva. — *Um notável médico conselheiro do Infante D. Henrique.* Nas «Actas» do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, vol. 3, Lisboa, 1961, ps. 57-78.

COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa* (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo). Braga, 1960.

— *D. Gomes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV.* Abadia de Montserrat, 1963. Separata de «Stvdia Monastica», vol. 5, fasc. 1.

CRÓNICA de Don Álvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestro de Santiago. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1940.

CRÓNICA del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

CRÓNICA de D. Juan II. V. — PÉREZ DE GUZMAN, Fernán.

CUNHA, D. Rodrigo da. — *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa, vida e acções de seus Prelados e Varões eminentes em santidade que n'ella floresceram.* Lisboa, 1642.

DAILLIEZ, Laurent. — *Essai historique sur l'Ordre Souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte au Portugal (XII-XV Siècles).* Em «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. 1, Paris, 1969, ps. 13-52.

DE WITTE, Charles-Martial. — *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle.* Na «Revue d'Histoire Ecclésiastique», t. 51, Louvain, 1956, ps. 413-53.

— *Une ambassade éthiopienne à Rome en 1450.* Em «Orientalia Christiana Periodica», vol. 22, Roma, 1956, ps. 286-98.

DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias. — *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*. Vol. 1. — Introdução à «Crónica dos feitos de Guiné». Lisboa, 1949.

— *O Primeiro Duque de Viseu*. Notas e Documentos. Braga, 1951.

— *O Espólio do Infante D. Henrique*. Subsídio para o seu estudo. Na «Colectânea de Estudos», 2.ª série, ano 2, Braga, 1951, ps. 193-257.

— *Regimento do Infante D. Henrique sobre os direitos de pesca em Castro Marim*. Na «Colectânea de Estudos», 2.ª série, ano 4, Braga, 1953, ps. 292-358.

— *Estudos Henriquinos*. Vol. 1, Coimbra, 1960.

— *Qual o Cabo dobrado em 1484 por Gil Eanes?* Nos «Anais» da Academia Portuguesa da História, 2.ª série, vol. 13, Lisboa, 1963, ps. 141-57.

— *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Nos «Anais» da Academia Portuguesa da História, 2.ª série, vol. 17, Lisboa, 1968, ps. 117-58.

DUARTE, Rei D. — *Leal Conselheiro*. Lisboa, 1942.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica medii aevi*. Vols. 1 e 2, Monasterii, 1913 e 1914.

FARIA, Francisco Leite de. — *A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens*. Em «Stvdia», vol. 13-14, Lisboa, 1964, ps. 377-85.

FERRAZ, Maria de Lourdes Esteves dos Santos de Freitas. — *A ilha da Madeira na época quatrocentista* (Elementos para o seu estudo). Em «Stvdia», vol. 9, Lisboa, 1962, ps. 143-98.

FIERVILLE, Ch. — *Le cardinal Jean Jouffroy et son temps*. Paris, 1874.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *A Chancellaria de D. Afonso V*. No «Arquivo Histórico Português», vol. 2, Lisboa, 1904, ps. 479-83.

— *Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século*. Ibi, vol. 3, Lisboa, 1905, ps. 241-73.

— *Brasões da Sala de Sintra*. 2.^a ed., Coimbra, 1921-30, 3 vols.

FREITAS, Jordão Apolinário de. — *Serras de água nas ilhas da Madeira e Pôrto Santo*. Na «Revista de Arqueologia», t. 3, Lisboa, 1936-37, p. 169.

FRUCTUOSO, Gaspar. — *Saudades da Terra*. Livro 2, Porto, 1925.

GAMA, Eurico. — *Catálogo dos pergaminhos do Arquivo Municipal de Elvas*. No «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. 26, Coimbra, 1964, ps. 228-360.

GAVETAS (*As*) da Torre do Tombo, t. 2, Lisboa, 1962, e t. 6, ibi, 1967.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. Lisboa, 1943-56, 3 tomos.

— *Ensaio*. Vol. 1 — Sobre História Universal. Vol. II — Sobre História de Portugal. Lisboa, 1968.

GONÇALVES, Iria. — *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa, 1964.

GONÇALVES, Júlio. — *O Infante D. Pedro e os Descobrimentos Portugueses*. Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 77, n.º 3-4, Lisboa, ps. 127-38.

— *O Infante D. Pedro, as Sete Partidas e a Génese dos Descobrimentos*. Lisboa, 1955.

GRAPPIN, P. J. — *Eloge historique de Jean Jouffroy*. Besançon, 1785.

HEERS, Jacques. — *Portugais et Génois au XV siècle. La Rivalité Atlantique-Méditerranée*. Nas «Actas» do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, vol. 2, Lisboa, 1960, ps. 138-47.

HELENO, Manuel. — *Subsídios para o estudo da Regência de D. Pedro, duque de Coimbra*. Lisboa, 1933.

HISTÓRIA de España, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, t. 15, Madrid, 1964.

HISTÓRIA de Portugal, t. 3, Barcelos, 1931.

HISTÓRIA das viagens, vida e morte do grande Infante D. Pedro. Lisboa 1941.

«INDICE chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795 o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

INSULA. Ano 1, Ponta Delgada, 1932.

IORGA, Nicolau. — *Notes et extraits pour servir à l'histoire des croisades au XV^e Siècle*. Bucarest, 1915.

— *Un Print Portughez Cruciat in Tara-Românescă a Secolului al XV-lea*. Bucuresti, 1925.

JÁCOME CORRÊA, Marquês de. — *História da descoberta das Ilhas*. Coimbra, 1926.

JOAQUIM, Manuel. — *Notícia de vários documentos dos séculos XIII, XIV, XV e XVI, existentes no Museu Grão-Vasco*. Viseu, 1954.

LA MARCHE, Lecoy de. — *Le Roi René*. Paris, 1879, 2 vols.

LA MARCHE, Olivier de. — *Mémoires*. Paris, 1883-88, 4 vols.

LANDIM, Gaspar Dias de. — *O Infante D. Pedro*. Lisboa, 1892.

LA RONCIERE, Charles de. — *La Découverte de l'Afrique au Moyen Age*. Vol. 2, Le Caire, 1925.

LEÃO, Duarte Nunes de. — *Chronicas, e vidas dos Reys de Portugal*. Tomo 2, Lisboa, 1780.

LEITÃO, Humberto, e LOPES, Vicente (Comandantes). — *Dicionário da Linguagem da Marinha antiga e actual*. Lisboa, 1963.

LEITE, Duarte. — *História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1959-62, 2 vols.

LEITE, Jerónimo Dias. — *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita Ilha*. Tratado composto em 1579 e agora publicado com introdução e notas de João Franco Machado. Coimbra, 1947.

LESEUR. — *Histoire de Gaston IV, Comte de Foix*, vol. 1, Paris, 1893.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira. — *D. Leonor de Portugal, filha de El-Rei D. Duarte, Imperatriz da Alemanha*. — Notas iconográficas. Na «Revista de História», vol. 10, ps. 143 e ss.

LIVRO do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo. Lisboa, 1739, 1790 e 1855.

LIVRO (O) de Marco Paulo. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa, 1922.

LIVRO (O) da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro. 3.ª edição, com uma Introdução e notas por Joaquim Costa, Director da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto, 1946.

LOBO, Francisco Miranda da Costa. — *A acção diplomática dos portugueses nos séculos XV e XVI, destinada à realização das descobertas e conquistas*. Lisboa, 1937.

— *Dolorosa tragédia dos Incêitos Infantes, filhos de D. João I*. Coimbra, 1943.

— *A verdade e a lenda de Prestes João*. Coimbra, 1944.

LOPES, Fernão. — *Crónica de D. João I*. Porto, 1945-49, 2 vols.

MACHADO, Franco. — *Descobrimento e Colonização do Arquipélago da Madeira. A questão das Canárias*. Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 1, Lisboa, 1937, ps. 275-90.

MADAHIL, António Gomes da Rocha. — *A política de D. Afonso V apreciada em 1460. (Inéditos do Infante D. Fernando, Duque de Viseu, do Condestável D. Pedro e do Marquês de Vila-Viçosa)*. Na «Biblos», vol. 7, Coimbra, 1931, ps. 35-64 e 123-40.

— *Inéditos e dispersos do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e Regente do reino. I. — A instituição da Capela de D. Filipa no Convento de Odélas*. Em «Feira da Ladra», Lisboa, 1934.

MARQUES, A. H. de Oliveira. — *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa, 1959.

— *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos da vida quotidiana. Lisboa, 1964.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimentos Portugueses*. Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por..., Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

MARTINEZ-FERRANDO, J. Ernesto. — *Pere de Portugal «Rei dels Catalans» vist a través dels registres dela seva cancelleria*. Barcelona, 1936.

— *Tragédia del Insigne Condestable Don Pedro de Portugal*. Madrid, 1942.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. — *Os Filhos de D. João I*. Lisboa, 1947.

MARTINS, Mário. — *Visionarismo literário de Quatrocentos*. Na «Brotéria», t. 47, Lisboa, 1948, ps. 19-35.

MASCARENHAS, Joaquim Augusto de Oliveira. — *A traição de Alfarrobeira*. Lisboa, s. d.

MEMORIAS de Don Enrique IV de Castilla. Tomo II (e único). Contiene la Colección Diplomática del mismo Rey. Compuesta y ordenada por la Real Academia de la Historia. Madrid, 1835-1913. — Não publicado o t. 1, que se destinava às Crônicas do monarca.

MONFAR Y SORS, D. Diego. — *Historia de los Condes de Urgel*. Barcelona, 1853.

MONUMENTA Henricina. Vols. 1 a 9, Coimbra, 1960-68.

MORENO, Humberto Baquero. — *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*. Em «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. 1, Paris, 1969, ps. 53-79.

NASCIMENTO, João Cabral do. — *Documentos para a história das Capitâneas da Madeira*. Publicados e anotados por... — Lisboa, 1930.

— *Ensaio sobre a natureza jurídica das Capitánias*. No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 2, Funchal, 1932, ps. 56-59.

— *Zarco ou os efeitos da publicidade*. Ibi, vol. 5, Funchal, 1937, ps. 81-90.

OLIVEIRA, Miguel de. — *Origens da Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra, 1951.

ORDENAÇÕES do Senhor Rey D. Affonso V. Coimbra, 1786 e 1792.

OSÓRIO, João de Castro. — *Inclita Geração. Dom Duarte. D. Pedro*. Lisboa, 1945.

PEDRO DE PORTUGAL (Condestável D.). — *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel*, 2.^a ed., revista e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Coimbra, 1922.

PEIXOTO, Alfredo Pinto da Cruz da Rocha. — *D. Pedro ou D. Henrique*. Em «O Primeiro de Janeiro», Porto, 1894, n.º de 4 de Março.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. — *Introdução a O Livro de Marco Paulo*. Lisboa, 1922.

PEREIRA, Gabriel Victor do Monte. — *Estudos Eborenses — Évora e o Ultramar*. Évora, 1892.

PÉREZ EMBID, Florentino. — *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*. Sevilla, 1948.

PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. — *Crónica del serenísimo príncipe Don Juan, Segundo Rey deste nombre en Castilla y en Leon*. Na «Biblioteca de Autores Españoles», t. 68, Madrid, 1877 e 1953, ps. 277-95.

PICCOLOMINI, Aeneas Sylvius. — *De viris illustribus*. Stuttgart, 1842.

— *Historia rerum Friderici tertii imperatoris*. Ed. de J. H. Boecler, Strasburgo, 1685.

PIEL, Joseph Maria. — *Livro dos Offícios de Marco Tullio Ciceram*. Coimbra, 1948.

PIMENTA, Belisário. — *As cartas do Infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1429-1448)*. Coimbra, 1958.

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. — *História da Literatura Portuguesa. Idade Média*. 2.ª edição, Coimbra, 1959.

PINA, Ruy de. — *Chronica del Rey D. Duarte*. Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, ps. 71-194; e edição da Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901. — Nas transcrições seguimos o códice iluminado 359, *Livraria* (Manuscritos), do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

— *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. Na retrocitada Collecção da Academia e volume aduzido, ps. 210-489; e na Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901-02. — Nas transcrições seguimos o códice iluminado n.º 358, *Livraria* (Manuscritos), do Arquivo Nacional.

— *Croniqua del Rey Dom Joham II*. Nova edição com prefácio e notas de Alberto Martins de Carvalho. Coimbra, 1950.

PITA, P. Ferreira. — *Descoberta e início do povoamento*. Em «Das Artes e da História da Madeira», n.º 23.

QUADRO *elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias*. Pariz-Lisboa, 1482-76, 18 vols.

RAU, Virgínia. — *Sesmarías Medievais Portuguesas*. Lisboa, 1946.

— *Estudos de História*. Porto, 1968.

RIBEIRO, Orlando. — *Aspectos e problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa, 1962.

RICARD, Robert. — *Les Places Luso-Marocaines et les îles Portugaises de l'Atlantique*. Nos «Anais da Academia Portuguesa da História», 2.ª série, vol. 2, Lisboa, 1949, ps. 399-410.

— *L'infant D. Pedro de Portugal et «O Livro da Virtuosa Bemfeitoria»*. No «Bulletin des Études Portugaises et le l'Institut Français au Portugal», Nouv. série, t. 17, Coimbra, 1953, ps. 1-65.

ROGERS, Francis Millet. — *The four dromedaries of the Infante Dom Pedro. One of Guillaume Apollinaire's sources*. No «Boletim do

Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. 14, 1956, ps. 39-55 (e versão portuguesa a ps. 56-72).

— *List of Editions of the Libro del Infante don Pedro de Portugal*. Lisboa, 1959.

— *Union Between latin and eastern christians and the overseas expansion of the portuguese*. A thematic study of the *Libro del Infante Dom Pedro de Portugal*. — Nas «Actas» do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», vol. 2, Lisboa, 1960, ps. 148-63.

— *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge-Massachusetts, 1961.

SÁ, Artur Moreira de. — *O Infante D. Pedro e a crítica histórica*. Na «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, t. 16, 2.ª série, n.º 3, Lisboa, 1950, ps. 117-27.

— *A «Carta de Bruges» do Infante D. Pedro*. Na «Biblos», vol. 23, Coimbra, 1952, ps. 33-34.

— *Alguns documentos referentes ao Infante D. Pedro*. Na «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, 2.ª série, t. 22, n.º 1, Lisboa, 1956, ps. 5-69.

SÁ, Ayres de. — *Frei Gonçalo Velho*. Vol. 1, Lisboa, 1899.

SANCEAU, Elaine. — *O Porto nas vésperas de Alfarozeira*. No «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. 21, Porto, 1958, ps. 187-208.

SANTA MARIA, Fr. Francisco de. — *O Céu aberto na Terra*. História das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, & de S. João Evangelista em Portugal. Lisboa, 1697.

SANTO ESTEVAO, Gomes de. — *Historia del Infante Don Pedro de Portugal, el qual anduvo las siete partidas del mundo*. Sevilla, s. d.

SANTOS, António Ribeiro dos. — *Memória sobre dois antigos mappas geográficos do Infante D. Pedro, e do Cartório de Alcobaca*. Nas «Memórias de Literatura Portuguesa» publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, t. 8, parte 2, Lisboa, 1814, ps. 275-304.

— *Da demarcação do Estreito de Magalhães no mappa do Infante D. Pedro*. Em «História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. 5, parte I, Lisboa, 1817, ps. 115-35.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. — *O Infante D. Pedro na Austria-Hungria*. Na «Brotéria», vol. 68, Lisboa, 1959, ps. 17-37.

S. DETOLE, O. F. M., P. Teodosio Somigli di. — *Etiopia Francescana nei documenti dei secoli XVII e XVIII preceduti da cenni storici sulle relazioni con l'Etiopia durante i sec. XIV e XV*. Per cura e studio del... — Na «Biblioteca Bio-Bibliografica della Terra Santa e dell'Oriente Franciscano», Serie terza, Documenti, diretta dal P. Girolamo Golubovich, O. F. M., t. 1, parte 1, Quaracchi (Firenze), 1928, ps. X-CLIX.

SCHARF, George. — *Remarkx on a portrait of the Empress Leonora in the possession of Earl Stanhope*. Em «The Archaeologia», vol. 43, Londres, 1870, ps. 1-16.

SERPA, António Ferreira de. — *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*. Lisboa, 1917.

— *Dois açoreanos no Governo Interino proclamado em 15 de Setembro de 1820*. Lisboa, 1917.

— *O Arquipélago da Madeira nos mapas e portulanos no séc. XIV*. No «Arquivo Histórico da Madeira», vols. 3-4, Funchal, 1931, ps. 125-28.

— *Um documento falso atribuído ao Infante D. Henrique ou a carta de doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges*. Na «Revista de Arqueologia», t. 1, Lisboa, 1932-34, ps. 220-24, 244-49 e 262-64.

SILVA, Augusto Vieira da. — *A Judiaria Nova e as Primitivas Terceiras de Lisboa*. Em «O Arqueólogo Português», vol. 6, Lisboa, 1901, ps. 114-32.

SOUSA, D. António Caetano de. — *Do Infante D. Pedro, Regente do Reyno*. Na sua «História Genealógica da Casa Real Portuguesa», 2.^a edição, t. 2, Coimbra, 1946, ps. 39-57.

— *O Infante D. Henrique*. Ibi, ps. 59-65.

— *A Infanta D. Isabel, Duquesa de Borgonha*. Ibi, ps. 67-85.

— *Da Infanta D. Leonor, Emperatriz de Alemanha, mulher do Empo-
rador Frederico III.* Ibi, ps. 313-69.

— *Da Infanta D. Catharina.* Ibi, ps. 371-73.

— *Da Infanta D. Joanna, Rainha de Castella, mulher delRey D. Hen-
rique IV.* Ibi, ps. 375-81.

— *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* 2.ª edi-
ção, t. 1, Coimbra, 1947.

— *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª ed., t. 5,
Coimbra, 1948.

SOUSA, António Dâmaso de Castro e. — *Resumo histórico da vida,
acções, morte e jazigo do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, Regente
do reino de Portugal, na menoridade d'el-rei D. Afonso 5.º.* Lisboa, 1843.

SOUSA, José Maria Cordeiro de. — *De como o Infante fez o hospital
de Tomar.* Nos «Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem
de Cristo» vol. 3, Lisboa, 1951, ps. 178-80.

SYLVA, Joseph Soares da. — *Memorias para a vida do Infante
D. Pedro.* Nas suas «Memorias para a Historia de Portugal...», t. 1,
Lisboa, 1730, ps. 316-79.

TAROUCA, Carlos da Silva. — *As origens da Ordem dos Cavaleiros
de Évora (Avis).* Segundo as Cartas do Arquivo do Cabido da Sé de
Évora. Évora, 1947.

TOVAR, Pedro de. — *O desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique.*
Na «Revista de História», ano 6, n.º 23, Lisboa, 1917, ps. 249-61.

*TRATADO do Infante Dom Pedro de Portugal, o qual andou as sete
partidas do mundo.* Lisboa, 1789.

VASCONCELOS, D. Carolina Michaëlis de. — *Introdução a CON-
DESTAVEL D. PEDRO DE PORTUGAL, Tragédia de la Insigne Reina
Doña Isabel,* Coimbra, 1922.

VASCONCELOS, Miguel Ribeiro d'Almeida e. — *O Duque de Coim-
bra Regente do Reino.* Em «O Instituto», vol. 3, Coimbra, 1855, ps. 301-
-03 e 316-19.

VERCI, G. B. — *Storia della marca trevigiana*. Venezia, 1786-91.

VERLINDEN, Charles. — *Formes féodales et domaniales de la Colonisation Portugaise dans la Zone Atlantique aux XIV^e et XV^e siècles et spécialement sous Henri le Navigateur*. Na «Revista Portuguesa de História», t. 9, Coimbra, 1961, ps. 1-44.

VICENS VIVES, J. — *Juan II de Aragón (1398-1479). Monarquía y revolución en la España del Siglo XV*. Barcelona, 1953.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. — *O Infante D. Pedro, o das Sete Partidas*. Lisboa, 1902. Separ. da «Revista Militar», ano 54, n.º 21.

— *Um companheiro do Infante D. Pedro, o das Sete Partidas*. Na «Revista Militar», t. 54, Lisboa, 1902, ps. 641-49.

— *A pesca do coral no século XV*. No «Arquivo Histórico Português», vol. 1, Lisboa, 1903, ps. 315-20.

— *A cultura intellectual de D. Affonso V*. Na revista retrocitada, vol. 2, Lisboa, 1904, ps. 254-68.

— *D. Isabel de Portugal, duqueza de Borgonha*. Na mesma revista, vol. 3, Lisboa, 1905, ps. 81-106.

— *D. Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha*. Notas documentaes para o estudo biographico d'esta princesa e para a historia das relações da corte de Portugal com a Casa d'Austria. — Na dita revista, vol. 7, Lisboa, 1909, ps. 432-40, e vol. 8, Lisboa, 1910, ps. 34-46.

— *Notícia sobre alguns médicos portugueses ou que exerceram a sua profissão em Portugal*. Em «Arquivos de História da Medicina Portuguesa», nova série, ano 4, Porto, 1913.

VON KRONES, Fr. — *Leonor von Portugal Gemahlin Kaiser Friedrichs III, des steirischen Habsburgers (1436-1467)*. Em «Mittheilungen des Historischen Vereins für Steiermark», Herausgegeben von dessen auschusse XLIX Heft, Graz, 1902, ps. 55-120.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco institutorum*, 3.ª ed., t. 12, Quaracchi, 1932.

WALTER, Jaime. — *O Infante D. Henrique e a medicina*. Em «*Stvdia*», vol. 13-14, Lisboa, 1964, ps. 31-39.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. Composta por... Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos n.ºs 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné*. Lisboa, 1949. — Nas transcrições seguimos o texto do códice 41 dos *Manuscripts portugais* da Biblioteca Nacional de Paris, através de fotocópia.

— *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*. Na «*Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza*» da Academia das Ciências de Lisboa, t. 2, Lisboa, 1792, ps. 213-635.

— *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Na colecção retrocitada, t. 3, Lisboa, 1793, ps. 3-385. — Nas transcrições seguimos o códice 520, *Livraria* (Manuscritos), do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa.

ZURITA, Jerónimo de. — *Anales de la Corona de Aragon (Segunda parte de los)*. Çaragoça, 1579.

ÍNDICES

ÍNDICE CRONOLÓGICO

2 JANEIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido de sua esposa, a rainha D. Isabel, concede perdão aos que foram servidores e adeptos portugueses do infante D. Pedro, seu sogro e ex-regente do reino, bem como a outros, os quais andavam fugidos de suas moradias, por incriminados em inquirições tiradas sobre o seu procedimento, em razão de haverem obrado ou falado contra o serviço régio e da falecida rainha D. Leonor, sua mãe, menos a Vicente Egas, João Carreiro, João Lourenço Farinha e Diogo Gonçalves, que são degradados para Ceuta enquanto for mercê do monarca p. 1

13 JANEIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a do regente D. Pedro de 22 de Fevereiro de 1444 sobre a feira de Viseu, por ele concedida ao infante D. Henrique, e redigida quase nos precisos termos daquela, posto se lhe não refira. p. 3

18 JANEIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Gonçalves, escrivão dos reguengos de Santa Catarina (de Ribamar), no termo de Lisboa, os quais o monarca dera para as despesas da cidade de Ceuta p. 5

20 JANEIRO 1449. — Carta de D. Afonso V de Aragão ao rei de Portugal, ao infante D. Fernando e ao arcebispo de Lisboa, a recomendar-lhes Fr. Filipe Jordão, da Ordem de S. Bernardo, e a rogar-lhes seja o mesmo reintegrado no priorado de S. Pedro de Lisboa, que tinha quando a rainha D. Leonor saiu do reino e lhe foi retirado pelo regente D. Pedro, e ainda seja Fr. Filipe promovido a maior dignidade, se é possível, atendendo aos serviços por ele prestados à falecida rainha de Portugal, como seu capelão, depois ao infante D. Henrique de Aragão e, enfim, à viúva deste, de quem é capelão-mor p. 6

27 JANEIRO 1449. — Procuração passada por el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão D. João, rei de Navarra e governador geral do reino aragonês, para, em seu nome, firmar liga ou confederação com o

rei de Portugal, pois este lha cometera depois de assumir o governo do reino, com as condições e pelo tempo em que convierem, nomeadamente com estas cláusulas: cada um dos contratantes pagará a ajuda que solicitar ao outro; se o rei de Castela guerrear os de Aragão e de Navarra ou estes aquele, o de Portugal, em determinado prazo e depois de avisado e requerido, é obrigado a declarar guerra ao de Castela; se ele a fizer ao de Portugal ou este àquele, os reis de Aragão e de Navarra, depois de avisados e requeridos, associar-se-ão ao de Portugal, na guerra contra Castela; a paz e as tréguas com o rei castelhano hão-de ser feitas com consentimento daquele ou daqueles a quem o mesmo haja declarado guerra ou lhe tenha sido movida; na liga em causa não pode, contudo, o rei de Aragão ser obrigado a ajudar o de Portugal contra o duque de Borgonha, as comunidades de Milão e de Génova e o marquês de Ferrara p. 8

25 FEVEREIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique, enquanto for sua mercê, os direitos das mercadorias que vierem ao reino das terras sitas entre os cabos Cantim e Bojador, menos a sisa, com segurança para navios, tripulações e fazendas que, por ordem ou licença do infante, forem à referida zona ou de lá vierem p. 11

27 FEVEREIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, confirma à Ordem Militar de Cristo, de que ele é regedor e governador, todas as honras, privilégios, liberdades, graças e mercês que lhe haviam dado e confirmado os monarcas seus antecessores p. 13

28 FEVEREIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de segurança e salvo-conduto, passada ao conde de Benavente, que lhe pediu para visitar a corte portuguesa p. 15

1 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, a recomendar ao papa Nicolau V Fr. Pedro de Góis, comendador de Santa Vera Cruz, no reino de Portugal, da Ordem do Hospital, pelos serviços que lhe tem prestado e ainda pelos que dispensou a sua irmã a rainha D. Leonor, o qual vai tratar de assuntos da própria consciência p. 16

2 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao conde de Arraiolos, seu primo, a capitania de Ceuta p. 17

3 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Gonçalo Pacheco, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de tesoureiro

dos dinheiros, panos e demais coisas pertencentes às despesas da cidade de Ceuta, em Lisboa p. 18

7 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a tomar Leonel Gil, escudeiro da casa do infante D. Henrique, e suas coisas em especial guarda e encomenda, em atenção ao dito infante p. 19

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique, enquanto sua mercê for, duas casas nas tercenhas régias de Lisboa, junto das casas de Ceuta, onde o infante tem duas naves, sob condição de ele as conservar e reparar à sua custa, enquanto delas usar p. 20

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433 sobre a dízima nova de toda a pesca do mar de Monte Gordo ser entregue ao dito infante p. 21

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder ao infante D. Henrique altar e jazigo para si no mosteiro da Batalha, na capela de D. João I, junto ao jazigo do infante D. Pedro p. 22

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará eduardino de 21 de Setembro de 1434, de privilégio a dez pastores daquele que, no couto de Alcobaça, haviam de pastorear 2.000 ovelhas p. 23

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará de el-rei D. Duarte de 21 de Agosto de 1437, de privilégio a treze marinheiros seus em Lisboa e Porto e ainda a Diogo de Pinheiro, mestre da sua nau, residente em Lisboa p. 24

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. Duarte de 26 de Setembro de 1433, da confirmação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino p. 25

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433 de quitação do quinto que a el-rei pertence haver das coisas tomadas pelos barcos armados pelo dito infante p. 26

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 1 de Junho de 1436 de privilégio a 18 homens da sua pesca dos atuns e corvinas no Algarve p. 27

10 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar o infante D. Henrique a mandar povoar as sete ilhas dos Açores, onde já mandara lançar ovelhas p. 28

10 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará eduardino de 24 de Agosto de 1436, de licença para mandar sepultar seus criados em capela do mosteiro da Batalha p. 29

10 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a transcrever da chancelaria, a pedido do infante D. Henrique, por se lhe haver danificado o original, a carta de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, de concessão do quinto das presas efectuadas por navios e fustas que ele arme ou traga de armada à sua custa e com capitães seus . . . p. 30

11 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. João I de 30 de Outubro de 1422, pela qual ele fora autorizado a dar de sesmaria certas terras suas e da Ordem de Cristo p. 31

11 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a transcrever, a pedido do infante D. Henrique, por se lhe haver extraviado o original respectivo, a carta de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, em que se concedera ao infante o exclusivo da pesca do atum no Algarve p. 32

11 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. João I de 11 de Junho de 1430, de licença para o dito infante escambar suas terras de Reigada e Pereiro, em Riba-Coa, e casas que em Lisboa houvera de Mestre Aires, físico, com bens da Ordem de Cristo em Tomar, a fim de nesta povoação fazer hospital para agasalho de pobres p. 33

11 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de doação das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta com todos seus direitos, rendas e jurisdição, efectuada pela de D. Duarte de 26 de Setembro de 1433 p. 34

12 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. João I de 10 de Janeiro de 1421, sobre os seus canais e estacadas do Ródão, transcrita na da regência de 2 de Junho de 1439 p. 35

12 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. Duarte de 22 de Maio de 1437, de regulamentação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino . p. 36

14 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 26 de Setembro de 1433, transcrita da chancelaria noutra da regência de 20 de Maio de 1439, de privilégio a 30 homens que haviam de aproveitar a quinta de Alpriate, da Ordem de Cristo, em Vialonga, Vila Franca de Xira . . . p. 37

17 MARÇO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear para caminheiro da Relação da Suplicação da Corte Vasco Eanes, criado de João Teixeira, escudeiro da casa do infante D. Henrique p. 38

20 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Fernando Alvares Cabral, fidalgo, seu vassallo e criado do infante D. Henrique, e a seus successores, as terras de Azurara e de Manteigas e o lugar de Moimenta de a par de Gouveia, nos termos da carta eduardina e das joaninas na mesma transcritas p. 39

21 MARÇO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Mem da Montanha, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para coudel da vila de Azambuja e seu termo por 5 anos . . . p. 40

22 MARÇO 1449. — Em sessão da câmara do Porto daquela data protesta-se contra o facto de ali se cobrarem os dez reais para Ceuta aos que casavam, no próprio ano do casamento, e ainda aos officiaes pelos moços aprendizes; pelo que se resolveu reclamar-se a el-rei ou ao infante D. Henrique p. 40

24 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do almirante Rui de Melo, declara aos juizes de Lagos e demais juizes e justiças do país que apenas podem requerer navios, barcas, caravelas e mareantes para o serviço régio nos portos de mar do reino em que não esteja o almirante ou seus alcaides e officiaes, a quem o assunto compete ordinariamente p. 41

28 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Alvaro Pires, caseiro e mordomo de João Teixeira, escudeiro do infante D. Henrique p. 43

28 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Rui Galvão, seu secretário, do que recebeu e despendeu na manutenção

das infantas D. Catarina e D. Joana, irmãs do monarca, e das pessoas que as serviram nos anos económicos de 1447-1448 . . . p. 44

29 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João Vaz, escrivão que foi da puridade da rainha D. Leonor, pelos muitos serviços dele recebidos e que espera receber, certos bens de raiz pela citada rainha comprados ao infante D. Henrique no termo da vila de Obidos, onde chamam Olho Marinho, ou seja a terra assim denominada, moinho de moer pão e quinta que foi de João Manuel . . . p. 46

1 ABRIL 1449. — Acta da sessão da câmara municipal do Porto, em que se diz que mandava o infante D. Pedro velar Coimbra e seus lugares, talvez por causa do conde de Benavente, que está no reino; e, como o duque está em casa de el-rei e o dito conde mui perto da cidade, resolvem se vele e guarde bem aquela, dia e noite, pela homenagem que prestaram ao monarca, e ainda que a procissão de Ramos não saia fora da cidade . . . p. 47

2 ABRIL 1449. — Carta de nobreza, dada por el-rei D. Afonso V de Aragão a Fr. Vasco de Oliveira, comendador da comenda de Coimbra, da Ordem do Hospital, e seu conselheiro, bem como aos descendentes do mesmo para sempre, atentas as suas virtudes, bons costumes e os serviços que lhe prestou, presta e prestará de futuro, em que lhe dá, por armas, as do seu reino de Jerusalém, a inserir, se ele quiser, nas que já usa . . . p. 48

7 ABRIL 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara de Évora, a comunicar-lhe que mandara cartas suas ao duque de Bragança por João Rodrigues, escudeiro de sua casa, a quem o infante D. Pedro mandou prender e levar perante si e lhe tomou as ditas cartas, as abriu e leu, após o que fez ao portador os comentários contra seu real estado e serviço constantes do escrito que envia junto, e ordena seja lido publicamente, para não estranharem o procedimento que contra o dito infante entende tomar . . . p. 50

[7 ABRIL 1449]. — Escrito das coisas que o infante D. Pedro disse a João Rodrigues, escudeiro da casa de el-rei D. Afonso V, depois de haver apreendido ao mesmo, aberto e lido cartas régias dirigidas pelo monarca ao duque de Bragança . . . p. 51

8 ABRIL 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar a seus vassallos e naturais, sob pena da confiscação de bens, officios, tenças e mercês e de castigos corporais, que não se vão para o condestável,

pois lhe consta que ele junta gente para apoiar o infante D. Pedro, seu pai, que contra o serviço e mandado régios tem feito ajuntamento de gentes de armas, ou então para impedir o corregedor pelo monarca enviado a Elvas de cumprir as ordens que recebera; e, se alguém se houvesse juntado ao condestável, o abandonasse no prazo de quatro dias após a publicação da presente carta, a divulgar pelas praças de Elvas e a fixar à porta da igreja principal da mesma vila . . . p. 52

16 ABRIL 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a dizer-lhe que lhe envia seu conselheiro Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, da Ordem do Hospital, e a pedir-lhe o oiça no que, da sua parte, lhe expuser . . . p. 53

19 ABRIL 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a agradecer à câmara do Porto as prevenções que ela tomara a propósito dos alvoroços do infante D. Pedro em Coimbra, velando e rondando a cidade e lançando fora dela alguns vizinhos, feitos com pessoas poderosas comarcãs, e aconselhando-se com João Álvares Pereira, muito servidor de el-rei; recomenda-lhe continuem de prevenção e comunica-lhe ser seu propósito destruir o infante D. Pedro e ir sobre ele, vistas as muitas desobediências que contra sua pessoa e real estado tem feito, dito e obrado; solicita os nomes das pessoas poderosas contrárias a el-rei e ordena prendam os que souberem ser criados e servidores de D. Pedro e inimigos do monarca e que apurem e lhe transmitam seus nomes e culpas . . . p. 54

21 ABRIL 1449. — Carta do duque de Bragança, fronteiro-mor em Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, escrita de Santarém à câmara do Porto, a solicitar-lhe o envio, a toda pressa, por serviço de el-rei, de 200 homens, entre besteiros e escudeiros, do termo daquela cidade e ainda a mais gente e melhor armada que pudessem obter nos lugares de Matosinhos e Azurara, a qual devia seguir por mar e junta, por maior segurança, ao encontro dele, duque, em caravelas, com as armas e artilharia por ele encomendadas . . . p. 56

3 MAIO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, enviada por Pedro Nunes, seu vizinho, a dizer-lhe que pelo mesmo portador lhe manda outra mais extensa, em resposta ao que lhe disseram por Afonso Vasques, escrivão da câmara, depois de haverem escrito duas cartas a propósito dos movimentos do infante D. Pedro e atitude a tomar, uma delas por caravela, sem obterem reposta, donde havia concluído serem as cartas régias apanhadas como as do município, cuja lealdade sublinha e agradece . . . p. 57

5-20 MAIO 1449. — Relato da marcha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, com sua hoste sobre Lisboa e do seu recontro, em Alfaro-beira, com o sobrinho, el-rei D. Afonso V, no qual o infante e alguns dos seus foram mortos p. 59

20 MAIO — 6 DEZEMBRO 1449. — Memorando enviado por el-rei D. Afonso V ao soberano de Castela e ao duque de Borgonha sobre a regência, insurreição e morte do infante D. Pedro, seu tio . . . p. 72

27 MAIO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, por o condestável D. Pedro se haver ausentado para Castela, depois de feitas no país algumas assuadas contra mandado régio, cometido erros contra o real estado e ter abandonado a administração e governo do mestrado da Ordem Militar de Avis, comete o dito mestrado ao infante D. Henrique, até provimento do romano pontífice, por ser o infante pessoa mui digna e conveniente para tal cargo, e ordena lhe obedeçam os freires da referida Ordem p. 79

30 MAIO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença de porte de arma a 30 homens de Rui Valente, cavaleiro do infante D. Henrique p. 82

30 MAIO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a acusar a que lhe mandara por João de Lisboa, seu escudeiro, a quem ouviu no que da sua parte lhe quis dizer e lhe respondeu a tudo, como o próprio o poderá informar p. 83

15 JUNHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar, em duas vidas, a terra e castelo de Aguiar da Pena, confiscados para o coroa, a Diogo Lopes de Azevedo, fidalgo e cavaleiro de sua casa, os quais trazia Lopo de Azevedo, pois, além das maldades por este cometidas sendo do conselho de el-rei, ficou em Coimbra, por mandado do infante D. Pedro, à partida deste, a roldar e a velar contra o serviço e estado régios, a prender e a maltratar os súbditos do monarca que transitavam pelas estradas ordeiramente, tarefa em que ele prosseguiu até à morte do dito infante p. 84

16 JUNHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Fernando Coutinho, fidalgo de sua casa, a casa e utensilagem da saboaria que o infante D. Pedro tinha na cidade de Coimbra, de que ora lhe fez mercê o infante D. Henrique p. 87

17 JUNHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Pero Vasques, porteiro-mor do infante D. Henrique, com o qual ser-

vira na guerra e que anteriormente se envolvera em desordem com João Farto p. 88

19 JUNHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Pedro Eanes Caeiro, natural de Évora, que servira na guerra em companhia do infante D. Henrique e que, sendo casado com Leonor Álvares, esta então de idade de 5 ou 6 anos, se matrimoniara também com Maria Anes, de Lagos, alegando não haver consumado o casamento com a primeira mulher p. 89

27 JUNHO 1449. — Lei de el-rei D. Afonso V, a declarar obrigados os donatários dos bens confiscados aos adeptos do infante D. Pedro e de seu filho o condestável à liquidação dos débitos em que os ditos bens estavam onerados, nos termos que se indicam p. 90

4 JULHO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Eanes, almocreve, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga p. 92

6 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao conde de Odemira, seu primo, vitaliciamente, pelos serviços dele recebidos, azenhas junto da vila de Aveiro, as quais foram do infante D. Pedro, casas pelo mesmo infante compradas naquela povoação, onde ele pousava, todas as vinhas que ele houvera na referida vila e arredores e ainda as éguas poldras que andam nas ilhas do termo de Aveiro p. 92

6 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, de juro e herdade, para sempre, o lugar de Ulme, no termo de Santarém, com suas pertenças e direitos, atentos os serviços por ele prestados ao monarca e a seus antecessores p. 94

9 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar vitaliciamente a Duarte Borges, seu guarda-roupa, pelos benefícios dele recebidos, desde 1 de Janeiro anterior, 3 moios de pão meado que rendem os casais e quinta da Guarda, na Mouta Santa, renda que de el-rei trazia o infante D. Pedro, e mais 1.600 reais brancos e 50 almudes de vinho, um moio de pão e 3 capões que ao monarca haviam de pagar os moradores de Abiul e termo, como pagavam ao sobredito infante p. 96

10 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Diogo Gonçalves Peixoto, cavaleiro do infante D. Henrique, morador na cidade do Porto, a doação da terra de Penafiel de Sousa p. 96

14 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a manter a João Teles forno de cozer pão bem como vinhas, figueiras, terras de sementeira e casas em Faro e em Tavira, como as trouxera Garcia Moniz, pois, por engano, o monarca doara o forno a Rui Valente, cava-leiro da casa do infante D. Henrique p. 97

15 JULHO 1449. — Carta do infante D. Henrique, regedor e governador do Mestrado da Ordem Militar de Avis, por mandado de el-rei e até lhe virem as letras apostólicas respectivas, a ordenar ao prior e freires da mesma Ordem emprazem a Diogo Gonçalves, seu escudeiro, em três vidas, certas casas da Rua das Esteiras, em Lisboa, pertença da Ordem, por 250 reais; pois, segundo informe que mandou tirar por Álvaro Pais, seu escudeiro e almoxarife, nelas reside João Martins, barbeiro, sem qualquer título de aforamento p. 99

16 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Duarte de Meneses a convenção e composição feita entre ele e o infante D. Henrique em 10 de Abril de 1443, sobre a dívida de 2.500 coroas de ouro, proveniente da venda pelo primeiro ao segundo de quintas, bens e padroados de igrejas em terra de Seia, na Covilhã e no Catrão p. 100

18 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara municipal do Porto, a confirmar-lhe os privilégios e a responder a diversos assuntos, na qual se afirma, nomeadamente, haver alegado o município não poder prestar contas das obras da Rua Nova, dos tempos passados, porquanto as pessoas em que toda a governança da cidade era viviam com o infante D. Pedro; e, por favorecerem os seus, as não tomavam e ainda Pedro Afonso e Álvaro Gil, respectivamente corregedor então da comarca e escrivão da câmara, houveram à mão alguns livros das obras e os levaram ao dito infante e, por mais que a câmara os requisitasse, nunca os obteve p. 101

18 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Pais, almoxarife do infante D. Henrique em Lisboa, para coiteiro e guarda-mor das matas, quintas e pinhais régios do Ribatejo p. 104

18 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, dispensa os moradores das ilhas da Madeira, Porto Santo e demais ilhas do dito infante do pagamento da dizima e portagem de todas as mercadorias e coisas que das ditas ilhas trouxerem ou mandarem ao reino p. 105

22 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a isentar Álvaro Eanes, residente no Porto, dos encargos do concelho, por ele ser casado com sobrinha do Dr. Fr. Pedro, confessor do infante D. Henrique, a pedido deste p. 106

22 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Estêvão Eanes, o Moço, residente em Buarcos, para piloto da foz do Mondego e a privilegiá-lo, a pedido do infante D. Henrique, pois este o incumbira de tirar daquela foz os navios pelo infante ali mandados carregar p. 107

26 JULHO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Nuno Martins, escudeiro do infante D. Henrique, todos os bens móveis e de raiz de Fernão de Almeida e de Diogo de Almeida, criados do infante D. Pedro, por haverem estado com ele em Alfarrobeira p. 108

27 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar que no almoxarifado de Santarém e do rendimento do serviço velho e novo dos judeus se paguem anualmente 50.000 reais brancos, desde 1 de Janeiro seguinte, a Fernando Álvares Cardoso, deão de Évora, seu confessor e prior da igreja de Santa Maria de Povos, do padroado régio, o qual a cedera e fora permutada pelo monarca com o infante D. Henrique pelas comendas e priorados de Mogadouro, Penarroias e Bemposta, da Ordem de Cristo, para os rendimentos destas serem dados a Álvaro Pires de Távora, do seu conselho, até lhe serem pagas 2.333 coroas, em débito pelo seu casamento com D. Leonor da Cunha p. 109

28 JULHO 1449. — Emprazamento pela Ordem Militar de Avis e por mandado do infante D. Henrique, regedor e governador do seu Mestrado, de casas em Lisboa, na Rua das Esteiras, a Diogo Gonçalves, escudeiro do dito infante, ali morador p. 111

6 AGOSTO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar os moradores de Montalvão, Alpalhão e Arez, a pedido do infante D. Henrique, para repovoamento das mesmas povoações . . . p. 112

7 AGOSTO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida às autoridades do país, a comunicar-lhes haver-lhe dito o conde de Benavente que, por induzimento e falsas informações, el-rei de Castela lhe tomara as suas vilas e lugares e o extraditara, e que lhe pedira o aceitasse no reino; pelo que, atendendo ao parentesco que tem consigo e aos serviços pelo pai dele prestados a D. Duarte e pelo próprio à rainha D. Leonor

e a si e ainda ao grande amparo por ele dispensado em Castela a nossos naturais, ordena, no caso de ele vir, o recebam e à sua comitiva no país, dando-lhes pousadas de graça e mantimento e demais coisas por seus dinheiros, desde que eles não hostilizem os reinos de Castela ou os respectivos naturais p. 113

13 AGOSTO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, pelos muitos serviços feitos pelo franciscano Fr. Gil de Tavira, abade comendatário do mosteiro de S. João de Alpendorada, a el-rei seu pai e a si mesmo, sendo seu pregador, confessor e mestre, o toma e ao dito mosteiro, servidores e coisas em sua especial guarda, encomenda e defesa p. 115

18 AGOSTO 1444. — Contrato matrimonial e termo do matrimónio celebrado em Lamego, nos paços de D. Vasco Fernandes Coutinho, conde de Marialva e marechal do reino, sendo presentes sua mulher, a condessa D. Maria de Sousa, e D. Gonçalo, seu filho primogénito, entre Martim de Melo, fidalgo da casa de el-rei, e D. Beatriz de Sousa, sobrinha da dita condessa e filha de Pedro Gomes de Abreu e de D. Aldonça, para o qual casamento os condes de Marialva marcam o respectivo dote e afirmam ter o infante D. Henrique prometido dar aos nubentes as quintas e lugares de Aldeia e Pinhanços, como soíam ser de João Rodrigues Coutinho p. 116

20 AGOSTO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Diogo Gil Moniz, cavaleiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de Pedro da Azambuja e de João da Azambuja, residentes em Montemor-o-Velho, por haverem estado com o infante D. Pedro em Alfarrobeira p. 119

20 AGOSTO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 25 de Novembro de 1433, sobre o dote de D. Isabel de Melo, em casamento com João de Almeida, colação do infante D. Henrique p. 120

6 SETEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João de Sousa, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a terra de Soaz, na comarca de Entre Douro e Minho, em recompensa dos serviços por ele e por seus avós prestados à coroa do reino, como a tinha o Doutor João Dosem, do seu conselho, falecido p. 121

20 SETEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Duarte de Meneses contrato por ele feito com o infante D. Hen-

rique sobre a liquidação por este àquele de 3.500 coroas de ouro, resto das 8.000 prometidas por seu casamento com D. Isabel de Castro, hipotecadas pelo infante, até pagamento integral, as suas terras de Tarouca e Lalim e arbitrada a D. Duarte a tença anual de 35.000 reais brancos, pagos do assentamento henriquino no almoxarifado da Guarda e, na falta dele, dos rendimentos do Navegador p. 122

26 SETEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rui Gomes Cerveira, escudeiro da casa do infante D. Henrique, morador em Mesquitela, para vedor dos vassallos régios em Melo, Linhares, Celorico e seus termos, como o fora Afonso André, também escudeiro do infante e actual ouvidor de suas terras p. 123

30 SETEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte da doação do paul de Boquilobo pelo infante D. Henrique a D. Álvaro de Castro, a pedido deste p. 124

2 OUTUBRO 1449. — Estatutos da Ordem Militar de Jesus Cristo, reformados por D. João Vicente, bispo de Viseu, com autorização do papa Eugénio IV, a pedido do infante D. Henrique, por os antigos Estatutos da Ordem conterem disposições prejudiciais e gravosas à mesma e ser necessário actualizá-los, insertos em provisão do referido prelado p. 126

10 OUTUBRO 1449. — Carta patente de el-rei D. Afonso V, em que, atendendo à deslealdade de alguns naturais seus, cometida contra sua pessoa e real estado, por haverem sido com o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, os priva e a seus filhos, até o quarto grau, de todos os benefícios, dignidades, officios, honras, prerrogativas, isenções, privilégios, liberdades e franquezas, a não ser que o monarca, sem embargo da presente disposição e aludindo a ela, venha a declarar o contrário, a qual é applicável a todas as terras do país, nomeadamente às da rainha, dos infantes e duque, seus irmãos e tios, às das ordens, mosteiros, igrejas, condes, fidalgos, ricas-donas, cavaleiros e quaisquer outras p. 138

13 OUTUBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, do seu conselho, para sempre, casas que o infante D. Pedro tinha na cidade de Lisboa, as quais haviam sido de Gonçalo Lourenço, em compensação de todas as coisas pelo dito infante tomadas e roubadas ao dito prelado, contanto que, por morte de seus herdeiros e sucessores, elas fiquem a pessoa leiga; pois, tendo o citado D. Pedro vindo a Alfarrobeira contra el-rei e seu real estado

e havendo-lhe posto batalha, onde logo foi morto, pode o monarca dispor de todos seus bens móveis e de raiz p. 140

1 NOVEMBRO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de legitimação de Violante Aranha, filha de João Aranha, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Cide, e de Catarina Afonso, falecida, ambos solteiros ao tempo do nascimento da legitimada p. 142

4 NOVEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 17 de Agosto de 1436, de confirmação do dote prometido pelo infante D. Henrique a João Álvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, em casamento com Mécia Gomes de Lemos p. 142

5 NOVEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Mécia Gomes de Lemos, viúva de João Álvares da Cunha, cavaleiro que fora da casa do infante D. Henrique, as 2.000 dobras prometidas pelo regente D. Pedro em 23 de Março de 1444 a Mécia Vasques de Góis, para o casamento de duas filhas suas, alvará doado depois por aquela a João Álvares da Cunha, em casamento com Mécia Gomes de Lemos, filha da dita Mécia Vasques, pelas quais dobras lhes foi atribuída a tença anual de 20.000 reais brancos até à liquidação daquelas p. 143

12 NOVEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar o marinheiro João Gonçalves, morador em Tavira, por ele haver casado com irmã de Fr. Gil [de Tavira], licenciado em teologia p. 144

13 NOVEMBRO 1449. — Instrumento de emprazamento, em uma vida, por Fr. Fernão Lopes de Azevedo, comendador-mor da Ordem de Cristo e do conselho de el-rei, a João Afonso de Moraes, morador em Condeixa, termo de Coimbra, de todas as jeiras, herdades, casas e foros que a dita Ordem tem no Campo do Mondego e em Quimbres, os quais o mesmo João Afonso tivera já emprazados em três pessoas e os perdeu, por haver estado em Alfaroqueira com o infante D. Pedro, lavrado o documento por João de Lisboa, escrivão, por autoridade do infante D. Henrique, em Ega e Soure p. 146

15 NOVEMBRO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique os bens de Nuno Fernandes, que foi moço da câmara do infante D. Pedro, por haver estado com ele em Alfaroqueira contra o monarca p. 147

18 NOVEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, com o privilégio de besteiros

de cavalo, 4 marinheiros que ele tiver em Lagos, segundo rol pelo mesmo infante assinado, e que ele possa substituí-los por outros, desde que não excedam o referido número p. 148

22 NOVEMBRO 1449. — Sumário de carta de privilégio, outorgado por el-rei D. Afonso V a Martim Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Estreito, termo de Oleiros p. 149

25 NOVEMBRO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a dar licença a Pedro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo, para andar em besta muar de sela e freio p. 150

4 DEZEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, o doar vitaliciamente ao infante D. Henrique as ilhas Berlengas e o Baleal junto a Atouguia, como as tivera o falecido infante D. Fernando, para ele nelas fazer o que lhe aprouver p. 150

4 DEZEMBRO 1449. — Reconstituição por el-rei D. Afonso V, a pedido do infante D. Henrique, da carta joanina da doação a este da vila da Covilhã, em data desconhecida, sobre a carta de património do mesmo infante de 17 de Abril de 1411, por se lhe haver molhado e inutilizado o original respectivo e não se ter encontrado cópia da mesma nos registos régios p. 151

4 DEZEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique e herdeiros a vila de Gouveia com todos seus rendimentos, direitos e jurisdições, ressalvadas para o monarca a confirmação dos tabaliados, a correição e alçadas p. 156

14 DEZEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar João Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de recebedor das mercadorias entradas de Castela pelo porto de Serpa, de que era devida sisa e dizima ao monarca p. 160

20 DEZEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar os moradores do lugar de Alpilhão da obrigação de terem cavalos e armas e de comparecerem com elas em alardos, a pedido do infante D. Henrique, por se achar despovoada a povoação, por ficar em zona das terras do infante, próximo da fronteira de Castela e ainda por ele desejar povoá-la p. 160

25 DEZEMBRO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Vasco Eanes Corte Real, cavaleiro de sua casa, todos os bens

móveis e de raiz de Lourenço Martins Pardo, morador em Leiria, por ele haver estado com o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira contra a pessoa e real estado do monarca p. 162

4 JANEIRO 1450. — Carta régia, de tença a favor de Branca de Almeida, por motivo de ela haver casado com Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e não ser possível pagar-lhe, de momento, as 1.000 coroas de ouro, de dote, por D. Afonso V prometidas p. 162

5 JANEIRO 1450. — Carta do doge e conselho de Génova a Tomás de Campofregoso, em que, em satisfação de pedido instante do rei de Portugal, lhe manda o nobre varão Leonardo Lomelino, para que seja liquidado em dinheiro a D. Álvaro de Castro o que outrora fora tomado a seu pai D. Fernando de Castro por Bartolomeu Serrato de Savona e ainda não pago, pois este esperara ser dispensado de o fazer pelos lesados p. 164

7 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gonçalo Gonçalves Ferreira, residente no Porto, a pedido do infante D. Henrique p. 165

8 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Porto p. 165

9 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Alvaro Vasques, oleiro, morador em Coimbra, a pedido de João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique p. 166

10 JANEIRO 1450. — Carta de doação de terras de Mação e de Vila Nova de Fozcoá, com suas rendas e direitos e jurisdição cível e crime, a Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, reservadas ao monarca a correição e alçadas p. 167

11 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Lopo Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade do Porto p. 167

12 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Estêvão Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Serra da Pescaria, termo da Pederneira p. 168

12 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Vasques, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Lisboa p. 163

13 JANEIRO 1450. — Carta do doge e conselho de Génova ao rei de Portugal: a acusar a dele de 8 de Outubro, em que lhes solicitava fosse D. Álvaro de Castro ou procurador seu reembolsado da presa que outrora os genoveses tomaram a D. Fernando de Castro, seu pai; a dizerem-lhe que, de início, foi difícil entender o assunto da restituição, por antigo e por haver pouca gente que dele houvesse conhecimento; que, porém, tendo sabido existir Bartolomeu Serrato, cidadão de Savona, lhe mandara emissário, a fim de ele pagar a D. Álvaro; que ele se escusou e assim o assunto se foi protelando até agora, mas já o chamaram e tomarão as providências necessárias; pelo que, lhe rogam mande D. Álvaro procurador habilitado a receber e a passar as quitações respectivas p. 169

15 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder ao infante D. Henrique o exclusivo da pesca do coral nos mares do reino durante cinco anos, sua exportação para fora dele e venda no país, nos termos na mesma carta consignados, bem como contratar marselheses e provençais para o pescarem e ainda importar livremente redes, enxárcia e aparelhos das barcas p. 171

16 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de juiz das sisas de Tomar e seu termo p. 173

18 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João de Sousa, escudeiro do infante D. Henrique, todos os bens que Garcia Fernandes possuía em Santarém, excluída a parte que de direito pertença a sua mulher e filhos, em virtude de os mesmos terem sido confiscados para a coroa, por Garcia Fernandes haver combatido na batalha de Alfarrobeira a favor do infante D. Pedro p. 173

20 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Soeiro Vaz de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de escrivão da coudelaria de Estremoz, Sousel, Cano e seus termos, como até aí o tinha sido Martin de Abreu, que a ele renunciara p. 175

20 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique e a pedido

deste, em casamento com Isabel de Sousa, as rendas e direitos das judiarias do almoxarifado de Portalegre, salvo os serviços novos e a renda das fangas da mesma localidade, com certas excepções, bem como os direitos reais de Alegrete p. 175

20 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a tença anual de 10.000 reais brancos, a qual pertencia a Gonçalo Rodrigues de Sousa, a pedido do dito infante, que tratava do casamento de Pedro de Tavares com Isabel de Sousa, filha de Gonçalo Rodrigues . . . p. 177

26 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Vasco Lopes, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão das sisas de Sanfins e São Salvador p. 178

5 FEVEREIRO 1450. — Carta do doge e conselho de Génova ao governador da cidade de Savona, a dizer-lhe haver chegado procurador do rei de Portugal sobre dívida de Bartolomeu Serrato, morador naquela cidade; e, por não deverem proceder sem ouvirem as partes, ordenam-lhe cite o dito Bartolomeu para comparecer perante eles no prazo de seis dias, a contar do recebimento da carta ou do respectivo aviso, sem qualquer escusa; pois o assunto deve ser resolvido juridicamente em Génova p. 179

6 FEVEREIRO 1450. — Texto de pública-forma, segundo a qual João do Campo, escudeiro do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu, solicitou da câmara da mesma cidade mandasse registrar em seu livro a carta do regente D. Pedro de 13 de Janeiro de 1449, de concessão a D. Henrique de feira na dita povoação, e ordenasse lhe fosse passada dela transcrição notarial, com receio de que viesse a inutilizar-se o original respectivo, que apresentou p. 179

6 FEVEREIRO [1450]. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Martim Vasques, criado e escudeiro do infante D. Henrique, para tabelião do cível e crime de Lagos p. 181

6 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a Frederico, rei dos romanos, em que o primeiro, respondendo a carta do segundo, o convida a mandar emissários a Nápoles em 15 de Agosto próximo, como também fará o soberano de Portugal, a fim de se tratar do casamento daquele com a infanta portuguesa D. Leonor p. 181

6 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a dizer-lhe que, em razão de carta que recebera de Frederico, rei dos romanos, lhe marcara o dia 15 de Agosto para os emissários dele se encontrarem com o soberano aragonês em Nápoles, a fim de tratarem do seu casamento com a infanta D. Leonor de Portugal; pelo que pede ao monarca português, se a este parece bem concluir-se o dito matrimónio, envie os seus delegados na mesma data p. 182

10 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos órfãos e judeus da cidade de Viseu e seu termo, como o tinha sido Pedro Afonso, falecido p. 183

13 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Pedro Afonso, de Santarém, a pedido do infante D. Henrique p. 184

17 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Afonso, residente no Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 184

18 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar Álvaro Vasques, oleiro, de Coimbra, de acantiado, por ser criado de João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique p. 185

18 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Pais, barbeiro, besteiro do infante D. Henrique, residente em Lisboa p. 185

19 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, que, no prazo de oito dias depois de recebida a presente, retire para fora do país, uma vez que faltou ao compromisso assumido, roubando em Castela e fazendo guerra ao respectivo monarca p. 187

21 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Fernão Barbosa, criado e escudeiro do infante D. Henrique, assim como a seu irmão Lopo Correia, o privilégio concedido por el-rei D. João I à quinta de Cerzedelo, julgado de Lanhoso . . . p. 188

22 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a antiga concessão feita aos moradores de Coruche, no sentido

de todas as penas impostas aos mesmos serem applicadas à reparação das pontes daquela vila, em vez de reverterem para a chancelaria do infante D. Henrique, governador do Mestrado de Avis . . . p. 189

25 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Álvares Serrão, escudeiro do infante D. Henrique, em vedor dos vassallos régios de Pombal, Soure, Redinha, Ega e seus termos, por se lhe haver perdido a respectiva carta . . . p. 190

27 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Fradique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a carta de el-rei D. Fernando de 1 de Novembro de 1380, a coutar e honrar a quinta de Travanco, em termo de Vouga, a rogo de Gonçalo Mendes, da qual é agora proprietário o dito D. Fradique . . . p. 191

2 MARÇO 1450. — Carta do infante D. Henrique, a doar a Jácome de Bruges, seu servidor e natural do condado de Flandres, a capitania da Ilha Terceira, Açores, para ele e descendentes, a fim de a povoarem com pessoas que professassem a fé católica e da qual haveriam a dízima de todas as dízimas ali pertencentes à Ordem de Cristo bem como a jurisdição civil e crime, menos em pena de morte e de mutilação . . . p. 193

2 MARÇO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Vasco Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Castro Verde . . . p. 194

10 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Fradique de Castro, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, privilégio que havia de el-rei D. João I e alvará de D. Duarte . . . p. 195

10 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Judas Namias, morador em Silves, a pedido do infante D. Henrique . . . p. 196

10 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Alvaro Rodrigues, escudeiro do infante D. Henrique, autorização para possuir as casas que seu antecessor, Lourenço Pais, comprara em Alcácer a Mafamede Galebo, mouro forro, e que, pelo disposto na ordenação, deviam reverter para a coroa . . . p. 198

11 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar o marinheiro biscaíño João Gonçalves de Arnoylo, morador em Faro, a pedido de Vicente Simões, fidalgo da casa real . . . p. 199

11 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a João Serrão, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Alcácer, culpado de agressão a Gomes Martins Navarro, em recompensa dos serviços por ele prestados na guerra entre el-rei e o infante D. Pedro . . . p. 200

12 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Nisa, culpado de agressão a Afonso Gonçalves, em atenção aos serviços por ele prestados na guerra entre el-rei e o infante D. Pedro . . . p. 201

12 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a D. Grimanese de Melo, donzela que fora da falecida rainha D. Leonor, a tença anual de 25.000 reais brancos, enquanto lhe não pagar as 2.500 coroas que lhe dera em dote pelo seu casamento com Mem de Brito, fidalgo da sua casa, além das 1.000 coroas que lhe prometeram o infante D. Henrique e D. Teresa, mãe de D. Grimanese . . . p. 202

13 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Gonçalo Esteves, de Alcochete, implicado em crime de fogo posto, por haver combatido em Alfarrobeira com Lisuarte, fidalgo da casa do infante D. Henrique, contra o infante D. Pedro . . . p. 205

15 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar de aposentadoria mestre Moussem, residente na cidade de Évora, físico do infante D. Henrique, a pedido de D. Margarida de Vilhena . . . p. 206

15 MARÇO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar mestre Moussem, físico do infante D. Henrique, a andar em besta muar . . . p. 207

15 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a aposentar João Martins, residente na cidade do Porto, a pedido do infante D. Henrique, por ele ter 70 anos de idade . . . p. 208

23 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Botelho para coudel de Montemor-o-Velho, em virtude de Fernão Rapote, proprietário do lugar, haver combatido em Alfarrobeira a favor do infante D. Pedro, segundo informe de Martim Correia, fidalgo da casa do infante D. Henrique . . . p. 209

25 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Martim Correia, fidalgo do infante D. Henrique, todos os bens móveis e de raiz de João Rodrigues Ferro e de Afonso Gonçalves, de Montemor-o-

-Velho, e de Fernão Gonçalves, de Tavadre, pelas maldades e traições que eles cometeram, combatendo com o infante D. Pedro, em Alfarrobeira, contra a pessoa do monarca e seu real estado . . . p. 209

27 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Gallote Leitão, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a da Regência de 19 de Março de 1439, de confirmação a seu pai, Estêvão Leitão, da moradia mensal de 2.000 reais brancos, enquanto não lhe fosse paga pelo monarca a quantia constante do alvará joanino de 27 de Abril de 1409, e ainda doção que lhe fizera seu irmão Marote Leitão da quota parte que lhe cabia naquela dívida régia . . . p. 211

30 MARÇO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Luís Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Castelo Branco . . . p. 212

1 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Rui de Melo, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a terra de Fornos de Algodres com todos seus rendimentos e direitos, menos as sisas gerais, vinhos e panos, reservadas ainda ao monarca a correição e alçadas, nos precisos termos da carta do regente D. Pedro de 24 de Janeiro de 1440, a qual esta implicitamente confirma . . . p. 213

11 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar Luís Eanes, de Évora, de ser besteiro e de dar pousada em suas casas, a pedido de Luís Lourenço, escudeiro do infante D. Henrique, cujo criado ele é . . . p. 213

15 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rodrigo Anes, criado e escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de escrivão da tábua grande do «aver do peso», em Lisboa, a pedido do infante e em substituição de Gil Eanes, cavaleiro do dito infante, que renunciara ao cargo, em virtude de residir em Lagos . . . p. 214

20 ABRIL 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro da Guarda, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão dos homiziados do couto da cidade da Guarda . . . p. 215

20 ABRIL 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro da Guarda, criado do infante D. Henrique, no cargo de escrivão do mordomado e das sisas judengas da Guarda . . . p. 216

23 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 16 de Junho de 1438 sobre as terras de Gulfar e Penalva,

pelo infante D. Henrique hipotecadas, por dívida, ao conde D. Pedro de Meneses e depois a seu filho D. Duarte de Meneses . . . p. 216

28 ABRIL 1450. — Extracto das letras *Injunctum nobis*, do papa Nicolau V, dirigidas ao deão de Lisboa, a autorizar os franciscanos da Província de Portugal, a seu pedido, a reterem os dois eremitérios que, sem licença do pontífice, fundaram nas ilhas da Madeira e de Santa Maria dos Açores, da diocese de Lisboa, e a ordenar ao referido deão os absolva de excomunhão e de todas as demais censuras em que, por esse motivo, hajam incorrido . . . p. 217

29 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Rui Lopes, recebedor dos quatro «pedidos» e meio tirados no almoxarifado de Lamego, nos anos de 1444 a 1449, no total de 1.651.289 reais brancos e 9 pretos, da qual constam verbas dispendidas com o infante D. Henrique . . . p. 218

29 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Mécia da Silveira, sua criada, a tença anual de 30.000 reais brancos enquanto lhe não pagar as 3.000 coroas de ouro que lhe prometera, em dote, pelo seu casamento com D. Fradique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique . . . p. 220

1 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Diogo da Cunha, comendador de Casével e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e a seus herdeiros os bens de João Gonçalves, de Santarém, falecido abintestado . . . p. 221

2 MAIO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gomes, de Odemira, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Aljezur e seu termo durante cinco anos, como o havia sido Pedro Vasques . . . p. 222

7 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de indulto de quatro meses de degredo a João Lourenço, seu vassalo, escudeiro do infante D. Henrique, por ele haver ferido Martim Gonçalves, morador em Évora . . . p. 223

15 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar doação feita por Maria Álvares, da Ribeira de Santarém, a Leonor Baiona, residente em Abrantes, sobrinha sua e mulher de mestre João, criado do infante D. Henrique . . . p. 224

15 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Gonçalves, da cidade de Lisboa, a seu pedido, pelo monarca condenado a degredo em Ceuta, juntamente com Vicente Egas, João Carreiro e João Lourenço Farinha, em razão das inquirições devassas que foram tiradas na dita cidade acerca do infante D. Pedro e de alguns dos seus, o qual degredo ele não cumprira, mas se fora para o dito infante e com ele estivera em Alfarrobeira e andava agora homiziado, pois o soberano perdoara já aos outros três, Egas, Carreiro e Farinha, que viviam em suas casas p. 225

20 MAIO 1450. — Salvo-conduto passado pela cúria pontifícia a Pedro Rombolo, messinense, Miguel, prior da igreja de Santa Maria de Gudaber, e Abumar Elzend, embaixadores de D. Constantino, imperador da Etiópia, os quais iam partir para tratarem de alguns negócios da Santa Sé p. 227

21 MAIO 1450. — Letras *Querelam dilecte*, do papa Nicolau V, dirigidas aos bispos de Tournai, de Salamanca e de Leão, a referir-lhes que D. Isabel, duquesa de Borgonha, se lhe queixara de o corpo de seu irmão o infante D. Pedro de Portugal e duque de Coimbra, desumanamente morto no ano anterior, haver permanecido insepulto durante três dias e exposto às aves de rapina, após o que, por maior crueldade, o transportaram para lugar desconhecido da dita duquesa e de seus parentes, que assim lhe não podem fazer exéquias condignas nem sepultá-lo em lugar apropriado à sua origem e virtudes; pelo que, desejando o pontífice atender as súplicas da referida duquesa de Borgonha e minorar-lhe o desgosto, ordena aos ditos prelados admoestem, sob pena de excomunhão e outras que declara, as pessoas de ambos os sexos e de qualquer dignidade, mesmo reis, duques, arcebispos, bispos e demais, culpadas no transporte e ocultação do corpo do dito infante D. Pedro ou que do assunto hajam notícia, a que, no prazo de 30 dias, o entreguem às pessoas indicadas pela citada duquesa p. 229

23 MAIO 1450. — Sentença de el-rei D. Afonso V, dada na Relação do seu Desembargo, no pleito decorrente entre o monarca, autor, representado por Álvaro Pires, procurador dos feitos régios, e Lançarote Pessanha, almirante do reino, réu, representado por seu pai Rodrigo Afonso de Melo, na qual se declara que, em tempo de paz, o almirante tem jurisdição sobre os alcaides, arrais e petintais das galés e ainda sobre os desertores, para o que há-de ter alcaides seus nos portos marítimos, e, em tempo de frota ou de armação de galés, lhe cumpre usar de toda a jurisdição outorgada aos almirantes do reino por el-rei D. Dinis p. 232

25 MAIO 1450.—Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar o contrato de casamento e dote de Martim de Melo com D. Beatriz de Sousa, a quem o infante D. Henrique prometera as quintas e lugares de Aldeia e Pinhanços p. 234

25 MAIO 1450.—Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Rodrigues de Sousa, camareiro do infante D. Henrique, a tença anual de 20.000 reais brancos, desde Janeiro anterior, enquanto for mercê sua p. 235

27 MAIO 1450.—Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Álvares, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão da chancelaria da comarca e correição de Entre Tejo e Guadiana . . . p. 236

27 MAIO 1450.—Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar Lopo da Moita, escudeiro do infante D. Henrique, a vender, dar, doar ou escambar os bens que herdara de seu sogro Vasco Gonçalves, a quem D. João I os doara sob condição de ele e seus descendentes viverem na vila de Arronches ou em seu termo p. 237

28 MAIO 1450.—Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar João Gil, cónego da sé da Guarda e prior do Seixo, a andar em besta muar de sela e freio, a pedido do infante D. Henrique p. 238

28 MAIO 1450.—Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na vila de Alcácer p. 238

28 MAIO 1450.—Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Álvaro Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Sertã, termo de Beja p. 239

29 MAIO 1450.—Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a João Fernandes Viles, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, desde 1 de Janeiro anterior e enquanto sua mercê fosse, a tença anual de 2.857 reais brancos, no almoxarifado de Portalegre p. 239

29 MAIO 1450.—Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro de Tavares, fidalgo do infante D. Henrique e alcaide do castelo de Portalegre, a pensão dos tabeliães régios daquela vila, enquanto for mercê sua p. 240

29 MAIO 1450.—Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Fernando Martins, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor-o-Novo p. 241

30 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Gonçalo Eanes, ferreiro, da Foz da Castanheira, terra de Fernão Perelra, por ele haver fugido da cadeia de S. Pedro do Sul, terra do infante D. Henrique, onde estava, na prisão do seu ouvidor, por não ter pago as custas de demanda que perdera p. 241

1 JUNHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de permutação do degredo de Castro Marim para Sagres a Pedro Anes Caeiro, a pedido do infante D. Henrique p. 242

2 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Manuel Pessanha, camareiro-mor do infante D. Henrique e comendador de Castro Marim, para guarda dos portos do reino do Algarve e a dar-lhe facilidades e instruções para reprimir o contrabando que por ali se faz e para processar os delinquentes na vila e termo p. 243

9 JUNHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Galego, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo p. 245

10 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V ao conde de Arraiolos, governador de Ceuta, a dizer-lhe que, atento o seu requerimento, determinou mandar lá o infante D. Henrique, a quem entregará a cidade, castelo e demais bens régios, após o que pode retirar quando lhe aprouver, e a assegurar-lhe terá sempre em consideração os muitos serviços pelo conde prestados a si, a seu pai e a seu avô p. 246

18 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de reabilitação de Diogo Álvares, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão da chancelaria da correição de Entre Tejo e Guadiana, pelo infante D. Pedro mandado prender e desterrar para Ceuta, depois de o mandar interrogar e ameaçar com tormento sobre se vira os oficiais da chancelaria régia cometerem algum furto p. 247

20 JUNHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Vasco Jorge, escudeiro do infante D. Henrique, para tesoureiro dos dinheiros das obras das muralhas e castelo e dos resíduos da cidade de Braga p. 248

22 JUNHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Fernão Rodrigues, morador em Pernes, para escrivão da coude-laria de Alcanede e seu termo, como o fora Pedro Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, residente na Azambuja, o qual renunciou ao cargo por não poder desempenhá-lo p. 249

22 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique e alcaide, pelo monarca, do castelo de Portalegre, a carta passada por el-rei D. Duarte, em 20 de Janeiro de 1434, a seu pai, Martin Gonçalves de Tavares, de confirmação da joanina de 12 de Dezembro de 1388, de coutamento da quinta do Azinhal e de outras herdades no termo de Arronches . . . p. 250

22 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V ao conde de Benavente, a dizer-lhe haver recebido outra de el-rei de Navarra, a rogar-lhe houvesse o conde e seus feitos por encomendados e que lhe dissesse como até agora com ele tem procedido e está disposto a dar-lhe o acolhimento que bem puder, não só por a boa vontade que lhe tem, como pelo amor e afeição que lhe dedicam os reis de Aragão e de Navarra, tios do soberano português . . . p. 251

26 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão do degredo imposto a Gil Fernandes Viles e a seus filhos Afonso e João, todos escudeiros do infante D. Henrique, moradores em Portalegre, pelo juiz Rui Martins acusados de lhe reterem em casa gavião que dizia pertencer-lhe . . . p. 251

27 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a nomeação feita pelo infante D. Henrique, como fronteiro e vedor-mor das obras dos castelos, vilas e lugares da comarca da Beira, de Heitor Homem, fidalgo de sua casa, para vedor das obras dos referidos castelos, vilas e lugares . . . p. 253

30 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida, entre outros, ao rei de Portugal, a dizer-lhe que, havendo firmado paz com a comunidade de Florença em 21 do presente mês, no respectivo tratado foi resolvido que cada uma das partes indicasse os seus confederados e que os de Itália confirmassem o referido tratado no prazo de dois meses e os de fora daquele país dentro de seis meses; tendo indicado o soberano aragonês o de Portugal por confederado seu, roga-lhe se digne confirmar o dito tratado por solene contrato escrito dentro do aludido prazo, o que supõe lhe será apazível . . . p. 254

1 JULHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Palhais . . . p. 255

3 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão aos pescadores da vila de Buarcos, a pedido dos mesmos, por haverem estado

em Alfaroqueira por mandado do infante D. Pedro e contra sua vontade p. 256

3 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, enquanto lhe não for restituído o castelo de Penamacor, que tem João Rodrigues Pereira, a tença anual e vitalícia de 6.000 reais brancos, na fazenda régia de Lisboa p. 257

3 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Heitor Homem, fidalgo da casa do infante D. Henrique, em ajuda do seu casamento com Brites de Sousa, a tença anual de 10.000 reais brancos, desde 1 de Janeiro anterior, enquanto lhe não pagar as 1.000 coroas de ouro do cunho do rei de França p. 258

15 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar ao tabelião de Tomar Luís Álvares, escudeiro do infante D. Henrique, implicado em declarações falsas, o qual posteriormente estivera na batalha de Alfaroqueira com o dito infante contra D. Pedro p. 258

16 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida a João Martins, escudeiro do infante D. Henrique e encarregado das obras de fortificação da cidade de Viseu, a dizer-lhe haver nomeado o portador da presente carta, João Martins, também escudeiro do dito infante, para escrivão das referidas obras como o fora João Gonçalves Farto, por autoridade de D. Henrique, e a ordenar-lhe dê ao novo escrivão, de mantimento, por cada braça que se fizer da muralha, 15 reais brancos p. 260

17 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dizer a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, em resposta ao que, da sua parte, lhe expusera o bacharel Diego de la Torre, não convir a sua vinda a Portugal, atentos os trabalhos do reino vizinho e os acordos que lhe são propostos p. 261

18 JULHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Álvaro Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de Lopo Rodrigues, morador em Botão, por este haver estado contra el-rei em Alfaroqueira p. 262

18 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a comutar a Álvaro Pires Pessoa, sobrinho do bispo de Ceuta e culpado na morte de João Chaves, para Arronches, o degredo que lhe fora marcado para Ceuta, em razão de nesta praça africana estarem dois sobrinhos do morto e ir agora

primo co-irmão do mesmo para lá, em companhia do infante D. Henrique p. 263

18 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique e dos moradores da terra de Besteiros, do dito infante, dispensa aqueles, durante cinco anos, de terem cavalos, como manda a ordenação, por não os poderem sustentar, dada a pobreza da região p. 265

18 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a reabilitar Luís Alvares, escudeiro do infante D. Henrique, seu vassallo e tabelião em Tomar, culpado por irregularidades em seu officio, o qual estivera com el-rei na batalha de Alfarrobeira p. 265

20 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a isentar de besteiro do conto, se ainda não foi posto, e dos encargos e servidões do concelho Pedro Folgado, residente no Turcifal, em atenção a D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, o qual assim lho pediu, enquanto com ele vivesse p. 267

20 JULHO 1450. — Carta do infante D. Fernando de Portugal ao conde de Benavente, na qual, em resposta à carta de crença que ele lhe mandara por Diego de la Torre, lhe diz haver falado com el-rei seu irmão sobre a sua tenção, como o dito bacharel o pode informar . . . p. 267

31 JULHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro Eanes, vassallo, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel do julgado da comenda do Ródão e seu termo por 5 anos . . p. 268

3 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que declara haver mandado publicar cartas por todo o reino para ninguém partir para D. Pedro, filho do infante D. Pedro, sob pena de perda dos bens para a coroa, o qual se levantara com alguns castelhanos do país e seguira para Castela em seu desserviço, e a doar ao conde de Odemira, seu primo, pelos muitos serviços dele recebidos, os bens de Pedro Carapeto, morador que fora na dita vila e seguira com o referido D. Pedro, junto de quem ainda se conserva em Castela p. 269

7 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido da câmara de Condeixa, dá o cargo de tabelião das notas daquela vila a Pedro Gonçalves Cordeiro, escudeiro do infante D. Henrique, tirando-o a Fernão Rolim, criado do infante D. Pedro, por ele haver estado com o infante em Alfarrobeira contra a pessoa e real estado do monarca . . p. 271

9 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Anes, remolar, morador em Lisboa, por ele haver de exercer o seu officio nas tercenas reais, na ilha da Madeira e em Ceuta . . . p. 272

10 AGOSTO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro Afonso, criado do infante D. Henrique, em escrivão das sisas gerais e dos vinhos de Cala, no couto de Alcobaça . . . p. 274

13 AGOSTO 1450. — Sentença de el-rei D. Afonso V, dada no seu Desembargo, em pleito decorrente entre Lançarote Pessanha, almirante do reino, como autor, representado por seu pai, Rui de Melo, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e Álvaro Pires, procurador dos feitos régios, como réu, na qual foi julgado não dever o monarca pagar ao almirante a tença anual de 300.000 libras, outorgada por el-rei D. Dinis ao almirante Manuel Pessanha, em virtude da prescrição a favor do soberano, por não haverem os almirantes mantido os 20 homens de Génova a que os obrigava o alegado contrato dionisino . . . p. 274

15 AGOSTO 1450. — Carta de Rodrigo Afonso de Melo, almirante do reino por seu filho menor Lançarote Pessanha, a nomear Pedro Rodrigues de Castro, cavaleiro da casa de el-rei, para, em nome daquele e de seu filho, o substituir em Lisboa no officio do almirantado, por motivo de Rodrigo de Melo residir habitualmente no Algarve e achar-se occupado noutras coisas do serviço régio . . . p. 277

28 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a D. Frederico, rei dos romanos, a acusar as letras que lhe mandara por seu arauto Steyrländ, a dizer-lhe que o embaixador do rei de Portugal apenas chegara três dias depois daquele e a rogar-lhe mande embaixador ou embaixadores seus, devidamente instruídos; pois o embaixador do soberano português os aguardará ali, a fim de ultimarem o assunto . . . p. 278

28 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, de recomendação de Steyrländ, arauto de D. Frederico, rei dos romanos, o qual retira da sua cúria e vai tratar de alguns negócios do rei aragonês junto daquele monarca . . . p. 279

29 AGOSTO 1450. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Nicolau V, a favor do mestre em teologia Fr. Afonso Velho, dominicano, confessor do dito infante e embaixador ao pontífice, a pedir lhe sejam concedidos vitaliciamente três benefícios eclesiásticos, seculares ou religiosos, sendo um deles priorado ou dignidade conventual, e duas igrejas paro-

quiais, não catedrais ou colegiadas, embora tais benefícios sejam reservados à Santa Sé, e ainda com preferência sobre capelães e familiares do rei de Portugal, podendo ficar com quaisquer benefícios no dito país, sob forma de comenda, até à quantia de 1.000 florins de ouro, anualmente p. 280

2 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a João de Almeida, fidalgo do infante D. Henrique, a terra e celeiro de Moçâmedes, na freguesia de S. Miguel do Mato, julgado de Lafões, como ele os havia por carta de el-rei D. Duarte, de 9 de Janeiro de 1434 p. 282

7 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Dias, morador em Lagos, armador das pescarias do infante D. Henrique, a pedido deste p. 283

7 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Vicente, piloto, morador em Lagos, servidor do infante D. Henrique, com caravela própria, o qual fora a algumas partes fora do reino, por serviço do dito infante, a pedido deste p. 285

7 SETEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gil Marques, residente em Lagos, a pedido do infante D. Henrique p. 286

8 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Chipre, de recomendação de Lisboas, arauto do rei de Portugal, o qual vai em peregrinação aos Lugares Santos p. 286

10 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Paio Rodrigues, de Penafiel, residente em Barcelos, criado do duque de Bragança e a pedido deste, para recebedor dos 10 reais de Ceuta a cobrar no almoxarifado de Guimarães, em substituição de Vasco Jorge, escudeiro do infante D. Henrique, o qual renunciara ao cargo, por doente de dor de pedra p. 287

18 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a D. Zar'a-Yâ'qob, imperador da Etiópia, a dizer-lhe haverem estado consigo Pedro Rombolo de Messina, vassalo do rei aragonês, servidor e súbdito daquele imperador, Fr. Miguel, prior de Santa Maria de Gudaber, e Anamer Jundi, seus embaixadores, que primeiro se avistaram com o santo padre, os quais lhe expuseram os pedidos do imperador, a que ora responde: quanto aos mestres e artífices que lhe solicita, apenas lhe manda alguns, pela insegurança da viagem, pois os treze mestres em

diversas artes que lhe pedira seu irmão pereceram no caminho, por não poderem passar; pelo mesmo motivo de insegurança não lhe envia os panos de brocado e de finíssima lã, vasos de ouro e de prata e demais coisas solicitadas, o que fará com muito gosto quando ele lhe garanta via segura; diz-lhe que logo que possa enviará à terra dos mouros 150 fustas, entre naus e galés, para passarem à Casa Santa de Jerusalém, pelo que lhe roga deixe correr as águas para o Alcayre, ponha gente na sua fronteira e, enfim, oiça o que lhe transmite por seus embaixadores como se lho dissera ele próprio p. 289

18 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a João Cunino, imperador de Trebisonda, a Constantino Paleólogo, imperador de Constantinopla, e a Fr. João de Lastico, grão-mestre da Ordem Militar de S. João de Jerusalém, a recomendar-lhes seu vassalo Pedro Rombolo de Messina, Fr. Miguel, prior de Santa Maria de Gudaber, e Anamer Jundi, embaixadores de D. Zar'a-Yâ'qob, imperador da Etiópia, na Índia, os quais, tendo vindo em missão ao santo padre e a ele, rei aragonês, regressam à Etiópia, em longa caminhada, e devem voltar com resposta do referido imperador; pelo que lhes solicita que, na ida e na vinda, lhes prestem todo o favor, auxílio e conselho p. 292

19 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de confirmação da de Rui de Melo de 15 de Agosto anterior, a nomear Pedro Rodrigues de Castro para o substituir em Lisboa no cargo de almirante do reino p. 293

23 SETEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão do mordomado de Tavira p. 295

27 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Navarra, seu lugar-tenente geral, ao governador por ele da justiça daquele reino e seu bailio geral, ao cavaleiro Ramiro de Funes, procurador pelo monarca da vila de Alcolea de Cinca, bem como às autoridades da mesma e às do reino de Aragão, a ordenar-lhes entreguem ao rei de Portugal ou a procurador seu a posse corporal e os frutos, rendimentos, direitos e jurisdição da referida vila e que os moradores respectivos lhe façam juramento e homenagem de fidelidade pela mesma, reservado contudo o supremo domínio dela ao rei aragonês; pois, havendo-a doado este para sempre à falecida rainha D. Leonor, viuva do rei D. Duarte de Portugal, e a seus herdeiros e sucessores, o actual soberano português, filho dos ditos falecidos reis e sobrinho seu, solicitara confirmação da dita doação e ele lha passou, em carta desta mesma data p. 296

27 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão e lugar-tenente geral o rei D. João de Navarra, a ordenar-lhe entregue ao de Portugal ou a procurador deste a vila de Alcolea de Cinca com seus frutos e rendimentos, por ser aquele filho legítimo e herdeiro da falecida irmã dos mesmos, a rainha D. Leonor de Portugal, a quem o soberano aragonês a havia doado bem como a seus herdeiros . . . p. 298

27 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a João de Montayo, seu conselheiro e governador do reino de Aragão, e à justiça do mesmo reino, o conselheiro mossem Ferrer de la Miça, a ordenar-lhes entreguem ao rei de Portugal ou a procurador seu a vila de Alcolea de Cinca, com seus frutos e rendimentos, excluído qualquer outro que pretenda alegar direitos à mesma . . . p. 299

27 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu conselheiro e camareiro mossem Ramiro de Funes, capitão da cidade de Teruel e procurador pelo monarca da vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, a ordenar-lhe que, por sua parte, cumpra a carta patente pelo monarca dada sobre a entrega daquela vila ao rei de Portugal ou a procurador seu, com todos os frutos, rendimentos e direitos, revogada assim a procuração que ao dito Ramiro havia outorgado e a prometer-lhe que, dada a oportunidade, virá a remunerar devidamente os seus serviços . . . p. 300

28 SETEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Pereira, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de almoxarife de Ponte do Lima . . . p. 302

30 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a rogar-lhe trate com especial favor e prerrogativa Álvaro Monteiro, há muito tempo a seu serviço e que lhe fora recomendado pela falecida rainha D. Leonor, a quem também servira, o qual agora deseja voltar ao serviço do soberano português . . . p. 302

7 OUTUBRO 1450. — Alvará de Afonso Eanes, almoxarife régio em Viseu, a declarar, em nome do contador Martim Afonso do Paço, que foi registada pelo escrivão do almoxarifado e segundo a ordem de el-rei, a carta régia lançada no verso, apresentada por Fernando Álvares Cabral, fidalgo, criado do infante D. Henrique, e a ordenar, em nome do monarca, deixem aquele usar das terras referenciadas na dita carta de confirmação . . . p. 303

10 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Aires Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique e a pedido deste, os bens de raiz que lhe haviam sido tomados em satisfação de fiança . . . p. 304

13 OUTUBRO 1450. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Nicolau V, a favor de Fr. Afonso Velho, dominicano, seu principal confessor, seu esmoler e pregador, que em breve vai seguir para a cidade de Ceuta e com o dito infante lá permanecerá muitos anos, na conservação e exaltação da fé católica, a rogar ao pontífice sejam passadas as letras apostólicas para Fr. Afonso receber mais um benefício eclesiástico, embora o outro seja priorado conventual, com cura de almas e eleição e que, enquanto em Ceuta ou nas terras dos sarracenos, possa ser preferido até às pessoas nomeadas por el-rei, a seus capelães e a quaisquer outros, na consecução da graça expectativa de dois benefícios . . . p. 306

16 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão aos cardeais de Valência e de Lérida, a recomendar-lhes o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, embaixador do rei de Portugal ao santo padre, junto de quem vai tratar de negócios daquele e implorar graças . . . p. 307

20 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, João Farinha, servidor daquele e muito bom marinheiro, morador no Porto, nas condições em que eram privilegiados 5 outros marinheiros do infante na dita cidade . . . p. 308

21 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Afonso de Viles, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Portalegre, nas condições em que o fora seu tio João Fernandes de Viles, que renunciara . . . p. 309

25 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar com as honras dos besteiros de cavalo o genovês Jácome Lourenço, mestre de fazer querenas de navios, morador no Porto . . . p. 310

1 NOVEMBRO 1450. — Carta do infante D. Henrique, a doar a João Gonçalves Zarco, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes primogénitos para sempre a capitania de parte da ilha da Madeira, desde além do rio do Caniço, através da serra, até à ponta de Tristão, nos termos na mesma consignados . . . p. 312

9 NOVEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Vasco Anes Cabeça de Ferro, criado do infante D. Henrique, no cargo de escrivão das mercadorias vindas de Castela pelo porto de Serpa . . . p. 314

11 NOVEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de aprovação do contrato de casamento, em segundas núpcias, de D. Fradique de

Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, com D. Mécia da Silveira, donzela da casa real, no qual, com aprazimento das partes, de Nuno Martins da Silveira e de D. Leonor Gonçalves de Abreu, pais de D. Mécia, o monarca doa ao dito D. Fradique a tença anual de 30.000 reais brancos no almoxarifado de Leiria, enquanto lhe não pagar as 3.000 coroas de ouro prometidas em dote, a que Nuno Martins e mulher juntam 500 coroas e D. Fradique 1.500 coroas de ouro, de arras, a D. Mécia . . . p. 315

20 NOVEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a revogar a lei eduardina de 25 de Setembro de 1431 sobre a comutação de penas do país para degredo em Ceuta, por não ser agora necessário mandar lá mais gente do que a ordenada . . . p. 318

20 NOVEMBRO 1450. — Auto de posse, pela igreja colegiada de Santo Estêvão de Alfama, de pardieiro seu, sito junto do adro daquela igreja, abusivamente occupado por Estêvão Eanes, mestre das galés de el-rei, o qual ainda o não entregara, sem embargo da sentença proferida sobre o assunto em 29 de Novembro de 1440 . . . p. 318

20 NOVEMBRO 1450. — Instrumento notarial de empraçamento em três vidas, feito pela igreja de Santo Estêvão de Lisboa a Estêvão Eanes, mestre das galés, e a sua mulher Catarina Gonçalves de pardieiro junto com casas dos empraçados pelo foro anual de 35 reais brancos ou seu valor e um par de frangos ou 10 reais brancos em vez deles, pagos pela Páscoa . . . p. 319

22 NOVEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Vasco Fernandes, ferreiro, morador em Lebução, termo de Monforte de Rio Livre, onde viviam muitos servidores do infante D. Henrique, o qual se vira envolvido na fuga de um preso, pelo que se homiziara, mas serviu depois o monarca, na guerra contra o infante D. Pedro, e pagara, por ordem régia, 500 reais brancos para a Relação . . . p. 321

8 DEZEMBRO 1450. — Sentença de Afonso de Moura, bacharel em decretos e ouvidor geral do arcebispo de Lisboa, a ordenar que Mem Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, residente na quinta do Bugalho, termo de Santarém, deixe livre ao mosteiro de Santa Clara da mesma vila terreno de que indevidamente se apossara e que vizinhava com aquela sua quinta. Condenado, apelou para Roma . . . p. 323

8 DEZEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Afonso Bocarro, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Messejana do Campo de Ourique, implicado na fuga de alguns dos dezas-

seis corsários ingleses detidos em Lagos, por haverem ajudado a tomar nau a Fernão de Seixas p. 326

10 DEZEMBRO 1450. — Letras *Dum ad preclara*, do papa Nicolau V, dirigidas ao vigário geral e demais religiosos franciscanos das ilhas Canárias, em que, a pedido deles, os autoriza a fundarem casa na vizinha ilha da Madeira, rica em cereais e outros víveres de que precisam, a qual, segundo o costume da Ordem, pertence à dita vigairaria das Canárias, e a usarem lá dos privilégios, isenções, indultos e demais graças que usufruem no arquipélago canariense, salvos, porém, os direitos paroquiais p. 328

10 DEZEMBRO 1450. — Instrumento do contrato de casamento da infanta D. Leonor de Portugal, irmã de el-rei D. Afonso V, com D. Frederico III, rei dos romanos, celebrado em Nápoles, perante el-rei D. Afonso V de Aragão, pelos embaixadores de Frederico com o Dr. João Fernandes da Silveira, embaixador do soberano português, cujas cláusulas principais são as seguintes: o matrimónio agora celebrado pelos procuradores das partes contratantes por palavras de futuro o será, à face da Igreja, por palavras de presente, nos seis meses seguintes, mandando o rei dos romanos procurador especial ao de Portugal para celebração solene do dito matrimónio, cujo termo será firmado pelo referido procurador, que ratificará também o presente contrato; o dote será de 60.000 florins de ouro de câmara correntes na cúria romana e outro tanto de doação *propter nuptias*, segundo o uso alemão, ficando ao arbitrio de D. Frederico a doação matutina no dia imediato às núpcias, também a teor do costume germânico; o dote será entregue no condado de Flandres ou em Florença, nos quinze dias subsequentes à consumação do matrimónio; até dia 1 de Novembro, a infanta D. Leonor seguirá de Portugal, por mar, para porto italiano compreendido entre Porto Pisano e Nápoles, qual o rei dos romanos indicar, por cartas suas, ao de Aragão, dentro de quatro meses, e ao de Portugal, no prazo de seis; para a despesa da viagem de D. Leonor o rei de Portugal deduzirá 10.000 florins dos 60.000 do respectivo dote p. 331

12 DEZEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Giães, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Ribeira de Vide, termo de Coruche p. 344

13 DEZEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a seu sobrinho D. Afonso de Vasconcelos, filho de D. Fernando de Cascais e de D. Isabel Coutinho, a tença que a sua mãe fora confirmada em 18 de Setembro de 1440, outrora outorgada a D. Pedro de Menezes pelo infante D. Henrique, em pagamento de parte do que lhe devia p. 344

17 DEZEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de aposentação, a pedido do infante D. Henrique, ao acontiado de cavalo e armas João Afonso Perdigão, morador em Paranhos, termo de Seia, de 65 anos de idade e doente, os quais cavalo e armas ele dá a Fernão de Sequeira, escudeiro da casa do mesmo infante, com quem vai agora a Ceuta p. 345

20 DEZEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Vasques, besteiro da câmara do infante D. Henrique, alfaiate, morador em Santarém p. 346

28 DEZEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar o judeu mestre Guedelha, cirurgião do infante D. Henrique, morador na Covilhã, a andar em besta muar de sela e freio pelo prazo de 3 anos p. 347

5 JANEIRO 1451. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro do Rego, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos barqueiros de Santarém, sômente nos casos de contenda entre barqueiro e barqueiro e não de outros homens do mar nem do rio p. 347

7 JANEIRO 1451. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Arrentela, termo da vila de Almada p. 348

11 JANEIRO 1451. — Carta de el-rei D. Afonso V, de confirmação do seu contrato de casamento com a infanta D. Isabel, filha do falecido duque de Coimbra, a pedido dela, com algumas declarações, adições e cláusulas p. 348

13 JANEIRO 1451. — Instrumento original do pleno poder dado pelo príncipe D. Henrique de Castela a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, para este, em seu nome, tratar, jurar e firmar aliança com o rei de Portugal, seu primo p. 352

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

- ABADE (João), pai de João Gonçalves, de Santarém, 221.
ABISSÍNIA, 289-90.
ABITUREIRAS, 84.
ABIUL, 95-96.
ABRANCHES (Conde de), 58, 61, 64, 66-67, 69, 86 e 202 V. — ALMADA (D. Álvaro Vasques de).
ABRANTES, 171, 201, 224 e 228-29.
ABRANTES (Conde de), D. Lopo de Almeida, 228.
ABREU (Leonor Gonçalves de), mãe de D. Mécia da Silveira, 315.
ABREU (Martim de), escrivão da coudelaria de Estremoz, Sousel e Cano, 175.
ABREU (Pedro Gomes de), pai de D. Beatriz de Sousa, 116-17.
ABUL (Lourenço), escrivão, 139.
ABUL (Vasco), escrivão, 38 e 116.
ABUMAR ELZEND, 226-27.
ACENHEIRO (Cristóvão Rodrigues), 59 e 69.
AÇORES, 28, 192-93 e 217. Povoamento dos —, 28.
ADAL E IFAT (Sultão de), 289.
ADEGUA (Herdade da), termo de Évora, 305.
ADEMA, 323.
AFONSO III (D.), rei de Portugal, 321.
AFONSO V (D.), rei de Portugal, 1-3, 5-6, 8, 11, 13-15, 17-25, 41, 43-46, 49, 51-54, 57-59, 63, 71-72, 74, 79-80, 82-84, 86-90, 92-97, 100-01, 104-09, 112-15, 119-25, 138, 140, 142-44, 147-51, 156, 159-62, 164-68, 170-71, 173, 175, 177-78, 180-81, 183-191, 194-96, 198-202, 105-09, 211-16, 218, 220-25, 228, 231-32, 234-43, 245-51, 253-58, 260-69, 271-74, 282-88, 293-98, 301-04, 307-10, 314-15, 317, 321, 326, 329-34, 342-45 e 347-49. V. — AFRICANO.
AFONSO V (D.), rei de Aragão e das duas Sicílias, 6-8, 10, 16, 48, 49, 53, 82-83, 181-82, 254-55, 278-79, 286-92, 295-96, 298-03, 307-08, 330-32 e 342-43.
AFONSO (Álvaro), tabelião de Lisboa, 46.
AFONSO (Álvaro), doutor, servidor do infante D. Pedro, 65.
AFONSO (Álvaro), criado do infante D. Henrique, 273-74.
AFONSO (Álvaro), lugar-tenente do prior de Santo Estêvão de Alfama, 318.
AFONSO (Álvaro), capelão de cura na igreja de Santo Estêvão de Alfama, 321.
AFONSO (Brás), escrivão, 90, 242, 252 e 260.

- AFONSO (Catarina), mãe de Violante Aranha, 142.
 AFONSO (Diogo), escrivão, 181 e 236.
 AFONSO (Diogo), raçoeiro, 318 e 320.
 AFONSO (Fernando), tabellão pelo infante D. Henrique em Avis, 112.
 AFONSO (Fernando), escrivão, 178, 198, 210, 212-14 e 295.
 AFONSO (Filipe), escrivão, 37, 189 e 200.
 AFONSO (João), escolar em Leis, 134.
 AFONSO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 159-60.
 AFONSO (João), escrivão régio, 167, 173, 222 e 302.
 AFONSO (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente no Porto, 184.
 AFONSO (João), de Varziela, termo de Aveiro, 242.
 AFONSO (Luís), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 212.
 AFONSO (Nuno), escudeiro da vila de Elvas, 269.
 AFONSO (Pedro), vereador da câmara do Porto, 47.
 AFONSO (Pedro), meirinho do duque de Bragança, 56.
 AFONSO (Pedro), corregedor da comarca do Porto, 101-02.
 AFONSO (Pedro), criado do infante D. Henrique, 147.
 AFONSO (Pedro), besteiro da câmara de Santarém, 184.
 AFONSO (Pedro), juiz dos órfãos e judeus da cidade de Viseu, 183-84.
 AFONSO (Rodrigo), escrivão régio, 91, 142, 223, 243 e 264.
 AFONSO (Rodrigo), tabellão em Monforte, 322.
 AFONSO (Tomé), vereador da câmara de Viseu, 179.
 AFONSO (Filipe), o Moço, escrivão régio, 202, 225-26, 248 e 266.
 AFRICANO (Rel), D. Afonso V de Portugal, 261.
 AGUA (Pero Lopes de), recebedor da sisa do pescado e madeira em Lisboa, 45.
 AGUAS FRIAS, freguesia do concelho de Chaves, 321.
 AGUDO (Pedro Afonso), 219.
 AGUER. V. — GUER (Cabo de).
 AGUIAR (Manuel Domingues de), contador na comarca dos almoxarifados de Évora, Estremoz e Portalegre, 304.
 AGUIAR (Pero Vasques de), 219.
 AGUIAR DA PENA, 83-84 e 86.
 AIRES (Mestre), físico, 32.
 ALBERGARIA (Diogo Soares de), 219.
 ALBERGARIA (Fernão Soares de), senhor de Cide, 142.
 ALBY (Cardeal de), 229.
 ALBUQUERQUE (João de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 166 e 185.
 ALCACER DO SAL, 198-200 e 238.
 ALCANEDE (Coudelaria de —), 249.
 ALCAYRE, 289 e 291.
 ALCobaça, 23, 61, 130 e 273-74. Abades de —, 130. Couto de —, 22. Dom Abade de —, 23 e 129-30. Mosteiro de —, 23.
 ALCOCHETE, 205.
 ALCOENTRE, 63-64.
 ALCOLEA DE CINCA, 295-300.
 ALDEIAS, actual freguesia do concelho de Gouveia, 116-17 e 234.
 ALDONÇA (D.), mulher de Pedro Gomes de Abreu, mãe de D. Beatriz de Sousa, 116-18.
 ALEGRETE, 175-76.
 ALEM-DOURO (Comarca de), constituída por Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, 236.

- ALEMÂNHA, 335 e 340.
- ALFARROBEIRA, 1, 58-59, 63, 71, 80, 84, 86-88, 90, 108, 113, 119, 138, 140, 145-48, 161, 173, 186, 208-10, 225-26, 228, 246, 256, 258-59, 261-62, 265 e 271. Ribeiro de —, 66.
- ALGARVE, 27, 32, 98, e 277. Pesca de atum e corvina no —, 27 e 32. Rei do —, 3, 8, 11, 15, 33-34, 39, 44, 52, 82, 94, 96, 105, 113, 124, 133, 169, 187, 208, 220, 232, 250-51, 255, 261, 287, 302-03, 309, 315, 332 e 348. Reino do —, 98, 153-54, 157-58 e 243.
- ALHANDRA, 263.
- ALJEZUR (Coudel da vila de), 222.
- ALJUBARROTA, 84.
- ALMADA, 104 e 348.
- ALMADA (D. Alvaro Vasques de), conde de Abranches, vedor de el-rei, 69.
- ALMADA (João Vasques de), irmão bastardo do conde de Abranches, 70.
- ALMEIDA, 33.
- ALMEIDA (Alvaro de), morador em Nisa, 201.
- ALMEIDA (Branca de), mulher de Rui Gomes da Silva, 93 e 162-63.
- ALMEIDA (Diogo Fernandes de), vedor da fazenda de el-rei D. Afonso V, pai de Branca de Almeida, 162.
- ALMEIDA (Diogo de), criado do infante D. Pedro, 108.
- ALMEIDA (Fernão de), criado do infante D. Pedro, 108.
- ALMEIDA (Fortunato de), 7, 71, 81 e 126.
- ALMEIDA (João de), colação do infante D. Henrique, 120.
- ALMEIDA (João de), fidalgo do infante D. Henrique, 282.
- ALMEIDA (Lopo de), senhor de Abrantes, depois 1.º Conde de Abrantes, 171 e 228.
- ALMEIDA (Lopo de), do conselho e vedor da fazenda de el-rei D. Afonso V, 160, 178, 215-16, 274, 295, 302, 310 e 314.
- ALMEIRIM, 124-25, 139 e 141.
- ARMAGNAC (Conde de). V. — ALMINHAQUE (Conde de).
- ALMINHAQUE (Conde de), 219.
- ALPALHAO, 112 e 160.
- ALPRIATE (Quinta de), em Vialonga, Vila Franca de Xira, 36.
- ALVARENGA (Dr. Rui Gomes de), do desembargo de el-rei D. Afonso V e vice-chanceler, 88, 90, 142, 181, 184, 189, 202, 206, 223, 236, 248, 252, 260, 264, 322 e 327.
- ALVARES (Afonso), escrivão dos contos, 12.
- ALVARES (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão da chancelaria da comarca e correição de Entre Tejo e Guadiana, 236 e 247.
- ALVARES (Fernão), deão, confessor de el-rei D. Afonso V, 200.
- ALVARES (Leonor), mulher de Pedro Eanes Caeiro, 89.
- ALVARES (Luís), escudeiro do infante D. Henrique, tabelião de Tomar, 258-59 e 265.
- ALVARES (Maria), mulher de João Lampreia, moradora na Ribeira de Santarém, 224.
- ALVARES (Martim), escrivão régio, 104, 113, 187, 214, 249, 251, 261-62 e 288.
- ALVARES (Urbano), escrivão régio, 267.
- ALVERCA, 66 e 228.
- ALVIELA, 84.
- ANAMER JUNDI, embaixador do imperador da Etiópia, 288-92.
- ANDRE (Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, ouvidor das terras do dito infante, 123-24.
- ANES. V. — EANES.
- ANES (Afonso), procurador da câmara do Porto, 47.

- ANES (Afonso), escrivão régio, 88, 91, 206, 314, 322 e 328.
 ANES (Afonso), remolar, morador em Lisboa, 272-73.
 ANES (Filipe), corregedor da câmara do Porto, 47.
 ANES (Gomes), juiz dos barqueiros de Santarém, 347.
 ANES (Gonçalo), escrivão régio, 123, 143, 172, 237, 240, 258 e 347.
 ANES (João), ecónomo da Igreja de Santo Estêvão de Alfama, 319 e 321.
 ANES (Maria), segunda mulher de Pedro Eanes Caeiro, 89.
 ANES (Pedro), escrivão régio, 278.
 ANES (Rodrigo), escrivão régio, 184 e 268.
 ANES (Rodrigo), criado e escudeiro do infante D. Henrique, 214.
 ANES (Vasco), escudeiro de Fr. Fernão Lopes de Azevedo, 147.
 ANIBAL, general cartaginês, 71.
 ANJOU (Renato de), conde de Provença, depois rei de Nápoles e da Sicília, 172.
 ARAGAO, 6-8, 10, 16, 59, 181-82, 191, 295, 298-300 e 307. Governador Geral de —, 7-8. Rainha de —, 268. Rei de —, C-8, 10, 14, 16, 47-48, 53, 82-83, 181-82, 226, 250-51, 254, 278-79, 286, 288-92, 295-96, 298-99, 302, 307-08, 330-34, 336, 338 e 342-43.
 ARAGAO (D. Fernando de), duque de Calábria, 342.
 ARAGAO (Maximiano de), 3.
 ARANHA (Gonçalo), 158.
 ARANHA (João), escudeiro do infante D. Henrique, 142.
 ARANHA (Rui Vaz), pai de Fernão Barbosa, 188.
 ARANHA (Violante), filha de João Aranha, 142.
 ARCHIVIO DI STATO DE GENOVA, 164, 169 e 178.
 ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, 217, 228, 280, 306 e 328.
 ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGON, 6, 8, 16, 48, 53, 82, 181-82, 254, 278-79, 286, 289, 292, 295, 298-300, 302, 307 e 331.
 ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL DE MADRID, 15, 94, 113, 186, 250, 261 e 267.
 AREZ, 112.
 ARQUIVO DO CONDE DE BENAVENTE, 113.
 ARQUIVO DA DIRECÇÃO DE FINANÇAS DE SANTARÉM, 323.
 ARQUIVO DISTRITAL DE EVORA, 50-51.
 ARQUIVO DISTRITAL DO FUNCHAL, 105.
 ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU, 3 e 179.
 ARQUIVO HISTÓRICO DA DIRECÇÃO DE FINANÇAS DE LISBOA, 315.
 ARQUIVO DA MISERICORDIA DE ELVAS, 52.
 ARQUIVO DA MISERICORDIA DE TOMAR, 33.
 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1-3, 5, 11, 13, 17-27, 38, 40-41, 43-45, 59, 65, 71-72, 79-80, 82-83, 86-90, 92, 94-97, 99-100, 104-09, 111-12, 115-16, 119-26, 134, 138, 140, 142-45, 147-51, 156, 159-62, 164-68, 170-71, 173, 175, 177-78, 180, 183-85, 188-91, 194-96, 198-99, 201-02, 205-09, 211-16, 218, 220-25, 228, 232, 234-43, 245-49, 251, 253, 255-58, 260, 262-66, 268-69, 271-74, 277, 282-84, 286-87, 293-94, 301, 303-04, 308-11, 314, 317-19, 321, 326, 330-31 e 342-47.
 ARQUIVO DO VATICANO. V. — ARCHIVIO SEGRETO VATICANO.
 ARRAIOLOS, 176-77.
 ARRAIOLOS (Conde de), 17, 71, 245-46 e 268.
 ARRAS (Bispo de), 229.
 ARRENTELA, termo de Almada, 348.
 ARRONCHES, 237 e 263-64.
 ARRUDA (Manuel Monteiro Velho), 28 e 192-93.
 ASTÓRIAS (Príncipe das), D. Henrique, 352.

- ATAIDE (Gonçalo de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro em Alfarrrobeira, 60.
- ATAIDE (Luis de), 195.
- ATAIDE (Pedro de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro em Alfarrrobeira, 60.
- ATALAIA, Faro, 98.
- ATENAS E NEOPATRIA (Duque de), 8, 331 e 343.
- ATLANTICO, 170.
- ATOUGUIA, 150.
- AUSTRIA, 331-32 e 336-37.
- AVEIRO, 81, 92-93, 242 e 269.
- AVELO (Rodrigo de), cavaleiro, morto em Alfarrrobeira, 67 e 70.
- AVILA (Martim de), 229.
- AVIS, 111.
- AVRANCHES (Conde de). V. — ABRANCHES (Conde de).
- AZAMBUJA, 40 e 249.
- AZAMBUJA (João da), homem do infante D. Pedro, foi na batalha de Alfarrrobeira, residia em Montemor-o-Velho, 119.
- AZAMBUJA (Diogo da), fidalgo da casa real, fundador do castelo de S. Jorge da Mina, filho de Pedro da Azambuja, 119.
- AZAMBUJA (Pedro Eanes da), homem do infante D. Pedro, esteve em Alfarrrobeira, residia em Montemor-o-Velho, pai de Diogo da Azambuja, 119.
- AZAMBUJA (Rodrigo Eanes da), pai de Pedro e João da Azambuja, 119.
- AZEVEDO (Diogo Lopes de), fidalgo e cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 83-85.
- AZEVEDO (Fr. Fernão Lopes de), filho de Lopo Dias de Azevedo, comendador da Ordem de Cristo, 84, 145-46 e 221.
- AZEVEDO (Gonçalo Gomes de), 219.
- AZEVEDO (Lopo Dias de), 83-86 e 145.
- AZEVEDO (Lopo de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrrobeira, 60.
- AZEVEDO (Luis de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrrobeira, vedor da fazenda régia, 60 e 84.
- AZEVEDO (Pedro de), 1, 5, 20, 86, 115, 225, 246-47, 263, 269, 272, 287 e 344-45.
- AZEVEDO (Pedro Lopes de), filho de Lopo Dias de Azevedo, 84.
- AZINHAL (Quinta do), termo de Arronches, 249-50.
- AZNARES (D. Garcia), bispo de Lérida, 10.
- AZOLA, 84.
- AZURARA, 38-39 e 55-56.
- BAIONA (Leonor), mulher de mestre João, residente em Abrantes, 224.
- BALAGUER (Senhor de), 8.
- BALDAIA (João), escrivão régio, 99.
- BALEAL, 150.
- BARATA (António Francisco), 50 e 51.
- BARATIER (Edouard), 171.
- BARBOSA (Fernão), criado e escudeiro do infante D. Henrique, 188.
- BARCELONA, 289 e 295. Conde de —, 8, 331 e 343.
- BARCELOS, 287.
- BARCELOS (Conde de), D. Afonso, 8.º conde de — e 1.º duque de Bragança, 246.
- BARCELOS (Pedro de), escrivão régio, 272.
- BARCELOS (Pero de), 39.
- BARREIROS (Rui), escudeiro, juiz ordinário em Viseu, 179.

- BARRETO (Gonçalo Nunes), 41-42.
 BARROS (Henrique da Gama), 23, 25, 27, 30 e 171.
 BASTO (Artur de Magalhães), 47, 54, 56-57 e 71.
 BATALHA, 140 e 229. Capela de D. João I na —, 22. Mosteiro da —, 22, 29, 60, 140 e 229.
 BEATRIZ (D.), casada com o senhor de Rabaste, 79.
 BEATRIZ, filha de Maria Álvares, 224.
 BEIRA (Comarca da), 3, 118, 236, 253 e 345.
 BEJA, 239. Duque de —, 93.
 BELEAGUA (João), doutor, deão da Guarda, 260 e 266.
 BELMONTE (Fernando de), camareiro do príncipe D. Henrique de Castela, 354.
 BEMPOSTA, 108-09. Priorado de —, 108-09.
 BENAVENTE, em Espanha, 14. 2.º conde de Benavente D. Rodrigo Afonso Pimentel, 8, 14-15, 47, 113-14, 186-87, 250, 261-62, 267 e 352-53.
 BENAVENTE (Cristóvão de), licenciado, escrivão do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 151 e 236.
 BENVIVER, julgado de Lafões, 65.
 BERLENGAS (Ilhas), 150.
 BERREDO (Martim Mendes de), embaixador régio, 86.
 BESALU (Pere), conservador geral do património real de Aragão, 10.
 BESTEIROS (Terra de), 264-65.
 BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, 72, 126 e 130.
 BIBLIOTECA NACIONAL DE MADRID, 94 e 229.
 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE BRAGA, 126.
 BIBLIOTECA DE SEMUR, 228.
 BIBLIOTECA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 124.
 BOCARRO (Diogo Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, 326-27.
 BOJADOR (Cabo), 11-12.
 BONIFACIO VIII (Papa), 218, 231 e 330.
 BOQUILOBO (Paul de), 124.
 BORGES, 39.
 BORGES (Alvaro), almoxarife da alfândega de Lisboa, 44.
 BORGES (Diogo), escrivão régio, 145, 184-85, 238 e 348.
 BORGES (Duarte), guarda-roupa de el-rei D. Afonso V, 95-96.
 BORGES (Gomes), escrivão régio, 125, 181, 236, 259, 272 e 327.
 BORGONHA, 59 e 228. Corte de —, 59. Duque de —, 8, 10, 71, 255 e 269. Duquesa de —, 227-29.
 BOTAO, 262.
 BOTELHO (Diogo), coudel de Montemor-o-Velho, 208-09.
 BOTINE (Duque de), 255.
 BOTO (Fernão), escrivão régio, 262.
 BOUÇA (Quinta da), 117.
 BRAGA, 92 e 248. Tesoureiro dos dinheiros das obras das muralhas e castelo de —, 248.
 BRAGANÇA (Duque de), 49, 55-56, 63, 73, 76, 246 e 287.
 BRASIO, S. P. (P. António Duarte), 13.
 BRISTOL, 44. Panos grandes de —, 44.
 BRITO (Mem de), fidalgo da casa real, marido de D. Grimanese de Melo, 202-04.
 BRUGES, 335-36 e 338-39.
 BRUGES (Jácome de), natural do condado de Flandres, servidor do infante D. Henrique, 192-94.
 BUARCOS, 87, 107 e 256.

BUGALHO (Quinta do), termo de Santarém, 323-24.

BULAS e outras Letras Pontifícias, reproduzidas e citadas: 11, 80, 109, 126-27, 129-30 e 229.

Cum pro nonnullis, de 20 de Maio de 1450, 227.

Dum ad preclara, de Nicolau V, de 10 de Dezembro de 1450, 328.

Injunctum nobis, de Nicolau V, de 28 de Abril de 1450, 217.

Querelam dilecte, de Nicolau V, de 21 de Maio de 1450, 227.

CABEÇA DE FERRO (Vasco Anes), criado do infante D. Henrique, 314.

CABO BOJADOR, 11-12.

CABO CANTIM, 11-12.

CABO DE ESPARTEL, 171.

CABO DE S. VICENTE, 171.

CABRAL (Álvaro Gil), avô de Fernando Álvares Cabral, alcaide-mor da Guarda de 1383 a 1399, 38.

CABRAL (Fernando Álvares), fidalgo, criado do infante D. Henrique, 38-39 e 303.

CABRAL (Luís Álvares), pai de Fernando Álvares Cabral, 38.

CACELA, Tavira, 98.

CACERES (João de), 219.

CACHOS (Fr. Diogo), freire professo do convento de Avis, 111.

CAEIRO (Pedro Eanes), natural de Évora, 89 e 242.

CALA, no couto de Alcobaça, 273-74.

CALABRIA (Duque da), D. Fernando de Aragão, 331 e 342.

CALISTO III (Papa), 109.

CALMETTE (J.), 229.

CAMERINENSE (Diocese), de Camerino, Itália, 281.

CAMINHA (Fernão Anes de), cidadão e procurador da cidade do Porto, 101.

CAMPO (João do), escudeiro do infante D. Henrique, 179-80.

CAMPO DO MONDEGO, 145-46.

CAMPOFREGOSO (Tomás de), 163-64.

CAMPORES, 87.

CANARIAS, 11-12 e 328-29.

CANAS (Batalha de), 71.

CANIÇO (Rio do), na ilha da Madeira, 311-12.

CANIÇOS (Rio dos), em Pernes, 224.

CANO, no Alentejo, 175.

CANTIM (Cabo), 11-12.

CAPUA, 49.

CARAPETO (Pedro), morador em Odemira, apaniguado do condestável D. Pedro, 268 e 270.

CARDOSO (Fernando Álvares), deão de Évora, 108-09.

CARDOSO (Gonçalo), escrivão régio, 96, 104, 120, 141, 144, 148, 160, 162, 174, 176-77, 204 e 270.

CARINTIA, 332.

CARMIGNOLA (Domenico di), funcionário pontifício, 289.

CARREIRO (João), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1-2 e 225-26.

CARRILLO (D. Alfonso), arcebispo de Toledo, 229.

CARRILLO DE HUETE (Pedro), 14, 59 e 186.

CARVALHO (Joaquim Martins Teixeira de), 22.

CASAL (Maria Afonso do), 323.

CASCAIS (D. Afonso de), 65.

CASCAIS (D. Fernando de), pai de D. Afonso de Vasconcelos, 344.

- CASEVEL (Comendador-mor de), 145 e 211.
- CASTANHEIRA, 66.
- CASTELA, 7-8, 11, 14-15, 47, 51, 59, 65, 71-72, 74, 79-80, 86, 94, 112-14, 150-61, 186-87, 191, 219, 261, 268-69, 314 e 352. Condestável de —, 80. Quinto das presas tomadas aos barcos de —, 11. Rei de —, 7, 9, 14, 51, 71, 74, 113-14, 187, 219, 255, 269 e 353. Reino de —, 14, 262 e 270.
- CASTELO BRANCO, 212.
- CASTELO BRANCO (Fernão Vasques de), recebedor da sisa das herdades e panos de linho em Lisboa, 104.
- CASTELO CAPUANO, em Nápoles, 331.
- CASTELO NOVO, em Nápoles, 7, 16, 53, 83 e 280.
- CASTELO RODRIGO, 33.
- CASTRO (D. Alvaro de), filho de D. Alvaro Pires de Castro, 64, 124-25 e 191.
- CASTRO (D. Alvaro de), filho de D. Fernando de Castro, 163-64 e 169-70.
- CASTRO (D. Alvaro de), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 257 e 266-67.
- CASTRO (D. Alvaro Pires de), 64 e 191.
- CASTRO (D. Diogo de), filho de D. Alvaro Pires de Castro, 64.
- CASTRO (D. Fernando de), filho de D. Alvaro Pires de Castro, governador da casa do infante D. Fernando, 64, 163-64 e 169.
- CASTRO (D. Fernando de), vedor da fazenda e do conselho de el-rei D. Afonso V, 173, 215 e 222.
- CASTRO (D. Fradique de), o Tagarote, filho de D. Alvaro Pires de Castro e D. Maria Lobo, fidalgo da casa do infante D. Henrique, 64, 191, 195, 220 e 315-17.
- CASTRO (D. Isabel de), mulher de D. Duarte de Meneses, 121-22.
- CASTRO (D. João de), vice-rei da Índia, neto de D. Pedro de Castro, 65.
- CASTRO (D. Pedro de), fidalgo e criado do infante D. Henrique, filho de D. Alvaro Pires de Castro e de D. Maria Lobo, 64-65 e 191.
- CASTRO (Pedro Rodrigues de), cavaleiro da casa de el-rei, almirante substituto, 277-78 e 293-94.
- CASTRO MARIM, 89, 128, 181 e 242-43. Comendador de —, 243. Coudel de —, 161.
- CASTRO VERDE, 194.
- CATALUNHA, 229.
- CATARINA (Infanta D.) de Portugal, irmã de el-rei D. Afonso V, 44.
- CATRAO, 100.
- CELORICO, 123-24.
- CERONE (Fr.), 289 e 292.
- CERVEIRA (Rui Gomes), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 123-24.
- CERVEIRA (Rui Mendes), aposentador de el-rei D. Afonso V, 70.
- CERZEDELO (Quinta de), no julgado de Lanhoso, 188.
- CESAR (Júlio), 71.
- CEUTA, 1-2, 5, 17-18, 40, 64, 83-84, 145, 161, 225-26, 245-47, 263-64, 272, 276, 287-88, 306, 317-18 e 345-46. Bispo de —, 263. Capitania de —, 17 e 269. Casas de — em Lisboa —, 20. Governador de —, 245. Senhor de —, 3, 6, 11, 15, 33-34, 39, 52, 82, 94, 96, 105, 113, 124, 208, 220, 232, 250-51, 261, 287, 309, 315, 332 e 348. Tesoureiro dos dinheiros, panos e demais coisas pertencentes às despesas da cidade de — em Lisboa, 18.
- CHACON (Gonzalo), 59.
- CHAMUSCA, 94.
- CHAVES, 321.
- CHAVES (João), morador em Vila Franca de Xira, 263.
- CHIPRE. Príncipe de —, 79. Rei de —, 286-87.

CIDE, 142.

CLEVES (Duque de), D. João, 331 e 342.

OCENTAYNA (Conde de), 10.

COELHO (José Ramos), 11.

COELHO (Luís), vereador de Viseu, 180.

COELHO (Martim), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.

COELHO (Pero), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.

COIMBRA, 47, 53-54, 59-62, 83-84, 86-87, 90, 102, 134, 145-46, 166 e 185. Bispo de —, 68, 86 e 140-41. Comenda de — da Ordem do Hospital, 48. Duque de —, infante D. Pedro, regente do reino, 1, 58-59, 63, 65, 86-87, 140, 186, 191, 227-29, 246, 269 e 348.

CONDEIXA, termo de Coimbra, 145-46 e 271.

CONGREGAÇÃO DOS CONEGOS DE S. JOÃO EVANGELISTA, 126.

CONGREGAÇÃO DOS CONEGOS SECULARES DE S. JORGE EM ALGA DE VENEZA, 130.

CONSTANTINO (D.), Imperador da Etiópia, 226-27.

CONSTANTINO PALEÓLOGO, Imperador de Constantinopla, 291-92.

CORDEIRO (P. António), 28 e 192-93.

CORDEIRO (Luciano), 119.

CORDEIRO (Pedro Gonçalves), escudeiro do infante D. Henrique, tabelião das notas em Condeixa, 271.

CÓRDOVA (João de), oficial do príncipe D. Henrique de Castela, 354.

CORNÍOLA (Duque de), 332.

CORREIA (Jácome), 311.

CORREIA (Fernando da Silva), 126.

CORREIA (Fernão), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.

CORREIA (Fernão), 219.

CORREIA (João), meirinho do duque de Bragança em Vila do Conde, 56.

CORREIA (João), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.

CORREIA (Lopo), irmão de Fernão Barbosa, 188.

CORREIA (Martim), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 209-10.

CORSEGA (Rei da), 8, 331 e 343.

CORTE-REAL (Vasco Eanes), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 161-62.

CORTES. De Lisboa de 1439, 14; — de Lisboa de 1459, 23; — de Torres Novas de 1438, 75.

CORTES-REAIS, 192.

CORUCHE, 189 e 343-44.

COSTA (Afonso Vasques da), irmão de Vasco Eanes Corte-Real, 161.

COSTA, O. F. M. (Dr. António Domingues de Sousa), 115, 164, 169 e 178.

COSTA (Gil Vasques da), irmão de Vasco Eanes Corte-Real, 161.

COSTA (D. João da), bispo de Viseu, 118.

COUTINHO (D. Fernando), fidalgo da casa de el-rei D. Afonso V, marechal do reino, 86-87, 219 e 246.

COUTINHO (Fernão), 103 e 322.

COUTINHO (Fernão), do conselho de el-rei D. Afonso V, 219.

COUTINHO (D. Isabel), mãe de D. Afonso de Vasconcelos, 344.

COUTINHO (João Rodrigues), 116-17.

- COUTINHO (D. Luís), bispo de Coimbra, 86 e 140-41.
 COUTINHO (D. Vasco Fernandes), conde de Marialva e marechal do reino, 116.
 COVILHA, 100, 151-52 e 346-47. Senhor da —, 13, 79, 151, 193 e 312.
 CRATO, 74.
 CRUZ (João da), clérigo, 319 e 321.
 CUNHA (Diogo da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, comendador de Casével, 221-22.
 CUNHA (João Alvares da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 142-44.
 CUNHA (Leonor da), mulher de Alvaro Pires de Távora, 108-09.
 CUNHA (D. Rodrigo da), 129.
 CUNHA (Rodrigo da). V. — CUNHA (Rui da).
 CUNHA (Rui da), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60 e 140.
 CUNINO (João), imperador de Trebisonda, 291-92.
 DAILLIEZ (Laurent), 16.
 DAVID, 289 e 291-92.
 DECRETOS, 323.
 DESERTA (Ilha), 34.
 DESPUIG (Fr. Luís), da Ordem Militar de Montesa, 342.
 DEUS, 2-6, 8, 10-13, 15-16, 22-25, 27, 29-34, 36, 39, 44, 46, 52, 55, 57, 60-62, 72, 75, 78, 80-83, 88, 94, 96-97, 101-03, 105, 110, 113-15, 118, 120-21, 124, 126-28, 131, 133, 135-37, 142, 146, 150-51, 155, 159, 182, 187-89, 193-95, 202, 208, 216-17, 220, 230, 232, 237, 247, 250-51, 261, 267, 275-76, 278, 282, 287, 289, 291-92, 296, 302, 306, 309, 315, 319-20, 323, 325-26, 329, 331-32, 334, 339, 341-42 e 348-53. Nosso Senhor —, 75.
 DE WITTE, O. S. B. (Charles-Martial), 228-27 e 289.
 DIAS (Catarina), mulher de D. Luís de Ataíde e depois de D. Fradique de Castro, 195.
 DIAS (João), armador das pescarias do infante D. Henrique, morador em Lagos, 283.
 DIAS (Jorge), escrivão régio, 189 e 200.
 DIAS (Lopo), 327.
 DIAS (Fr. Lopo), mestre da cavalaria da Ordem de Cristo, 133.
 DIAS (Rui), escrivão de el-rei D. Afonso V, 12, 20, 22, 24-31, 33-36, 86, 97, 199, 219, 235, 282, 305, 309 e 345.
 DINIS (D.), rei de Portugal, 158, 232-33 e 274-75.
 DINIS, O. F. M. (António Joaquim Dias), 3-4, 21, 27, 32, 35, 58, 122, 151, 171, 216, 236, 243 e 283.
 DIOGO (Fr.), vigário de epistola, freire professo do convento de Avis, 111.
 DIREITO CANÓNICO, 132.
 DOMINGUES (Afonso), raqueiro, 318 e 320.
 DOMINGUES (Estêvão), pai de Gonçalo Esteves, morador em Alcochete, 205.
 DOMINGUES (Luís), ourives do Porto, 47.
 DONAS (João Gonçalves das), 304.
 DOSSEM (João). V. — SEM (João do).
 DOURO, 236.
 DUARTE (D.), rei de Portugal, 21, 23-27, 32, 36-37, 80, 97, 109, 113-14, 120, 124, 142, 186, 195, 216, 249-50, 282, 295-96, 308 e 318.
 DUARTE (João), tabelião público em Lisboa, 319-21.
 DUAS SICÍLIAS (Rei das), 6.
 EANES. V. — ANES.
 EANES (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 255.
 EANES (Afonso), almoxarife régio em Viseu, 303.

- EANES (Alvaro), almocreve, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 92.
 EANES (Alvaro), residente no Porto, sobrinho do Dr. Fr. Pedro, 106.
 EANES (Alvaro), procurador do concelho de Viseu, 180.
 EANES (Alvaro), escudeiro do infante D. Henrique, 262.
 EANES (Beatriz), mãe de Alvaro Pires de Távora, 110.
 EANES (Estêvão), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 168.
 EANES (Estêvão), mestre das galés de el-rei, 318-20.
 EANES (Filipe), corregedor da comarca do Porto, 102.
 EANES (Gil), cavaleiro do infante D. Henrique, escrivão da tábua grande do «aver do peso» em Lisboa, 214-15.
 EANES (Gonçalo), escrivão régio, 39, 46, 87, 257 e 352.
 EANES (Gonçalo), capelão do infante D. Pedro, presente em Alfarozeira, 140.
 EANES (Gonçalo), vedor das obras da Batalha, 140.
 EANES (Gonçalo), ferreiro da Foz da Castanheira, 241.
 EANES (João), escrivão régio, 24, 32 e 206.
 EANES (Luís), capelão do infante D. Pedro, presente em Alfarozeira, 140.
 EANES (Luís), morador em Évora, criado de Luís Lourenço, 213-14.
 EANES (Pedro), tabellão em Lagos, 42.
 EANES (Pedro), vizinho da cidade do Porto, 101.
 EANES (Pedro), escrivão régio, 110 e 260.
 EANES (Pedro), dono de colmeias em Alcochete, 205.
 EANES (Pedro), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão da coudelaria de Alcanede e termo, morador em Azambuja, 249.
 EANES (Pedro), vassalo, escudeiro do infante D. Henrique e coudel do juizado da comenda do Ródão, 268.
 EANES (Pedro), escrivão da câmara de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, 320.
 EANES (Rodrigo), escrivão régio, 248.
 EANES (Rodrigo), recebedor da chancelaria real, 259.
 EANES (Rodrigo), padeiro, 327.
 EANES (Rodrigo), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 327.
 EANES (Vasco), criado de João Telxeira, escudeiro da casa do infante D. Henrique, caminheiro da Relação da Suplicação da Corte, 37-38.
 EANES (Vasco), pai de Vasco Eanes Corte-Real, 161.
 EANES (Vasco), alcaide dos pescadores, 320.
 EANES (Estêvão), o Moço, residente em Buarcos, piloto da foz do Mondego, 107.
 EGA, 60, 145-47 e 190.
 EGAS (Vicente), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1-2 e 225-26.
 EGIPTO (Sultão do), 290.
 ELVAS, 52 e 269. Castelo de —, 50 e 269.
 ELVAS (João de), vigário-geral de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, 319.
 ENRIQUEZ (D. Juana), mulher de João da Silva, 93.
 ENTRE DOURO E MINHO, 55-56, 120-21, 165 e 236.
 ENTRE TEJO E GUADIANA (Comarca de), compreendia também o Algarve, 80, 236, 247 e 269.
 ESPANHA, 72, 74, 342 e 353.
 ESPARTEL (Cabo de), 171.
 ESPOLETO, 307.
 ESTEIRAS (Rua das), em Lisboa, 99 e 111.
 ESTEVAO, grande valvode e duque de Botine, 255.
 ESTEVES (Fernandes), juiz de Lebução, 321-22.

- ESTEVES (Gonçalo), filho de Estêvão Domingues, morador em Alcochete, 205-06.
- ESTEVES (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Alcácer, 238.
- ESTEVES (Luís), vereador da câmara do Porto, 47.
- ESTEVES (Pedro), escudeiro do infante D. Henrique, 149-50.
- ESTEVES (Pero), vigário-geral de Santarém, 323.
- ESTEVES (Vasco), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 194.
- ESTIRIA, 332.
- ESTREITO, termo de Oleiros, 149.
- ESTREMOZ, 175 e 304.
- ETIOPIA, 226-27 e 288-92. Imperador da —, 288-92.
- EUBEL (Conradus), 7, 126, 140, 263 e 342.
- EUGENIO IV (Papa), 80, 125-27 e 129-30.
- EUROPA, 289.
- EVORA, 50, 71, 89, 108-09, 142-50, 155, 159-63, 165-68, 172-75, 178, 181, 184-85, 187, 189-90, 192, 194, 196, 198-200, 202, 204, 206-10, 212-13, 215-17, 219-20, 222-23, 225-26, 228, 234-37, 243 e 304. Câmara de —, 49. Deão de —, 108-09. Freires de —, 81.
- ESTREMADURA (Comarca da), de Lisboa até o Douro, 236.
- FABRIANO, 281.
- FALEIRO (Pedro), corregedor por el-rei D. Afonso V na cidade de Lisboa, 5.
- FARINHA (João), servidor do infante D. Henrique, bom marinheiro e morador no Porto, 308-09.
- FARINHA (João Lourenço), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1-2 e 225-26.
- FARO, 97-98 e 199.
- FARTO (João), lavrador e morador no termo da cidade de Lisboa, 88.
- FARTO (João Gonçalves), escrivão das obras de fortificação de Viseu, 260.
- FERNANDES (Alvaro), escudeiro do infante D. Henrique, 173.
- FERNANDES (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, 201.
- FERNANDES (Garcia), partidário do infante D. Pedro em Alfaroabeira, 173-74.
- FERNANDES (Gil), escrivão régio, 314.
- FERNANDES (Gonçalo), corregedor da corte, 67.
- FERNANDES (Lopo), escrivão régio, 42, 92, 121, 124, 149-50, 194, 239, 253, 309 e 346-47.
- FERNANDES (Luís), escrivão régio, 37.
- FERNANDES (Nuno), moço da câmara do infante D. Pedro, 147.
- FERNANDES (Vasco), vizinho da cidade do Porto, 101.
- FERNANDES (Vasco), ferreiro, morador em Lebução, 321-22.
- FERNANDES (Vicente), escrivão das malfetorias, 200.
- FERNANDEZ PORTOCARRERO (Martin), cavaleiro fidalgo, de Castela, 353.
- FERNANDO (D.), rei de Portugal, 7 e 191.
- FERNANDO (D.), 3.º conde de Arraiolos, filho segundo do 8.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, 246.
- FERNANDO (D.). V. — CASTRO (D. Fernando de).
- FERNANDO (Fr.), freire professo do convento de Avis, 111.
- FERNANDO (Infante D.) de Portugal, filho adoptivo do infante D. Henrique, 6-7, 192, 199 e 267.
- FERNANDO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, 64, 80, 150 e 163.
- FERRARA (Marquês de), 8.
- FERREIRA (Aires), fidalgo da casa do duque de Bragança, 56.

- FERREIRA (Gonçalo Gonçalves), residente no Porto, 164-65.
 FERRO (João Rodrigues), de Montemor-o-Velho, companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 209-10.
 FEZ, 80.
 FIERVILLE (Ch.), 228.
 FIGUEIREDO (Diogo de), escrivão régio, 190.
 FILIPE O BOM, duque de Borgonha, 78, 228 e 253. V. — BORGONHA (Duque de).
 FILLACH (Nicolau), doutor em Leis, 342.
 FLANDRES (Condado de), 192-93, 330 e 335.
 FLORENÇA, 254, 331, 335-36, 338-39 e 342.
 FLORENTINO (Bartolomeu), residente em Lisboa, 170.
 FOLGADO (Pedro), 266-67.
 FONOLLEDA (Arnaldo), 16, 49, 53, 83, 182-83, 255, 279-80, 287, 291-92, 299-300, 301 e 308.
 FONSECA (Fernando da), alcaide de Lisboa, 67.
 FORBIN (Bertrand), 170.
 FORBIN (João), de Marselha, residente em Lisboa, 170.
 FORNOS DE ALGODRES, 212-13.
 FOZ DA CASTANHEIRA, terra de Fernão Pereira, 241.
 FRAMALÃO (Prior de), 93.
 FRANÇA, 261. Rei de —, 109, 202, 220 e 258.
 FREDERICO III (D.), rei dos romanos, 181-82, 278-79, 330-35 e 341.
 FREIRE (Anselmo Braamcamp), 41, 64, 69, 84, 86, 92, 195, 236 e 276.
 FREITAS (Alvaro de), pai de Leonor Alvares, 89.
 FREITAS (Jordão Apolinário de), 311.
 FRONTEIRA, 269.
 FRONTEIRA (Fr. Afonso de), freire professo do convento de Avis, 111.
 FRUTUOSO (Gaspar), 28 e 192-93.
 FUNCHAL, 193.
 FUNES (Ramiro de), cavaleiro, procurador por el-rei D. Afonso V de Aragão da vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, 295-97 e 300-01.
 GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO, 40, 47, 54, 56-57 e 101.
 GALEBO (Mafamede), mouro forro, 198.
 GALEGO (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 245.
 GALVÃO (Gonçalo), almoxarife de el-rei D. Afonso V em Santarém, 109.
 GALVÃO (Rui), secretário de el-rei D. Afonso V, 1, 15, 20, 44, 50, 53, 55, 58, 82, 104, 107, 113-14, 165, 190, 208, 214, 251, 261, 285-86, 288 e 294.
 GAMA (Eurico), 52.
 GARCIA (D.), bispo de Lérida, 10. V. — AZNARES (D. Garcia).
 GENOVA, 8, 10, 163, 169, 178 e 274-75.
 GIAES (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Ribeira de Vide, 343-44.
 GLJÓN E NORONHA (Conde de), D. Afonso Henriques, 7.
 GIL (Alvaro), escrivão da câmara do Porto, 101-02.
 GIL (Fernão), escrivão de el-rei D. Afonso V, 5.
 GIL (João), cônego da sé da Guarda e prior do Seixo, 238.
 GIL (Leonel), escudeiro da casa do infante D. Henrique, morador em Lagos, 19.
 GIL (Martim), escrivão de el-rei D. Afonso V, 2, 4, 12-13, 210, 213, 220, 247 e 256.
 GODINHO (Alvaro Mendes), corregedor do reino do Algarve, 243.
 GOIS (Mécia Vasques de), mãe de Mécia Gomes de Lemos, 143-44.
 GOIS (Fr. Pedro de), comendador de Santa Vera Cruz, 16.

- GOMES (Alres), dono de caraveia, 56.
 GOMES (Alres), escrivão régio, 93, 95 e 98.
 GOMES (GIL), prior de Santo Estêvão de Alfama, 319 e 321.
 GOMES (João), escudeiro do infante D. Henrique, morador em Odemira, 222.
 GOMES (Mécia), mulher de João Álvares da Cunha, 141-43. V.—LEMONS (Mécia Gomes de).
 GOMES (Rui), escrivão régio, 304.
 GOMES (Dr. Rui). V.—ALVARENGA (Rui Gomes de).
 GONÇALO, 12.
 GONÇALO (D.), filho primogénito dos condes de Marialva D. Vasco Fernandes Coutinho e D. Maria de Sousa, 116 e 118.
 GONÇALO (Fr.), cantor do convento de Avis, 111.
 GONÇALVES (Afonso), morador em Nisa, 201.
 GONÇALVES (Afonso), de Montemor-o-Velho, companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 209-10.
 GONÇALVES (Alres), escudeiro do infante D. Henrique, 304-05.
 GONÇALVES (Alvaro), escrivão dos reguengos de Santa Catarina (de Ribamar), no termo de Lisboa, 5.
 GONÇALVES (Alvaro), escrivão régio, 37, 108 e 163.
 GONÇALVES (Alvaro), escrivão de D. João I, 134.
 GONÇALVES (Alvaro), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Sertã, termo de Beja, 239.
 GONÇALVES (Alves), da câmara do Porto, 47.
 GONÇALVES (Antão), escrivão régio, 19, 168 e 250.
 GONÇALVES (Artur), alcaide do castelo de Marvão, 269.
 GONÇALVES (Catarina), mulher de Estêvão Eanes, mestre das galés., 319-20.
 GONÇALVES (Diogo), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1-2.
 GONÇALVES (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, 99 e 111-12.
 GONÇALVES (Diogo), capelão do infante D. Pedro, presente em Alfarrobeira, 140.
 GONÇALVES (Diogo), da cidade de Lisboa, 225-26.
 GONÇALVES (Estêvão), 112.
 GONÇALVES (Fernão), morador em Tavadre, companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 209-10.
 GONÇALVES (Fernão), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão do mordomado de Tavira, 294-95.
 GONÇALVES (Gil), tabellão em Lamego, 118.
 GONÇALVES (Gomes), tabellão em Alcochete, 205.
 GONÇALVES (João), marinheiro, residente em Tavira, 144-45.
 GONÇALVES (João), escrivão régio, 166 e 274.
 GONÇALVES (João), escudeiro do infante D. Henrique, 183.
 GONÇALVES (João), filho de João Abade, de Santarém, 221.
 GONÇALVES (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Arrentela, termo de Almada, 348.
 GONÇALVES (Lopo), doutor, juiz dos feitos de el-rei, 202.
 GONÇALVES DE ARNOYLO (João), biscaíno, morador em Faro, 199.
 GONÇALVES (Lopo), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 167.
 GONÇALVES (Lopo), doutor em Leis, juiz dos feitos de el-rei, 276.
 GONÇALVES (Martim), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Porto, 149 e 165.
 GONÇALVES (Martim), criado do conde de Abranches, 202.
 GONÇALVES (Martim), 219.

- GONÇALVES (Martim), morador em Évora, 223.
- GONÇALVES (Mem), escudeiro do infante D. Henrique, morador na quinta do Bugalho, 323-25.
- GONÇALVES (Pero), escrivão régio, 15, 17, 58, 62, 114 e 119.
- GONÇALVES (Vasco), vereador da câmara do Porto, 47.
- GONÇALVES (Vasco) sogro de Lopo da Molta, 236-37.
- GOUVEIA, 38 e 234. Confirmação da vila de — a D. Henrique, 156-59.
- GRA (Luis Gomes da), porta-bandeira de D. Jaime na batalha de Alfarrobeira, 70.
- GRACIOSA (Ilha), Açores, 192.
- GRAPPIN (P. J.), 229.
- GUARDA, 215-16, 238, 260 e 263. Almoxarifado da —, 122.
- GUARDA (Alvaro da), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão do mordomado e das sisas das judengas da Guarda, 215-16.
- GUARDA (Quinta da), na Mouta Santa, 96-96.
- GUDABER (Santa Maria de). Prior de —, 226-27, 288 e 290-92.
- GUDELHA (Mestre), judeu, cirurgião do infante D. Henrique, 346-47.
- GUER (Cabo de), 11.
- GUIMARAES, 165 e 287. Almoxarifado de —, 287.
- GUINE, 119. Costa da —, 119.
- GULFAR, 216.
- GUZMAN (D. Juan Alonso de), duque de Medina Sidónia, conde de Niebla e senhor do porto andaluz de Sanlúcar de Barrameda, 11.
- HELENO (Manuel), 72 e 78.
- HENRIQUE (Infante D.), de Portugal, filho de el-rei D. João I, regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 3-4, 11, 13, 18-27, 41, 43, 45, 58-59, 62-66, 72-73, 76, 79, 81-82, 87-89, 92-94, 96-100, 105-09, 111-12, 116-17, 119-27, 129-30, 134, 142-43, 145-54, 156, 158-62, 164-68, 170-71, 173-80, 183-85, 188-96, 198-202, 204-16, 218-24, 234-43, 245-53, 255, 257-60, 262-69, 271, 273-74, 280, 282-87, 289, 294-95, 301-06, 308, 311-12, 315, 317, 321, 323, 326 e 343-48. Assumido o governo efectivo do reino por el-rei D. Afonso V, em 1449 ele confirmou ao Infante D. Henrique: a feira de Viseu, 3-4; os privilégios da Ordem de Cristo, 13; a dizima nova da pesca do mar de Monte Gordo, 21-22; privilégio a 10 pastores de ovelhas no couto de Alcobaça, 23-24; privilégio a 13 marinheiros seus em Lisboa e Porto, a mestre de nau sua e ainda a 4 marinheiros do infante em Lagos, 24 e 148-49; o exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino, 25; a doação do quinto das coisas tomadas pelos barcos que D. Henrique armasse, 26; o privilégio a 18 homens da sua pesca de atuns e corvinas no Algarve, 27; a licença de mandar sepultar seus criados no mosteiro da Batalha, 29; o privilégio de dar de sesmaria terras suas e da Ordem de Cristo, 31; a licença de escambar suas terras de Relgada e Pereiro e casas de Lisboa com bens da Ordem de Cristo, 33; a doação do arquipélago da Madeira, 34; os seus canais e estacadas do Ródão, 35; a carta eduardina de regulamentação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino, 36; privilégio a 30 homens da quinta de Alprate, 37; convenção e composição do infante com D. Duarte de Meneses, 100; a dispensa de os moradores do arquipélago da Madeira e demais ilhas do infante pagarem dizima e portagem do que de lá trouxessem ao reino, 105-06; contrato sobre o casamento de D. Duarte de Meneses, 122-23; a doação do paul de Boquilobo a D. Alvaro de Castro, 124-25; carta eduardina sobre as suas terras de Gulfar e Penalva, 216-17; a nomeação pelo infante de Heitor Homem para vedor-mor das obras dos castelos, vilas e lugares da comarca da Beira, 253; tença por dívida, 344-45; a villa de Gouveia, 156-59; e dote de casamento, 234.

O mesmo monarca doou ao infante D. Henrique: os direitos das mercadorias vindas ao país das terras sitas entre os cabos Cantim e Bojador, menos a sisa, 11-12; duas casas nas tercenças régias de Lisboa, 20; altar e jazigo para o infante na Batalha, 22; os bens de Nuno Fernandes, 147-48; as ilhas Berlengas e o Baleal, 150; e o exclusivo da pesca e venda de coral por 5 anos, 171-72. D. Afonso V autorizou D. Henrique a mandar povoar as sete ilhas dos Açores, 28; transcreveu-lhe da chancelaria régia, por se lhe haverem danificado os originais, a carta de el-rei D. Duarte da concessão do quinto das presas tomadas por seus navios e fustas, 30, e a relativa ao exclusivo da pesca do atum no Algarve, 32; reconstituiu-lhe a carta joanina de doação da Covilhã, 151-55, e confirmou-lhe a vila de Gouveia, 156-59; dispensou os moradores do seu lugar de Alpalhão de terem cavalos e armas, 160-61, e, por cinco anos, também os moradores da sua terra de Besteiros, 265; encarregou-o da administração e governo da Ordem Militar de Avis, 79-81; e privilegiou os moradores de Montalvão, Alpalhão e Arez, a seu pedido, 112. Referenciadas terras várias do infante D. Henrique, entre outras: Olho Marinho, no termo de Óbidos, 46, Aildeia e Pinhanços, na serra da Estrela, doadas pelo infante em casamento, 116-18, e S. Pedro do Sul, 241-42. Doação pelo infante de capitania na Madeira a João Gonçalves Zarco, 312-14, e de outra na Ilha Terceira, Açores, a Jácome de Bruges, 193-94; reforma dos Estatutos da Ordem de Cristo, promovida pelo infante D. Henrique, 126-37; o infante ao lado de el-rei na batalha de Alfarrobeira, 89-90, 147-48, 271-72 e 306-07; actos do infante como regedor e governador da Ordem de Avis, 99, 111-12 e 189-90; permuta pelo mesmo de comendas e priorados da Ordem de Cristo com el-rei, 109-10; projecta-se a ida de D. Henrique para governador de Ceuta, pela exoneração, a seu pedido, de D. Fernando, conde de Arraiolos, 246-47 e 263-64; súplicas do infante ao papa Nicolau V em benefício de Fr. Afonso Velho, seu confessor, 280-81 e 306. Pessoal seu, 18-19, 24, 37-38, 40, 43, 64-65, 82, 88-89, 92-93, 96-97, 99, 106, 108, 111-12, 119-20, 123, 142, 147, 149, 159, 162, 165-68, 173, 175, 178-80, 183-85, 188, 190-91, 194-95, 198-99, 201, 205-07, 209, 211-15, 220-24, 235-36, 238-41, 243, 245, 247-49, 251, 253, 255, 257, 260, 262, 265-66, 268, 271, 273, 280, 282-84, 287, 294, 301, 303-04, 308, 315, 323, 326 e 343-47. V. — NAVEGADOR.

HENRIQUE (D.), infante de Aragão, 6 e 14.

HENRIQUE (D.), infante de Castela, príncipe herdeiro, 47, 186 e 352.

HENRIQUE II (D.), rei de Castela, 7. Príncipe —, 8.

HENRIQUE III (D.), rei de Castela, 114.

HENRIQUES (D. Afonso), conde de Gijón e Noronha e bastardo de Henrique II de Castela, 7.

HOMEM (Garcia), irmão de Heitor Homem, 253.

HOMEM (Heitor), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 253 e 257-58.

HOMEM (Pedro), 219.

HUNGRIA (Rei de), 8, 331 e 343.

IDADE MEDIA, 170.

IFAT. V. — ADAL E IFAT (Sultão de).

IGREJA, 137 e 330.

ILHA DESERTA, 34.

ILHA DA MADEIRA, 34.

ILHA DE PORTO SANTO, 34.

INDIA, 291-92.

INDIA ORIENTAL, 292.

INFANTE SANTO, referido ao infante D. Fernando, 80.

- INGLATERRA (Rei de), 102.
- ISABEL (D.), rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Afonso V, 1 e 348-49.
- ISABEL (D.) de Portugal, filha bastarda de el-rei D. Fernando e mulher de D. Afonso Henriques, 7.
- ISABEL (D.), infanta de Portugal, depois mulher de D. João II de Castela, 14.
- ISABEL (Infanta D.), filha de el-rei D. João I, duquesa de Borgonha, 59, 78 e 227-29.
- ISLAO, 289-90.
- ITALIA, 254, 335 e 338.
- JAIME (D.), filho do infante D. Pedro, regente do reino, 59, 70 e 79.
- JALES, 84.
- JERUSALEM. Casa Santa de —, 289 e 291. Rei de —, 8, 49, 331 e 342. Reino de —, 49.
- JESUS CRISTO, 10, 126, 227, 229, 307-08 e 334. Nosso Senhor —, 5, 13, 15, 17, 19, 34, 39-40, 42, 44-45, 82, 91-92, 97-98, 100, 105, 107-08, 111, 113-14, 116, 119, 124-25, 131, 139, 141-42, 146-50, 159, 162-63, 165, 167-68, 179, 181, 184-85, 190, 193-94, 198-200, 202, 206, 208, 210, 212-17, 220, 222-23, 225-26, 234, 236, 239-42, 245, 247-48, 250, 252, 255, 257, 259-62, 264-65, 268, 270, 272-73, 276, 282, 286, 288, 304-05, 311, 314, 317-19, 322, 325, 327-28, 344-48, 352, e 354. Senhor —, 20, 22, 24, 26, 29, 31-32, 37-38, 43, 90, 95, 121, 174, 209, 212, 219, 243, 249 e 266-67.
- JESUS CRISTO (Ilha de). V. — TERCEIRA (Ilha).
- JOANA (Infanta D.) de Portugal, irmã de el-rei D. Afonso V, 44 e 296.
- JOAO, 12.
- JOAO, escolar de Direito Canónico, 47.
- JOAO (D.) rei de Chipre, 286.
- JOAO da Costa (D.), bispo de Viseu, 118 e 137.
- JOAO (D.), rei de Navarra e governador geral do reino aragonês, 7-8, 255, 296 e 298-99.
- JOAO (D.), príncipe de Chipre, 79.
- JOAO (D.), duque de Clèves, 342.
- JOAO I (D.), rei de Portugal, 3, 21-22, 30-33, 35, 38-39, 60, 80, 86, 109, 114, 126, 133, 151, 188, 195, 236-37 e 275. Capela de — no mosteiro da Batalha, 22.
- JOAO II (D.), rei de Portugal, 72, 87, 93, 119, e 171.
- JOAO II (D.), rei de Castela e de Leão, 8, 14, 59, 186, 191, 255 e 353.
- JOAO III (D.), rei de Portugal, 96.
- JOAO XXI (Papa), 128-29.
- JOAO (Fr.), freire professo do convento de Avis, 111.
- JOAO (Mestre), criado do infante D. Henrique, 224.
- JOAO (Mestre), juiz em Tomar, 259.
- JOAO (Mestre). V. — VICENTE (D. João), bispo de Viseu.
- JOAO PRESTES, no termo de Tomar, 259.
- JOAQUIM (Manuel), 3.
- JORDAO (Fr. Filipe), da Ordem de S. Bernardo, 6-7.
- JORGE (D.), filho bastardo de el-rei D. João II, 87.
- JORGE (Vasco), escudeiro do infante D. Henrique, tesoureiro dos dinheiros das obras das muralhas e castelo de Braga, 248 e 287-88.
- JOUFFROY (Jean), deão de Saint-Vivant-sous-Vergy, conselheiro e embaixador de Filipe a Bom, 228-29.
- JULIO II (Papa), 126 e 130.
- LAFOES (Julgado de), 65 e 282.
- LAGOS, 19, 41-42, 89, 148, 180-81, 283-86 e 326. Tabelaço do cível e crime de —, 180.

- LALIM, 23 e 121-23.
LAGUARDONA, 305.
LA MARCHE (Lecoy de), 172.
LA MARCHE (Olivier de), 59.
LA RONCIERE, Charles de, 290.
LAMEGO, 116, 126, 129 e 218-19. Bispo de —, 126, 129-30 e 137.
LAMPREIA (João), marido de Maria Alvares, 224.
LANDIM (Gaspar Dias de), 59, 63 e 69.
LANHOSO (Julgado de), 188.
LASTICO (Fr. João de), Grão-Mestre da Ordem Militar de S. João de Jerusalem, 291 e 293.
LEAO, 227, 229 e 255. Rei de —, 255 e 353.
LEAO (Duarte Nunes de), 59 e 69.
LEBUÇÃO, no concelho de Valpaços, 321.
LEDESMA, 14 e 186.
LEIRIA, 61 e 315-16.
LEITAO (Humberto), 310.
LEITAO (Estêvão), pai de Gallote Leitão, 211.
LEITAO (Gallote), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 211.
LEITAO (Marote), irmão de Gallote Leitão, 211.
LEMON (Gomes Martins de), pai de Mécia Gomes de Lemos, 142.
LEMON (Mécia Gomes de), 142-44. V. — GOMES (Mécia).
LEMON (Pero de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
LEONOR (D.), rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Duarte, 1, 6, 14, 16, 45, 59, 63, 65, 113-14, 186, 202, 278, 295-98, 300 e 302.
LEONOR (Infanta D.), irmã de el-rei D. Afonso V, 181-83 e 330-35.
LERIDA (Bispo de), 10. Cardeal de —, 307-08.
LEVANTE, 171.
LINHARES, 123-24.
LISBOA, 1-2, 4-5, 14, 18, 24, 32, 35, 37-38, 44, 46, 58, 61-63, 65-67, 71, 73, 78, 81-82, 86-88, 90-93, 95-98, 100, 104, 106-08, 110-11, 119, 126, 140, 148, 151, 168, 185, 211, 214, 217, 225-26, 236, 245, 247-53, 255-58, 260-62, 264-68, 270, 272, 274, 276-78, 286, 293, 308-11, 318-20, 323, 326, 333, 345 e 349-50. Alcaide de —, 67.
Arcebispo de —, 6-7, 83, 92 e 323. Contos de —, 44. Cortes de — de 1439, 14.
Deão de —, 217. Escrivão da tábua grande do caver do peso, em —, 214.
Igreja de S. Pedro de —, 6. Rua das Estrelas em —, 99 e 111. Tercenas régias de —, 20. Vigário geral de —, 109.
LISBOA (João de), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 62-83.
LISBOA (João de), escrivão régio, 100, 145-46, 159, 196, 234-35, 276 e 317.
LISUARTE, fidalgo da casa do infante D. Henrique, 205.
LOBATO (Pedro), doutor em Leis, do desembargo de el-rei D. Afonso V, 88, 90, 142, 184, 189, 202, 209, 223, 234, 247, 252, 260, 264, 266 e 272.
LOBO (Fr. Gil). V. — TAVIRA (Fr. Gil de).
LOBO (Francisco Miranda da Costa), 71.
LOBO (D. Maria), mulher de D. Alvaro Pires de Castro, 64 e 191.
LOIOS, 126 e 130. V. — CONGREGAÇÃO DOS CONEGOS DE S. JOAO EVANGELISTA.
LOMELINO (Leonardo), 163-64.
LOPES (Vicente), 310.
LOPES (D. Diogo), abade de S. Martinho de Mouros, 118.

- LOPES (Fernão), cronista, 35, 80, 83, 114 e 161.
- LOPES (Rui), recebedor dos quatro «pedidos» e meio tirados no almoxarifado de Lamego nos anos de 1444 e 1449, 218-19.
- LOPES (Vasco), escudeiro do infante D. Henrique, 178.
- LOURENÇO (Estêvão), tabelião em Lisboa, 211.
- LOURENÇO (Fernão), escrivão régio, 125, 161, 185, 212, 245, 255, 344 e 346.
- LOURENÇO (Frei), sacristão do convento de Avis, 111.
- LOURENÇO (P. Gabriel de), prior de Santa Maria de Sintra, 6.
- LOURENÇO (Gonçalo), 140-41.
- LOURENÇO (Jácome), genovês, mestre de fazer querenas de navios, 310-11.
- LOURENÇO (João), tabelião público em Viseu, 179-80.
- LOURENÇO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 223.
- LOURENÇO (Luís), escudeiro do infante D. Henrique, 213.
- LOURENÇO (Pedro), escrivão, 194.
- LOURENÇO (Pero), 40.
- LOURENÇO (Pero), coudel, 56.
- LOURENÇO (Pero), contador de el-rei D. Afonso V na comarca dos almoxarifados de Viseu e Lamego, 218.
- LOURENÇO (Rui), deão de Coimbra, 134.
- LOURES (Ponte de), 62.
- LUCENA (Vasco Fernandes de), doutor em Leis, embaixador do rei de Portugal, 307.
- LUGARES SANTOS, 286.
- LUIS, doge de Génova, 170.
- LUIS (D.), duque de Sabóia, 255.
- LUIS XI, rei de França, 229.
- LUNA (D. Alvaro de), condestável de Castela, 8, 14, 47, 186 e 261.
- LUXEUIL (Abade de), 229.
- MAÇÃO, 93 e 166-67.
- MACHICO, 193.
- MADEIRA (Ilha da), 34, 105, 193, 217, 272, 311-12 e 328-29.
- MADUREIRA (Alvaro Anes de), da câmara do Porto, 47.
- MAGNÂNIMO, referido a D. Afonso V, 278 e 296.
- MAIA (Fernão Álvares da), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
- MAIA (João da), escudeiro do infante D. Henrique, 180.
- MAIORCA (Rei de), 8, 331 e 343.
- MANGAS VERDES (Martim), 327.
- MANRESA (Francisco), servidor da rainha D. Leonor, 300.
- MANSILHA (Afonso de), escudeiro do infante D. Henrique, 180.
- MANTEIGAS, 38-39 e 234.
- MANUEL I (D.), rei de Portugal, 31, 93-94, 96 e 321.
- MANUEL (João), proprietário de moinho e quinta em Olho Marinho, 45-46.
- MANUEL (D. Fr. João), carmelita, bispo de Ceuta, 263.
- MAR VERMELHO, 290.
- MARIALVA (Conde de), 116.
- MARQUES (João Martins da Silva), 5, 11, 20, 28, 30, 34, 41, 148, 150, 192-93, 232, 246, 274-75, 277, 311 e 317.
- MARQUES (A. H. de Oliveira), 23.
- MARSELHA, 170-72.
- MARTINHO V (Papa), 30.
- MARTINHO (Fr.), prior do convento de Avis, 111.

- MARTINS (Fernando), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo, 241.
- MARTINS (Fernão), tabelião em Portalegre, 309.
- MARTINS (Gomes), tabelião, 38.
- MARTINS (João), juiz da câmara do Porto, 47.
- MARTINS (João), barbeiro em Lisboa, 99 e 112.
- MARTINS (João), clérigo, 112.
- MARTINS (João), barqueiro, 147.
- MARTINS (João), escudeiro, juiz ordinário em Viseu, 179.
- MARTINS (João), residente na cidade do Porto, 208.
- MARTINS (João), escudeiro do infante D. Henrique, encarregado das obras de fortificação de Viseu, 260.
- MARTINS (João), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão das obras de fortificação de Viseu, 260.
- MARTINS (Joaquim Pedro de Oliveira), 229.
- MARTINS (Luís), escrivão dos contos, 12.
- MARTINS (Nicolau), escrivão régio, 90.
- MARTINS (Nuno), escudeiro do infante D. Henrique, 108.
- MARTINS (Rui), juiz, 251-52.
- MARTORELL (Francisco), aragonês, 7.
- MARVÃO, 80 e 90. Castelo de —, 80, 90 e 269.
- MASCARENHAS (João), alferes do infante D. Pedro, 70.
- MASCARENHAS (Joaquim Augusto de Oliveira), 71.
- MATA MOUROS (Estêvão Martins), 327.
- MATELA (João), cunhado de Diogo Fernandes, 201.
- MATOSINHOS, 55-56.
- MEDINA SIDÓNIA (Duque de), 11.
- MELO, 123-24.
- MELO (D. Grimanese de), donzela da rainha D. Leonor, 202-03.
- MELO (Isabel de), casada com João de Almeida, colação do infante D. Henrique, 120.
- MELO (Martim de), fidalgo da casa de el-rei D. Afonso V, 116-18 e 234-35.
- MELO (Rodrigo Afonso de), almirante do reino, 41, 231-33 e 277.
- MELO (Rui Afonso de). V. — MELO (Rui de) e MELO (Rodrigo Afonso de).
- MELO (Rui de), almirante, 41 e 293-94.
- MELO (Rui de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 212-13, 274 e 276.
- MENDES (Gonçalo), cavaleiro de el-rei D. Fernando, 191.
- MENDES (Rui), escrivão régio, 40, 43, 106, 149-50, 209, 222, 241, 273 e 311.
- MENESES (D. Duarte de), 100, 121-22 e 216.
- MENESES (D. Leonor de), 323-24.
- MENESES (D. Pedro de), 216 e 344.
- MERCADORES (Rua dos), em Évora, 305.
- MESQUITELA, 123.
- MESSEJANA DO CAMPO DE OURIQUE, 326-27.
- MESSINA (Cardeal de), 16.
- MESTRE DE AVIS, D. João I, 80.
- MESTRE DE RODES, 286.
- MIÇA (Ferrer de la), 299-300.
- MICHEL (Fr.). V. — MIGUEL (Fr.).
- MIGUEL (Fr.), prior da Igreja de Santa Maria de Gudaber, embaixador do Imperador da Etiópia, 226-27 e 288-92.
- MILÃO, 8 e 10.

- MOÇAMEDES, freguesia de S. Miguel do Mato, julgado de Lafões, 282.
 MOGADOURO, 186. Castelo de —, 14 e 103-09. Priorado de —, 108-09.
 MOIMENTA, Gouveia, 38-39.
 MOITA (Lopo da), escudeiro do infante D. Henrique, 236-37.
 MONBLANCH (Duque de), 8.
 MONCHIQUE, 103.
 MONDEGO (Rio), Foz do —, 107.
 MONFORTE, 246 e 322.
 MONFORTE DO RIO LIVRE, 321.
 MONIZ (Diogo Gil), cavaleiro do infante D. Henrique, 119.
 MONIZ (Garcia), 97-98.
 MONIZ (Ruí), homem de el-rei D. Afonso V, 1.
 MONTALVAO, 112.
 MONTANHA (Mem da), escudeiro da casa do infante D. Henrique, coudel da vila de Azambuja, 40.
 MONTAYO (João de), conselheiro e governador do reino de Aragão, 299-300.
 MONTE GORDO, 21.
 MONTEIRO (Alvaro), servidor do rei de Aragão, 302.
 MONTEMOR-O-NOVO, 149-50, 241 e 245.
 MONTEMOR-O-VELHO, 87, 119 e 208-09.
 MORAIS (João Afonso de), morador em Condeixa, 145-47.
 MORENO (Humberto Baquero), 2, 21, 54, 56, 62-63, 65, 71, 89, 242, 256 e 258.
 MORTAGUA, 269.
 MOURA, 269.
 MOURA (Afonso de), bacharel em Decretos e ouvidor-geral do arcebispo de Lisboa, 323 e 325.
 MOURA (Gonçalo de), escrivão régio, 20, 50, 53, 55, 107, 165, 190, 198, 207-08, 238, 245, 267, 284-86 e 294.
 MOURÃO (Fernão), 322.
 MOUSSEM (Mestre), físico do infante D. Henrique, residente na cidade de Évora, 206-07.
 MOUTA SANTA, 95-96.
 MUSEU REGIONAL DE GRAO-VASCO DE VISEU, 3.
 NAMIAS (Judas), 196-97.
 NAPOLES, 7, 10, 16, 53, 83, 172, 181-82, 226, 279-80, 289, 330-31 e 338. Rei de —, 172.
 NATAL, 111, 131 e 146.
 NAVARRA, 261. Rei de —, 7-10, 14, 47, 250-51, 255, 295-96 e 298-99.
 NAVARRO (Gomes Martim), morador em Alcácer, 199-200.
 NAVEGADOR, infante D. Henrique, 11, 21-23, 26, 63, 65, 122 e 130.
 NEGUS, 289-90.
 NEMOS (Duque de), 8.
 NEOPATRIA (Duque de), 8 e 331.
 NICOLAU V (Papa), 16, 217, 227, 229, 280, 289, 306 e 328.
 NIEBLA (Conde de), 11.
 NISA, 201.
 NOGUEIRA (Maria), ala das infantas D. Catarina e D. Joana, irmãs de el-rei D. Afonso V, 45.
 NORONHA (D. Pedro de), arcebispo de Lisboa, filho de D. Afonso Henriques e de D. Isabel de Portugal, 7, 92, 319-20 e 323.
 NORONHA (D. Sancho de), 1.º conde de Odemira, governador de Ceuta, 80, 86, 92, 246 e 269.

- NOVA (Rua), no Porto, 101.
 NUNES (João), tesoureiro de Viseu, 118.
 NUNES (João), prior e reitor de Santo Estêvão de Alfama, 320.
 NUNES (Pedro), vizinho da cidade do Porto, 57-58.
 OBIDOS, 45-46, 62, 113-14 e 119-20.
 OCIDENTE, 289-90.
 ODEMIRA, 222 e 269-70.
 ODEMIRA (Conde de), primeiro conde D. Sancho de Noronha, 80, 86, 92, 246 e 268-70.
 OLEIROS, 149.
 OLHO MARINHO, termo da vila de Óbidos, 45-46.
 OLIVEIRA (Miguel de), 81.
 OLIVEIRA (Fr. Vasco de), comendador da comenda de Coimbra, da Ordem do Hospital, 48-49 e 53.
 OLZINA (João), notário aragonês, 342-43.
 ORDEM DOS FRADES MENORES DA PROVINCIA DE PORTUGAL, 217 e 328.
 ORDEM MILITAR DE ALCANTARA, 132. Mestre da —, 80 e 269.
 ORDEM MILITAR DE AVIS, 31, 79-81, 99, 111 e 132. Mestrado da —, 269. Mestre da —, 5. Regedor e governador do Mestrado da —, 99, 111 e 189.
 ORDEM MILITAR DE CALATRAVA, 81, 126 e 132. Estatutos da —, 126 e 130-31. Mestre geral da —, 129-30.
 ORDEM MILITAR DE CRISTO, 13, 30-31, 33, 60, 84, 108-09, 125-30, 133-34, 137, 145-46, 192-94, 221 e 312. Administrador geral da —, 30. Capítulo geral da —, 134. Estatutos da —, 125. Governador da —, 126, 129 e 312. Mestre da —, 21 e 133. Regedor da —, 109.
 ORDEM MILITAR DO HOSPITAL DE S. JOAO DE JERUSALEM, 16, 48, 53, 291 e 293. Grão mestre da —, 291 e 293.
 ORDEM MILITAR SOBERANA DE S. JOAO DE JERUSALEM, DE RODES E DE MALTA. V. — ORDEM MILITAR DO HOSPITAL DE S. JOAO DE JERUSALEM.
 ORDEM MILITAR DE MONTESA, 342.
 ORDEM DE JERUSALEM. V. — ORDEM DO HOSPITAL.
 ORDEM DE S. BENTO, 6.
 ORDEM DE S. BERNARDO, 6.
 ORDEM DO TEMPLO, 31, 132 e 145.
 PAÇANHA (Alvaro Afonso). V. — PESSANHA (Alvaro Afonso).
 PACHECO (Gonçalo), escudeiro do infante D. Henrique, tesoureiro dos dinheiros, panos e demais coisas das despesas da cidade de Ceuta em Lisboa, 18-19.
 PAÇO (Martim Afonso do), contador, 303.
 PAÇOS DA SERRA, 116 e 121.
 PAIS (Alvaro), escudeiro e almoxarife do infante D. Henrique, couteiro e guarda-mor das matas, quintas e pinhais régios do Ribatejo, 99 e 104.
 PAIS (Alvaro), barbeiro, besteiro do infante D. Henrique, 185.
 PAIS (Fr. João), freire professo do convento de Avis, 111.
 PAIS (Lourenço), 198.
 PALHAIS, 255.
 PARANHOS, 345.
 PARDO (Lourenço Martins), companheiro do infante D. Pedro em Alfarrobeira, 161-62.
 PASCOA, 131, 146 e 319-20.
 PASTRANA (Ducado de), 94.
 PAULO III (Papa), 130.
 PEDERNEIRA, 168.

PEDRO, doge de Génova, 179.

PEDRO (D.), infante de Portugal, regente do reino, 1-4, 6, 8, 11, 14, 17, 22, 26, 41, 47, 49-52, 54-55, 57-59, 61, 63-65, 67, 69-78, 80-81, 83-84, 86-87, 90, 92-93, 95-96, 100-02, 108, 114, 119, 138, 140-41, 143, 145-48, 156, 161-62, 170, 173, 179, 186, 191, 199-201, 205-06, 209-10, 212, 218, 225-26, 227-29, 234, 246-47, 256, 258-59, 266, 268-69, 284, 321-22 e 344.

PEDRO (D.), condestável do reino, filho do infante D. Pedro, 79-81, 86, 90, 186, 218 e 268-70.

PEDRO (D.), arcebispo de Lisboa, V. — NORONHA (D. Pedro de).

PEDRO (Fr.), doutor, confessor do infante D. Henrique, 106.

PEDRO (Infante D.), primo de el-rei D. Afonso V, 87.

PEIXOTO (Diogo), morto em Alfaroabeira, 70.

PEIXOTO (Diogo Gonçalves), cavaleiro do infante D. Henrique, 96-97.

PEIXOTO (João), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfaroabeira, 60.

PEIXOTO (Lopo), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfaroabeira, 60.

PENAFIEL (Duque de), 8.

PENAFIEL (Paio Rodrigues de), criado do duque de Bragança, residente em Barcelos, 287-88.

PENAFIEL DE SOUSA, 96-97.

PENALVA, 216.

PENAMACOR (Castelo de), 257.

PENARROIAS (Priorado de), 108-09.

PENELA, 87.

PENINSULA IBERICA, 289.

PERDIGÃO (João Afonso), morador em Paranhos, 345.

PEREIRA, 84.

PEREIRA (Afonso), 72.

PEREIRA (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, almoxarife em Ponte do Lima, 301-02.

PEREIRA (Gabriel), 119.

PEREIRA (João Álvares), servidor de el-rei D. Afonso V, 54.

PEREIRA (João Rodrigues), do castelo de Penamacor, 257.

PEREIRA (Nuno Álvares), condestável do reino de Portugal, 246.

PEREIRO, terra do infante D. Henrique em Riba-Côa, 32.

PERES (Antão), escrivão dos contos de Lisboa, 44-45.

PERESTRELO (Bartolomeu), 193.

PÉREZ DE CORELLA (Ximenez), conde de Cocentayna, 10.

PÉREZ EMBID (Florentino), 11.

PERNES, 224 e 249. Rio de —, 224.

PERNES (Fr. João de), do convento de Avis, 111.

PEROÇO (Filipe), explorador de coral na costa algarvia, 171.

PESCARIAS. — De atum e corvinas no Algarve, 27 e 32. — De coral, 170-71.

PESSANHA (Alvaro Afonso), contador nos contos de Lisboa, 44-45.

PESSANHA (Carlos), almirante, 275-76.

PESSANHA (Lançarote), almirante, filho de Rui de Melo, 41, 231-32, 274-77 e 286.

PESSANHA (Manuel), primeiro almirante do reino de Portugal, 232 e 274-75.

PESSANHA (Manuel), camareiro-mor do infante D. Henrique, comendador de Castro Marim e guarda dos portos do reino do Algarve, 243-45.

PESSOA (Alvaro Pires), sobrinho do bispo de Ceuta, 263.

- PESTANA (Álvaro de Brito), comandante dos espingardeiros de el-rei, 67.
 PEZAGNO (Manuel). V. — PESSANHA (Manuel).
 PHULLENDORFF (Michael), 331-32 e 334.
 PICCOLOMINI (Aeneas Silvius), bispo de Trieste, depois papa, 331-32 e 334.
 PIMENTEL (João Afonso), 1.º conde de Benavente, 114 e 186.
 PIMENTEL (D. Rodrigo Afonso), 2.º conde de Benavente, 14, 113, 186-87, 261-62 e 352-53.
 PINA (Rui de), 1, 14, 44, 58-59, 61, 63, 65, 69, 71-72, 76, 79-80, 92, 119, 140, 164, 191, 219, 228-29, 246 e 268-69.
 PINA (Soeiro Vaz de), escudeiro do infante D. Henrique, 175.
 PINHANÇOS, freguesia do concelho de Seia, 116-17 e 234.
 PINHEIRO (Diogo), mestre da nau do infante D. Henrique, residente em Lisboa, 24, 148 e 308.
 PINHEL, 33.
 PINHEL (João de), caminheiro da Relação da Suplicação da Corte, 38.
 PINTA, nau, 103.
 PINTO (Alres), juiz da câmara do Porto, 47.
 PINTO (Álvaro Gonçalves), juiz de Lamego, 118.
 PINTO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 180.
 PIRES (Afonso), escudeiro do conde de Marialva, 118.
 PIRES (Afonso), cônego de Guimarães, 165.
 PIRES (Álvaro), caseiro e mordomo de João Teixeira, 43.
 PIRES (Álvaro), procurador dos feitos régios, 231-32 e 274.
 PIRES (Fernão), 219.
 PIRES (Gonçalo), coudel da vila de Azambuja, 40.
 PIRES (Martim), barragão, 327.
 POMBAL, 190.
 POMPEU, 71.
 PONTE DO LIMA, 301-02.
 PONTEVEL, 65.
 PORTALEGRE, 175-76, 239-40, 249-51, 304 e 309. Juiz das sisas de —, 309.
 PORTEL, 222.
 PORTO, 24, 40, 47, 54-57, 70, 96, 106, 148, 164-65, 167, 184, 208, 308 e 310-11. Alcaide-mor do —, 70. Câmara Municipal do —, 47, 54-55, 57 e 101. Rua Nova do —, 101.
 PORTO PISANO, 331 e 338.
 PORTO SANTO (Ilha do), 34, 105 e 193.
 PORTUGAL, 8, 10-11, 14, 16, 47-48, 51, 59, 114, 153, 170-71, 186, 217, 219, 222-29, 261, 298, 300, 310, 330-31, 334-35, 338 e 340-41. Condestável de —, 80 e 268. Rainha de —, 6, 298 e 300. Rei de —, 3, 6-9, 11, 14-15, 33-34, 39, 44, 52-53, 80, 82-83, 94, 96, 105, 113-14, 124, 133, 163-64, 169, 178-79, 181-83, 187, 208, 220, 232, 250-51, 254-55, 261, 278-81, 286-87, 295-303, 307, 309, 315, 332, 334-43, 348 e 352-53. Reino de —, 48, 59, 153-45, 157-58 e 281.
 PRADO, nau, 103.
 PRESTE JOÃO, 290.
 PROVENÇA, 172. Conde de — Renato de Anjou, 172.
 PROVINCIA DE PORTUGAL, dos Franciscanos, 217.
 QUADROS (Pero de), escrivão régio, 215-16.
 QUEIROS (D.ª Maria Eça de), 65.
 QUIMBRES, 145-46.
 RABAÇAL, 87.

- RABASTE (Senhor de), 79.
RAMIREZ DE TOLEDO (Francisco), escrivão de el-rei de Castela, 354.
RAMOS (Procição dos), 47.
RAPOTE (Fernão), coudel de Montemor-o-Velho, combatente de Alfarozeira ao lado do infante D. Pedro, 208-09.
RAU (Virgínia), 30.
REBELO (José Ignácio de Brito), 171.
REBENTAO, 305.
REDINHA, 190.
REGO (Pedro do), escudeiro do infante D. Henrique, 347.
REGUENGO DE SANTA LEOCADIA, 84.
REI (Francisco), governador da cidade de Savona, 179.
REI (Pero), morador em João Prestes, 259.
REI AFRICANO, D. Afonso V, 87, 109 e 115.
REIGADA, terra do infante D. Henrique, em Riba-Côa, 32.
REYNAUD (Félix), 171.
RELAÇÃO DA SUPPLICAÇÃO DA CORTE, 37-38.
RERIZ, no julgado de Lafões, 65.
RESENDE (Condes de), 65.
RESENDE (Vasco Martins de), 219.
REUS (Bartolomeu de), secretário do rei de Aragão, 10.
RIBA-COA, 32.
RIBAGORÇA (Conde de), 8.
RIBATEJO, 104.
RIBEIRA DE VIDE, termo de Coruche, 343-44.
RIBEIRA DE SANTAREM, 224.
RIBERA (Afonso de), secretário de D. Henrique de Castela, príncipe das Astúrias, 354.
RIGO (Fr. Afonso), do convento de Avis, 111.
RIO MAIOR, 59 e 61-63.
RIO DO CANIÇO, 311-12.
RIO DOS CANIÇOS, em Pernes, 224.
RIO TEJO, 323.
RODÃO, 35 e 268. Canais e estacadas do —, 35.
RODRIGUES (Alvaro), escudeiro do infante D. Henrique, 198.
RODRIGUES (Diogo), escrivão régio, 325.
RODRIGUES (Fernão), morador em Pernes, escrivão da coudelaria de Alcanede e termo, 249.
RODRIGUES (João), contador, 44.
RODRIGUES (João), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 49-51.
RODRIGUES (João), 56.
RODRIGUES (João), corregedor da Beira, 118.
RODRIGUES (Lopo), companheiro do infante D. Pedro em Alfarozeira, morador em Botão, 262.
RODRIGUES (Pai), contador-mor dos contos de Lisboa, 44 e 276.
RODRIGUES (Pay), escrivão da fazenda, 143.
ROGERIO DE PALAS (Arnaldo), bispo de Urgel, 342.
ROLIM (Fernão), tabelião das notas de Condelxa, criado do infante D. Pedro, 271.
ROMA, 130, 218, 231, 289, 323, 325 e 330.
ROMBOLO DE MESSINA (Pedro), vassalo do rei Aragonês, 288-92.
RÔMULO (Pedro), messinense, 226-27.

- RUSSILHAO. V. — ROUSSILLON.
 ROUSSILLON E SARDENHA (Conde de), 331 e 343.
 RUA DAS ESTEIRAS, em Lisboa, 99 e 111.
 RUA DOS MERCADORES, em Évora, 305.
 RUA NOVA, no Porto, 101.
 SA (Ayrès de), 38.
 SA (Fernão de), alcaide-mor do Porto, 70.
 SABÃO (Fabrico e venda de), 25 e 36.
 SABOARIA, 87.
 SABOIA (Duque de), 255.
 SACHETIS (Francho Nicolai de), de Florença, 342.
 SAGRES, 242.
 SAINT-VIVENT-SOUS-VERGY (Igreja de), 228.
 SALAMANCA, 227 e 229.
 SALOMAO, 289 e 291-92.
 SALVADOR VALLS (Pedro), 303.
 SANCEAU (Elaine), 54 e 71.
 SANFINS, 117 e 178.
 SANGRO (Castelo de), 255.
 SANLOCCAR DE BARRAMEDA, 11.
 SANTA BENEDITA, 137.
 SANTA CATARINA DE RIBAMAR, termo de Lisboa, 5.
 SANTA CLARA (Mosteiro de), em Coimbra, 60.
 SANTA CLARA (Mosteiro de), em Santarém, 323 e 325.
 SANTA CRUZ (Mosteiro de), em Coimbra, 60.
 SANTA IRIA, 3-4.
 SANTA MARIA, 353. Horas de —, 131.
 SANTA MARIA (P. Francisco de), 126 e 130.
 SANTA MARIA (Ilha de), nos Açores, 217.
 SANTA MARIA DE GUDABER (Igreja de), 226-27, 288 e 290-92.
 SANTA MARIA DE POVOS (Igreja de), 108-09.
 SANTA MARIA DE SINTRA (Igreja de), 6.
 SANTA MARIA DA VITÓRIA (Mosteiro de), Batalha, 4 e 22.
 SANTA SE, 280.
 SANTA TRINDADE, 7, 53, 83, 183, 291 e 299.
 SANTA VERA CRUZ (Comendador de), 16.
 SANTAREM, 12-15, 17, 19-22, 24-27, 40, 42-43, 46, 50, 53, 55-56, 58, 61-63, 66, 93-95.
 108-10, 123, 173, 184, 221, 314, 317, 322-23, 327, 344-48 e 352. Mosteiro de
 Santa Clara de —, 323.
 SANTAREM (Visconde de), 59, 72, 74, 77, 79 e 341.
 SANTIAGO (Dia de), 3.
 SANTIAGO DE SANTAREM, 132.
 SANTO ELOI, 126 e 130.
 SANTO ESTEVAO DE ALFAMA (Igreja Colegiada de), 318-20.
 SANTO PADRE, 80.
 S. BERNARDINO DE SENA, 289.
 S. DETOLE, O. F. M., Teodosio Somigli di, 290.
 S. FRANCISCO (Convento de), no Porto, 57.
 S. FRANCISCO (Convento de), em Tavira, 161.
 S. JOAO BAPTISTA, 134, 137 e 146.
 S. JOAO DE ALPENDORADA (Mosteiro de), 115.

- SAO JOAO DE REI (Senhor de), 84.
 S. JORGE DA MINA (Castelo de), na costa da Guiné, 119.
 S. MARTINHO DE MOUROS, 118.
 S. PAULO, 131 e 136-37.
 S. PAULO (P.º Mestre Jorge de), 126 e 130.
 S. PEDRO, 131, 136-37, 218, 231 e 330.
 S. PEDRO DE LISBOA (Igreja de), 6.
 S. PEDRO DO SUL, 241-42.
 SAO SALVADOR, 178.
 S. TIAGO DA MARCA, 289.
 S. VICENTE (Cabo de), 171.
 SAVONA, 161, 169 e 178-79.
 SAVONA (Bartolomeu Serrato de), 163-64, 169 e 178-79.
 SARDENHA, Conde da —, 331 e 342. Rei da —, 8, 331 e 343.
 SARDINHA (João), 259 e 266.
 SECO (Pedro Álvares), doutor, freire da Ordem de Cristo, 31.
 SEIA, 100, 234 e 345.
 SELXAS (Fernão de), 326.
 SEIXO (Prior do), 238.
 SEM (João do), doutor, 21, 26, 37 e 121.
 SENHOR, referido a Jesus Cristo, 2, 4, 12, 20, 24-25, 27-28, 30, 33, 35-36, 46, 81, 93, 96-97, 120, 126, 143-44, 155, 192, 196, 238, 243, 258, 287, 291, 310, 329 e 332-33.
 Encarnação do —, 218. Nascimento do —, 16, 49, 181-82, 279-80, 292, 298, 308 e 331. Nosso —, 10, 31, 75, 83, 183, 198, 253, 255-56, 285, 299, 301 e 303.
 SEQUEIRA (Fernão de), escudeiro do infante D. Henrique, 345.
 SEQUEIRA (Fernão Rodrigues de), Mestre de Avis, 80.
 SERPA, 159-60, 239, 269 e 314.
 SERPA (António Ferreira de), 192-93.
 SERPA (João de), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1.
 SERPA (Lopo Vasques de), doutor, do desembargo e petições de el-rei D. Afonso V, 322 e 327.
 SERPA (Pedro de), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1.
 SERPA (Rui de), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1.
 SERRA DE EL-REI (Paços da). V. — PAÇOS DA SERRA.
 SERRA DA ESTRELA, 23.
 SERRA DA PESCARIA, termo da Pederneira, 168.
 SERRAO (Diogo Álvares), escudeiro do infante D. Henrique, 190.
 SERRAO (João), escudeiro do infante D. Henrique, morador em Alcácer, 199-200.
 SERRATO (Bartolomeu). V. — SAVONA (Bartolomeu Serrato de).
 SERTA, termo de Beja, 239.
 SICILIA, 172. Governador geral da —, 7-8. Rei da —, 8, 10, 172 e 278. Reino da —, 10, 49 e 331.
 SICILIAS (Rei das Duas), 6, 53, 83, 182, 302, 308, 331-32, 334 e 344.
 SILVA (Aires Gomes da), companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 60, 64 e 86.
 SILVA (Augusto Vieira da), 20.
 SILVA (Francisco da), filho de João da Silva, fidalgo da casa de el-rei D. Manuel I, 94.
 SILVA (Joana Gomes da), mulher de Lopo Dias de Azevedo, 84.
 SILVA (João da), filho de Aires Gomes da Silva, companheiro do infante D. Pedro na caminhada para Alfarrobeira, 60.
 SILVA (João da), fidalgo da casa do duque de Beja, 93.

- SILVA (Rui Gomes da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 93-95, 162 e 166-67.
- SILVEIRA (João Fernandes da), doutor, embaixador de el-rei D. Afonso V sobre o casamento da infanta D. Leonor, 330 e 332-35.
- SILVEIRA (D. Mécia da), filha de Nuno Martins da Silveira, mulher de D. Fradique de Castro, 195, 220 e 315-17.
- SILVEIRA (Nuno Martins da), escrivão da puridade de el-rei D. Duarte e de D. Afonso V, 15, 175, 195, 209, 220, 222, 244, 268, 315-16 e 346.
- SILVES, 194 e 196.
- SIMÕES (Vicente), fidalgo da casa real, 199.
- SINTRA, 282, 294-96, 288, 294-95, 302 e 305. Igreja de Santa Maria de —, 6.
- SOALHAES (Morgado de), 195.
- SOARES (Hulão), tabelião em Santarém, 224.
- SOAZ, na comarca de Entre Douro e Minho, 120-21.
- SOTIRO (João), escudeiro, 112.
- SOURE, 145-47 e 190.
- SOUSA (António Caetano de), 76, 138, 246, 331 e 342.
- SOUSA (Beatriz de), filha de Pedro Gomes de Abreu e de D. Aldonça, sobrinha da condessa de Marialva, D. Maria de Sousa, 116-18 e 234-35.
- SOUSA (Brites de), mulher de Heitor Homem, 257-58.
- SOUSA (Gonçalo Rodrigues de), capitão de ginetes, 65 e 175-77.
- SOUSA (José Maria Cordeiro de), 33.
- SOUSA (Gonçalo Rodrigues de), capitão de ginetes, 65 e 175-77.
- SOUSA (Isabel de), mulher de Pedro de Tavares, 175-77.
- SOUSA (João de), escudeiro do infante D. Henrique, 173-74.
- SOUSA (João de), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 120-21.
- SOUSA (João Teixeira Soares de), 192.
- SOUSA (D. Maria de), condessa de Marialva, 116.
- SOUSEL, 175.
- STEYRLAND, arauto do rei dos romanos, D. Frederico, 278-80.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ (Luis), 14 e 186.
- SUL, julgado de Lafões, 65; terra de —, 241.
- SÓPLICAS do infante D. Henrique ao Papa Nicolau V, a favor de Fr. Afonso Velho, mestre em teologia, 280 e 306.
- TADAGASTE (Rio de), 171.
- TÁNGER, 191.
- TARAZONA (Deão de), 10.
- TAROUCA, 23 e 121-23.
- TAVAREDE, 209.
- TAVARES, 38 e 117.
- TAVARES (Gonçalo), tesoureiro do dinheiro, panos e demais coisas pertencentes às despesas da cidade de Ceuta, em Lisboa, 19.
- TAVARES (Martim Gonçalves de), pai de Pedro de Tavares, 249-50.
- TAVARES (Pedro de), fidalgo da casa do infante D. Henrique e alcaide do castelo de Portalegre, 175-77, 240 e 249-50.
- TAVIRA, 97-98, 145-46 e 161. Mordomado de —, 294-95.
- TAVIRA (Fr. Gil de) ou Fr. Gil Lobo, franciscano, licenciado em teologia, abade comendatário do mosteiro de S. João de Alpendorada, pregador, confessor e mestre de el-rei D. Afonso V, 115 e 144.
- TÁVORA (Álvaro Pires de), do conselho de el-rei D. Afonso V, 14, 86, 108-110.
- TEIXEIRA (João), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 37-38 e 43.

- TEJO (Rio), 323.
- TELES (Fernão), filho de Aires Gomes da Silva, companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 60.
- TELES (João), 97-98.
- TEMPLARIOS, 146. V. — ORDEM DOS TEMPLARIOS.
- TENTOGAL, 87.
- TEOLOGIA, 144 e 280.
- TERCEIRA (Ilha), Açores, 192-93.
- TERESA (D.), mãe de D. Grimanese de Melo, 202-03.
- TERGESTINO (Bispo), de Trieste, 331-32 e 334.
- TERRA SANTA, 290.
- TERRAS DE BOURO, 84.
- TERUEL, 300.
- TESSÁLIA, 71. Batalha de —, 71.
- TIROL (Conde de), 332.
- TOLEDO, 229, 296 e 354. Arcebispo de —, 229.
- TOMAR, 4, 33, 35, 99, 126, 128, 132, 134, 137, 173, 258-59 e 265-66. Convento de Cristo de —, 33 e 126. Feira de —, 3-4. Juiz das sisas de —, 173. Tabelaço de —, 258-59.
- TORRAO, termo de Alcochete, 205.
- TORRE (Diego de la), bacharel, 261-62 e 267.
- TORRE DE MONCORVO, 109-10.
- TORRE DE OCTAVIO, 182-83, 279, 287, 291-92, 298-301, 303 e 308.
- TORRES NOVAS (Cortes de 1438), 75.
- TORRES VEDRAS, 62 e 267.
- TOSCANO (João Rodrigues), morto em Alfarrobeira, 70.
- TOURNAI, 227 e 229.
- TOVAR (Conde de), 315.
- TRAS-OS-MONTES, 55-56 e 236.
- TRATADO DE PAZ ENTRE PORTUGAL E CASTELA, de 30 de Outubro de 1431, 187.
- TRATADO DE PAZ E AMIZADE ENTRE PORTUGAL E ARAGÃO E NAVARRA, de 11 de Agosto de 1432, 8 e 10.
- TRAVANCO (Quinta do), termo de Vouga, 191.
- TREBISONDA (Imperador de), 291-92.
- TREVENTO (Conde de), 171.
- TRIESTE. V. — TERGESTINO.
- TRIGO (Afonso), escrivão régio, 91.
- TRISTÃO (Ponta de), na ilha da Madeira, 311-12.
- TURCIFAL, 266-67.
- ULME, no termo de Santarém, 93-94.
- UNIVERSIDADE, 126.
- URGEL (Bispo de), 342.
- VALBOM, 305.
- VALDIGEM, 23.
- VALENCIA. Cardeal de —, 16 e 307. Rei de —, 8, 10, 331 e 343.
- VALENCIA DE ALCANTARA, 80 e 269.
- VALENTE (Rui), cavaleiro do infante D. Henrique, 82 e 97-98.
- VALENTINO (Cardeal), 308.
- VALHADOLIDE, 14.
- VALHELHAS, 38.
- VALPAÇOS, 321.

- VARZIELA, termo de Aveiro, 242.
 VASCO (Fr.), freire professo do convento de Avis, 111.
 VASCONCELOS (D. Afonso de), sobrinho de el-rei D. Afonso V, filho de D. Fernando de Cascais, 344.
 VASCONCELOS (D. Beatriz de), filha de Joana Mendes de Vasconcelos, 195.
 VASCONCELOS (João Mendes de), 4.º senhor do morgado de Soalhães, 65 e 195.
 VASCONCELOS (D. Maria de), mulher de D. Afonso de Cascais, 65.
 VASCONCELOS (D. Teresa de), mulher de D. Pedro de Castro, 65.
 VASQUES (Afonso), escrivão da câmara do Porto, 57.
 VASQUES (Álvaro), oleiro, morador em Coimbra, 166 e 185.
 VASQUES (Fernão), tabelião das notas, 146-47.
 VASQUES (Gil), residente em Lagos, 286.
 VASQUES (Gonçalo), ouvidor nas terras do mestrado de Avis, 189-90.
 VASQUES (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 168.
 VASQUES (Jorge), hortelão, morador em Xabregas, 319 e 321.
 VASQUES (Martim), criado e escudeiro do infante D. Henrique 180-81.
 VASQUES (Martim), besteiro da câmara do infante D. Henrique, alfalate em Santarém, 346.
 VASQUES (Pero), porteiro-mor do infante D. Henrique, 88.
 VASQUES (Pero), coudel de Aljezur, 222.
 VAZ (Gonçalo), escrivão régio, 81.
 VAZ (João), escrivão da puridade da rainha D. Leonor, 45-46.
 VAZ (João), tabelião em Alcácer, 200.
 VAZ (Tristão), 193.
 VELHO (Fr. Afonso), dominicano, confessor do infante D. Henrique, mestre em teologia, 280-81 e 306.
 VELHO (João), de Lebução, 321-22.
 VENEZA, 331 e 342.
 VERBA (Fr. João), conselheiro e confessor do infante D. Pedro, 140.
 VERGY (Deão de), 71 e 79.
 VERLINDEN (Charles), 312.
 VERMELHO (Mar), 290.
 VIALONGA, Vila Franca de Xira, 36.
 VICENS VIVES (J.), 172 e 229.
 VICENTE (João), escrivão da puridade do conde de Marialva, 118.
 VICENTE (Mestre João). V. — VICENTE (D. João), bispo de Viseu.
 VICENTE (D. João), bispo de Viseu, 125-26, 129-30 e 137.
 VICENTE (Martim), piloto, servidor do infante D. Henrique, morador em Lagos, 284-86.
 VICTORIBUS (Mathias de), llustre varão de Veneza, 342.
 VIEIRA (Álvaro), escrivão régio, 106, 155, 167-68, 175, 192, 217 e 265.
 VILA DO CONDE, 56.
 VILA FRANCA DE XIRA, 36 e 263.
 VILA NOVA DE ANÇOS, 84 e 87.
 VILA NOVA DE FOZCOA, 93 e 166-67.
 VILES (Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, 251 e 309-10.
 VILES (Gil Fernandes), escudeiro do infante D. Henrique, 251-52.
 VILES (João Fernandes), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 239, 251 e 309.
 VILHENA (Margarida de), 206.
 VIRGEM MARIA (Assunção gloriosíssima da), 182.
 VISEU, 3, 151, 162-63, 179, 183-84, 218, 260 e 303. Almoxtarifado de —, 213. Bispo

de —, 125-26, 129-30 e 137. Ducado de —, 130. Duque de —, 13, 79, 127, 151, 193 e 312. Encarregado dos órfãos e judeus da cidade de —, 183. Tesoureiro de —, 118.

VITERBO (Francisco Marques de Sousa), 115 e 170-71.

VOGADO (João), 67.

VOLLESDORFF (Georgius de), barão do ducado de Austria, 331-32 e 334.

VON SUDHEIM (Ludolfo), 290 e 292.

VOUGA, 191.

WADDINGUS (Lucas), 217 e 328.

XABREGAS, em Lisboa, 319 e 321.

ZAR'A-YA'QOB (D.), Imperador da Etiópia, 288-89 e 291-92.

ZARCO (João Gonçalves), 193 e 311-13.

ZURARA (Gomes Eanes de), 26, 28, 58, 63-64, 69, 84, 92 e 161.

ZURITA (Jerónimo de), 8, 59 e 254.

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I. — Retrato da rainha D. Leonor de Portugal no «Liber Genealogie regum hispanie» de D. Afonso de Cartagena (Na Biblioteca Nacional de Madrid, Ms. Vit. 19-2, fl. 38 v.), ps. VIII-IX.

Est. II. — Confirmação por D. Afonso V da feira de Viseu ao infante D. Henrique, em 1449 (Doc. 2), ps. 16-17.

Est. III. — Segurança dada por D. Afonso V ao conde de Benavente, em 1449 (Doc. 8), ps. 16-17.

Est. IV. — Primeira página dos Estatutos da Ordem de Cristo, de 1449 (Doc. 84), ps. 128-29.

Est. V. — Última página dos Estatutos da Ordem de Cristo, de 1449 (Doc. 84), ps. 128-29.

Est. VI. — Ordem de D. Afonso V ao conde de Benavente para retirar do país, de 1450 (Doc. 129), ps. 192-93.

Est. VII. — Pleno poder do príncipe D. Henrique de Castela ao conde de Benavente para firmar aliança com el-rei de Portugal, em 1451 (Doc. 256), ps. 352-53.

ÍNDICE GERAL

AO LEITOR	pág. IX
ABREVIATURAS	pág. XXV
DOCUMENTOS	pág. 1
BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA	pág. 357
BIBLIOGRAFIA IMPRESSA	pág. 361
ÍNDICE CRONOLÓGICO	pág. 379
ÍNDICE ANALÍTICO	pág. 417
ÍNDICE DAS ESTAMPAS	pág. 449

ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA
NAS OFICINAS GRAFICAS DA «ATLAN-
TIDA», EM COIMBRA, RUA DOS COMBA-
TENTES DA GRANDE GUERRA, 67, SOB A
DIRECÇÃO DO MESTRE-TIPOGRAFO JOSE
ABRANTES MACHADO, E ACABOU DE
SE IMPRIMIR EM OUTUBRO DE 1969.
A PRIMEIRA ESTAMPA FOI EXECUTADA
PELA «LITOGRAFIA DE PORTUGAL» E
AS DEMAIS PELA «NEOGRAVURA, LIMI-
TADA», AMBAS DE LISBOA.

